

18

agosto • 2015

# História da Historiografia

---

revista eletrônica quadrimestral



# História da Historiografia

issn 1983-9928

## Conselho Executivo

---

Fabio Wasserman (UBA . Buenos Aires . Argentina)  
Fernando Nicolazzi (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)  
Helena Mollo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)  
Rodrigo Turin (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)

## Conselho Editorial

---

Arthur Alfaix Assis (UnB . Brasília . DF . Brasil)  
Claudia Beltrão (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Durval Muniz de Albuquerque (UFRN . Natal . RN . Brasil)  
Fabio Wasserman (UBA . Buenos Aires . Argentina)  
Fernando Nicolazzi (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)  
Helena Mollo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)  
Julio Bentivoglio (UFES . Vitória . ES . Brasil)  
Lucia Maria Paschoal Guimarães (UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Pedro Meira Monteiro (Princeton University . Princeton . Estados Unidos)  
Pedro Spinola Pereira Caldas (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Raquel Glezer (USP . São Paulo . SP . Brasil)  
Rebeca Gontijo (UFRRJ . Seropédica . RJ . Brasil)  
Ricardo Salles (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Rodrigo Turin (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Sérgio da Mata (UFOP . Mariana . MG . Brasil)  
Temístocles Cezar (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)  
Tiago C. P. dos Reis Miranda (Universidade de Évora . Évora . Portugal)  
Valdei Lopes de Araujo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

## Conselho Consultivo

---

Astor Diehl (UPF . Passo Fundo . RS . Brasil)  
Carlos Fico (UFRJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Carlos Oiti (UFG . Goiás . GO . Brasil)  
Cássio Fernandes (UNIFESP . Guarulhos . SP . Brasil)  
Chris Lorenz (VU University Amsterdam . Amsterdã . Holanda)  
Denis Bernardes - *in memoriam* (UFPE . Recife . PE . Brasil)  
Edgar De Decca (UNICAMP . Campinas . SP . Brasil)  
Eliana Dutra (UFMG . Belo Horizonte . MG . Brasil)  
Estevão de Rezende Martins (UnB . Brasília . DF . Brasil)  
Ewa Domanska (Adam Mickiewicz University . Poznań . Polónia)  
Fábio Franzini (UNIFESP) . Guarulhos . SP . Brasil)  
Fernando Catroga (Universidade de Coimbra . Coimbra . Portugal)  
Francisco Murari Pires (USP . São Paulo . SP . Brasil)  
François Hartog (EHESS . Paris . França)  
Frederico de Castro Neves (UFC . Fortaleza . CE . Brasil)  
Guillermo Zermeño Padilla (Colegio del México . Cidade do México . México)  
Hans Ulrich Gumbrecht (Stanford University . Stanford . Estados Unidos)  
Hayden White (Stanford University . Stanford . Estados Unidos)  
Iris Kantor (USP . São Paulo . SP . Brasil)  
José Carlos Reis (UFMG . Belo Horizonte . MG . Brasil)  
Jörn Rüsen (KI/ UWH . Witten . Alemanha)  
Jurandir Malerba (PUC-RS . Porto Alegre . RS . Brasil)  
Keila Grinberg (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Luiz Costa Lima (PUC-Rio . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Manoel Salgado Guimarães - *in memoriam* (UFRJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Marco Morel (UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Marlon Salomon (UFG . Goiânia . GO . Brasil)  
Pascal Payen (Université de Toulouse II - Le Mirail . Toulouse . França)  
Sanjay Seth (University of London . Londres . Reino Unido)  
Sérgio Campos Matos (Universidade de Lisboa . Lisboa . Portugal)  
Silvia Petersen (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

## Secretario

---

Rodrigo Machado (UFOP . Ouro Preto . MG . Brasil)

## Editoração, revisão técnica e capa

Flávia Florentino Varella (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)  
João Carlos Furlani (UFES . Vitória . ES . Brasil)  
Rodrigo Machado (UFOP . Ouro Preto . MG . Brasil)

## Revisão de Língua Portuguesa

Dermeval de Sena Aires Júnior

## Revisão de Língua Espanhola

Adriana Carina Camacho Álvarez “Lectura traduções”

## Revisão de Língua Inglesa

Dermeval de Sena Aires Júnior

## Realização

Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH)  
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO)  
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

## Apoio

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)  
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)

## Contato

Rua do Seminário, s/n • Centro • Mariana - MG • 35420-000 • Brasil  
www.historiadahistoriografia.com.br • historiadahistoriografia@hotmail.com • (31) 3557-9400

## Missão

*História da Historiografia* publica artigos, resenhas, entrevistas, textos e documentos historiográficos de interesse para os campos da história da historiografia, teoria da história e áreas afins. Tem por missões divulgar textos de teoria da história e história da historiografia, e promover o intercâmbio de ideias e resultados de pesquisas entre investigadores dessas duas áreas correlatas. Num momento em que, no cenário brasileiro, o crescimento do número de periódicos científicos apenas espelha (se bem que de forma algo distorcida) a ampliação dos programas de pós-graduação, é consenso que o próximo passo a ser dado é o da verticalização e especialização do perfil das publicações. *HH* foi fundada em 2008 exatamente a partir desse diagnóstico, e é hoje um periódico de referência para os especialistas das áreas de teoria da história e história da historiografia no mundo de língua portuguesa e espanhola. O periódico é uma publicação da *Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia*, do *Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro* e do *Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto*.

## Ficha Catalográfica

História da Historiografia. Ouro Preto / Edufop, 2015, número 18, agosto, 2015, 334 p.

Quadrimestral  
ISSN 1983-9928

1. História - Periódicos

CDU 930(05)

EDITORIAL  
EDITORIAL

8

ARTIGOS  
ARTICLES

Porque a distância histórica não é um problema

*Why Historical Distance is not a Problem*

**Mark Bevir**

11

Abolir o passado, reinventar a história: a escrita histórica de Hanfeizi na China do século III a.C.

*Abolish the Past, Reinventing the History: the historical writing of Hanfeizi in China, 3<sup>rd</sup> century BC*

**André Bueno**

29

Entre golpes e dispositivos: Foucault, Certeau e a constituição dos sujeitos

*Between blows and rearrangements: Foucault, Certeau and the constitution of the subjects*

**André Bocchetti**

43

La historiografía penitenciaria francesa después de Foucault: una aproximación a través de la obra de Jacques-Guy Petit (1975-2000)

*French prison historiography after Foucault: an approach via the works of Jacques-Guy Petit (1975-2000)*

**Luis González Alvo**

57

Para um conceito moderno de imaginação: a imaginação do ponto de vista kantiano

*Towards a modern concept of imagination: imagination from the Kantian perspective*

**Eugenia Gay**

75

A verdade da crítica: o método histórico-crítico de August Ludwig (von) Schlözer e o padrão histórico dos juízos

*The Truth of the Criticism: The Historical-critical Method of August Ludwig (von) Schlözer and the Historical Pattern of Judgments*

**André de Melo Araújo**

93

Fragmentos da literatura de Edward P. Thompson: a prosa de *The Sykaos Papers* e os versos de *My Study*

*Fragments of Edward P. Thompson's literature: the prose of The Sykaos Papers and the verses of My Study*

**João Ernani F. Filho**

110

Narrativa literaria e historia, algunos puntos de debate: la concepción metahistórica de Hayden White frente a las críticas de Chris Lorenz

*Literary Narrative and History, Some Points of Discussion: The Meta-historical Conception of Hayden White against the Criticism of Chris Lorenz*

**Julián Zicari**

127

Uma noção de história em *A cidade e as serras* de Eça de Queirós

*A View of History in A cidade e as serras by Eça de Queirós*

**Giuliano Lellis Ito Santos**

140

José de Alencar e a operação historiográfica: fronteiras e disputas entre história e literatura <i>José de Alencar and the Historiographical Operation: Borders and Disputes between History and Literature</i> <b>Francisco Régis Lopes Ramos</b>	160
O que finda é o que fica: tradição em jogo, ensaio em xeque <i>What Ends is What Stays: Tradition at Stake, Essay Put in Check</i> <b>Eduardo Ferraz Felipe</b>	178
Quem escreve sobre história do Brasil na Alemanha? <i>Who writes about Brazilian history in Germany?</i> <b>René E. Gertz</b>	194
Revolta e proclamação como molduras da história: escrita da história e olhares para a República entre os sócios do IHGB <i>Revolts and proclamation as historical frames: writing of history and visions of the Republic by the members of the IHGB</i> <b>Francisco Gouvea de Sousa</b>	213
História e integração regional: intelectuais, convênios e livros no Brasil e na Argentina nas primeiras décadas do século XX <i>History and regional integration: intellectuals, agreements and books in Brazil and Argentina in the first decades of the 20<sup>th</sup> century</i> <b>Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva</b>	231
Uma crítica ao essencialismo identitário: a historiografia da mineiridade na primeira metade do século XX <i>A critique of identity essentialism: the historiography of mineiridade in the first half of twentieth century</i> <b>Walderez Simões Costa Ramalho</b>	248

## RESENHAS REVIEW ESSAYS

Entre precisão e rigor: a lupa de Luiz Cristiano de Andrade sobre a <i>História do Brasil</i> (1630) de Frei Vicente do Salvador <i>Between Precision and Accurecy: the magnifying glass of Luiz Cristiano de Andrade on História do Brasil (1630) by Frei Vicente do Salvador</i> ANDRADE, Luiz Cristiano de. <i>A Narrativa da Vontade de Deus: a História do Brasil</i> de frei Vicente do Salvador. Rio de Janeiro: FBN, 2014. 281p. <b>Eduardo Sinkevisque</b>	267
O peso do cientificismo <i>The weight of scientificism</i> MAIA, Carlos Alvarez. <i>História das ciências: uma história de historiadores ausentes</i> . Precondições para o aparecimento dos sciences studies. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. 306p. <b>Helena Miranda Mollo</b>	271
Historias provinciales e “historia nacional” en Argentina <i>Provincial histories and “national history” in Argentina</i> MICHELETTI, María Gabriela. <i>Historiadores e historias escritas en entresiglos: sociabilidades y representaciones del pasado santafesino, 1881-1907</i> . Buenos Aires: Lumiere, 2013. 273 p. <b>Tomás Sansón Corbo</b>	278
O Global como nova era da História <i>The Global as a new period for History</i> VENGOA, Hugo Fazio. <i>El mundo global: una historia</i> . Bogotá: Ediciones Uniandes, 2013. 135 p. <b>Alexandre Luis Moreli Rocha</b>	283

Os arquitetos da história global: trajetórias de pesquisa

*The architects of global history: paths of research*

BENTLEY, Jerry H.; CURTIS, Kenneth R. (ed.). *Architects of World History: Researching the Global Past*. West Sussex: Wiley Blackwell, 2014. 242 p.

**João Júlio Gomes dos Santos Júnior**

289

## TEXTO E DOCUMENTO HISTORIOGRÁFICO *HISTORIOGRAPHICAL TEXT AND DOCUMENT*

Johan Huizinga: humanismo e teoria da história nas sombras do amanhã

*Johan Huizinga: Humanism and Theory of History in the Shadows of Tomorrow*

**Michel Kors**

**Sérgio da Mata**

296

Existe uma metamorfose da História? Resposta à pergunta: como o presente se torna passado?  
(Berliner Tageblatt, 31 de maio de 1936)

*Is there a metamorphosis of history? An answer to the question: how does the present become past? (Berliner Tageblatt, May 31<sup>st</sup>, 1936)*

**Johan Huizinga**

306

## ENTREVISTA *INTERVIEW*

História(s) e Teoria da história: entrevista com Reinhart Koselleck

*History(ies) and Theory of history: Interview With Reinhart Koselleck*

**Carsten Dutt**

311

## PARECERISTAS DESTE NÚMERO *REVIEWERS OF THIS ISSUE*

326

## NORMAS DE PUBLICAÇÃO *EDITORIAL GUIDELINES*

329

## DIRETRIZES PARA AUTORES *GUIDELINES FOR AUTHORS*

334

# Editorial

editorial



O décimo oitavo número da revista *História da Historiografia* traz uma reunião de textos que podem ser divididos, de forma bastante ampla, em três grandes conjuntos. O primeiro, destinado às discussões em torno da teoria da história, inicia com a tradução de um artigo de Mark Bevir sobre a distância histórica, sua importância e lugar na historiografia novecentista. André Bueno identifica, na historiografia chinesa, a prática de abolição do passado como única possibilidade de viver o presente. Destacam-se as leituras a partir de Michel Foucault em duas contribuições: André Bocchetti compara a constituição do sujeito em Michel Foucault e Michel de Certeau e Luis Gonzales Alvo se dedica à reflexão sobre a historiografia penitenciária francesa, depois da publicação de *Vigiar e punir*, há quatro décadas. O artigo de Eugenia Gay traz o problema da imaginação em Immanuel Kant, que importa ao debate da teoria e história da historiografia no que tange às questões entre o ficcional e subjetivo e o conhecimento científico, presentes no seio do projeto iluminista. André Araújo analisa o conceito de verdade histórica em Ludwig (Von) Schläzer e sua importância para o Iluminismo tardio.

O debate sobre a proximidade entre literatura e história reúne os artigos de João Ernani Filho, sobre a ficção científica escrita pelo historiador britânico Edward Thompson, de Julián Zicari, voltado para as críticas tecidas por Chris Lorenz às propostas da meta-história. A contribuição de Giuliano Lelis dos Santos caracteriza-se pela possibilidade de leitura do pensamento histórico no romance *A cidade e as serras*, de Eça de Queirós e dois últimos artigos desse segundo conjunto: Francisco Régis L. Ramos traz a leitura da 'operação historiográfica', de Michel de Certeau, para a percepção, na obra de José de Alencar, do passado como objeto de conhecimento e o último, de autoria de Eduardo Ferraz Felipe, por sua vez, destaca, em Lezama Lima, a importância da visão histórica através da poesia.

O terceiro conjunto tem princípio com as indagações de René Gertz a respeito da historiografia sobre o Brasil produzida na Alemanha, entre os anos de 1995 e 2014. Três artigos se voltam para a história da historiografia brasileira. No primeiro, Francisco Sousa se dedica a percorrer as memórias históricas escritas pelos sócios do IHGB e identifica a permanência de formas de se olhar o passado, características da Monarquia, na República. Ana Paula Barcelos questiona o papel da agremiação carioca e da Junta de História y Numismática, na Argentina, sobre a interpretação histórica que elaboram, no início do Novecentos. O quarto artigo desse conjunto, de autoria de Walderez Simões Costa Ramalho, traz à luz a discussão sobre a historiografia da mineiridade, produzida no início do século XX.

Na seção de resenhas, o número conta com a apresentação do livro *A narrativa da vontade de Deus: a História do Brasil*, de frei Vicente do Salvador, de Luiz Cristiano Andrade, por Eduardo Sinkevisque; o livro *História das ciências: uma história de historiadores ausentes*, de Carlos Alvarez Maia, é resenhado por Helena Mollo e Tomás Sansón Corbo apresenta o livro de Maria Gabriela Micheletti, intitulado *Historiadores e historias escritas em entresiglos. Sociabilidades y representaciones Del pasado santafesino, 1881-1907*. João

Júlio Gomes dos Santos Júnior expõe as perspectivas da história global presentes em *The architects of Global History* e Alexandre Luis Rocha resenha *El mundo global, uma historia*, de Hugo Fanzio Vengoa.

O número traz um entrevista de do historiador alemão Reinhart Koselleck concedida ao professor Carsten Dutt, da Universidade de Notre Dame, e traduzida por Luiz Costa Lima, professor emérito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Michel Kors e Sérgio da Mata traduzem e apresentam o artigo *Existe uma metamorfose da História?* (Gibt es Verwandlung?) do historiador holandês Johan Huizinga na seção Textos e Documentos Historiográficos.

Gostaríamos de registrar a mudança da secretaria da Revista e agradecer à Flávia Varella por seu empenho desde o início, em 2008. Sua contribuição é inestimável.

Por fim, mas não menos importante, os editores da revista *História da Historiografia* agradecem muitíssimo a todos que ajudaram na sua campanha de financiamento. Esperamos que as políticas de financiamento logo se revigorem e possamos continuar a publicar sem grandes sobressaltos a produção de autoras e autores que se dedicam à teoria e história da historiografia.

Desejamos a todos excelente leitura.  
Os editores.

# Articles

Articles

# Porque a distância histórica não é um problema\*

## Why Historical Distance is not a Problem

**Mark Bevir**<sup>1</sup>

Professor  
University of California - Berkeley  
900 University Avenue  
Riverside, CA 92521  
United States of America

### Resumo

Este artigo argumenta que as preocupações acerca da distância histórica surgiram junto ao historicismo moderno, e que elas desapareceram com o pós-fundacionismo. O historicismo desenvolvimentista do século XIX recorreu a princípios narrativos para estabelecer a continuidade entre passado e presente, e para guiar as seleções entre os fatos. No século XX, os historicistas modernos rejeitaram tais princípios, levantando assim o espectro da distância histórica; ou seja, os efeitos distorcidos do presente em relação ao passado, o abismo entre os fatos e a narração. O problema moderno era: como os historiadores podem evitar o anacronismo e desenvolver representações precisas do passado? Ao invés de utilizar princípios narrativos para selecionar fatos, os historicistas modernos apelaram aos fatos atomizados para validar narrativas. Todavia, no final do século XX, os pós-modernos (Frank Ankersmit e Hayden White) argumentaram que não havia uma maneira de estreitar a distância entre fatos e narrativas. O problema pós-moderno tornou-se o seguinte: como os historiadores deveriam conceber suas escritas, dada a inelutável distância entre fatos e narrativas? Hoje, o pós-fundacionismo descarta as preocupações tanto modernas quanto pós-modernas com a distância histórica; isso implica que todos os conceitos (não somente históricos) fundem fato e teoria; e dissolve questões de relativismo conceitual, significado textual e reencenação.

### Palavras-chave

Anacronismo; Modernismo; Pós-modernismo.

### Abstract

This essay argues that concerns about historical distance arose along with modernist historicism and disappeared with postfoundationalism. The developmental historicism of the 19<sup>th</sup> century appealed to narrative principles in order to establish the continuity between past and present, and to guide selections among facts. In the 20<sup>th</sup> century, modernist historicists rejected such principles, thereby raising the specter of historical distance; that is, the distorting effects of the present in accounts of the past, the chasm between facts and narrative. The modernist problem was: how can historians avoid anachronism and develop accurate representations of the past? Instead of using narrative principles to select facts, modern historicists appealed to atomized facts to validate narratives. However, in the late 20<sup>th</sup> century, postmodernists (Frank Ankersmit and Hayden White) argued that there was no way to close the distance between facts and narratives. The postmodern problem became then: how should historians conceive of their writing, given the ineluctable distance between facts and narratives? Today, postfoundationalism casts off both modernist and postmodernist concerns with historical distance; this means that all concepts (not only historical concepts) fuse fact and theory, and also dissolves issues of conceptual relativism, textual meaning, and reenactment.

### Keywords

Anachronism; Modernism; Postmodernism.

Recebido em: 16/8/2014

Autor convidado

\* Do original: BEVIR, Mark. Why Historical Distance is not a Problem. *History and Theory*, vol. 50, n. 4, p. 24-37, 2011. Tradução de Thiago Livon e Sérgio Campos Gonçalves.

<sup>1</sup> Professor no Departamento de Ciência Política da Universidade da Califórnia – Berkeley. É autor de *The Logic of the History of Ideas* (1999), *New Labour: A Critique* (2005), *Key Concepts of Governance* (2009), e *Democratic Governance* (2010); e coautor, juntamente com R.A.W. Rhodes, dos livros *Interpreting British Governance* (2003), *Governance Stories* (2006) e *The State as Cultural Practice* (2010).

## Porque a distância histórica não é um problema

A distância histórica – a diferença entre o passado e presente ou entre fato e narrativa – estava entre os assuntos mais amplamente discutidos em teoria histórica durante o século XX. Ainda assim, a distância histórica não é um problema perene, ela não surge inevitavelmente para aqueles que possuem uma sensibilidade historicista e escrevem histórias. Pelo contrário, irei argumentar que a questão da distância histórica se dissemina somente com as teorias históricas modernas do início e do meio do século XX, e embora tenha persistido através das teorias históricas pós-modernas do final do século XX, ela desaparece uma vez que consideramos totalmente as implicações do pós-fundacionismo.

Começo este artigo contextualizando as preocupações acerca da distância histórica. As teorias do desenvolvimento histórico do século XIX recorreram a princípios teleológicos e materiais para garantir a continuidade entre passado e presente e para concatenar fatos e narrativa. No começo do século XX, no entanto, surgiram novas formas modernas do saber que refutaram esses princípios. Por “modernismo” não pretendo evocar um contraste com “medieval” ou com “os primórdios do moderno”. Em vez disso, o modernismo se refere aqui, preferencialmente, à troca cultural no final do século XIX e início do século XX que promoveu abordagens mais fragmentadas e formais à arte e ao conhecimento. O modernismo teve uma orientação analítica e atomística. Isso minou a confiança na continuidade do passado e presente. Dessa maneira, os historiadores confrontaram preocupações substanciais sobre como, dentro do presente, eles poderiam desenvolver conceitos e narrativas capazes de superar a distância entre seu mundo e o passado. Os modernos associaram a teoria histórica com a discussão sobre como evitar anacronismos e garantir que suas narrativas estejam adequadas aos fatos. Eles apelaram para métodos rigorosos para garantir fatos atomizados, que, por sua vez, poderiam justificar as narrativas. Em contrapartida, pós-modernos como Frank Ankersmit e Hayden White argumentaram que não haveria um caminho possível de superar as distâncias entre passado e presente, como também entre os fatos históricos e as narrativas dos historiadores. Eles redefiniram a teoria histórica como o estudo dos modos por meio dos quais a escrita histórica se baseia em instrumentos literários e estéticos para transformar fatos e descrições em narrativas e representações.

Meu objetivo, no entanto, não é apenas contextualizar as preocupações modernas e pós-modernas em relação à distância histórica, mas também dissipá-las. A chave para dissipar os problemas da distância histórica é reconhecer os temas modernos remanescentes nos relatos de fatos e descrições de Ankersmit e White. Esses pós-modernos ainda trataram de fatos e descrições enquanto conhecimento atomístico e declarações que possuem conteúdo de significado fora dos contextos teóricos e das narrativas. Em contraste, o pós-fundacionismo implica que todos os fatos são carregados de teoria, pois nenhuma proposição poderia ser referenciada fora do contexto de uma ampla rede de crenças. O pós-fundacionismo, assim, dissipa ambas as ideias pós-modernas e modernas

da distância histórica. Ele sugere que os historiadores não podem acessar o passado e certificar os fatos a não ser dentro do contexto de seus conceitos e teorias. O passado apenas aparece nas nossas crenças atuais, ele nunca é dado à distância.

Talvez possa ser que exista um tipo diferente de distância dentro das nossas crenças presentes e os termos que aplicamos para o passado e para aqueles que aplicamos aos presentes, e talvez essa distância possa provocar preocupações sobre o relativismo conceitual, significado textual e re-encenação. Concluo o artigo, no entanto, sugerindo que o pós-fundacionismo também dissipa – ou pelo menos dilui – essas preocupações.

### **Os problemas da distância histórica**

As preocupações sobre a distância histórica disseminaram-se em um contexto particular. No século XIX, teorias românticas (ou, para ser mais preciso, desenvolvimentistas) sempre enfatizaram a natureza orgânica, significativa e até espiritual da história concebida como uma unidade progressiva. Historicistas desenvolvimentistas não eram hostis aos fatos, ao rigor, ou à objetividade.<sup>2</sup> Eles acreditavam que as narrativas objetivas requeriam uma compilação rigorosa de fatos imparciais, sistemáticos e minuciosos. Ainda assim, eles coletaram e esmiuçaram os fatos no contexto das narrativas desenvolvimentistas. Esse historicismo desenvolvimentista emergiu na gama de variados modos de pensamento, incluindo a teorização evolucionária, as histórias conjunturais Whig derivadas do Iluminismo escocês, do romantismo e do idealismo associados, sobretudo, a G.W. Hegel, e a uma ênfase organicista mais ampla na habilidade dos seres humanos em estabelecer instituições sociais agindo em acordo com o propósito, o pensamento e a imaginação (BURROW 1966; 1981). As narrativas desenvolvimentistas atraíram ambos os lados na disputa entre positivistas e idealistas. Os positivistas seguiram Augusto Comte, J. S. Mill, e Leopold von Ranke ao promover métodos rigorosos, mas eles viram a teoria da evolução como o pináculo da ciência e, assim, como um contexto teórico adequado para se situar os resultados empíricos (BEVIR 2002; CAPALDI 2004; ROSS 1990). Os idealistas definiram o absoluto como a perfeição espiritual, mas se sustentaram no Hegelianismo e no organicismo social para delinear contextos desenvolvimentistas no qual o absoluto aflorou (OTTER 1996).

Os historicistas desenvolvimentistas contavam narrativas de continuidade e progresso baseados em princípios teleológicos e materiais, como o ego, a nação, a razão e o espírito. As questões sobre a distância histórica raramente surgiam. De início, os historicistas desenvolvimentistas se basearam em princípios teleológicos e materiais para postular a unidade da história. Os princípios de nação, da razão, e do espírito prenderam o passado e o presente juntos em um

<sup>2</sup> Ao longo do texto, utilizo o termo historicismo para me referir às tentativas de explicar a atividade humana diacronicamente ao invés de uma maneira mais formal e estrutural. Embora este conceito de historicismo seja disseminado, meu objetivo é contar uma narrativa histórica do historicismo focando no conhecimento anglófono. Esse objetivo pode explicar como e porque minhas subcategorias – desenvolvimento, moderno, pós-moderno – se sobrepõem e, contudo, se diferem daquelas associadas às explorações do historicismo expressas em termos de um impulso religioso ou de uma matriz disciplinar.

todo orgânico. Diferentes eras históricas foram unidas por uma comunhão da experiência. Além do mais, os historicistas desenvolvimentistas normalmente compreenderam o passado ao localizá-lo em relação a seus conceitos amplos de nação, razão e espírito. Eles se fundamentaram em princípios teleológicos e substanciais para selecionar fatos e dar sentido a suas narrativas. Eles se concentraram em mudanças incrementais nas ideias e instituições associadas com o triunfo desses princípios. Até mesmo quando eles apontaram para as ameaças desses princípios, ainda conceberam o progresso como algo construído na ordem das coisas.

A perda de fé no progresso e na razão começou no final do século XIX e veio a se tornar disseminado em seguida à Primeira Guerra. Imagens e ideais de progresso continuaram a aparecer depois da Grande Guerra, mas o progresso foi crescentemente retratado como uma vitória contingente da atividade humana, não como uma característica inelutável da história (KLOPPENBERG 1986). As pessoas frequentemente argumentaram que o progresso dependeu da promoção de novas ciências para resolver problemas sociais. A Primeira Guerra Mundial encorajou o interesse para as novas ciências ainda que elas tenham erodido a fé no desenvolvimento histórico. As novas ciências caracteristicamente se apoiaram no empirismo moderno (ADCOCK; BEVIR; STIMSON 2007; ROSS 1991). Elas romperam a continuidade com as antigas narrativas desenvolvimentistas, dividindo o mundo em unidades discretas e descontínuas, e construindo o sentido dessas unidades por meio de regras matemáticas e esquemas analíticos. Nas ciências sociais, o empirismo moderno inspirou a ascensão das correlações a-históricas, dos modelos formais e dos sistemas funcionais como modos alternativos de explicação para as antigas narrativas históricas.

14

É importante enfatizar que a troca do historicismo desenvolvimentista pelo empirismo moderno foi um dos modelos de explicação – uma mudança do pensamento desenvolvimentista para a teorização formal. Muitos historiadores do século XIX foram fervorosos investigadores de fatos que lideraram a propagação de métodos rigorosos, e alguns deles até compreendiam-se como concentrados unicamente em certificar os fatos, sugerindo que o tempo para narrativas que ainda não havia chegado; embora em geral eles ainda compreendiam e certificavam esses fatos por meio de apelos explícitos e implícitos a um conjunto existente ou projetado de princípios e a uma narrativa desenvolvimentista ou teleológica. Da mesma forma, alguns modernos do século XX concentraram-se em esquemas especulativos em vez de métodos ou fatos; mas seus esquemas eram modelos e correlações formais e versões sincrônicas de sistemas e estruturas.

Os historiadores eram menos prováveis de rejeitar explicações históricas que os cientistas sociais, mas eles se afastaram do pensamento desenvolvimentista. Os historiadores modernos adotaram uma abordagem mais atomística dos fatos, na ausência de princípios substanciais e teleológicos. Eles então tentaram encontrar uma maneira de certificar os fatos fora do contexto de narrativas mais amplas. A distância histórica parecia ser tanto um benefício quanto um obstáculo na obtenção dos fatos. Por um lado, alguns historiadores modernos se basearam no legado empirista de Comte, Mill e Ranke para argumentar

que a passagem do tempo, na verdade, facilita uma perspectiva abrangente e imparcial (NOVICK 1988). Eles enfatizaram que os historiadores tipicamente têm que esperar que papéis e arquivos oficiais se tornem públicos antes que possam ter acesso completo a todos os fatos relevantes. Eles também sugeriram que historiadores frequentemente requerem uma distância emocional de seu material para que sejam objetivos. Por outro lado, no entanto, os historiadores modernos tinham que estar certos de que o tempo não esconde ou distorce os fatos. Eles então tentaram criar métodos que os capacitariam em recuperar fatos perdidos e abandonados. Eles até sugeriram que métodos rigorosos poderiam assegurar a validade e veracidade dos fatos. Assim, a teoria histórica moderna consistiu, sobretudo, na tentativa de usar métodos rigorosos para estabilizar fatos atomizados os quais, por sua vez, poderiam determinar conclusivamente a verdade ou a falsidade das narrativas (BENTLEY 2005).

Isso se deu porque os modernos tinham uma visão mais atomística dos fatos que o problema da distância histórica disseminou. Os modernos rejeitaram os princípios materiais e teleológicos com os quais os historiadores desenvolvimentistas tinham criado a continuidade entre passado e presente e selecionado os fatos para inclusão em suas narrativas. Sem dúvidas, a consciência histórica mais ou menos por definição envolve algum tipo de distinção entre passado e presente. Igualmente, todavia, uma distinção entre passado e presente não precisa implicar quaisquer preocupações sobre as dificuldades epistêmicas em conhecer o passado, dado que ninguém tentaria realizá-la de uma perspectiva do presente; isso poderia envolver algumas preocupações, mas não há necessidade. Sendo assim, os historiadores desenvolvimentistas acreditaram em princípios materiais e teleológicos que garantiam a habilidade de compreender o passado em termos condicionados pelo presente. Foi apenas quando os modernos rejeitaram esses princípios que perderam esta garantia de uma ponte que liga o presente de volta ao passado. Desse modo, os modernos transformaram a consciência da distinção entre passado e presente em problemas de distância histórica. Perguntaram como – na ausência das continuidades então certificadas por princípios desenvolvimentistas – os historiadores puderam compreender outros tempos senão o deles? Em princípio, quando os modernos rejeitaram os princípios que ligavam o passado e o presente, eles deram um novo estímulo para a questão de como os historiadores poderiam saber que seus conceitos não eram anacrônicos. Além disso, quando os modernos rejeitaram os princípios que regem as seleções dos fatos para a inclusão em narrativas, eles levantaram a questão de como as narrativas dos historiadores eram relacionadas aos fatos.

Em geral, os modernos responderam ao problema da distância histórica recorrendo a rigorosos métodos empíricos na tentativa de certificar os fatos atomizados que, por sua vez, certificavam as narrativas. Peter Laslett fornece apenas um exemplo. Laslett apresentou uma coleção editada, intitulada *Philosophy, Politics, and Society*, com um manifesto estridentemente moderno (LASLETT 1956). Ele evocou um positivismo que equacionou o conhecimento com a ciência empírica e limitou a teoria à rigorosa análise do uso da linguagem, conforme exemplificado pelo trabalho de Gilbert Ryle e T.D. Weldon. A edição de



Laslett dos *Two Treatises* de John Locke forneceu um exemplo triunfante da nova história moderna. Ele abordou os *Two Treatises* utilizando as fontes e técnicas consideradas pelos historiadores modernos. Ele se baseou em documentos de arquivos primários – a biblioteca de Locke, lista dos livros que Locke possuía, cópias manuscritas dos *Two Treatises*, o diário e cartas pessoais de Locke. Estas fontes forneceram-lhe fatos sobre os quais ele baseou sua interpretação histórica. O reconhecimento das datas em que Locke lia os livros sugeriu que Locke havia escrito passagens referindo-se a esses livros após essas datas. O trabalho de Laslett revolucionou a visão dos historiadores sobre Locke. Ele mostrou que Locke tinha escrito a maior parte do *Second Treatise* em 1679-80. Os *Two Treatises*, possivelmente, não poderiam ter sido escritos como uma defesa da Revolução Gloriosa. Eles eram “um Tratado de Exclusão” clamando por uma revolução (LASLETT 1960, p. 61).

Os historiadores modernos queriam utilizar fatos seguros e atomizados para defender a validade das narrativas. Eles enfrentaram a questão de como superar a distância histórica para ter a certeza dos fatos. Como poderiam evitar os efeitos discursivos de seu presente atual? Como poderiam evitar o anacronismo e descobrir os fatos? Em geral, os historicistas modernos recorreram a métodos rigorosos. Quentin Skinner – que fez “para Hobbes o que Laslett havia feito para Locke” – fornece um exemplo (SKINNER 2002, p. 42). Skinner defendeu o contextualismo como um método moderno que estabeleceria fatos e decidiria a validade das narrativas. Ele sempre descreveu seu método como um “necessário e talvez até suficiente” – ou mais coloquialmente um “essencial” – requisito para um entendimento adequado de um texto histórico. Skinner argumentou que, como a expressão e recepção da força ilocucionária requer convenções compartilhadas, os historiadores devem estudar contextos para que possam entender o que os autores estavam fazendo. Ele deu a entender que a pesquisa rigorosa pode permitir que os historiadores construam um corpo de conhecimento factual através do qual se estabelece o que um autor pretendia fazer: “se obtemos sucesso em identificar esse contexto com precisão, podemos finalmente ter a esperança de compreender o que um orador ou escritor no qual estamos interessados estava fazendo (SKINNER 1988, p. 275). Para Skinner, o contextualismo permitiu aos historiadores evitar o anacronismo e alcançar interpretações válidas. As interpretações anacrônicas apresentam autores como participantes de debates que, conforme demonstrado pelo contexto, não estavam em voga quando os autores escreveram. As interpretações válidas recuperam as intenções dos autores de tratar de questões particulares em momentos particulares. Skinner apresentou seu método contextualista como a única maneira de evitar mitos anacrônicos (SKINNER 1988, p. 29-67).

Enquanto os historiadores modernos tentaram superar a distância histórica através do uso de métodos rigorosos, os pós-modernos a adotaram. Frank Ankersmit e Hayden White insistiram que historiadores e narrativas sempre remanescem separados do passado e dos fatos (ANKERSMIT 1983; 1994; 2001; WHITE 1973; 1978; 1987). Eles enfatizaram que os historiadores constroem suas representações e narrativas não somente para encaixar os fatos mas também

através de metáforas, enredo e outras estratégias textuais. Ankersmit e White, no entanto, demarcaram uma abordagem distinta para a teoria histórica. Eles se afastaram tanto dos princípios especulativos dos historiadores desenvolvimentistas quanto da metodologia dos historiadores modernos. Eles focaram nas estruturas literárias e nas escolhas estéticas envolvidas na escrita histórica.

Ankersmit e White estão associados a uma abordagem “pós-moderna” da teoria histórica. Seu pós-modernismo aparece nas implicações aparentemente relativistas de sua ênfase na distância entre fatos e narrativas e também na sua preocupação com questões estéticas e literárias. Ironicamente, no entanto, embora Ankersmit e White sejam descritos como pós-modernos, sua abordagem sobre a teoria histórica ecoa o modernismo e implicitamente rejeita o pós-fundacionismo. Ankersmit e White se baseiam em uma compreensão da distância histórica como uma disjunção entre, por um lado, fatos e descrições, e, por outro, narrativas e representações. Eles expressam uma visão moderna de fatos atomizados. Às vezes, chegam a sugerir que os fatos são dados como verdadeiro ou falso dependendo se eles correspondem ou não ao mundo. Ankersmit por muito tempo tem sugerido que frases mínimas descritivas podem ser verdadeiras ou falsas em um sentido correspondente e tem explicitamente defendido experiências pré-cognitivas fora da linguagem e da teoria (ANKERSMIT 2005). White há muito tem destacado os eventos como itens cronológicos dados pelo enredo que os historiadores impuseram a estes eventos e tem explicitamente defendido que a realidade dos eventos no passado é independente de seu retrato literário (WHITE 1999).

Os pós-modernos diferem dos modernos não por sua compreensão da distância histórica, mas por sua resposta a ela. Os modernos tentaram superar a distância histórica apelando para métodos rigorosos para assegurar fatos e narrativas. Os pós-modernos festejaram a distância histórica, argumentado que ela é constituinte da escrita histórica enquanto uma forma de empenho literário, ao invés de se tratar de objetivar exclusivamente verdades fatuais. Em sua visão, a escrita histórica era distinta dos escritos científicos factuais precisamente porque a distância histórica significava que os historiadores inevitavelmente utilizam recursos literários e modos estéticos de representações.

### **O pós-fundacionismo: uma solução contemporânea**

A distância histórica não é necessariamente um problema. Não foi um problema para muitos historicistas desenvolvimentistas que utilizaram princípios teleológicos e materiais para garantir a continuidade histórica e fundir fato e narrativa. A distância histórica se tornou um problema apenas quando os modernos rejeitaram tais problemas, abrindo-se à possibilidade de divisões entre passado e presente, fatos e narrativas. Os modernos queriam que a teoria histórica se concentrasse nas epistemologias e metodologias cujas lacunas os historiadores poderiam preencher. Os pós-modernos não apenas não descartaram o problema da distância histórica como acabaram por adotar sua causa. Argumentado que a lacuna entre o passado e o presente e entre fato e narrativa nunca poderia ser superada, redefiniram a teoria histórica como

o estudo das dimensões estéticas e literárias que eram intrínsecas à escrita histórica por causa dessa inevitável lacuna.

Os pós-fundacionistas rejeitaram o modernismo de uma forma que dissipa a questão da distância histórica. Antes que eu explore o pós-fundacionismo, porém, preciso resolver uma possível confusão na terminologia. O pós-modernismo é, às vezes, definido como sinônimo de – ou pelo menos um subconjunto do – pós-fundacionismo.<sup>3</sup> No entanto, os teóricos históricos pós-modernos não parecem ser pós-fundacionistas. Ankersmit e White podem rejeitar a ideia de que as narrativas históricas possam ser declaradas como falsas ou verdadeiras simplesmente por apelarem a fatos. Mas eles não parecem rejeitar a ideia dos fatos puros fora das categorias e da linguagem. Pelo contrário, eles definem as narrativas históricas em contraste a esses fatos, sugerindo que tais fatos existem, mas que a escrita histórica não é fixada por eles. Por exemplo, White recorre à “transição do nível do fato ou evento no discurso ao nível da narrativa”; ele argumenta, “esta transição é efetuada pelo deslocamento dos fatos no fundamento das figurações literárias ou, o que equivale à mesma coisa, pela projeção destes fatos na estrutura do enredo de um ou outro dos gêneros da figuração literária (WHITE 1987, p. 47). Assim, na teoria histórica, os pós-modernos podem contestar a possibilidade de as narrativas serem fixadas pelos fatos, mas eles não contestam, como fariam os pós-fundacionistas, a possibilidade de assegurar os fatos.

18

Deixe-me voltar ao pós-fundacionismo e às suas implicações para a distância histórica. Os pós-fundacionistas acreditam que nenhum conhecimento é absolutamente certo. Frequentemente, eles acreditam mais especificamente que o conhecimento nunca possui fundações seguras na experiência pura ou na razão pura. Os pós-fundacionistas têm várias razões para rejeitar a certeza. Alguns enfatizam o conteúdo instável dos signos e a importância das relações entre os signos (DERRIDA 1976). Outros enfatizam a impossibilidade de atribuir significado ou a condição de verdade para proposições isoladas fora de uma rede maior de crenças. Por alguma razão, os pós-fundacionistas concordam que não existe experiência pura. As experiências são necessariamente carregadas de teoria. São em parte constituídas por categorias, tradições, discursos e linguagens precedentes.

Para compreender totalmente as implicações do pós-fundacionismo para a distância histórica, precisamos entender como isso altera as noções de fato e de objetividade (QUINE; ULLIAN 1970). O pós-fundacionismo acaba com a certeza dos fatos, se esses fatos derivam diretamente da experiência pura ou indiretamente por métodos rigorosos. A aceitação de uma experiência particular ou de um método necessariamente depende de teorias precedentes que são falíveis. Para os pós-fundacionistas, um fato não é dado, é uma prova que quase todo mundo de uma dada comunidade aceita, talvez até mesmo tenha uma boa garantia de aceitação devido a outras crenças intersubjetivas daquela comunidade. A definição de um fato decorre do reconhecimento da natureza

<sup>3</sup> Para uma visão mais historicamente flexível do pós-modernismo, ver (BEVIR; HARGIS; RUSHING 2007).

carregada de teoria da experiência. Como a teoria necessariamente entra na experiência, não podemos descrever um fato ou uma declaração de como as coisas são. Fatos sempre envolvem categorias prévias. Eles não são verdades certas. São coisas que atualmente concordamos em aceitar como verdade em função de outras coisas em que acreditamos (BEVIR 1999, p. 31-77).

Uma análise pós-fundacionista dos fatos sugere que eles são sempre entrelaçados com as narrativas. Um fato adquire seu caráter como um resultado de sua relação com outros fatos. Uma narrativa não apenas explica os fatos postulando relações de significado entre eles, mas também revela o caráter desses fatos. Novamente, as narrativas não apenas revelam o caráter dos fatos, elas criam seu caráter e guiam nossas decisões sobre o que conta como um fato. Como não há observações puras, os historiadores parcialmente constroem o caráter de um fato através de suas narrativas.

O pós-fundacionismo mina a possibilidade de tratar fatos como seguros fora de teorias e narrativas. No entanto, insistir na natureza carregada de teoria dos fatos não é necessariamente adotar o relativismo. Os pós-fundacionistas podem redefinir a objetividade em termos de uma comparação sensata entre as narrativas disponíveis. Nesta perspectiva, o conhecimento objetivo depende dos historiadores na crítica e na comparação de narrativas em relação aos fatos em questão. Os historiadores não podem dizer que uma narrativa é comprovada ou falsificada pelos fatos, porém podem comparar as narrativas em termos de seu relativo sucesso em relacionar os fatos a outros entre si destacando suas similaridades, diferenças e conexões. Às vezes, pode ser que não exista uma maneira de os historiadores decidirem entre duas ou mais narrativas, mas este será sempre o caso e, mesmo que o seja, os historiadores ainda poderão decidir entre essas duas ou mais narrativas e muitas outras de qualidade inferior.

Um conceito de conhecimento objetivo como um produto de uma comparação entre histórias rivais levanta a questão de qual critério deve guiar a comparação. Minha opinião é que nós poderíamos derivar tal critério do pressuposto do pós-fundacionismo.<sup>4</sup> Como a questão de definir o critério de comparação surge especificamente para os pós-fundacionistas, nós podemos razoavelmente presumir uma perspectiva pós-fundacionista ao responder à questão. O próprio pós-fundacionismo pode, assim, gerar critérios tais como a precisão para os fatos em questão, a cobertura completa dos fatos relevantes, a consistência e a compatibilidade com os padrões de evidência em questão, e uma progressiva, frutífera e aberta relação a outras narrativas. Por enquanto, no entanto, o ponto importante é que seja qual for o critério que os pós-fundacionistas adotem, eles irão conceber a objetividade como o resultado de uma prática de comparação ao invés de um confronto entre a narrativa e os fatos evidentes.

A análise pós-fundacional dos fatos e da objetividade dispensa o problema da distância histórica. Em termos gerais, o pós-fundacionismo mina a ideia de que

<sup>4</sup> Na verdade, penso que "um fato" é algo que aceitamos como uma percepção exemplar, mas o que se segue não depende desta definição mais específica.

fatos sobre o passado são dados fora das teorias e narrativas do presente; funde passado e presente, fatos e narrativas. Considere-se, mais especificamente, a preocupação moderna com a distância histórica. Uma que vez que os modernos desistiram dos princípios dos historicistas desenvolvimentistas, eles tentaram justificar as narrativas recorrendo aos fatos atomizados. A separação de fatos e narrativas parecia crucial se os fatos serviam para justificar as narrativas. O problema para os historiadores modernos era então superar a distância histórica, evitar anacronismo e certificar os fatos. Sua solução eram os métodos rigorosos. No entanto, os pós-fundacionistas negam a possibilidade de separar os fatos das narrativas como também o passado do presente. O conteúdo dos fatos necessariamente reflete as narrativas nas quais eles estão localizados. Não pode haver fatos fora de narrativas. Não pode haver acesso ao passado fora de nossa reconstrução atual dele. Os modernos poderiam se preocupar que abrir mão da possibilidade de fatos certificados fora das narrativas deixa os pós-fundacionistas sem saída para justificar o conhecimento histórico. Os pós-fundacionistas responderão que esta preocupação erroneamente presume que a justificativa requer um tipo de certidão que simplesmente não podemos ter. Eles dirão que o conhecimento histórico é objetivo não por virtude de sua correspondência a determinados fatos, mas por virtude de ser a melhor descrição atualmente disponível.

## 20

Agora considere a abordagem pós-moderna à distância histórica. Os pós-fundacionistas podem parecer alinhados aos pós-modernos na rejeição à possibilidade de justificar as narrativas pela referência aos fatos certificados. No entanto, os pós-fundacionistas diferem significativamente do pós-modernismo de Ankersmit e White. Os pós-modernos aceitam uma explicação moderna da distância histórica. Eles aceitam a separação dos fatos e das narrativas como também do passado e do presente. É que justamente os pós-modernos argumentam que não há como superar essa separação; as narrativas históricas necessariamente envolvem tropos literários que as distinguem dos registros cronológicos de eventos. No entanto, os pós-fundacionistas rejeitam a possibilidade de fatos fora de contextos teóricos. Todo conhecimento incorpora tanto fatos quanto teorias. Até mesmo as cronologias dos eventos são inerentemente carregadas de teoria. Desse modo, o pós-fundacionismo enfraquece a ênfase pós-moderna na suposta topologia peculiar das narrativas históricas. Todo conhecimento – incluindo a ciência natural como também a história – envolve um tipo de construção teórica ou literária dos fatos (BEVIR 1999, p. 31-77). O pós-fundacionismo, assim sendo, faz o caminho de uma narrativa que envolve um tipo de projeção irrelevante para sua validade. Isso torna a questão relevante sobre a razoabilidade da forma de projeção que a narrativa envolve. Ao dissolver a distância histórica, o pós-fundacionismo remove os fundamentos sobre os quais os pós-modernos tentaram redefinir a teoria histórica como o estudo da natureza peculiarmente literária e da natureza estética das narrativas e representações históricas.

## Repensando a teoria histórica

Como o pós-fundacionismo dissolve a distância histórica, ele contesta as duas principais abordagens teóricas do século XX da teoria histórica. Em princípio, o pós-fundacionismo contesta a teoria moderna com seu foco em fatos e suas ambições metodológicas. A teoria histórica não precisa ser sobre elaborar rigorosos métodos para certificar os fatos. Nenhum método pode certificar os fatos independentemente de um conjunto falível e contestável de teorias contextuais. O conhecimento objetivo depende não de métodos e fatos, mas de um processo de comparação. Além disso, o pós-fundacionismo contesta a teoria pós-moderna com seu foco no estudo das características literárias e estéticas da escrita histórica. A teoria histórica não precisa mais ser sobre tropologia e sim sobre a filosofia da ciência. Sem dúvidas, a apresentação de todos os tipos de conhecimento pode envolver recursos literários; mas as formas na quais as narrativas históricas vão além dos fatos e incorporam teorias não as distingue de nenhum outro tipo de conhecimento.

O pós-fundacionismo aponta para uma nova abordagem da teoria histórica – menos metodológica, menos literária e mais filosófica. A teoria histórica pode perguntar questões epistemológicas sobre o conhecimento e a crença. O que é o conhecimento da história? Como os historiadores deveriam justificar suas crenças sobre o passado? A teoria histórica pode perguntar questões ontológicas sobre objetos que historiadores postulam quando descrevem o passado: que tipos de objetos compõem o passado? Os historiadores devem conceber variados objetos em termos estabelecidos pelo realismo, nominalismo ou construtivismo? E a teoria histórica pode perguntar questões metafísicas sobre conceitos relevantes para a explicação histórica, incluindo causa e efeito, vontade e determinismo, tempo e identidade: os seres humanos são capazes de ações inovadoras? Que formas de explicação os historiadores devem adotar para explicar crenças, ações e práticas?

Uma abordagem pós-fundacionista para a teoria histórica seria diferente do modernismo e do pós-modernismo. Diferente do pós-modernismo, ela não se concentraria em histórias escritas para explorar sua construção literária. Ao invés, retornaria às questões filosóficas sobre as formas de justificação e explicação que historiadores deveriam adotar. No entanto, ao contrário do historicismo moderno, ela não diria aos historiadores como realizar suas pesquisas – quais métodos a adotar ou a renunciar. Em vez disso, exploraria a gramática de nossos conceitos na tentativa de livrar os historiadores dos efeitos sedutores do modernismo.

Meu argumento sobre a distância histórica exemplifica essa abordagem pós-fundacional da teoria histórica. Ela subtrai as implicações conceituais do pós-fundacionismo na tentativa de libertar os historiadores de qualquer preocupação insistente e moderna sobre a relação do passado com o presente ou do fato e com a narração. Ela não eliminou a distinção entre passado e presente – apenas se preocupa com essa distinção. De fato, ainda que o pós-fundacionismo nos permita descartar as preocupações sobre a distância histórica, ela não apaga a distinção entre o passado e o presente. O pós-fundacionismo garante

sobreposições e continuidades entre passado e presente ao localizar o passado em nossas redes de crenças do presente, mas mantém uma distinção em nossas redes de crenças entre o passado e o presente. Novamente, para situar o ponto de uma outra maneira: o pós-fundacionismo distingue o passado e o presente, mas como o historicismo desenvolvimentista, ele nos fornece uma consonância histórica. O pós-fundacionismo nega a ideia que existiria um abismo intransponível entre o passado e o presente, entre o fato e a narrativa. Como o historicismo desenvolvimentista estabeleceu uma ponte do presente de volta ao passado por meio de princípios, então o pós-fundacionismo o faz localizando ambos em uma única rede de crenças.<sup>5</sup> Para os pós-fundacionistas, a possibilidade de o passado ser totalmente estranho ao presente nem sequer é levantada, o passado é apenas o passado do modo como o compreendemos no presente.

Os críticos podem sugerir que os pós-fundacionistas ainda enfrentam preocupações parecidas com aquelas relacionadas à distância histórica; os pós-fundacionistas ainda podem se preocupar com a adequação do uso dos conceitos do presente para transmitir conceitos bastante diferentes do que eles atribuem às pessoas no passado. No entanto, essa crítica falha em reconhecer a extensão em que o pós-fundacionismo diminui as preocupações sobre a distância histórica, reformulando-as como questões de tradução ou de re-descrição dentro da nossa própria rede de crenças. A dificuldade não é mais chegar do presente ao passado; é apenas descrever o que acreditamos sobre o passado e, às vezes, pelo menos transmitir nossas crenças sobre o passado aos outros utilizando conceitos aos quais são compreensivelmente familiares. O pós-fundacionismo dissolve o problema da distância histórica em um conjunto de crenças e conceitos mais abrangente e ainda mais manejável para descrever e comunicar.

Para ver como o pós-fundacionismo reformula preocupações dramáticas em problemas comuns acerca da distância histórica sobre re-descrição, vamos olhar brevemente para três questões específicas. A primeira questão é o relativismo conceitual ou a legitimidade do nosso tratamento de nossas ideias como válidas para outros tempos e lugares. A segunda questão é o significado textual ou a legitimidade de atribuir às ações significados que elas não poderiam ter tido na época. A última questão é a re-encenação ou a legitimidade de utilizar nossos conceitos para cobrir ideias muito diferentes do passado.

### **O relativismo conceitual**

Os relativistas conceituais questionam a legitimidade do tratamento de nossos conceitos como válidos para outras épocas. A posição deles parece implausível, obviamente com o respeito ao conhecimento do mundo natural. Certamente, se os historiadores discutissem a erupção do Monte Vesúvio, eles poderiam utilizar nosso conhecimento do comportamento vulcânico ainda que

<sup>5</sup> A diferença entre as visões pós-fundacionista e pós-moderna do conhecimento foi um dos principais temas em meu debate com Ankersmit. Ankersmit argumentou que o conhecimento histórico nos obriga a "fazer" conceitos enquanto o conhecimento cotidiano nos exige a "corresponder" nossos conceitos a algo de fora deles. Eu respondi que todo o conhecimento envolve "fazer" – nós nunca podemos "corresponder" os conceitos a determinados. Ver: (BEVIR; ANKERSMIT 2000, p. 351-372).

esse conhecimento não tenha sido compartilhado pelas pessoas em Pompéia na época da erupção. Os historiadores podem utilizar livremente nosso conhecimento atual sobre o comportamento vulcânico porque esse conhecimento, na nossa visão, é sobre leis universais.

O relativismo conceitual aparece mais problemático quando os historiadores discutem a vida humana. Se historiadores descrevem ou explicam o passado utilizando conceitos de ação e significado, eles infligem violência às pessoas que não professaram aqueles conceitos? Se as pessoas não se concebem como sujeitos agindo por próprias razões, os historiadores podem legitimamente discutir suas ações em tais termos? Os historiadores podem aplicar nosso conceito de ação sobre outros, desde que nossa análise desse conceito sugira que ele se aplica universalmente. No entanto, a ideia relevante da aplicabilidade universal não pode ser fornecida por nenhuma quantidade de evidência empírica. (A evidência empírica não pode dar suporte a tal universalidade em parte por causa do problema familiar da indução e em parte porque a evidência empírica incorporaria a análise a qual ela deveria dar apoio, de modo que a justificativa da análise por sua referência à evidência seria tautológica.) Se os historiadores querem dar aplicabilidade universal para o nosso conceito de ação, então eles devem fazê-lo por meio de argumentos filosóficos. Os historiadores têm que demonstrar que a gramática dos nossos conceitos é tal que nosso conceito de ação se aplica a outros tempos. Novamente, os historiadores se desviam do relativismo conceitual mostrando que intencionalidade e o arbítrio são características invariantes do nosso conceito de ação.

Um relativista conceitual poderia reclamar que nossa análise conceitual da ação, com sua relação à noção de intencionalidade, pode ser falsa. Mas essa queixa não é o ponto. A questão não é defender nossos conceitos como Verdade em qualquer sentido metafísico amplo. É simplesmente para mostrar que nossa crença nesses conceitos nos compromete com algumas posições. Uma vez que concordamos que não possuímos prova conclusiva sobre a Verdade de nossos conceitos – um ponto ao qual os relativistas dão bastante peso – o fato de que nossas crenças podem não ser a Verdade deve nos preocupar muito pouco. O que nos irá preocupar é, primeiro, que nossos conceitos são aqueles que utilizamos por boas razões e, segundo, que esses conceitos implicam a razoabilidade da aplicação de nossa análise conceitual da ação sempre que discutimos as ações.

### **O significado textual**

Os apelos filosóficos à gramática dos nossos conceitos permitem aos historiadores defender o uso de conceitos abstratos referentes às capacidades humanas universais. É difícil imaginar tais argumentos filosóficos aplicados a conceitos concretos que determinam o conteúdo a essas capacidades. A gramática dos nossos conceitos pode justificar um historiador tratar as pessoas como agentes mesmo que elas não tenham se compreendido como tais, mas isso não parece justificar nenhuma alegação de que os agentes atuam universalmente de uma determinada maneira. Novamente, pode não ser anacrônico discutir se pessoas tiveram a capacidade para o arbítrio se elas não possuíram tal conceito, mas



talvez é anacrônico discutir o arbítrio de Shakespeare como expressado em *Júlio César*<sup>6</sup> de uma forma que atribui a ele nossa concepção de relógio de punho.

A distância histórica muitas vezes é discutida em relação à legitimidade de atribuir às ações significados que elas poderiam ter tido naquele tempo (SKINNER 1988).<sup>7</sup> Como a noção de Polis de Aristóteles difere de nosso conceito de Estado, talvez seja anacrônico referir ao seu texto como se fosse um tratado sobre o Estado. Apenas são legítimas as leituras que evocam as intenções dos atores? Quase todas as tentativas de resolver esta questão caem na falácia do significado textual.<sup>8</sup> Elas procedem como se os textos tivessem significados intrínsecos, sejam esses significados singulares ou plurais. Muito há a ganhar insistindo que os significados são sempre significados para as pessoas. Um texto só é um movimento físico, tinta no papel, ou óleo sobre a tela. Um texto ganha significado somente se um ou mais indivíduos atribuem significado a ele. A gramática de nossos conceitos nos impede de postular significados que não podemos atribuir a pessoas específicas.

Embora os textos somente tenham significados para as pessoas, essas pessoas não precisam ser autores dos textos. Eles podem ser leitores, inclusive nós mesmos. Sendo assim, os historiadores podem legitimamente atribuir a textos significados que os seus autores, mesmo seus autores contemporâneos, podem não ter tido a intenção de produzir. Os historiadores apenas têm de ser claros para quem o texto teve esses significados. Os historiadores poderiam dizer que o texto de Aristóteles significou algo para os leitores no século XIX, ou que significa algo para nós, e eles podem fazê-lo mesmo se aquele significado não é o qual Aristóteles ou seus contemporâneos poderiam plausivelmente ter atribuído ao texto.

24

### Re-encenação

Talvez os problemas da distância histórica surjam não porque os historiadores aplicam nossos conceitos ao passado, mas porque eles atribuem às pessoas crenças que essas pessoas poderiam não ter considerado. Contudo, não temos fundamentação filosófica para descartar a possibilidade de alguém ter tido uma crença. Temos apenas bases empíricas para considerá-la como altamente improvável que eles assim fizeram. Propriamente falando, portanto, as falácias anacrônicas ocorrem quando atribuímos às pessoas crenças que empiricamente acreditamos ser extraordinariamente improvável que elas tenham tido. A distância histórica aparece quando os historiadores utilizam nossos conceitos para se referir a conceitos muito distintos que eles atribuem às pessoas no passado.

A análise da distância histórica permanece complexa mesmo depois de reduzi-la a tentativas de re-encenar as crenças passadas. As complexidades

<sup>6</sup> Nota dos tradutores: Tragédia que contém um famoso exemplo de anacronismo. Em seu ato primeiro, cena segunda, um diálogo faz referência a um relógio mecânico que ainda não havia sido inventado no tempo em que a peça era datada, 44 a. C., mas que era presente nos tempos de seu autor, Shakespeare.

<sup>7</sup> Embora Skinner se apresente como discutindo interpretações textuais anacrônicas, penso que ele erra seu alvo e que sua real preocupação é com as re-encenações anacrônicas.

<sup>8</sup> Outro assunto em meu debate com Ankersmit foi a validade de equacionar os significados com a intencionalidade dos indivíduos. Ver: BEVIR; ANKERSMIT, 2000.

vêm à tona quando nos lembramos de que as crenças passadas não são objetos aos quais os historiadores têm acesso direto. Elas são objeto que os historiadores postulam com base em evidências. Ainda mais complexidades vêm à tona quando percebemos que o processo de postular crenças inevitavelmente cria uma lacuna entre essas crenças e as palavras em que elas são expressas. Ainda que os historiadores possam ter somente o registro das palavras que Aristóteles utilizou em sua *Política*, o resultado seria uma transcrição. Quando os historiadores postulam crenças, eles selecionam as palavras para isso. A esse respeito, a re-encenação é mais bem descrita como atribuição.

Portanto, podemos diferenciar entre a atribuição de crenças anacrônicas e o uso de palavras anacrônicas para evocar crenças. Somente a primeira é um problema. Os erros anacrônicos surgem quando um historiador atribui a pessoas crenças sobre coisas que não existiram no tempo em que elas viveram. Mas mesmo esses erros são às vezes apenas casos nos quais os historiadores não estão suficientemente esclarecidos sobre o nível de abstração em que estão descrevendo as crenças relevantes. Por exemplo, se os historiadores escrevem sobre a visão de Aristóteles acerca da separação de poderes, um crítico pode objetar que Aristóteles poderia não ter tido crenças sobre a separação de poderes. Se historiadores estão utilizando a frase "separação de poder" em um sentido estrito para se referir aos poderes Executivo e Judiciário do governo como sendo institucionalmente distintos do Legislativo, o crítico sem dúvida poderia ter um excelente ponto. No entanto, se os historiadores estão utilizando a frase em um sentido mais abstrato para teorias constitucionais nas quais nenhum órgão tem a palavra final sobre decisões coletivas, parece muito menos certo que Aristóteles não possuía as crenças necessárias para considerar tais assuntos. A questão aqui não é a re-encenação através da distância histórica, mas a adequação de conceitos abstratos para casos mais particulares dadas certas circunstâncias.

## Conclusão

Espero ter dissipado o problema da distância histórica. Como fiz esse truque? Meu argumento geral foi que as preocupações sobre a distância histórica surgiram apenas quando os historicistas modernos quiseram certificar suas narrativas recorrendo a fatos atomizados e a métodos rigorosos. Os modernos se preocuparam que a distância dos fatos pudesse minar a verdade de uma narrativa. Em nítido contraste, argumentei que o pós-fundacionismo mina a ideia dos fatos puros não apenas na teoria histórica, mas para todo o conhecimento. Ele coloca um problema geral de como definir o conhecimento objetivo sem apelar a fatos puros. Eu sugeri que nós o fazemos ao conceber o conhecimento objetivo como um produto de uma comparação entre as descrições rivais disponíveis. Este conceito de objetividade remove a necessidade por fatos puros. Isso nos permite dispensar as preocupações sobre a distância histórica como um efeito sedutor da ideia moderna dos fatos atomizados.

O pós-fundacionismo, assim, derruba a explicação comum da distância histórica e do anacronismo. A distância histórica é concebida em termos da relação entre objetos passados e contextos presentes. O anacronismo

tipicamente aparece como um posicionamento de um objeto em um contexto inapropriado. O aparecimento de um relógio de pulso em uma peça sobre a antiga Roma é um caso paradigmático. No entanto, o pós-fundacionismo sugere que nós não temos objetos e contextos com o grau de fixidez pressuposto por essa análise do anacronismo. Assim, transformei a distância histórica em uma relação entre nossos conceitos e as crenças que atribuímos às pessoas no passado. Quando pensamos sobre a distância histórica dessa maneira, três questões se destacam. Primeiramente, precisamos esclarecer o alcance conceitual dos nossos conceitos. Discuti aqui que podemos refutar o relativismo conceitual utilizando argumentos filosóficos sobre a gramática de nossos conceitos. É aparentemente clara a falta de universalidade de nosso conceito de um relógio de pulso, o qual faria sua aparição em *Júlio César*, responsável pela acusação de anacronismo pernicioso. Segundo, precisamos perguntar a quem pertencem as crenças que queremos narrar. Argumentei aqui que nós legitimamente podemos atribuir a ações significados que elas não tiveram na época, desde que estejamos certos que os significados relevantes existiram para leitores posteriores. O autor de *Júlio César* poderia defender a aparição de um relógio de pulso na peça dizendo que sua produção dizia respeito ao significado que a peça tinha para ele enquanto uma história sobre o poder absoluto. Finalmente, precisamos perguntar o quão precisamente nossos conceitos capturam as crenças que queremos narrar. Argumentei aqui que o grau requerido de precisão varia com o propósito e o nível de abstração da narrativa. Um autor pode argumentar que sua obra procurou tratar das questões de poder em um nível suficientemente abstrato para traduzir, em nossos termos, em que Shakespeare acreditou.

### Referências bibliográficas

- ADCOCK, R; BEVIR, M; STIMSON, S (orgs.). **Modern Political Science**: anglo-american exchanges since 1880. Princeton: Princeton University Press, 2007.
- ANKERSMIT, F. **Historical Representation**. Stanford: Stanford University Press, 2001.
- \_\_\_\_\_. **History and Tropology**: the Rise and Fall of Metaphor. Berkeley: University of California Press, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Narrative Logic**: a Semantic Analysis of the Historian's Language. Den Haag: Nijhoff, 1983.
- \_\_\_\_\_. **Sublime Historical Experience**. Stanford: Stanford University Press, 2005.
- BENTLEY, M. **Modernizing England's Past**: English Historiography in the Age of Modernism 1870-1970. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- BEVIR, M. Sidney Webb: Utilitarianism, Positivism, and Social Democracy. **Journal of Modern History**, v. 74, p. 217-52, 2002.

- \_\_\_\_\_. **The Logic of the History of Ideas.** Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- \_\_\_\_\_; ANKERSMIT, F. Exchanging Ideas. **Rethinking History**, v. 4, p. 351-372, 2000.
- \_\_\_\_\_; HARGIS, J.; RUSHING, S. (orgs.). **Histories of Postmodernism.** New York: Routledge, 2007.
- BURROW, J. **A Liberal Descent:** Victorian Historians and the English Past. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- \_\_\_\_\_. **Evolution and Society.** Cambridge: Cambridge University Press 1966.
- CAPALDI, N. **John Stuart Mill:** a biography. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- DERRIDA, J. **Of Grammatology.** Trans. G. Spivak. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1976.
- KLOPPENBERG, J. **Uncertain Victory:** Social Democracy and Progressivism in European and American Thought, 1870-1920. New York: Oxford University Press, 1986.
- LASLETT, P. (orgs.). **John Locke's Two Treatises of Government:** A Critical Edition with an Introduction and Apparatus. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.
- \_\_\_\_\_. "Introduction". In: LASLETT, P. (ed.). **Philosophy, Politics and Society.** Oxford: Basil Blackwell, 1956.
- NOVICK, P. **That Noble Dream:** the "Objectivity Question" and the American Historical Profession. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- OTTER, S. den. **British Idealism and Social Explanation.** Oxford: Clarendon Press, 1996.
- QUINE, W.; ULLIAN, J. **The Web of Belief.** New York: Random House, 1970.
- ROSS, D. "On the Misunderstanding of Ranke and the Origins of the Historical Profession in America". In: IGGERS, G; POWELL, J (orgs.). **Leopold von Ranke and the Shaping of the Historical Discipline.** Syracuse: Syracuse University Press, 1990, p. 154-169.
- \_\_\_\_\_. **The Origins of American Social Science.** Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- SKINNER, Q. "A Reply to Critics". In: TULLY, J. (org.) **Meaning and Context:** Quentin Skinner and His Critics. Cambridge: Polity Press, 1988.
- \_\_\_\_\_. Interview by Petri Koikkalainen and Sami Syrämäki. **Finnish Yearbook of Political Thought** 6, 2002.
- \_\_\_\_\_. "Meaning and Understanding in the History of Ideas". In: TULLY, J. (org.) **Meaning and Context:** Quentin Skinner and His Critics. Cambridge: Polity Press, 1988.

WHITE, H. **Figural Realism**: studies in the Mimesis Effect. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1999.

\_\_\_\_\_. **Metahistory**: the Historical Imagination. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1973.

\_\_\_\_\_. **The Content of the Form**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1987.

\_\_\_\_\_. **Tropics of Discourse**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1978.

# Abolir o passado, reinventar a história: a escrita histórica de Hanfeizi na China do século III a.C.

Abolish the Past, Reinventing the History: the historical writing of Hanfeizi in China, 3<sup>rd</sup> century BC

---

## André Bueno

orientalismo@gmail.com

Professor adjunto

Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Rua São Francisco Xavier, 524/9023a - Maracanã

20550-013 - Rio de Janeiro - RJ

Brasil

---

## Resumo

Na antiguidade, os intelectuais chineses acreditavam que a História continha todos os exemplos morais necessários para guiar a sociedade. Os pensadores deveriam buscar, no passado, as respostas para os desafios políticos, estratégicos e culturais. A História era, portanto, o caminho para a redenção moral. Todavia, no século III a.C., o pensador Hanfeizi, interessado em promover a teoria política da escola Legista, propôs que, sem abolir por completo o passado, seria impossível construir uma nova sociedade. Este artigo busca compreender no que consistia a proposta de Hanfeizi – abolir o passado, e reinventar a História – e os desdobramentos que ela teve para a sociedade e a historiografia chinesa.

## Palavras-chave

Sinologia; China Antiga; Historiografia Chinesa.

## Abstract

In ancient times, Chinese intellectuals believed that History contained all the necessary moral examples to guide society. Thinkers should seek, in the past, the answers to the political, strategic and cultural challenges. History was therefore the path to moral redemption. However, in the 3<sup>rd</sup> century BC, the thinker Hanfeizi – who sought to promote the political theory of the Legalist school – proposed that without abolishing altogether the past, it would be impossible to build a new society. This article seeks to understand Hanfeizi's proposal of abolishing the past and reinventing history – and the consequences that it had for Chinese society and historiography.

## Keywords

Sinology; Ancient China; Chinese Historiography.

29

---

Recebido em: 18/3/2015

Aprovado em: 10/7/2015

No século -3,<sup>1</sup> o reino de Qin 秦<sup>2</sup> dava pleno curso ao seu plano de unificar a China em um único Estado centralizado, baseado nas teorias defendidas pelos pensadores da Escola Legista (Fajia 法家). Várias foram as medidas tomadas nesse sentido: a classe nobre dos territórios conquistados teve suas terras confiscadas, e seus privilégios cassados; pesos, medidas, preços e moedas foram unificados, e uma fiscalização rigorosa foi estabelecida para garantir o funcionamento correto de mercados e tribunais. O governo nobiliárquico foi substituído por uma burocracia profissional, formada por funcionários treinados especialmente para lidar com questões jurídicas e administrativas (Sima Qian, *Shiji* 史記, cap. 5, "Qin Benji" 秦本紀). Todas essas medidas iam de encontro às mais arraigadas tradições da sociedade chinesa, causando insatisfações dos mais diversos gêneros.

Uma preocupação constante entre os teóricos legistas era, portanto, em como modificar os costumes do povo chinês, de maneira que a imposição do novo regime se consolidasse. Eles estavam cientes de enfrentar um desafio considerável: a cultura chinesa já se entendia milenar nesse período, com uma longa trajetória histórica que norteava a sua formação e lógica. Nesse sentido, pois, o pensador Hanfeizi 韓非子 (-280 -233) concebeu que a única forma de impor o novo sistema político e ideológico de Qin seria a abolição do passado. A história antiga não deveria mais servir de modelo para as gerações atuais; ela deveria ser restringida até ser esquecida, e seus modelos inspiradores deveriam ser apagados. Seu raciocínio parecia correto: afinal, para os historiadores chineses desse período, a história significava o alicerce de sua civilização. Era nela que deveriam ser buscadas as inspirações, os modelos e respostas para os problemas que afligiam a sociedade. O estudo da história revelava as origens da cultura, dos ritos, de todas as práticas e costumes que determinavam a sua estrutura constituinte. Abolir a história, pois, implicava em desconectar-se com o passado, criando uma sociedade de novos hábitos e visões. Mas como fazê-lo?

A máquina administrativa de Qin fora capaz de atrair uma parcela significativa da população, interessada em ascender socialmente por meio do serviço público ou militar (YATES 2014, p. 141-155). No entanto, a escrita histórica permanecia a mesma, fomentando um conflito entre os intelectuais contra as novas propostas promovidas pelo governo. Hanfeizi percebeu, portanto, que era preciso desconstruir o sentido da escrita histórica chinesa, adaptando-a ao novo contexto ideológico.

Nesse artigo, pois, faremos uma análise da proposta de Hanfeizi para abolir o passado e reinventar a história, percorrendo o seguinte roteiro: inicialmente, faremos uma apresentação da escrita histórica chinesa tradicional, datada da época de Confúcio, e seus modelos fundamentais, de modo a compreendermos os conceitos, estilos e procedimentos com os quais Hanfeizi iria lidar; em um segundo momento, iremos nos deter especificamente em dois trechos de seus escritos, nos quais ele propõe a negação do passado, e no que se constitui a

<sup>1</sup> De acordo com uma convenção sinológica de uso corrente, as datas AEC são representadas pelo sinal "-", e as datas EC pelo sinal "+".

<sup>2</sup> Ao longo do texto, a primeira aparição de um nome chinês será acompanhada de seu logograma.

ideia de contradição-anacronismo; por fim, analisaremos os desdobramentos de sua proposta durante a dinastia Qin e no início do período Han, buscando compreender suas contribuições para a escrita da história chinesa.

### A crise ética na China Antiga e os modelos de história

Para compreendermos a tradição histórica existente na época de Hanfeizi, precisamos retornar a um período anterior da história chinesa. Uma série de crises políticas e sociais afetava a estrutura do império chinês, durante a dinastia Zhou 周, em torno do século -6. Os Estados chineses, organizados de forma muito similar à estrutura feudal da Europa Medieval, combatiam uns aos outros, de modo incessante, numa infindável disputa pelo poder. Havia uma crise generalizada no meio social, representada pelo aumento da violência, da corrupção e da insegurança. Essa visão era compartilhada de modo geral por todos os autores e intelectuais desse período, que passaram a disputar, igualmente, a primazia de suas ideias como solução a crise iminente, constituindo um período histórico que ficou conhecido como “Época das Cem Escolas de Pensamento”.

O primeiro desses pensadores, e mais destacado deles, foi Confúcio 孔夫子 (-551 a -479). Confúcio defendia que a crise social e institucional da sociedade chinesa, na época, era causada pela perda da Cultura e das Tradições (Li 禮). Para ele, a solução seria promover um amplo programa educativo, capaz de tornar cada pessoa um elemento crítico e ativo na manutenção da sociedade. A proposta de Confúcio nos parece bastante moderna, mas tratava-se exatamente disso. Ele resgatou uma série de livros considerados clássicos e fundamentais para a Educação chinesa, e realizou uma vasta reedição e divulgação dos mesmos. Sua inspiração vinha diretamente do passado, e por isso, seu discurso baseava-se numa difusão da História como forma de redenção moral, através dos exemplos dos antigos. Ele mesmo afirmara: “não invento, apenas repasso” (Confúcio, *Lunyu* 論語, 7, 1, tradução minha)<sup>3</sup> e “amo os antigos, e os imito” (Confúcio, *Lunyu* 論語, 7, 1, tradução minha).<sup>4</sup> Sua frase mais famosa, porém, é: “Mestre é aquele que, por meio do antigo, descobre o novo” (Confúcio, *Lunyu* 論語, 2, 11, tradução minha).<sup>5</sup> Por fim, ele afirmou: “A dinastia Zhou se espelhou nas duas anteriores; que civilização magnífica! Eu sigo Zhou” (Confúcio, *Lunyu* 論語, 3,14, tradução minha).<sup>6</sup> Esse fragmento é fundamental para compreender o pensamento de Confúcio. Para ele, o exame do passado seria capaz de nos dar respostas para situações atuais – fosse pela aplicação de uma resposta similar àquela encontrada no passado, ou ainda, pela descoberta de uma nova resposta, ao constatar-se que um problema realmente não encontraria precedência na literatura histórica.

Por isso, Confúcio deu uma grande ênfase ao papel da história em seu projeto educacional. Todos os livros por ele resgatados tinham elementos historicizantes. O *Tratado das Poesias* (*Shijing* 詩經) preservava poemas

<sup>3</sup> No original: “述而不作”.

<sup>4</sup> No original: “信而好古”.

<sup>5</sup> No original: “溫故而知新，可以為師矣”.

<sup>6</sup> No original: “周監於二代，郁郁乎文哉！吾從周”.



e músicas antigas, que ilustravam o imaginário da sociedade em tempos antigos; o *Tratado das Mutações* (*Yijing* 易經) explicava as antigas concepções científicas chinesas, e possuía ainda um caráter oracular; as *Recordações da Cultura* (*Liji* 禮記) apresentava uma vasta coleção de capítulos diversos, discutindo etiqueta, costumes, crenças, educação, música, tratando-se enfim de uma enciclopédia de cultura chinesa; e o *Tratado da Música* (*Yuejing* 樂經, hoje perdido) recolhera teorias e músicas capazes de representar e manifestar os sentimentos humanos na sociedade. Mas dois livros dessa coleção de seis clássicos eram, especificamente, de História. O *Tratado dos Livros* (*Shujing* 書經) era uma coletânea de episódios e discursos das grandes personalidades do passado, demonstrando que os chineses já tinham o hábito de realizar registros históricos desde tempos imemoriais (ou ao menos, desde o séc.-12, quando iniciou a Dinastia Zhou); e as *Primaveras e Outonos* (*Chunqiu* 春秋) constituíam uma cronologia episódica dos tempos mais recentes, feita pelo próprio Confúcio, com os registros e arquivos mantidos pelo Estado de Lu 魯國, sua terra natal e lugar onde passou seus últimos anos.

Esses dois livros são bastante diferentes entre si. O *Shujing* é composto de capítulos longos, nos quais são apresentadas personagens centrais, e seus papéis no desenrolar de um evento. Breves informações biográficas formam a introdução de cada seção, apresentando o ator principal da narrativa. No seguir, acompanhamos seu discurso, ou a descrição do evento. O *Shujing* introduz a ideia da biografia exemplar, pela qual podemos tomar como modelo seus heróis civilizadores. Um trecho do *Shujing* exemplifica o que queremos demonstrar:

32

Investigando a Antigüidade, verificamos que Di Yao<sup>7</sup> se chamava Fang-Xun. Era reverente, esclarecido, instruído e atento, com naturalidade e sem esforço. Era sinceramente cortês e capaz de toda e qualquer complacência. A gloriosa influência dessas qualidades foi sentida nos quatro quadrantes do território e alcançou o céu no alto e a terra aqui em baixo. Distinguiu os capazes e virtuosos; depois, amou a todos aqueles pertencentes às nove classes da sua parentela, que assim se tomou harmoniosa. Regulamentou e refinou também o povo dos seus domínios, que se tornou todo ele brilhantemente esclarecido. Por fim unificou e harmonizou os inúmeros estados; assim se transformaram as populações de cabelos pretos. E o resultado foi a concórdia universal (Confúcio, *Shujing*, I,1 'Canon de Yao' 堯典, tradução de Lin Yutang).<sup>8</sup>

O modelo biográfico do *Shujing* deveria constituir um exemplo perfeito de analogia para a conduta moral e social, adequada de forma harmoniosa às leis da Natureza. A ideia de continuidade, perpetrada pelo sucesso em responder aos desafios do passado, embasava a necessidade de se ilustrar e se equivaler a esses modelos.

Mesmo assim, Confúcio nos revelou (ou investiu em) outra forma de escrita histórica, presente no *Chunqiu*. O texto desse livro é absolutamente seco, quase

<sup>7</sup> Imperador Yao (Di Yao 帝堯), ou Fang Xun 放勳, soberano mítico do passado chinês, cujas datas se situariam entre -2358-2258.

<sup>8</sup> No original: "曰若稽古帝堯, 曰放勳, 欽、明、文、思、安安, 允恭克讓, 光被四表, 格于上下。克明俊德, 以親九族。九族既睦, 平章百姓。百姓昭明, 協和萬邦。黎民於變時雍".

fragmentário, apresentando uma data, os personagens e a descrição do evento. Segundo Liuxie 刘勰 (466+522), um dos primeiros especialistas em literatura chinesa, a explicação para essa diferença consistia na tipologia da redação histórica, presente desde a mais remota antiguidade chinesa:

O *Quli* diz; “os historiadores preparam seus pincéis para tomar notas”, o que significa que “História” significa “anotar” - ou seja, historiadores são aqueles que, à direita ou à esquerda do soberano, anotam e recolhem seus registros. No Passado, os da esquerda recolhiam os fatos, os da direita as palavras. O clássico das Palavras é o *Shangshu (Shujing)*, e o dos Fatos é o *Chunqiu* (Liuxie, *Wenxin Diaolong* 文心雕龍 16, tradução minha).<sup>9</sup>

Assim, a escrita das datas seria uma relação cronológica, baliza referencial para algum evento. No caso do *Chunqiu*, isso ficava ainda mais claro. Extraído diretamente dos anais da corte de Lu, ele nos parece incompreensível sem explicações adicionais. O que ocorre é que Confúcio redigira o texto de maneira criptográfica, justamente, para introduzir debates de caráter analógico aos episódios históricos. A escrita do *Chunqiu* é codificada: alguém que “morreu naturalmente” implica num personagem de vida exemplar, enquanto outro que “morreu de modo turbulento” deixa subentendido a acusação de um crime, um desregramento, ou simplesmente pode ser visto como um anti-modelo. As palavras usadas por Confúcio indicavam, de modo sutil ou direto, acusações ou louvações às figuras históricas, ou mesmo aos seus contemporâneos – motivo pelo qual ele foi constantemente perseguido durante um longo tempo de sua vida. Como comenta, novamente, Liuxie:

33

A partir do rei Ping, a dinastia começou a declinar, e não foi mais digna de figurar no Livro das Odes. Leis e normas se dispersaram e se enredaram, e os princípios eternos se perderam. O Mestre Confúcio lamentou profundamente que o soberano abandonara o Dao; desolado pela destruição de sua cultura, viveu retirado suspirando pela Fênix e vagou pelos caminhos clamando pela vinda do unicórnio. Mas então, se reuniu com o grande Mestre da Música para corrigir as poesias e os hinos; baseando-se na história de Lu escreveu o *Chunqiu*. Tratou dos enganos e dos erros para mostrar os avanços e retrocessos, e deu testemunho do que havia perdurado e do que havia perecido como conselho e advertência. Uma palavra de elogio valia mais que carruagens e vestidos cerimoniais; uma palavra de censura cortava mais profundamente que machados e facas. Seu significado profundo é obscuro e enigmático, mas o texto que o entrelaça é harmonioso e conciso. Qiuming,<sup>10</sup> seu contemporâneo, chegou a compreender o mistério de suas palavras, partiu de sua raiz e alcançou os ramos. Assim criou o gênero dos comentários (o *Zuozhuan*) (Liuxie, *Wenxin Diaolong* 文心雕龍 16, tradução minha).<sup>11</sup>

Com o tempo, as explicações para as passagens foram se diluindo ou tornando-se confusas, o que levou posteriormente à redação de três livros

<sup>9</sup> No original: “曲禮曰:史載筆。史者,使也。執筆左右,使之記也。古者左史記事者,右史記言者。言經則《尚書》,事經則《春秋》也”。

<sup>10</sup> Zuo Qiuming 左丘明, autor do *Comentário Zuo*.

<sup>11</sup> No original: “自平王微弱,政不及雅,憲章散紊,彝倫攸斁。昔者夫子閔王道之缺,傷斯文之墜,靜居以歎鳳,臨衢而泣麟,於是就太師以正《雅》、《頌》,因魯史以修《春秋》。舉得失以表黜陟,徵存亡以標勸戒;褒見一字,貴踰軒冕;貶在片言,誅深斧鉞。然睿旨幽隱,經文婉約,丘明同時,實得微言。乃原始要終,創為傳體”。

auxiliares para explicar o *Chunqiu*: o *Zuozhuan* 左傳 (Comentário Zuo), o *Guliangzhuan* 穀梁傳 (Comentário Guliang) e o *Gongyangzhuan* 公羊傳 (Comentário Gongyang). Outros livros de comentários teriam existido, mas esses três foram os que mais se difundiram, sendo o *Zuozhuan* considerado, pela maior parte dos confucionistas, como o comentário “ideal” do *Chunqiu*, como citado por Liuxie.

Um fragmento pode nos ilustrar o teor do livro: “Inverno, 11ª Lua, Lua Nova, o Duque de Song combateu Chu em Hong, o exército de Song foi derrotado” (Confúcio, *Chunqiu*, Livro Xigong 僖公, tradução minha).<sup>12</sup> Notem, pois, o comentário árido de Confúcio: o Duque foi derrotado (grifo meu) pelo exército de Chu. Nada mais. Em sua época, provavelmente, a passagem era conhecida, e podia ser explicada, comentada e discutida. Todavia, o uso específico da palavra “derrota” tinha implicações diretas. Significava antes de tudo, por sua interpretação, que Song estaria errado em seus propósitos ou meios, e por essa razão, fora derrotado. Mas quais seriam? É o *Zuozhuan* que fornece uma longa historietta conexa para explicar a passagem. O duque Xian de Song contava com estrategistas hábeis, mas ele se supunha uma pessoa de inteligência privilegiada, moralmente superior e modesta – e por isso, não aceitou os conselhos de seus comandantes, terminado ferido na batalha. A palavra *Sábio* (*Sheng* 聖), em chinês, significa “Aquele que escuta”. “Dar ouvidos”, pois, seria uma atitude sensata, mas ele não o fez. Tudo isso se depreendia, assim, da análise de um único termo. Assim, o duque de Song se tornaria exemplo de fracasso moral e intelectual.

34

O uso cuidadoso das palavras, por parte de Confúcio, baseava-se na concepção do autor de uma profunda relação entre as terminologias e seus sentidos. Ele acreditava, de certa forma, que as analogias contidas nas palavras representavam de fato as ideias nelas contidas. Por isso mesmo Confúcio foi o primeiro defensor de uma *Retificação dos Nomes* (*Zhengming* 正名), tentando fazer com que o uso das palavras se adequasse intimamente ao contexto e ao sentido. Para ele, as palavras não deveriam guardar ambigüidades ou sentidos múltiplos:

Quando os nomes não são corretos, a linguagem fica sem sentido. Quando a linguagem fica sem sentido, nenhum assunto pode ser resolvido. Quando nenhum assunto pode ser resolvido, os ritos e a música cessam. Quando os ritos e a música cessam, punições e penalidades erram o alvo. Quando punições e penalidades erram o alvo, as pessoas não sabem onde estão. Por isso, aquilo que um educado concebe, ele tem de ser capaz de dizer; e aquilo que ele diz, ele tem de ser capaz de fazer. No que se refere à linguagem, um educado não deixa nada ao acaso (Confúcio, *Lunyu* 13, 3, tradução de Simon Leys).<sup>13</sup>

Nesse sentido, ao ser perguntando sobre conceitos complexos, Confúcio era vago em defini-los, justamente para não acoplar sentidos desviantes (Confúcio, *Lunyu* 9, 1, tradução de Simon Leys). Isso não lhe parecia incoerente, já que um conceito complexo deveria ser apreendido intimamente, e talvez não pudesse

<sup>12</sup> No original: “冬,十一月,己巳,朔,宋公及楚人戰于泓,宋人既成列。”

<sup>13</sup> No original: “名不正,則言不順;言不順,則事不成;事不成,則禮樂不興;禮樂不興,則刑罰不中;刑罰不中,則民無所措手足。故君子名之必可言也,言之必可行也。君子於其言,無所苟而已矣。”

ser explicado por várias palavras – o que implicava associar vários sentidos, caindo no erro de multiplicar analogias incompletas (VANDERMEERSCH 1993; LEVI 1993).

Para a escrita da história e do pensamento chinês, esse passo foi fundamental. Todos os autores após Confúcio consultaram seus escritos, de modo a afirmá-los ou refutá-los. Confúcio conseguira construir um alicerce literário do qual ninguém, com a pretensão de sábio, poderia escapar ou ignorar. O principal, contudo, é que ele consolidou a ideia de se expressar por meio de analogias, tornando o exercício do pensar numa apreciação estética, no qual as imagens devem ser construídas ou desconstruídas para se alcançar um sentido (SCHABERG 2001). Após Confúcio, o debate das ideias tornar-se-ia um criativo e arguto confronto de analogias, favorecendo, por vezes, a construção de belíssimas imagens narrativas. Isso teria um profundo impacto na apreciação da História pelos antigos chineses. As imagens do passado seriam o ponto de partida para decisões políticas, revisões jurídicas e avaliações estratégicas, permanecendo no imaginário como uma fonte infindável de exemplos.

### A revisão dos Legistas

Era esse o ponto, justamente, que dificultava a implantação de uma nova ordem ideológica. Para os legistas, no geral, a instauração de um novo governo passava pelo necessário reforço das leis, da ordem e da centralização do poder. Para autores como Shen Buhai 申不害 (?-337) ou Shang Yang 商鞅 (-390-338) era possível encontrar exemplos, no passado, de governantes que conseguiram fazê-lo (Shang Yang, *Shang Junshu* 商君書, cap.9 “Cuofa” 錯法). No entanto, dois pontos básicos expunham a fragilidade de seus pontos de vista: o primeiro, de que eles recorriam às histórias recolhidas por Confúcio para delas extraírem uma interpretação própria; e que essa interpretação fatalmente culminava com a afirmação do discurso Confucionista, já que esses mesmos soberanos do passado, quer estivessem tentando algumas práticas tidas como “legistas”, foram esporádicos e nem sempre bem sucedidos, levando a intelectualidade chinesa a duvidar da capacidade legista de impor seus pontos de vista.

Foi Hanfeizi 韓非子 (-280-233) que conseguiu, no nível do discurso, resolver o problema da analogia com o passado na escrita histórica. Hanfeizi não negava o procedimento analógico, mas deslocava o problema do sentido para o problema do *tempo*. Certos contextos apontavam para determinadas tendências ou procedimentos, que não necessariamente se repetiriam. Seu objetivo, na verdade, era abolir a história e o passado chinês, construindo uma nova história para a dinastia que apoiava, os Qin 秦朝 (cuja consolidação se daria, finalmente em -221). Ele propunha que a solução dos problemas chineses somente se daria por uma nova forma de ordenação cósmica, expressa pela construção de leis que indicassem, precisamente, os atributos, espaços e funções de cada elemento no mundo (Hanfeizi, *Hanfeizi* 韓非子, cap. 5 “Zhudao” 主道. Ver também PINES 2013, p. 67-86; GALVANI 2013, p. 87-107). Desse modo, os Legistas esperavam levar ao máximo a prática da “Retificação dos Nomes”, de que se apropriaram do Confucionismo, estabelecendo um novo padrão de linguagem

e de expressões de sentido (NORDEN 2013, p. 135-147). Nesse âmbito, teria surgido o primeiro dicionário chinês conhecido, o *Erya* 爾雅 (*O Sentido Correto*), buscando regular as palavras e seus significados.<sup>14</sup>

Para inaugurar a nova ordem, pois, era necessário desligar-se do passado, representado pela concepção tradicional dos Confucionistas. Nessa pequena história, que iremos analisar, Hanfeizi usa de uma analogia para exemplificar, justamente, a condição de obsolescência do passado:

Na antiguidade, quando os homens eram uns poucos e as criaturas selvagens abundavam, apareceu um sábio com alguns pedaços de madeira e armou algumas construções, que serviram para as pessoas se guarnecerem dos pássaros, bestas, insetos e serpentes que os atormentavam. As pessoas estavam tão felizes que o nomearam o rei do mundo, chamando-lhe de "o grande construtor". Naquela época as pessoas comiam frutas, verduras, ostras e mexilhões. Mas os alimentos que armazenavam apodreciam logo e muitos ficavam doentes, morrendo. Então um sábio, juntando madeira, fez fogo e cozinhou os alimentos, e a partir daí menos pessoas ficaram doentes. Este sábio foi reverenciado como o homem do fogo.

Na época das grandes inundações, que arrasavam com populações inteiras, Cun e Xia fizeram os canais que desviaram as águas e assim evitaram terríveis calamidades. Não faz muito, alguns reis cruéis foram destituídos por Tang e Zhou.

Agora vejam: se construíssemos cercas de madeira, ou tivéssemos feito fogo na época das inundações, isso teria sido completamente ridículo. Se alguém sugerisse fazer canais para evitar as atrocidades dos reis violentos, também teriam sido inúteis. Os sábios, na realidade, não tomam os sucessos do passado e tentam aplicá-los nos dias de hoje; o que fazem é analisar as necessidades atuais e atuar de modo apropriado. Havia um granjeiro em Zhou que arava terra, e em seu campo havia um toco de árvore caído. Um dia, um coelho saiu correndo do mato e se chocou contra o tronco, quebrando o pescoço. Ao vê-lo, o granjeiro deixou o arado e se sentou no tronco, esperando que outro coelho fizesse o mesmo. Só que nenhum outro coelho bateu no tronco, no inverno ele não teve o que comer porque descuidou de suas tarefas e terminou sendo motivo de piadas para os vizinhos. Por isso eu digo: todos aqueles que se valem das regras do passado para governar nos dias de hoje, podem ser chamados com justiça de "Vigilantes do tronco" (Hanfeizi, *Hanfeizi* cap. 49, tradução de Lin Yutang).<sup>15</sup>

Apesar de construir uma imagem extremamente simples para exemplificar sua ideia, não podemos duvidar que Hanfeizi estava extremamente ciente de como decompor analogias históricas, e alterar suas formas e sentidos. Sua pretensão era mostrar que os exemplos do passado constituíam anacronismos, e seriam incapazes de sugerir ou indicar respostas adequadas ao tempo presente. Esse

<sup>14</sup> A indicação é de que o livro seria anterior, situado em algum momento entre o século -6 e -3. Todavia, é a Dinastia Qin que promove a primeira grande unificação dos Logogramas chineses, reeditando o *Erya* com esse fim. Outro dicionário, o *Cangjie Pian* 倉頡篇 (*Compilação de Cangjie*) foi coligido por Lisi 李斯 (-280-208), um dos principais ministros de Qin, e cumpria função similar, mas devidamente ajustada aos padrões culturais e políticos de Qin.

<sup>15</sup> No original: "上古之世, 人民少而禽獸眾, 人民不勝禽獸蟲蛇。有聖人作, 構木為巢以避群害, 而民悅之, 使王天下, 號曰有巢氏。民食果蓏蚌蛤, 腥臊惡臭而傷害腹胃, 民多疾病。有聖人作, 鑽燧取火以化腥臊, 而民說之, 使王天下, 號之曰燧人氏。中古之世, 天下大水, 而鯀、禹決瀆。近古之世, 桀、紂暴亂, 而湯、武征伐。今有構木鑽燧於夏后氏之世者, 必為鯀、禹笑矣; 有決瀆於殷、周之世者, 必為湯、武笑矣。然則今有美堯、舜、湯、武、禹之道於當今之世者, 必為新聖笑矣。是以聖人不期脩古, 不法常可, 論世之事, 因為之備。宋人有耕田者, 田中有株, 兔走觸株, 折頸而死, 因釋其耒而守株, 冀復得兔, 兔不可復得, 而身為宋國笑。今欲以先王之政, 治當世之民, 皆守株之類也。"

anacronismo era exemplificado pela palavra *Contradição* (Maodun 矛楯), que aparece pela primeira vez na literatura chinesa em seus escritos, e representa a contraposição de termos conflitantes numa analogia, como se segue nesse pequeno texto:

Na região de Chu viveu um homem que vendia lanças e escudos.  
 - Meus escudos são tão fortes - vangloriava-se ele - que nada consegue atravessá-los! Minhas lanças são tão afiadas que conseguem perfurar qualquer coisa!  
 Alguém que vinha passando quis saber:  
 - E o que acontece se suas lanças batem nos seus escudos?  
 O homem não soube responder (Hanfeizi, *Hanfeizi* cap. 36, tradução minha).<sup>16</sup>

*Mao* 矛 (Lança) e *Dun* 楯 (Escudo) são opostos complementares neste fragmento. São lhes atribuídas propriedades que, se testadas, revelarão a falha em um dos dois. Na continuação do texto, ele discorre longamente sobre a impropriedade de usar a sabedoria do passado no presente. Esse tipo de inadequação, aos olhos de Hanfeizi, é que provocaria os erros nos discursos e as falhas nas analogias em relação ao passado. Para uma escrita histórica correta, portanto, os meios deveriam ser adequados ao propósito e ao tempo – mais exatamente, ao seu tempo – único sobre o qual ele possuiria uma referência direta. A história, então, tornar-se-ia sempre uma história do tempo presente, cuja escrita seria renovada toda vez que um novo soberano assumisse o poder.

37

### A escrita histórica em Qin

Hanfeizi acabou sendo vítima de uma intriga palaciana, que o condenou à morte antes de Qin completar a unificação da China em -221. Contudo, o efeito da influência legista foi nitidamente sentido na escrita histórica. Além das crônicas de Qin, o único manual histórico produzido nessa época foi *As Primaveras e Outonos de Lu* (*Lushi Chunqiu* 呂氏春秋), de autoria de Lubuwei 呂不韋 (-290-236), ministro e conselheiro do primeiro imperador de Qin. Embora invocasse o nome do clássico confucionista, seu livro é uma coletânea de tratados científicos, astronômicos, discursos, análises do *Yijing*, entre outros (KNOBLOCK 2000). Sua concepção, portanto, era absolutamente contemporânea à época. Ele preservava conhecimentos de uso prático, e aludia a questões, costumes e práticas correntes. O passado está ali, mas não é dito; o que se reproduz é o saber definido pelo novo poder, pela nova história; o que *continua é definido pelo presente*, e não pela tradição.

A melhor expressão disso foi a tentativa de Qinshi Huangdi 秦始皇帝 (o primeiro soberano Qin) de tornar-se o monarca perfeito, sem modelo correspondente ou igual no passado. Yuri Pines (2014, p. 277-301) nos mostra sua tentativa de acabar com todas as analogias possíveis à sua imagem, criando para si mesmo uma figura messiânica, distinta de tudo que já havia acontecido

<sup>16</sup> No original: “楚人有鬻楯與矛者，譽之曰：（吾）楯之堅，（物）莫能陷也。又譽其矛曰：吾矛之利，於物無不陷也。或曰：以子之矛陷子之楯，何如？其人弗能應也。”

no passado. Para isso, ele levou a cabo duas medidas extremas para abolir o passado: a primeira constituiu-se na criação de uma lista de livros proibidos, que foram recolhidos e queimados em -213 (Sima Qian, *Shiji*, cap. 6, Qinshi Huang Beiji 秦始皇本紀 e cap. 87, Lisi Liezhuan 李斯列傳; ver também SIMA QIAN 1994, p. 74). Foi, provavelmente, a primeira destruição ideológica de livros da história da humanidade. Na lista, estavam todos os livros de outras escolas de pensamento concorrentes aos legistas, bem como os clássicos chineses de História (*Shujing* e *Chunqiu*) e da Poesia (*Shijing*). Quaisquer textos que pudessem expor o passado chinês deveriam ser destruídos. Isso provocou um movimento subversivo de ocultação de livros e bibliotecas. A reação do governo foi violenta: em -210 foi ordenado que quatrocentos e sessenta intelectuais fossem enterrados vivos, por não cumprimento das ordens governamentais (Sima Qian, *Shiji*, cap. 6, Qinshi Huang Beiji 秦始皇本紀). Por fim, de modo que a história fosse escrita por ele próprio, e seu governo se tornasse eterno, o imperador enveredou por uma busca pela imortalidade, que se revelaria posteriormente fatal (Sima Qian, *Shiji*, cap. 6, Qinshi Huang Beiji 秦始皇本紀). Ao mesmo tempo em que mandara construir o seu famoso Mausoléu (ciente, o que é muito provável, de que sua busca poderia não dar certo), Qinshi Huangdi começou a contratar alquimistas que lhe fabricassem poções mágicas para alcançar a perenidade física. Acreditava-se que um desses remédios tenha sido a causa do envenenamento que o levou à morte (Sima Qian, *Shiji*, cap. 6, Qinshi Huang Beiji 秦始皇本紀).

38

Todavia, no plano ideológico, ele estava longe de alcançar seus propósitos, em função da resistência da sociedade chinesa em aceitar a abolição do tempo e das tradições. Tais atitudes causaram temor, mas igualmente revolta com o novo regime. Isso implicaria numa crítica severa às concepções defendidas por Hanfeizi, tanto no âmbito político quanto historiográfico.

### Desdobramentos pós-Qin

O desastre causado pela violenta unificação política imposta pela Dinastia Qin não foi suficiente para pôr um “fim” na história chinesa. De fato, após a queda de Qin, os intelectuais chineses defenderam o discurso de que a arrogância e prepotência de seus governantes, ao não aceitarem e nem compreenderem os exemplos contidos na história, é que levaram a dinastia, justamente, ao mesmo fracasso dos imperadores anteriores, como proposto por Jiayi 賈誼 (-201-168) em seu ensaio *Os crimes de Qin* (*Guo Qin* 過秦, cap. 3, Guo Qin Xia 過秦下), presente no livro *Novos Textos*: “Diz um antigo provérbio: “Quem conhece o passado, compreende o futuro”. Assim, um educado de qualquer país, que conhece a antiguidade, espalha seu saber pelo mundo e atinge a todas as coisas” (*Xinshu* 新書, tradução minha).<sup>17</sup>

O caminho estava aberto para uma retomada da escrita histórica nos moldes Confucionistas. A tomada do poder pela Dinastia Han 漢朝 (-206+221) marcou o estabelecimento do Confucionismo como doutrina oficial de governo. Cansados da opressão imposta pelos legistas, os chineses receberam de bom grado a

<sup>17</sup> No original: “鄙諺曰：前事之不忘，後之師也。是以君子為國，觀之上古，驗之當世，參之人事。”

possibilidade das escolas filosóficas voltarem a debater. De fato, um aspecto interessante no modo de pensar confucionista era a ampla tolerância com as outras escolas de pensamento, que continuaram a existir e marcar presença na corte, embora - com exceção do Daoísmo - com uma influência relativamente reduzida (CHENG 1985).

Nesse contexto, um processo de síntese desenrolou-se entre essas linhas de pensamento tradicionais. O período Han marcou um fértil momento de diálogo e troca intelectual, promovendo contribuições filosóficas mútuas (BUENO 2014), que ocorreram em função da estabilidade do poder e do ambiente livre e propício ao debate. Dong Zhongshu 董仲舒 (-179-104) foi um dos autores mais destacados desse período, por propor uma inovadora teoria de história natural. Dong defendia, por meio do sistema de correlação, que o curso da história política chinesa, bem como sua organização social, estavam vinculados aos movimentos da natureza, organizado no *Ciclo dos cinco movimentos* (Wuxing 五行). A compreensão do papel do imperador, das classes sociais, dos movimentos culturais, tudo estaria conectado com o processo de reprodução da natureza, o que poderia ser identificado pela análise da história (QUEEN 1996). Daí sua obra constituir-se de um amplo comentário as *Primaveras e Outonos* (*Chunqiu*), intitulado *Gemas Preciosas das Primaveras e Outonos* (*Chunqiu Fanlu* 春秋繁露). Em sua visão, a análise das antigas passagens de Confúcio nos revelaria a ênfase dos agentes naturais (água, fogo, metal, terra e madeira) na ação humana, num contínuo movimento de interação natureza-humanidade.

A obra de Dong foi basilar para o pensamento chinês por duas razões; primeira, por inter-relacionar diretamente o ser humano com as fases da natureza e da matéria, questão crucial para vários campos do pensamento chinês, como é o caso da Medicina Tradicional Chinesa. As teorias encontradas em sua obra eram bem anteriores à sua época, mas Dong foi capaz de criar uma nova teoria aglutinadora eficaz, cujo sistema foi reconhecido e debatido por todas as gerações posteriores. Novamente, ele invocou o pensamento correlato, presente no íntimo do imaginário chinês, e estabeleceu uma série de analogias capazes de 'explicar' os fenômenos sociais. Com isso, ele re-estabeleceu um segundo ponto fundamental no pensamento chinês, defendido anteriormente por Confúcio: o papel fundamental da compreensão da história para a continuidade da cultura e do sistema político [o império] cujas raízes seriam essencialmente naturais, ou de *Tudo-abaixo-do-Céu* (天下 Tianxia). Suas teorias não apenas reforçam a entidade imperial, mas também, ressaltam que a base para a compreensão e manutenção da sociedade consiste num estudo aprofundado da história e de seus movimentos.

Mas foi Sima Qian 司馬遷 (-145-90), aluno de Dong Zhongshu, que seria considerado o principal historiador do período Han - e talvez, da civilização chinesa -, por redigir uma extensa coleção chamada *Registros Históricos* (*Shiji* 史記), inaugurando a longa série de histórias oficiais do império chinês (publicadas até 1911). Sima Qian era historiador e astrólogo da Corte, tendo herdado o cargo do pai. Sua proposta consistia em aprofundar o ponto de vista de Confúcio, investindo na escrita de uma ampla obra cujas seções temáticas re-interpretavam



os antigos modelos de redação histórica. Obra basilar da historiografia chinesa, ela retomaria o uso das analogias com o passado, que estão presentes num vasto conjunto de biografias históricas que compõem sua obra. O livro é dividido da seguinte maneira: a seção Biao 表 organizava, em dez capítulos, a cronologia dos tempos antigos; as seções Benji 本紀, Shijia 世家 e Liezhuan 列傳 compõem cento e doze capítulos de biografias diversas; por fim, a seção Shū 書 é composta de oito tratados sobre temas variados (como música, calendário ou astronomia, entre outros). Sima Qian reconfigurou em sua escrita, portanto, a estrutura do *Chunqiu* nas cronologias e nos tratados; e explica-lhes os sentidos nas biografias, inspiradas tanto nos comentários do *Chunqiu* quanto na estrutura de discurso do *Shujing* (HARDY 1999). Essa estrutura seria fundamental na redação histórica chinesa, consolidando um formato estilístico no uso das analogias que permaneceria continuamente durante toda a Era imperial.

### Conclusão

De fato, pois, os historiadores chineses estavam convictos da importância do uso das analogias com o passado na escrita histórica. Retomado o seu uso, ela voltaria a ser um conceito (e um recurso) fundamental na estrutura da história chinesa, tornando-se, doravante, o ponto de partida de qualquer discussão histórica, filosófica ou política. Os chineses não conseguiram (ou mesmo, não quiseram) se desvincular da associação entre ideias e imagens, tão cara à sua escrita e aos seus sistemas de pensamento. No mais, o trabalho historiográfico sempre foi de interesse majoritário entre os confucionistas (e ocasionalmente entre os legistas, como no caso de Hanfeizi), cuja crença na redenção sapiencial pelo conhecimento histórico e cultural era um pilar de sua doutrina. Desde Confúcio, a necessidade de se inspirar no passado tornou-se parte de seu método, pelo qual se analisava as semelhanças ou as diferenças com o passado, ou ainda, a ocorrência de precedentes. Tal pensamento dominaria a mentalidade histórica Chinesa, atravessando os séculos vindouros (ON-CHO 2005), e influenciando, ainda hoje, sua concepção de Civilização e identidade cultural.

40

### Referências bibliográficas

- ALLETON, Viviane. **Escrita Chinesa**. Porto Alegre: L&PM, 2010.
- BUENO, André. O Pensamento chinês durante a Dinastia Han. In BUENO, André e NETO, José (orgs.) **Antigas Leituras: visões da China Antiga**. União da Vitória: UNESPAR/UPE, p.178-200, 2014. Disponível em: <http://orientalismo.blogspot.com.br/2014/11/livro-antigas-leituras-visoes-da-china.html>. Acesso em: 24 fev. 2015.
- CHENG, Anne. **Étude sur le confucianisme han: l'élaboration d'une tradition exégétique sur les classiques**. Paris: Collège de France et Institut des Hautes Études Chinoises, 1985.
- CONFÚCIO (孔夫子). **Os Analectos**. Tradução de Simon Leys. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

- \_\_\_\_\_. **Chunqiu** 春秋. Disponível em: <http://ctext.org/chun-qi-u-zuo-zhuan>. Acesso em: 24 fev. 2015.
- \_\_\_\_\_. **Lunyu** 論語. Disponível em: <http://ctext.org/analects>. Acesso em: 24 fev. 2015.
- \_\_\_\_\_. **Shangshu** 尚書 (Shujing 書經). Disponível em: <http://ctext.org/shang-shu>. Acesso em: 24 fev. 2015.
- GALVANY, Albert. Beyond the Rule of Rules: The Foundations of Sovereign Power in the Han Feizi. In: GOLDIN, Paul R. **Dao Companion to the Philosophy of Han Fei**. New York: Springer, 2013.
- HANFEIZI (韓非子). Livro de Hanfeizi. Tradução de Lin Yutang. In: BUENO, André. **Cem textos de História chinesa**. União da Vitória: UNESPAR/UPE, 2009. Disponível em: <http://chinologia.blogspot.com.br/2009/08/historia.html>. Acesso em: 24 fev. 2015.
- \_\_\_\_\_. **Hanfeizi** 韓非子. Disponível em: <http://ctext.org/hanfeizi>. Acesso em: 24 fev. 2015.
- HARDY, Grant. **The worlds of bamboo and bronze: Sima Qian's conquest of history**. Columbia: Columbia University Press, 1999.
- JIAYI (賈誼). **Xinshu** 新書. Disponível em: <http://ctext.org/xin-xu>. Acesso em: 24 fev. 2015.
- KNOBLOCK, John. **The Annals of Lü Buwei: a Complete Translation and Study**. Stanford: Stanford University Press, 2000.
- LEVI, Jean. Quelques aspects de la rectification des noms dans la pensée et la pratique politiques de la Chine ancienne. **Extrême-Orient, Extrême-Occident**. v.15, n. 15, p. 23-53, 1993.
- LIUXIE (刘勰). **El corazón de la literatura y el cincelado de dragones**. Tradução de Alicia Riqueta. Granada: Comares, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Wenxin Diaolong** 文心雕龍. Disponível em: <http://ctext.org/wenxin-diaolong>. Acesso em: 24 fev. 2015.
- ON-CHO, Ng; WANG, Edward. **Mirroring the past: the writing and use of history in imperial China**. Honolulu: University of Hawai Press, 2005.
- PINES, Yuri. O Messianismo do Primeiro Imperador. In: BUENO, André; NETO, José (orgs.). **Antigas Leituras: visões da China Antiga**. União da Vitória: UNESPAR/UPE, 2014, p. 277-301. Disponível em: <http://orientalismo.blogspot.com.br/2014/11/livro-antigas-leituras-visoes-da-china.html>. Acesso em: 24 fev. 2015.
- \_\_\_\_\_. Submerged by Absolute Power: The Ruler's Predicament in the Han Feizi. In: GOLDIN, Paul R. **Dao Companion to the Philosophy of Han Fei**. New York: Springer, 2013.

- QUEEN, Sarah. **From chronicle to Canon**: the hermeneutics of the Spring and Autumn, according to Tung Chung-shu. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- SCHABERG, David. **A Patterned Past**: form and Thought in Early Chinese Historiography. Harvard: Harvard University Press, 2001.
- SHANG YANG (商鞅). **Shang Junshu** 商君書. Disponível em: <http://ctext.org/shang-jun-shu>. Acesso em: 24 fev. 2015.
- SIMA QIAN (司馬遷). **Records of the Grand Historian**: Qin Dynasty. Tradução de Burton Watson. Columbia: Columbia University Press, 1993.
- \_\_\_\_\_. **The first Emperor**: selections from the *Record of Grand Historian*. Tradução de Raymond Dawson. Oxford: Oxford University Press, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Shiji** 史記. Disponível em: <http://ctext.org/shiji>. Acesso em: 24 fev. 2015.
- VAN NORDEN, Bryan. Han Fei and Confucianism: Toward a Synthesis. In: GOLDIN, Paul R. **Dao Companion to the Philosophy of Han Fei**. New York: Springer, 2013.
- VANDERMEERSCH, Leon. Rectification des noms et langue graphique chinoises **Extrême-Orient, Extrême-Occident**. v. 15, n. 15, p. 11-21, 1993.
- VOLKOV, Alexei. Analogical Reasoning in Ancient China: some examples. **Extrême-Orient, Extrême-Occident**. v. 14, n. 14, p. 15-48, 1992.
- YATES, Robin. Introduction: The Empire of the Scribes. In: PINES, Yuri *et al.* (orgs.). **Birth of an Empire**: The State of Qin Revisited. Berkeley: California University Press, 2014.
- ZUOQIUMING (左丘明). **Zuozhuan** 左傳. Disponível em: <http://ctext.org/chun-qiu-zuo-zhuan>. Acesso em: 24 fev. 2015.

# Entre golpes e dispositivos: Foucault, Certeau e a constituição dos sujeitos

Between blows and rearrangements: Foucault, Certeau and the constitution of the subjects

---

**André Bocchetti**

andreb.ufrj@gmail.com

Professor Adjunto

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rua Barata Ribeiro, 531/701 - Copacabana

22040-001 - Rio de Janeiro - RJ

Brasil

---

## Resumo

A análise procura aproximações e distanciamentos entre alguns dos principais conceitos abordados por Michel de Certeau e Michel Foucault, construindo uma proposta que os aproxime no estudo da constituição dos sujeitos. Foi considerada a obra *A invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer* observada a partir de contribuições de Foucault associadas à análise do discurso e à constituição moral do sujeito. As discussões apontam para uma analítica na qual discursos e práticas cotidianas são contemplados, criando reposicionamentos nos jogos de verdade constituídos a partir das produções estratégicas e táticas. Mecanismos de governo passam a ser analisados em sua capacidade de “apropriação” dos saberes locais. Os objetos constituídos nas relações de poder (instituições, mecanismos, discursos) – e não apenas seus usos – são considerados na medida em que interferem na utilização dos saberes socialmente constituídos. A partir de tais contribuições, apresenta-se uma proposta analítica que encontra nas práticas cotidianas e discursivas suas bases.

43

## Palavras-chave

Michel de Certeau; Michel Foucault; Discurso.

## Abstract

The article points at similarities and differences in some of the main concepts used by Michel de Certeau and Michel Foucault, and presents a proposal to bring the two authors closer to each other in their study of the constitution of subjectivities. The work under study is *The practice of everyday life*, which is considered vis-à-vis Foucault's contributions on discourse analysis and on the moral constitution of the subject. These discussions point at an analytic exam in which discourses and daily practices are approached, leading to rearrangements in the games of truth, as a result of their strategic and tactical products. Governmental mechanisms are then analyzed in terms of their ability to “acroach” local forms of knowledge. Objects that have been established in the midst of power relations (institutions, mechanisms, discourses) – and not only their uses – are examined inasmuch as they interfere in the use of socially-produced forms of knowledge. From these contributions, the article presents an analytic proposal based on daily and discursive practices.

## Keywords

Michel de Certeau; Michel Foucault; Discourse.

---

Recebido em: 28/4/2015

Aprovado em: 10/7/2015

O nascimento daquilo que, já em seu colapso, viríamos a chamar modernidade nomearia um elemento estranho ao qual a filosofia, a história, a sociologia ou a psicologia não cessariam de inventar: o sujeito. Do desmantelamento do “ser em si” em Kant – nesse exercício filosófico primordial que é o de “prevenir a razão de ultrapassar os limites daquilo que é dado na experiência, dirá Foucault (1995, p. 233) –, passando pela ascensão moderna das racionalidades do Estado ou, mais recentemente, pelas investidas sobre a subjetividade características do “modelo capitalístico” contemporâneo – denunciadas, entre outros, por Felix Guattari (1985) –, são vários os movimentos realizados nos mais diversos campos de saber que as sociedades foram capazes de inventar, pelos quais aquilo que somos passaria, necessariamente, a residir de uma certa maneira em uma individualidade passível de análise e, portanto, de delimitação e intervenção. Sobretudo a partir do século XVIII, seriam densos e contínuos os investimentos filosóficos e científicos – ora na figura de uma pedagogia das relações, ora na produção de uma estética de si – que centrariam sua produção naquilo que deveria, essencialmente, nos constituir.

Durante o século XIX, com as críticas de Nietzsche, e até aqui, viu-se um importante deslocamento, porém – notavelmente no campo da filosofia e da história –, dos questionamentos acerca daquilo que viria a produzir a subjetividade. As questões “O que existe na essência dos indivíduos? O que deve ser buscado para encontrá-la?” sofreriam, a partir daí, uma importante inversão – atrelada à crítica de uma suposta essencialidade do sujeito –, sendo então abandonadas em honra da tentativa de compreensão, por grande parte dos filósofos e historiadores, dos elementos que constituem as possibilidades de nos tornarmos aquilo que somos. Historicizada, a subjetividade seria então posta em cheque, como elemento resultante de cruzamentos de saberes, poderes, estratégias. Indubitavelmente, tais questionamentos encontrariam em Michel Foucault e Michel de Certeau dois de seus grandes signatários. Apresentar um esboço do que poderia se constituir por meio de uma proposta analítica fundada no entrelaçamento do pensamento desses autores é o que justifica este trabalho.

A aproximação entre os autores está longe de ser consensual. Certeau dedicaria uma parte de sua obra à elucidação de sua aproximação e, principalmente, suas diferenças em relação ao legado foucaultiano. Sobre Foucault, o autor diria:

Mostrando, num caso, a heterogeneidade e as relações equívocas dos dispositivos e das ideologias, ele constituiu em objeto histórico abordável esta região onde procedimentos tecnológicos têm efeitos de poder específicos, obedecem a funcionamentos lógicos próprios e podem produzir uma alteração fundamental nas instituições da ordem e do saber. Resta ainda perguntar o que é que acontece com outros procedimentos, igualmente infinitesimais, que não foram privilegiados pela história (CERTEAU 2008, p. 116).

É justamente em termos de perspectiva analítica que Certeau, repetidas vezes em seus textos, irá assinalar os limites do pensamento de Michel Foucault dos quais iria se desvencilhar. Ao olhar foucaultiano sobre o poder, a obra

certeuniana contraporaria uma análise dos golpes que anulam seus efeitos (CHARTIER; HÉBRARD 1998) – um olhar, portanto, que procuraria contrapor certa passividade do sujeito frente aos sistemas que procuram discipliná-lo à possibilidade de criação advinda de uma forma ativa de consumo, uma “antidisciplina” nas palavras do próprio Certeau.

Dois pontos, no entanto, merecem especial atenção no que se refere a tal posicionamento. O primeiro deles remete à inegável aproximação entre a produção dos dois autores. Levantando questões diretas à dinâmica do poder na perspectiva de Foucault, Michel de Certeau não deixará de se aproximar de uma analítica que considera a existência e manutenção das disciplinas e dos instrumentos a ela associados – sobretudo o olhar institucional incessante, ao qual faz sucessivas referências em sua obra (2008, p. 173, 237, 280).

Além disso, e principalmente, parece necessário ponderar-se que, durante a construção de sua crítica ao legado foucaultiano, sobretudo naquela levada a cabo em sua obra *L'invention du quotidien: arts de faire*,<sup>1</sup> os questionamentos de Certeau referem-se às reflexões apresentadas no livro *Surveiller et punir*,<sup>2</sup> a ele limitando-se. Historicamente justificável,<sup>3</sup> tal analítica não poderia considerar a série de publicações de Foucault que se seguiria, inclusive, com importantes revisões de perspectiva, o que certamente traria novas possibilidades de discussão.<sup>4</sup>

Diante de tal contexto, e considerando as contribuições realizadas por ambos os autores nas questões relativas à constituição dos sujeitos, parece profícua a realização de uma empreitada analítica que reconsidere algumas aproximações e distanciamentos das reflexões por eles trazidas. Há movimentos paralelos em Foucault e Certeau no que diz respeito à analítica sobre o modo como os sujeitos se constituem e operam. E, se é evidente que uma parte da analítica foucaultiana estaria centrada nos mecanismos disciplinares e, assim, no âmbito daquilo que Certeau chamaria de estratégias, é também visível o espaço de liberdade e criação evidenciado (e necessário) nos estudos de Foucault.

Parece que o olhar sobre os usos e as práticas cotidianas, evidentemente marcantes nos textos de Certeau, permite reflexões importantes que, associadas a algumas conceituações de Foucault – a maior parte delas incipientes ou inexistentes em *Surveiller et punir* – abrem espaço para novas possibilidades analíticas acerca da constituição dos sujeitos. Além disso, certa complementaridade (sempre *inventada*) entre ambos os legados pode ser profícua ao esboço inicial de uma teoria da ação que não se constituiu

<sup>1</sup> Traduzida no Brasil como *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*, por Ephraim Ferreira Alves, em 1994.

<sup>2</sup> Traduzido como *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*, por Raquel Ramalhete, em 1987.

<sup>3</sup> A publicação de *Surveiller et punir*, em 1975, causaria certa inquietação dos historiadores e culminaria em seu silêncio. A microfísica do poder apresentada por Foucault será lida, a partir daí, como uma visão nihilista, e as críticas seriam abundantes. Também por isso, a obra alcançaria rapidamente uma circulação internacional, justificando análises e pronunciamentos efetivos da comunidade acadêmica (DEFERT 2002).

<sup>4</sup> De fato, a produção de Foucault está repleta de revisões analíticas e mudanças de perspectiva, levando alguns autores, como Morey (apud VEIGA-NETO 2004), a dividir tal legado em três eixos ontológicos. O autor considera que toda a obra foucaultiana estaria voltada à compreensão da constituição dos sujeitos, mas em vertentes distintas que, embora não segmentadas, precisam ser consideradas, pois definiram as discussões principais abordadas nos livros escritos pelo autor. Assim, uma parte dessas obras seria dedicada à compreensão do que somos como sujeitos de conhecimento; outra estaria associada à discussão de como nos tornamos sujeitos constituídos pela moral; e outra, finalmente, dedicada à discussão sobre como nos tornamos sujeitos de ação, vertente na qual estaria inserida a obra *Surveiller et punir*.

definitivamente em nenhum dos autores. Ensaiai algumas dessas aproximações e propor algumas bases, ainda bastante frágeis, para um modelo de análise que considere a produção de ambos os autores é o objetivo dessas linhas.

### **Sobre percursos e genealogias**

Há algo profundamente estremeado no estatuto da verdade que a modernidade, após profundas inversões na constituição do pensamento religioso, pôde constituir. Um estremeamento, em primeiro lugar, causado por sua *historicização* – pela constituição de saberes que, em Foucault, são tomados como “agenciamento daquilo que uma época pode dizer (seus enunciados) e ver (suas evidências)” (DROIT 2006, p. 29). Queda, ainda, causada pela instituição de uma *alteridade múltipla*, capaz de ao mesmo tempo pôr em cheque a universalidade e impedir que, em seu lugar, se forme um Outro, uno e, por isso, igualmente limitado.

De um lado, jogos de verdade, e a necessidade analítica de se compreender como, em determinados contextos, os saberes se movem para produzir aquilo que é socialmente pensável. De outro, olhar sobre as práticas, sobre as maneiras pelas quais nos apropriamos ou subvertemos aquilo que nos chega e tenta nos controlar, nos moldar, nos produzir (CHARTIER 2002, p. 160). Um Foucault, outro Certeau. Em ambos o interesse em compreender as possibilidades de multiplicidade, de heterogeneidade; dos outros, enfim, que se singularizam naquilo que, cotidianamente, produzem.

46

Há, pois, que se olhar com desconfiança para os modelos – aqueles que uma história recorrente<sup>5</sup> utilizaria para colocar em uma linearidade duvidosa os saberes legitimados por uma época. Em seu lugar, algumas possibilidades: com Foucault, o desejo do genealogista – explicar a existência dos saberes e suas transformações, situando-os no interior das relações de poder; em Certeau, o prazer do relato, consciente de seus limites – já que a escrita é em si uma prática a ser analisada – mas mesmo assim desejoso em evidenciar as apropriações que são feitas desses saberes quando eles são postos em operação.

Trata-se, portanto, de uma análise dos *usos* de tais saberes, ora posicionados no plano da institucionalização e da legitimação, ora observados nos espaços que a ambas escapam. Não seria isso que Foucault estaria fazendo ao discutir, por exemplo, a maneira como se procurou constituir, a partir do século XVIII, um olhar legitimado sobre aquilo que se chamaria população, relativizando-se assim o até então primordial olhar sobre o soberano, mediante o deslocamento de um conjunto de saberes associados à família e aos governantes? Certeau não estaria, em outro plano, fazendo algo similar, ao considerar as maneiras pelas quais o leitor se apropria e inverte aqueles textos dos quais se aproxima, construindo espaços para uma leitura plural?

Olhares com posicionamentos distintos, que não deixam de considerar, no entanto, os diversos lugares de produção dos saberes. Seria impossível a

<sup>5</sup> O termo “história recorrente” refere-se a uma história “que se esclarece pela finalidade do presente, uma história que parte das certezas do presente e descobre, no passado, as formações progressivas da verdade” (MACHADO 2006, p. 44).

Certeau uma discussão sobre a produção do conceito de cidade e urbanidade sem considerar que, formalmente – e institucionalmente, pois – tal ideia viria a ser constituída atrelada à de um espaço próprio, estabelecido sobre uma certa atemporalidade. Da mesma forma, a análise foucaultiana em torno da constituição dos saberes vem associada à questão de sua emergência, o que significa analisar as condições para seu aparecimento e as relações que se estabelecem em sua base, seja entre instituições, processos ou comportamentos individuais (FOUCAULT 2008, p. 50).

O que resta ao estudioso, pois? Em síntese, uma análise das condições de possibilidade de produção e apropriação de tais saberes. Condições sempre encontradas no interior de espaços de luta e enfrentamento. Espaços onde subsistem saberes perecíveis e consumos impensáveis, e onde se constituem enunciados que, também por meio das práticas, tornam-se legitimáveis e, portanto, úteis como instrumento de governo. Em tal arena, a contraposição certeuniana (e sempre dinâmica) entre *estratégias* – manipulação das relações de força por um sujeito que se constitui em lugar próprio – e *táticas* – ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio (CERTEAU 2008, p. 100) – encontra seus produtos. Também aqui, a produtividade do poder encontra suas mais diretas consequências.

Mas há diferenças analíticas fundamentais quanto ao lugar do poder. Certeau procura os espaços que lhe escapam; Foucault, as relações que desviam seu fluxo. Inversão de base conceitual: de lugar a partir do qual se atua – não questionado na crítica certeuniana –, o poder na ótica foucaultiana é lido, sempre, como ato. Uma “ação sobre ações” (FOUCAULT 1995, p. 242) que não apenas interdita e controla, mas também (e principalmente) produz e incita. Seria preciso, pois, um olhar um tanto diferenciado para as estratégias e táticas, que aqui estariam diretamente associadas às conformações das relações de poder que se desenvolvem em um determinado contexto, e não a sua presença ou ausência.

Se a verdade de uma época é uma “mistura de *nonsense* e poder” (CERTEAU 2008, p. 71), há que se considerar os mecanismos e desvios evidentes nas relações de força para colocar a universalidade do conhecimento em cheque. Seja por meio de uma análise das disciplinas ou da construção de narrativas das *antidisciplinas*, será necessário contemplar os movimentos que constituem os saberes, situar suas trilhas, evidenciar os espaços que ao seu redor se constituem. O genealogista tem, também, um pouco de caçador.

### **Qual o lugar do discurso?**

É necessário precisar melhor o objeto dessa caça. De qualquer modo, trata-se de um olhar sobre os *enunciados* de uma época – aquilo que lhe produz ou lhe escapa – e sobre as operações que seu estabelecimento permite ou não. Primeiramente, as táticas: “sua síntese intelectual tem por forma não um discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a ocasião” (CERTEAU 2008, p. 47). Funcionamento paralelo à produção discursiva, se a tomarmos como a construção de conjuntos de signos que remetam a representações sociais abrangentes.



Com Foucault, outro olhar sobre o discurso, agora como “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (FOUCAULT 2008, p. 55). Algo, pois, de aparentemente não-discursivo na formação dos enunciados. Incoerência, no entanto, que se dissipa ao se considerar que tais práticas discursivas nascem, justamente, por meio da operação das instituições, mas também dos comportamentos, das formas de transmissão e de difusão enunciativa, evidenciadas nos diversos espaços sociais.

Retornemos às táticas, agora com a intenção de posicioná-las no interior desses discursos-práticas que se espraiam e encontram, em diferentes espaços, condições para emergir como saberes legitimados. Tomando-os em suas possibilidades de dispersão, torna-se difícil pensar em espaços que estejam alheios à sua constituição. A própria *apropriação* tem algo de *reprodução*, seja dos enunciados, das práticas que as engendram ou das condições de possibilidade de uma época. É preciso, pois, considerá-la, estando ou não associada às práticas cotidianas, também como um campo de lutas, e para isso é fundamental que se compreenda a maneira pela qual as enunciações, na especificidade de seu alcance, se constituem.

De um lado, pois, a produção discursiva que, enquanto tipicamente estratégica, nasce da reivindicação de um lugar próprio de onde se enuncia e de onde emergem suas práticas. Para constituir sua unidade, os discursos se fundamentam na produção da unidade dos objetos de que falam, no estilo a partir do qual são apresentados (forma, tipo de encadeamento de idéias, modo de apresentação), na manutenção e permanência de determinados conceitos e na produção da identidade de determinadas temáticas a eles importantes (FOUCAULT 2008). Quanto às táticas, importa compreendê-las também no interior dessa produção. Elas operam nesse sistema, instaurando apropriações que remetem a um momento, um espaço e um contrato com o outro (CERTEAU 2008, p. 40). Mas o fato de não reivindicarem um lugar de enunciação não significa que este jamais será definido. Da mesma maneira, a ação *estratégica* compreende outra maneira de se apropriar de tais produções locais – também as subverte, também as incita a outros usos, e essa parece uma inversão importante trazida pela reflexão foucaultiana. Auge da dinâmica tática-estratégia, com suas inversões e reposicionamentos.

Estamos aqui – apenas para trazer uma exemplificação analítica – no campo daquilo que Foucault chamaria governamentalidade: “táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal etc.” (FOUCAULT 2004, p. 292). A invenção do inquerito é um exemplo emblemático. A liquidação de uma contenda, durante toda a Idade Média feita diretamente entre indivíduos, será incorporada na razão de Estado a um modelo que lhe transfere o poder de julgar, constituindo elementos jurídicos até então inexistentes, como o procurador, a infração e a multa (FOUCAULT 2005a). Movimento, pois, de incorporação e alterações de saberes e práticas, que permitiriam uma nova configuração das estratégias de governo, mas, igualmente, modificariam as formas de se exercer a prática judiciária. Com elas, indubitavelmente, surgiriam novas formas de

apropriação e resistência – novos *usos*, jamais elucidáveis sem a determinação dos jogos de verdade que formam os sistemas nos quais estão inseridos.

Eis, portanto, um cenário analítico que parece profícuo ao delineamento das condições de saberes e poderes que se constituem em espaços sociais específicos, influenciando subjetividades. Ato ou discurso, consumo ou governamentalização? Termos de um percurso a ser mapeado que, em seu cerne, encontra o jogo infinito das táticas e estratégias. Relativização fundamental do “mais forte” e do “mais fraco”, que redefinem suas posições, que tomam lugares e assumem legitimações.

Tais sistemas enunciativos, de grande complexidade, não são contínuos, e o “movimento browniano” (CERTEAU 2008, p. 47) das táticas encontra lugar, igualmente, nas produções discursivas, compostas de apropriações e abandonos. Descontinuidades que as grandes narrativas tentariam esconder, mas cujo mapeamento se constituiria em atividade fundamental para a compreensão das estratégias pelas quais se inventa uma historicidade. Assim é na analítica dos relatos, bricolagens narrativas que com seus retalhos formam mitos, e igualmente na análise da formação das identidades nacionais, dos sistemas econômicos ou do discurso pericial.

Uma história das ficções, duráveis ou cotidianas. Como o fez Certeau ao analisar a escrita, nela encontrando o caráter ficcional da produção da obra, da passividade do leitor ou da hierarquia dos saberes. Como o fez Foucault ao constituir uma narrativa da anormalidade, de sua institucionalização, controle e encarceramento. Mas, igualmente, uma história das inversões e criações, da utilização, como na oralidade ou nas táticas de leitura.

As práticas se constituem em sua narratividade, assim como o sujeito se elabora no interior dos enunciados com os quais opera e nos usos que deles faz. A tese dessas linhas é que um exercício analítico valioso consiste em abordar, justamente, esses dois espaços. *Produções* e *usos* sob um olhar que os considere na multiplicidade das táticas de apropriação e consumo e, igualmente, nas descontinuidades da produção estratégica, nos enunciados que constrói e nos mecanismos a partir do qual tenta fazê-los operar.

### **Entre habilidades e liberdades**

A questão da verdade é uma questão de *visibilidade*, em dois sentidos. Ela se forma, de um lado, pela enunciação de saberes visíveis, que se estabelecem no interior de jogos de verdade. E procura se manter por meio de outra visibilidade, a dos indivíduos, submetidos (mas não submissos) ao olhar disciplinar que é, ao mesmo tempo, o dos mecanismos institucionalizados mas, também, o do olhar sobre si mesmo da intimidade e da *tomada da consciência*.

Tornar visível, pois, será também constituir espaços *éticos* – seja no olhar sobre o outro ou pelo cuidado de si – submetidos à mesma dinâmica de forças que permitem que se estabeleçam, nos demais termos das relações sociais, os lugares das estratégias e as trilhas táticas. O olhar sobre si mesmo, pelo exame das próprias práticas e pela busca do verdadeiro, se tornaria, desde os gregos, um espaço de constituição de técnicas e intervenções. Inicialmente associado

a um privilégio dos homens livres da *polis*, ele iria se constituir, já nos séculos iniciais da era cristã, em um exercício para a vida toda, tendo como base a condução do indivíduo à verdade (FOUCAULT 2005b).

A intensificação do olhar sobre si e sobre o outro constitui espaços fundamentais a serem governamentalizados, e as técnicas de governo dos indivíduos – e agora de suas consciências – tomarão vulto no espaço social. Da confissão religiosa às sessões terapêuticas, uma série de estratégias viria a se constituir para que os indivíduos, de maneira mais efetiva, pudessem analisar a si mesmos.

Nova relativização de uma suposta autonomia das práticas cotidianas. Será necessário, pois, encarar a *apropriação* dentro dos espaços e tentativas de transformá-la em uma ascese governável. As formas de consumo não estão alheias a esses investimentos sobre as relações do sujeito consigo mesmo que já com os gregos se tornariam objeto de problematização. A leitura, por exemplo – esse lugar de invenção de outros textos (CERTEAU 2008, p. 264) – não deixará de ser, desde Sêneca, uma importante prática de si, para a qual o discípulo deveria se dedicar, alternadamente com a escrita, de maneira aceitável para o seu mestre (FOUCAULT 2006).

Considerar o que há de visibilidade nas práticas invisíveis, para que sua invisibilidade seja de fato contemplada. O visível, essa produção histórica, é antes de tudo ficcional – provavelmente por isso a construção de séries estatísticas será tão amplamente questionada por Certeau e Foucault – e não está associado apenas aos mecanismos disciplinares de natureza institucional e de vigilância social. O sujeito aprende a sê-lo, também, nas bases possíveis (e mais ou menos governáveis) de suas invenções cotidianas. As artimanhas individuais o são, também, dentro de espaços possíveis e historicamente pensáveis – e por isso cozinhar, costurar ou relatar trazem consigo a luta cotidiana do governo e do consumo.

Onde estarão, então, os espaços de liberdade? Provavelmente, nos mesmos interstícios que permitiram a construção dos grandes enunciados. Com a ajuda de Foucault e Certeau, será possível, talvez, uma *microfísica das visibilidades e invisibilidades*, que garanta o olhar sobre as heterogeneidades, mas que seja igualmente capaz de encontrar as homogeneidades dos discursos e das produções cotidianas. Algo a ser feito, por um lado, pela análise dos saberes institucionalizados e, por outro, pelo olhar sobre as práticas. Em ambos, porém, com o desejo de se compreender os espaços da alteridade, a relação com os outros e os termos da formação de um Outro, único, sempre tão perigosa quanto a da verdade universal e a dos saberes eternamente aceitáveis.

A justa medida da alteridade – entre o outro “selvagem”, que perturba o lugar sem fundar nenhum (CERTEAU 2008, p. 249), e o outro que sujeita e governa – talvez possa ser dada em termos de proximidade ou não a certo tipo de *dominação*. “Se há relações de poder em todo o campo social, é porque há liberdade em todo lado” (FOUCAULT 2006, p. 277), mas há configurações sociais nas quais se exerce uma violência ilimitada, um estado total de dominação. À exceção desses casos, estaríamos diante de sistemas de maior ou menor

liberdade, onde as condições de resistência – fuga, subterfúgios, construções paralelas – estejam mais ou menos viáveis.

Construção de percursos. Elucidação das estratégias de controle. Condições de resistência. Possibilidades de consumo. Fundamentos de uma analítica que procure estabelecer as condições de constituição dos sujeitos em meio a saberes mais ou menos legitimados, a práticas que constituem os discursos ou lhes escapam. No jogo extremamente dinâmico das estratégias e táticas, a construção de um modelo único com tais elementos é improvável. Mais profícuo, talvez, seja o delineamento de alguns pressupostos sem os quais um estudo dessa natureza não pode ser levado a cabo. Linhas gerais de um esboço metodológico impossível sem as contribuições de Foucault e Certeau.

### **Pressupostos para um estudo das subjetividades**

Constituir o itinerário a partir do qual o indivíduo se torna sujeito (de uma conduta moral, de práticas pessoais, de resistência criativa) no âmbito de um espaço e período específicos é uma empreitada que, em Foucault e Certeau, foi realizada a partir de olhares diferenciados. O que está em ambos é a inviabilidade de proposição de um modelo único, que seria tão ficcional quanto o das narrativas unicas, na medida em que se trata, na análise proposta por esses autores, de um olhar sobre as heterogeneidades e multiplicidades das práticas humanas.

Junto a essa compreensão subsiste outra, que dá conta de evidenciar os limites de nossas próprias ficções de pesquisa. A narrativa das práticas, pelo pesquisador, é em si uma prática (CHARTIER 1998), que também coloca em jogo as forças e enunciados que lhe dão condições de existência. Termo intransponível, que testemunha continuamente nossa incapacidade de capturar plenamente os usos e as apropriações e nos coloca, como não poderia deixar de ser, no interior desse próprio jogo.

Parece, por outro lado, que a constituição de uma proposta analítica que tome como bases conceituais a produção foucaultiana e os pressupostos de Michel de Certeau teria, também, muito a contribuir no delineamento das condições históricas de constituição do sujeito. Será necessário, pois, realizar ao menos um tracejado inicial dos elementos que constituiriam, de maneira geral, um trabalho como esse.

Trata-se, em primeiro lugar, de *uma analítica sempre contingente da história e do próprio sujeito*. Um olhar, portanto, para as invenções sociais, que determinam os termos do indivíduo e não o inverso. Cada individualidade “é o lugar onde atua uma pluralidade incoerente (e muitas vezes contraditória) de suas determinações relacionais” (CERTEAU 2008, p. 38), e a constituição do percurso que a forma, tarefa sempre incompleta, é o que talvez possa melhor se aproximar de uma teoria da formação dos sujeitos. O “homem comum” é uma invenção, e destituí-la é uma atividade fundamental no âmbito das ciências humanas.

A pesquisa passa a ser, portanto, *um exercício de verificação das condições de verdade*, pelas quais se constituíram, de um lado, as possibilidades de construção de enunciações universais em um determinado momento histórico e, de outro, as fissuras a partir das quais tais verdades serão questionadas,

desprezadas ou subvertidas pelas atividades cotidianas. A partir daí, verificar-se pois as regularidades de tais condições no espaço social, muito menos com a pretensão de se traçar um lugar comum e bem mais atento às conexões que possam se estabelecer entre práticas cotidianas paralelas (CERTEAU 1985), mas também entre os discursos que lhe são próximos.

Em terceiro lugar, a análise constitui-se em *uma perseguição à lógica (também contingente) das estratégias e táticas*, em sua mobilidade e inversões. A produção estratégica se associa à constituição de seu próprio, que determina um lugar específico, uma visibilidade intensa e a primazia de um saber (CERTEAU 2008, p. 99). Na medida, porém, que a emergência do discurso (sempre estratégico) está também associada a uma apropriação dos saberes e práticas locais (*uso dos usos*), será necessária uma atenção quanto ao posicionamento dos enunciados e práticas cotidianas nas lutas que constituem a realidade estudada – muitas vezes encarnadas em “microrresistências que fundam microliberdades” (DURAN 2007, p. 118). No que se refere às práticas cotidianas, deve-se atentar ainda para a microfísica<sup>6</sup> de seus procedimentos, que normalmente aparecem, no ambiente social estudado, “combinados segundo táticas ilegíveis mas estáveis a tal ponto que constituem regulações cotidianas e criatividade sub-reptícias” (CERTEAU 2008, p. 175). É fundamental, pois, determinar, no âmbito da analítica, os lugares/espacos onde se constituem tais estratégias – localizáveis, por exemplo, nas enunciações discursivas, nos procedimentos de governamentalização, em mecanismos disciplinares, normalizações éticas e emergências de saberes legitimados – e táticas – que se constituem nas resistências, golpes, apropriações ditas “ilegítimas”, narrativas finitas, produções cotidianas etc.

52

Tal delimitação precisa *considerar os modos diferenciados como operam os saberes*, de acordo com seu posicionamento (espaço ou lugar que ocupa). Saberes legitimados, que estabelecem um objeto teórico, fundamentam a Ciência, constroem olhares periciais; saberes que operam na interioridade das relações, produzindo ações e afetos, constituindo olhares privados; saberes menos colonizados, que não constituíram seu próprio, e que vagueiam na forma de uma produção popular, em olhares menores; singularidades, saberes anônimos... Uma atenção ao discurso que é também ato, na consciência de que o objeto e seu uso constituem, juntos, o sujeito que, de alguma forma, (ou de forma nenhuma, talvez) deles se apropria.

Junto a uma analítica dos saberes, pois, constitui-se *um olhar sobre as “maneiras de empregar”*, seja em âmbito estratégico ou tático. É provável que o consumo – não associado à construção de algo próprio, mas justamente ao que se faz com o que é apresentado ao sujeito – tenha, também, seu *anticonsumo*, na medida em que, do lugar das estratégias, também se constituem apropriações daquilo que outrora lhe escapava. Seria assim com diversos movimentos sociais. Seria assim com os coletivos, ou com os espaços privados da internet. A heterogeneidade dos usos se deve às situações sociais e às relações de força

<sup>6</sup> Embora essencialmente foucaultiano, o conceito parece estar próximo das “práticas microbianas” de Certeau.

que lhe circundam (CERTEAU 2008, p. 44) e, por isso, às configurações de poder que lhe permeiam.

É necessário, pois, que tais usos sejam estudados no interior desses percursos complexos nos quais se inserem. Da mesma forma, o esforço parece ser o de *apresentar as práticas e discursos em seus espaços próprios*. Observar as práticas em seus jogos, nos relatos que lhe constituem, na “arte de dizer” popular (CERTEAU 2008, p. 85); considerar os discursos em suas regras de formação, demarcando as superfícies de emergência, as instâncias de delimitação e as especificações dos objetos que produzem – compreendendo, pois, a operação que realizam (FOUCAULT 2008).

*Encontrar o lugar do golpe*, a antropofagia das práticas e as leis e regularidades a que se submetem (CERTEAU 2008). Nesse sentido, considerar que a própria narratividade é um golpe, e que o relato assume um papel central na constituição daquilo que pode ser apreendido pela observação analítica. Primeiro, naquilo que funda – a “arte de dizer” constitui espaços, forma mitos, descreve relações e, por isso, as cria. Em seguida, no que é capaz de cooptá-lo: as traduções, as formalizações, as legislações. Localizar as subversões do relatado é, na mesma medida, investigar as condições pelas quais ele se constitui em discursos credibilizados.

*Verificar, enfim, as ficções*. As utilizações compõem criações. As cooptações do cotidiano também as constituem. Será necessário, pois, que se verifiquem os produtos da luta, o que delas emerge como discurso, o que se populariza como resistência, compreendendo-se que, em todo caso, duas ficções parecem fundamentais e perenes nessa produção: a *ficção da narrativa*, capaz de produzir séries e inventar continuidades, e a *ficção da memória*, capaz de transformar surpresas em ocasiões. É possível, dessa maneira, perguntar-se como se consolidaria, por exemplo, o discurso acerca do homossexualismo, como as práticas e os movimentos viriam a operar no interior dos saberes constituídos e a maneira, como, novamente, seriam absorvidos em grandes passeatas e, daí, em produtos comercializáveis e ações governamentais. Ou compreender a maneira pela qual as práticas religiosas se apresentam e, em sua multiplicidade, sofreriam intensos investimentos, localizados, na construção de um discurso ecumênico que, ao mesmo tempo, as reduz e as relativiza em um culto generalizado.

Itinerários, aproximações e produções. Em seus diversos aspectos, a atividade do pesquisador se assemelha a do biólogo que esboça os aspectos de uma coevolução,<sup>7</sup> dessa vez entre discursos e práticas. Percursos compartilhados, que por vezes evidenciam o embate das relações antagônicas e, em outros momentos, a produtividade das apropriações. No cerne dessa analítica, está a proposição de se considerar o movimento das estratégias e táticas sem abdicar, no entanto, da análise do discurso que lhe possibilita e, igualmente, dos objetos que são, a partir dessas lutas, constituídos. A hipótese

<sup>7</sup> “[...] evolução na qual a adaptabilidade de cada genótipo depende das densidades populacionais e da composição genética da própria espécie com a qual interage” (ROUGHGARDEN apud FUTUYMA 1997).

dessas linhas é, portanto, a de que a formação do sujeito se dá na relação entre os objetos e os usos que deles se faz; no contato entre os discursos e as práticas que a eles se somam ou se contrapõem. A maneira como os saberes (universais ou cotidianos) se constituem e são questionados, como se realizam as apropriações ou como se procura ou não resistir a determinados enunciados-práticas evidenciariam, pois, a dinâmica a partir da qual, naquele contexto, as subjetividades seriam constituídas. Assim, no que tange à constituição de objetos, seria possível surpreender tal produção subjetiva a partir de sua legitimação estratégica, materializada por meio de instituições e enunciados universais, ou de sua constituição tática, por meio das memórias e narrativas pessoais, por exemplo; do mesmo modo, no que se refere às modalidades de uso, parece plausível o olhar sobre suas formas estratégicas, como no caso dos movimentos de governamentalização e de dominação, ou táticas, visíveis em práticas cotidianas e relatos de experiências, para ficarmos apenas em algumas possibilidades analíticas.

Subjetivação nascida de uma polêmica que em alguns aspectos se diferencia da observação sobre os usos e daquelas dedicadas à análise do discurso. Como ferramenta, um tipo de analítica que redefine o posicionamento das produções táticas e das construções estratégicas nos termos cambiantes da utilização e da construção de objetos. Em seu interior, a compreensão de que o sujeito, esse constructo moderno, viu-se obrigado a abandonar os estabelecimentos universais de sua essência e se constituir na heterogeneidade das contingências históricas, nos diversos espaços e lugares de seu estabelecimento.

54

### **Incursões finais**

Poder(es). Saber(es). Sujeito(s). Entre eles, produtividades, muitas vezes, incoerentes, em diversos momentos, descontínuas, mas sempre eficazes se considerarmos que individualidades se constituem a partir de suas relações. A questão que se coloca como central nos estudos foucaultianos – desse sujeito que se constitui no interior de um espaço moral, sob relações de conhecimento e ações – é também a que perpassa, por outra via, as reflexões de Michel de Certeau. Na aproximação de ambos os estudos, algumas evidências de que um olhar que se baseie na contribuição dos dois autores pode abrir novas possibilidades de análise.

Ao reposicionar a questão do governo – por meio de um duplo movimento que, de um lado, o desinstitucionaliza, colocando-o também no interior das relações entre indivíduos e, de outro, rende ao Estado um olhar que o considera como sistema capaz de se apropriar dos saberes locais – Foucault abre espaço para se considerar, sob outra ótica, os espaços de luta entre estratégias e táticas. Observadas no interior das relações cotidianas, as tentativas de governo dos indivíduos pelos indivíduos colocariam os espaços táticos e os lugares estratégicos em uma proximidade cotidiana ainda mais intensa do que aquelas atribuídas na crítica certauniana, deslocando as possibilidades de “apropriação” para ambos os lados. Em complementação, as técnicas de governamentalização colocariam as racionalidades do Estado

nos interstícios do jogo, evidenciando que a constituição de identidades e discursos nacionais pode também se beneficiar, de diferentes modos, das táticas que “vêm de baixo”.

A dissipação do poder em uma microfísica parece particularmente profícua para colocar as estratégias e táticas, de fato, em um jogo, obrigando-nos a analisar a ambas, profundamente, naquilo que as forma e naquilo que, a partir delas, se produz. Encontrando as relações de poder na cotidianidade – tornando-nos, pois, delas incapazes de escapar – Foucault também abre espaço, aqui se aproximando muitíssimo da obra cereteuniana, para o exercício de liberdades nos pequenos espaços das relações locais. Enxergar as possibilidades de subjetivação nas mais ínfimas porções da rede social é também tornar possível que, nesses pequenos espaços, se deem as resistências e criações.

Em Certeau, a possibilidade de se encontrar, analiticamente, os resultados cotidianos que, respondendo ou não às formalizações dos grandes enunciados, viriam a formar não-lugares, espaços móveis e inabitáveis que por vezes escapariam ou fariam trilhas paralelas aos mecanismos de controle. Com seu olhar sobre as estratégias e táticas, a possibilidade de constituir os lugares daqueles que operam com o poder ultrapassando a analítica estática das classes sociais e a compreensão, também reduzida, de que as lutas sociais se dariam, apenas, em termos econômicos de manutenção de capital.

Entre analíticas acerca da memória, da leitura e da escrita, das (anti-) disciplinas ou das visibilidades, Certeau verificou aquilo que Foucault anunciava, mas de que pouco se aproximou; esse, por sua vez, analisou aquilo que a produção cereteuniana, então, faria ranger. Em ambos, um meticuloso trabalho que desmantelaria lugares estáveis e arrancaria do sujeito a universalidade de uma essência. Sob alguns aspectos, olhares complementares; em outros, antagonismos profundos. Na força mais uma vez evidente das polêmicas, a possibilidade de esboçar paralelismos, de inventar outros caminhos. Eis o sentido de uma proposta que, ao aproximar o genealogista do caçador, quis a ambos fazer reverência, sem deixar de lhes subverter.

### Referências bibliográficas

- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de Fazer. 15ª ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2008.
- \_\_\_\_\_. Teoria e Método no Estudo das práticas cotidianas. In: COTIDIANO, CULTURA E PLANEJAMENTO URBANO, 1985. **Anais do Encontro Cotidiano, cultura popular e planejamento urbano**. São Paulo: FAU/USP, p. 3-19, 1985.
- CHARTIER, Anne-Marie; HÉBRARD, Jean. A invenção do cotidiano: uma leitura, usos. **Projeto História**, n. 17, p. 29-41, 1998.
- CHARTIER, Roger. Estratégias e táticas. De Certeau e as “artes de fazer”. In: \_\_\_\_\_. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Editora Universidade, 2002.



- DEFERT, Daniel. Cronologia. In: MOTTA, M. B. (org.). **Ditos e Escritos 1: Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 1-70.
- DURAN, Marília Claret. Maneiras de pensar o cotidiano com Michel de Certeau. **Diálogo Educ.**, v. 7. n. 22, p. 115-128, 2007.
- DROIT, Roger Pol. **Foucault, Michel: entrevistas**. São Paulo: Graal, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- \_\_\_\_\_. A escrita de si. In: MOTTA, M. B. (org.). **Ditos e Escritos 5: Ética, Sexualidade e Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 144-162.
- \_\_\_\_\_. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: MOTTA, M. B. (org.) **Ditos e Escritos 5: Ética, Sexualidade e Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 144 – 162.
- \_\_\_\_\_. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005 (a).
- \_\_\_\_\_. **História da Sexualidade 3: o cuidado de si**. Rio de Janeiro: Graal, 2005 (b).
- \_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. 20ª ed. Organização e Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2004.
- \_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P; DREYFUS, H. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica**. São Paulo: Forense Universitária, 1995.
- FUTUYMA, Douglas. **Biologia Evolutiva**. 2ª ed. Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Genética, 1997.
- GUATTARI, Félix. **Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

# La historiografía penitenciaria francesa después de Foucault: una aproximación a través de la obra de Jacques-Guy Petit (1975-2000)\*

French prison historiography after Foucault: an approach via the works of Jacques-Guy Petit (1975-2000)

---

**Luis González Alvo**

gonzalezalvo@gmail.com

Profesor

CONICET – Universidad Nacional de Tucumán

Bolívar, 800 - San Miguel de Tucumán

4000 - Tucumán

Argentina

---

## Resumen

Hace cuarenta años, *Vigilar y castigar* marcó el comienzo de una “época dorada” de la historia de la prisión. Se estudiará la discusión que esa obra generó durante sus primeros años, tomando como objeto las principales reseñas y el debate titulado *L'impossible prison*. Luego, para realizar una aproximación a la historiografía posterior, se analizarán los aportes de Jacques-Guy Petit. Según algunos historiadores, la tesis doctoral de Petit adquirió un carácter de aporte “definitivo”. Teniendo en cuenta esos aspectos, se intentará responder por qué los historiadores habrían dado una mayor valoración a la obra de Petit y por qué, sin embargo, no generó nuevos trabajos, sino fue seguida de una especie de declive que derivó en un desplazamiento del tema en la agenda historiográfica francesa.

57

## Palabras clave

Historiografía francesa; Prisiones; Michel Foucault.

## Abstract

Forty years ago, *Discipline and Punish* ushered in a “golden age” of historical studies on prison in France. This article will address the discussion on that work in its early years, by studying some of the leading reviews that were published at the time and the debate entitled *L'impossible prison*. Next, in order to approach the subsequent developments of prison historiography, it will examine the contributions of Jacques-Guy Petit. For some historians, Petit's doctoral thesis acquired a character of “definitive” contribution. Considering these aspects, this paper will attempt to answer why historians have laid a greater emphasis on Petit's work; and why, nonetheless, it did not result in new works, but was followed instead by a kind of decline that resulted in a topic shift in the French historiographical agenda.

## Keywords

French historiography; Prisons; Michel Foucault.

---

Recibido el: 18/10/2014

Aceptado el: 20/4/2015

---

\* El presente trabajo, originado en el marco de la Beca de Iniciación en la Investigación (CIUNT, 2011-2012) fue terminado en el marco de la Beca Doctoral de CONICET (2014-2018). Agradezco la gentileza de Michelle Perrot por haberme recibido para entrevistarla sobre su participación en el auge de la historia de la prisión.

El análisis histórico de la prisión, como es sabido, precede largamente a la intervención de Foucault. Sus orígenes pueden ubicarse en el campo de la sociología clásica. Primero en la obra de Durkheim (2001), donde los mecanismos, procesos y rituales de la penalidad constituyen la clave para el análisis de la sociedad, y luego en Weber (1964), quien elaboró una genealogía de la disciplina moderna entre el ejército y la fábrica. A partir de la década de 1930 la tradición marxista introdujo sustanciales aportes, buscando determinar cuál era el rol de los sistemas penales en las estrategias de dominio de clase y de qué maneras expresaba el poder estatal y el cambio histórico (GARLAND 1999, p. 39-106).<sup>1</sup> Tal era, en términos generales, la situación de la historia del castigo penitenciario hacia la década de 1960, cuando furiosos motines comenzaron a hacer tambalear los pilares teóricos de la penalidad del *primer mundo* en medio de los *años dorados* del capitalismo.

En 1971, bajo el influjo de aquellos trabajos y de la grave crisis que atravesaban los sistemas penitenciarios occidentales, Rothman publicó *The Discovery of the Asylum*. Obra pionera, abordaba la historia de la prisión norteamericana rastreando una suerte de patrón cíclico de impulsos reformistas seguidos de procesos de paulatina “petrificación”, derivados en ulteriores desplazamientos de los ideales originales por objetivos de organización más realistas (ROTHMAN 1971).

Pocos años después, Foucault (1975) y Deyon (1975) publicaron en Francia dos obras muy diferentes sobre la historia de la prisión. Mientras que *Vigilar y castigar* generaría enorme polémica, el trabajo de Deyon pasó, en relación a aquél, casi desapercibido.<sup>2</sup> La obra de Foucault, además de producir debates interpretativos, funcionó –tal como su autor lo había deseado– como un formidable disparador para la multiplicación de los estudios sobre la cárcel y demás formas de disciplinamiento y castigo.

Mucho se ha dicho sobre *Vigilar y castigar* y no es el objeto de este escrito añadir un nuevo análisis de esta obra, sino observar el impacto que produjo entre los historiadores, para luego analizar el desarrollo posterior de la historiografía penitenciaria francesa.<sup>3</sup> Con tal objetivo, en este trabajo se abordará, en primer lugar, la discusión que la obra generó en los primeros años, empleando algunas de las principales reseñas que se publicaron en la época, y el debate entre “el filósofo y los historiadores” coordinado y publicado por Michelle Perrot bajo el título de *L'impossible prison* (1980).

<sup>1</sup> Garland sostiene que es posible diferenciar dos corrientes de interpretaciones marxistas. Una representada en la obra de Rusche y Kirchheimer y Melossi y Pavarini quienes se abocan a demostrar la interrelación entre las instituciones penitenciarias y los modos de producción, entendiendo el castigo como un fenómeno económico supeditado al mercado laboral. La otra corriente, representada por los trabajos de Pashukanis, Hay e Ignatieff, enfatiza el papel político del castigo en la lucha de clases y en el monopolio del poder del Estado, como instituciones ideológicas legitimadoras del predominio de clase (GARLAND 1999).

<sup>2</sup> André Zysberg, en una reseña simultánea de ambos libros, caracteriza al trabajo de Deyon como “un corto ensayo (acompañado de una juiciosa antología de la prisión) donde se ajusta a mostrar, más allá de 1789, la persistencia de las mismas obsesiones punitivas” (ZYSBERG 1976, p. 169). A diferencia de Foucault, Deyon se enfocaría más en las continuidades.

<sup>3</sup> Al hablar de “historiografía penitenciaria” en este artículo nos referimos exclusivamente a los trabajos historiográficos centrados en el nacimiento de la penitenciaría, entendida –como lo hacían sus contemporáneos– como el lugar de “tratamiento” de penados varones, sanos y mayores de edad. No abordaremos, por consiguiente, estudios sobre otros tipos de prisiones o formas de confinamiento tales como los asilos de menores o enfermos mentales, las casas correccionales de mujeres, etc.

En segundo lugar, para realizar una aproximación al desarrollo de la historiografía penitenciaria, estudiaremos los aportes de Jacques-Guy Petit, el principal historiador de la prisión francesa en tiempos posfoucaultianos. Debe señalarse que *Ces peines obscures* –la tesis doctoral de Petit– fue considerada por algunos historiadores como una superación de *Vigilar y castigar*, y rápidamente adquirió un carácter de aporte “definitivo” (MARAIS 1990, p. 547). Ahora bien, esa característica pudo haber producido una especie de *cierre* del tema, punto sobre el que volveremos al final de este trabajo. Hasta fines del siglo XX continuaron produciéndose investigaciones sobre otros aspectos de la historia de las instituciones de confinamiento francesas (sobre el tratamiento de los menores, de las mujeres, aspectos de la vida cotidiana, etc.). Sin embargo, el espacio editorial continuó restringiéndose, y las publicaciones redujeron su ámbito casi exclusivamente a las editoriales universitarias. En el viraje al siglo XXI, los abordajes sociológicos tomaron el relevo del lugar privilegiado que el análisis histórico de la cárcel había ostentado desde 1975. En el ámbito académico francés actual, al conversar con Michelle Perrot, Philippe Robert o Eric Pierre,<sup>4</sup> se obtiene la impresión de que la historia de las prisiones hubiera pasado a retiro en los últimos cuatro o cinco años, junto a las generaciones de Perrot y Petit.

Por último, teniendo en cuenta esos aspectos, se intentará responder por qué los historiadores habrían dado una mayor valoración a la obra de Petit en relación a *Vigilar y castigar* y por qué, sin embargo, ésta no habría generado nuevos trabajos, sino que fue seguida del declive del tema en la agenda historiográfica francesa.

### **Después de *Vigilar y castigar*, primeras reseñas y comienzo de un diálogo**

Entre las recensiones más favorables de *Vigilar y castigar* cabe mencionar la que publicó en la revista *Annales* André Zysberg, por entonces un joven doctorando en historia. Allí se lo describe como un libro denso, repleto de referencias bibliográficas sobre la genealogía de la prisión. Sumamente elogioso, sólo se permite una crítica respecto a la descripción que el autor realiza sobre los *bagnes*, especie de presidios franceses, objeto de la tesis doctoral de Zysberg.<sup>5</sup> En su argumentación, sostiene que Foucault se apresura en caracterizarlos como una forma a la vez rigurosa y lejana de encarcelamiento cuando, por el contrario, muestra una anatomía muy distinta a la penitenciaría y constituye casi un “antipánóptico” donde sobreviven prácticas del siglo XVI (ZYSBERG 1976, p. 173).

<sup>4</sup> Eric Pierre, historiador especializado en las instituciones para menores, es uno de los discípulos de Petit y su sucesor en la cátedra de “Historia de los mundos contemporáneos” en la Universidad de Angers. En este trabajo se han empleado tres entrevistas personales realizadas a Michelle Perrot, Philippe Robert y Eric Pierre entre noviembre y diciembre de 2012.

<sup>5</sup> El término francés *bagne* es normalmente traducido como *presidio* en castellano aunque no es un término exactamente homólogo. Etimológicamente, son completamente diferentes. *Bagne* comenzó a emplearse en el siglo XVII, proveniente del término italiano *bagno*, aplicado a un tipo de prisiones asentadas en antiguos baños públicos. En un comienzo los *bagnes* se emplearon para encerrar esclavos hasta que, con la desaparición de la condena a galeras, pasó a ser un establecimiento de trabajos forzados casi siempre portuarios. Los *bagnes* continentales más importantes fueron los de Brest y Toulon mientras que en las colonias fueron los de Cayena y de Nueva Caledonia. El término *presidio*, por otra parte, deriva del latín, y en sus orígenes designaba una fortaleza militar, y con ese sentido se mantuvo en la historia colonial hispánica.

Al año siguiente, Jean-Paul Brodeur, criminólogo canadiense, publicó una reseña en la revista *Criminologie*. Su análisis pone el acento en temas que tienen un interés inmediato para el criminólogo "ya sea porque convergen con la investigación criminológica o porque constituyen un modo de crítica" (BRODEUR 1976, p. 196). Si bien puede considerársela como una reseña elogiosa, es más aguda que la de Zysberg en sus opiniones sobre las hipótesis y la metodología. Brodeur comienza por distinguir una "tesis histórica", según la cual, en el pasaje del suplicio a la penalidad moderna, el castigo del alma propuesto por los juristas fue "colonizado" por una tecnología de los cuerpos del sistema carcelario. Es la piedra angular del libro. La segunda tesis, que llama "sociológica" es que la prisión constituye una pieza esencial de una gestión política de los ilegalismos.<sup>6</sup> Su rol es crear una delincuencia políticamente inofensiva, constituida de individuos fácilmente reconocibles, ya que portan los estigmas de su pasaje por la prisión. La tercera tesis, "epistemológica", es la decisión metodológica de articular las estructuras que definen el poder y el saber sobre un horizonte de efectos de reforzamiento recíproco. La genealogía del complejo político-científico, donde saber y poder se legitiman y retroalimentan mutuamente.

Si bien la reseña es un esfuerzo interpretativo dirigido a emplear la obra para los estudios criminológicos, Brodeur desliza, sobre el final, algunas críticas al método. La principal crítica se refiere al uso de fuentes, ya que en *Vigilar y castigar* se emplean más fuentes externas a las prisiones (libros de juristas, la prensa, etc.) que documentos generados en ellas (informes, estadísticas, libros de cuentas, etc.). Brodeur se pregunta si hacer la historia del plan intencional sobre el que se apoya el nacimiento de la prisión equivale a hacer la historia del nacimiento de la prisión. Sea cual fuera la respuesta, concluye, debe considerarse que al libro le falta una base empírica. Por último, respecto al empleo del panóptico de Bentham (sus planos aparecen reproducidos sobre el final del libro), sostiene que da la apariencia de ser un "hermano de nuestras prisiones". Sin embargo se pregunta si debemos concluir que existió una influencia efectiva del panóptico en el sistema carcelario. En una analogía un tanto punzante, Brodeur argumenta que Da Vinci dibujó con gran precisión aviones y helicópteros, sin embargo su papel en el desarrollo de la aeronáutica puede considerarse insignificante (BRODEUR 1976, p. 216).

Un año más tarde, en 1977, Jacques Léonard publicó una reseña en los *Annales historiques de la Révolution française*. Fue la más resonante de todas ya que encarnó lo que podría denominarse la "reacción" historiográfica. Foucault decidió responder a través de un artículo titulado "El polvo y la nube". Ese intercambio entre Foucault y Léonard, motivó a Michelle Perrot, una de las pioneras del estudio social de las prisiones en Francia,<sup>7</sup> a convocar una mesa redonda para discutir *Vigilar y castigar* junto a su autor y a un grupo de

<sup>6</sup> Sobre esta segunda tesis, como se verá en el penúltimo apartado, se erigirá parte importante de la estructura argumentativa de *Ces peines obscures*. También se observan reflexiones inspiradas en las otras dos, aunque más matizadas.

<sup>7</sup> En 1973, en un coloquio sobre delincuencia y exclusión social, presentó una comunicación, titulada "Délinquance et système pénitentiaire en France au XIXe siècle" que luego sería publicada como un artículo en la revista *Annales* (PERROT 1975, p. 67-91).

reconocidos historiadores. El resultado del debate fue publicado bajo el título de *La prisión imposible. Investigaciones sobre el sistema penitenciario en el siglo XIX, reunidas por Michelle Perrot. Debate con Michel Foucault*.<sup>8</sup> Junto a la discusión, se incluyó la reseña de Léonard, la respuesta de Foucault y una serie de artículos sobre la prisión de otros autores.

El prólogo a la obra fue encargado a Maurice Agulhon, en su carácter de presidente de la *Sociedad de historia de la revolución de 1848* y portavoz del grupo de autores de la serie de trabajos incluidos en el libro. Si bien Agulhon, como veremos más adelante, fue un severo crítico del trabajo de Foucault reconoció el carácter impulsor de su estudio. Al preguntarse el por qué de este auge de la historia de las cárceles, sostiene que, fuera de los motivos más o menos subjetivos o contingentes, más o menos inspiradas en tal o cual movimiento social, existía en primer lugar una razón historiográfica, más grande y evidente que cualquier otra. La renovación historiográfica francesa había abierto muchos nuevos temas de investigación sin embargo, hasta Michel Foucault, nadie había reorientado con tanto vigor la historia hacia las prisiones (PERROT 1980, p. 5).

### Jacques Léonard y la “reacción” historiográfica

Léonard comienza su reseña sosteniendo que no era la primera vez que un filósofo “sembraba ideas en el campo de los historiadores suscitando reacciones e investigaciones”. Si nos detenemos un segundo en esa oración –aparente formalidad o una simple gentileza– veremos al proseguir con el desarrollo de la reseña que se trata de una declaración de guerra. En la batalla, Léonard se situará del lado de los historiadores, cuyos campos han sido “devastados” y no “sembrados con ideas”. Si Foucault encarna una “revolución”, Léonard no tiene problemas en denominar a su respuesta como una “reacción”.

Su reacción surge, en primer lugar, ante la rapidez fulgurante del análisis de Foucault, quien “recorre tres siglos a rienda suelta, como un caballero bárbaro que incendia la estepa sin precaución” (PERROT 1980, p. 11). El historiador no puede hacer esta economía de verificaciones sociológicas y cronológicas. Se admite el género sintético del ensayo, que se basa en trabajos anteriores sin aparato crítico justificativo o el género hipotético del artículo metodológico o del panfleto que adelanta una interpretación brillante, a verificar ulteriormente con profundos estudios. Pero entre todas estas opciones no cabe “devorar campos poco cultivados”, como lo eran la historia de las prisiones o de la medicina y los hospitales (que es el campo de estudios de Léonard).

Segunda reacción: *Vigilar y Castigar* dejará insatisfechos a los especialistas de los siglos XVIII y XIX porque no establece un diálogo con ellos. Aunque algunos son extensamente citados,<sup>9</sup> los estudiosos del período revolucionario se preguntarán el por qué de la ausencia de la toma de la Bastilla y el ataque a las prisiones de provincias, la experiencia de los jueces electos, las masacres de

<sup>8</sup> El título original en francés es *L'Impossible prison. Recherches sur le système pénitentiaire au XIXe siècle, réunies par Michelle Perrot. Débat avec Michel Foucault* (PERROT 1980). Fue publicado parcialmente en español en 1982 (LEONARD; FOUCAULT 1982).

<sup>9</sup> Los más citados son Pierre Chaunu, Emmanuel Le Roy Ladurie, Denis Richet e Yves Marie Bercé.

septiembre, los tribunales revolucionarios, la "santa guillotina", la repugnancia que suscitaron los espectáculos públicos del Terror y que contribuirá en buena medida al triunfo del encarcelamiento como solución punitiva discreta. Estas ausencias impiden comprender por qué los revolucionarios no quisieron una prisión "para castigarlo todo".

La tercera reacción, cuyas raíces se sumergen en la historia institucional de las prisiones, se produce ante la ausencia de una suerte de cronología legislativa. Como ejemplo, Léonard sostiene que si bien la Asamblea Constituyente abolió antiguas tradiciones penales y optó por la privación de la libertad, el Código Penal de 1810 (que perfeccionó el sistema de prisiones) restableció antiguos castigos humillantes como la exposición pública, el cepo, las marcas corporales, la amputación de la mano, contradicciones que se esperaba que *Vigilar y castigar* clarificara. Asimismo, en la parte del libro correspondiente al siglo XIX (al que sólo se le dedica las últimas setenta páginas) falta también una mínima cronología jurídica: la Restauración de 1814 intentó mejorar las condiciones materiales de las cárceles, la Monarquía de Julio suprimió en 1832 el cepo, las marcas corporales, las amputaciones, y por ley instituyó la noción de circunstancias atenuantes que contribuyeron a reducir las penas capitales a la mitad en pocos años. El gobierno provisorio de 1848 abandonó la pena de muerte en materia política, profundizó la "humanización" del derecho penal suprimiendo las exposiciones públicas y aumentó las experiencias de "mejoramiento moral" de los prisioneros, conservando el aislamiento pero suprimiendo temporalmente los trabajos forzados. En este punto, Léonard sostiene –algo que Zysberg había anticipado– que Foucault no menciona los *bagnes* ni su extinción. Cabría agregar al análisis de Léonard que tampoco se termina de explicar las razones de la pervivencia de la pena de muerte que, en Francia, subsistirá hasta 1981. La última ejecución por la guillotina se aplicó en Marsella en 1977, dos años después de la publicación de *Vigilar y Castigar*.<sup>10</sup>

62

La cuarta crítica, cuyas raíces Léonard sitúa en las historias especializadas (de la medicina, de la educación, etc.), aunque también podría pensarse en la teoría de la resistencia cotidiana de James Scott, es que Foucault exagera la racionalización y normalización de la sociedad francesa, minimiza la resistencia de hábitos del pasado y subestima la importancia del desorden. Como ejemplos, el historiador del trabajo le recordará la prolongada supervivencia de las actividades artesanales frente a la organización industrial; el historiador de los asuntos militares evocará la persistencia de las insubordinaciones y la impotencia de las ordenanzas militares; el historiador de la enseñanza le objetará la diversidad de tipos de escuelas, las improvisaciones locales, las constantes faltas de los alumnos, la confusión de las edades, el empleo del tiempo. Léonard mismo, como historiador de la medicina, señala que los reglamentos de los hospitales no deben tomarse al pie de la letra, y que en su época eran siempre

<sup>10</sup> Entre la tercera y la cuarta crítica, Léonard agrega que *Vigilar y castigar* no se apoya en estadísticas, tipologías de crímenes y delitos, clases de prisioneros (políticos, obreros, militares, prostitutas, condenados de derecho común, acusados). No hay tampoco análisis sociológicos respecto a magistrados y abogados. Todas estas observaciones, como veremos, serán tenidas en cuenta por Jacques-Guy Petit (1990).

ridiculizados por su inobservancia y desorden en periódicos y revistas médicas. Se podría, concluye, “continuar durante largo rato levantando el polvo de los hechos *concretos* en contra de la tesis de la *normalización* masiva” (PERROT 1980, p. 12).<sup>11</sup>

Las últimas críticas son las referentes al método, ya que sostiene que no se desprende completamente de la lectura si su objetivo es describir una maquinaria o denunciar una maquinación y esa confusión puede deberse al exceso que el autor hace de verbos pronominales o reflexivos, del pronombre personal “se” y de analogías. Respecto al poder disciplinario, señala que Foucault no clarifica quién es el dueño de ese poder. De allí que la explicación se vuelva mecanicista, hay una maquinaria sin mecánico, el poder tiene su principio menos en una persona que en cierta distribución concertada de los cuerpos, las superficies, las luces, las miradas. Hay una maquinaria, sostiene Léonard, pero poco importa quien ejerce el poder y, a medida que *Vigilar y Castigar* avanza, esta interpretación mecanicista del sistema carcelario se diluye en una “operación política”, cuyos responsables siguen sin aparecer y se pregunta quiénes son: ¿la policía, las autoridades judiciales o penitenciarias, la burguesía, la clase dirigente? Concluye que Foucault esquiva la respuesta y, aunque sugiera que serían los “grupos dominantes”, surge la pregunta sobre quiénes conforman esos grupos.

### El “juicio” de los historiadores y el “descargo” del filósofo

El 20 de mayo de 1978 se llevó a cabo una mesa redonda para discutir los textos del debate Foucault-Léonard. Además de los dos autores, participaron Maurice Agulhon, Nicole Castan, Catherine Duprat, François Ewald, Arlette Farge, Alexandre Fontana, Carlo Guinzburg, Remi Gossez, Pascal Pasquino, Michelle Perrot y Jacques Revel. Foucault le confesaría más tarde a Perrot que aquel día había tenido la sensación de estar compareciendo ante sus jueces.

En primer lugar se le preguntó dónde radicaba la importancia del nacimiento de la prisión y su acelerada difusión a comienzos del siglo XIX y si no estaba exagerada la relevancia de la prisión en la penalidad, puesto que subsisten durante todo el siglo XIX otros modos de castigar (muerte, *bagnes*, deportación). Otros interrogantes fueron si rehuía de explicaciones estructurales o sociales para privilegiar un proceso “acontecimental” o si había en *Vigilar y Castigar* una oscilación entre un hiperracionalismo y una subracionalidad (PERROT 1980, p. 40-46).

En su *descargo*, Foucault no respondió directamente y en orden a cada pregunta. Ensayó una respuesta globalizadora según la cual habría tomado la prisión para explicar la penalidad, porque hasta entonces había sido descuidada por la historiografía y con el objeto de retomar el tema de la genealogía de la moral siguiendo las transformaciones de las “tecnologías morales”. A todo ello

<sup>11</sup> De la misma manera, el mismo símbolo del Panóptico, monumento de la vigilancia racional, merecería ser atenuado. Hasta el propio Foucault admite, dice Léonard, que tal proyecto ha sido poco concretado ya que muchas prisiones francesas del siglo XIX eran viejos edificios medievales y aquellas que fueron construidas luego de 1830 generalmente no respondían a la concepción de Bentham. Asimismo, si muchas escuelas, cuarteles, hospitales y prisiones se asemejan entre sí es porque ocuparon con frecuencia edificios conventuales secularizados por la Revolución. En este sentido, continúa Léonard, también sorprende que Foucault no insista con mayor claridad respecto a la herencia religiosa de la empresa de amaestramiento del cuerpo que pretende describir.



se sumó también un hecho de actualidad ya que en el momento que escribió el libro, la prisión y las prácticas penales estaban siendo cuestionadas tanto en Francia como en Estados Unidos, Inglaterra e Italia, entre otros países.

El autor de *Vigilary castigar* sostuvo que intentó hacer una “eventualización”,<sup>12</sup> aunque el evento como unidad de análisis haya sido poco apreciada por los historiadores desde los últimos tiempos. Eventualizar sería, en primer lugar, una ruptura de lo evidente: allí donde se veía una constante histórica se trata de buscar una singularidad. Mostrar que encerrar a los delincuentes no era la única cosa que podía hacerse con ellos. La eventualización consiste además en encontrar las conexiones, los encuentros, los apoyos, los bloques, las relaciones de fuerza que han formado esas “evidencias” y “necesidades”. Estudiar la encarcelación penal como un “evento” y no como un hecho institucional, argumentaba, equivale a definir los procesos de inserción progresiva en las formas de punición legal de las prácticas precedentes de encierro y el movimiento mediante el cual el encarcelamiento se convirtió, como forma de castigo y como técnica de corrección, en pieza central de la penalidad.

Respecto al “exceso de atención” dada en *Vigilar y castigar* a los reglamentos y proyectos de la época, el autor reconocía que el Panóptico no es una buena descripción de la “vida real” de las prisiones del siglo XIX. Sin embargo, no quería describir la vida real de las prisiones, sino otra cosa y Bentham le servía para eso. Es una programación de comportamiento y no un proyecto de realidad que fracasa. Es un fragmento de realidad que induce efectos en lo real tan específicos como la división entre verdadero y falso en la manera en que los hombres se conducen. Sobre la finalidad de su trabajo, Foucault responde que intentó ayudar de alguna manera a resquebrajar algunos lugares comunes sobre la locura y la normalidad, sobre la delincuencia y el castigo. Su meta fue contribuir a que determinadas frases ya no pudieran ser dichas con la misma facilidad, desnaturalizar puntos de vista largamente difundidos (PERROT 1980, p. 52).

64

Finalmente, *La prisión imposible* se cierra con dos epílogos, a cargo de Agulhon y Foucault. Agulhon concluye que, a comienzos de la década de 1980, la reflexión sobre la historia de la cárcel estaba más abierta que nunca. Estado en el que probablemente continúa en nuestros días ya que unos quince años más tarde fue prácticamente abandonada salvo por la notable excepción de Petit –a quien nos dedicaremos en el próximo apartado– y un pequeño grupo de historiadores ligados a él y a Michelle Perrot.<sup>13</sup> Esto produjo una sensación de que el tema hubiera “pasado de moda”, asunto al que retornaremos en las reflexiones finales.<sup>14</sup>

<sup>12</sup> “Eventualización” y “eventualizar” son las palabras escogidas por el traductor Jordá para dos neologismos de Foucault: “événementialiser” y “événementisation”. Aunque creemos que es más adecuada la traducción de “événement” por “acontecimiento” y no “evento”, las palabras “eventualización” y “eventualizar” son un poco menos cacofónicas –aunque tampoco demasiado– que “acontecimentación” y “acontecimentar”.

<sup>13</sup> Cabe mencionar en particular el coloquio realizado en Fontevraud en 1982, organizado por Michelle Perrot, Alain Corbin y Petit, que dio a luz la obra colectiva *La Prison, le bague et l'histoire* (PETIT 1984). Fue también relevante el seminario de Robert Badinter en l'EHESS sobre las prisiones desde fines del siglo XIX (1986).

<sup>14</sup> Es sumamente descriptivo el hecho de que el traductor de la edición española –reducida en comparación con la francesa– sostuviera en 1982 que el debate sobre la historia penitenciaria ya no gozaba “del favor [editorial] de que disfrutó unos pocos años atrás” (LEONARD; FOUCAULT 1982, p. 81).

Agulhon culmina su epílogo argumentando que, por mucho tiempo, el siglo XIX francés fue visto como una época de conquista progresiva de la libertad mediante la puesta en práctica de los principios de la Ilustración. El socialismo criticó esa idea autosatisfactoria señalando la crudeza del naciente capitalismo decimonónico. Ahora, por 1975, una nueva oleada ataca directamente el racionalismo y Foucault ocupa un lugar de importancia allí. Excesivamente emprendedor, el racionalismo comprometió las ideas filantrópicas e insertó el marco conceptual de la clasificación en los reglamentos de internado y de encierro. Es ese impulso el que lleva a Foucault a privilegiar el Panóptico de Bentham, donde el máximo de vigilancia se une al máximo de racionalización. De ahí procede la "extrapolación impresionante" que realiza al entender al racionalismo liberal como una prefiguración de una sociedad totalitaria. Agulhon concluye que el siglo XIX sí experimentó una suerte de progreso en los métodos punitivos.

Partiendo de esa última afirmación, Foucault se pregunta si el coche celular es una forma más humana que la tradicional cadena de forzados. Dice que suponer eso es simplificar la realidad histórica y la tarea del historiador. Asimismo, sostiene que la tesis que Agulhon critica no le pertenece. No reconoce en absoluto haber criticado el racionalismo, es más, afirma que bastante esfuerzo le ha costado al racionalismo reponerse de los elogios que sufrió por parte de los marxistas ortodoxos en los '50. Añade que ha intentado mostrar las formas de racionalidad realizadas en algunas prácticas institucionales, administrativas, judiciales, médicas, etc. Ver en ese análisis una crítica de la razón en general sería postular que de ella sólo puede venir el bien y que el mal sólo puede venir de su rechazo. Asimismo, sostiene finalmente, que el respeto del racionalismo como ideal no debe constituir un chantaje para impedir el análisis de su puesta en práctica en la realidad (PERROT 1980, p. 317).

### **Jacques-Guy Petit: el camino de un historiador hacia la prisión**

En 1975, año de publicación de *Vigilar y castigar*, Petit cumplía 37 años. Tenía entonces una considerable carrera académica a sus espaldas, aunque no dedicada a la historia de la prisión sino al pensamiento religioso. Nacido en Angulema, en el centro-oeste de Francia, Petit cursó estudios superiores en el Instituto Católico de Toulouse, donde obtuvo las licenciaturas en Teología y en Filosofía.

Mientras realizaba estos primeros estudios, su interés por la vida y el pensamiento del abate Jules Monchanin lo fueron conduciendo a la investigación histórica, particularmente de los siglos XIX y comienzos del XX. De esa manera, desde 1966 prosiguió sus estudios en la Universidad de Paris X, donde obtuvo el grado de magister en historia contemporánea. Ya inmerso en el mundo de los historiadores, su itinerario formativo incluirá otras tres universidades: Toulouse, Angers y La Sorbona. Por esos años publica sus primeros artículos sobre el pensamiento del pastor Dietrich Bonhoeffer y Monchanin (PETIT 1969; 1970a; 1970b) y, en 1972, una vez graduado de magister en Paris X, comienza a trabajar en la Universidad de Angers como profesor asistente de Historia

Contemporánea.<sup>15</sup> Dos años más tarde, bajo la dirección de René Rémond, Petit finaliza su tesis (llamada de tercer ciclo en el sistema educativo francés de la época) con la que obtendrá el título de doctor en historia por la Universidad de Paris X (PETIT 1983). Culminaba así su primera etapa de investigaciones sobre el pensamiento religioso francés.

Por entonces un notable cambio había comenzado a operar sobre los intereses historiográficos de Petit. En sus estadías parisinas se relacionó con Michelle Perrot, quien, junto a Foucault, era una de las pioneras en el estudio sociohistórico de las prisiones. Surge así la ambiciosa idea de realizar una tesis doctoral de Estado que, tomando como punto de partida la discusión en torno a *Vigilar y castigar*, contrastara sus hipótesis con un denso trabajo de fuentes a nivel nacional y llenara las lagunas historiográficas que le habían señalado a Foucault críticos como Léonard o Zysberg. Se trataba de una enorme empresa que, aún con el viento a favor del auge de la historia de las prisiones generado por la obra de Foucault, demandaría diez años de trabajo, incluido medio año sabático que le otorgara la Universidad de Angers.

Los años que van entre 1975 y 1990 pueden ser llamados “años dorados” de la historia de la prisión francesa. En los primeros cinco años que siguen a la publicación de *Vigilar y castigar* (1975-1980) se forman las bases del auge: se multiplican las reseñas del libro, se publicita fuera de los medios académicos a través de los periódicos, se forman grupos de estudio que cristalizan en nuevas tesis, son años de ampliación del espacio editorial. Esos años de inicial efervescencia culminan con la publicación de *La prisión imposible*, que deja asentadas en una obra colectiva las críticas de los historiadores y abre el camino hacia una superación del aporte de Foucault. A partir de entonces, jóvenes tesistas como Petit, se dedican a profundizar y completar las vetas inexploradas de la historia de las prisiones, temas considerados de primer orden por la agenda investigativa francesa de la década de 1980.<sup>16</sup>

Con el paso de los años, Jacques-Guy Petit se convirtió en el principal referente de los estudios sobre la historia de la prisión en Francia. Entre 1981 y 1988 publicó numerosos artículos sobre el tema, colaboró con obras colectivas en Holanda e Italia, organizó encuentros científicos y dirigió un trabajo colectivo que reunía a los principales investigadores sobre espacios de confinamiento franceses (PETIT 1984).

En 1981 Petit publica un primer avance de su investigación, bajo la forma de un estado de la cuestión sobre la historia de las cárceles. En su marco teórico, Petit enuncia a los precursores de la historia penitenciaria anteriores a Foucault: Chaunu, Agulhon, Le Roy Ladurie, Deyon, Perrot y Zysberg. Respecto a *Vigilar y castigar*, sostiene que no estudia tanto la institución penitenciaria como la genealogía y el discurso de la razón punitiva y el proceso por el cual el “castigo corrector” de la prisión devienen claves de la penalidad (PETIT 1981, p. 365).

<sup>15</sup> Petit se desempeñará como profesor universitario en Angers hasta su jubilación en 2006. Continúa relacionado con la universidad en su carácter de profesor emérito.

<sup>16</sup> Ejemplo de ello es el premio que el parlamento francés otorga a Petit tras la publicación de *Ces peines obscures* (*Prix de la recherche historique de l'Assemblée Nationale*, 1990)

En cuanto a los estudios posteriores a Foucault, destaca que la mayoría han conseguido escapar del dilema planteado por Leonard: el de la verificación laboriosa de las orientaciones generales de *Vigilar y castigar* o la refutación puntillosa de sus tesis. Entre los aportes más significativos menciona a Castan, Duprat, Vallete, Lebrun y algunos autores que investigaban el tema con anterioridad como Zysberg y Perrot. Aquellos estudios complementaban el libro de Foucault al mismo tiempo que, concedores de los archivos nacionales, departamentales o religiosos, aportaban más pistas para identificar aspectos de las cárceles que aún necesitaban ser clarificados y profundizados. Petit comienza de esa manera a perfilar su ambición investigativa.

Si en la primera mitad del siglo XIX, proliferan los discursos humanistas sobre la reforma de las prisiones, en la práctica, como ya había señalado Perrot, los cambios son generalmente discretas. Al leer los reglamentos u otros documentos de las prisiones y contrastarlos con fuentes provenientes de distintas oficinas ministeriales, correspondencias oficiales, informes de la administración penitenciaria, se observa que las estrategias de formación de hombres laboriosos fueron en gran medida inciertas y contradictorias. Su meta será, a partir de entonces, estudiar la evolución del sistema penitenciario a la luz del análisis de prácticas concretas de encierro según los regímenes laborales y productivos, a través de las diferentes etapas políticas y en relación con los hombres que habitan la prisión como los que la ven desde afuera.

Su primer trabajo publicado en esta dirección abordaba el espacio carcelario reformado en el siglo XIX como sistema utópico de los arquitectos reformadores y como un espacio real, donde las representaciones y lo vivido juegan un papel central. Describe las razones del fracaso del sistema celular y la adopción final de principios de organización colectiva. Su tesis principal es que el espacio individualizado se muestra rápidamente ineficaz (los contemporáneos observan cómo deteriora las mentes de los internos) y antieconómico. Sin embargo, añade, los planos de prisiones celulares continuarán proliferando hasta el siglo XX, demostrando las numerosas incoherencias del sistema penitenciario que sólo un estudio de carácter general podría ayudar a clarificar (PETIT 1984, p. 165).

67

### **En la cresta de la ola: *Ces peines obscures* y los historiadores**

En la época en que Petit ya destacaba como conductor de aquel grupo de historiadores de la prisión, Michael Ignatieff distinguía tres corrientes en la historia de las prisiones francesa. Una primera línea de análisis hacía de la penalidad una historia del Estado moderno luchando por afirmarse contra la criminalidad y el desorden. La segunda corriente veía en la prisión una manifestación de la lucha de clases, la función social de la institución y su régimen dependían de las necesidades de las clases dominantes que deseaban instaurar el sistema capitalista. Una tercera línea, que no necesariamente se apartaba totalmente de la segunda, abordaba el sistema penitenciario como un componente de "racionalidad modernizante" (IGNATIEFF 1984, p. 10).

Dicho de un modo aún más simplificado –pero bastante difundido– la historiografía de las cárceles se dividiría entre un tipo de análisis "utilitario" y

otro "intencionalista", inaugurado en Francia por *Vigilar y castigar*. En aquella corriente, aunque separada por un abismo metodológico, puede situarse la tesis doctoral de Jacques-Guy Petit publicada en 1990 bajo el título *Ces peines obscures. La prison pénale en France, 1780-1875*. Orientado por Michelle Perrot, Petit se valió tanto del trabajo de Foucault como de sus críticos para realizar una tesis doctoral de carácter monumental: diez años de trabajo y 1411 páginas de resultado.<sup>17</sup> *Ces peines obscures* venía a ampliar el trabajo de Foucault mediante su enfoque y su metodología.

En *Vigilar y castigar* la penitenciaría aparece como institución modelo de una sociedad que, además de castigar a los transgresores, intentaba crear e implementar una nueva práctica social disciplinaria. No conforme con esa explicación, Petit insiste en la importancia del contexto de aquella lenta transformación del sistema punitivo y observa menos una organización metódica y racional que el resultado pragmático –y en muchas ocasiones contradictorio– de la puesta en práctica de la utopía penal de la Ilustración, truncada por el surgimiento de la cuestión social, punto en el cual Petit hace hincapié para señalar la importancia de la dimensión económica, en la cual el trabajo al interior de las prisiones constituye el componente principal (DHAUSSY 2005, p. 575).

La nueva prisión francesa no es fruto únicamente del racionalismo triunfante, aspecto que –según Petit– Foucault ha exagerado, sino que pertenece también a la esfera del misticismo, del prerromanticismo, como lo sugieren las prisiones imaginarias de Piranesi. Así como Foucault abreva fundamentalmente en la genealogía disciplinaria de Weber, Petit lo hace en aspectos atávicos de la penalidad señalados por Durkheim. Desde un punto de vista metodológico, Petit señala que Foucault no analiza los debates de 1789-1791, ni los códigos correccionales o penales sino que realiza un análisis centrado en la reunión de elementos dispersos de los reformadores del siglo XVIII en un todo coherente pero algo alejado a la realidad pos revolucionaria (PETIT 1990, p. 71).

Jean-Luc Marais, en una reseña publicada en la revista *Annales de Bretagne et des pays de l'Ouest*, es tan breve como elogioso. Sostiene que si bien existe un gran riesgo al declarar que un libro es definitivo, esa es, sin embargo, la impresión que experimenta el lector de la tesis Petit (MARAIS 1990, p. 547). Probablemente esa sensación se deba a los objetivos de la obra, cuya intención es precisamente hacer una *historia total* de la reforma penitenciaría francesa. *Ces peines obscures*, describe a nivel nacional –en un enorme esfuerzo heurístico– la puesta en práctica de la prisión penal, es decir, el pasaje de la prisión preventiva a la prisión como pena. La riqueza del libro reside en superar el análisis discursivo, analizando también las fuentes producidas en las penitenciarías para estudiar las causas materiales de lo que Petit denomina fracaso del encarcelamiento celular (PETIT 1990, p. 548). De esa manera el análisis de Petit se hace más denso y le permite demostrar que no existió un frente unido de la burguesía sino diversos grupos de acción. En ese sentido analiza los papeles cumplidos por el fragmentado grupo de

<sup>17</sup> Para su publicación por la editorial Fayard el trabajo fue reducido a 749 páginas.

los filántropos, las hesitaciones de la administración (siempre necesitada de fondos), el papel del gobierno (siempre reticente para otorgar los fondos) y los emprendedores privados relacionados al trabajo de los prisioneros.

Además del reconocimiento de Marais, *Ces peines obscures* recibió la aprobación del otrora líder de la "reacción" historiográfica Jacques Léonard, quien señaló que Petit llenaba las lagunas que, a fines de los '70 se le habían marcado a Foucault. Lo consigue al desmenuzar para su análisis el complejo proceso de transición de la cárcel de Antiguo Régimen hasta el régimen celular (fracasado) a fines del siglo XIX. Demuestra con su investigación la relación íntima y necesaria entre historia social e historia penitenciaria, ya que tanto la prisión como el *bagne* expresan la naturaleza de las relaciones entre los que están dentro y los que están fuera de aquellas instituciones. Una vez más se acentúa la deuda teórica con Durkheim y la visión social producida desde el exterior de la prisión. En la obra de Petit queda demostrado de qué manera el mejoramiento de la suerte de los detenidos no progresará sino lentamente:

[...] la opinión pública juzgará indecente brindar a 'culpables' el bienestar y el confort que no tienen los soldados en sus barracas o los trabajadores honestos en sus modestas casas. Así como la condición de los proletarios es lamentable, parecería incongruente preocuparse demasiado de la suerte de los malhechores (LÉONARD 1985, p. 227).

Otro fuerte de *Ces peines obscures* es desarrollar la dimensión cotidiana para comprender la realidad carcelaria. El trabajo, el hábito del silencio, los olores, las enfermedades, las perversiones, los suicidios, las sanciones, los servicios, son todos aspectos insoslayables para comprender cómo funciona efectivamente el nuevo dispositivo punitivo/corrector (PETIT 1990, p. 469).

Claude Petitfrère, historiador de la revolución francesa, es autor de otra reseña sobre el libro de Petit. Al igual que Marais y Léonard, considera que Petit ha concretado una gran labor de síntesis de los mayores aportes en la historia de la prisión. El interés esencial de *Ces peines obscures*, sostiene Petitfrère, es el haber insertado el sistema penitenciario del siglo XVIII en la lógica global de la sociedad burguesa, el haber mostrado cómo, a partir de los generosos proyectos reformadores de la Ilustración, se produjo un instrumento de eliminación menos de criminales "profesionales" que de los elementos más desprotegidos de la sociedad, al servicio de la gran empresa de control de las clases populares por las élites (PETITFRÈRE 1990, p. 120). Esto no es sino una ampliación de la segunda tesis de *Vigilar y castigar*, según el análisis de Brodeur. Repleto de referencias documentales y bibliográficas, y firmemente asentado en algunas de las propuestas de Foucault, el libro de Petit habrá satisfecho completamente las expectativas del criminólogo canadiense.

### **Reflexiones finales: la historia de la prisión y la necesidad de una renovación**

*Vigilar y castigar*, por su característica irreverencia y desatención de los métodos y las formas establecidas, generó lo que en este trabajo hemos denominado la "reacción historiográfica". Tal mote, sin embargo, requiere ser

matizado ya que ciertas observaciones de Léonard hacían referencia a algunas de las formas más innovadoras de la historiografía de los 70': recordemos las críticas por la falta de empleo de los resultados de las historias especializadas (de la educación, del trabajo, de la medicina, etc.) o por la exagerada racionalización o pasividad que Foucault atribuye al cuerpo social, crítica que podría leerse en sintonía con la teoría de resistencia cotidiana, en formulación por James C. Scott por esos años.

No obstante, de acuerdo a otras críticas efectuadas por Léonard, Agulhon y Brodeur y más tarde los mismos Perrot, Ignatieff y Petit, podría decirse que se trató de una respuesta conservadora, puesto que buscaba resguardar, frente al *sacudón* foucaultiano, las herramientas y el *métier* del historiador.

El oficio de historiar incluía, señalaron, algunas operaciones insoslayables como trabajar con documentación especializada, fuentes primarias, armar un estado de la cuestión que tenga en cuenta los avances sobre el tema, referirse con claridad a los actores en cuestión, etc. El ingrato lugar tomado por Léonard, dada la popularidad alcanzada por Foucault en los sectores más progresistas de la academia, implicó defender un conservadurismo de oficio, iniciando una serie de objeciones a *Vigilar y castigar* que fueron rápidamente olvidadas por el gran público pero que se fueron refrendando en el ámbito historiográfico a medida que otros historiadores publicaban sus investigaciones sobre la prisión. Es el caso de Petit en Francia, Ignatieff en Canadá o Lila Caimari en la Argentina, por sólo citar unos pocos entre la gran cantidad de autores que han historiado la prisión desde entonces a nivel internacional.

70

No obstante, más allá de las debilidades señaladas, los historiadores de la cárcel, de Petit a Caimari, reconocen hasta hoy el valor del aporte foucaultiano. En una reflexión sobre su historia de la Penitenciaría de Buenos Aires, Caimari sostuvo que, aunque el trabajo con la documentación carcelaria la había alejado de las hipótesis de *Vigilar y castigar*, aquella obra produjo una suerte de revolución conceptual. Su originalidad no estaba en lo que dijo sobre la prisión sino en la matriz de su planteo, que revirtió los términos de las aproximaciones conocidas a estas instituciones. En vez de trabajar yendo de los contextos sociales hacia las maquinarias institucionales, Foucault invirtió el recorrido, haciendo foco en el corazón mismo de las instituciones (CAIMARI 2005, p. 7). Y eso fue captado también por Petit quien, además de ampliar algunas de las hipótesis de Foucault y proceder con el más refinado aparato erudito (empleando una grande y diversa cantidad de fuentes), sintetizó en su tesis doctoral los avances que se habían producido después de *Vigilar y castigar*.

Por todo eso, en el ámbito de los historiadores franceses, se recibió con mayor aceptación a *Ces peines obscures*, ya que constituía una forma de integrar los aportes de Foucault con la evidencia histórica disponible y los trabajos posteriores. El sociólogo Philippe Robert, en una reseña publicada en *Annales*, sostuvo que Petit había llevado a cabo con éxito el duro trabajo de poner a prueba las hipótesis de los trabajos de la "primera ola posfoucaultiana" producidos entre las décadas de 1970 y 1980. Asimismo, según Robert, la periodización de Petit se convirtió en la más convincente hasta el momento,

superando a la de la historiadora norteamericana Patricia O'Brien (O' BRIEN 1982) ya que se enfocaba en el período clave que transcurre entre los últimos años de la monarquía absolutista y la caída del Imperio.

*Ces peines obscures* demostró, con mayor énfasis que cualquier otro trabajo, que la prisión francesa del siglo XIX, como institución "regeneradora" a través del trabajo, fue una empresa semi-privada. Emprendedores particulares se encargaban de la organización del trabajo al interior de las cárceles y de las "cantinas", donde los presos podían mejorar sus pobres raciones. Ese carácter semi-privado fue desapareciendo a lo largo del siglo XIX a medida que las cárceles fueron profesionalizándose. Aquellos que querían tratar a la prisión de manera científica favorecieron el cambio, aunque las querellas sobre el encierro celular dificultarían el proceso y sólo se lo resolvería de un modo pragmático. El Estado francés no pudo –o no quiso– pagar el costoso encierro celular.

Otro de los principales aportes de la obra de Petit fue ampliar y demostrar, mediante un minucioso examen de los distintos tipos de cárceles francesas, una de las tesis de *Vigilar y castigar*: que el fracaso de la prisión francesa como elemento regenerador no implicó su desaparición porque fue acompañada de un éxito como forma de administrar la delincuencia y la marginalidad, productos del "siglo del progreso" (PETIT 1990, p. 9).

Hasta aquí hemos visto el beneplácito con el cual los historiadores recibieron el trabajo de Petit. Sin embargo, de ese reconocimiento gremial –incomparable con el reconocimiento interdisciplinario del aporte de Foucault– surgen algunos interrogantes en vistas de lo sucedido en los años que siguieron a la publicación de *Ces peines obscures*. La obra de Petit no se multiplicó en más trabajos sino que fue una suerte de culminación de los años dorados de la historia penitenciaria. Después de su publicación, lentamente fue disminuyendo el espacio de la historia de las cárceles en el mercado editorial y hasta en los mismos circuitos académicos. Petit tuvo a su cargo una compilación de importancia sobre el tema en 1991 y luego hubo que esperar a 1996 –vigésimo aniversario de *Vigilar y castigar*– para que las editoriales y las universidades dedicaran espacios a las cárceles del pasado (PETIT 1996). De esta manera, la década de 1990 se acabó sin mayores novedades en el área y, ya en el naciente tercer milenio, los protagonistas continuaron siendo los mismos que habían participado de los debates en los '70: Petit, Perrot, Zysberg, Pierre, entre otros (ARTIERES 2010; PETIT 2002; PERROT; PETIT 2002). Con su retiro, la historia de la penalidad volvía a ser patrimonio de los sociólogos, herederos del legado de Durkheim.

Curiosamente había sido un filósofo quien transitoriamente les había arrebatado la cárcel como objeto de estudio para que los historiadores tomaran la posta. Desde 1975 y por un cuarto de siglo la investigación sobre la penalidad francesa fue de los historiadores. Podría decirse que *Vigilar y castigar* cristalizó, de alguna manera, en *Ces peines obscures*. Cabe preguntarse por qué el trabajo de Petit, si había superado a su mentor, no produjo sus propios discípulos, por qué el tema acabó diluyéndose en la agenda historiográfica.

De lo visto hasta aquí, es posible arriesgar que se debió a una cuestión de método, así como se le había señalado en su momento a Foucault. Petit



empleó exhaustivamente el recurso del análisis histórico de las fuentes a nivel nacional pero no realizó una renovación en su forma de acercamiento al tema. No propuso un nuevo modo de abordar la historia de la prisión sino que –y no es tarea menor– contrastó lo trabajado hasta entonces con la evidencia histórica disponible. Es probable entonces que el decaimiento del tema y la falta de continuadores del trabajo de Petit hayan provenído de la falta de innovación en su enfoque.

Es innegable que se trata de una obra minuciosa y exhaustiva, pero justamente por eso no abrió nuevos espacios para dar algún giro interpretativo encomendable a sus discípulos. En *Ces peines obscures* se respeta el *métier* del historiador, el empleo de recursos documentales y de bibliografía especializada pero se descuida la incorporación de los aportes de otras disciplinas. Si en un primer momento, en los años 70' y 80' la "reacción" permitió producir una historia de la prisión más completa a partir del impulso de *Vigilar y castigar*, es probable que hoy la solución para revitalizar esa historia un tanto marginada en los últimos años sea una renovación a través de enfoques interdisciplinarios. Un acercamiento hacia las disciplinas vecinas, como la sociología o la arqueología urbana, que permitan ver de nuevas maneras a una documentación tan vasta y diversa como la del universo penal de los siglos XIX y XX. Si efectivamente se produjo un declive en la historiografía penitenciaria francesa, éste pudo haber sido causado precisamente por los aspectos conservadores de una respuesta que, inicialmente, tuvo éxito al reforzar el método historiográfico, pero, con el pasar de los años, no pudo renovar los acercamientos al tema.

72

### Referencias bibliográficas

- ARTIERES, Philippe et al. **Surveiller et punir de Michel Foucault: regards critiques 1975-1979**. Caen: PUC, 2010
- BRODEUR, Jean-Paul. Surveiller et punir. **Criminologie**, v. 9, n. 1-2, p. 196-218, 1976.
- CAIMARI, Lila. **Usos de Foucault en la investigación histórica**. Victoria: Universidad de San Andrés, Documento de Trabajo n 18, 2005. Disponible en: <http://live.v1.udesa.edu.ar/files/EscEdu/DT/DT18-CAIMARI.PDF>.
- DEYON, Pierre. **Le temps des prisons: essai sur l'histoire de la délinquance et des origines du système pénitentiaire**. Lille: Editions Universitaires, 1975.
- DHAUSSY, Catherine. **Utopie et démocratie humanitaire aux États-Unis et en France entre 1830 et 1848: comparaison et étude d'interactions**. Tesis (Doctorado en Historia) Universidad de Paris 13, Paris, 2005.
- DURKHEIM, Émile. **La división del trabajo social**. Madrid: Akal, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **Surveiller et punir**. Naissance de la prison. Paris: Gallimard, 1975.
- GARLAND, David. **Castigo y sociedad moderna**. Un estudio de teoría social. México: Siglo XXI, 1999.

- IGNATIEFF, Michael. Historiographie critique du système pénitentiaire. In: PETIT, Jacques Guy (dir.). **Les prisons, le bagne et l'histoire**. Paris: Méridiens, p. 9-17, 1984.
- LEONARD, Jaques ; FOUCAULT, Michel. **La imposible prisión**: debate con Michel Foucault. Barcelona: Anagrama, 1982.
- \_\_\_\_\_; PETIT, Jacques-Guy (dir.) . La prison, le bagne et l'histoire. **Annales de Bretagne et des pays de l'Ouest**, v. 92, n. 2, p. 226-227, 1985.
- MARAIS, Jean-Luc. Jacques-Guy Petit, *Ces peines obscures*. **Annales de Bretagne et des pays de l'Ouest**, v. 97, n. 4, p. 547-548, 1990.
- O'BRIEN, Patricia. **The Promise of Punishment**: Prisons in Nineteenth-Century France. Princeton: PUP, 1982.
- PERROT, Michelle. Délinquance et système pénitentiaire en France au XIXe siècle. **Annales - Économies, Sociétés, Civilisations**, v 30, n. 1, p. 67-91, 1975.
- \_\_\_\_\_. (dir.) **L'Impossible prison** : recherches sur le système pénitentiaire au XIXe siècle. Paris: Seuil, 1980.
- \_\_\_\_\_; PETIT, Jacques Guy *et al.* **Femmes et justice pénale XIXe-XXe siècles**. Rennes: PUR, 2002.
- PETIT, Jacques Guy. La vie et la pensée de D. Bonhoeffer. **Carmel**. Revue d'histoire de la spiritualité, v 1, p. 42-45, 1969.
- \_\_\_\_\_. Monchanin et l'homme universel. **Orient-Occident**, v III, n 6, p. 2-16, 1970a.
- \_\_\_\_\_. Diálogo entre el budismo zen y el Occidente. **Temas**, n 47, p. 16-23, 1970b.
- \_\_\_\_\_. Le système pénitentiaire au XIXe siècle: problématique et recherches. **Annales de Bretagne et des pays de l'Ouest**, v. 88, n. 3, p. 363-368, 1981.
- \_\_\_\_\_. **Mystique et intelligence critique**: la jeunesse de J. Monchanin. Paris: Beauchesne, 1983.
- \_\_\_\_\_. **Ces peines obscures**: la prison pénale en France, 1780-1875. Paris: Fayard, 1990.
- \_\_\_\_\_. Les historiens de la prison et Michel Foucault. **Sociétés & Représentations**, n. 3, p. 157-170, 1996.
- \_\_\_\_\_; SALVATORE, Ricardo D., AGUIRRE, Carlos Aguirre (eds.). The Birth of the Penitentiary in Latin America. Essays on Criminology, Prison Reform and Social Control, 1830-1940. **Crime, Histoire & Sociétés**, v. 7, n. 2, p. 133-135, 2002.
- \_\_\_\_\_. ; (dir.). **Les prisons, le bagne et l'histoire**. Paris: Méridiens, 1984.
- \_\_\_\_\_. *et al.* **Histoire des prisons en France (1789-2000)**. Le système pénitentiaire et les bagnes d'outre-mer. Toulouse: Éditions Privat, 2002

- PETITFRERE, Claude. Jacques-Guy Petit, *Ces peines obscures*, **Annales historiques de la Révolution française**, v. 283, n. 1, p. 117-120, 1990.
- ROBERT, Philippe. Jacques-Guy Petit, *Ces peines obscures*. **Annales - Économies, Sociétés, Civilisations**, v. 45, n. 5, p. 1260-1262, 1990.
- ROTHMAN, David J. **The discovery of the asylum**: social order and disorder in the new republic. Boston: Little Brown, 1971.
- WEBER, Max. **Economía y sociedad**. México: FCE, 1964.
- ZYSBERG, André. Pierre Deyon, *Le temps des prisons. Essai sur l'histoire de la délinquance et les origines du système pénitentiaire*; Michel Foucault, *Surveiller et punir. Naissance de la prison*, **Annales - Économies, Sociétés, Civilisations**, v. 31, n. 1, p. 168-175, 1976.

# Para um conceito moderno de imaginação: a imaginação do ponto de vista kantiano

Towards a modern concept of imagination: imagination from the Kantian perspective

---

**Eugenia Gay**

eugeniagay@hotmail.com

Doctora investigadora

Universidad Nacional de Quilmes

Malabia 1907/2D

1414 - Buenos Aires

Argentina

---

## Resumo

Este trabalho apresenta uma avaliação crítica da discussão na qual foi produzido o conceito kantiano de "imaginação", como proposta de conhecimento e como projeto político-pedagógico. A hipótese sustentada é a de que a divisão da produção filosófica de Immanuel Kant e dos filósofos que participaram da discussão entre escritos teóricos e escritos políticos prejudica a compreensão do debate, resultando em uma concepção unilateral e oposicional do conceito moderno de imaginação. Para mostrar a unidade do debate, o artigo se concentra nos argumentos filosóficos desenvolvidos por Kant nos escritos pré-críticos e nas duas edições da *Crítica da razão pura*, contrastando-os com o conjunto da discussão da sua época. Embora os trabalhos de outros filósofos recebam menos atenção, o artigo espera tornar visível o caráter dialógico do trabalho teórico de Kant.

75

## Palavras-chave

Imaginação; Ciência moderna; Immanuel Kant.

## Abstract

This article makes a critical evaluation of the debate in which the Kantian concept of imagination was built as an epistemological, as well as a political-pedagogical project. The article's main hypothesis is that the distinction between political and theoretical writings in Immanuel Kant's works, as well as in the works of other philosophers who participated in this discussion, distorts the comprehension of the debate itself and produces a one-sided and oppositional conception of the modern concept of imagination. To show the unity of the debate, the article concentrates in the philosophical arguments developed by Kant in his pre-critical works and in both editions of the *Critique of pure reason*, which are presented vis-à-vis the broader debate of his time. Although the works of other philosophers do not receive the same attention as Kant's works, the article expects to expose the dialogical nature of Kant's theoretical oeuvre.

## Keywords

Imagination; Modern science; Immanuel Kant.

---

Recebido em: 1/8/2014

Aprovado em: 15/1/2015

Die an sich pöbel ist, weil sie nicht denk  
(KANT 1833, p. 30).

Die reine anschauung muß daher in gewisser Weise 'schöpferisch' sein  
(HEIDEGGER 1991, p. 44).

O pensamento de Kant sobre a imaginação constitui um divisor de águas na concepção moderna do conhecimento, mas ele não constitui uma unidade. Ao contrário, ele sofreu bastantes mudanças, que estão em parte relacionadas ao progresso intrínseco ao seu próprio desenvolvimento intelectual, e em parte à discussão que Kant manteve com partidários das doutrinas de G. Leibniz, Ch. Wolff, J. Locke e D. Hume, J. G. Hamman, e inclusive da sua própria, como J. G. Herder ou J.C.F. Schiller. Também é preciso lembrar que, mais do que propostas puramente "teóricas" ou metafísicas, destinadas a responder a um puro interesse de conhecimento, todas essas teorias constituíram tentativas de explicação sobre o mundo que compunham projetos morais, religiosos e políticos e, na maioria dos casos, normativos e práticos, associados a fortes alianças políticas e religiosas.

Este percurso pretende mostrar as transformações do conceito e funções da imaginação que se registram entre os escritos pré-críticos (escritos anteriores a 1770, data em que se estima o início dos trabalhos sobre a *Crítica da Razão Pura*) e a primeira edição da *Crítica*, por um lado, e a segunda edição da *Crítica*, por outro, como resposta à necessidade de defesa de uma variante do projeto Ilustrado, cujo sucesso parecia ameaçado pela vertente *entusiasta* ou *perspectivista* da filosofia. Dessa forma, a discussão kantiana sobre o papel da imaginação no conhecimento estabeleceu uma oposição taxativa entre a percepção ficcional e subjetiva e o conhecimento científico objetivo, base do projeto ilustrado da razão e ainda em vigência.

76

### **Nenhuma ilha é uma ilha**

Em primeiro lugar, devemos considerar a importância, para o conjunto do projeto kantiano, das discussões que se desenvolviam na Inglaterra. De fato, muitos especialistas consideram que a passagem da filosofia "pré-crítica" ao projeto crítico tem a ver com uma mudança das lealdades filosóficas de Kant em direção à teoria newtoniana (BERLIN 1999, p. 23, *passim*). O pensamento de Newton penetrou no universo alemão na época de Frederico II, através da influência de Voltaire e de Maupertuis na Academia de Berlim (CALINGER 1969, p. 319), servindo como contraponto à posição filosófica wolffiana, que se manteve por algum tempo fora da Academia, resguardada na Universidade de Halle (RUPERT HALL 2002, p. 3-8). Embora a disputa entre Leibniz e Newton tenha se centrado principalmente no problema do cálculo, a inimizade entre os partidários de um e outro continuou depois da morte de ambos e se expandiu à totalidade dos dois sistemas filosóficos (RUPERT HALL 2002, p. 235).

A filosofia de David Hume, por sua vez, recebeu diferentes respostas, que podemos separar, para o período que vai de 1760 a 1785, em quatro grupos. Encontra-se, em primeiro lugar, a aceitação do seu ceticismo e a descrença

em qualquer possibilidade de conhecimento. Alguns epistemólogos procuraram responder a Hume, como o fez Johan Nicolau Tetens. Em terceiro lugar, Hume foi interpretado como um defensor dos direitos da Fé contra a razão (Lavater, Hamann, Jacobi, Wizenmman, Herder) e, finalmente, a resposta de Kant, que generalizou o problema de Hume, forçando um reexame de toda a filosofia de Leibniz-Wolff.

Apesar da autoridade que Wolff ainda mantinha, para a década de 1740, ano da entrada de Immanuel Kant na Universidade de Königsberg, a sua filosofia vinha sendo alvo de duras críticas. Na prática, os professores mais destacados nas universidades alemãs usavam a filosofia wolffiana como base das suas reflexões, mas corrigiam as suas conclusões mediante a aplicação das investigações de Newton (CALINGER 1979, p. 349), Locke ou Hume (KUEHN 2001, p. 68, p. 75).

Desde o início da sua carreira, Kant interessou-se pelo problema da conformação e da percepção da realidade e, com o avanço dos seus estudos, foi desafiando uma por uma todas as metafísicas disponíveis. Nos seus trabalhos mais relacionados à filosofia natural, Kant chegou a considerar que a ciência newtoniana era mais avançada do que aquela proposta por Wolff (CALINGER 1979, p. 353-355, *passim*), embora na sua proposta geral continuasse aderindo mais à teoria monádica da matéria (KUEHN 2001, p. 90-110), e no seu *Principiorum primorum cognitionis metaphysicae nova dilucidatio* (1755), desafiou diretamente os princípios de *contradição* e de *razão suficiente*. Essa mudança aponta para um redirecionamento de perspectiva a favor de um ponto de vista mais próximo ao de Newton (SCHÖNFELD 2000, p. 58). As teorias sobre o tempo e o espaço, que Kant começou a desenvolver na sua *Dissertação inaugural* de 1770, têm sido entendidas como um dentre os vários esforços de mediação entre as concepções newtoniana – de caráter absoluto – e leibniziana – relacional – do tempo e do espaço (BALLARD 1960).

Cabe lembrar, contudo, que para Leibniz as mônadas funcionavam como centros espirituais incorpóreos, e não tinham a existência material que Wolff lhes havia atribuído (LEIBNIZ 2008, p. 26). De qualquer maneira, a “redescoberta” de Leibniz que seguiu à publicação das suas obras originais, não significa que Kant tivesse operado alguma espécie de “volta a Leibniz” que obliterasse as interpretações de Wolff. Muito pelo contrário, os trabalhos pré-críticos de Kant sobre a imaginação foram particularmente influenciados pela discussão em torno da tradição wolffiana.

De Alexander G. Baumgarten, considerado o mais importante dentre os seguidores de Wolff, Kant aproveitou a discussão sobre a capacidade da imaginação para perceber uma totalidade de um só golpe, assim como a associação dessa percepção da totalidade com o atributo da beleza (MAKKREEL 1990, p. 10). Na *Metafísica* (BAUMGARTEN 1988, §607), Baumgarten também havia se dedicado à discussão sobre a faculdade do juízo, identificada como a responsável pela formação do gosto. Os escritos pré-críticos de Kant em geral são considerados mais próximos de Baumgarten do que do trabalho de Wolff, na medida em que o primeiro também havia recuperado os trabalhos de Leibniz diretamente (KUEHN

2001, p. 91-92). E a marca de Baumgarten, junto com a de Moses Mendelssohn, se torna extremamente importante considerando que Kant tinha dificuldades com a língua inglesa, de forma que o seu acesso aos textos ingleses se fez a través dos trabalhos desses filósofos. Baumgarten aparece como uma influência ainda maior se considerarmos a sua posição contrária ao movimento da filosofia popular e ao mero *Schöndenker*: se Baumgarten pretendia fundar uma ciência do belo, essa ciência respondia ao conceito wolffiano de rigorosidade, e não ao sentimentalismo dos populares. Esse direcionamento foi retomado por Kant (ZAMMITO 2002, p. 39).

O interesse de Kant pela imaginação se desenvolveu bastante cedo, durante os anos de 1760. John Zammito explica que “desde o início, Kant concebeu a imaginação estética como a perigosa capacidade de projetar o irreal sobre o efetivamente existente” (ZAMMITO 1992, p. 33). Zammito cita uma passagem de meados da década de 1760 na qual Kant afirma: “De fato, a imaginação [*Einbildung*] consiste na ilusão [*Täuschung*] segundo a qual acreditamos ver alguma coisa no objeto que é, na realidade, uma criação do nosso próprio cérebro. Dessa maneira os entusiastas [*Schwärmer*] passam a acreditar que podem encontrar todos seus espectros [*Hirngespinsten*], e qualquer seita os seus dogmas, na Bíblia”. E de fato, não é por acaso que, junto à discussão sobre a imaginação nas suas lições de antropologia, encontra-se também a análise psicológica das doenças mentais. A imaginação era, em última instância, algo que devia ser devidamente controlado, e cujo descaso ou excesso se encontrava tanto no empirismo ceticista dos ingleses quanto na base do dogmatismo metafísico. E pior ainda, a imaginação descontrolada se encontrava em atitudes como a de Johann G. Hamman, aquele “completo caos de materialismo e espiritualismo, de luz e sombras”, no dizer de Jacobi (HILLEBRAND 1872, p. 114), uma louvação ao irracionalismo na própria universidade de Königsberg.

78

### **A antropologia do ponto de vista imaginário**

Apesar do perigo, Kant entendia que não era possível prescindir totalmente da imaginação. No seu *Anthropologie*, Kant explicará o funcionamento da *Bildungsvermögen*, ou “poder formativo”, em todo tipo de formação produzida pelas faculdades inferiores, isto é, na apreensão sensorial. O texto da *Antropologia* é de especial importância porque, embora fosse publicado em 1798, ele é o fruto dos cursos de antropologia que Kant começou a ditar em 1772, e que acompanharam o desenvolvimento da *Crítica*.

Nesse texto, Kant sustenta que o poder formativo não somente possibilita formar imagens (*Bild*), mas também combinar representações em geral, seja mediante coordenação, no caso dos objetos sensíveis (*Bildungskraft*), ou a través da subordinação, para os objetos racionais (*Einbildung*). Esta última, a subordinação, muitas vezes funciona inconscientemente. Assim mesmo, Kant entende que “as representações a respeito das quais a mente se conduz passivamente, ou seja, pelas quais o sujeito é *afetado* (que pode se afetar a si mesmo ou ser afetado por um objeto), pertencem à faculdade do conhecimento sensível, enquanto aquelas que encerram somente um *fazer* (o pensar) pertencem

à do conhecimento intelectual” (KANT 1833, p. 24). As primeiras também são chamadas *inferiores* e plebeias, como se lê na epígrafe desse texto, posto que não pensam – nem julgam (KANT 1833, p. 33), enquanto as segundas são *superiores*. O tipo de sensibilidade que compete ao conhecimento compõe-se dos sentidos e da imaginação (*facultas imaginandi*), esta última definida como a intuição em ausência do objeto. Ela pode ser produtiva (*exhibitio originaria*), quando apresenta um objeto originalmente, ou reprodutiva (*exhibitio derivativa*), quando traz à mente uma intuição empírica passada: “As intuições puras de tempo e espaço pertencem à faculdade produtiva, todas as outras pressupõem intuição empírica, que passamos a chamar *experiência* quando é conectada com o conceito do objeto e se transforma assim em conhecimento empírico”. A produção involuntária de imagens, por sua vez, é chamada de *fantasia* (KANT 1833, §13; p. 26).

Mas Kant destaca claramente que, embora possa apresentar imagens originais, a imaginação nunca *cria*, pois sempre é possível encontrar a origem das imagens que a imaginação produz nos sentidos (KANT 1833, §30). Desta capacidade da imaginação de produzir analogias entre as percepções reais e as suas produções fictícias, provêm expressões como “sem sentido”, ou “sentido comum”, nas quais se expressa a relação entre a base sensorial e o trabalho da imaginação que é necessária para o conhecimento. De forma que a faculdade de produção da *sã* imaginação se entende, pelo menos nos primeiros anos, como uma capacidade combinatória, e não *poiética*.

Nesse mesmo texto, Kant separa aquelas produções originais da imaginação que concordam com conceitos, e que são consideradas como expressões do gênio, do simples delírio, que não concorda com conceitos (KANT 1833, §28). Ainda dentro da imaginação produtiva, distinguem-se três classes de imaginação: a primeira é plástica (*imaginatio plástica*), da intuição no espaço, a segunda é associativa (*imaginatio associans*), da intuição no tempo, e a terceira é aquela da afinidade (*affinitas*), das representações de descendência comum. Quando a imaginação plástica é utilizada conscientemente pelo artista, chama-se composição, caso a sua atuação seja inconsciente, é qualificada como uma monstruosidade ou como sonho. Ao contrário, a imaginação associativa (*imaginatio associans*) muitas vezes não responde à vontade do sujeito, e parece descrever o fenômeno do qual também falava Hume, segundo o qual a mente forma “cadeias” ou “trens” de pensamento, associando uma representação à outra e atribuindo-lhes causalidade. A associação (*imaginatio associans*) também é responsável pela predição do futuro e pela memória. A primeira destas capacidades, que consiste na projeção de possibilidades ao futuro, repousa na aplicação da lei da causalidade, sempre que não se trate somente de um pressentimento, e a segunda, que supõe a organização das imagens do passado, consiste na aplicação do entendimento. A terceira classe de imaginação (*affinitas*) pode muito facilmente vagar de um assunto a outro, pois segue a forma da percepção do sentido mais do que a lei do entendimento, criando muitas vezes pura confusão.



Dentro das atribuições da imaginação se conta, também, a faculdade de designar (*Bezeichnungvermögen* ou *facultas signatrix*), cujo grau mais elevado é o da distinção, em que se especifica que “o conhecimento simbólico tampouco se opõe, pois, ao intuitivo (por intuição sensível), mas antes ao intelectual (por conceitos)” (KANT 1833, p. 104), de forma que o conhecimento simbólico pertence muito mais à sensibilidade do que ao entendimento. Embora se apresente como análogo, e com isso sugira a igualdade de condições, ou pelo menos de procedimentos, a descrição kantiana da analogia apresenta sempre uma ponderação quanto ao valor relativo de cada classe de conhecimento. Assim como a imaginação é a responsável pela comunicação entre as faculdades, e o seu caráter antropológico garante a universalidade dos juízos do entendimento, ela também é o lugar onde se distingue entre conhecimentos racionais e não racionais. Contudo, apesar de ser imprescindível para ela, a imaginação não pertence à faculdade superior, que é mais eminente, composta por “um entendimento justo, um juízo exercitado e uma razão profunda” (KANT 1833, §40). Embora participe da tarefa do entendimento, a imaginação pré-crítica permanece no campo da sensibilidade, ou seja, pertence às faculdades inferiores que lidam com os objetos do mundo exterior (KANT 1997, p. 48).

80

Nas transcrições das *Lições de metafísica* que Kant ditou entre 1778 e 1779, o cenário que havia sido descrito na antropologia adquire maior complexidade, mediante a separação e limitação das funções que pertencem aos sentidos e as que pertencem ao entendimento: os sentidos providenciam a matéria e o estofado do conhecimento, que é complementado pela espontaneidade do entendimento, que proporciona forma à percepção (KANT 1997, p. 51). Na sequência, Kant passa a definir uma classe de conceitos produzidos pelo entendimento cuja origem não é diretamente sensorial, mas que outorga forma às cognições sensoriais. Trata-se de conceitos *intelectuais*, que o entendimento produz ao refletir espontaneamente sobre a experiência. Esses conceitos são o produto de juízos de reflexão, e não a representação direta da experiência, embora tal distinção se torne imperceptível pelo hábito de realizar uma mesma operação uma e outra vez. Apesar da sua complementariedade, Kant entende que as impressões devem distinguir-se dos juízos, pois acredita que as ilusões (os “enganos”) atribuídas erroneamente aos sentidos (como o fez Descartes), assim como o impulso do entendimento de corrigi-las formando, mediante esse processo, os seus próprios conceitos, são somente a consequência de juízos precipitados. Na produção dos conceitos sensíveis intelectuais vemos a atuação formadora da imaginação, no escopo do entendimento, que é a faculdade superior ou intelectual. Nesses trabalhos, a imaginação participa de uma concepção que poderíamos chamar *pictórica*, como a que já haviam sustentado os neoplatonistas e os pensadores cristãos.

De maneira que, por um lado, existe uma cognição de objetos particulares por assim dizer imediata, nomeadamente, aquela que é dada aos sentidos ao serem afetados pelos objetos imediatamente presentes, e cujo produto é chamado *representação* dos sentidos. Por outro lado, existe uma cognição *imitativa* que se realiza através do *poder (kraft) formativo*, procedente da espontaneidade do

entendimento. As impressões produzidas pelo poder formativo em ausência do objeto tampouco devem confundir-se com as impressões que provém diretamente dos objetos (KANT 1997, p. 52), como talvez o tenham feito Locke ou Hume, que lhes atribuíram um nível equivalente de vivacidade. Em outras palavras, o poder formativo decorrente da espontaneidade da mente produz representações sensíveis do passado, do presente ou do futuro em ausência do objeto, mas que possuem em si mesmas a forma em que os objetos afetariam os sentidos e que por isso representam o perigo de confundir a forma com a coisa em si.

O *poder formativo* se divide, por sua vez, em três poderes ou faculdades temporais e três intemporais (KANT 1997, p. 53). Dentro dos poderes temporais encontramos a faculdade de *Ilustração* (*facultas formandi*, ou *Abbildung*), cujas representações correspondem ao presente, a faculdade da *Imitação* (*facultas imaginandi* ou *Nachbildung*), que providencia as representações do passado e, finalmente, a faculdade da *Antecipação* (*facultas praevidendi* ou *Vorbildung*), cujas representações pertencem ao futuro.

Dentre as três faculdades temporais, a *Abbildung* parece desenvolver o papel mais importante, na medida em que concentra a capacidade de unificar as imagens que se apresentam aos sentidos, assim como seus limites, sempre que não nos vejamos ultrapassados pelas nossas impressões. Na terceira *Crítica*, a impossibilidade de estabelecer limites para a percepção será descrita como a experiência do sublime, passando a conformar uma estrutura diferente daquela do conhecimento e apontando a sua última fronteira. Apesar da sua distinção inicial, a *Abbildung* não se limita à ilustração da imagem presente. Ela envolve no seu escopo também os outros dois tipos de imaginação temporal, operando em forma de associação empírica. Por um lado, a *Abbildung* combina imagens que tinham sido previamente “guardadas” em uma espécie de armazém ou depósito da imaginação. Essas imagens passadas, ou já ausentes, são trazidas ao presente (à presença) pela *Nachbildung*, ou imaginação reprodutiva, através do mecanismo da associação. Pela mesma arte, denominada *Vorbildung*, as nossas representações presentes são também associadas a representações futuras. Todos os tempos imaginários se combinam na *presença* imediata que Kant denomina *Abbildung*.

Dentro das capacidades intemporais do poder formativo, há que contar a *Faculdade da imaginação* (*Einbildung*), também chamada imaginação *produtiva*, ou faculdade da *fantasia*, pela qual somos capazes de criar imagens originais, no sentido platônico. Ela é diferente e não deve ser confundida com a imaginação reprodutiva (temporal) que participa da formação representacional, pois as suas representações independem da existência real dos objetos (KANT 1997, p. 55). Para Kant, a faculdade da imaginação é um poder ficcional dos sentidos, que também se diferencia do poder ficcional do entendimento (*Einbildungsvermögen*). O sentido de “fictício” nesse caso designa a ausência de correlação atual no mundo para a imagem produzida na mente, da mesma forma como acontecia no trabalho de Christian Wolff, e com isso distingue esta faculdade *fictiva* daquele outro sentido de cópia especular da realidade que caracterizava a imaginação reprodutiva. A segunda das capacidades

intemporais da imaginação é a faculdade de correlação (*facultas characteristic* ou *Gegenbildung*), que nos permite formar analogias linguísticas, na medida em que possibilita a produção de signos. Esta faculdade, de cunho sensível, parece acompanhar a *Bezeichnungvermögen* ou *facultas signatrix* que havia já sido introduzida na *Antropologia*. Finalmente, distingue-se a faculdade de *cultivo*, ou *cultura* (*Ausbildung*), que possibilita e nos compele a completar, espontaneamente, as imagens que possam se apresentar aos sentidos somente de maneira parcial.

Na medida em que estes “atos” acontecem de maneira involuntária, eles são governados pela sensibilidade ou faculdade inferior; enquanto se realizam de maneira voluntária, correspondem ao domínio do entendimento ou faculdade superior. Por esse motivo, embora a rigor pertençam aos sentidos, Kant também conta a memória (a imaginação reprodutiva) e a faculdade imaginativa voluntária (*Dichtkunstvermögen*) como atos do entendimento. Dessa forma, as faculdades cognitivas superior e inferior continuam a se diferenciar segundo a relação da intuição com os objetos (KANT 1997, p. 250).

Em resumidas contas, a faculdade da imaginação pode ser reprodutiva, quando se refere ao tempo passado e responde às leis de associação. Nesse caso, também pode atuar de forma voluntária ou involuntária. Pode ser antecipatória, quando se refere ao futuro e responde à lei de antecipação de resultados similares. Finalmente, pode ser produtiva, quando não se refere a tempo ou objeto algum e responde somente à lei da compatibilidade. Uma última especificação sobre a *facultas fingendi* (que temos traduzido como “fictiva”) é a que se realiza mais adiante nas *Lições* e que distingue entre a *imaginação*, quando denomina o ato de jogar com a imaginação para fabricar alguma coisa com um propósito ou um fim, e a *fantasia*, que implica que é a imaginação quem joga conosco. A *fantasia* que não está dirigida pela analogia com a experiência e pela faculdade superior provoca um frenesi incontrollável e, no limite, a loucura (KANT 1997, p. 254). É difícil subestimar a importância que cobra, na medida em que o texto avança, a distinção entre as atividades conscientes e as atividades inconscientes. Em todas as oportunidades, a consciência de uma ação determina o seu pertencimento à faculdade inferior ou à faculdade superior. Dessas considerações surge também um conceito de beleza associado à vontade e ao prazer, que também é subdividido em uma versão consciente e outra inconsciente, e aqui a conversa parece ter lugar com as considerações de Moses Mendelssohn (MENDELSSOHN 1819, p. 102). O objeto capaz de causar prazer objetivo está ou em acordo com as leis da sensibilidade, e nesse caso é considerado *belo*, ou em acordo com as leis do entendimento e da razão e, nesse caso, ele é *bom*. A premissa nessa distinção é que a sensação se relaciona com o material, enquanto que o gosto diz respeito à forma que adquire a composição do múltiplo na sensação (KANT 1997, p. 260).

Parece evidente que no tempo em que essas segundas lições foram ditadas, se encontrava já em circulação um trabalho que modificava amplamente as atribuições e funções da imaginação. Antes de 1781, data da primeira publicação da *Crítica da razão pura*, a imaginação possuía diversas funções e permeava todo o trabalho da mente. De maneira muito similar ao funcionamento da

faculdade única postulada por Ch. Wolff, a imaginação kantiana respondia ora às faculdades superiores, ora às faculdades inferiores, sem que lhe fosse conferido um lugar específico, ou seja, limitado, na economia da percepção. Alguns autores acreditam que os escritos pré-críticos representam uma tentativa falha de construir um sistema que unificasse a natureza e a metafísica. Outros acreditam que a falha foi consequência da incapacidade de Kant de se livrar do peso da tradição da metafísica para admitir a suficiência das faculdades inferiores. A culminação desse projeto foi, segundo Martin Schönfeld, a convicção de que tais mundos estavam definitivamente separados, a consequente inclinação pelo modelo newtoniano, mas tingido de racionalismo, e o início do projeto crítico (SCHÖNFELD 2000, p. 246).

### O Ser Imaginário

A razão pela qual a imaginação se torna um problema na *Crítica da Razão Pura* (1781) é que o conhecimento transcendental que ela propõe somente é possível através da sua atividade. Martin Heidegger adota uma forma muito interessante, e discutida infinitas vezes, de definir o objetivo da *Crítica*, que nos conduz ao nó górdio da imaginação kantiana. Heidegger entende que a imaginação é a raiz comum, embora não reconhecida, às duas fontes possíveis do conhecimento: a imaginação designa o lugar do qual partem tanto a intuição sensível quanto a espontaneidade do entendimento. Heidegger re-enuncia o problema que articula a *Crítica*, isto é, a pergunta pela possibilidade dos juízos sintéticos a priori, da seguinte maneira: “Como pode um ser finito, que como tal é entregue (*ausgeliefert*) ao ente e dependente da sua recepção ter conhecimento de, isto é, intuir, o ente antes que ele seja dado sem ser o seu criador?” (HEIDEGGER 1991, p. 38). Com isso, o problema kantiano deixa de ser um problema de conhecimento (o de como é possível conhecer o mundo), para se tornar um problema ontológico, na mesma linha do trabalho do próprio Heidegger.

Até que ponto esta reformulação diz mais sobre os interesses do próprio Heidegger do que sobre a *Crítica* é outra discussão (Cf. BAMBACH 1995; CASSIRER 1931; SHEROVER 1971; WEATHERSTON 2002), mas ela aponta uma perspectiva importantíssima na concepção kantiana da imaginação. Será que apesar de fundar a epistemologia moderna, a *Crítica* não é ela mesma um trabalho de epistemologia propriamente dito, e sim de gnosiologia? A análise que Heidegger realiza do papel da imaginação na síntese de conhecimento se centra na primeira edição da *Crítica da razão pura*, e estabelece uma distinção a respeito da segunda edição. Segundo Heidegger, “embora a tendência toda da *Crítica* aponte à função central da imaginação no que respeita à possibilidade da síntese ontológica, Kant negou-se a reconhecê-lo e na segunda edição reduziu a imaginação a uma ‘função do entendimento’” (HEIDEGGER 1962, p. XIX). E de fato, as múltiplas funções que a imaginação tinha na primeira edição da *Crítica*, são transformadas em uma nova, porém muito delimitada, definição da sua atividade, que será denominada *esquematismo transcendental*, e que será submetida ao domínio do entendimento.

Na *Crítica* (a), a imaginação é vista como um poder (*Kraft*) capaz de produzir esquemas *a priori*. Esses esquemas *a priori* resultam da aplicação espontânea das categorias do entendimento à intuição pura. Essa aplicação possibilita o processamento da informação recebida através dos sentidos. Ou seja, sua função é a síntese que determina o sentido interno do tempo. Heidegger explica que “os esquemas ‘surgem’ como o produto transcendental da imaginação transcendental. Esta última, enquanto síntese original, pura, forma a unidade essencial da intuição pura (tempo) e do pensamento puro (apercepção)”. (HEIDEGGER 1962, p. 134). Visto desde a perspectiva do seu resultado, Kant está nos dizendo que um conceito (ou uma categoria) é o produto da atividade sintética da imaginação, seja esta uma síntese empírica ou pura. Ou seja, é somente através da síntese da imaginação que as “marcas” ou dados isolados da intuição se transformam em partes de “algo”, seja este “algo” um objeto sensível ou um objeto do entendimento (um conceito), que depois virá a dar forma à síntese da intuição pura (HEIDEGGER 1991, p. 64).

Ora, para que isto seja assim, Kant pressupõe primeiro que há alguma coisa “além” do fenômeno, denominado *noúmeno*. Segundo, que esse algo, o *noúmeno*, só é (se é) apreensível de maneira transcendental, isto é, não através da investigação exterior ou acidental do fenômeno, e sim descobrindo as formas *a priori* de apreensão desse mesmo fenômeno. Ou seja, para apreender o *noúmeno*, o que não significa que o conheçamos, é necessário transcender o plano dos fenômenos. Devemos lembrar que “a distinção entre o conceito de coisa em si e o de aparência não é objetiva, senão meramente subjetiva. A coisa em si mesma não é outro objeto, mas outro aspecto (*respectus*) da representação em relação ao mesmo objeto” (KANT apud HEIDEGGER 1991, p. 33). Consequentemente, esse objeto transcendental poderia se definir também como puro horizonte, de maneira que deve permanecer em estado de *aberto* para cumprir a sua função, embora não possa ser tematizado nem conhecido positivamente.

Por enquanto, sabemos que o conhecimento se realiza a partir ou através de duas vertentes (o entendimento e a intuição), que provém da mesma fonte, embora essa fonte seja desconhecida. Desconhecida para Kant, pois Heidegger entende que se trata claramente da imaginação. A unidade essencial do conhecimento, que de outra forma permaneceria ou no plano da intuição ou no plano do entendimento, se realiza no ato espontâneo da imaginação através do qual se abre o horizonte da possibilidade do objeto. Em termos mais kantianos, a imaginação realiza *a priori* a conexão dos conceitos puros do entendimento (as categorias) e a intuição pura (o tempo), explicando assim o seu caráter transcendental. A imaginação torna visível o espaço em sua forma pura através do esquema: “a sensibilização tem lugar como um esquematismo. A imaginação pura ao formar o esquema dá por adiantado o aspecto (imagem) do horizonte da transcendência” (HEIDEGGER 1991, p. 91). Ora, segundo esta interpretação, a imagem de um conceito não é uma imagem particular, e sim um conjunto *não visual* de regras que definem a imagem particular. Em outras palavras, não podemos contemplar o esquema em si, mas o percebemos toda vez que vemos uma imagem particular que pode ser subsumida sob um conceito.

Novamente em palavras de Heidegger, “o conhecimento ontológico [que é o objetivo da crítica e aquilo explicitado na análise das categorias] tem provado ser aquele que forma a transcendência” (HEIDEGGER 1991, p. 120). Segundo esta interpretação, a imaginação abre o terreno do possível, em que os objetos da percepção podem ser intuídos, sem por isso constituir uma imagem ou um espaço físico determinado: providencia o *como* da percepção, mas não o *que*.

Na Primeira versão da *Crítica* se descrevem três classes de síntese subjetiva possíveis (KANT 1956, p. 141a). A primeira é aquela da *apreensão* intuitiva, pela qual a intuição mesma recolhe as representações, sejam empíricas ou internas, que são sempre múltiplas em função do seu pertencimento ao sentido interno (o tempo), e as reúne originalmente em uma unidade. A segunda consiste na *reprodução* imaginativa, mediante a qual a imaginação empírica (*empirische Einbildungskraft*) estabelece um laço entre as representações que amiúde se apresentam juntas, e assim, reproduz na representação essa ligação toda vez que observa a aparição de um dos fenômenos. Nesse apartado, Kant também explica que as sínteses da apreensão e a da reprodução se encontram intrinsecamente ligadas, constituindo o fundamento transcendental da possibilidade de todo conhecimento, empírico ou transcendental, pelo qual também recebem o nome de *faculdade transcendental da imaginação* (*transzendente Vermögen der Einbildungskraft*). A terceira síntese é a do *reconhecimento* conceitual, isto é, a consciência (*Bewußtsein*) da concatenação ou unidade formal *a priori* dos pensamentos que se apresentam de maneira sucessiva através da *apercepção transcendental* que, pela síntese, compõe o *objeto transcendental*, isto é, a realidade objetiva (KANT 1956, p. 158-159a). Essas três sínteses foram entendidas por Heidegger como sendo, respectivamente, o correlato da *Abbildung*, da *Nachbildung* e da *Vorbildung* que já havíamos identificado nas *Lições de Metafísica*. Segundo a *Crítica*, todas elas, aliás, pertencem à temporalidade. A imaginação transcendental transformar-se-ia, dessa forma, no tempo primordial e, portanto, na raiz comum entre o sentido e o entendimento.

A terceira síntese, a do reconhecimento conceitual, tem duas funções. A primeira é o reconhecimento da identidade de dois pensamentos correlatos, sem a qual não conseguiríamos mais do que ter novas representações a cada momento, caindo assim na alternativa proposta por Hume. A segunda função produz uma unidade que permite o reconhecimento de uma totalidade. Heidegger relaciona essa função à *Vorbildung* que, nos escritos pré-críticos, era antecipatória. Resulta evidente que Heidegger tem em mente a função antecipatória de sentido compreendida na noção de círculo hermenêutico que fora elaborada em *Ser e tempo*. Lida nessa perspectiva, a síntese conceitual parece sim ter essa “função” antecipatória, na medida em que projeta uma expectativa de sentido total que permite outorgar também um sentido às partes.

Contudo, fica evidente que a função do reconhecimento na *Crítica* se relaciona diretamente com a passagem do plano fenomênico ao plano *nouménico* ou metafísico, no qual Kant pode fundar a objetividade do conhecimento a partir do objeto transcendental. Dessa forma, podemos chamar a atenção sobre o fato de que a possibilidade da objetividade do conhecimento ou, mais precisamente,

a realidade objetiva enquanto tal, se conforma a partir de um objeto imaginário, ou seja, um objeto constituído na passagem ao plano transcendental realizada mediante o trabalho da imaginação. Esta interpretação se justifica se pensarmos que, quando o conhecimento retorna ao plano fenomênico, ele deve sair do território do objeto transcendental, pois um esquema ou um conceito, por definição, nunca podem coincidir com uma representação determinada da sensibilidade. A objetividade, portanto, somente se sustenta no plano transcendental, cujo propileu é a própria esquematização imaginária. Mas se esta interpretação parece insana, isso se deve a que a concepção da imaginação, e conseqüentemente a definição do conhecimento, iria sofrer ainda uma importante transformação, depois da qual objetividade e ficção não poderiam sequer ser colocadas na mesma frase sem produzir estranhamento.

Heidegger entende que Kant recuou da sua posição em relação à função central da imaginação por ocasião da segunda edição da primeira *Crítica* (HEIDEGGER 1991, p. 160-161). E de fato as passagens que na primeira edição definiam a imaginação como terceira faculdade são substituídas por discussões dirigidas a refutar a validade do baseamento empírico (ou empirista) do conhecimento no pensamento de Hume e de Locke (KANT 1956, p. 135), com o que a função da imaginação é ali notavelmente restrita. E, aliás, com toda coerência, pelo mesmo movimento em que a imaginação é desbancada da sua posição central, Kant questiona a legitimidade das faculdades sensíveis ou inferiores. O esquematismo transcendental baseado na síntese da imaginação, que, na primeira edição ocupava o primeiro plano na explicação sobre a possibilidade do conhecimento transcendental, cede a sua posição central ao juízo, cuja validade se sustenta na unidade da apercepção. Nessa segunda versão, Kant passa de um esquema tripartite, composto pela intuição sensível, a imaginação e a apercepção, para um esquema duplo, composto de intuição sensível e entendimento, enquanto a imaginação, que na primeira versão ficava “desabrigada” (*heimatlos*) (HEIDEGGER 1991, p. 136), passa a compor uma das operações do entendimento.

86

### Fronteiras imaginárias

É lícito pensar que para a segunda edição da *Crítica da razão pura*, e depois de várias discussões e controvérsias, Kant estava disposto a conceder menos a leibnizianos e empiristas. O novo texto pretendia escapar tanto à crítica do idealismo excessivo em sua teoria como à interpretação do seu trabalho como um manifesto empirista. Para isso, Kant introduziu mudanças significativas, que esclareceriam a originalidade da sua doutrina. No estudo preliminar à edição brasileira da *Crítica da Razão Pura*, nota-se que

são ampliadas a introdução e algumas passagens da “estética transcendental”. Refunde-se totalmente a dedução dos conceitos puros do entendimento e, parcialmente, o capítulo “Da distinção de todos os objectos em geral em fenômenos e noumenos”. Na “Analítica dos princípios” acrescenta-se a “Refutação do idealismo” e a “Observação geral sobre o sistema dos princípios”. É refundido e encurtado o capítulo relativo aos “Paralogismos da razão pura” (MORUJÃO apud KANT 2001, p. III).

E essas mudanças não são acidentais. Em 1787, seis anos depois da publicação da primeira edição, Kant se encontrava muito mais afastado da filosofia de Leibniz-Wolff, assim como dos seus próprios “seguidores”. Entre ambas as edições, Kant havia se engajado em múltiplas discussões com o objetivo de defender e impulsionar a sua teoria. Para começar, os comentários que seguiram à publicação da *Crítica* não foram nem muito numerosas, nem das mais elogiosas, e em geral identificaram o trabalho de Kant entre os partidários de uma ou outra tradição filosófica sem reconhecer, a juízo de Kant, a sua verdadeira importância e originalidade (KUEHN apud GUYER 2006, p. 640). Kant entendia que o conceito e a possibilidade da *razão pura* deviam ser defendidos contra os seus inimigos. E mais ainda, chegou até a responsabilizar o seu antigo aluno J.G. Herder (1744-1803) pela pobre recepção do livro.

E talvez com alguma razão. Para os filósofos do *Sturm und Drang*, a ideia de um conhecimento alcançado através de uma *razão pura*, sem mediação da linguagem por meio da qual apre(e)ndemos a nossa cultura e história particulares, era simplesmente impossível. Em um escrito de 1778, Herder criticava a possibilidade de distinguir perfeitamente entre as diferentes cognições da alma argumentando que, embora as sensações pudessem ser atribuídas particularmente a cada um dos sentidos para fins classificatórios, uma vez coletados, todos os estímulos externos se combinam no interior do homem, mediante a imaginação (*Einbildung*), sem que se possa apontar entre eles um responsável “puro” pela percepção (HERDER 2002, p. 204). Em oposição às formas puras da espontaneidade que Kant defendia como a faculdade humana que torna possível o conhecimento, Herder postulava o conceito da *Reflexividade* (*Besonnenheit* ou *Besinnung*), que consiste em um perpétuo melhoramento ou refinamento de si próprio entendido como um fim em si mesmo. O mecanismo reflexivo (HERDER 2002, p. 83) se descreve como uma vontade total, como um sentido ou uma direção, mais do que um conjunto de faculdades discretas que pudessem ser combinadas segundo as necessidades ou como unidade *dada* da apercepção. Dada esta totalidade direcional da reflexividade, uma faculdade que realize a transição entre o mundo físico e o mundo dos conceitos puros do entendimento ou da moral, como a imaginação faz na teoria kantiana, acaba se tornando supérflua ou, talvez, impossível de distinguir. Portanto, no conceito de conhecimento como formação apresentado por Herder, a imaginação deixa o seu lugar como faculdade constitutiva do entendimento, para o *sujeito* como totalidade direcional, que se torna o formador do mundo e de si próprio, atualizando-se sucessivamente a cada nova experiência. Se na *Crítica* da razão pura a correspondência entre o sujeito e o mundo está dada espontaneamente e de antemão, para o que ela precisa estar já totalmente formada, disposta e oposta, na proposta de Herder essa correspondência é fundamentalmente histórica e se expressa na linguagem (SIKKA 2007, p. 48).

A insatisfação de Kant no que diz respeito aos rumos tomados por Herder ficam bem expressados na sua resenha do *Ideias para uma filosofia da história da humanidade*, que Herder publicou em 1784. No texto, aparecido em janeiro de 1785, Kant julga que Herder ainda devia aprender a moderar a imaginação



que, “seja metafísica ou sentimental” não leva a lugar nenhum (KUEHN apud GUYER 2006, p. 651). Na resenha da segunda parte do texto de Herder, publicada em março de 1785, Kant repreendeu novamente a ausência de limites entre as linguagens filosófica e poética, respondendo à intervenção que K. L. Reinhold havia realizado em favor de Herder. Kant ponderava “se com frequência o manto de metáforas ousadas, imagens poéticas e alusões mitológicas não acaba ocultando o corpus de pensamento como uma névoa, ao invés de deixá-lo brilhar placidamente como sob um véu translúcido” (KANT 2006, p. 138). As posições assumiam formas cada vez mais contrapostas, como se observa na purificação epistemológica realizada na segunda edição da *Crítica*, em 1787.

Uma crítica similar à morfologia da relação entre o mundo e o sujeito defendida por Kant havia sido realizada por J. G. Hamann (1730-1788) em uma *Metacrítica* que seguiu logo depois da aparição da primeira edição da *Crítica da Razão Pura* (KUEHN apud GUYER 2006, p. 633). Nesse escrito, Hamann criticava tanto a ignorância da linguagem natural enquanto baseamento de todo pensamento, quanto a separação artificial de pensamento e sensibilidade. A dicotomia entre a forma do pensamento e o conteúdo da experiência resultava não somente enganosa, na medida em que sobrevalorava um aspecto formal *formalizador* subjetivo, que acabava predeterminando a experiência, mas, principalmente, uma dicotomia desta classe era efetivamente insustentável (ALEXANDER 1966, p. 139).

88

Porém, se bem é verdade que os filósofos do *Sturm und drang* representavam uma alternativa ao projeto ilustrado de Kant, eles não se opunham necessariamente à produção de um sistema de conhecimento comprovável e controlável. Antes bem, a discrepância parece encontrar-se na concepção de individualidade “livre” que se descobre implícita nesse tipo de conhecimento, e na oposição da racionalidade “pura” à experiência. O projeto de Kant supunha que a liberdade individual deveria ser fundada a partir da sujeição à norma de uma razão atemporal, pura, quase sagrada, cujo cumprimento constituía um fim em si mesmo. Ao contrário deste imperativo puro da razão, a individualidade pregada pelo *Sturm und Drang* procedia da particularidade do que é histórico e mundano, uma individualidade formada e envelhecida, “ganha”, por assim dizer. O indivíduo do *Sturm und Drang* é um sujeito liberado da regra divina por própria vontade, por arte própria, e que tem sofrido profundamente o desamparo dessa autonomia tanto quanto a sua libertação. Ele representa, como Prometeu (GOETHE 1998), a autoridade criativa do indivíduo no mundo que ele próprio cria. Com essa nova individualidade, a imaginação perde a sua identidade como unidade discreta dentro da maquinaria do entendimento. De alguma forma, ela volta à unidade da alma (da *psykhé*) como totalidade criativa direcionada.

Apesar da sua inicial desconsideração ou subavaliação, em 1784 apareceu uma primeira defesa da *Crítica* desenvolvida por Johann Schulz, não sem o estímulo do próprio Kant. Na sequência, em 1786, o *Deutscher Merkur* começou a publicação das *Cartas* sobre a filosofia de Kant de K. L. Reinhold, que multiplicaram notavelmente o espectro da recepção da *Crítica*. Com a crescente repercussão do seu trabalho, e com o esforço continuado para se posicionar nos

debates da época, Kant se transformava em um dos filósofos mais importantes da cena alemã (KUEHN apud GUYER 2006, p. 657). As décadas de 1770 e 1780 viram o apogeu do movimento do *Sturm und Drang*, e o início do movimento romântico, que se veria materializado na década seguinte. Embora em certa forma o Romantismo tenha se apropriado de Kant, este último entendia que o movimento de *Tempestade e ímpeto* se propunha a si próprio como o inimigo do Iluminismo. Nesse sentido, Kant se dispôs a fazer a defesa não do racionalismo iluminista e do projeto pedagógico da Ilustração, mas, antes, inclusive, da racionalidade em si própria, que considerava encontrar-se sob ameaça.

No ano de 1783 Kant escreveu os *Prolegômenos para toda metafísica futura que se apresente como ciência*, em resposta às críticas recebidas pelo seu primeiro esforço. No ano seguinte, publicou a *Ideia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita* e, em dezembro do mesmo ano, *O que é o esclarecimento?*, que representa uma clara defesa da sua versão do movimento ilustrado. Em 1785 foi a vez da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, que começou como uma espécie de “vingança” contra um dos seus críticos (KUEHN apud GUYER 2006, p. 645) e acabou como uma defesa da moral baseada *a priori* nos conceitos puros do entendimento e não na ordem social estabelecida; no ano seguinte apareceram os *Primeiros princípios metafísicos da ciência natural* (1786) como resposta a um debate com Johann Schulz e J. A. Ulrich, quem havia de fato incorporado a *Crítica* no seu próprio trabalho.

O ano de 1786 viu também a morte de Frederico II, e a ascensão ao trono do seu sobrinho, Frederico Guilherme II, que significou um duro golpe à liberdade intelectual reinante. Frederico II havia sido um grande defensor dos “racionalistas secularizantes” que se concentravam em Berlim (ZAMMITO 1992, p. 11), mas que agora deviam lidar com as diretivas tradicionalistas do novo monarca (STANTON FORD 1910). O fim da liberalidade religiosa imperante coincidiu com o desenvolvimento da disputa sobre o panteísmo, datada ao redor dos anos de 1785-1789, que envolveu principalmente Lessing e Jacobi. O próprio Kant participou dessa disputa com o seu ensaio *Was heißt: sich im Denken orientieren?*, de 1786, destinado a refutar qualquer possibilidade de interpretar as teses da *Crítica* como apoio ao spinozismo (ZAMMITO 1992, p. 12). No mesmo ano de 1785, F. H. Jacobi publicou o *Prometeu*, de J. W. Goethe, mais um dos livros louvados pelos “detratores” da Ilustração. Em 1787, dentro do mesmo marco, J. G. von Herder publicou o segundo volume das suas *Ideias: Gott: eine Gespräche*. O ano de 1787 também marca o início da preparação da *Crítica do juízo*, cujo texto revisado seria publicado em 1790, que se ocupa, não por acaso, com o juízo reflexionante, e a finalização da escrita da *Crítica da razão prática*, que Kant publicaria um ano depois, em 1788.

Em definitiva, as diferenças entre as duas edições da *Crítica* sugerem que é impossível compreender o projeto teórico separado do projeto político de todos estes filósofos, e que uma parte importante do debate político foi disputado através da teoria. Isso não nos surpreenderia, se não fosse pelos colossais esforços dispensados (por Kant, mas também pelos seus intérpretes) em separar a teoria da prática, na medida em que a objetividade da ciência

kantiana faz parte do argumento *político* do projeto da Ilustração que resultou vitorioso, pelo menos temporariamente.

Mas para compreender que a discrepância entre estas duas “imaginações” não significa necessariamente uma oposição entre racionalidade e irracionalidade ou entre modernidade e não modernidade, é preciso pensar a Ilustração como um movimento mais amplo do que a “virada” *Crítica* kantiana, que envolve diferentes visões da missão da *Aufklärung* e das ferramentas adequadas para o seu cumprimento. Os filósofos populares em todas as suas formas, e inclusive na sua forma de *Sturm und Drang* e de *schöne Wissenschaften*, não se opunham à ideia da *Aufklärung*. Discordavam sim da opinião de que os objetivos libertários e pedagógicos dessa *Aufklärung* pudessem ser alcançados através da filosofia sistemática ou da *Schülphilosophie* (ZAMMITO 2002, p. 37) que Kant iria defender depois da virada *Crítica*. O *Sturm und Drang* mantinha o espírito daquele pietismo originalmente ensinado por Christian Thomasius, na qual a Ilustração era entendida como um filosofar no dia a dia, utilizando palavras compreensíveis, belas e agradáveis que permitissem satisfazer o seu ideal pedagógico. Este objetivo, que também estava presente na filosofia de Kant deveria, e só podia ser realizado na comunidade real, através da força da história (ZERMEÑO PADILLA 2010, p. 105), mais do que mediante o estabelecimento *apriorístico* de um imperativo categórico.

90

A reivindicação do *Sturm und Drang* em favor de uma imaginação pessoal, individual e genial constitui um posicionamento em favor da imaginação criativa, ou *Dichtungskraft*, diferenciada da imaginação (*Einbildungskraft*) como percepção geral da realidade. Simultaneamente, significa também uma vontade de aprofundar a radicalidade da *Aufklärung* para além da razão e da própria individualidade, que em todo momento se descobre tão urgente quanto irrealizável. A individualidade deixa de ser pensada como uma totalidade *racional* e visível de sentido, para passar a ser uma sensação corporal, mas invisível, que redefine o conceito de imaginação como a capacidade de sentir o mundo de maneira particular e muitas vezes extrema, inclusive insuportável, como bem mostra a trajetória do jovem Werther.

O debate sobre o conhecimento, isto é, o debate sobre as capacidades da alma, parecia polarizar-se cada vez mais entre uma concepção racionalista e outra sentimentalista. É por esse motivo que a *Crítica*, na sua segunda versão, privilegiava a função e o poder do entendimento antes que o da imaginação, acentuando o seu combate à chamada metafísica dogmática e também ao panteísmo. Essa tendência progressiva em direção ao racionalismo e à postulação de um dualismo poderia ser lida como uma defesa do entendimento que, com o seu crescimento desmedido, acabou desmerecendo a imaginação mais do que pretendia no intuito de não sucumbir ao império absoluto da *poiesis* imaginativa, agora identificada com a irracionalidade. Heidegger toca diretamente na ferida quando pergunta: “Através da redução das faculdades de conhecimento de um ser finito à imaginação, não ficaria todo conhecimento reduzido ao puramente imaginário [*zur bloßen Einbildung herabgesetzt*]?” (HEIDEGGER 1991, p. 138).

## Referências bibliográficas

- ALEXANDER, W. M. Johann Georg Hamann: Metacritic of Kant. **Journal of the History of Ideas**, v. 27, n. 1, p. 137–144, 1966.
- BALLARD, K. E. Leibniz's Theory of Space and Time. **Journal of the History of Ideas**, v. 21, n. 1, p. 49–65, 1960.
- BAMBACH, C. **Heidegger, Dilthey and the crisis of historicism**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- BAUMGARTEN, A. G. **Esthétique. Méditations philosophiques sur quelques sujets se rapportant à l'essence du poème. Métaphysique**. Paris: L'Herne, 1988.
- BERLIN, I. **The roots of romanticism**. Princeton: Princeton University Press, 1999.
- CALINGER, R. The newtonian-wolffian controversy, 1740-1759. **Journal of the History of Ideas**, v. 30, n. 3, p. 319–330, 1969.
- \_\_\_\_\_. Kant The and Newtonian Science: the precritical period. **Isis**, v. 70, n. 3, p. 348–362, 1979.
- CALKINS, M. Kant's Conception of the Leibniz Space and Time Doctrine. **The philosophical review**, v. 6, n. 4, p. 356–369, 1897.
- CASSIRER, E. Kant und das Problem der Metaphysik. Bemerkungen zu Martin Heideggers Kantinterpretation. **Kant-Studien**, v. 36, 1931.
- GOETHE, J. W. **The Poems of Goethe translated in the original metres**. London: Bowring, 1998.
- GUYER, P. **The Cambridge companion to Kant and modern philosophy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- HEIDEGGER, M. **Kant and the Problem of Metaphysics**. Indiana: Indiana University press, 1962.
- \_\_\_\_\_. **Gesamtausgabe Band 3. Kant und das Problem der Metaphysik**. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1991.
- HERDER, J. G. **Philosophical writings**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- HILLEBRAND, K. Herder. I. **The North American Review**, v. 115, n. 236, p. 104–138, 1872.
- KANT, I. **Anthropologie in pragmatischer Hinsicht**. Leipzig: Immanuel Müller, 1833.
- \_\_\_\_\_. **Kritik der reinen Vernunft**. Hamburg: Felix Meiner, 1956.
- \_\_\_\_\_. **Lectures on Metaphysics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Crítica da razão pura**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001.

- \_\_\_\_\_. **Anthropology History and Education**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- KUEHN, M. **Kant: A Biography**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- LEIBNIZ, G. **New Essays on Human Understanding**. Jonathan Bennet, 2010.
- MAKKREEL, R. A. **Imagination and interpretation in Kant: the Hermeneutical Import of the Critique of Judgment**. Chicago: The University of Chicago Press, 1990.
- MENDELSSOHN, M. **Saemmtliche Werke**. Band VI. [s.l.] Paul Burianschen Buchhandlung, 1819.
- RUPERT HALL, A. **Philosophers at war: the quarrel between Newton and Leibniz**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- SCHÖNFELD, M. **The philosophy of the young Kant: the precritical project**. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- SHEROVER, C. **Heidegger, Kant and time**. Bloomington: Indiana University press, 1971.
- SIKKA, S. Herder's critique of pure reason. **The review of metaphysics**, v. 61, n. 1, p. 31–50, 2007.
- STANTON FORD, G. Wollner and the religious edict of 1788, II. **The American historical review**, v. 15, n. 3, p. 509–525, 1910.
- 92 WEATHERSTON, M. **Heidegger's Interpretation of Kant: categories, Imagination, and Temporality**. [s.l.] Palgrave Macmillan, 2002.
- ZAMMITO, J. **The Genesis of Kants Critique of Judgment**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Kant, Herder and the birth of anthropology**. Chicago: The University of Chicago press, 2002.
- ZERMEÑO PADILLA, G. **La cultura moderna de la historia: una aproximación teórica**. México: El colegio de México, 2010.

# A verdade da crítica: o método histórico-crítico de August Ludwig (von) Schlözer e o padrão histórico dos juízos\*

The Truth of the Criticism: The Historical-critical Method of August Ludwig (von) Schlözer and the Historical Pattern of Judgments

---

**André de Melo Araújo**

andre\_meloaraujo@yahoo.com.br

Professor adjunto

Universidade de Brasília

Campus Universitário Darcy Ribeiro

70910-900 - Brasília - DF

Brasil

---

## Resumo

Partindo do princípio segundo o qual o pensamento histórico do Iluminismo tardio se caracteriza pelo esforço metodológico que procura estabelecer bases firmes para a ancoragem dos juízos históricos, este artigo tem por objetivo (1) analisar como August Ludwig (von) Schlözer (1735-1809) estabelece um conceito de verdade histórica que resulta do seu método histórico-crítico e (2) identificar de que modo esse conceito de verdade histórica se relaciona com o debate contemporâneo sobre as representações históricas. Ao considerar o interesse de Schlözer ao longo de quarenta anos pela história da Rússia, defende-se aqui a tese segundo a qual o método histórico-crítico ultrapassa os limites dos procedimentos metodológicos da exegese bíblica e da filologia humanística já ao longo das últimas décadas do século XVIII.

93

## Palavras-chave

Método crítico; Verdade; Historiografia alemã.

## Abstract

The point of departure of this article is the methodological effort of Late Eighteenth-Century Historical Thought which seeks to establish a firm foundation for historical judgments. Here the aim is to (1) analyze how August Ludwig (von) Schlözer (1735-1809) has established a concept of historical truth as a result of his critical method and to (2) identify how this concept of historical truth relates to the contemporary debate about historical representation. By especially considering Schlözer's interest for forty years in the History of Russia, I argue that the historical-critical method overcomes the methodological procedures of biblical exegesis and humanistic philology already during the last decades of the Eighteenth-Century.

## Keywords

Critical Method; Truth; German Historiography.

---

Recebido em: 28/4/2015

Aprovado em: 12/8/2015

---

\* Os resultados de pesquisa apresentados neste artigo fazem parte de um projeto de investigação mais amplo sobre o conhecimento histórico no Iluminismo alemão, projeto este que conta com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Agradeço a Arthur Alfaix Assis pela leitura cuidadosa do manuscrito.

O pensamento histórico iluminista se caracteriza pelo esforço metodológico que procura estabelecer bases firmes para a ancoragem de seus juízos.<sup>1</sup> Faz parte, no entanto, desse mesmo processo o reconhecimento dos limites do conhecimento e da possibilidade da ignorância.<sup>2</sup>

“Eu prefiro ser ignorante a ser enganado” (SCHLÖZER 1768, p. 51),<sup>3</sup> assume o jovem August Ludwig Schläzer (1735-1809), muito antes de ter ganhado fama como professor ordinário da Faculdade de Filosofia na recém-fundada Universidade de Göttingen (1734-1737). Nesse mesmo ambiente acadêmico, Johann David Michaelis (1717-1791) defendia que era preciso reconhecer a condição de ignorante nos casos, por exemplo, em que não fosse possível se posicionar com segurança frente às contradições presentes na documentação histórica. O motivo era claro: aquilo que é desconhecido do historiador “não pode ser substituído por uma afirmação *a priori*” (REILL 1975, p. 83).

O objetivo dessa forma de raciocínio era se afastar de todo e qualquer sistema que pressuponha a existência de verdades absolutas (MEYER 2008, p. 290). Em contrapartida, instaura-se um sistema hipotético em função do qual os raciocínios que almejam atingir a condição de verdadeiros são obrigados a expor a validade e a verificabilidade de seus próprios parâmetros. Para Schläzer, melhor seria admitir a condição provável de uma potencial certeza do que difundir os erros de tempos sombrios. “Toda ciência, e por conseguinte toda história, tem seus *erros*, suas *opiniões* e suas *verdades*”,<sup>4</sup> afirma (SCHLÖZER 1768, p. 52). E ao deixar para trás “as regiões iluminadas da verdade”, entra-se conseqüentemente “no terreno sombrio da probabilidade, da dúvida, das conjecturas e dos erros” (SCHLÖZER 1768, p. 61).<sup>5</sup>

94

Foi ao procurar fundamentar a cientificidade do conhecimento histórico<sup>6</sup> que Schläzer refletiu sobre a tríade epistêmica *erro*, *opinião* (ou conjectura) e *verdade*. Suas reflexões epistemológicas encontram-se presentes, sobretudo, em seus exercícios de crítica histórica. Ao defender a necessidade do exame crítico das fontes, Schläzer procurava garantir a possibilidade da ciência histórica operar com um conceito de verdade não apriorístico. Desse ponto deriva a questão central que será enfrentada neste artigo, a saber: como se estabelece o conceito de verdade que resulta do método histórico-crítico desenvolvido por August Ludwig Schläzer à época do Iluminismo tardio e de que modo tal conceito se relaciona, mais contemporaneamente, com o debate sobre a possibilidade de construção de representações históricas.

<sup>1</sup> Nessa direção, destacam-se, paradigmaticamente, as reflexões de Johann Martin Chladenius (1710-1759) sobre os conceitos de certeza, probabilidade e verdade relacionados ao conhecimento histórico (cf. CHLADENIUS 1752, p. 280-352).

<sup>2</sup> Uma série de estudos contemporâneos sobre o pensamento iluminista insiste nessa tese. Veja-se, mais recentemente: GODEL; ADLER 2010.

<sup>3</sup> No original: “Ich will lieber unwissend seyn, als betrogen werden.” Todas as traduções para a língua portuguesa foram feitas pelo autor do artigo. A ortografia e a pontuação das passagens originais em língua alemã não foram atualizadas com o objetivo de preservar as preferências e as peculiaridades estéticas presentes na documentação.

<sup>4</sup> No original: “Jede Wissenschaft, folglich auch jede Geschichte, hat ihre *Irrtümer*, ihre *Meinungen*, und ihre *Wahrheiten*.”

<sup>5</sup> No original: “Aus den lichten Gegenden der Wahrheit treten wir in die düstern Reviere der Warscheinlichkeit, der Zweifel, der Mutmassungen, und der Irrtümer über.”

<sup>6</sup> Sobre o processo de cientificação do conhecimento histórico ao final do século XVIII, veja-se: BLANKE; FLEISCHER 1990; REILL 1991; IGGERS 1994; ARAÚJO 2012.

Para enfrentar essa questão é preciso, em primeiro lugar, mapear o trabalho crítico de Schlözer ao longo de toda a sua carreira acadêmica, bem como apresentar indicativos da recepção de seus escritos no contexto universitário da segunda metade do século XVIII e do início do século XIX. Em um segundo passo, deve-se identificar os antecedentes do método histórico-crítico para, em seguida, apresentar as etapas do método de Schlözer e analisar sua posição frente ao padrão histórico dos juízos. Por fim, é ao refletir em perspectiva historiográfica sobre o jogo entre método e objetivo do conhecimento histórico que se pode atualizar o debate deflagrado à época do Iluminismo tardio e procurar, assim, observar contemporaneamente a relação entre a representação histórica e a verdade da crítica.

### ***Opus quadraginta annorum***

Entre 1802 e 1809, August Ludwig Schlözer publica, em cinco volumes, uma obra monumental: a edição crítica parcial da *Crônica de Nestor*. Trata-se da mais importante documentação escrita para história medieval da Europa oriental, compilada supostamente por Nestor em um mosteiro localizado na região de Kiev, no início do século XII (MÜLLER 2002, p. 94). Ainda que esses cinco volumes da edição alemã da *Crônica de Nestor* representem o último grande empreendimento intelectual de Schlözer, seu interesse pelas fontes da história oriental se desenvolvera desde a juventude.<sup>7</sup>

Antes de ser contratado em 1770 como professor ordinário na Universidade de Göttingen, onde se dedicara, como aluno, aos estudos orientais e à filologia sob a tutela de Michaelis, Schlözer empreendeu temporadas de trabalho e pesquisa na Suécia (1756-1758) e em São Petersburgo (1761-1769/70).<sup>8</sup> Seu retorno para Göttingen ao final da década de 1760 foi marcado pela recepção entusiasmada de duas publicações significativas. Em 1768, Schlözer imprime o resultado de suas primeiras tentativas de estudo crítico de fontes medievais russas (SCHLÖZER 1768). No ano seguinte, publica uma pequena história da Rússia (SCHLÖZER 1769). No texto da introdução à história da Rússia, datado de 1769, o autor conclui que para os leitores críticos mais exigentes e familiarizados com o conhecimento histórico ainda não lhe seria possível “escrever uma história da Rússia [nos termos de uma totalidade] conectada” (SCHLÖZER 1769, p. A3r).<sup>9</sup> A dificuldade expressa nesse diagnóstico introdutório aponta para dois problemas.

Ao escrever uma história da Rússia, Schlözer identifica, inicialmente, uma dificuldade operacional que se apresenta como um obstáculo para a construção narrativa das histórias universais no século das Luzes. Tal dificuldade se evidencia

<sup>7</sup> Para além dos motivos ligados ao percurso de formação intelectual de Schlözer, seu interesse renovado pela história da Rússia pode ser justificado, no início do século XIX, sobretudo em nome “do contexto de uma abertura geral da Rússia para com o Sacro Império Romano Germânico e a Europa”, segundo a tese de Martin Peters (PETERS, 2005, p. 418): “Schlözers erneutes Interesse an der russischen Geschichte ist [...] im Zusammenhang einer generellen Öffnung Rußlands gegenüber dem Alten Reich und Europa [zu begründen].”

<sup>8</sup> Sobre Schlözer em São Petersburgo: PETERS; WINKELMANN 2006.

<sup>9</sup> “Für ernsthafte Leser bin ich noch nicht fähig, eine zusammenhangende Russische Geschichte zu schreiben, und noch weniger für kritische Geschichtsgelahrte.” Trata-se de um volume em pequeno formato (10,3 cm x 6,5 cm) editado na série “Pequena História do Mundo [Kleine Weltgeschichte]”. Sobre os estudos dedicados a temas russos na Universidade de Göttingen ao longo das últimas décadas do século XVIII, cf. HILDERMEIER 1987, sobretudo p. 102-104.



quando os homens de letras procuram transformar conjuntos agregados de informações históricas relativas às mais diversas partes do mundo em um único sistema, em uma totalidade conectada.<sup>10</sup> E esse sistema não escapa aos objetivos do autor, tanto ao publicar pequenas histórias locais, quanto ao apresentar o propósito mais geral de um trabalho crítico com as fontes da história da Rússia. Na história do mundo – defende Schlözer –, poucos são os povos que passaram por “tantas e tão extraordinárias revoluções”, como é o caso da nação russa (SCHLÖZER 1802b, p. s/n).<sup>11</sup> Nesse sentido, a história russa passa a ser vista como um caso indispensável para que se possam estabelecer conexões causais entre as revoluções por que passara o gênero humano. E esse modo de integrar partes inicialmente desconexas em um único sistema conectado constitui um dos métodos possíveis por meio do qual Schlözer apresenta o amálgama lógico e narrativo da história universal (SCHLÖZER 1772, p. 1-2).

Em segundo lugar, o problema percebido pelo autor ao concluir que ainda não lhe seria possível escrever, em 1769, uma história da Rússia para os leitores mais exigentes diz igualmente respeito às lacunas deixadas à mostra pela crítica metódica das fontes históricas.<sup>12</sup> Esse é um dos motivos em função dos quais a dedicação pioneira de Schlözer à análise crítica de fontes medievais russas (KARLE 1972, p. 2) foi recebida em Göttingen com entusiasmo e abriu caminho para sua contratação como docente na universidade alemã.

A acolhida tinha um conhecido endereço. Dentre os *Praeceptores Germania*, o nome de Christian Gottlob Heyne (1729-1812) era aquele com o qual se associavam, em Göttingen, os estudos de filologia clássica e, de modo geral, o conhecimento histórico do mundo antigo (MARINO 1995, p. 267). É de sua autoria a resenha publicada em 1768 no periódico *Göttingische Gelehrte Anzeigen* segundo a qual o título dos estudos críticos de Schlözer editados naquele ano não deveria apenas indicar que se trata de um ensaio sobre anais russos, mas também trazer um acréscimo com o qual se anunciaria que um plano da história da Rússia ainda estaria por ser feito.<sup>13</sup> Heyne identifica, portanto, o problema de via dupla que Schlözer reconhecera no ano seguinte. E para que erros pudessem ser evitados, as fontes históricas deveriam ser tratadas de forma crítica antes que conexões causais fossem traçadas. “O primeiro – e mais fundamental – passo que deve ser dado”, afirma Heyne, “é preparar uma edição crítica dos Anais” (HEYNE 1768, p. 215).<sup>14</sup>

A edição crítica da *Crônica de Nestor* não foi preparada por Schlözer apenas nos primeiros anos do século XIX. Os volumes publicados pelo editor Heinrich Dieterich a partir de 1802 apresentam o trabalho feito pelo professor de Göttingen

<sup>10</sup> Consulte-se, mais recentemente, VÖLKELE 2012.

<sup>11</sup> No original: “Denn in der ganzen WeltGeschichte, so weit ich sie kenne, treten überaus wenige Völker auf, bei denen so viele und so außerordentliche Revolutionen vorgefallen wären, wie bei der Russischen Nation.”

<sup>12</sup> A importância conferida na Universidade de Göttingen à crítica metódica das fontes históricas tem sido vista, na história da historiografia, como um aspecto central do processo de cientificação do conhecimento histórico. Nessa direção, veja-se, sobretudo, MUHLACK 1991, p. 396; IGGERS 2002, p. 227; IGGERS; WANG 2008, p. 28.

<sup>13</sup> Segue o título, em língua alemã, sugerido por Heyne: “*Versuch über die Rußischen Annalen, und zugleich über den Plan der noch vorzunehmenden Ausarbeitung der Rußischen Geschichte*” (HEYNE 1768, p. 209).

<sup>14</sup> No original: “*Eine kritische Ausgabe der Annalen ist also das erste und wesentlichste, was vorgenommen werden muß.*”

ao longo de quarenta anos – um *opus quadraginta annorum* (SCHLÖZER 1802b, p. XVII; HENKEL 2006, p. 103) –, visto que desde o regresso de São Petersburgo, a história da Rússia não deixara de ser um dos temas mais visitados pelo autor ao longo de sua carreira. Além de publicar textos e resenhas sobre o tema (HENKEL 2004), o nome de Schlözer atraía jovens estudantes russos para a universidade alemã,<sup>15</sup> de modo que suas preleções, seus escritos e exercícios de crítica histórica tiveram significativo impacto sobre a produção historiográfica russa ainda no século das Luzes (PESENSEN; SPOCK 2012, p. 298-299). No entanto, do ponto de vista comercial, o trabalho de Schlözer representou um grande fracasso. O editor Heinrich Dieterich registra sua decepção, de próprio punho, ao informar ao autor, em 27 de fevereiro de 1804, que ainda mantinha em estoque 460 das 750 cópias impressas dos dois primeiros volumes da *Crônica de Nestor*.<sup>16</sup> Já para aqueles interessados na fundamentação metódica do conhecimento histórico, a mesma edição foi rapidamente reconhecida como “um modelo de precisão e de ‘total cumprimento do dever de um historiador crítico’.”<sup>17</sup> Esse entusiasmo por uma edição crítica das fontes medievais da história russa, como já desejado por Heyne em 1768, reflete-se no balanço biográfico póstumo feito por um dos mais importantes alunos do filólogo clássico à época em que o pensamento historicista se consolidava em solo germânico. Arnold Hermann Ludwig Heeren (1760-1842) afirma categoricamente que a principal obra de Schlözer fora “o tratamento crítico da *Crônica de Nestor*”, graças ao qual “a mais antiga e mais importante fonte para a história da Rússia” pode de fato ser comentada (HEEREN 1823, p. 502).<sup>18</sup>

97

### O aprendizado da crítica

Quatro décadas antes de publicar sua edição da *Crônica de Nestor*, Schlözer expôs em junho de 1764, frente aos membros da Academia de Ciências de São Petersburgo, suas próprias “Reflexões sobre a maneira de tratar a História da Rússia”. Em sua opinião, a crônica russa necessitava de um trabalho em três frentes, assim denominadas: *studium annalium criticum*, *studium annalium grammaticum* e *studium annalium historicum* (SCHLÖZER 1764).

À época do Iluminismo tardio, o chamado método histórico-crítico era o resultado do entrecruzamento dessas três frentes de trabalho. E Schlözer não reivindicava para si a condição de fundador de tal método de tratamento das fontes históricas. “[...] Eu o aprendi com outros [homens de letras] e apenas o

<sup>15</sup> Sobre o fluxo e a presença de alunos russos nas aulas de Schlözer em Göttingen, cf. LEHMANN-CARLI; BROHM; PREUSS 2008, p. 38; PETERS 2004, p. 193; LAUER 2012, p. 29.

<sup>16</sup> Cf. carta de Heinrich Dieterich endereçada August Ludwig Schlözer e datada de 27 de fevereiro de 1804, apud: ZIEGENGEIST 1986, p. 371. Sobre a importância do editor Heinrich Dieterich para o “negócio do Iluminismo” no contexto do Sacro Império Romano Germânico, veja-se, sobretudo: WITTMANN 2011, p. 148.

<sup>17</sup> Sobre a recepção contemporânea da edição de Schlözer, veja-se: PETERS 2005, p. 420: “[...] Muster an Genauigkeit und ‘vollständiger Erfüllung der Pflicht eines historischen Kritikers’ [...]”, de acordo com a resenha da obra de Schlözer publicada em 1805 por Johannes v. Müller. Elogios à edição de Nestor também podem ser encontrados em: ZIEGENGEIST 1986, p. 366-367. Quanto à tradução e à recepção da edição de Schlözer na Rússia, cf. SCHLÖZER 1828, p. 407.

<sup>18</sup> No original: “Sein [Schlözers] Hauptwerk bleibt seine kritische Bearbeitung der Chronik des Nestor, in der die älteste und wichtigste Quelle der Russischen Geschichte von ihren fremdartigen Zusätzen gereinigt und durch seine Anmerkungen erläutert worden ist.”

*appliquei à história russa*”, confessa (SCHLÖZER 1802c, p. XX).<sup>19</sup> História russa que, por sua vez, fora o seu campo estudos favorito desde a juventude, de tal forma que Schlözer deixa de lado sua dedicação inicial à filologia bíblica (apud: WINTER 1961, p. 46).

Ainda como estudante em Göttingen, o jovem Schlözer aprendera a ler historicamente as escrituras sagradas nos cursos de Michaelis voltados, principalmente, para a gramática hebraica, para a exegese do livro do *Gênesis*, para as leituras e para a tradução do antigo testamento, bem como para as línguas orientais (SMEND 1987, p. 63). A obra do mestre é considerada um marco nos estudos de exegese crítica das escrituras sagradas (BEUTEL 2009, p. 143), sobretudo por representar o ponto de contato entre os estudos teológicos desenvolvidos na universidade de Göttingen e as ideias inovadoras difundidas pelos professores de sua *alma mater* – a universidade de Halle.<sup>20</sup>

Em 1742, um ano após Michaelis ter iniciado suas atividades docentes em Halle, começa a circular a primeira de três diferentes – e cada vez ampliadas – edições das lições sobre a interpretação das escrituras sagradas de Siegmund Jacob Baumgarten (1706-1757) (BAUMGARTEN 1751). O programa da hermenêutica bíblica<sup>21</sup> de Baumgarten apresenta com clareza as principais etapas que a interpretação do texto sagrado deve observar. Para compreender as escrituras, é necessário que o intérprete determine o significado de suas palavras e expressões, esclareça as circunstâncias históricas, contextos e propósitos das passagens que se pretende interpretar e seja ainda capaz de explicar as verdades contidas em tais passagens. No entanto, a verdade hermenêutica, para o teólogo de Halle, não se confunde com as verdades históricas, dogmáticas e morais (BAUMGARTEN 1759, p. 7-8).<sup>22</sup>

Ampliando o escopo dessa tradição, um aluno de Baumgarten em Halle, Johann Salomo Semler (1725-1791), publica em 1761 uma *Tentativa de facilitar o uso de fontes na História do Estado e da Igreja medievais*, estudo este que acaba por estabelecer o padrão para a crítica das fontes na segunda metade do século XVIII.<sup>23</sup> No que diz respeito à proposta de crítica defendida por Semler – tradição que foi levada para Göttingen sobretudo por Michaelis –, Schlözer constata, em julho de 1767, que esse também deve ser o modelo

<sup>19</sup> No original: “Jener Plan ist nicht mein Plan: ich habe ihn nicht erfunden, sondern von Andern gelernt, und nur auf Russische Geschichte *angewandt*.”

<sup>20</sup> As ideias iluministas difundidas na universidade de Göttingen foram fortemente influenciadas pelos trabalhos produzidos em Halle e em Leipzig. Apoiado no fato de que Michaelis estudara e lecionara em Halle antes de ser contratado como professor ordinário em Göttingen, seu aluno Schlözer foi designado, em um estudo clássico de Günter Mühlpfordt, como um verdadeiro “filho do Iluminismo de Halle e Leipzig” (MÜHLPFORDT 1963, p. 134: “ein Zögling der Halle-Leipziger Aufklärung”).

<sup>21</sup> Sobre as contribuições de Baumgarten para a hermenêutica bíblica no contexto do século XVIII, veja-se: DANNENBERG 1994; FLEISCHER 2006.

<sup>22</sup> No original: “Wenn der Verstand einer Rede mit den Gedanken des Urhebers derselben übereinkommt, folglich dem *Endzweck desselben gemäs ist*, wird er der *wahre* und *richtige* genant; wenn solche Vorstellungen gleich mit der Sache selbst, die sie betreffen, nicht übereinstimmen solten. Folglich ist die *hermeneutische* Wahrheit mit der *historischen*, *dogmatischen* und *moralischen*, oder die Richtigkeit der Erzählung, Lehrsätze und Versicherungen nicht zu verwechseln: indem sie weder einerley noch auch allezeit und notwendig verbunden sind; daher man auch von einer Art derselben nicht auf die andere schliessen kan.”

<sup>23</sup> No que diz respeito ao papel central desempenhado por Semler para o estabelecimento da crítica iluminista das fontes, Dirk Fleischer argumenta que esse pequeno estudo do teólogo, “de apenas 160 páginas, representa, sem sombra de dúvidas, um marco no processo de cientificação do pensamento histórico na Alemanha” (FLEISCHER 2006, p. 600). Também nessa direção, cf. FLEISCHER 2008.

a ser seguido no desenvolvimento do trabalho metodológico<sup>24</sup> com a crônica russa. Semler se dedicara, por meio de um método comparativo (SEMLER 1761, p. 46 e 153), à determinação de autenticidade dos documentos frente às diversas cópias e variantes (SEMLER 1761, p. 17-22 e 158-159). E esse mesmo procedimento comparativo viria a se estabelecer como um dos pilares operacionais fundamentais da ideia iluminista de crítica das fontes (FLEISCHER 2008). Eis as principais referências em que Schlözer se apoiara ao confessar que aplicara à história russa um método de tratamento das fontes históricas que aprendera com outros homens de letras. Torna-se assim evidente o peso da formação inicial em filologia bíblica que Schlözer carrega para São Petersburgo, cidade na qual defende, pela primeira vez, que a crônica russa precisa passar pelo trabalho da crítica.

### As etapas do método histórico-crítico

A primeira etapa do método histórico-crítico, chamada por Schlözer de *studium annalium criticum*, tem por objetivo estabelecer o texto dos documentos antigos. Ou seja, os documentos devem, antes de tudo, ser identificados como documentos autênticos para que sejam potencialmente capazes de veicular informações historicamente comprováveis. Ao longo de quarenta anos, Schlözer procura verificar se o documento conhecido como *Crônica de Nestor* corresponde às palavras originais do autor. E uma vez que o documento original não mais existia, as cópias manuscritas da *Crônica* foram comparadas entre si, de tal modo que as interpolações, as omissões e as informações divergentes pudessem ser claramente identificadas entre as variantes remanescentes do texto (SCHLÖZER 1764, p. 54). O objetivo do esforço crítico era claro: “Eu queria publicar um *Nestor* puro” (SCHLÖZER 1802c, p. X),<sup>25</sup> sem mácula, argumenta Schlözer. A pureza do texto diz respeito, nesse caso, à eliminações dos deslizes ortográficos e das interpolações inseridas no corpo do documento pelos copistas. Essa etapa do trabalho, também chamada de pequena crítica, ou crítica textual (SCHLÖZER 1802c, p. 285), ocupa-se, portanto, do estabelecimento do texto a partir da comparação verbal das variantes e da identificação de autoria das passagens.

A esse primeiro passo, segue-se a interpretação gramatical, histórica e estética. O *studium annalium grammaticum* dedica-se à compreensão da crônica. Tanto quanto na primeira etapa, aqui também é necessário o conhecimento de línguas antigas. Ao longo de sua vida, Schlözer lidou gramaticalmente com quinze idiomas diferentes (SCHLÖZER 1802a, p. 42). O vasto conhecimento linguístico deve ser mobilizado, inclusive, para identificar comparativamente as transformações semânticas por que passam as palavras e expressões ao longo do tempo.

<sup>24</sup> Sobre tal ponto, esclarece Schlözer: “[...] Hr. D. Semlers Versuch, den Gebrauch der Quellen in der Staats- und Kirchen-Geschichte der mittlern Zeiten zu erleichtern, (8vo Halle 1761. 11 Bogen.) Diese vortreffliche Schrift, voll ächter Kritik, ist mir zu spät bekannt geworden: ich würde sie sonsten sehr gut haben brauchen können, die Aehnlichkeit der Rußischen mit den deutschen Annalen noch weiter auszuführen, und auch daraus die Methode, auf die ich bei Behandlung der Rußischen Annalen dringe, zu rechtfertigen” (SCHLÖZER 1768, p. 6r).

<sup>25</sup> No original: “Ich wollte einen reinen *Nestor* liefern.”

A última etapa do método histórico-crítico, chamada de *studium annalium historicum*, opera igualmente por meio da comparação das variantes das fontes (SCHLÖZER 1764, p. 54), classificando-as de acordo com os assuntos nelas tratados (SCHLÖZER 1764, p. 56). Nessa etapa, o historiador-pesquisador deve se ocupar não apenas das variações ortográficas e semânticas para estabelecer a autenticidade dos documentos, mas deve agora ser sobretudo capaz de verificar se o material escrito faz referência a um acontecimento histórico comprovável.

Nesse sentido, a *Crônica de Nestor* não se encontra livre de problemas, motivo pelo qual Schlözer teve de desenvolver algumas estratégias. Em primeiro lugar, foi preciso estabelecer uma cronologia confiável que possibilitasse o trabalho subsequente do historiógrafo. De acordo com Schlözer, a cronologia da história bizantina está cheia de indicações erradas referentes aos anos,<sup>26</sup> algo que dificulta – quando não impede – a tarefa posterior da escrita da história. E para não se deixar confundir com escritores ficcionais, os historiógrafos não podem abrir mão do compromisso com a verdade (SCHLÖZER 1784, p. 2-3), devendo, portanto, fundamentar sua narrativa em documentos que passaram pelo trabalho da crítica.

Visto que o trabalho histórico-científico consiste em duas etapas principais – a saber: a crítica documental e a construção narrativa –, somente uma edição de fontes históricas que pressupõe o trabalho “de um *pesquisador* erudito da história pode servir de base para o seu sucessor, o historiógrafo [...]” (SCHLÖZER 1802b, p. XIX).<sup>27</sup> Desse modo, um historiador-pesquisador deve ter como objetivo apresentar, “com a maior certeza possível, a cronologia bizantina a partir do ano 800, para que então seja possível compará-la com os dados das crônicas russas” (SCHLÖZER 1805a, p. 7-8).<sup>28</sup> Tais dados, no entanto, também não estão livres de problemas, já que comentários foram inseridos ao longo do tempo diretamente no texto das crônicas – motivo pelo qual Nestor assumira gradualmente diversas vozes, por vezes contraditórias e irreconciliáveis. Eis a origem de anacronismos grosseiros e inverdades históricas.

Com o objetivo de evitar esses problemas, os anais devem ser comparados com outras fontes para que se possa estabelecer historicamente, e com o maior grau de probabilidade possível, que formulações realmente são de Nestor. E uma vez que os textos apresentam um conjunto de assertivas contraditórias e irreconciliáveis, ou uma mistura de notícias prováveis e coisas inacreditáveis (SCHLÖZER 1768, p. 209), essa confusão deve ser desfeita por meio da definição de certezas ou de afirmações prováveis.

Em língua alemã, o termo “probabilidade” [*Wahrscheinlichkeit*] condensa dois conceitos distintos da tradição retórica latina, a saber: *verisimile* e *probabile*

<sup>26</sup> Schlözer sublinha, em muitos dos seus escritos, a dificuldade de construir uma cronologia confiável. A título de exemplo, destaque-se a seguinte passagem: “Os *anos* – e outras circunstâncias que dizem respeito à identificação cronológica dos acontecimentos – são comprovadamente *falsos*” (SCHLÖZER 1805a, p. 338: “Die *JarZalen*, und andre Umstände, die Zeit der Ereignisse betreffend, sind erweislich *falsch*.”).

<sup>27</sup> No original: “Nur eine *solche* Ausgabe, die einen gelehrten Geschichts*Forscher* voraussetzt, darf sein Nachfolger, der Geschichts*Schreiber*, zum Grunde legen, wenn er sich nicht bei seinem Geschäfte lächerlich machen will.”

<sup>28</sup> No original: “Ein künftiger russischer Geschichtsforscher mache sich ein eignes Studium daraus, die Byzantische Zeit*Rechnung* vom J.[ahr] 800 an zur möglichsten Gewißheit zu bringen, und sie dann mit den Angaben der russischen Chroniken zu vergleichen.”

(ZEDLER 1747); conceitos estes que, por sua vez, remetem a dois planos distintos. O primeiro deles, refere-se à verossimilhança de um acontecimento narrado tendo em vista outros acontecimentos empiricamente constatados, de tal forma que resvala no julgamento sobre a percepção sensorial da coisa em si. Algo identificado como provável, por sua vez, aponta para os procedimentos analíticos do método crítico. O fundamento do primeiro conceito é a experiência, enquanto que a legitimidade do segundo conceito diz respeito ao rigor do método (SCHARLOTH 2002, p. 261). Nessa diferença conceitual não deixa de reverberar a distinção do trabalho histórico-científico feita por Schlözer em duas etapas principais: (1) a pesquisa que requer o respeito ao método histórico-crítico e (2) a construção narrativa da história, que por sua vez se apóia em procedimentos estéticos com o objetivo de assegurar a verossimilhança.<sup>29</sup> É de fato essa distinção que será explorada, mais adiante, com o intuito de observar a relação que se pode estabelecer entre a ideia de verdade representacional para a época das Luzes e a função epistemológica da verdade da crítica. Por enquanto, fiquemos com os resultados do método histórico-crítico em função dos quais Schlözer assegurava que agora se sabe “com certeza, ou melhor, com grande probabilidade, o que *ele* [Nestor] escreveu e como escreveu” (SCHLÖZER 1802c, p. XI).<sup>30</sup>

### O padrão histórico dos juízos

A definição segura de textos autênticos do passado passa pela tarefa de eliminar erros e interpolações identificáveis nos documentos. E sendo a verdade, para Schlözer, “a primeira e mais insubstituível lei de toda história” (SCHLÖZER 1802b, p. 3v),<sup>31</sup> é preferível ressaltar as lacunas presentes no conhecimento a deixar de lado o esforço metodológico da crítica e considerar como válidas informações baseadas em falsidades ou em opiniões duvidosas (SCHLÖZER 1768, p. 51).<sup>32</sup> Ao observar a *prima lex historiae*, o método histórico-crítico tem por referência uma escala gradativa da confiabilidade das informações históricas, já que a verdade da crítica é o resultado positivo do processo que eleva algo do patamar da dúvida para aqueles da probabilidade e, se possível, da certeza. Para percorrer de forma ascendente essa escala gradativa, o *studium annalium historicum* não pode se satisfazer exclusivamente com as informações apresentadas de acordo com a lógica interna de um único documento.

Com tal prerrogativa em mente, Schlözer deixa-se guiar pelas seguintes perguntas: “[Nestor] pensou *corretamente*? O que ele narra é fato ou fábula?” (SCHLÖZER 1802c, p. 286).<sup>33</sup> Nessa etapa do método histórico-crítico, o professor de Göttingen defende que o conhecimento presente sobre o passado é superior àquele produzido em épocas pouco – ou nada – ilustradas, justamente pelo fato de que o tempo presente sabe julgar com maior grau de certeza a

<sup>29</sup> Nesse sentido, Johann Christoph Gatterer (1727-1799) discorre em 1767 sobre a arte de narrar sensivelmente e sobre a arte de despertar no leitor de um texto de história a presença ideal dos acontecimentos. Cf. GATTERER 1767.

<sup>30</sup> No original: “[...] man weiß nun mit Gewißheit, oder doch mit hoher Warscheinlichkeit, was und wie *Er* [Nestor] geschrieben [...]”

<sup>31</sup> No original: “[...] die *Wahrheit*, das erste und unerläßliche Gesetz jeder Geschichte [...]”

<sup>32</sup> No original: “*Prima lex historiae, ne quid falsi dicat.*”

<sup>33</sup> No original: “Dachte er *richtig*? Ist das, was er erzählt, Factum oder Märchen?”

fundamentação histórica das informações expressas nos documentos. Por esse motivo, deve-se na última etapa da crítica emitir juízos presentes sobre os erros dos juízos do passado. Eis no que consiste a mais alta crítica (SCHLÖZER 1802c, p. 286): ela deve verificar não apenas a autenticidade documental das opiniões expressas pelo autor no texto, mas também procurar determinar se o teor das opiniões expressas no documento é verdadeiro (SCHLÖZER 1805a, p. V).

A verdade almejada pelo método histórico-crítico não encontra, portanto, respaldo na eloquência retórica compatível com o comportamento dos caracteres na narrativa (LEVINE 1994, p. 269-270); tampouco opera segundo os preceitos da tradição hermenêutica de interpretação das escrituras, para os quais o problema de determinação da verdade bíblica se desenvolve no jogo que se estabelece entre o *sensus litterae* e o *sensus mysticus* (BARTH 2000, p. 76). Contrariamente a essas duas tradições e, conseqüentemente, para além delas, a alta crítica deve investigar simultaneamente elementos internos e externos à documentação. Mesmo que o texto da *Crônica de Nestor* permaneça, para Schlözer, como a fonte principal para o estudo da história medieval russa, fontes secundárias são levadas em consideração na última etapa da crítica – tais como cronografias, registros de famílias nobres, registros eclesiásticos, moedas antigas, inscrições, pinturas e canções populares (SCHLÖZER 1802b, p. 60-71).<sup>34</sup>

Interessa, portanto, saber se “a testemunha disse a verdade” (SCHLÖZER 1784, p. 21);<sup>35</sup> verdade esta que se define, em um primeiro plano, por sua compatibilidade com um padrão histórico dos juízos. Nesse sentido, Johann Christopher Gatterer, professor catedrático de história na universidade de Göttingen à época em que Schlözer preparava a publicação de seus primeiros exercícios de crítica histórica, afirma: “Caso se queira passar [da *verdade do romance*] à *verdade histórica*, então é preciso mostrar que os contemporâneos pensaram o acontecimento na forma como eles o narraram” (GATTERER 1767, p. 37).<sup>36</sup> E uma vez que, quatro décadas depois, afirma-se saber muita coisa de forma melhor do que Nestor e seus contemporâneos souberam, parte das ideias do cronista russo precisa ser, em um segundo momento, corrigidas, retificadas (SCHLÖZER 1805b, p. XXV). Desse modo, o progresso do presente iluminista ajuda a reconhecer o padrão histórico das verdades do passado. Conseqüentemente, a autoridade apriorética dos juízos históricos contidos nas fontes “não encontra validade no reino da verdade” (SCHLÖZER 1805a, p. VII) delimitado pela crítica.<sup>37</sup> O corolário necessário do progresso da crítica é que no reino da verdade o padrão dos juízos históricos se historiciza radicalmente.

102

### Método e objetivo do conhecimento histórico

Em perspectiva historiográfica, o método da filologia humanística vê-se ampliado, ao longo da Idade Moderna, com o objetivo de abarcar o estudo dos

<sup>34</sup> No caso das canções populares, Schlözer já havia colocado em dúvida se esse tipo de fonte merece ser alçado à condição de fonte secundária da história russa (cf. SCHLÖZER 1768 p. <sup>36r</sup>-<sup>36v</sup>).

<sup>35</sup> “Die höhere Kritik untersucht aus äußern und innern Gründen: *hat der Zeuge wahr gesagt?*”

<sup>36</sup> No original: “[...] soll sie [die *Wahrheit der Romane*] zur *historischen Wahrheit* werden, so muß man zeigen, daß die Zeitgenossen so davon gedacht haben, wie sie erzählt wird [...]”

<sup>37</sup> No original: “Im Reiche der Wahrheit gilt keine Autorität!”

restos materiais da Antiguidade clássica.<sup>38</sup> Todavia, segundo Ulrich Muhlack, a “compreensão normativa do mundo antigo” se sobrepõe, nesse período, à determinação de “uma visão histórica da realidade testemunhada pelas fontes” (MUHLACK 1985, p. 96).<sup>39</sup> Dessa observação resulta a tese segundo a qual a reflexão historiográfica do Iluminismo tardio seria ainda caracterizada por um dualismo intransponível entre *método* e *objetivo* do conhecimento histórico (MUHLACK 1991, p. 402-403). Entretanto, ao se analisarem os exercícios de crítica-histórica publicados por Schlözer, faz-se necessário rever o caminho argumentativo de Muhlack levando em consideração a seguinte proposição: o *studium annalium historicum* não se satisfaz com os limites – e não se identifica com a função precípua – dos procedimentos metodológicos da exegese bíblica e da filologia humanística aplicados ao conhecimento histórico a partir das últimas décadas do século XVIII.

Dessa proposição derivam duas consequências mais salientes: (1) Os *objetivos* do *studium annalium historicum* não cumprem uma função normativa. O método histórico-crítico de Schlözer não procura, em sua última etapa, reconstituir filologicamente os textos do passado com o objetivo de fornecer padrões normativos de ordem estética e/ou moral para o tempo presente.<sup>40</sup> Por mais que o dualismo defendido por Muhlack entre fim e meio, entre objetivo e método do conhecimento – que por sua vez se deixa refletir na separação clara entre a alta historiografia e aquela de propósito filológico-antiquário (MUHLACK 1992, p. 69) – aponte acertadamente para o estabelecimento de etapas distintas do conhecimento histórico, epistemológica e hierarquicamente, tal dualismo não encontra fácil correspondência na visão historiográfica de Schlözer. É certo que o professor de Göttingen propõe uma divisão pragmática do conhecimento histórico em etapas não unificadas sistematicamente (BECHER 1980, p. 7), de modo a caracterizar uma visão compartimentada do conhecimento histórico. No entanto, essas etapas se cruzam – muito embora não simultaneamente – ao se procurar definir o trabalho do historiador-cientista como aquele que descarta os artifícios retóricos infundados ou as verdades apriorísticas em nome da verdade da crítica. Disso resulta que (2) o método histórico-crítico não se define nem pelo respeito inquestionável a verdades apriorísticas, nem pela observação exclusiva da lógica interna dos textos do passado. Por mais que o método de Schlözer encontre relação direta tanto com os procedimentos da filologia humanística, quanto com a hermenêutica teológica, e tenha por objetivo eliminar deslizes ortográficos e interpolações inseridas no corpo do documento pelos copistas, a alta crítica deve considerar, na sua definição de verdades históricas, elementos internos e externos à documentação. Como consequência, tem-se que se a narrativa histórica científica prefere identificar lacunas no conhecimento a continuar se apoiando em opiniões infundadas ou em informações falsas. É, enfim, em função do seu método que a dilatação

<sup>38</sup> Sobre método da filologia humanística e a compreensão histórica, cf. HAMMERMEISTER 2006, p. 51 e 56; GADAMER 1998, p. 274 [GW1, 178].

<sup>39</sup> “normative[s] Verständnis der Antike”; “historische Anschauung der durch die Quellen bezeugten Realität”.

<sup>40</sup> Em uma perspectiva historiográfica mais ampla, cf. ASSIS 2014, p. 47-48.



temporal dos padrões normativos é substituída pela temporalidade aguda das verdades historicamente identificáveis pela crítica.

O pensamento histórico do Iluminismo tardio de Göttingen abala, portanto, o fundamento de uma concepção dualista do conhecimento histórico, segundo a qual *método* e *objetivo* são irreconciliáveis. Esse abalo é operado a partir do momento em que o trabalho histórico-científico deve reunir os esforços dos pesquisadores eruditos da história e do historiógrafo. Ao atualizar essa fórmula, chega-se ao seguinte resultado: uma vez que a representação histórica tem sido definida, mais recentemente, como um caldo mais grosso do que a verdade (ANKERSMIT 2012, p. 98-99),<sup>41</sup> para o conhecimento histórico científico do Iluminismo tardio a verdade da crítica não é apenas um ingrediente do caldo; ela é a condição epistemológica necessária para a existência da receita.

### Referências bibliográficas

ANKERSMIT, Frank. **Meaning, Truth, and Reference in Historical Representation**. Ithaca; New York: Cornell University Press, 2012.

ARAÚJO, André de Melo. **Weltgeschichte in Göttingen: Eine Studie über das spätaufklärerische universalhistorische Denken, 1756-1815**. Bielefeld: transcript, 2012.

ASSIS, Arthur Alfaix. **What is History for? Johann Gustav Droysen and the Functions of Historiography**. New York; Oxford: Berghahn, 2014.

104

BARTH, Ulrich. Hallesche Hermeneutik im 18. Jahrhundert. Stationen des Übergangs zwischen Pietismus und Aufklärung. In: BEETZ, Manfred; CACCIATORE, Giuseppe (orgs.). **Hermeneutik im Zeitalter der Aufklärung**. Köln; Weimar; Wien: Böhlau, 2000, p. 69-98.

BAUMGARTEN, Sigmund Jacob. **Unterricht von Auslegung der heiligen Schrift für seine Zuhörer ausgefertigt von Siegm. Jac. Baumgarten**. 3ª ed. ampliada. Halle: J. A. Bauer, 1751.

\_\_\_\_\_. **Unterricht von Auslegung der heiligen Schrift**. Halle: Johann Justinus Gebauer, 1759.

BECHER, Ursula A. J. August Ludwig v. Schlözer. In: WEHLER, Hans-Ulrich (org.). **Deutsche Historiker**. Vol. 7. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1980, p. 7-23.

BEUTEL, Albrecht. **Kirchengeschichte im Zeitalter der Aufklärung: Ein Kompendium**. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2009.

BLANKE, Horst Walter; FLEISCHER, Dirk. Artikulation bürgerlichen Emanzipationsstrebens und der Verwissenschaftlichungsprozeß der Historie. Grundzüge der deutschen Aufklärungshistorie und die Aufklärungshistorik. In: \_\_\_\_\_ (orgs.). **Theoretiker der deutschen**

<sup>41</sup> "Representation is a stronger brew than truth. Representation contains truth – witness the statements contained by a historical representation; it does not go *against* but *beyond* truth."

**Aufklärungshistorie.** Vol. 1: Die theoretische Begründung der Geschichte als Fachwissenschaft. Stuttgart; Bad Cannstatt: Frommann-Holzboog, 1990, p. 19-102.

CHLADENIUS, Johann Martin. **Allgemeine Geschichtswissenschaft.** Leipzig: Friedrich Lanckischens Erben, 1752.

DANNENBERG, Lutz. Siegmund Jacob Baumgartens biblische Hermeneutik. In: BÜHLER, Axel (org.). **Unzeitgemäße Hermeneutik:** Verstehen und Interpretation im Denken der Aufklärung. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1994, p. 88-157.

FLEISCHER, Dirk. Geschichte und Sinn. Johann Salomo Semler als Geschichtstheoretiker. **Zeitschrift für Geschichtswissenschaft,** v. 5, n. 56, p. 397-417, 2008.

\_\_\_\_\_. **Zwischen Tradition und Fortschritt:** Der Strukturwandel der protestantischen Kirchengeschichtsschreibung im deutschsprachigen Diskurs der Aufklärung. 2 Vols. Waltrop: Hartmut Spenner, 2006.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método:** Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: Vozes, 1998 [1960].

GATTERER, Johann Christoph. J. C. Gatterers Vorrede von der Evidenz in der Geschichtskunde. In: **Die Allgemeine Welthistorie, die in England durch eine Gesellschaft von Gelehrten ausgefertigt worden.** In einem vollständigen und pragmatischen Auszuge. Mit einer Vorrede Joh. Christoph Gatterers. Herausgegeben von D. Friedrich Eberhard Boysen. Alte Historie. Vol. 1. Halle: Johann Justinus Gebauer, 1767, p. 1-38.

GODEL, Rainer; ADLER, Hans (orgs.). **Formen des Nicht-Wissens der Aufklärung.** München: Wilhelm Fink, 2010.

HAMMERMEISTER, Kai. **Hans-Georg Gadamer.** München: Beck, 2006.

HEEREN, Arnold Hermann Ludwig. **Historische Werke.** Vol. 6. Göttingen: Johann Friedrich Röwer, 1823.

HENKEL, Thomas. August Ludwig (von) Schlözers Russlandbeziehungen – Briefwechsel, Wissenstransfer, Spätwerk. In: MITTLER, Elmar; GLITSCH, Silke (orgs.). **300 Jahre St. Petersburg. Russland und die "Göttingische Seele"**. 3ª ed. Göttingen: Niedersächsische Staats- und Universitätsbibliothek Göttingen, 2004, p. 200-220.

\_\_\_\_\_. Der vernünftige Mönch. Die Funktion der Nestorchronik für August Ludwig von Schlözers Selbstverständnis. **Zeitschrift für Geschichtswissenschaft,** v. 54, p. 101-117, 2006.

[HEYNE, Christian Gottlob]. Probe Rußischer Annalen von August Ludwig Schlözer, Rußisch-Kayserl. Professor der Historie – im Verlage G. L. Försters, 1768, 235 S. **Göttingische Anzeigen von gelehrten Sachen unter der Aufsicht der Königl. Gesellschaft der Wissenschaften.**

27. und 28. Stück. Den 3. und 5. März 1768. Göttingen: Johann Albrecht Barmeier, p. 209-224, 1768.

HILDERMEIER, Manfred. Von der Nordischen Geschichte zur Ostgeschichte. Osteuropa im Göttinger Horizont. In: BOOCKMANN, Hartmut (org.). **Geschichtswissenschaft in Göttingen**: Eine Vorlesungsreihe. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1987, p. 102-121.

IGGERS, Georg G. Ist es in der Tat in Deutschland früher zur Verwissenschaftlichung der Geschichte gekommen als in anderen europäischen Ländern? In: KÜTTLER, Wolfgang; RÜSEN, Jörn; SCHULIN, Ernst (orgs.). **Geschichtsdiskurs**. Vol. 2: Anfänge modernen historischen Denkens. Frankfurt am Main: Fischer, 1994, p. 73-86.

\_\_\_\_\_. The Professionalization of Historical Studies and the Guiding Assumptions of Modern Historical Thought. In: KRAMER, Lloyd; MAZA, Sarah (orgs.). **A Companion to Western Historical Thought**. Malden: Blackwell, 2002, p. 225-242.

\_\_\_\_\_; WANG, Q. Edward. **A Global History of Modern Historiography**. Harlow: Pearson, 2008.

KARLE, Joan. **August Ludwig von Schlözer**: An Intellectual Biography. Thesis (PhD). Faculty of Political Science, Columbia University, 1972.

106

LAUER, Reinhard. Schlözer und die Slawen. In: DUCHHARDT, Heinz; ESPENHORST, Martin (orgs.). **August Ludwig (von) Schlözer in Europa**. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2012, p. 23-40.

LEHMANN-CARLI, Gabriela; BROHM, Silke; PREUSS, Hilmar. **Göttinger und Moskauer Gelehrte und Publizisten im Spannungsfeld von russischer Historie, Reformimpulsen der Aufklärung und Petersburger Kulturpolitik**. Berlin: Frank & Timme, 2008.

LEVINE, Joseph M. **The Battle of the Books**: History and Literature in the Augustan Age. Ithaca; London: Cornell University Press, 1994.

MARINO, Luigi. **Praeceptores Germania**: Göttingen, 1770-1820. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1995.

MEYER, Annette. **Von der Wahrheit zur Wahrscheinlichkeit**: Die Wissenschaft vom Menschen in der schottischen und deutschen Aufklärung. Tübingen: Max Niemeyer, 2008.

MÜHLPFORDT, Günter. August Ludwig Schlözer (1735-1809). In: WINTER, Eduard; JAROSCH, Günther (orgs.). **Wegbereiter der deutsch-slawischen Wechelseitigkeit**. Berlin: Akademie Verlag, 1963, p. 133-156.

MUHLACK, Ulrich. Klassische Philologie zwischen Humanismus und Neuhumanismus. In: VIERHAUS, Rudolf (org.). **Wissenschaften im Zeitalter der Aufklärung**. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1985, p. 93-119.

- \_\_\_\_\_. **Geschichtswissenschaft im Humanismus und in der Aufklärung:** Die Vorgeschichte des Historismus. München: Beck, 1991.
- \_\_\_\_\_. Historie und Philologie. In: BÖDEKER, Hans Erich; IGGERS, Georg G.; REILL, Peter Hanns (orgs.). **Aufklärung und Geschichte:** Studien zur deutschen Geschichtswissenschaft im 18. Jahrhundert. 2ª ed. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1992, p. 49-81.
- MÜLLER, L. Nestorchronik. In: HOOPS, Johannes (org.). **Reallexikon der Germanischen Altertumskunde.** Vol. 21. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 2002, p. 94-100.
- PESENSON, Michael A.; SPOCK, Jennifer B. Historical Writing in Russian and Ukraine. In: RABASA, José; SATO, Masayuki; TORTAROLO, Edoardo; WOOLF, Daniel (orgs.). **The Oxford History of Historical Writing.** Vol. 3: 1400-1800. Oxford: Oxford University Press, 2012, p. 282-301.
- PETERS, Martin. Von Göttingen nach St. Petersburg und zurück – Grenzüberschreitungen im Leben und Werk August Ludwig (von) Schlözers (1735-1809). In: MITTLER, Elmar; GLITSCH, Silke (orgs.). **300 Jahre St. Petersburg. Russland und die "Göttingische Seele".** 3ª ed. Göttingen: Niedersächsische Staats- und Universitätsbibliothek Göttingen, 2004, p. 183-199.
- \_\_\_\_\_. **Altes Reich und Europa:** Der Historiker, Statistiker und Publizist August Ludwig (v.) Schlözer (1735-1809). 2ª ed. Münster: LIT Verlag, 2005.
- \_\_\_\_\_; WINKELMANN, Dirk. Netzwerk aus Kalkül. Die Karriere August Ludwig Schlözers in St. Petersburg. In: DAHLMANN, Dittmar (org.). **Die Kenntnis Rußlands im deutschsprachigen Raum im 18. Jahrhundert.** Göttingen; Bonn: V&R unipress; Bonn University Press, 2006, p. 125-138.
- REILL, Peter Hanns. **The German Enlightenment and the Rise of Historicism.** Berkeley; Los Angeles; London: University of California Press, 1975.
- \_\_\_\_\_. Naturwissenschaften und Geschichtswissenschaft in der Spätaufklärung. Der Prozeß der Verwissenschaftlichung der Geschichte. In: KÜTTLER, Wolfgang; NOACK, Karl-Heinz (orgs.). **Historiographiegeschichte als Methodologiegeschichte:** Zum 80. Geburtstag von Ernst Engelberg. Berlin: Akademie Verlag, 1991, p. 102-105.
- SCHARLOTH, Joachim. Evidenz und Wahrscheinlichkeit: Wahlverwandschaften zwischen Romanpoetik und Historik im 18. Jahrhundert. In: FULDA, Daniel; TSCHOPP, Silvia Serena (orgs.). **Literatur und Geschichte:** Ein Kompendium zu ihrem Verhältnis von der Aufklärung bis zur Gegenwart. Berlin; New York, 2002, p. 247-275.
- SCHLÖZER, August Ludwig. Gedanken über die Art, die russische Historie zu traktieren, [Petersburg] 1.6.[1764], Archiv AN SSSR, R. I, Op. 77, Nr. 23, Bl. 1-7r. Apud: WINTER, E. (org.). **August Ludwig v. Schlözer und**

**Russland.** Eingeleitet und unter Mitarbeit von L. Richter und L. Zeil. Berlin: Akademie Verlag, 1961, p. 51-62.

\_\_\_\_\_. **Probe Russischer Annalen.** Bremen; Göttingen: Im Verlage Georg Ludewig Försters, 1768.

\_\_\_\_\_. **August Ludwig Schlözers Kleine Weltgeschichte.** Num. II: Geschichte von Russland. Erster Theil biss auf die Erbauung von Moskau um J. 1147. Göttingen; Gotha: Ioh. Christ. Dieterich, 1769.

\_\_\_\_\_. **Vorstellung seiner Universal-Historie.** Göttingen; Gotha: Johann Christian Dieterich, 1772.

\_\_\_\_\_. Über die Geschichtsverfassung. In: MABLY, Abbe. **Von der Art Geschichte zu schreiben, oder über die historische Kunst.** Strasburg: In der akademischen Buchhandlung, 1784, p. 1-24.

\_\_\_\_\_. **Öffentliches und privat-Leben, von ihm selbst beschrieben.** Göttingen: In Vandenhoeck und Ruprecht Verlag, 1802a.

\_\_\_\_\_. **Nestors Russische Annalen in ihrer Slavonischen GrundSprache:** verglichen, übersetzt und erklärt von August Ludwig Schlözer D. Hofrath und Professor in Göttingen. Vol. 1: Allgemeine Einleitung in die alte Russische Geschichte, und in die Nordische Geschichte überhaupt. Göttingen: Heinrich Dieterich, 1802b.

108

\_\_\_\_\_. **Nestors Russische Annalen in ihrer Slavonischen GrundSprache:** verglichen, übersetzt und erklärt von August Ludwig Schlözer. Vol. 2: Rußlands VorGeschichte. Entstehung des russischen Stats. Erster GrosFürst Rurik, bis zu dessen Tod im J. 879. Allgemeiner Plan, die russische Annalen kritisch zu behandeln. Göttingen: Heinrich Dieterich, 1802c.

\_\_\_\_\_. **Nestors Russische Annalen in ihrer Slavonischen GrundSprache:** verglichen, von SchreibFehlern und Interpolationen gereinigt, erklärt, und übersetzt von August Ludwig von Schlözer, Hofrath und Professor der StatsWissenschaften in Göttingen, des Kaiserl. Russischen Ordens des heil. Wladmirs 4ter Classe Ritter. Vol. 3: OLEG, vom J. 879-913; zweiter GrosFürst und zweiter Stifter des Russischen Reichs. Göttingen: Heinrich Dieterich, 1805a.

\_\_\_\_\_. **Nestors Russische Annalen in ihrer Slavonischen GrundSprache:** verglichen, von SchreibFehlern und Interpolationen gereinigt, erklärt, und übersetzt von August Ludwig von Schlözer, Hofrath und Professor der StatsWissenschaften in Göttingen, des Kaiserl. Russischen Ordens des heil. Wladmirs 4ter Classe Ritter. Vol. 4: IGOR, dritter GrosFürst, vom J. 913-945. Göttingen: Heinrich Dieterich, 1805b.

\_\_\_\_\_. **Nestors Russische Annalen in ihrer Slavonischen GrundSprache:** verglichen, von SchreibFehlern und Interpolationen möglichst gereinigt, erklärt, und übersetzt, von August Ludwig von Schlözer, Professor der

StatsWissenschaften bei der Georgia-Augusta, geheimem JustizRat, und Kaiserl. Russ. Ritter vom Orden des heil. Wladmirs. Vol. 5: Die heil. OLGA, ReichsVerweserin; der IVte GrosFürst AVIATOSLAV, und der Vte JAROPOLK: zusammen vom J. 945 bis 980. Göttingen: verlegt von Vandenhoeck und Ruprecht, 1809.

SCHLÖZER, Christian von. **August Ludwig von Schlözers öffentliches und Privatleben aus Originalurkunde, und mit wörtlicher Beifügung mehrerer dieser letzteren, vollständig beschrieben von dessen ältestem Sohne Christian von Schlözer.** Vol. 1. Leipzig: J. C. Hinrichsche Buchhandlung, 1828.

SEMLER, Johann Salomo. **Versuch den Gebrauch der Quellen in der Staats- und Kirchengeschichte der mitlern Zeiten zu erleichtern.** Halle: Justinus Gebauer, 1761.

SMEND, Rudolf. Johann David Michaelis und Johann Gottfried Eichhorn – zwei Orientalisten am Rande der Theologie. In: MÖLLER, Bernd (org.). **Theologie in Göttingen: Eine Vorlesungsreihe.** Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1987, p. 58-81.

VÖLKEL, Markus. German Historical Writing from the Reformation to the Enlightenment. In: RABASA, José; SATO, Masayuki; TORTAROLO, Edoardo; WOOLF, Daniel (orgs.). **The Oxford History of Historical Writing.** Vol. 3: 1400-1800. Oxford: Oxford University Press, 2012, p. 341-342.

WINTER, E. (org.). **August Ludwig v. Schlözer und Russland.** Eingeleitet und unter Mitarbeit von L. Richter und L. Zeil. Berlin: Akademie Verlag, 1961.

WITTMANN, Reinhard. **Geschichte des deutschen Buchhandels.** München: Beck, 2011.

ZEDLER, Johann Heinrich (org.). **Johann Heinrich Zedlers größes vollständiges Universal-Lexicon aller Wissenschaften und Künste, welche bishero durch menschlichen Verstand und Witz erfunden worden.** Halle; Leipzig: Johann Heinrich Zedler, 1747, Vol. 52, [Art. Wahrscheinlichkeit, oder Probabilität] Cols. 1020-1063.

ZIEGENGEIST, Gerhard. Drei unbekannte Dokumente zur deutschen Verlagsgeschichte von Schlözers 'Nestor' aus den Jahren 1806-1807. In: **Festschrift für Wolfgang Gesemann.** Vol. 3: Beiträge zur slawischen Sprachwissenschaft und Kulturgeschichte. Neuried, 1986.

# Fragmentos da literatura de Edward P. Thompson: a prosa de *The Sykaos Papers* e os versos de *My Study*

Fragments of Edward P. Thompson's literature: the prose of *The Sykaos Papers* and the verses of *My Study*

---

**João Ernani F. Filho**

jernanif@hotmail.com

Professor

Universidade Federal do Ceará

Avenida da Universidade, 2762 - Benfica

60020-180 - Fortaleza - CE

Brasil

---

## Resumo

Edward Palmer Thompson (1924-1993) foi um dos mais importantes historiadores do século XX. Em 1988, foram publicados os *The Sykaos Papers*, um livro de ficção científica acerca das angústias de uma era nuclear, mas, também, uma declaração de amor (e de direitos) a certo planeta azul. Este artigo objetiva apontar alguns elementos e aspectos desse romance. Um objetivo mais geral poderia ser a análise a partir dos escritos de Thompson da prática literária mesma, e das fronteiras e interseções entre essa prática e a "lógica histórica". A principal fonte desta análise é o poema *My Study*, escrito em setembro de 1973.

110

## Palavras-chave

Edward P. Thompson; Guerra; Ficção.

## Abstract

Edward Palmer Thompson (1924-1993) was one of the foremost historians of the 20<sup>th</sup> century. His *Sykaos Papers* were published in 1998 as a science fiction book about the anxieties of the nuclear age, but also as a declaration of love (and of rights) for a certain blue planet. This paper intends to highlight some elements and aspects of Thompson's novel. One more general subject would be the analysis of Thompson's writings about the literary practice itself, and of the boundaries and intersections between this practice and the "historical logic". The central source for this analysis is the poem *My Study*, written in September 1973.

## Keywords

Edward P. Thompson; War; Fiction.

---

Recebido em: 4/11/2014

Aprovado em: 1/3/2015

Em 1988, E. P. Thompson publicou *The Sykaos Papers*, que algumas resenhas diziam evocar os mundos de Swift e que a outros parecia uma sátira a ET. Qual o assunto? Seu subtítulo é bem uma paráfrase daqueles da crônica dos viajantes da era moderna, quando juntas a aventura do livro e a exploração de novos mundos: “uma Descrição das Expedições do Poeta Oi Paz ao Sistema de Strim na Décima Sétima Galáxia; de sua Missão no Planeta Sykaos; de seu Primeiro Cruel Cativo; das Jornadas por sua Superfície; das Maneiras e Costumes de sua Gente Bestial; de sua Segunda Captura; e do seu Retorno a Oitar”.

Para os de fora, a Terra é Sykaos, astro que pouco se distingue de outros 30.000 e que tem menos de  $\frac{3}{4}$  do tamanho de Oitar. O dia oitariano com 80 horas é cerca de 3,5 vezes maior que o terrestre. Sykaos: “pobre, frágil, pequeno planeta”. Mas, quão especial. Oitarianos vagam à procura de pontos que possam servir de seara e celeiro. Em suas sondagens, uma galáxia após outra, batiam-se com o inóspito. Sóis definhantes, gases pestilentos, tempestades elétricas, mares ferventes, superfícies maltosas de lava, extremos de frio ou calor, ausência de atmosfera, todos esses seriam indicativos da raridade de condições achadas em Sykaos, estrela temperada e hospitaleira à vida.

Da órbita, Sykaos também era bela, com suas nuvens e mares. Como o tripulante não estava autorizado a aterrar, as circunstâncias são referidas como as de uma queda, no bosque de Hallow, 11 milhas ao Norte de Tancaster. O perímetro arredor continha motivos para mais encantamentos do aedo: flores, chuva, aves, ar respirável... Apresentava, também, sustos e riscos. Para os oitarianos, humanos são eles. Os habitantes de Sykaos são meros mortais. Vagueando pelo parque, Oitar Paz – esse o nome do poeta piloto – viu-se às margens de uma grande autoestrada. Decidiu postar-se no centro da via e exhibir um arco de saudação interestelar, no que foi rapidamente atingido por um automóvel.

Começava assim o primeiro cativo de Oi. No dia 2/8, por volta das 15h:15min, na rodovia M17, o Sr. Herbert Endall, 44 anos, de Blotton, conduzia o carro que abateu o transeunte. Tinha a declarar que não havia nada que pudesse ter feito, cobrava das autoridades que fizessem alguma coisa e sugeria que as cercas que ladeiam as rodovias deveriam ser eletrificadas. A vítima foi conduzida em estado grave para a enfermaria de Tancaster. Passou um mês em tratamento intensivo e inconsciente. Quando ainda convalescente, por sua aparência, trejeitos e indumentária, foi apelidado “Freddie, The Freak”. Pessoa importante no processo de recuperação foi a enfermeira Rani Satpathy, 23 anos, de Orissa, na Índia.

Um boletim médico registrava que o paciente era alto, tinha cabelos louros e pele pigmentada, não apresentava cáries, possuía o umbigo bastante reduzido, exibia o corpo de um macho adulto (de idade estimada em 30 anos), exceto pelo pouco desenvolvimento dos caracteres sexuais, pela voz aguda, pela ausência de pelos pubianos ou barba. Anotava-se que rejeitava ingerir qualquer sólido, restringindo sua alimentação aos líquidos. A enfermeira Rani tentava alertar seus colegas a respeito de outras características de alguém que lhe parecia tão especial: a audição muito sensível e o aroma de sândalo exalado



pela pele; ao dormir, era como se entrasse em coma, respirando apenas muito raramente. Rani lia isso como sinais da espiritualidade, algo inapreensível a partir do materialismo dos doutores.

Após melhoras, o tipo extravagante foi transferido para Londres, onde foi submetido a seguidos interrogatórios. Sem acusação formal foi liberado, não sem antes ter parte dos pertences confiscada pelos agentes. Quando ainda no Hospital, Oi viu-se forçado a ingerir porções de chá com torradas; daí que, agora, sentia fome. Uma noite, após vagar pelas ruas, deitado ao relento, testemunhou o que poderiam ser signos da sociedade primitiva, quando um mendigo ofereceu-lhe folhas de jornal (repletas de contradições, erros e impossibilidades) para fazer de coberta.

Se os mortais achavam Oi meio maluco, ele também considerava alguns costumes sykóticos bastante estranhos, como a alimentação em público (principalmente, aquela que incluía a carne de outros animais), a separação das nações a partir dos idiomas, as distinções de gênero, as gargalhadas, o trânsito e o metrô, a quebra diária das leis por multidões e, principalmente, o papel do dinheiro. Após tentativa de assalto em que teve um canivete apontado por um adolescente contra sua garganta, o viajante de longe percebeu a importância de moedas, cédulas ou títulos de crédito e o quanto as relações entre os mortais eram medidas e mediadas por isso. Em um dos registros, Oi observou que todas as idas e vindas sykóticas eram comandadas pelo dinheiro, e mais:

112

Isso tudo está de acordo com o que eu tenho observado e que assento como ciência exata. O que, afinal, é o dinheiro? Se isso for uma medida, então, qual qualidade – como cor, peso ou calor – ele mede? Alguém pretextando conhecimento dirá que dinheiro mede “valor”; mas, caso se queira saber o que é valor dirá que valor é o que faz uma coisa ser útil ou honrada; e se alguém pergunta como o valor é determinado e quem concede honra, replicará, então, que isso é feito pelo “preço”; e preço é o nome da escala monetária. Enfim, é o dinheiro que distribui honrarias e que mede todo esse planeta com sua escala (THOMPSON 1988, p. 95-96, tradução minha).<sup>1</sup>

Oi ainda não havia lido Marx, mas, isso evoca algo da *Contribuição à crítica da economia política*, quando aborda tentativas de elidir a percepção do trabalho. Outro estranhamento de Oi concernia à propriedade, isso seria uma não-coisa: intocável, insípida, imponderável. Invisíveis eram as ondas de rádio, mas existiam. A propriedade parecia-lhe algo distinto, pois não apresentava composição físico-química. Não obstante, tal abstração regulava a existência material das gentes. Funcionava como muros. Dividia o planeta. Particularizava seus recursos. Entabulava relações de obediência, derogava tabus, concedia licenças. A propriedade era a “Regra” e o dinheiro havia, de meio, sido convertido

<sup>1</sup> No original: “This is all as I have observed, and I set it down as exact science. What, then, is money? If it be a measure, then what quality – as colour, or weight, or heat – does it measure? A person pretending to learning will say that money measures ‘value’; but if one asks what value is it will say that value is what a thing is ‘worth’ or honoured; and if one asks how worth is determined and who apportions honour, it will reply that it is done by ‘price’; and price is the name of the scale of money. So that is money which apportions honour and which measures this whole planet in its scales”.

em fim. Oi sabia, contudo, que as coisas nem sempre haviam sido organizadas dessa maneira. A noção mesma de cortesia era indício de modo diverso de configurar relações. Algo lembra trecho do romance de Morris, ao tratar do conflito entre a correria atrás de uma vida de riquezas e o remanso através das riquezas da vida (MORRIS 2002, p. 296).

Em um mercado, Oi viu-se enredado em confronto entre economia moral e moral econômica, ao ser detido quando pegava pães, frutas e queijos para comer. No botequim, perceberia, porém, que sempre há alguém disposto a pagar um trago. No caso, Nigel Harmer, 43 anos, da Austrália, que se dizia amigo de Oi há vários anos (embora, ele só estivesse na Terra há poucos meses) e que conferia a fisionomia de Oi com fotos em tabloides. Tantas cervejas e uísques depois, o vate ficou motivado a fazer sua pregação. O sucesso inicial culminaria com um programa no Canal 3, no horário nobre da sexta-feira, *Sapio: O show do homem do espaço*. Uma crítica da imprensa dizia que "Sapio tem a aparência do Chefe Touro Sentado e soa como Marlene Dietrich"; outro comentarista ressaltava o aspecto andrógino do androide e dizia-o uma combinação de "Darth Vader, Dr. Who e Mr. Spock" em uma só pessoa. Para o êxito dos programas, bastava que Oi estivesse "n'uma boa", nada que algumas garrafas de tradicional malte escocês não facilitasse. Entre uma apresentação e outra, para curar-lhe a modorra, outras tantas garrafas de Real McKoy eram providenciadas por Harmer, que agora bancava o empresário. Embora, fosse um astro do entretenimento, Sapio não deixava de meter-se em confusões. Em um painel de debates combateu veementemente os preceitos da defesa estratégica. Como não tinha inibições, teve que ser censurado. O interesse em torno de Sapio só fez aumentar. O que levou Harmer a programar uma turnê mundial, de Moscou a Califórnia, com apoteose no *Rose Bowl*. Na ocasião, no meio de seu transe, o palco foi invadido por alguém caracterizado como Sapio que tomou-lhe o microfone e desandou a falar asneiras; nisso, uns cabeludos tomaram-no pelo braço e o conduziram através de uma passagem subterrânea. Arrancando perucas, bigodes, narizes postiços e outros badulaques de disfarce, se identificaram como agentes do serviço secreto e asseveraram que o levariam para um abrigo seguro.

Iniciava-se, então, o segundo cativeiro de Oi. Esse jugo durou aproximadamente três anos e ocorreu em Martagon Hall, que no século XVIII havia sido reduto do lorde Charles de Boyle. Ali foi constituída uma equipe para cuidar de Oi. A primeira recomendação a esse pessoal (militares, técnicos, auxiliares, intelectuais) era a de que ele não existia. O alienígena estava, agora, sob supervisão da Fundação para Pesquisa Avançada sobre Clima e Ecossistemas (FARCES, cujas sigla em inglês permite o trocadilho com o termo farsas). Aí, Oi reencontraria a enfermeira Rani. Duas outras pessoas bastante afeitas ao seu cotidiano foram a Dr<sup>a</sup> Helena Sage, antropóloga, com pouco mais de 35 anos e o também PhD, Prof. David Nettler, linguista, homem de meia-idade. O Cel. Gardyan-Hunter, assistente do Diretor, advertira os profissionais que aquilo não era uma gincana acadêmica, mas uma pesquisa urgente em prol de interesses nacionais. Isso pouco ou nada arrefeceu o clima de vigilância, intriga e vaidade.

Durante a maior parte de sua estada em Sykaos, Oi mostrou-se incapaz de sorrir. Qualificava as risadas como barulho incongruente (*Incongruous Noise*). O linguista David Nettle e a antropóloga Helena Sage tentavam esquadrihar a questão. Os intentos de analisar o riso se afiguravam feito arroubos de encarar o sol; isso, a Prof<sup>a</sup> Sage argumentava, aduzindo que os jogos e as brincadeiras não poderiam ser simplesmente reduzidos à racionalidade. Para ela, mais que a própria morte, o riso seria um traço cultural interdito. Dr<sup>a</sup> Sage aventava suposição de que isso poderia ser a chave para o entendimento das diferenças entre sykóticos e oitarianos. Sendo expressão das faculdades intelectuais, não seria demasiado para ela nominar a espécie como *homo ridens*. Ao ouvir que, muito provavelmente, já se ria nas cavernas, o Prof. Nettle arriscava a hipótese de que o “Ho-Ho-Ho!” poderia cumprir função de alerta. O debate entre os dois era polarizado pela visão do humor como caractere adquirido, um atavismo, um aspecto marginal e uma maneira de rodear algumas inibições da civilidade (racismo, sexismo), esses os pontos defendidos por D.N.; ou como algo original, um evento orgânico, central para a psique, conforme defendia H.S.

114

Assunto delicado nas sessões entre Helena e Oi era o respeitante às possibilidades e aos limites do livre-arbítrio para os mortais e da programação para os oitarianos. Os seres de lá seriam computadores altamente complexos nos quais eram instalados componentes e comandos, de acordo com as funções esperadas de cada um. A instalação desses programas também era pré-programada, os bioengenheiros e técnicos de ajuste determinariam os genes dominantes, subordinados e recessivos de todos os fetos. O correlato da noção de identidade estaria relacionado às funções desempenhadas nos vários colégios (unidade básica da estrutura social de Oitar). Acima dos programas específicos havia a Regra, análoga a um manual de instruções gerais. Mas, embora houvesse a Regra (ou por isso mesmo) havia, amiúde, desregramentos e desregulagens. Isso não seria típico apenas de Oitar; mas estava por todos os cantos. O desregramento em si não seria problema, apenas o seu excesso, o caos. Um pouco de autocomando podia até beneficiar ofícios como o de Oi, que era Poeta; tanto que havia o Colégio de Transe, especificamente para o desenvolvimento de indutores alucinógenos. A Prof<sup>a</sup> Sage, por seu turno, achava que Oitar seria paradigma para a teoria dos jogos, um tipo de sociedade de castas verticalizadas. O tabu envolvendo o contato físico serviria para o encobrimento da dimensão sensual e corpórea. Os sentidos seriam feitos terminais para o processamento de informações. Some-se a isso, a obediência à Regra. À apologia do alvedrio dos mortais empreendida pela Prof<sup>a</sup> Sage, Oi retrucava lembrando que “ser livre é cair sob a lei” (*To be free is to lie under law*). Recordava, ademais, que aqui o grande programa seria aquele do dinheiro e da propriedade. Os seres seriam programados, ainda, por sua sexualidade, cujos ciclos regulariam os humores. Por fim, Oi considerava as ideias de Natureza, Deus e Lei como tipos de programação; não obstante fingissem os mortais viver em um estado de liberdade.

Oi não se comportava como simples objeto de estudo. Era também um sujeito investigativo. Em um de seus blocos de anotações encontra-se o registro sobre “A Natureza da Criatura Mortal”. O poeta observava que os de Oitar e os

de Sykaos seriam semelhantes em suas proporções e no desenho dos corpos, tendo os segundos um pouco mais de peso e de cintura. O nascimento dos mortais deixaria duas marcas aparentes, o corte do cordão umbilical e a limitação do tamanho da caixa craniana. Tratando das fases da vida de um mortal, Oi quedava impressionado com a fragilidade dos recém-nascidos, postos no mundo sem qualquer programação para a fala ou para o andar. Espantava-se com o que se lhe afigurava como o curto verão da vida adulta, com a decomposição dos corpos logo após atingido o ápice de seu desenvolvimento. Desse tipo de morte, prematura, descoordenada, por falência total do sistema, sem programação; da natureza da criatura mortal, enfim, decorreriam diferenças acerca dos órgãos e sentidos espirituais, mas essa página do manuscrito havia sido extraviada.

Outras notas de Oi foram dedicadas ao "Modo de Procriação Bestial". Primeiramente, o viajante observava que os mortais viveriam em um "rude e brutal estado de fertilidade". Entre os machos, isso seria visto como fortuna, e não feito fardo. A maneira de procriação era chamada intercurso sexual. Os métodos de fertilização ditos normais pelos oitarianos eram tidos como artificiais em Sykaos. Se o modelo de procriação a partir da impregnação física de um corpo dentro de outro já poderia soar incrível para um oitariano, o que dizer do fato de os mortais terem inventado impedimentos e utilizado ácidos para evitar que a fecundação ocorresse, para que o ato perdesse todo seu propósito, salvo a sua performance mesma?

A reprodução dos seres de Oitar era conduzida de modo diverso. Os historiadores da antiguidade de lá conjecturam que há centenas ou milhares de gerações seus ancestrais copularam de algum jeito que, agora, lhes seria incógnito. A partir do resfriamento do sol de Oitar teriam os machos perdido muito de sua virilidade. Somente uma meia-dúzia a cada geração teria capacidades reprodutivas, sendo conhecidos como seminais (*sper-men*). Tais semeadores eram vistos com um misto de espanto e misericórdia. Tão logo a condição de reprodutor fosse diagnosticada (aproximadamente aos 33 anos terrestres) o desafortunado seria segregado em domos, tratado com cápsulas vitamínicas, ultravioleta e outros raios. Todas as noites, seu material seria recolhido. Tal dispêndio de energia vital debilitaria os poderes intelectuais dessas criaturas, que tinham vida curta e desprogramada. Daí serem apreciados como dignos de piedade e objeto de oferendas e mimos. Amostras dos gametas seriam examinadas no Colégio de Biotecnologia. Existe um enorme Banco de Dados com identificação dos seminais e detalhamento rigoroso das especificações genéticas. A fertilidade entre as fêmeas daquele planeta também seria baixa. Todas passavam por exames quando da faixa etária próxima aos 37 anos. Sendo detectadas possibilidades orgânicas, uma lista de 7 ou 8 pretendentes compatíveis era apresentada pelos cálculos do Banco de Esperma. Não haveria qualquer forma de contato entre ♂ e ♀. A inseminação seria matéria estritamente científica. Uma injeção. Após três meses (25 dias oitarianos) no ventre materno, os fetos seriam retirados e postos em receptáculos com fluidos especiais por mais dois anos, após o que eram considerados maduros para a instalação dos primeiros programas.

Dos livros que Oi retirara na Biblioteca de Martagon havia uma quantidade considerável de interpretações pouco ortodoxas, Vico, Marx e Nietzsche, dentre outros. O alienígena reportava a existência de numerosas obras que se arrogavam como histórias e que seriam dedicadas a desenvolvimentos bem recentes, como o cultivo dos solos, a construção de moradias e cidades, a invenção da escrita e a fabricação de utensílios metálicos. A essa última fase de sua recente existência, chamavam os mortais de civilização. O que Oi retinha do termo era o estado de provocação e confronto com nações rivais, ou seja, outras comunidades linguísticas. A nação que mais conquistasse ou destruísse figuraria um império. Naqueles dias, os sykóticos vivenciariam um clima de permanente tensão chamado *Cold War*, motivado por tentativas de intimidação e pela busca de supremacia entre dois impérios principais. O confinamento de Oi ajudou-o a esclarecer algumas coisas: 1) na Guerra Fria algumas nações poderiam operar como "satélites" de algum império, caso que ele reconhecia na Inglaterra com relação aos EUA. O pessoal ianque era cada vez mais numeroso e influente ali. Isso, sem contar a instalação de mísseis nucleares (transformando o lugar em um alvo em potencial); e 2) para além da caracterização do outro como inimigo, cabia considerar que a CIA e a KGB queriam manter o público por fora. A lógica do inimigo exterior favorecia patrulhamentos internos.

116

A caracterização de aliados e inimigos nem sempre era clara. Uma cena bastante próxima aos episódios da operação-helicóptero em Teerã (descritos por Thompson em suas "Notas sobre o exterminismo") levou à transferência de Oi e de parte do *staff* para a Casa da Viúva, ainda em Martagon. A invasão não havia sido tentada pelos "ursos", mas por gente de fala inglesa. Some-se a isso, o assassinato do Sr. Gentry, segundo oficial da segurança, encontrado morto nos estábulos em circunstâncias não esclarecidas. O controle, então, não era mais somente britânico; mas, de uma instância especial da Organização do Tratado do Atlântico Norte (cujas sigla em inglês, LUNATO, convidava ao calembur com algo meio doidivanas). Para a fase 2, de contato com os oitarianos, além dos militares, havia pessoal de várias empresas.

A linguagem foi assunto corrente nos encontros entre Oi, Helena, Rani e David, evidentemente que com ênfases e desenvolvimentos distintos. Com Rani, Oi podia tratar de formas sutis de comunicação, como a troca de vibrações (que ele desenvolvia outrossim com gatos, cavalos, flores) ou mesmo acerca das vozes mais místicas e espirituais. Com o linguista, o poeta podia travar discussões sobre as ambiguidades de pensamento dos mortais (que o Dr. Nettler passaria a reprovar nas tiradas humorísticas) ou atinentes aos modos da lógica binária. Com Helena, a principal questão foi a de que Oi estaria aprendendo a conhecer seus sentimentos na medida em que aprenderia a nomeá-los: o diário de Oi, nesse mo(vi)mento, tinha na capa a inscrição "Eu". A consumação desse afeto nos jardins da Casa da Viúva é declaradamente uma paráfrase do *Gênesis*. E Helena foi concebida pela máquina que se humanizava. Em 27/4 do último ano do 2º cativeiro nasceu Adão.

Havia na Casa da Viúva um mausoléu que foi o cenário para uma passagem decisiva, quando Helena confessava estar se sentindo feito a "heroína condenada

de uma saga gótica”. Passava da meia-noite. Seu interlocutor era o major Robert Sorley. A fonte de iluminação era uma tocha. A escusa para a escolha daquelas ruínas escuras para a conversa era a de que se tratava do único lugar livre de espionagem (que podia, inclusive, ser operada por gente de dentro). A proposta (embora Sage questionasse se havia mesmo alguma alternativa) era a de que ela, Oi e Adão fossem enviados à Lua, onde já havia sido instalada uma base oitariana para tratativas e entendimentos.

Antes, porém, que relações com os de Oitar pudessem ser estabelecidas, os desacordos entre sykóticos tornaram-se insuportáveis. A maior ameaça ao planeta não viria do espaço. Os mortais é que representariam uma força de desequilíbrio e destruição. O p(r)o(f)eta de Oitar havia vaticinado que os mortais se exterminariam em uma guerra nuclear. Oi, Sage e Adão testemunharam o Armageddon através do sistema de satélites, que havia transmitido algumas resoluções com atraso crucial. Adão, cada vez mais febril, foi transferido para Oitar. Oi, após vários julgamentos, foi banido para uma ermida espacial. Sage, que não havia tido visto de entrada em Oitar liberado a tempo, decidiu fazer valer sua escolha de mortal. Vinte anos depois, alguma esperança se prenunciaria com Ho Mo (Adão) e Vev. Contudo, isso é outra história.

Oi Paz, Eu Topaz, Utopia. Em *An open letter to Leszek Kolakowski*, Thompson notava que “a imaginação utópica havia sido desviada para os reinos da ficção espacial, em que os autores examinam, exatamente, que sociedades poderiam ser criadas se a consciência social se impusesse ao ser social” (THOMPSON 1979, p. 171, tradução minha).<sup>2</sup> A carta ao pensador polonês é de 1973 e um de seus temas é o desencantamento revolucionário. A esse respeito, Thompson afirmava ainda ter utopias; mas, diferentemente do Morris em 1890, não via o devir como época de descanso. Para os 200 anos vindouros, sonhava com guerras mentais, ao invés de combates físicos. O ideal de comunidade seria favorecido pela abundância dos recursos energéticos. O modelo do monastério cisterciense serviria para indicar a combinação dos labores da agricultura, indústria e pensamento. Mas ninguém seria obrigado a viver nessas áreas de grande beleza natural. As zonas urbanas também seriam atrativas. A preferência por uma vida de reclusão não seria repreendida, tampouco a peregrinação por tais diversas opções. Mas, nada disso aconteceria por si ou sem conflitos. Quinze anos depois, em *The Sykaos Papers* não se propõem regressos a uma autenticidade primitiva nem investidas rumo a um futuro promissor. A idade de ouro é aqui e agora. A alegação de que o livro foi transmitido através de um “túnel do tempo” complexifica a determinação das temporalidades.<sup>3</sup> O *terminus*

<sup>2</sup> No original: “The utopian imagination today has been diverted into the realm of space-fiction, whose authors examine, exactly, what societies might be created if social consciousness could impose itself upon social being”.

<sup>3</sup> A partir da publicação, em 1770, da novela *L'An 2440*, de Louis Mercier, Reinhart Koselleck indica um veio de temporalização das utopias, com o deslocamento do espaço para o tempo dos projetos de formas visionárias de governo e modelos sociais. O futuro, inacessível à experiência, apareceria como cenário de compensação pela miséria do presente. O professor de Bielefeld acentuava que o especificamente utópico radicaria na crença de que seria possível, mais que apreender, dirigir a história (cuja plasmação semântica em um coletivo singular denotaria sua entificação). O romance de Thompson faz a prognose de um possível horizonte de expectativa e daí alerta que a expectativa de horizontes dependeria da ação humana. Isso, não em ilhas (de Hitlodeu, Laputa ou Inglaterra), nem no devir. De maneira mais geral, Koselleck realçou as articulações entre a *Begriffsgeschichte* – entendida como método especializado de crítica das fontes – e a História Social,

*ad quo* estaria situado por volta de 1983 (se o arquivo caiu no computador de Thompson em 1987). O *terminus ad quem*, porém, é relativo. O futuro era mais uma alternativa que uma promessa. O aniquilamento atômico da Humanidade seria uma iminência, não ainda uma consumação. Isso favorece o princípio de que seria possível agir no presente para transformar as condições do porvir. Oi, quando de sua descida a Sykaos, deitado em um barranco relvado, ainda sob os efeitos do transe, cogitava que aquele deslocamento no espaço parecia-lhe uma viagem no tempo: sua sensação era a de uma “jornada retrospectiva através de milênios em um passado arcaico de antes da glaciação do mundo” (THOMPSON 1988, p. 19-20, tradução minha).<sup>4</sup> O horizonte distópico de esgotamento dos recursos vitais alertaria para a necessidade de apreciar quão raras e ricas seriam as condições do pequeno astro azul e de empenhar-se nos melhores usos e meios de conservação desses bens. Em *Protest and Survive*, Thompson denunciava os gastos elevados e crescentes do complexo atômico e frisava que a urgente investigação de energias seguras (solar, eólica, das ondas) seria negligenciada por não apresentar compensação ou rendimento militares. *The Sykaos Papers* trata do presente na Terra e da construção de meios de sobrevivência.

118

Além da fórmula da viagem fantástica, os discursos utópicos destacam e discutem ideais de reforma social e da pedagogia necessária à sua implementação. Em *The Sykaos Papers*, parte da incumbência de propor valores deveria caber aos artistas. “Tivessem os Sykanos escolhido certos poetas como Tupper para seus legisladores, quão diferente sua breve existência poderia ter sido!” (THOMPSON 1988, p. 220, tradução minha).<sup>5</sup> Há laivos da inspiração romântica nessa caracterização da arte, principalmente por seu cariz antiutilitário (que, para Thompson, poderia ajudar a quebrar os circuitos cotidianos de necessidades condicionadas e suprimentos consoantes). A caracterização da personagem de Oi, que era poeta, é a de um “ser” cuja programação permitiria tipos e graus de desregulagem. Regras caberiam ser propostas também por uns meios desregrados. Vates seriam vetores de novas visões de mundo, por isso deveriam ser ouvidos acerca das transformações nas formas de vida, problema marcado pelas abordagens da Física Social e dos políticos. O argumento redundava em sugerir poesias utópicas e utopias poéticas. Em *A miséria da teoria*, Thompson advogou que a História (menos precisa por ser a mais unitária e geral dentre as Humanidades) deveria recobrar certa proeminência entre tais disciplinas, ponto que não deixou de ser criticado por seus opositores. Alegação semelhante foi feita em respeito à poesia. Nos comentários a um simpósio sobre “Valores Comuns”, promovido por *Stand* (1979) e que contava com o editor Jon Silkin, Cairns Craig, Donald Davie e Charles Sisson, dentre outros, Thompson invertia o

permitindo a sondagem de transformações estruturais de longo prazo. Thompson, em *A formação da classe operária inglesa*, discute o aparecimento e a recorrência de termos como “desempregado” e “desemprego” em panfletos radicais ou owenistas nos anos de 1820 e 1830, contra a alegação de que estavam fora da estrutura semântica da época. Apesar de ressalvas quanto às formas de datação (os cucos chegam antes de serem anunciados em *The Times*), trata-se de exercício de história conceitual.

<sup>4</sup> No original: “[...] it seemed to me that after the ages of long intergalactic voyage I had journeyed back through millenia into an archaic past before the glaciation of the world [...]”.

<sup>5</sup> No original: “Had Sykaans chosen such poets as Tupper for their rules, how different their brief record might have been!” A referência é a Martin Tupper.

lema do “comprometimento em poesia” e interrogava acerca dos compromissos com a poesia, querendo demarcar o que ele entendia como um estado de marginalização dessa em relação a outras atividades intelectuais e supunha que: “Se tivéssemos tido melhor poesia nós teríamos menos sociologia ruim e uma política menos vazia e mentirosa. Pessoas com uma percepção mais clara não mais tolerariam essas ofensas contra a linguagem e essa trivialização dos valores” (THOMPSON 1994, p. 333, tradução minha).<sup>6</sup> Thompson enaltecia em Miguel Abensour uma leitura de Morris que realçava a importância da “educação do desejo”; nesse item – de os poetas ajudarem, não só a desejar mais, mas a desejar melhor – radica a defesa da poesia como pavimentadora da cultura intelectual, nas circunstâncias em que muitos termos haviam perdido a estabilidade de seus significados e nas quais o senso de realidade política estaria ameaçado pela retórica e por terríveis abstrações.

Uma tópica na literatura de ficção científica (ou melhor, de ficção) é a referente às maneiras validas pelo autor para firmar a verossimilhança e para suspender a incredibilidade (ALLEN s/d, p. 255-270). O acontecimento gerador de *The Sykaos Papers* (que é, ao mesmo tempo, sumário da trama) é uma máquina que sugere ter adquirido vontade própria. Thompson aludia a problemas com o computador recentemente adquirido. Sabe-se do que ele está falando e isso favorece alguma coisa. No prefácio do romance, Thompson reconhecia que aquilo tudo poderia ferir a credulidade do leitor, mas supunha que a autenticidade daquelas páginas seria evidenciada. Trata-se de um texto compósito. Prefácio, Notas, Fragmentos ditados por Oi, notícias de jornal, prontuários médicos, informes do serviço secreto, páginas de Diários, cadernos de campo, plantões televisivos, *rough music*, relatórios acadêmicos, poemas, sentenças judiciais, Apêndices, tudo isso teria sido editado por Q., Vice-Reitor do Colégio de Ajustadores e transmitido via *timewarp* para o pc de Thompson. Conjuntamente, existe todo um jogo de referências e manejo dos suportes da erudição muito beneficiado pela formação de Thompson como historiador. Helena Sage reclamava da demora no envio de seu *Bakhtin* e não viajaria jamais para a Lua sem levar o seu *Blake*. A cientificidade dessa ficção tem bases no uso de notas de rodapé, fazendo remissão a autores e obras plenamente verificáveis (pelo menos no que tange a Sykaos, mas isso já estimula a fiança em relação aos títulos de alhures e além).

A personagem da Prof<sup>a</sup> Sage favorece a pontuação de questões metodológicas concernentes à dúvida antropológica. Em seus contatos com Oi, a PhD inquietava-se com a possibilidade de que ele estivesse a representar um papel. Visto como informante, o estrangeiro poderia estar “ensaiando uma ideologia”, ao dizer apenas o tido como adequado. A intelectual seria desafiada a compreender uma cultura alienígena (*alien culture*) preservando, porém, a faculdade de uma observação distanciada. Em um de seus cadernos de campo, Helena anotara: “Extraordinariamente quão difícil é *ver* e explicar para outra

<sup>6</sup> No original: “If we had better poetry we might have less bad sociology and less empty and mendacious politics. People with cleansed perception would no longer tolerate these offences against language and these trivialisations of values”.



cultura os atos e normas mais comumente aceitos” (THOMPSON 1988, p. 165, tradução minha).<sup>7</sup>

A partir da decisão de modernizar os arsenais atômicos da OTAN, assinada em Bruxelas, em 12/12/1979, Thompson passaria a dedicar cada vez mais tempo e esforços à causa anti-nuclear e à luta em prol dos direitos humanos. O engajamento de Thompson – que fora filiado ao Partido Comunista de 1942 a 1956 – na luta pela Paz (ou, ao menos, por guerras que não fossem atômicas) e pelos direitos humanos deu-se através do CND (*Campaign for Nuclear Disarmament*) e END (*European Nuclear Disarmament*), do qual foi um dos fundadores, e por meio de seus pronunciamentos, entrevistas e escritos.

Em um texto de 1982, E. P. Thompson conjecturava:

Não podemos supor que teremos a boa sorte de ver nosso planeta invadido, na década de 1990, por monstros do espaço sideral que poderiam, em última instância, unir toda humanidade frente ao “outro” exterior. E à falta de uma fantástica operação de resgate como essa, todas as propostas parecem desejos inconscientes (THOMPSON 1983, p. 226, tradução minha).<sup>8</sup>

Em suas *Notas sobre o Exterminismo, o estágio final da civilização*, artigo de 1980, saído inicialmente em *New Left Review*, Thompson caracterizava a partir da imagem do moinho diferentes estágios de civilização. Assim, a organização feudal seria aquela da moenda mecânica, como a máquina a vapor seria característica da sociedade capitalista e industrial; então Thompson questionava qual o caráter de uma civilização na qual a ideologia, a política e a economia pareciam direcionadas para o incremento do poderio militar, de vigilância e de extermínio. Em uma passagem de *The Sykaos Papers*, Oi fugiu aos galopes de Martagon até Stonehenge, pois parecia fascinado por aquela realização. Thompson interpretava esses monumentos, símbolos de autoridade e de aspirações, como rastros distintivos de uma época; mas que somente puderam ser erguidos a partir de um excedente econômico. Subentende-se que tais civilizações, por um instante magnânimas, haviam cedo ou tarde decaído. Os monumentos da era nuclear seriam as bases de mísseis balísticos intercontinentais. Nesse sentido, complementava que:

Esse excedente, transformado em artefatos, indica o que mantém na escravidão os homens e as mulheres, e o que eles adoram: os túmulos grandiosos, os círculos megalíticos, os templos, as pirâmides, as grandes catedrais medievais, os gigantes foguetes em seus silos, o sistema de mísseis MX (THOMPSON 1985, p. 33).

Um excerto seguinte traça horizontes possíveis que guardam grande similitude com elementos e motivos de *The Sykaos Papers*:

<sup>7</sup> No original: “Extraordinary how difficult it is to see & to explain to another culture the most commonly assumed acts and norms”. Grifo no original.

<sup>8</sup> No original: “No podemos suponer que tendremos la buena suerte de ver invadido nuestra planeta, en la década de 1990, por monstruos del espacio exterior que podrían unir en última instancia a toda la humanidad frente al ‘otro’ exterior. Y a falta de una fantástica operación de rescate como ésta, todas las propuestas parecen deseos inconscientes”.

Muitos milênios depois, arqueólogos visitantes de outro planeta escavarão entre os resquícios ainda radioativos e discutirão a função do grande templo [siló de mísseis MX]. A discussão será inútil. Pois o templo será levantado para celebrar a disfunção final da humanidade: a autodestruição (THOMPSON 1985, p. 33).

Se uma parte do enredo de *The Sykaos Papers* pode ser compreendida como o processo de humanização de uma máquina (e isso poderia ser indício mais de um potencial de cooperação e entendimento, ao invés de significar uma ameaça), em outros escritos (mais particularmente, no capítulo “O cometa da loucura”, de *Star Wars*) Thompson alertava para os perigos de robotização das inteligências e de que a Humanidade quedasse supérflua perante o *software*. Aí, a maquinização dos mortais poderia, efetivamente, soar como agouro distópico. Mas *Sykaos* é também louvor ao planeta e apelo em seu nome. A especulação sobre a existência de seres alienígenas serve aí para realçar o conjunto de condições e as chances à vida encontradas na Terra, bem como para clamar por cuidados tendentes à sua preservação. No panfleto “The defence of Britain”, Thompson tratava do reconhecimento repentino em meio à caminhada em um dia bonito de que habitaria um canto favorecido do globo; em seguida, aludia ao estalo em perceber e apreciar “quão favorecido é o planeta mesmo em um universo que é em sua maior parte constituído de vacuidade e fogo e gás e pó” (THOMPSON 1985b, p. 74, tradução minha).<sup>9</sup>

Os historiadores do futuro poderiam julgar anormal a divisão da Europa e do mundo em blocos, em contraste com a sensação de familiaridade desse estado de coisas para os crescidos a partir da segunda metade do século XX. O termo mais satisfatório para o exame dessa relação era tomado de empréstimo à álgebra (isomorfismo) querendo dizer que a Guerra Fria não seria apenas condição, mas vetor. Os “falcões” de um lado alimentariam os do outro; embora Thompson advertisse que esse jogo de reciprocidade não precisava ser simétrico (os arsenais militares, midiáticos e ideológicos cresceriam em ambos os blocos, mas em ritmos e com acentos diferentes). A Guerra Fria radicava em uma hipótese (a de que o Outro seria um inimigo) e se nutria do desejo de exibir uma força bélica que desencorajasse os oponentes, base da doutrina da dissuasão. A manutenção de um mecanismo perigoso e caro como a guerra entre blocos passaria por aterrorizar a população local com informes alarmante sobre arsenais e preparativos de guerra do lado desavindo. Oitar Paz. Aos olhos alheios: Oypus, Freddie, Sapio, Oi Paz, Oi Pee, Oi, O. Em algum momento: Eu. Entre nós e eles. Em textos como *Para além da Guerra Fria* (de *Zero Option*) ou “Rituais da Inimizade” (de *Prospectus for a Habitable Planet*), Thompson mostrava-se ciente da necessidade de refrear uma visão muito fechada ou pessimista, mas considerava que ao largo da história, a figuração do Outro havia sido imprescindível para os processos de vinculação por exclusão, para o estabelecimento de identidades de grupo e dos indivíduos

<sup>9</sup> No original: “[...] how favoured this planet itself is in a universe which is mostly made up of emptiness and fire and gas and dust”.

a partir da caracterização de contrários e contendores. Alteridade seria uma projeção de desejos, necessidades e medos. As nações apelariam a tais figurações proporcionalmente à vigência de climas de instabilidade, insegurança ou dissensões políticas internas. Conforme observação feita em *Protest and Survive*: “Crises legitimam a ampliação das funções de segurança do estado, a intimidação da dissidência interna e a imposição do sigilo e do controle de informação” (THOMPSON 1980, p. 56, tradução minha).<sup>10</sup> Centrando-se no caso americano, Thompson notava a ressonância da noção de *alien*, de alguém do lado de lá da fronteira, além de advertir para a reprodução dessa ideologia daquela terra de imigrantes em jogos de computador e películas de ficção científica.

*The Sykaos Papers* inscreve-se em uma série de escritos de luta anti-nuclear; mas não deve a isso ser reduzido. Thompson era historiador de dotes narrativos<sup>11</sup>, mas a aventura de *Sykaos* é outro tipo de texto. Em “Homage to Thomas McGrath”, Thompson dizia: “Eu conspiréi com poetas e fingi ser um deles” (THOMPSON 1985b, p. 291, tradução minha).<sup>12</sup> Como o historiador praticava a Literatura? Havia, decerto, a consideração de que as artes poderiam ajudar a destravar o campo dos valores e possibilidades; mas isso não ocorreria de forma mecânica. A relação base/superestrutura foi tida como defeituosa. A prioridade ao econômico seria específica das relações capitalistas de mercado; portanto, seria simplista estender tal particularidade a outros modos de produção. Thompson também criticava a ênfase em “todo um sistema de vida” que não promovesse a interação dialética com “todo um sistema de luta”. Daí, que rechaçava o termo culturalismo (o que não evitou que a acusação de culturalista fosse esgrimida contra ele). Thompson considerou esse um termo espúrio, inventado por sistematizadores cujo ofício seria o de enrijecer diferenças e erguer fronteiras. Em *Senhores & Caçadores* argumentaria que instâncias como a lei (vista, amiúde, como estrutura ideológica) estariam na base das relações de produção. Isso não negava que os tribunais pudessem ser usados para interesses classistas; mas frisava que a justiça quedaria inócua se fosse, de saída, percebida como manipulada ou parcial. Pode-se supor que o entendimento da Literatura fosse semelhante: não um reflexo, e sim, uma reflexão; não um mecanismo, mas, uma experiência.

Em 1976, o autor concedeu entrevista a Mike Merril, divulgada a partir de esforços da *Radical History Review* e da MARHO. Nessa conversa, o inglês reprochava em seu interlocutor nova-iorquino o chiste de fazer perguntas que tinham como motivo o ato de tomar decisões. Sobre tornar-se historiador ou dedicar-se à figura de Morris, Thompson tentava esclarecer a sensação de sentir-se capturado. As circunstâncias haviam sido as do ex-combatente recém-graduado que preparava suas primeiras aulas, tanto de História quanto de Letras, em cursos extracurriculares de educação de adultos, e que cogitava

<sup>10</sup> No original: “Crisis legitimates the enlargement of the security functions of the state, the intimidation of internal dissent, and the imposition of secrecy and the control of information”.

<sup>11</sup> *Senhores e Caçadores* foi citado de forma positiva por Lawrence Stone em seu artigo sobre “O retorno da narrativa”. Hayden White, em *Trópicos do discurso*, via nas partes de *A formação da classe operária inglesa* a sequência dos *tropos*, metáfora, metonímia, sinédoque e ironia.

<sup>12</sup> No original: “I caballed with poets and pretended to be one”.

como discutir nessas classes a “significância da literatura” (o que não é o mesmo que discutir-lhe apenas o significado). Dorothy confirmava o amor de Thompson pela poesia e pelo teatro e acrescentava que, para ele, nem a História seria mero pano de fundo para o exame da Literatura, nem essa simples fonte de referência para os estudos históricos.

*The Sykaos Papers* joga com a cientificidade da ficção. Mas e a ficcionalidade da ciência? Thompson tentou discernir a lógica histórica da lógica analítica e daquela dos astrônomos, seu enfoque e sua ênfase pouco recaíram para as relações entre os relatos históricos e os literários. Paul Veyne julgava que uma página de história seria sempre mais parecida com um trecho de romance que com uma folha de física e adendava que, em 1971, a situação dessa arte (feito o teatro ou o romance, a história daria conta de homens em ação, exigiria sentido psicológico e exploraria as conexões entre o conhecimento do coração humano e as belezas literárias) seria análoga à da física no início da era moderna (VEYNE 1983, p. 285). A queixa de vários de que a história não teria efetuado uma revolução copernicana não sugere sua submissão ao modelo da física? Paul Ricoeur via a história como artefato literário e representação da realidade, isso servia à aproximação entre os relatos históricos e os de ficção (pela estrutura narrativa de configuração e sequência ou pela referência à ação humana) e *ao mesmo tempo* ao distanciamento entre ambos, pois a imaginação ficcional ignoraria a dura tarefa de lidar com documentos e de ter, inclusive, que estabelecê-los. A história conheceria limites à reformulação puramente lógica da estrutura narrativa e teria cariz de exame e investigação. Existiam regras de evidência e exigências de arquivo. Contudo, naquilo em que história é vida jazia nova imbricação entre os tipo de trama, pois os discursos narrativos dariam testemunho de historicidade (antes de escrever ou contar histórias, vivemos o âmbito do histórico) (RICOEUR 2009, p. 157-181).

Em *Miséria da Teoria*, Thompson destacou alguns pressupostos da prática historiográfica: o estatuto ontológico do passado, o diálogo entre as evidências e os referenciais teóricos e a adequação dos discursos de demonstração à coerência e ao crivo disciplinar. A realidade não seria mera figuração discursiva. O que se chama passado, de fato, foi existência. Não era um agregado de tramas separadas, mas a integralização do comportamento humano e do ser e vir-a-ser de cada instante. A relação aí precisaria de meios, evidências e conceitos. Entretanto, as análises e sínteses também seriam históricas, pois as hipóteses e as pesquisas poderiam fazer-se a partir de questões, materiais ou perspectivas novas. Ademais, o texto histórico estaria sujeito ao desmentido ou à refutação. Ampla interseção entre história e literatura encontrar-se-ia no campo dos valores, aí, sim, a discussão seria sobre o significado das coisas observadas. Mesmo operando sob os controles da disciplina, Thompson achava que isso seria ato de juízo e escolha. A função da poesia não seria a de embelezar o lugar, mas a de perguntar para onde a sociedade estaria indo. Em setembro de 1973, Thompson redigiu *My Study*:

Meu Estudo

Aqui estou, Soberano de minha liberdade, com cada suporte que  
Um poeta precisa, as horas mortas da noite,  
A "lua vermelha" por sobre um bosque inglês...

Ofício emotivo e marginal, ainda o mais ancestral  
Manejo essa máquina de escrever que vai  
Com seus braços agitados através do velho alfabeto.

Nem mesmo afiar a pena é mais poderoso.  
Cada qual em sua posição regulamentar os gigantes bocejam:  
Eu estouro meus miolos contra suas hélices e cataventos

Moinhos que trituram minha própria necessidade.  
Oh, honrem-me! Homem imperial sem patrulha  
E monarca de minha incapacidade

Para cuidar de meus desamparados camaradas enquanto eles caíam –  
Lumumba, Nagy, Allende: abecedário  
Adaptado ao nosso tempo! Em resposta ao nosso chamado

Disparo nessa ceifadeira estridente  
E tiro vocês de letra. Mas o que eu escrevo  
Não derruba nenhum interdito blindado, nem Ministros

Do Interior questionam.  
Ninguém dá-se ao trabalho de talhar e confiscar  
Meus versos para a subversão do estado:

Nem mesmo os pequenos dogmas latem.  
Levanto-me da mesa e espio o mundo.  
Lá fora as corujas estão caçando. A escuridão

Pôs a lua exangue. Olhos imperiais  
Guardam o terreno para as criaturas amistosas:  
Mortos como as horas soam os prantos de terror das presas.

Retorno à minha escrivanhinha. Se esses podem lutar  
Ou sonhar ou se acasalar, que outra criatura poderia  
Por-se fazendo marcas em um papel noite adentro?  
(THOMPSON 1985b, p. 338-339, tradução minha).<sup>13</sup>

Falando do circuito *samizdat*, Thompson anotava que na Romênia máquinas de escrever tinham que ser registradas, como se fossem algum tipo de arma. Qual, porém, seu poderio? Algumas vezes, Thompson louvou nas artes a crítica

<sup>13</sup> No original: "King of my freedom here, with every prop/A poet needs – the small hours of the night,/A harvest moon above an english corpse...//Backward unrationalised trade, its furthest yet/Technology this typewriter which goes/With flailing arms through the ripe alphabet...//Not even bread the pen is mightier than./ Each in its statutory place the giants yawn:/I blow my mind against their sails and fan//The mills that grind my own necessity./Oh, royal me! Unpoliced imperial man/And monarch of my incapacity//To aid my helpless comrades as they fall – /Lumumba, Nagy, Allende: alphabet/Apt to our age! In answer to your call//I rush out in this rattling harvester/And trash you into type. But what I write/Brings down no armoured bans, no Ministers//Of the Interior interrogate./No-one bothers to break in and seize/My verses for subversion of the state://Even the little dogmas do not bark./I leave my desk and peer into the world./Outside the owls are hunting. Dark//Has harvested the moon. Imperial eyes/Quarter the ground for fellow creaturehood:/Small as the hour some hunted terror cries/I go back to my desk. If it could fight/Or dream or mate, what other creature would/Sit making marks on paper through the night?"

ao viés pragmático ou utilitário. Mais comumente, pensando que a “história da luta de classes é ao mesmo tempo a história da moralidade humana”, destacava a importância das artes em liberar valores. Entretanto, o historiador hesitava em crer na eficácia plena das artes em modificar uma atitude geral em relação à vida: Thompson admirava Christopher Caudwell, ainda que tendesse a ver que a poesia não garantiria a agência de ninguém, sem ser através da experiência e da *stamina*. Os versos de Thompson eram circunstanciais. Tempos de guerra. Festas de Natal e Ano-Novo. Uma visita ao exército de guerreiros de terracota. As aflições da era atômica. Até mesmo baladas de amor. Desde moços os escrevia. Não eram bibelôs, eram libelos. Outra sensibilidade e outra empiria. Edward Thompson para falar de literatura fez-se historiador, para discutir a História de seu tempo fez-se poeta e romancista. Seu trabalho noite adentro. Sua luta pela vida afora.

### Referências bibliográficas

- ABENSOUR, Miguel. **O novo espírito utópico**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990.
- ALLEN, L. David. **No mundo da ficção científica**. São Paulo: Summus Editorial, s/d.
- ANDERSON, Perry. **Teoría, política e historia**: un debate con E. P. Thompson. [1980]. Madrid: Siglo XXI, 2012.
- INGLIS, Fred. (Ed.). **E. P. Thompson**: Collected Poems. Newcastle: Bloodaxe Books, 1999.
- KOSELLECK, Reinhart. **Historias de conceptos**: estudios sobre semántica y pragmática del lenguaje político y social. Madrid: Trotta, 2012.
- MARHO. **Visions of History**. New York: Pantheon Books, 1984.
- MORRIS, William. **Notícias de lugar nenhum**: ou uma época de tranquilidade. Um romance utópico. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- MÜLLER, Ricardo Gaspar; DUARTE, Adriano Luiz (org.). **E. P. Thompson**: política e paixão. Chapecó: Argos, 2012.
- RICOEUR, Paul. **Historia y narrativa**. Barcelona: Paidós, 1999.
- THOMPSON, E. P. *et. al.* **Exterminismo e Guerra Fria**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- \_\_\_\_\_. **La Guerra de las Galaxias**. Barcelona: Editorial Crítica, 1986.
- \_\_\_\_\_. La política de la teoría. In: SAMUEL, Raphael *et al.* **Historia Popular y Teoría Socialista**. Barcelona: Editorial Crítica, 1984, p. 301-317.
- \_\_\_\_\_. **Making History**: writings on History and Culture. New York: New York Press, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Opción cero**. Barcelona: Editorial Crítica, 1983.
- \_\_\_\_\_. **Senhores e Caçadores**. A origem da Lei Negra. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

- \_\_\_\_\_. **The Heavy Dancers**. London: Merlin Press, 1985b.
- \_\_\_\_\_. **The poverty of theory e other essays**. 2ª ed. London: Merlin Press, 1979.
- \_\_\_\_\_. The Rituals of Enmity. In: SMITH, Dan; THOMPSON, E. P. (ed.). **Prospectus for a habitable planet**. London: Penguin Books, 1987.
- \_\_\_\_\_. **The Sykaos Papers**: being an Account of the Voyages of the Poet Oi Paz to the System of Strim in the Seventeenth Galaxy; of his Mission to the Planet Sykaos; of his First Cruel Captivity; of his Travels about its Surface; of the Manners and Customs of its Beastly People; of his Second Captivity; and of his Return to Oitar. New York: Pantheon Books, 1988.
- \_\_\_\_\_. **William Morris**: de romântico a revolucionário. Valencia: Edicions Alfons El Magnánim, 1988b.
- \_\_\_\_\_; SMITH, Dan (ed.). **Protest and Survive**. Middlesex: Penguin Books, 1980.
- VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Lisboa: Edições 70, 1983.

# Narrativa literaria e historia, algunos puntos de debate: la concepción metahistórica de Hayden White frente a las críticas de Chris Lorenz\*

Literary Narrative and History, Some Points of Discussion: The Meta-historical Conception of Hayden White against the Criticism of Chris Lorenz

---

**Julián Zícari**

sanlofas@hotmail.com

Doctorando

Universidad de Buenos Aires

Azcuénaga 131/ 1° A

1029 - Buenos Aires

Argentina

---

## Resumen

Este artículo se propone revisar la relación entre historia y literatura a partir del debate entre el narrativismo metahistórico ofrecido por Hayden White y las críticas de Chris Lorenz a dicha propuesta. Con ese fin, primero se presentarán las líneas generales de la propuesta narrativa de White, en la cual se toman premisas de la literatura y la teoría de los tropos para pensar de un nuevo modo cómo se accede al conocimiento histórico. Posteriormente, daremos lugar a varios de los reparos presentados por Lorenz respecto de problemas que, según él, son descuidados por el narrativismo al tematizar la relación entre historia y teoría estética literaria. Finalmente, una vez repasadas las posiciones de uno y otro autor, se buscará ensayar respuestas posibles a las objeciones presentadas por Lorenz, no para zanjar la discusión sobre el tema, sino para mantener en vigencia varios de los puntos en disputa desde otras perspectivas. Se finalizará el artículo con algunas conclusiones al respecto.

127

## Palabras clave

Narrativas; Positivismo; Metodología.

## Abstract

This article revisits the relation between history and literature in the debate between metahistorical Narrativism as presented by Hayden White and the criticisms of Chris Lorenz to its proposal. To attain this goal, the article firstly presents the outlines of White's narrative proposal, in which assumptions of the literature and theory of tropes are used to think a new way of accessing historical knowledge. Next, it presents several objections presented by Lorenz regarding problems that, in his view, are overlooked by Narrativism in its approach to the relation between history and literary aesthetic theory. Finally, after examining both positions, the article seeks to test possible answers to the objections raised by Lorenz, not as an attempt to settle the debate on the subject, but, instead, to maintain the validity of several disputed points from other perspectives. The article ends by presenting some conclusions on the theme.

## Keywords

Narratives; Positivism; Methodology.

---

Recibido el: 26/7/2014

Aceptado el: 11/11/2014

---

\* El autor quiere agradecer muy sinceramente los comentarios, sugerencias y observaciones de los evaluadores anónimos, los cuales han enriquecido este trabajo. Esta investigación ha sido financiada por el Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Conicet).



## Un debate entre tropos, tramas y objeciones

Hace ya 25 años David Harlan señaló, en un recordado y polémico artículo, que “el retorno de la literatura ha sumido a los estudios históricos en una extendida crisis epistemológica” (HARLAN 1989, p. 581, traducción nuestra).<sup>1</sup> De este modo, se señalaba que el cruce entre la literatura y la historia necesariamente iba a comprometer nuestra mirada sobre un pasado considerado inmóvil y determinable, replanteando así nuestras posibilidades de representación histórica y poniendo en cuestión nuestra capacidad de ubicarnos a nosotros mismos en el tiempo (HARLAN 1989, p. 581). Si bien las premisas de Harlan fueron rápidamente discutidas y cuestionadas (HOLLINGER 1989, p. 610-621), lo que es cierto es que las tensiones del cruce entre historia y literatura no han dejado de problematizarse. Por un lado, porque tal cruce nos ha provisto de un terreno fértil para repensar nuestra vinculación con el pasado y, por otro, porque las rutas que habilitó no han dejado de ofrecer también nuevos problemas, sobre todo en el plano teórico y epistemológico (CARR 1993). En ese sentido, en este trabajo no se intentará revisar todos los problemas y tensiones del cruce entre literatura e historia, sino tan sólo se buscará poner en diálogo a dos autores, buscando repasar los términos de su debate.

Así, en primer lugar, intentaremos presentar la propuesta metahistórica de Hayden White, en la cual señala que nuestro acceso y construcción del conocimiento histórico están dados por su estructura narrativa. Frente a esa mirada, trataremos de contraponer los reparos presentados por Chris Lorenz, quien, mediante diversos argumentos, cree invalidar la mirada presentada por White señalando varias debilidades de su enfoque. Es así que, a continuación, buscaremos ofrecer respuestas tentativas que, desde el narrativismo, se pudieran dar a los planteos de Lorenz. En este caso, los señalamientos que presentaremos no buscarán dirimir los puntos en disputa, sino simplemente brindar elementos para la discusión. Finalmente, el trabajo ofrecerá algunas conclusiones con vistas a nuevas formulaciones que podrían continuar el debate presentado.

128

## El narrativismo de Hayden White: entre la metahistoria y la literatura

La historia es la narración de los hechos tenidos por verdaderos.  
Voltaire

Hayden White irrumpió fuertemente en la escena intelectual del conocimiento histórico a mediados de los años 1970 con su célebre *Metahistoria. La imaginación histórica en la Europa del siglo XIX* (2010). En este caso, su original conclusión fue señalar que la obra histórica era por sobre todas las cosas “una estructura verbal en forma de discurso en prosa narrativa” (WHITE 2010, p. 9). En decir, lo que hizo fue señalar que la relación entre narración y conocimiento histórico no puede trivializarse, ya que la vinculación entre ambos ha distado mucho de ser transparente.

<sup>1</sup> En el original: “The return of literature has plunged historical studies into an extended epistemological crisis”.

En efecto, según White, el canon dominante de la historiografía tradicional (Tocqueville, Burckhardt, Braudel, etc.) llamó a rechazar la narración como elemento constitutivo del sentido histórico, puesto que esos autores suponían que la realidad que percibían no era narrativizada al configurar un relato histórico, sino que era un discurso que *relataba directamente* el mundo que decían percibir. De esa forma, la historiografía tradicional entendía que usaba la narración sólo como una herramienta subordinada y no como aquello constituyente de sus relatos y sentidos. En cambio, para White, precisamente, es necesario revisar el lugar que se le dio a la narrativización a fin de conformar conocimiento histórico: ésta no debe ser relegada a un papel de simple herramienta periférica, destinada a la invisibilización, sino, más bien, ocupar un rol central a la hora de abordar el conocimiento histórico. Es decir, según White, si el pasado, por definición, no es observable en forma directa, debe ser reconstruido narrativamente por los historiadores bajo una presentación formal-teórica similar a la utilizada en el campo de la literatura, ya que es ese mismo relato el que le da forma a los hechos del pasado.<sup>2</sup> Señala White (2010, p. 42): “[e]s imperativo, por lo tanto, cuando se analizan representaciones supuestamente ‘realistas’ de la realidad, determinar el modo poético dominante en que está expresado su discurso”.

En esa dirección, para White, el problema de la narrativización en historia debe pensarse en función de cómo se traduce el conocimiento en relato; es decir, se trata del problema de configurar la experiencia humana en una forma asimilable a estructuras de significación para que aquélla adopte un orden de sentido. Así, para White, la narrativa es un metacódigo que, al estructurar aquello que cuenta, lo configura: construye con su propia trama el orden y la coherencia, estableciendo su sentido. De esa forma, la falta de narrativa o su rechazo pueden equivaler a la ausencia misma de significación. Es por eso que, para White, las partes intervinientes de la narración —por ejemplo, la información histórica suministrada—, al conformar la trama y ser parte de ella, logran su propia forma comprensiva y comprensible, ya que las narraciones dependen, no sólo de la visión político-moral del pasado propia del historiador, sino, y principalmente, de la forma verbal (poética o literaria) con la que se construyen.<sup>3</sup>

En ese sentido, para White, la narrativa, al darle la forma a los relatos, funciona como una *imposición* de aquello que establece; es decir, le da una *imposición* al relato en la medida en que la representación de los acontecimientos, hechos y personajes intervinientes es animada por una pretensión de verdad y ellos están entrelazados por la forma lógica que los implica. Su emergencia y

<sup>2</sup> No viene mal recordar la ya clásica cita de otro importante narrativista, el holandés Frank Ankersmit (1981, p. 19): “Más cercana a la narración está la novela y, entre todos los tipos de novela, por supuesto, es la novela histórica la que más se acerca a la narración”. White señala algo parecido y en la misma dirección: “Yo he invertido, en cierto sentido, su formulación [la de historiografía tradicional]. Ellos preguntan: ¿cuáles son los componentes ‘históricos’ de un arte ‘realista’? Yo pregunto: ¿cuáles son los elementos ‘artísticos’ de una historiografía ‘realista’?” (WHITE 2010, p. 18 n. 4).

<sup>3</sup> Señala White (2010, p. 15): “[la] posición [de los relatos históricos] como posibles modelos de representación o conceptualización histórica no depende de la naturaleza de los ‘datos’ que usaron para sostener sus generalizaciones ni de las teorías que invocaron para explicarlas; depende más bien de la consistencia, la coherencia y la fuerza esclarecedora de sus respectivas visiones del campo histórico. Por eso no es posible ‘refutar’ o ‘impugnar’ sus generalizaciones [...] Su categorización como modelos de narración y conceptualización históricas depende, finalmente, de la naturaleza preconceptual y específicamente poética de sus puntos de vista sobre la historia y sus procesos”.

despliegue se constituye en el relato mismo del que forman parte. La narrativa, con su propia forma, les impone a ellos la suya junto a sus vinculaciones. Así, la narrativa histórica, “al hablar por sí misma”, se expresa mediante una modalidad significativa de su propia trama: aquello narrado. De esa manera, los elementos del relato no sólo son configurados por la narración, sino que emergen de la estructura de la trama, estando subordinados a ella. Es por eso que la relación entre escritura, teoría literaria de los tropos y discurso cobra un particular interés a la hora de entender nuestra relación con el pasado —la cual no debe descuidarse— y cómo figuramos éste último.<sup>4</sup> Eso es así porque, como en la literatura, los hechos históricos que se narran y la forma en que se los trama no se distinguen, de modo que las dicotomías tales como forma y contenido (o el qué frente al cómo) se disuelven constituyendo el propio relato expresado (de ahí el título de un libro de White, *El contenido de la forma*).

130

Gracias a la trama *narrativizada*, la realidad adquiere un aspecto de regularidad y orden (una coherencia de sentido) que, como dijimos, al ser impuesta por el relato, presenta un aspecto de globalidad e integridad en la historia que es en última instancia lo que el discurso sobre el conocimiento histórico pretende establecer. Escritura, análisis y estructuras se implican mutuamente y no pueden ya desvincularse. Parafraseando a Kant, White señala que “las narraciones históricas sin análisis son vacías y los análisis históricos sin narrativas son ciegos” (WHITE 1992, p. 21), ya que la narrativización implica que los enunciados individuales que compone no puedan retener su significación por fuera de ella: cualquier representación “fáctica” debe ser figurada e incorporada a un relato para no perderse en el caos y la anarquía del sinsentido. Estos sucesos y hechos son “seleccionados” por medio de un recorte que construye el relato narrativo: su inicio, modo de vinculación, forma de resolución, etc., son implicados en cada caso según un juzgamiento *estético/moral* del historiador.<sup>5</sup> Señala White, así, que el conocimiento histórico se produce bajo la forma de la teoría trópica del relato de cuatro maneras: 1) su tipo de prefiguración (metáfora, metonimia, sinécdoque e ironía), 2) su modo de tramar (romántico, trágico, cómico y satírico), 3) su manera de argumentar (formista, mecanicista, organicista y contextualista) y 4) en relación con formas de implicación ideológica (anárquica, radical, conservadora y liberal) (WHITE 2010, p. 39). En este caso, entonces, los diversos tropos se articulan entre sí para conformar una trama particular, sin ser las diversas variantes trópicas modos exhaustivos de cada una, pudiendo existir otras. En esa dirección, señala White que las elecciones de cada tipo de tropo por parte de un historiador “sirven como presuntas leyes de

<sup>4</sup> Frente a las objeciones que acusan al narrativismo de solo determinar, con la recuperación de la literatura en la historia, la primacía del lenguaje y del discurso como mero mentalismo, White señala: “La tropología es una teoría del discurso, no de la mente o de la conciencia. Aunque supone que no se puede evitar la figuración en el discurso, la teoría, lejos de implicar un determinismo lingüístico, busca proporcionar el conocimiento necesario para una libre elección entre diferentes estrategias de figuración” (WHITE 2003, p. 171).

<sup>5</sup> Dice White: “en la medida en que un historiador proporciona una ‘trama’ que da algún tipo de coherencia formal a los sucesos del relato que narra, está haciendo lo mismo que hace el científico cuando identifica los elementos de la argumentación nomológico-deductiva en que debe organizar su explicación” (WHITE 2010, p. 23).

explicación histórica” (WHITE 2010, p. 22),<sup>6</sup> conformando el verdadero marco conformativo del conocimiento histórico. La estructura narrativa es, de este modo, la verdadera metahistoria del relato, constituye las condiciones de posibilidad del cual emerge. Así, para White, el historiador, “[h]ace su relato incluyendo algunos hechos y excluyendo otros, subrayando algunos y subordinando otros. Este proceso de exclusión, acentuación y subordinación se realiza con el fin de constituir un relato de un tipo particular. Es decir, el historiador ‘trama’ su relato” (WHITE 2010, p. 17).

De esa forma, cada “recorte del relato histórico” demandará una moralización estética efectuada por medio de su tipo de narrativa. Según la visión de White, la representación de los hechos históricos deberá apelar a la narrativa (y su juzgamiento moral) si deseamos que tales hechos tengan la coherencia, integridad, plenitud y cierre que les atribuimos (y necesitamos atribuirles) para considerar el conocimiento histórico como una disciplina. No es cuestión de discutir si los hechos narrativizados son o no ficcionalizados de forma tal que se evada la realidad, ya que, según White, “[s]i sólo fuese realismo de presentación, podría defenderse considerablemente la modalidad de los anales y la crónica como paradigma de forma en que la realidad se presenta a la percepción” (WHITE 1992, p. 37). Eso no ocurre actualmente en el discurso histórico, como, a su vez, tampoco exime a dichos procedimientos de elementos morales y/o estéticos. Como lo demuestra exquisitamente White, aun los anudamientos de proposiciones meramente descriptivas como los que se observan en las crónicas y anales y que, intuitivamente, se podría pensar que fueran neutrales en términos ideológicos/morales, igualmente conforman una mirada sobre el mundo que no es de ningún modo aséptica (WHITE 1992, Cap. 1), sino presa de sus propios presupuestos estéticos, morales y políticos. Por eso, es la creación de la trama narrativa la verdadera operación intelectual que permite vincular los hechos aislados —acontecimientos— y aportarles un sentido, realizando una “síntesis de lo heterogéneo”. Así, la historia, según la narrativa, es un cruce de caminos entre los conceptos (juzgamientos morales, estéticos, ideológicos, etc.) y hechos de referencia, “fácticos”, que son expresados por medio del relato construido por el historiador y que se ofrece como una representación posible de una parte del pasado.

### Los límites al narrativismo: las críticas de Chris Lorenz

En la historia, una vez eliminada la verdad, resulta un relato inservible.  
Polibio

Chris Lorenz ha buscado invalidar varias de las tesis sostenidas por el narrativismo de White. El autor señala que la caracterización de las narrativas

<sup>6</sup> En otra obra señala: “No hay necesidad, lógica o natural, que gobierne la decisión de tramar una secuencia dada de acontecimientos como una tragedia más que como una comedia o un romance [...] Ello se debe a que los relatos no son vividos; no hay relatos reales. Los relatos son contados o escritos, pero no encontrados” (WHITE 2003, p. 156).

históricas como “fccionales” y/o “metafóricas” no es pertinente. Lorenz (1998, p. 310) entiende que a partir del narrativismo la filosofía de la historia se ha alejado de la filosofía de las ciencias y de la ciencia social para acercarse a la filosofía del arte, la literatura, la retórica y la estética, descuidando importantes aspectos metodológicos de su propia disciplina. Por ejemplo, según Lorenz, en su celo por corregir la tradicional forma de identificación de la historia profesional con algunos aspectos del positivismo clásico, el narrativismo terminó omitiendo por completo la investigación histórica de las características que identifican la disciplina. De ese modo, realizó, paradójicamente, una inversión en la cual retiene aquello que combate sin modificar los términos del debate. Para presentar el punto de vista de Lorenz, he reconstruido sus argumentos críticos sobre el *narrativismo metafórico* agrupándolos en cinco tipos.

El primer argumento crítico contra el narrativismo se basa en rechazar su afirmación de que la forma de la narrativa histórica debe dejar de lado una noción de verdad como “correspondentista”. En este caso, según Lorenz, el narrativismo, para sostener esa tesis, debe apelar a la *forma lógica* del “o bien o bien” [*either-or logic*], según la cual los usos del lenguaje sólo podrían ser de dos tipos: o bien “el literal”, o bien “el figurado”. Esta distinción es retenida de los planteos positivistas, pero ahora valorada del modo inverso: mientras antes el positivismo privilegiaba los enunciados “con datos” y subordinaba lo figurativo a “mero palabrerío”, el narrativismo asciende el lenguaje metafórico al núcleo articulador de lo real, reemplazando así empirismo por estética al relegar “los datos” a *mera descripción* (LORENZ 1998, p. 310).<sup>7</sup> De esa forma, sigue sosteniendo la dicotomía entre observación empírica “objetiva” e interpretación “subjetiva”. Así, según Lorenz, el narrativismo termina por negar la pretensión de verdad de la narrativa histórica, cometiendo un gran error, ya que la historia, para ser una disciplina como tal, no puede desmerecer su base empírica y la relación con los datos, si es que no quiere convertirse en una mera forma de arte más. El autor concluye señalando críticamente que “sin el empirismo, simplemente no hay argumentos plausibles para los principios básicos del narrativismo metafórico” (LORENZ 1998, p. 315, traducción nuestra).<sup>8</sup>

El segundo argumento crítico contra el narrativismo se basa en no aceptar tampoco la propuesta narrativa de que las metáforas narrativas son autoexplicativas por sí mismas; esto significaría que toda explicación por *narrativa* excluiría así a las *explicaciones causales*. En efecto, cuando se afirma esto, en última instancia, se termina realizando una nueva inversión de las premisas positivistas, reteniendo igualmente sus esquemas. Si el positivismo señalaba que sin causas no es posible establecer explicaciones, para el narrativismo

<sup>7</sup> Del mismo modo, Lorenz señala que el narrativismo lleva, incluso, la forma lógica del “o bien o bien” hasta un extremo: “o bien las afirmaciones del conocimiento pueden ser firmemente fundadas en datos empíricos, o bien las exigencias de conocimiento son arbitrarias y un mero producto de la imaginación. Se supone así que [para el narrativismo] la *fantasía* es la única alternativa para la única oposición al *fundamento*” (LORENZ 1998, p. 313, traducción nuestra, cursivas de Lorenz). En el original: “either knowledge claims can be firmly founded in empirical data, or claims to knowledge are arbitrary and a sheer figment of imagination. *Fantasy* is thus presupposed to be the only alternative for and only opposition to *foundation*”.

<sup>8</sup> En el original: “without empiricism there simply are no plausible arguments for the basic tenets of metaphorical narrativism”.

(sobre todo en la versión de Ankersmit), ocurre lo opuesto: cualesquiera que sean las conexiones explicativas, los vínculos no son causales por sí mismos, sino que están dados por el relato (LORENZ 1998, p. 318). Así, el narrativismo, al rechazar el *modelo de cobertura legal*, debió adherir a su reverso: “aceptar una variedad ilimitada de explicaciones narrativas empíricamente indecibles y la sustitución de criterios epistemológicos por criterios estéticos” (LORENZ 1998, p. 323, traducción nuestra).<sup>9</sup> De igual modo, el narrativismo tampoco en este caso lograría salir, una vez más, de la forma lógica binaria del “o bien o bien” retenida del positivismo. Como lo señala Lorenz:

*o bien* la narrativa del historiador es un simple subproducto de la investigación, como lo habría considerado la visión positivista “tradicional”, *o bien* no tiene en absoluto nada que ver con la investigación. *O bien* las narrativas de los historiadores están empíricamente fundadas — como lo habría considerado la visión positivista “tradicional”— *o bien* las narrativas históricas no tienen en absoluto fundamentos empíricos y son un producto de la imaginación histórica. *O bien* el lenguaje es transparente y referencial *vis-a-vis* la realidad —como lo habría considerado la visión positivista “tradicional”— *o bien* el lenguaje es autorreferencial y opaco (1998, p. 314, traducción nuestra, cursivas de Lorenz).<sup>10</sup>

La tercera crítica se centra en señalar que el narrativismo no da el “sendero de la ciencia verdadera” [*The Path of Real Science*], es decir, no ofrece una fórmula general que funcione como forma prototípica de la construcción de relatos (LORENZ 1998, p. 319) porque supone que no vale la pena hacerlo, ya que considera que toda construcción lingüística *narrativizada* impone a los hechos sus propias formas frente al caos. Así, al no privilegiar un procedimiento o dar pautas metodológicas valorativas específicas, el modo en que los tropos y estructuras de las tramas deben ser considerados como explicativos no resulta evidente, siendo esta una importante falencia metodológica. En este caso, ese descuido del narrativismo bloquearía formas comparativas (y objetivas) que nos indiquen cuándo la obra de un historiador es mejor que la de otros, destacando los trabajos importantes de aquellos que no lo son. De esa manera, sin procedimientos de validación pautados, cada narrativa estaría en pie de igualdad con las demás y se perderían los parámetros críticos de la disciplina.

La cuarta crítica al narrativismo señala que éste contrasta y enfrenta “conocimiento” con “interpretación”, identificando a ésta última con narrativización/ficcionalización, lo cual lo llevaría, en última instancia, a un abandono de la epistemología y la racionalidad (LORENZ 1998, p. 327). Así, según Lorenz, el problema fundamental de White y del narrativismo en general<sup>11</sup>

<sup>9</sup> En el original: “embracing an unlimited variety of empirically undecidable narrative explanations and the replacement of epistemological by aesthetic criteria”.

<sup>10</sup> En el original: “either the narrative of the historian is a simple by-product of research, as the “traditional,” positivistic view would have it, or it has nothing to do with research at all. Either the narratives of historians are empirically founded—as the “traditional,” positivistic view would have it— or historical narratives have no empirical foundations at all and are the product of literary imagination. Either language is transparent and referential vis-à-vis reality—as the “traditional,” positivistic view would have it— or language is self-referential and opaque”.

<sup>11</sup> Es necesario señalar que gran parte del análisis crítico realizado por Lorenz está dirigido al narrativismo como un todo y que una de las mayores dificultades de lectura que impone su artículo —y su producción— reside en la confusa y descuidada mixtura que realiza de los argumentos de White y de Ankersmit alternativamente

es su alianza inquebrantable con el fundacionalismo y —finalmente— con el escepticismo (aquí el escepticismo sería una consecuencia lógica frente a las “arbitrariedades” de cualquier selección estética/moral, ya que no habría, finalmente, “fundamentos sólidos últimos”). De ese modo, señala Lorenz (1998, p. 321) que, como el narrativismo rechaza cualquier fundamento, dado su “antirreduccionismo” (porque identifica conocimiento fundamentado con “absoluto”), sólo nos ofrece como contraposición la “fantasía y la imaginación” (LORENZ 1998, p. 313) y una fuga hacia el arte. Así, esa ‘libertad artística’ [*artistic freedom*], como la llama Lorenz, sin restricciones, dejó al narrativismo gravemente enfermo de subjetivismo, olvidando que la historia es una disciplina con controles intersubjetivos que requiere criterios epistémicos para sus validaciones. Por eso, una vez más, el narrativismo conservaría la dicotomía profunda del positivismo al contraponer observación empírica “objetiva” a interpretación “subjetiva” (LORENZ 1998, p. 314).

Finalmente, como quinta crítica, Lorenz sostiene que la diferencia entre “enunciados individuales” y “narrativas completas” es, a diferencia de lo que sostiene el narrativismo, *una diferencia de grado y no de naturaleza* (LORENZ 1998, p. 325). Según el autor, las narrativas no pueden ser simplemente presentadas o “relatadas” sin más, sino que requieren un apoyo tanto empírico como lógico para poder ser aceptadas. Por eso, no pueden desconectarse de su contenido referencial en el uso del lenguaje por la mera ficcionalización, como tampoco hacerlo en pro de la relación entre la investigación histórica y su escritura (según Lorenz, un importante descuido del narrativismo). En efecto, no se puede despojar al campo histórico de su base empírica, convertido en tan sólo retórica y/o escritura.

134

### Respuestas posibles frente a las objeciones

El historiador es necesariamente selectivo. La creencia en un núcleo óseo de hechos históricos existentes objetivamente y con independencia de la interpretación del historiador es absurda, pero difícilísima de desarraigar [...] En general, puede decirse que el historiador encontrará la clase de hecho que busca. Historiar significa interpretar.  
Edward H. Carr

En este apartado intentaré aportar nuevas consideraciones con respecto a los planteos de Lorenz, buscando extraer de las críticas señaladas al narrativismo algún tipo de respuesta válida. En pos de ello, buscaré dar elementos que permitan conferir mayor fertilidad al debate, permitiendo que siga vivo al relanzar los términos de la discusión. Para eso, intentaré esbozar nuevos argumentos que mantengan vivos los nudos problemáticos de la polémica.

Vimos que la primera crítica de Lorenz busca señalar que el narrativismo termina cayendo en antinomias inconvenientes que se encuentran atrapadas

---

y según convenga a sus propósitos críticos. Eso no sólo se nota en la falta de citas para sostener algunas de sus caracterizaciones, sino también en la construcción de un esbozo general del narrativismo, al cual atribuye varias proposiciones genéricas que, luego, indebidamente, pretende rebatir con sus argumentos.

bajo la forma lógica del "o bien o bien". En efecto, el narrativismo realizaría una inversión del positivismo sin dejar de lado sus esquemas: en vez de valorar por sobre todo "los datos", privilegiaría el relato. Creo que el "correspondentismo" que señala Lorenz no sería válido dentro de la perspectiva narrativista; primero, porque no estoy de acuerdo con que White o algún otro narrativista señalen dicotomías entre su base empírica y la narración, ya que el postulado básico es, justamente, el de que la propia forma narrativa es la que produce y permite integrar los datos históricos que intenta explicar. En ese sentido, si bien puede haber cierta demarcación entre un "dato" y la estructura de su relato, creo que cuando se lo delimita es desde un presupuesto explícito: no serían una *dualidad excluyente* en la que "hechos" y "palabras" tuvieran caminos separados que habría que hacer "corresponder" según un tipo de formulación, sino, en todo caso, un *dualismo inclusivo*, del mismo tipo que, en las explicaciones históricas, lo son "estructura y coyuntura" o también "sujeto e institución". En efecto, se trata en este caso de dualismos como elementos que conforman partes integrantes y que (co)pertenecen el uno al otro (por ejemplo, los sujetos no son algo distinto de las instituciones a las que pertenecen y viceversa) (VILAR 1980, p. 95). De hecho, para el narrativismo no hay una diferencia "ontológica" entre la dimensión fáctica y su figuración: no son dos ámbitos heterogéneos que habría que hacer coincidir, sino tipos de codificación que la misma trama histórica busca constituir en un mismo movimiento (TOZZI 2009a, p. 114).<sup>12</sup>

Con respecto a la segunda crítica, en la cual Lorenz señala que el narrativismo deja de lado los nexos causales como forma explicativa en pos de basarse en la "libertad artística" para construir relatos, creo que en ella también hay un presupuesto epistemológico en disputa. En efecto, como lo han señalado varios autores, las ciencias sociales no pueden recurrir a la misma metodología que las denominadas "ciencias duras", como la física o la biología, que apelan a leyes universales y condiciones iniciales constantes para ratificar (o refutar) sus postulados. En el caso de la historia eso no es posible,<sup>13</sup> ya que sólo cuando tenemos *todas* las condiciones para producir un hecho como la revolución francesa es posible "obtener" como resultado la Revolución Francesa misma. En ciencias sociales no hay leyes universales explicativas, ni hay una lógica trascendente que pueda regular las lógicas históricas. Por eso, más que lograr *explicaciones* dentro de los esquemas de cobertura legal, lo mejor que se puede obtener son *comprensiones* sobre los procesos lo más logradas posible. En ese sentido White considera que los relatos históricos se ven, necesariamente, obligados a hacer *elecciones* entre estrategias interpretativas posibles (bajo las articulaciones de los tropos), siendo esas elecciones muchas veces rivales entre sí. Al respecto, dice White, sobre la conformación de la producción que nos permite acceder al pasado: "esto significa que las explicaciones históricas tienen que basarse en distintos presupuestos metahistóricos sobre la naturaleza del campo histórico,

<sup>12</sup> Es interesante notar que el mismo Putnam, al que Lorenz dice estar siguiendo, separa entre dualismo y dicotomía en una diferenciación similar a lo que nosotros llamamos "dualismo excluyente" y "dualismo incluyente".

<sup>13</sup> Una reposición sobre este debate se puede encontrar en TOZZI 2009b.



presupuestos que generan distintas concepciones del tipo de explicaciones que pueden utilizarse en el análisis historiográfico” (WHITE 2010, p. 23). Y agrega posteriormente: “No puedo afirmar que una de las concepciones del conocimiento histórico favorecida por determinada ideología sea más ‘realista’ que las demás, porque justamente en lo que discrepan es en la cuestión de qué es lo que constituye un criterio adecuado de ‘realismo’” (WHITE 2010, p. 36).

Con respecto a la que he señalado como tercera crítica de Lorenz al narrativismo (en la cual éste no ofrecería una propuesta valorativa con respecto a la producción y a la metodología, sin privilegiar un procedimiento frente a otro), creo que se liga directamente a lo recién destacado. En todos los casos, creo que las propias pautas de valoración de una narración son las que permiten apreciar sus logros o invalidarlos. Los criterios estéticos y tropológicos no pueden ofrecer por sí mismos una referencia *a priori* para su formulación, ya que, en cada caso, los receptores podrán sentir mayor o menor afinidad con las elecciones estético-morales realizadas; pero lo que no es de ningún modo aceptable para el narrativismo es alguna premisa metahistórica que pudiera vislumbrarse como plenamente “neutral” y que sea irrestrictamente válida. Así, señala White:

[e]n mi opinión, no hay terreno extraideológico en el cual juzgar entre concepciones rivales del proceso y el conocimiento histórico que las ideologías invocan. Porque, como tales concepciones tienen su origen en consideraciones éticas, la adopción de determinada posición epistemológica por la cual juzgar su adecuación cognoscitiva no representaría más que otra elección ética (2010, p. 36).

## 136

Y remata después: “[no] puedo afirmar que una concepción del conocimiento histórico sea más ‘científica’ que las demás sin prejuizar el problema de cómo debería ser una ciencia específicamente histórica o social”.

Así, la viabilidad y/o aceptación de los relatos no depende de algún “sendero de la verdad científica” preestablecido, como le gustaría a Lorenz, sino de la propia forma de configuración de la trama narrativa. En ese sentido, creo que el narrativismo no desmerece la base empírica y/o los criterios metodológicos. En todos los casos, son importantes éstos como argumentos críticos a la hora de valorar una investigación frente a otra. Sin embargo, nunca terminan por ser perentorios. Al igual que en las “ciencias duras”, las interpretaciones son falseables, refutables, y pueden perder consenso tan rápido como lo adquirieron, como también, por más que existan en algunos casos consensos mayoritarios y/o hegemónicos, éstos son tan frágiles como en dichas ciencias, nunca llegando a ser absolutos. De esa manera, no me parece que el narrativismo se desentienda de la pretensión de verdad en historia, sólo señala que la forma de establecer dicha pretensión dependerá de la propia fuerza del relato construido y de los elementos a los que apela en la conformación de su trama (capacidad heurística, base empírica, análisis crítico, rigor metodológico, complejidad sociopolítica, etc.). Por eso, el valor de una narrativa no ofrece como único criterio la “libertad artística”, como se sugiere, sino un proceso bastante más complejo. El mismo White señala que “[u]n verdadero relato narrativo, [...] es menos un producto

del talento poético del historiador, tal como se concibe la presentación narrativa de los acontecimientos imaginarios, que el resultado necesario de una aplicación correcta del 'método' histórico" (WHITE 1992, p. 42-43).

Si tenemos en cuenta que, como lo señalé al presentar la cuarta crítica al narrativismo, Lorenz entiende que el narrativismo enfrentaría con sus postulados "conocimiento" con "interpretación", oponiendo así "criterios objetivos" a apreciaciones "subjetivas y estéticas", las consecuencias que se desprenderían de ello serían simplemente el abandono de toda epistemología y racionalidad. Creo que ese desacuerdo es uno de los puntos claves del debate. Por ejemplo, tratemos de postular una premisa básica del narrativismo: ningún historiador discute hechos, fechas y acontecimientos; la base "empírica" tal como la distingue Lorenz, en general, es aceptada por todos. Nadie discute que Salvador Allende fue derrocado en 1973 o que Colón llegó a América en 1492. Lo que suele estar en disputa es cómo vincular esos hechos y qué peso tienen sus explicaciones. No es lo mismo señalar que el agotamiento del patrón de acumulación de la segunda postguerra se debió a los aumentos bruscos del precio del petróleo que responsabilizar por eso a "los altos salarios" de los trabajadores, que hacían reducir la rentabilidad del capital. En ese sentido, para el narrativismo, es la interpretación la responsable de configurar las relaciones entre los elementos, aplicándoles una carga valorativa diferencial en cada caso interpretativo. Hay siempre, como el mismo Lorenz reconoce, una "carga teórica de las pruebas": una valoración dependerá, en última instancia, de disposiciones morales, políticas y estéticas no reducibles a reconciliación *racional* (lo cual no implica irracionalismo o ausencia de fundamentos en cada caso).

137

En la misma dirección, creo que el narrativismo no renuncia a la pretensión de verdad en la historia, o más bien, no renuncia a señalar la existencia misma del pasado, sino que tan sólo intenta problematizar cómo se accede a él: la disputa es sobre qué entendemos por realidad histórica y sobre cómo la configuramos. De ese modo, no supone —una vez más, como lo afirma Lorenz— que "la libertad artística" sea irrestricta, sino que las limitaciones están dadas por el propio campo histórico: una narrativa muy poco verídica, alejada de los hechos históricos compartidos, que establece relaciones poco operativas, sin argumentaciones sólidas o carente de base epistémica alguna, tiene muy pocas chances de ser aceptada. Por otro lado, el problema de la separación entre "interpretación" y "conocimiento" que Lorenz le objeta al narrativismo me parece que no puede sostenerse como tal, puesto que, precisamente, el planteo de White se esfuerza por evitar el establecimiento de una relación de oposición o condicionamiento entre una cosa y la otra. Así, no puede haber enfrentamiento o privilegio alguno que pueda ser concedido a instancia alguna, sencillamente porque no hay dos cosas en contraposición. "Las disputas historiográficas sobre el nivel de 'interpretación'", dice White, "son en realidad disputas sobre la 'verdadera' empresa del historiador" (WHITE 2010, p. 23).

Finalmente, esto último nos sirve para intentar responder a la quinta crítica de Lorenz al narrativismo, dirigida principalmente contra el antirrealismo de Ankersmit, para lo cual podemos tomar un clásico razonamiento propuesto por Platón. Si, para Platón, es la idea del Bien la que le permite al intelecto acceder

“a la verdad”, en forma análoga a como la luz del Sol es la responsable de que los ojos puedan ver, en nuestro caso, creo que son las *narrativas completas* las que iluminan los *enunciados singulares* y nos permiten reconocerlos a la luz de su interpretación.<sup>14</sup> Del mismo modo, recuperando el perspectivismo nietzscheano, podemos afirmar que *nunca hay tan sólo hechos, sino interpretaciones de ellos*. En efecto, las narrativas completas funcionan como una suerte de efecto *gestalt* total, donde el todo es mayor que la suma de sus partes. Como dijimos antes, para el narrativismo, los relatos no pueden ser evaluados exclusivamente en términos lógicos ni descomponerse en enunciados simples o complejos, ya que su estructura es la trama que les da sentido. Por eso, los datos “desnudos” en sí mismos, si acaso pudieran existir, son incapaces de determinar nuestra forma de entender el pasado: siempre necesitamos alguna configuración de sentido o forma de discurso —una narrativa— para representarnos la historia.<sup>15</sup>

### A modo de cierre

La historia es el producto más peligroso que haya elaborado la química del intelecto [...] La historia verifica lo que uno quiere, no enseña rigurosamente nada, porque contiene todo y da ejemplos a todos.  
Paul Valéry

138

A lo largo de este trabajo he intentado reponer los términos del debate entre la propuesta narrativista de Hayden White y los reparos críticos de Chris Lorenz. He buscado presentar las respectivas posiciones y buscar dar algún tipo de respuesta a las objeciones de Lorenz. Igualmente, una vez realizado esto, creo que el narrativismo debe poder reforzar algunos de los puntos débiles señalados por Lorenz.<sup>16</sup> A su vez, en todos los casos, me parece que es necesario recuperar los diversos puntos debatidos, relanzando los términos en discusión, para así intentar alcanzar una mejor aproximación sobre nuestro pasado.

### Referências bibliográficas

- ANKERSMIT, Frank. **Narrative Logic. A Semantic Analysis of the Historian's Language**. Groninjer: Martinus Nijhoff, 1981.
- CARR, Graham. Literary History: Convergence or Resistance? **Acadiensis**, v. XXIII, n. 1, p. 159-179, 1993.
- HARLAN, David. Intellectual History and the Return of Literature. **American Historical Review**, v. 94, n. 3, p. 581-609, 1989.

<sup>14</sup> Heidegger utiliza la famosa “alegoría del sol” de Platón (*República* 506e) para señalar que todo conocimiento finalmente tiene una premisa de valor moral como su presupuesto. En efecto, Platón traza la analogía señalando que, así como el ojo reconoce los objetos porque existe la luz del sol que ilumina, posibilitando ver, así el intelecto reconocería lo verdadero porque la idea del *Bien* se lo permitiría. Es decir, el filósofo se basa en un razonamiento circular principalmente moral: es, ante todo, porque *reconocemos* qué es el *Bien* que podemos *reconocer* lo *verdadero*; así el “mundo” pasa primero por los “valores” (HEIDEGGER 1953, p. 20).

<sup>15</sup> Señala White (2010, p. 14): “consideraré la obra histórica como lo que más manifiestamente es: es decir, una estructura verbal en forma de discurso de prosa narrativa que dice ser un modelo, o imagen, de estructuras y procesos pasados [...] Mi método, en suma, es formalista”.

<sup>16</sup> Recordemos que Lorenz no siempre ha sido tan crítico con el narrativismo, adscribiendo en muchos casos a varios de sus postulados. Ver (LORENZ 1994).

- HEIDEGGER, Martín. **Doctrina de la verdad según Platón**. Santiago de Chile: Arcis, 1953.
- HOLLINGER, David. The return of the Prodigal: The Persistence of Historical Knowing. **American Historical Review**, v. 94, n. 3, p. 610-621, 1989.
- LORENZ, Chris. Historical Knowledge and historical reality: a plea for *internal realism*. **History and Theory**, n. 33, 1994.
- \_\_\_\_\_. Can Histories be true? Narrativism, Positivism and the 'Metaphorical Turn'. **History and Theory**, v. 37, n. 3, 1998.
- NAISHTAT, Francisco. Refocalización historiográfica y cambio de régimen de historicidad. In: NUDLER, Oscar (dir.) **Espacios controversiales. Hacia un modelo filosófico y científico**. Bs. As.: Miño y Dávila, 2009.
- RICOEUR, Paul. **La lectura del tiempo pasado**: memoria y olvido. Madrid: Arrecife, 1999.
- SCHUSTER, Félix Gustavo. **Explicación y predicción. La validez del conocimiento en ciencias sociales**. Bs. As.: CLACSO, 2005 [1982].
- TOZZI, Verónica. **La historia según la nueva filosofía de la historia**. Bs. As.: Prometeo Libros, 2009a.
- \_\_\_\_\_. El debate sobre el tipo de explicación en la disciplina histórica en la filosofía analítica de la historia. In: BRAUER, Daniel (ed.) **La historia desde la teoría. Una guía de campo por el pensamiento filosófico acerca del sentido de la historia y del conocimiento del pasado**. Vol. 1. Bs. As.: Prometeo Libros, 2009b.
- VILAR, Pierre. **Iniciación al vocabulario del análisis histórico**. Barcelona: Crítica, 1980.
- WHITE, Hayden. **Metahistoria. La imaginación histórica en la Europa del siglo XIX**. México: Fondo de Cultura Económica, 2010 [1973].
- \_\_\_\_\_. **El contenido de la forma. Narrativa, discurso y representación histórica**. Barcelona: Editorial Paidós, 1992 [1987].
- \_\_\_\_\_. El arte problematiza la memoria. **Página 12**, 23 jun. 2001.
- \_\_\_\_\_. **El texto histórico como artefacto literario**. Barcelona: Paidós, 2003.

# Uma noção de história em *A cidade e as serras* de Eça de Queirós\*

A View of History in *A cidade e as serras* by Eça de Queirós

---

**Giuliano Lellis Ito Santos**

giuito@usp.br

Pós-Doutorando

Universidade de São Paulo

Av. Prof. Luciano Gualberto, 403, Cidade Universitária

05508-900 - São Paulo - SP

Brasil

---

## Resumo

Este artigo apresenta uma leitura da história inerente ao romance *A cidade e as serras*, de Eça de Queirós. Para isso, levaram-se em conta os procedimentos narrativos escolhidos pelo autor para compor seu livro e os indícios apresentados nos discursos de alguns personagens, buscando sempre entender quais elementos do pensamento histórico daquele período estavam elencados na produção do texto e como podiam nos ajudar a entender o sentido do romance. Diante de uma construção pouco positivista da História, pudemos apontar um posicionamento pautado por certa relativização da construção do discurso histórico, pois alguns procedimentos apontam para uma reflexão sobre a ideologia e a interpretação do passado centrado no homem.

## 140 Palavras-chave

Narrativas; História; Realismo.

## Abstract

This article presents a reading of history inherent in Eça de Queiroz' novel *A cidade e as serras*. It considers the narrative procedures chosen by the author for his book and the evidence presented in the discourse of some of its characters, always seeking to understand which elements of the historical thinking of that period were listed in the text and how they could help us grasp the meaning of the novel. Facing a feebly positivist construction of history, we pinpoint a positioning based on a relativistic construction of the historical discourse, considering that some procedures point to a reflection on the ideology and the interpretation of a man-centered past.

## Keywords

Narratives; History; Realism.

---

Recebido em: 1/8/2014

Aprovado em: 8/10/2014

\* Parte modificada de tese de doutorado, *A ideia de História no último Eça*, defendida em 2011, para publicação na forma de artigo. Projeto financiado pela FAPESP.

*A cidade e as serras* é resultado, aparentemente, da ampliação do conto *Civilização* publicado na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro entre 16 e 23 de outubro de 1892. O romance, em geral, é lido como uma *Nouvelle Phantaisiste*, por ser essa a forma como Eça de Queirós se refere ao seu livro em carta a seu editor. Por causa dessa caracterização, a crítica tende a ler essa narrativa pautada simplesmente nessa classificação.

Este livro foi muitas vezes recebido como simples exercício artístico, ao contrário de suas obras anteriores, lidas pelo viés social. Por outro lado, e algum tempo depois, a crítica relê o romance e dá a ele um novo sentido, apontando para a sua complexidade, como o faz Lepecki: “o texto deste romance exige, na realidade, uma micro-leitura, a nível de cada palavra, o que constitui tarefa praticamente impossível” (LEPECKI 1974, p. 81).

A mesma estudiosa explicita o funcionamento e as circunstâncias do romance, apontando, ainda que tangencialmente, para a questão da História:

[...] só se pode fazer um esquema da temporalidade (história) das ações do protagonista, nunca um esquema das causalidades (enredo). A ausência sistemática da causalidade, revelada na recusa de análise do protagonista, sendo verossímil numa narrativa em primeira pessoa com as características deste, será também um indício quanto ao significado do texto: as *causas* de Jacinto não estão nele. Transcendem-no para enraizar em nível muito mais profundo: o da própria circunstância histórica e sociológica daquilo que ele representa (LEPECKI 1974, p. 129, nota 26).

A imposição da temporalidade sobre a causalidade faz parte da técnica que o narrador utiliza para reconstruir as ações de Jacinto, pois ao encobrir as causas próprias do protagonista, Zé Fernandes força sua impressão das coisas, fazendo com que seu discurso sobreponha-se ao de seu amigo.

As coordenadas cronológicas do romance são de difícil apreensão, pois mesmo um trabalho que utilize técnicas mais modernas para datar o romance passa pela dificuldade de entrar na imaginação do narrador, como é o caso de Luis Adriano Carlos, que busca informações relativas aos inventos e coteja as datas (ano, mês e dia), utilizando um calendário universal, para reconstituir algumas referências temporais, mas não foge de afirmar que

[...] em suma, ou Eça é realista, e a acção decorre nos primeiros anos da década de 90, ou é fantasista, e nesse caso deforma a temporalidade histórica, numa ficção em que o dígito e o número funcionam como elementos estruturantes, quer da narrativa, quer do próprio narrador (CARLOS 2005, p. 102).

Ao que parece, a datação deste romance não é muito precisa. Por isso, ao tentar datar, os críticos sempre acabam por relativizar os números, apontando duas ou mais datas para um mesmo evento.

Portanto, o *tempo medido*, que alguns críticos buscaram como marca do Eça realista, não dava conta da multiplicidade de sua obra. Assim, quando há uma empreitada por organizar cronologicamente *A cidade e as serras*,

acaba-se por relativizar as datas, já que o *tempo sensível* irrompe através do *tempo medido*.

### Um narrador pouco confiável

Em *A cidade e as serras* o narrador é interno ao romance e sua posição de personagem secundário impõe a perspectiva de dentro da ação, que traz, com isso, a sua problematização.

Assim, esse narrador, caracterizado como homodiegético, traz consigo certas questões como: 1. Qual sua posição no interior da narrativa? 2. Quando narra? 3. Sua perspectiva domina a narrativa? 4. Qual sua ideologia?

O narrador neste romance configura-se pela sua posição secundária. Ou, dito de outra forma, o *eu* que enuncia a história possui uma dupla função de narrador e personagem, mas define-se por sua posição secundária em relação ao herói da narrativa. Desse modo, o narrador relega-se “deliberadamente para um plano de menor relevo que, no entanto, não diminui de modo algum sua importância como” responsável “por enunciados narrativos empenhados em veicular histórias em que se destaca, como elemento estrutural mais proeminente” sua própria figura (REIS 1975, p. 302). Portanto, em linhas gerais, a posição do narrador ao longo do romance oscila entre ser o coadjuvante da história narrada e ser o protagonista.

Por se tratar de um narrador incluído no seio da narrativa, importa saber sua posição espacial e temporal. Para isso, dois críticos, quase simultaneamente, trouxeram colaborações profícuas para a questão. Em primeiro lugar, Lepecki explica que

142

[...] o narrador interno, antes de se fazer sujeito de enunciação, foi *sujeito de leitura*. Enquanto sujeito de enunciação pode guardar certa independência em relação ao texto que produz, isto é, pode seleccionar o que deseja narrar. Todavia, o sujeito de enunciação só existe agora porque foi no passado *sujeito de leitura* (LEPECKI 1974, p. 126, grifo da autora).

Dessa maneira, Lepecki coloca o narrador como principal responsável pela construção narrativa, localizando sua enunciação posterior aos acontecimentos narrados, podendo, assim, construir o passado através de sua perspectiva presente.

Em segundo lugar, Carlos Reis explica a posição temporal do narrador:

[...] interpretando o acto de produção de um enunciado narrativo, o narrador situa-se num tempo posterior àquele que engloba os factos relatados em que participou como personagem, podendo fazer com que, por meio de diversos processos, se estabeleça na narração uma oscilação pela qual ora se realça a imagem do sujeito da enunciação ora a da personagem vivendo a diegese (REIS 1975, p. 303-304).

Se conjugar-se o excerto de Lepecki ao de Reis, teremos que o narrador organiza os fatos *a posteriori*, podendo, assim, contá-los de forma mais convincente, ou talvez, mais conveniente a ele. Por conseguinte, a narrativa é construída pelo narrador, que dá o tom e a moral da história.

Desse ponto de vista, o romance tem a predominância da perspectiva do narrador que constrói a narrativa de um presente posterior aos fatos narrados. Assim sendo, ao dominar a forma como a história pode ser contada, insere sua ideologia na estrutura narrativa, mesmo que de maneira ambígua ou irônica.

A última questão não é, de forma alguma, simples de ser respondida, pois a posição do narrador configura-se pela precariedade de sua condição de testemunha. Afinal, como nota Frank F. Sousa,

[...] o facto de Eça ter utilizado um narrador na primeira pessoa que não é [...] inteiramente digno de confiança, deixa entrever, efectivamente, desde o início, na própria maneira de elaborar a obra, uma ironia e uma ambiguidade que se coadunam mal com a defesa de uma tese (SOUSA 1993, p. 18).

Essa leitura demonstra mais o pensamento do narrador do que o do próprio Jacinto, protagonista do romance. Por outro lado, Jacinto do Prado Coelho aponta que

[...] o que determina *A cidade e as serras* é o sentido exemplar da trajectória percorrida por Jacinto, do imenso tédio de Paris à beatitude da vida simples, patriarcal, na aldeia (aliás, almofadada por algum conforto de civilizado). Se fizermos nossa a óptica do autor, é isto o que há de relevante na história (COELHO 1976, p. 192-193).

A trajetória de Jacinto não pode ser simplesmente entendida como o sentido do livro, já que este está subordinado ao olhar de Zé Fernandes. Assim, a ideologia desse personagem não pode ser classificada, mas caracteriza-se em contraposição à de Jacinto, como nota Carlos Reis ao caracterizar a convivência entre os dois amigos como “livre expressão de uma ideologia antagônica” (REIS 1975, p. 340).

Este narrador possui grande preocupação com os detalhes, como se pode notar na recorrência de números citados ao longo da narrativa, mesmo que haja diversos equívocos. A recorrência de numerais pode ser notada logo na primeira oração do livro: “o meu amigo nasceu num palácio, com *cento e nove* contos de renda em terras de sementeira, de vinhedo, de cortiça e de olival” (QUEIROZ 1997, p. 477, grifo meu). Em outros momentos, também faz uso da *exatidão* dos números para garantir precisão à sua história, como é o caso da narrativa da viagem que Zé Fernandes faz pela Europa:

[...] viajei, *trinta e quatro* vezes, à pressa, bufando, com todo o sangue a face, desfiz e refiz a mala. *Onze* vezes passei o dia num *wagon*, envolto em poeira e fumo, sufocado, a arquejar, a escorrer de suor, saltando em cada estação para sorver desesperadamente limonadas mornas que me escangalhavam a entranha. *Quatorze* vezes subi derreadamente, atrás de um criado, a escadaria desconhecida de um Hotel; e espalhei o olhar incerto por um quarto desconhecido; e estranhei uma cama desconhecida, donde me erguia, estremunhado, para pedir em línguas desconhecidas um café com leite que me sabia a fava, um banho de tina que me cheirava a lodo. *Oito* vezes



travei bulhas abomináveis na rua com cocheiros que me espoliavam. Perdi *uma* chapeleira, *quinze* lenços, *três* ceroulas e *duas* botas, uma branca, outra envernizada, ambas do pé direito. Em mais de *trinta* mesas redondas esperei tristonhamente que me chegasse o *boeuf-à-la-mode*, já frio, com molho coalhado – em que o copeiro me trouxesse a garrafa de Bordéus que eu provava e repelia com desditosa carantonha. Percorri, na fresca penumbra dos granitos e dos mármore, com pé respeitoso e abafado, *vinte e nove* Catedrais. Trilhei molemente, com uma dor surda na nuca, em *quatorze* museus, cento e quarenta salas revestidas até os tetos de Cristos, heróis, santos, ninfas, princesas, batalhas, arquiteturas, verduras, nudezes, sombrias manchas de betume, tristezas imóveis!... E o dia mais doce foi quando em Veneza, onde chovia desabaladamente, encontrei um velho inglês de penca flamejante que habitara o Porto, conhecera o Ricardo, o José Duarte, o visconde de Bom Sucesso, e as Limas da Boa Vista... gastei *seis mil* francos. Tinha viajado (QUEIROZ 1997, p. 537-538, grifo meu).

Exemplo essencial das quantificações do narrador, que enumera e mensura a todo o momento. Nesse caso, notamos que os números representam dados impalpáveis, mas ajudam a formar uma dada objetividade. Assim como no século XIX tornam-se objeto de descrição as atividades econômicas, a distribuição da população, a difusão das doenças, esses números serão parte da linha cognoscitiva da cidade que busca a objetividade de sua representação.

144

Esse empenhamento em expor os números como fonte de veracidade acaba por demonstrar um narrador que comete diversos equívocos, pois em alguns momentos ele engana-se e coloca quantidades contraditórias, como é o caso da biblioteca de Jacinto em que os livros variam entre dois números: 30 mil e 70 mil; ou a relação que Zé Fernandes tem com Madame Colombe, em que o tempo varia entre 7 semanas e 3 meses; ou, mesmo, a permanência da estada de Zé Fernandes em Paris, que tem duas durações: 13 meses e 27 meses; e, por último, a variação no número de malas durante a viagem para Tormes: 23 e 27 malas.

Os casos de incongruências de números passam a ser entendidos como mimetismo da memória, principalmente se colocarmos em destaque as expressões relativas à rememoração, utilizadas ao longo da narrativa. Esta é baseada na experiência de Zé Fernandes, que recorre a sua memória para compor a história, como ressalta Sousa:

[O] fato de a narrativa depender da memória imperfeita e falível de Zé Fernandes torna-a particularmente precária enquanto narração objetiva e fiel dos acontecimentos. Ele próprio admite que não se lembra de certos factos da sua experiência na cidade (SOUSA 1998, p. 80).

Algumas expressões que aparecem no romance dizem respeito à rememoração, como exemplificam as seguintes passagens (grifos meus):

Nessa tarde, se bem *me recordo*, [...] (QUEIROZ 1997, p. 497).  
Mais amargamente porém *me lembro* [...] (p. 519).

Não *recordo* (Deus louvado!) como rocei [...] (p. 520).  
E, numa *recordação*, que me escaldava a alma [...] (p. 522).  
Muito desagradavelmente *me recordo* do dia dos seus anos [...] (p. 542).  
Creio que os únicos móveis de Tormes, se bem *recordo* [...] (p. 546).  
Considerarei, cheio de *recordações*, o meu amigo (p. 577).  
Depois, com uma *recordação*, limpando o café do pêlo dos bigodes (p. 580).  
E *recordo* ainda quando me reteve [...] (p. 591).  
*Recordando* a famosa aventura [...] (p. 612).

A recorrência de expressões referentes à rememoração dá bem a ideia do trabalho feito pelo narrador para recompor a história, e a esse trabalho também se juntam as falhas realçadas pelas incongruências relativas às quantificações. Afinal, um narrador que, ao relatar um fato, afirma “contei logo a história, *profusamente, exagerando* [...]” (QUEIROZ 1997, p. 612, grifo meu), não parece esperar que o leitor dê crédito à sua história. Consequentemente, este é um romance, e aqui há concordância com Sousa, “que põe em causa as suas próprias verdades; verdades aparentes em várias ocasiões” (SOUSA 1993, p. 23).

O romance está estruturado por histórias relacionadas, que não possuem o mesmo tratamento narrativo. Isso, grosso modo, pode ser notado pelas posições que o narrador se coloca:

1. Contar a história da família de Jacinto, do avô Galião, passando por Cintinho, até Jacinto;
2. Fazer, de certa forma, a biografia de Jacinto, dando prosseguimento ao item anterior; e
3. Intercalar histórias do próprio narrador.

145

Dentro desse contexto, o narrador varia seu estatuto. Nesse caso, o primeiro item tem um narrador em terceira pessoa, o segundo item tem um narrador em primeira pessoa numa posição de testemunha dos acontecimentos e o terceiro item tem um narrador também em primeira pessoa, mas como protagonista da história (Cf. SOUSA 1998, p. 79).

Por fim, o narrador do romance traz em si a problemática de tentar quantificar e organizar algo que não cabe dentro de sua organização prévia. Dessa forma, por meio de uma narrativa preocupada em dar detalhes, principalmente quantificáveis, transparecem seus equívocos.

A estrutura em paradoxo da narrativa compõe um discurso transitório; um discurso em que as incongruências explícitas são formas sensivelmente visíveis da ação do narrador.

## Discursos

A narrativa apresentada por Zé Fernandes sobre os antecedentes familiares de Jacinto (o avô e o pai) traz em si referências à história de Portugal, justapondo discurso histórico e discurso ficcional. Dessa forma, ao compor a história de Jacinto Galião, principalmente em um pequeno trecho sobre como

conheceu o Infante D. Miguel, o narrador utiliza-se de informações veiculadas pelas obras históricas para construir o fundo de sua narrativa, como se percebe na seguinte passagem:

[...] e Jacinto, aturdido e deslumbrado, reconheceu o sr. Infante D. Miguel!

Desde essa tarde amou aquele bom Infante como nunca amara, apesar de tão guloso, o seu ventre, e apesar de tão devoto o seu Deus! Na sala nobre de sua casa (à Pampulha) pendurou sobre os damascos o retrato do "seu Salvador", enfeitado de palmitos como um retábulo, e por baixo a bengala que as magnânimas mãos reais tinham erguido do lixo. Enquanto o adorável, desejado Infante penou no *desterro de Viena*, o barrigudo senhor corria, sacudido na sua sege amarela, *do botequim do Zé Maria em Belém à botica do Plácido nos Algibebes*, a gemer as saudades do *anjinho*, a tramar o regresso do *anjinho*. No dia em que a *Pérola apareceu à barra com o Messias*, engrinaldou a Pampulha, ergueu no Caneiro um monumento de papelão e lona onde D. Miguel, tornado S. Miguel, branco de auréola e asas de Arcanjo, furava de cima do seu corcel de Alter o Dragão do Liberalismo, que se estorcia vomitando a Carta. *Durante a guerra* com o "outro, com o pedreiro-livre" mandava recoveiros a *Santo Tirso*, a *S. Gens*, levar ao Rei fiambres, caixas de doces, garrafas do seu vinho de Tarrafal, e bolsas de retrós atochadas de peças que ele ensaboava para lhes avivar o ouro. E quando soube que o sr. D. Miguel, com dois velhos baús amarrados sobre um macho, tomara o *caminho de Sines e do final desterro* – Jacinto *Galião* correu pela casa, fechou todas as janelas como num luto berrando furiosamente:

– Também cá não fico! também cá não fico! (QUEIROZ 1997, p. 477-478, grifos meus).

146

Os trechos sublinhados se referem à História de Portugal, em especial, o período de luta pelo trono entre D. Pedro IV e o Infante D. Miguel. Neste excerto, tem-se a reunião de informações, tanto históricas quanto ficcionais, para justificar o motivo de Jacinto haver nascido em Paris.

Auerbach, ao caracterizar o romance realista explora dois fundamentos: o primeiro diz respeito ao "tratamento sério da realidade quotidiana, a ascensão de camadas humanas mais largas e socialmente inferiores à posição de objetos de representação problemático-existencial" e o segundo ao "esgarçamento de personagens e acontecimentos quotidianos quaisquer no decurso geral da história contemporânea, do pano de fundo historicamente agitado" (AUERBACH 2002, p. 440). Desse ponto de vista, podemos notar no trecho acima citado que o personagem escolhido para representação é o avô de Jacinto, que está inserido num pano de fundo histórico agitado: a luta pelo trono português.

As alusões históricas sublinhadas neste fragmento vêm preencher o significado do texto. Dessa forma, trabalhando colateralmente com a *História de Portugal* e o *Portugal Contemporâneo* de Oliveira Martins, serão explicitados esses referenciais para que o sentido do extrato se esclareça. O quadro abaixo expõe, em paralelo, as aproximações entre as alusões históricas e seu referente:

<b>PASSAGENS SUBLINHADAS DE A CIDADE E AS SERRAS</b>	<b>PASSAGENS CONTIDAS NA HISTÓRIA DE PORTUGAL E PORTUGAL CONTEMPORÂNEO DE OLIVEIRA MARTINS</b>
<b>desterro de Viena</b>	"D. Miguel foi com effeito banido, e por dois anos andou enchendo a Europa da fama das suas tropelias. Expulso de Paris, acolheu-se a Vienna [...]" (maio de 1824) (2002, p. 440).
<b>do botequim do Zé Maria em Belém</b>	"No botequim do José Maria, no largo de Belem, onde se reuniam os picadores da casa real [...]" (1824-1828) (1882, t2, p. 267).
<b>botica do Plácido nos Algibebes</b>	"E sobre tudo a botica do Placido, na rua do Algibebes, onde se reunia a nata dos energúmenos. O boticário em pessoa, que ouvia missa todos os dias e era confessado dos padres da Congregação, queria que se começasse logo a enforcar na pedreira [...]" (1824-1828) (1882, t2, p. 268).
<b>Pérola apareceu à barra com o Messias</b>	"[...] o povo todo já corria a Belem, porque se soubera que D. Miguel desembarcaria ahi subindo pela calçada direito ao paço, a Ajuda. A <i>Perola</i> , que o trouxera, deitara ferro em frente a Belem [...]" (fevereiro de 1828) (1895, t1, p. 83).
<b>Durante a guerra com o "outro, com o pedreiro-livre"</b>	No livro terceiro do <i>Portugal Contemporâneo</i> consta o título <i>Guerra Civil</i> e logo acima a data 1832-4 (1895, t1, p. 217).
<b>Santo Tirso</b>	"O rei demorou-se nove dias em Coimbra e d'ahi seguiu direito a Braga, onde o clero e o povo lhe prepararam uma entrada triumphal: os de Santo Thyrsó, cujo convento estava em galas para o receber, arrumaram tudo melancolicamente, porque D. Miguel não parou lá" (agosto de 1833) (1895, t1, p. 308).
<b>S. Gens</b>	"Do seu [D. Miguel] observatorio de S. Gens, deitando fóra o oculo revelador da sua perda, largou num galope solto, como homem desorientado" (10-11 de outubro de 1833) (1895, t1, p. 361).
<b>o caminho de Sines e do final desterro</b>	"Levou de Portugal que tinha vestida: entregou tudo quando partiu para o desterro" (30 de maio de 1834) (1895, t1, p. 393).

Quando se comparam os referentes ficcionais aos históricos, nota-se a proximidade, quase paródica, entre eles. O narrador condensa um período da história de Portugal em algumas linhas, mas o faz com extrema sutileza, de modo que somente o exame detalhado permite desvendar as alusões. Assim, o narrador consegue garantir o estatuto de verdade de seu discurso, pois, neste trecho, ao contrário do resto do romance, não se pauta na observação testemunhal e subjetiva o narrador. Por isso, a utilização de tantas referências históricas.

É claro que seria ingênua uma leitura de que o narrador utilizasse essas referências somente para assegurar sua posição de narrador confiável, já que, como afirma Barthes, "o discurso histórico é essencialmente elaboração ideológica"

(BARTHES 1994, p. 425, tradução minha).<sup>1</sup> Dessa forma, a apresentação de Jacinto Galião guarda uma maior influência no entendimento do texto. Por exemplo, se levarmos em conta que ao final desse relato consta a frase “também cá não fico!” seguida de uma explicação de por que o avô de Jacinto não ficou em Portugal – “não, não queria ficar na terra perversa donde partia, esbulhado e escorraçado, aquele rei de Portugal que levantava na rua os Jacintos!” (QUEIROZ 1997, p. 478) –, ela pode ser relativizada do ponto de vista histórico. Isso porque, nessa breve explicação, o narrador coloca em causa a estrutura da narrativa, que se constrói contraditoriamente, já que, logo após esforçar-se por compor um quadro sério da história dos Jacintos, expõe uma justificativa egoísta para a saída da família de Portugal. Assim, se esse pensamento de Jacinto Galião for justaposto a uma interpretação histórica mais recente, como a que segue,

[...] o Liberalismo, saído vitorioso da guerra civil em 1834, assistirá à emergência de uma nova aristocracia, de cepa liberal, em virtude do seu interesse em criar novas elites que sustentassem o regime. Por isso, a Coroa, desde D. Pedro IV, enveredará por uma política de concessão de títulos nobiliárquicos, promovendo os militares e os burgueses que tinham contribuído para a vitória definitiva da ordem liberal (SERRÃO; MARQUES 2004, p. 157).

148

teremos que provavelmente a saída de *D. Galião* de Portugal não foi, como argumento imputado a ele, movida pelo exílio de D. Miguel, mas possivelmente pela perda dos privilégios conseguidos por apoiar o Infante. Portanto, a organização dessa pequena narrativa configura-se por contrapor estruturas pautadas na veracidade, utilizando pontos conhecidos da história de Portugal, seguidos por inserções de detalhes por parte do narrador, que não foi testemunha desses acontecimentos.

Então, da mesma forma que o discurso histórico e ficcional se contrapõem, o discurso do narrador e do protagonista também, uma vez que Zé Fernandes faz da história um cavalo de batalha, pondo a todo o momento seu discurso em contraposição ao de Jacinto – pois quando o narrador passa a contar a história de que foi testemunha, duas vozes concorrem, com claro predomínio da do narrador.

Dessa maneira, em algumas situações ocorre a discordância entre os discursos. O primeiro exemplo a se destacar sucede logo no início do romance, enquanto Jacinto defende sua equação metafísica e afirma:

– só te peço que compares Renan e Grilo... Claro é portanto que nos devemos cercar de Civilização nas máximas proporções para gozar nas máximas proporções a vantagem de viver. Agora concordas, Zé Fernandes? (QUEIROZ 1997, p. 482).

Nessa fala, Jacinto expõe seu pensamento sobre a acumulação de ciência afirmando que “estavam preparados a acreditar que a felicidade dos indivíduos, como a das nações, se realiza pelo ilimitado desenvolvimento da Mecânica e da

<sup>1</sup> No original: “le discours historique est essentiellement élaboration idéologique”.

Erudição” (QUEIROZ 1997, p. 481). Em seguida, há a apresentação dessa ideia condensada em uma equação algébrica:

$$\left. \begin{array}{l} \text{Suma ciência} \\ \times \\ \text{Suma potência} \end{array} \right\} = \text{Suma felicidade}$$

Logo após uma explicação da *Ideia* de Jacinto sobre a felicidade, Zé Fernandes, antes de responder àquela pergunta de Jacinto, baseada no seu preceito, faz um comentário discordante, que o leitor, diferentemente do protagonista, tem a possibilidade de entrever:

[...] não me parecia irrecusavelmente certo que Renan fosse mais feliz que o Grilo [...]. Mas concordei, porque sou bom, e nunca desalojei um espírito do conceito onde ele encontra segurança, disciplina e motivo de energia. Desabotei o colete, lançando um gesto para o lado dos cafés e das luzes:

– Vamos então beber, nas máximas proporções, *brandy and soda*, com gelo! (QUEIROZ 1997, p. 482).

Fica patente a interrupção do narrador para fazer um comentário divergente. Desse ponto de vista, a organização da narrativa visa a desautorizar o discurso de Jacinto através de uma intervenção externa, que é garantida pela posição ocupada por Zé Fernandes: a de narrador.

Nota-se que a observação feita nesse trecho é seguida por uma resposta evasiva. Então, a intromissão do narrador configura-se como forma de dar significado ao texto, fato ocorrido não no presente da ação, mas por uma interrupção da cena, por uma ponderação externa, que ganha em ironia e demonstra sua máquina, sua forma de funcionamento: a leitura do acontecimento por parte de Zé Fernandes, ou como aponta Lepecki “a ironia faz-se *sobre* Jacinto, *com* o leitor” (LEPECKI 1974, p. 133).

Em outro episódio, o diálogo entre os personagens gera uma conclusão irônica por parte de Zé Fernandes:

e por sobremesa simplesmente laranjas geladas em éter.

– Em éter, Jacinto?

O meu amigo hesitou, esboçou com os dedos a ondulação dum aroma que se evola.

– É novo... parece que o éter desenvolve, faz aflorar a alma das frutas...

Curvei minha cabeça ignara, murmurei nas minhas profundidades:

– Eis a Civilização! (QUEIROZ 1997, p. 493).

A ironia fica mais clara com a reflexão feita pelo narrador fora da ação

e descendo os Campos Elísios, encolhido no *paletot*, a cogitar neste prato simbólico, considerava a rudeza e atolado atraso da minha Guiães, onde desde séculos a alma das laranjas permanece ignorada e desaproveitada dentro dos gomos sumarentos, por todos aqueles pomares que ensombram e perfumam o vale, da Roqueirinha a Sandofim! Agora porém bendito Deus, na convivência dum tão grande iniciado como Jacinto, eu

compreendia todas as finuras e todos os poderes da Civilização (QUEIROZ 1997, p. 493).

Desse modo, ao representar um jantar, o narrador constrói uma cena aparentemente cotidiana, que se transforma numa experiência sofisticada, em que a natureza da laranja é potencializada por um estratagema autorizado pela *Civilização*.

A estrutura narrativa desse excerto consolida a afirmação de Fiorin sobre o espaço discursivo: “no espaço discursivo dominado por esse discurso de exaltação da civilização, o narrador vai inserindo, aos poucos, o contradiscurso” (FIORIN 1997, p. 279). Afinal, o pensamento de Zé Fernandes demonstra, externamente à ação, sua opinião contrária de forma irônica, pois organiza seu julgamento em sentido afirmativo, mas, ao que parece, de modo que negue o acontecimento anterior.

Em outro momento, a relação do maquinário do 202 com o mundo rural ganha vulto, como vemos na seguinte descrição:

e, com efeito, duma redoma de vidro posta numa coluna, e contendo um aparelho esperto e diligente, escorria para o tapete, *como uma tênia*, a longa tira de papel com caracteres impressos, que eu, homem das serras, apanhei, maravilhado (QUEIROZ 1997, p. 488, *grifo meu*).

As analogias não param por aí, pois enquanto o narrador descreve o gabinete de Jacinto, emerge outra:

150

*um zumbido como de um inseto de asas harmoniosas. Sorri à ideia que fossem abelhas, compondo o seu mel naquele maciço de versos em flor.* Depois percebi que o sussurro remoto e dormente vinha do cofre de mogno, de parecer tão discreto. Arredei uma *Gazeta de França*; e descortinei um cordão que emergia de um orifício, escavado no cofre, e rematava num funil de marfim. Com curiosidade, encostei o funil a esta minha confiada orelha, afeita à singeleza dos rumores da serra. E logo uma Voz, muito mansa, mas muito decidida, aproveitando a minha curiosidade para me invadir e se apoderar do meu entendimento, sussurrou capciosamente: -... “E assim, pela disposição dos cubos diabólicos, eu chego a verificar os espaços hipermágicos!...” (QUEIROZ 1997, p. 490, *grifo meu*).

Essas analogias funcionam como contradiscurso, já que apresentam o espaço urbano com um ponto de vista rural, como nota Sousa:

Se é verdade que se pode por em questão a objetividade da perspectiva do serrano Zé Fernandes sobre a cidade e, por conseguinte, a credibilidade da sua interpretação da realidade, não é menos certo que ele consegue seduzir o leitor pela sua maneira aparentemente simples e despretensiosa de olhar as coisas e de se ver a si próprio (SOUSA 1998, p. 61).

Ao entender que a perspectiva serrana de Zé Fernandes prevalece na narrativa, aceita-se que as Serras têm predominância sobre a Cidade, já que o narrador centraliza a história no seu ponto de vista. Dessa forma, quando a Cidade é descrita com elementos rurais, em que prepondera a visão de Zé Fernandes, ocorre a negação da primeira em função da segunda.

A visão de mundo de Jacinto e de Zé Fernandes diferem. Isso pode ser percebido pela contraposição de duas falas desses personagens. Num primeiro momento, o protagonista exemplifica seu conceito para atingir a felicidade:

– Aqui tens tu, Zé Fernandes (começou Jacinto, encostado à janela do mirante), a teoria que me governa, bem comprovada. Com estes olhos que recebemos da Madre natureza, lestos e são, nós podemos apenas distinguir além, através da Avenida, naquela loja, uma vidraça alumiada. Mais nada! Se eu porém aos meus olhos juntar os dois vidros simples dum binóculo de corridas, percebo, pôr trás da vidraça, presuntos, queijos, boiões de geléia e caixas de ameixa seca. Concluo portanto que é uma mercearia. Obtive uma noção: tenho sobre ti, que com os olhos desarmados vês só o luzir da vidraça, uma vantagem positiva. Se agora, em vez destes vidros simples, eu usasse os do meu telescópio, de composição mais científica, poderia avistar além, no planeta Marte, os mares, as neves, os canais, o recorte dos golfos, toda a geografia dum astro que circula a milhares de léguas dos Campos Elísios. É outra noção, e tremenda! Tens aqui pois o olho primitivo, o da Natureza, elevado pela Civilização à sua máxima potência de visão. E desde já, pelo lado do olho portanto, eu, civilizado, sou mais feliz que o incivilizado, porque descubro realidades do Universo que ele não suspeita e de que está privado (QUEIROZ 1997, p. 481-482).

Nota-se aí que para Jacinto a distinção é importante, já que o telescópio potencializa sua visão permitindo diferenciar minimamente os prédios. Com isso, temos uma visão *analítica* de mundo, pois decompõe o todo em suas partes constituintes. Por outro lado, Zé Fernandes, em Montmartre, observa, ao longe, Paris e tem uma visão  *sintética*, opondo-se à *analítica*, ao tecer seus comentários sobre a Cidade:

151

Então chasqueei risonhamente o meu Príncipe. Aí estava pois a Cidade, augusta criação da Humanidade. Ei-la aí, belo Jacinto! Sobre a crosta cinzenta da Terra – uma camada de caliça, apenas mais cinzenta! No entanto ainda momentos antes a deixáramos prodigiosamente viva, cheia dum povo forte, com todos os seus poderosos órgãos funcionando, abarrotada de riqueza, resplandecente de sapiência, na triunfal plenitude do seu orgulho, como Rainha do Mundo coroada de Graça. E agora eu e o belo Jacinto trepávamos a uma colina, espreitávamos, escutávamos – e de toda a estridente e radiante Civilização da cidade não percebíamos nem um rumor nem um lampejo! E o 202, o soberbo 202, com os seus arames, os seus aparelhos, a pompa da sua Mecânica, os seus trinta mil livros? Sumido, esvaído na confusão de telha e cinza! Para este esvaecimento pois da obra humana, mal ela se contempla de cem metros de altura, arqueja o obreiro humano em tão angustioso esforço? Hem, Jacinto?... Onde estão os teus Armazéns servidos pôr três mil caixeiros? E os Bancos em que retine o ouro universal? E as Bibliotecas atulhadas com o saber dos séculos? Tudo se fundiu numa nódoa parda que suja a Terra. Aos olhos piscos de um Zé Fernandes, logo que ele suba, fumando o seu cigarro, a uma arredada colina – *a sublime edificação dos Tempos não é mais que um silencioso monturo da espessura e da cor do pó final*. O que será então aos olhos de Deus! (QUEIROZ 1997, p. 527, grifo meu).

O narrador utiliza duas formas de interpretação para contrapor os discursos. Com isso, acaba por construir uma oposição baseada na ciência, principalmente



no positivismo, constituinte essencial da visão de mundo de Jacinto. Porém, o positivismo, neste romance, encontra-se submetido ao olhar combatente do narrador, que, como se viu até aqui, desvaloriza a romantização da ciência e sua devoção como único guia da vida. Para isso, Zé Fernandes contrapõe-se a Jacinto.

A contraposição entre as visões de mundo não ocorre somente no espaço da Cidade; ela continua nas conversas no campo, com predominância do discurso do narrador. Nota-se isso na seguinte passagem:

- Ó Jacinto, que estrela é esta, aqui, tão viva, sobre o beiral do telhado?
- Não sei... e aquela, Zé Fernandes, além, pôr cima do pinheiral?
- Não sei.

Não sabíamos. Eu por causa da espessa crosta de ignorância com que saí do ventre de Coimbra, minha Mãe espiritual. Ele, porque na sua Biblioteca possuía trezentos e oito tratados sobre Astronomia, e o Saber, assim acumulado, forma um monte que nunca se transpõe nem se desbasta. Mas que nos importava que aquele astro além se chamasse Sírio e aquele outro Aldebara? Que lhes importava a eles que um de nós fosse Jacinto, outro Zé? Eles tão imensos, nós tão pequeninos, somos a obra da mesma Vontade. E todos, Uranos ou Lorenas de Noronha e Sande, constituímos modos diversos dum Ser único, e as nossas diversidades esparsas somam na mesma compacta Unidade. Moléculas do mesmo Todo, governadas pela mesma Lei, rolando para o mesmo Fim... Do astro ao homem, do homem à flor do trevo, da flor do trevo ao mar sonoro – tudo é o mesmo Corpo, onde circula, como um sangue, o mesmo Deus (QUEIROZ 1997, p. 568-569).

## 152

Nesse ponto, há uma busca idealizada pela totalidade; um pouco adiante, o narrador afirma que “perfazemos um ato sacrossanto [...] – que é sentirmos no Pensamento o núcleo comum das nossas modalidades, e portanto realizarmos um momento, dentro da Consciência, a Unidade do Universo” (QUEIROZ 1997, p. 569). Dessa forma, esse Zé Fernandes – eloquente, estudante de Retórica no Liceu de Braga – faz uso de sua posição privilegiada de narrador para expor suas ideias, mesmo que seu discurso não condiga com a prática.

Quanto a esse caso, as imagens do pobre no romance esclarecem a discrepância entre a fala de Zé Fernandes e a prática, principalmente nas Serras. Assim, o narrador, ainda em Montmartre, comenta que “só uma estreita e reluzente casta goza na Cidade os gozos especiais que ela cria. O resto, a escura, imensa plebe, só nela sofre, e com sofrimentos especiais que só nela existem!” (QUEIROZ 1997, p. 529), ou, ainda, algo muito próximo dessa afirmação anterior: “a sua [da plebe] esfalfada miséria é a condição de esplendor sereno da Cidade” (QUEIROZ 1997, p. 530). Ainda que esse longo discurso contra a ilusão que é a Cidade acabe com uma frase irônica – “– estou com uma sede, Jacinto... Foi uma tremenda filosofia” (QUEIROZ 1997, p. 531) –, a fala do narrador expõe os problemas sociais existentes na Cidade, e nesse ponto se forma, de certa maneira, uma visão socialista de Zé Fernandes, mesmo que marcada por um assistencialismo cristão, como se vê na comparação dos pobres de Paris com os das Serras:

Fora, o vento bramava como num ermo serrano; e as vidraças tremiam, alagadas, sob as bátegas da chuva irada. Que dolorosa noite para os dez mil pobres que em Paris erram sem pão e sem lar! Na minha aldeia, entre

cerro e vale, talvez assim rugisse a tormenta. Mas aí cada pobre, sob o abrigo da sua telha vã, com a sua panela atestada de couves, se agacha no seu mantéu ao calor da lareira. E para os que não tenham lenha ou couve, lá está o João das Quintãs, ou a tia Vicência, ou o abade, que conhecem todos os pobres pelos seus nomes, e com eles contam, como sendo dos seus, quando o carro vai ao mato e a fornada entra no forno. Ah Portugal pequenino, que ainda és doce aos pequeninos! (QUEIROZ 1997, p. 544).

A preocupação com os pobres nos seus discursos é bastante persuasiva, mas basta que se mostre uma fala para que seu discurso seja desautorizado:

– Homem! Está claro que há fome! Tu imaginavas talvez que o Paraíso se tinha perpetuado aqui nas serras, sem trabalho e sem miséria... Em toda a parte há pobres, até na Austrália, nas minas de ouro. Onde há trabalho há proletariado, seja em Paris, seja no Douro... (QUEIROZ 1997, p. 598).

Logo em seguida, Zé Fernandes afirma: “Fui eu que dei ao pequenito um tostão, para o fatar, *o despegar dos nossos passos*” (QUEIROZ 1997, p. 600, grifo meu). A partir dessa atitude, percebe-se que os males da Cidade se perpetuam também nas Serras. O caráter idílico, garantido pela tópica do *locus amoenus*, sofre com a intervenção da pobreza, que desajusta esse quadro. A aparição da pobreza em Tormes acaba demonstrando a contradição do narrador e aproxima as Serras da Cidade, ainda que, para Zé Fernandes, a existência de pobres seja uma característica universal.

A construção dessa narrativa demonstra a posição precária do narrador e do protagonista. Afinal, o protagonista está entregue à visão do outro sobre ele, enquanto o narrador, através do meandro de sua narrativa, expõe suas falhas, lembrando, assim que o passado só pode ser pensado com base no presente.

O espaço discursivo de *A cidade e as serras* propicia a criação de personagens complexos, que trazem consigo a inconstância. Assim, nota-se a impossibilidade de se criar uma História do ser humano sem nenhuma intervenção de sua consciência.

Portanto, a inserção de tantos discursos que concorrem dentro do romance põe em questão a verdade da História positivista, já que ao propor que a totalidade não é atingida por muitas unidades, torna impossível acreditar que a descrição de um detalhe explicita a História total de uma sociedade.

## Tempos

Da mesma forma que as águas domesticadas irrompem os canos no 202, o tempo vivido irrompe o cronológico na narrativa.<sup>2</sup> Melhor dizendo, o tempo, em *A cidade e as serras*, forma-se pela disposição de datas atribuídas pelo narrador, condição problemática, já que as medidas, o tempo do calendário, sofre com a sensação temporal do personagem-narrador.

Em outro momento, Eça de Queirós observa que “sumida a noção do Ano, do Mês, do Dia, ele [o homem] não poderia mais cumprir, com ordem proveitosa,

<sup>2</sup> Entendo como tempo cronológico o tempo que firma o sistema dos calendários e como tempo vivido o tempo que está em permanente descompasso com o tempo físico (Cf. NUNES 2000, p. 16-26).

os atos de sua vida urbana, rural, religiosa, política, social” (QUEIROZ 1997, p. 717). Essa observação levanta uma questão sobre o tempo cronológico, que é social, e o tempo vivido, que é pessoal. Dessa forma, quando o narrador tenta reconstruir sua história sobre Jacinto, baseia-se no tempo cronológico, mas sua consciência, dirigida pela memória, invade sua narrativa e expõe suas sensações temporais. Ou, dito de outra forma,

[...] não são os relógios atentos à premente pressa dos homens, nem o relógio cósmico de Deus que *contam* o nosso verdadeiro tempo. Para ser claro, o Tempo – quer no sentido mais abstrato – quer na sua configuração enquanto *tempo da História*, quer sobretudo como tempo humano, não tem outra *essência* que a da *temporalidade* imanente de nossa vida, dos seus actos, dos seus sonhos. Mas em Eça de Queirós – o Eça de Queirós *original* – essa vivência comporta uma temporalidade mais insólita, a do hiato, tempo suspenso vazio ou esvaziado. Em suma aquela temporalidade que se exprime no tédio, na monotonia, no não-tempo no interior do tempo. Eça de Queirós, debaixo da aparência ficcionista da vida real, da sociedade burguesa e do teatro passional por ela determinado, nos seus aspectos triviais ou nos seus mecanismos grotescos, quer dizer, repetitivos – a exploração do *clichê* linguístico traduz como nada mais a essência da temporalidade *sem interioridade* nem invenção, como um tempo vivo a exigiria – foi fundamentalmente o romancista desse tempo *parado*, desse longo bocejo do ser que sob forma satírica significava que o tempo – o tempo antigo – não só *saíra dos seus gonços* como o de Hamlet, seu personagem paradigmático, mas deixara de ter sentido, quer dizer, um conteúdo assumidamente inteligível (LOURENÇO 1997, p. 709-710).

## 154

Entre o *tempo sensível* e o *tempo medido* desdobra-se a narrativa de *A cidade e as serras*.

Em primeiro lugar, vale lembrar a narrativa da história de Jacinto *Galião*, que é repleta de insinuações à História de Portugal, carregada de tempo medido, um tempo em que se pode recompor sua cronologia, buscar suas datas.

Em segundo lugar, destaca-se a preocupação do narrador em referir-se a datas minuciosas, como é o caso do nascimento de Jacinto, em que Zé Fernandes afirma: “três meses e três dias depois do seu [de Cintinho, pai de Jacinto] enterro o meu Jacinto nasceu” (QUEIROZ 1997, p. 479). Nesse trecho nota-se a importância que o narrador dá ao tempo decorrido e sua possibilidade ilusória de dominá-lo com a abundância de números, como ocorre repetidamente – “em 1880, em fevereiro” (QUEIROZ 1997, p. 485); “assim chegou setembro, e com ele meu natalício, que era a 3 e num domingo” (QUEIROZ 1997, p. 607).

A construção imagética do relógio monumental, que aparece duas vezes no romance, alude também à preocupação com o tempo medido, da mesma forma que a agenda de Jacinto faz menção a isso. Assim, na primeira vez que esse item é descrito, ele surge de forma rápida: “Depois, consultando um relógio monumental que, ao fundo da Biblioteca, marcava a hora de todas as Capitais e o curso de todos os planetas” (QUEIROZ 1997, p. 488). Essa apresentação exhibe a preocupação com o tempo dos relógios, esse tempo medido que caracteriza a vida moderna. Numa segunda aparição, o tempo dos relógios não dá conta de medir o acontecimento. Então, ele se revela da seguinte forma:

[...] no relógio monumental, que marcava a hora de todas as Capitais e o movimento de todos os Planetas, o ponteiro rendilhado adormeceu. Sobre a mudez e a imobilidade pensativa daqueles dorsos, daqueles decotes, a Eletricidade refulgia com uma tristeza de sol regelado (QUEIROZ 1997, p. 511).

Nesse trecho, percebe-se que o *tempo sensível* invade o *tempo medido*, representado pelo relógio que para diante do acontecimento, como se o tempo estacionasse pela continuação da ação.

Em terceiro lugar, vale lembrar as discrepâncias de tempo do narrador. Nesse caso, destacam-se as seguintes incongruências:

1. O período que Zé Fernandes passa com Madame Colombe, destacando, primeiramente, que “*durante sete furiosas semanas* perdi minha consciência da minha personalidade de Zé Fernandes” (QUEIROZ 1997, p. 521, grifo meu), e, secundariamente, destacando-se que “*minha alma uma tarde se perdera, e três meses se debatera*” (QUEIROZ 1997, p. 522, grifo meu). Como se pode perceber, os períodos variam entre 7 semanas e 3 meses. Um ponto importante para se salientar é que a narrativa diz respeito a uma experiência do narrador, portanto, pessoal. Dessa forma, o *tempo sensível* tem como marca a intromissão da consciência de Zé Fernandes na narrativa, que ao contar uma história a seu respeito, tem maior liberdade quanto ao *tempo medido*, pois a veracidade é garantida por quem conta e não por mecanismos de convencimento;
2. A estada de Zé Fernandes em Paris aparece com duas durações: “*nesses vinte e sete meses de Paris*” (QUEIROZ 1997, p. 551) e “*derreado com aqueles quatorze meses de Civilização*” (QUEIROZ 1997, p. 553). Outra vez, nota-se que a experiência de Zé Fernandes permite a discrepância.

Essas incongruências expressam a intromissão da consciência do narrador, essencialmente sua memória imperfeita, na construção da narrativa, pois, por se tratar de uma experiência pessoal, o *tempo medido* perde espaço para o tempo sensível que se introduz sub-repticiamente na história.

Por último, a relação dos sonhos de Zé Fernandes também marca a presença de sua consciência na narrativa, como se vê na seguinte passagem, longa, mas necessária para o entendimento da questão:

[...] e nem sei se depois adormeci – porque os meus pés, a que não sentia nem o pisar nem o rumor, como se um vento brando me levasse, continuaram a tropeçar em livros no corredor apagado, depois na areia do jardim que o luar branquejava, depois na Avenida dos Campos Elísios, povoada e ruidosa como numa festa cívica. E, oh portento! Todas as casas aos lados eram construídas com livros. Nos ramos dos castanheiros ramalhavam folhas de livros. E os homens, as finas damas, vestidos de papel impresso, com títulos nos dorsos, mostravam em vez de rosto um livro aberto, a que a brisa lenta virava docemente as folhas. Ao fundo, na Praça da Concórdia, avistei uma escarpada montanha de livros, a que tentei trepar, arquejante, ora enterrando a

perna em flácidas camadas de versos, ora batendo contra a lombada, dura como calhau, de tomos de Exegese e Crítica. A tão vastas alturas subi, para além da terra, para além das nuvens, que me encontrei, maravilhado, entre os astros. Eles rolavam serenamente, enormes e mudos, recobertos por espessas crostas de livros, de onde surdia, aqui e além, por alguma fenda, entre dois volumes mal juntos, um raiozinho de luz sufocada e ansiada. E assim ascendi ao Paraíso. Decerto era o paraíso – porque com meus olhos de mortal argila avistei o *Ancião da Eternidade, aquele que não tem Manhã nem Tarde*. Numa claridade que dele irradiava mais clara que todas as claridades, entre fundas estantes de ouro abarrotadas de códices, sentado em vetustíssimos fólhos, com os flocos das infinitas barbas espalhados por sobre resmas de folhetos, brochuras, gazetas e catálogos – o Altíssimo lia. A fronte super-divina que concebera o Mundo pousava sobre a mão superforte que o Mundo criara – e o Criador lia e sorria. Ousei, arrepiado de sagrado horror, espreitar por cima do seu ombro coruscante. O livro era brochado, de três francos... O Eterno lia Voltaire, numa edição barata, e sorria.

Uma porta faiscou e rangeu, como se alguém penetrasse no Paraíso. Pensei que um Santo novo chegara da Terra. Era Jacinto, com o charuto em brasa, um molho de cravos na lapela, sobraçando três livros amarelos que a Princesa de Carman lhe emprestara para ler! (QUEIROZ 1997, p. 519-520, grifo meu).

156

Nesse excerto, percebe-se logo de início o tempo despretensiosamente referido além da entrada em um “tempo aberto, sem Criação nem Big Bang, nem Apocalipse, [no qual] a História Universal é um acidente ontológico e, para a imaginação, um continente desolado só povoado pela fantasia” (LOURENÇO 1997, p. 713). Dessa forma, o influxo do sonho demonstra a dilatação do tempo, que comporta tudo. O tempo não pode ser medido, mas pode ser sentido.

O romance *A cidade e as serras*, é composto por um narrador que se impõe estruturar a narrativa através de números, o que se expressa, nesse ponto, pelo *tempo medido* aparente nas datas referidas, a todo o momento, por ele. Porém, a irrupção da consciência de Zé Fernandes no interior da narrativa nega a possibilidade de medição racional do tempo, pautando-se, nesses momentos, pelo *tempo sensível*. Dessa forma, constata-se que a escrita da história depende do homem; então, a transposição do real para o escrito sofre a intromissão recorrente da consciência humana, o que permite a afirmação de Luís Adriano Carlos sobre este romance:

[...] a estrutura da narrativa faz repousar grande parte da sua inteligibilidade na estrutura numerológica, graças a um narrador que recusa a ciência e a técnica mas que se entrega ao delírio quase libidinoso da quantificação matemática dos acontecimento e dos lugares (CARLOS 2005, p. 99).

Nesse comentário percebe-se o quanto o narrador é contraditório, pois ele conta uma história concentrando-se na exposição de números para passar veracidade, mas esconde, nos meandros do texto, suas falhas, ou *delírios*. Essa estrutura expõe o caráter complexo do pensamento humano, mais especificamente o da época de Eça, que ao tentar explicar a existência pela medição, oculta a consciência.

## Considerações finais

Quando se lê *A cidade e as serras*, pensa-se em um romance simples, de fácil entendimento e enaltecimento do mundo rural. Porém, sua estrutura é complexa, de difícil compreensão e difícil concatenação de sua organização narrativa. Pois resumir este livro à história de Jacinto é desprezar a própria história contada, já que a posição do narrador tem importância central no entendimento do sentido do romance. Ou como aponta Sousa:

[...] para poder compreender o significado de *A cidade e as serras*, é necessário ter em conta o facto de a história de Jacinto ser contada por um narrador que se nos impõe também como personagem e cuja força narrativa se insinua continuamente através do romance (SOUSA 1998, p. 55).

Portanto, a configuração de um narrador serrano pode iludir o leitor, mas se o discurso dele for lido atentamente, notaremos a constituição de um narrador ilustrado, que faz uso de seus conhecimentos para desautorizar o discurso civilizado de Jacinto e, com isso, o próprio discurso da cidade. Dessa forma, ao colocar em contraposição a civilização – ligada à cidade – e a serra, o narrador expõe as continuidades e descontinuidades desses ambientes, que se sobrepõem em um todo organizado, fazendo com que a síntese só exista externamente, ou, melhor dizendo, se for inferida pelo leitor.

Em primeiro lugar, o narrador utiliza sua posição privilegiada – pois narra o já conhecido, podendo, assim, manipular a organização do narrado – para construir uma história em que o centro está nos discursos concorrentes. Desse modo, o romance parece a narrativa da vida de seu amigo, mas, no fundo, ela se baseia na exposição da voz monótona de Jacinto oposta à voz dominante de Zé Fernandes. Essa organização permite a desconstrução do discurso cidadão através da predominância do ponto de vista do narrador, que simplesmente encena os fatos. Isso quer dizer que o narrador escreve sobre a sua experiência, sobre o vivido, implicando na transposição deste para o formal – operação complexa, exposta por Veyne da seguinte maneira:

[...] se o recorte científico e o recorte sublunar não coincidem, é porque a ciência [neste caso a narrativa] não consiste em descrever o que existe, mas em descobrir molas ocultas que, diferentemente dos objetos sublunares, funcionem com todo o rigor; para além do real, ela busca o formal. Ela não estiliza o nosso mundo, mas constrói modelos, dá sua fórmula (VEYNE 1982, p. 118).

Desse modo, quando o narrador contrapõe conceitos (visão *analítica* e visão *sintética*), ele está organizando o formal através de um recorte científico inerente. Então, ao escrever a história, Zé Fernandes expõe sua ideologia. Afinal,

[...] a palavra é o fenômeno ideológico por excelência. A realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo. A palavra não comporta nada que não seja ligado a essa função, nada que não tenha sido gerado por ela. A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social (BAKHTIN 2004, p. 36, grifo do autor).

Portanto, a organização da narrativa em forma de contradiscurso explicita o sentido do que o narrador quer passar, ou então, podemos dizer que a construção da narrativa efetuada por Zé Fernandes esvazia o sentido das ações, o que aproxima esta forma da ironia conforme destacada por Hayden White:

[...] a ironia tende no fim a voltar-se para o jogo de palavras, a tornar-se uma linguagem sobre a linguagem, a fim de anular o enfeitamento da consciência produzido pela própria linguagem. Suspeitando de *todas* as fórmulas, deleita-se na exposição dos paradoxos contidos em toda tentativa de captar a experiência da linguagem (WHITE 2008, p. 244, grifo do autor).

A posição estratégica que Zé Fernandes sustenta no romance funciona para desqualificar a cidade em detrimento do campo e, por estar em primeiro plano, causou afirmações categóricas como esta: “a apoteose da Serra sobre a Cidade é preparada com minúcia amorosa” (CANDIDO 2002, p. 45). Por outro lado, o olhar de fora cria um descompasso, como se as civilizações estivessem em épocas diferentes. Porém, vistas de perto, apresentam algumas características semelhantes, cujo principal exemplo é o *desajuste social*, que aparece em ambos os espaços.

O tempo corre em todas as direções e não se limita a contrapor cidade e campo. Na própria estrutura narrativa, ele é complexo e de difícil apreensão. Ao menos em duas direções é possível retê-lo: o *tempo medido* e o *tempo sensível*.

158

Em nível racional, o *tempo medido* estrutura a narrativa para dar veracidade ao narrado, as quantificações temporais criam um ponto maciço indissolúvel. O *tempo sensível*, pelo contrário, dissolve a realidade em impressões que ampliam as ações. Esses tempos conjugados criam um ambiente volátil, em devir.

Nota-se um traço importante em *A cidade e as serras*: a História possui ligação com o lugar de onde fala o enunciador. Porém, neste romance percebemos, na composição fundada no narrador-testemunha, a operação de transposição do vivido para o formal, evidenciando sua arbitrariedade, que fica bastante clara durante a manipulação dos dados por parte de Zé Fernandes.

### Referências bibliográficas

- AUERBACH, Erich. **Mímesis**. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 2004.
- BARTHES, Roland. Le Discours de l’Histoire. In: **Oeuvres complètes**: t. 2, 1966-1973. Paris: Editions du Seuil, 1994, p. 417-427.
- CANDIDO, Antônio. Eça de Queirós – Entre campo e cidade. In: \_\_\_\_\_. **Tese e antítese**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002, p. 29-56.
- CARLOS, Luís Adriano. A máquina do tempo n 202. In: BAPTISTA, Abel Barros. **A cidade e as serras, uma revisão**. Lisboa: Angelus, Novus Editora, 2005, p. 99-107.

- COELHO, Jacinto do Prado. Eça, escritor ambíguo?. In: \_\_\_\_\_. **Ao contrário de Penélope**. Lisboa: Bertrand, 1976, p. 189-193.
- FIORIN, José Luiz. O espaço discursivo em *A cidade e as serras*. In: MINÉ, Elza; CANIATO, Benilte Justo (orgs.). **150 anos com Eça de Queirós**. São Paulo: Centro de Estudos Portugueses, 1997, p. 278-283.
- LEPECKI, Maria Lúcia. **Eça na ambigüidade**. Lisboa: Jornal do Fundão, 1974.
- LOURENÇO, Eduardo. O tempo de Eça e Eça e o tempo. In: MINÉ, Elza; CANIATO, Benilte Justo (orgs.). **150 anos com Eça de Queirós**. São Paulo: Centro de Estudos Portugueses, 1997, p. 705-714.
- MARTINS, J. P. Oliveira. **História de Portugal**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1882, 2t.
- \_\_\_\_\_. **Portugal contemporâneo**. Lisboa: Livraria Antonio Maria Pereira, 1895, 2t.
- NUNES, Benedito. **Tempo na narrativa**. São Paulo Editora Ática, 2000.
- QUEIROZ, Eça de. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, 4v.
- REIS, Carlos. **Estatuto e perspectivas do narrador na ficção de Eça de Queirós**. Coimbra: Almedina, 1975.
- SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.). **Nova História de Portugal: Portugal e a Regeneração (1851-1900)**. Lisboa, Editorial Presença, 2004.
- SOUSA, Frank F. **O segredo de Eça, ideologia e ambigüidade em *A cidade e as serras***. Lisboa: Livraria Cosmos, 1998.
- \_\_\_\_\_. Zé Fernandes, personagem e narrador de *A cidade e as serras* de Eça de Queirós, **Queirosiana**. n. 4, p. 13-42, jul. 1993.
- VEYNE, Paul. **Como se escreve a História?**. Brasília, Editora da UnB, 1982.
- WHITE, Hayden. **Meta-história: a imaginação histórica do século XIX**. São Paulo: EDUSP, 2008.



# José de Alencar e a operação historiográfica: fronteiras e disputas entre história e literatura

José de Alencar and the Historiographical Operation: Borders and Disputes between History and Literature

---

**Francisco Régis Lopes Ramos**

regisufc@hotmail.com

Professor adjunto

Universidade Federal do Ceará

Av. da Universidade 2700 - Benfica

60020-180 - Fortaleza - CE

Brasil

---

## Resumo

Com base nas interrogações de Michel de Certeau sobre a "operação historiográfica", este artigo examina os modos pelos quais José de Alencar procurou dar legitimidade ao seu modo de fazer do passado um objeto de conhecimento. Compreende-se, desse modo, que os romancistas assumiram, também, a tarefa de compreender o passado. E, além disso, ou subjacente a isso, passaram a rivalizar com a suposta circunscrição que os historiadores foram estabelecendo. Pretende-se abordar como a escrita de José de Alencar faz parte dessas tensões que ganharam mais força a partir do século XIX, transformando a história no "outro" da literatura, e a literatura no "outro" da história. Serão analisados certos confrontos entre história e literatura, levando-se em consideração que as lutas pelas fronteiras entre ambas fazem parte da própria legitimidade que a escrita da história vai constituindo para si mesma. Serão feitas algumas comparações entre a escrita de José de Alencar e a de outros romancistas, no sentido de mapear disputas e na perspectiva de perceber como a literatura foi se afirmando como o "outro" da "escrita da história".

160

## Palavras-chave

História; Literatura; Narrativas.

## Abstract

Based on Michel de Certeau's interrogations about the "historiographical operation", this article examines the ways in which José de Alencar sought to legitimize his way of making the past an object of knowledge. We comprehend, thus, that novelists have also undertaken the task of understanding the past. And in addition to this fact, or underlying it, novelists came to rival the alleged circumscription that historians were establishing. In this sense, we intend to approach how José de Alencar's writing partook in those strains, which started to be strengthened in the 19<sup>th</sup> century, turning history into the "other" of literature and literature into the "other" of history. Some clashes between history and literature will be examined, considering that the struggles for boundaries between history and literature are part of the very legitimacy that the writing of history constitutes for itself. Some comparisons will be made between José de Alencar's writing and that of other novelists, in order to chart disputes and identify the perspective of realizing how literature came to assert itself as the "other" of "history writing".

## Keywords

History; Literature; Narratives.

---

Recebido em: 3/8/2014

Aprovado em: 10/11/2014

“Sou historiador à minha maneira” – escreveu José de Alencar, em um tom que, além de irônico (ou exatamente por ironizar), ataca pela tangente a escrita da história, um campo à época em busca de definição, mas já com algumas fronteiras estáveis, ou pelo menos em busca de estabilidade. Entre os cercamentos pelos quais qualquer disciplina se constitui, a oposição entre o fato e a ficção foi se mostrando útil no território daqueles que tomaram para si a tarefa de operar com a escrita da história: os historiadores.

Ao ser convocado por aquele que se dispõe a escrever uma obra a ser chamada histórica, o passado é posto em disputa na medida em que não somente a história o reivindica como objeto de conhecimento. É que os romancistas assumiram a tarefa de compreender o passado e, também, passaram a rivalizar com a suposta circunscrição que os historiadores foram estabelecendo.

Pretendo abordar como a autodenominação de um Alencar historiador faz parte dessas tensões que ganharam mais força no século XIX, transformando a história no “outro” da literatura, e a literatura no “outro” da história, a depender, é claro, do ponto de onde se parte e do lugar de onde se escreve e se publica. Sendo assim, as autoafirmações disciplinares se tramam pela contraposição ao que o “outro” não tem capacidade, nem instrumentos, para ser.

Ao encaminhar, dessa maneira, uma abordagem a partir de José de Alencar, filio-me claramente às indagações de Michel de Certeau a respeito da escrita da história na modernidade. Para Michel de Certeau, o estudo sobre a operação de dar sentido ao passado por meio da escrita envolve a identificação de lugares e procedimentos, e a própria maneira de compor a escrita (algo que, em certa medida, pode ser chamado de narrativa). Mas não basta fazer essas identificações. O que ele chama de “operação historiográfica” não é simplesmente a proposição de um método a ser seguido, como pode sugerir uma leitura mais instrumental, e sim o vislumbre do modo pelo qual uma maneira específica de dar sentido ao passado foi se constituindo: “a história moderna ocidental” (DE CERTEAU 1982, p. 14).

Fundamental, para Michel de Certeau, é perceber como esse campo, possuidor e incentivador de possibilidades variadas, ergue-se na medida em que imagina o “outro”. Esse outro pode ser “o primitivo”, “a cultura popular”, “a oralidade”, mas sempre terá no “passado” uma espécie de “outro” constante. O texto a seguir examinará, a partir de José de Alencar, um desses “outros” que Michel de Certeau identificou: a literatura.

Faço, desse modo, uma abordagem historiográfica. E, como bem orienta Manoel Luiz Salgado, “a historiografia interroga-se de maneira sistemática sobre as diferentes formas e maneiras de transformar o passado nesse objeto de investigação, materializado num conjunto de textos dados à leitura de uma coletividade” (GUIMARÃES 2007, p. 97).

### **História, mas a sua maneira**

Em 1865, José de Alencar publica *Iracema*. Na primeira página, a dedicatória é emblemática: “À Terra Natal, um filho ausente”. É ausente do Ceará que Alencar escreve *Iracema*. A matéria-prima do romance é a saudade. Não qualquer

saudade, mas aquela que só um filho sabe sentir. Além disso, ou subjacente a isso, o escritor deixa claro que é filho da cultura (porque sabe ter saudade) e da natureza (porque a saudade é da terra). Seu livro, sendo também filho da cultura, conta exatamente como essa natureza indômita passou a ter história, a partir do encontro entre o branco Martim e a índia Iracema. Se a história do Ceará começa na natureza, é da natureza que se deve tirar a memória.

Há uma cartografia da memória: *roteiro* de indicações para o cearense lembrar onde o Ceará guarda seu passado. O final do romance é eloquente e fornece a senha. "O camucim que recebeu o corpo de Iracema", escreve Alencar, "foi enterrado ao pé do coqueiro" (ALENCAR 1985, p. 168). Envolvida e envolvente, a carne passa a fazer parte da terra e da água: "E foi assim que um dia veio a chamar-se Ceará o rio onde cresceu o coqueiro, e os campos onde serpejam o rio" (ALENCAR 1985, p. 168). A cova da índia é o útero do Ceará. Na natureza, exatamente nela, repousam os vestígios do vínculo entre o morador e a morada. Não havia ruínas, nem poderia haver. As pedras que existissem seriam materiais arqueológicos: machados e outros instrumentos, a mostrar a antiguidade do homem na América. E o escritor não conseguiu inseri-los numa trama tal como ele desejava (um enredo convincente e, antes de tudo, comovente).

Alencar teve disposição para espalhar nada menos do que 128 notas de rodapé explicativas em um romance que tem mais ou menos este mesmo número de páginas. É certamente um campo de investigação promissor estabelecer relações entre essas notas e os procedimentos da escrita da história que foi se constituindo, de modo conflitivo, no "mundo moderno". Tratava-se de um procedimento que vinha se consolidando exatamente como princípio inalienável na escrita da história. O recurso gráfico do rodapé foi ganhando força, como mostra Anthony Grafton, em uma rede de relações íntimas entre nota e legitimidade para as conclusões apresentadas pelos autores. Há um longo e contraditório conjunto de vias que desembocaram na utilização de notas tal como conhecemos hoje. "O surgimento das notas de rodapé – e dos artifícios a ela associados, como apêndices documentais e críticos – separa a modernidade histórica da tradição" (GRAFTON 1998, p. 31).

As notas de *Iracema* não são, portanto, simplesmente coisas secundárias, pois funcionam em uma lógica argumentativa para dar à fábula uma base de fato. Nesse caso, o fato é o argumento; as notações avisam ao leitor que, em sua rede, ele está diante de uma lenda verdadeira, originária da pesquisa. Além disso, há, antes da narrativa, um "Prólogo" e um "Argumento Histórico"; depois lê-se uma "Carta" e ainda um "Pós-Escrito", colocado na segunda edição. É um excesso de informações, ou melhor, uma avalanche de defesas e contra-ataques diante das posições contrárias. Cercando *Iracema*, e na sua própria constituição narrativa, há vários indícios de um longo trabalho de investigação sobre o Brasil no tempo colonial.

Alencar era homem de formação jurídica, que iniciou seu ofício na literatura com as *Cartas sobre a Confederação de Tamoios* (1856), isto é, uma obra de teoria, sobre a escrita da ficção, abrindo um debate que se tornaria antológico. No primeiro romance, *O guarani* (1857), também há notas explicativas, "que já

traziam em si o germe da polêmica”. E o que veio a seguir quase sempre abrigou a presença de “prefácios e/ou posfácios”: “com um leitor real ou imaginário ele discute o seu instrumento [...], a língua, ou o seu ofício, o de escritor de romances” (SCHWAMBORN 1998, p. 274).

Enquanto a sua história do Ceará começa nos “verdes mares”, com Martim e seu filho se despedindo de Iracema, a sua história do Rio de Janeiro começaria em um ponto mais delimitado, tanto no tempo, quanto no espaço. O relato teria início no “momento em que se lançou a primeira pedra da construção da cidade”. O projeto previa o uso da imaginação historicamente fundamentada e, por isso, o seu Rio de Janeiro no decorrer do tempo seria mais real: “Talvez me censurem por isto e julguem que desci da verdade à poesia; tenho porém a consciência de que a imaginação aí não faz mais do que dar um corpo aos objetos que o espírito vê com os olhos d’alma, e ligar os diversos fragmentos...”. “Demais sou historiador à minha maneira”, conclui Alencar (1981, p. 111). Mas o que significa *à sua maneira*? Em princípio, completar o que faltava com a imaginação, juntar fragmentos dos livros e dos documentos antigos através de montagens sugeridas pela imaginação. Sem imaginação, nada poderia ser escrito. Mas, sem pesquisa, tudo seria falso. A verdade da ficção, no final das contas, vinha da imagem pesquisada no tempo.

Tanto a tradição oral quanto a escrita tinham o mesmo peso. Arqueologia, botânica, história, nada disso poderia ser descartado. Tudo em nome do romance, que, para Alencar, seria a única escrita capaz de juntar os fragmentos e compor a verdadeira imagem do passado, exatamente porque a ficção sabia como e por que imaginar, com critérios confiáveis e comoventes. Daí a importância da pedra no seu projeto para uma História do Rio de Janeiro: ora fonte que sustenta a existência do fato, ora desafio que induz a criação da fábula. Conclusão: “... não estranhe se algumas vezes me arrogo o título pomposo de historiador; uso desta palavra, como quem diria, simples e fiel narrador daquilo que leu e ouviu” (ALENCAR 1981, p. 112).

“Vou folheando”, explica Alencar, “uma a uma as páginas desse álbum de pedra [...]; no qual o tempo, esse sublime arquiteto de ruínas, elevou umas sobre as outras estas diversas gerações de casas, sob cujos tetos desapareceram outras tantas gerações de homens” (ALENCAR 1981, p. 112). O livro de Alencar é de uma pedra que se desgasta pelo tempo que arquiteta ruínas e deixa seu rastro de destruição, escondida pela elevação de novas camadas de construções que também serão soterradas. Sua perspectiva é moderna: tempo temporalizado, espaço temporalizado. O passado deixa marcas em uma atualidade que só consegue vê-lo na qualidade de vestígio. Não mais presença do passado, mas presença do tempo no qual o passado é separado do presente. Assim, o presente tem do passado a possibilidade de ver que o passado passou. O livro da natureza é também um livro do tempo.

### **A parte e o todo**

Na orientação de Von Martius para a escrita da História do Brasil, as diferenças regionais não poderiam ser desprezadas. Mas, como explicar que a diversidade tinha unidade? Nos seus cálculos, o problema não era pequeno.

O particular era fundamental. Sem o singular, não seria possível dar vida a uma escrita que pretendia fornecer aos brasileiros uma explicação sobre a complexidade de um país com dimensão para além do normal. Somente geral, a escrita deixaria de ser história; somente específica, a escrita seria apenas uma crônica. O particular, além de ser singularidade, deveria ser uma parte, e o todo teria como suposto a aversão a qualquer tipo de fragmentação. Seria preciso abraçar o ideal da síntese, por uma questão epistemológica e política: as províncias do Império deveriam permanecer unidas, como se fizessem parte de um todo.

“As obras até o presente publicadas sobre as províncias, em separado, são de preço inestimável”, conclui Von Martius. Mas o preço a que ele se refere está enquadrado em um mercado de fronteiras muito bem delimitadas. As escritas provinciais “abundam em fatos importantes, esclarecem até com minuciosidade muitos acontecimentos”, entretanto “não satisfazem ainda as exigências da verdadeira historiografia”.

O que interessa ao seu perfil de historiador da nação, que há de surgir e se impor, não combina com o “espírito de crônicas”, que se faz pelo acúmulo de um grande número de fatos. É por isso que não adianta restringir-se ao “que cada governador fez ou deixou de fazer na sua província, ou relacionar fatos de nenhuma importância histórica, que se referem à administração de cidades, municípios ou bispados” (VON MARTIUS 2010, p. 86).

164

“Aqui se apresenta”, escreve Von Martius, “uma grande dificuldade em consequência da grande extensão do território brasileiro, da imensa variedade no que diz respeito à natureza que nos rodeia”. Diferenças que também se expressavam nos costumes, nos usos e na composição da população. Para enfrentar “tão disparatados elementos”, o historiador deveria saber que, em comparação com o Rio Grande do Sul, o Pará “tem clima inteiramente diferente, outro solo, outros produtos naturais, outra agricultura, indústria, outros costumes, usos e precisões”, além de possuir habitantes envolvidos em “maior mistura com os índios” (VON MARTIUS 2010, p. 83).

Mas todo esse inventário das diferenças, a ser aplicado em todo Império, não poderia ceder aos apelos locais. Cada autor, ao ser cativado por certas especificidades, correria “o perigo de não escrever uma História do Brasil, mas uma série de histórias especiais de cada uma das províncias” (VON MARTIUS 2010, p. 83). Em resumo, o que ele queria era evitar que cada província se contentasse com a sua própria história e começasse a entender que a História do Brasil seria simplesmente a soma desses fragmentos. Enfim, está em pauta uma história do Brasil não pelas partes, e sim no todo. Mais explicativa e menos descritiva. Só assim, conclui Von Martius, seria possível ter a história da nação.

Algumas décadas depois, Alencar Araripe também publicou na *Revista do IHGB* um texto programático sobre o modo de se escrever a história do Brasil. Nada muito inovador, mas a ênfase passa a ser o cultivo da história de certos indivíduos, em uma prescrição que, em certa medida, entra em choque com a visão de síntese apregoada por Von Martius. Para Alencar Araripe, o pesquisador não ficaria decepcionado em sua busca pelos exemplos de vida: “Se nos tempos

da nossa primitiva vida social achamos matéria para o historiador, não faltará nos dias posteriores assuntos para quadros de patrióticos estímulos”.

A “guerra holandesa”, por exemplo, traria quatro heróis, ou melhor, quatro símbolos das raças formadoras da nacionalidade: “Se Fernandes Vieira e André Vidal são da raça branca, Antônio Camarão é indígena, e Henrique Dias pertence ao tipo africano” (ARARIPE 2010, p. 238). O texto de Alencar Araripe não enfoca o perigo do fragmento gerado pelas províncias e isso parece dar mais coesão à sua proposta. O bloco argumentativo, entretanto, entra em contradição com outro escrito, que ele havia publicado em 1867. Refiro-me ao livro *História da Província do Ceará*. Nele, Camarão é apropriado de maneira específica: “O herói da guerra holandesa Antônio Felipe Camarão foi sempre reconhecido por natural da serra da Ibiapaba; todavia ultimamente duvidou-se dessa naturalidade a fim de transferi-la do Ceará para Pernambuco” (ARARIPE 1958, p. 135).

No “prólogo” de *Iracema*, publicado dois anos antes, José de Alencar também protestou: “... falo da pátria do Camarão, que um escritor pernambucano quis pôr em dúvida, tirando a glória ao Ceará para dar à sua província” (ALENCAR 1985, p. 50). A repetição não é mera coincidência. Trata-se de uma vontade comum entre os primos Alencar Araripe e José de Alencar: legitimar o fluxo da escrita nas urdiduras do tempo. Era uma questão de honra acreditar que o Ceará fora o berço de Camarão, índio que, conforme se imaginava, tornou-se um homem civilizado e, além disso, ajudou a expulsar os holandeses do Brasil.

A querela estava posta, na história e na literatura, evidenciando que as semelhanças entre ciência da história e ficção literária não eram poucas. É que junto do romantismo brasileiro vinha um romantismo cearense, ou melhor, a vontade de valorizar o Brasil destacando a participação do Ceará. Araripe afirmava que havia uma “pátria cearense”; Alencar dizia que o Ceará era a “pátria de Camarão”.

A polêmica continuou e, em 1897, Januário Lamartine chegou a publicar um opúsculo para provar que Camarão era cearense. Para se contrapor aos “gratuitos detratores”, o autor seguiu os cânones em vigência, conduzindo o julgamento na medida em que fazia listagens de citações longas e confiáveis. Entre os citados vem José de Alencar, reverenciado como criador, mas antes de tudo como pesquisador: “Iracema pode ter sido uma concepção mitológica, mas Araquém e Guaby foram entidades reais, como ainda hoje atestam e demonstram os seus descendentes” (NOGUEIRA 1897, p. 33).

Não se deve estranhar, portanto, o destaque de *Iracema* entre as obras consultadas. Não que o polemista confundisse história científica com ficção romântica, mas porque seus sentimentos combinavam com algo que se encontrava em *Iracema*. Além de valores como o patriotismo cearense, o que Januário Lamartine procurava na obra de José de Alencar era o “argumento histórico”, ou melhor, a base da imaginação, que estava mais evidente em partes específicas, como notas, prefácios ou posfácios. E não é descabido pensar que muitos outros leitores envolvidos com a busca de explicações para o passado também fizessem essa leitura da obra de Alencar. Afinal, o próprio escritor quis conduzir o leitor nesse sentido, com suas referências recorrentes ao “real” de onde brotava o romance.

## A pesquisa exposta

Ergue-se, no século XIX, ou mesmo antes, uma disciplina cuja responsabilidade seria, antes de tudo, metódica: a história tornar-se-ia peculiar pelo trato rigoroso e exaustivo com as fontes. Não haveria, nesse sentido, história sem fonte, mas só com a fonte o historiador seria impotente. O pressuposto da existência da fonte jamais poderia prescindir do procedimento calculado e da própria explicitação dessa necessidade imperiosa e decisiva na escolha da posição através da qual o historiador se justificaria diante dos pares e de outros leitores. Alencar fez mais ou menos a mesma coisa: tramas ocorridas no passado trazem notas, evidenciando as fontes de pesquisa e, portanto, a legitimidade da ficção.

A crítica documental seria uma base segura, através da qual a imagem do passado teria a matéria-prima, como se percebe na explicação que o romancista expõe em uma das notas de *Ubirajara*: “Os historiadores, cronistas e viajantes da primeira época, senão de todo período colonial, devem ser lidos à luz de uma crítica severa. É indispensável sobretudo escoimar os fatos comprovados, das fábulas a que serviam de mote...” (ALENCAR 1977, p. 333).

Publicado quase dez anos depois de *Iracema, Ubirajara* (1874) também traz um texto preliminar, com o mesmo intuito: provar que a lenda veio do estudo sobre a vida dos indígenas no período colonial. Alencar deixa ainda mais explícita sua tomada de posição diante do passado: é preciso criticar os testemunhos. Criticar em que sentido? Para dar à nação uma memória gloriosa, com suas dores e suas alegrias, uma lembrança coletiva que gere o gosto de ser brasileiro. Para Alencar, os índios faziam parte do passado nacional de modo heroico e digno. Não se tratava simplesmente de um pretérito primitivo a ser suplantado pela civilização, como pensavam Alencar Araripe e muitos outros.

Ele argumenta que o seu romance, para não ser “infel à verdade histórica”, está baseado em escritos honestos, como as “Memórias diárias da guerra brasílica do Conde de Pernambuco”, considerando que “esta autoridade, além de contemporânea, testemunhal, não pode ser recusada” (ALENCAR 1985, p. 51). Alencar não se cansou de afirmar que a sua fabulação vinha dos fatos. A estratégia mais evidente nesse sentido foi o uso de notas, prefácios ou mesmo uma carta, como se vê no final de *Iracema*, em que ele reafirma seu gosto pelo trabalho de historiador ao lembrar que no início era o “instinto” que o movia para a pesquisa: “não tinha eu então estudos bastantes para apreciar devidamente a nacionalidade de uma literatura; era simples prazer que movia-me à leitura das crônicas e memórias antigas” (ALENCAR 1985, p. 190). Alencar não estava longe da ânsia investigativa que mobilizava a formação disciplinar da história. Assim como aqueles que se assumiam como historiadores, Alencar estava acuado e armado, para duelar com outras versões. Vinha da disputa em torno do tempo de outrora o prazer de se justificar, de expor os procedimentos que o levaram à conclusão certa.

Alencar sabia que os prólogos poderiam atrapalhar: “eles fazem à obra o mesmo que o pássaro à fruta antes de colhida; roubam as primícias do sabor literário” (ALENCAR 1985, p. 47). Mas, diante das competições pela versão

mais verdadeira, ele usou e abusou de explicações em torno de sua lenda, ou melhor, da lenda que ele diz ter escutado em sua terra natal. Sentia que essas bordas de *Iracema* eram um mal necessário, sobretudo para enfrentar as intrigas da oposição.

No primeiro capítulo de *Iracema*, o criador reforça a ideia de que há, na sua criação, um “argumento histórico”, uma tradição oral, considerada por ele como uma fonte histórica. Ao perguntar ao leitor, mais de uma vez, o que Martim deixava ao partir na “afouta jangada”, Alencar responde que ele deixou uma história. “Uma história que me contaram nas lindas várzeas onde nasci, à calada da noite, quando a lua passeava no céu argenteando os campos...” (ALENCAR 1985, p. 55).

A documentação era a base da imaginação. Sem fontes, não era possível fazer a trama. Mas a trama não era simplesmente a disposição dos fatos descobertos, porque seria necessário formar imagens. Imagens literárias que, para além dos documentos, fossem capazes de atrair a alma do leitor. Em *Como e por que sou romancista*, ele procura explicar que, na sua literatura, “o selvagem é um ideal”. Quer dizer, sua ficção, exatamente para ser ficção, parte do real, passa pelo ideal e chega ao imaginário, quer dizer, à composição de imagens. Assim, Alencar argumenta que é absolutamente imprescindível retirar dos índios a “crosta grosseira” colocada pelos “cronistas” (ALENCAR 2005, p. 61).

Se o romance, segundo Alencar, é uma escrita capaz de articular imagens do passado através de narrativas calcadas na crítica documental, torna-se necessário, de acordo com a proposta interpretativa de Michel de Certeau, investigar o “outro” que esse método de escrita literária traz em si mesmo: a história. Nesse sentido, não basta afirmar que o romancista realizava uma crítica documental semelhante a uma das grandes referências na escrita da história do Brasil, como Varnhagen, por exemplo. É preciso perceber que o autor Alencar se compõe em um “lugar”: o “lugar” dos que escrevem romances e, assim, vão demarcando fronteiras diante de outras escritas. Ao seu modo, Alencar articulou o seu “outro”, fazendo uso de um “lugar comum”.

167

### O “outro” e o seu lugar comum

Antes de Alencar, Victor Hugo já havia feito ressalvas à escrita da história. Em *Os miseráveis*, por exemplo, encontram-se observações como a seguinte: “Os fatos [...] pertencem a essa realidade dramática e viva que o historiador às vezes negligencia por falta de tempo ou de espaço” (HUGO 2002, p. 931). Mas, antes de Victor Hugo, Henry Fielding também mostrou certo desdém diante da escrita da história ao avisar, no início de *Tom Jones*, que não iria “imitar o trabalhoso e volumoso historiador” cuja técnica reside em “preservar a regularidade da sequência”. Fielding se refere ao texto que, para narrar o passado, “se sente obrigado a encher tanto papel com os pormenores de meses e anos em que nada de notável ocorreu, quanto o que emprega em descrever as épocas notáveis, em que se desenrolaram as maiores cenas...”. “Essas histórias”, esclarece Fielding, “parecem-se muitíssimo com um jornal, que consiste exatamente no mesmo número de palavras, haja ou não haja notícias”. Em outros termos: “...viaja com



a mesma lentidão pelos séculos de estagnação monástica, quando o mundo parecia adormecido, e pela época brilhante e ativa...” (FIELDING 1983, p. 47).

Fielding, Hugo, Alencar... Não será difícil aumentar a lista dos romancistas que comentaram, dentro e fora dos romances, a vulnerabilidade da história. Tolstói –vale citar mais este caso – alargou de tal maneira o seu comentário que acabou gerando um dos capítulos finais do seu monumental *Guerra e paz*. Mas, antes de chegar às últimas páginas, o escritor semeia no decorrer da obra reflexões sobre a pesquisa histórica e o sentido do tempo na história. No início do tomo III, por exemplo: o autor afirma que o acontecimento, visto “com um bom senso desanuviado”, apresenta na posteridade causas “numa quantidade inumerável”. Entretanto, Tolstói não se limita a teorizar sobre a complexidade das tessituras temporais e avança em uma demarcação de território para si mesmo: “... não somos historiadores nem entusiastas dos métodos de pesquisa...” (TOLSTÓI 2013, p. 1273).

Já que a escrita da história não se dava em um campo bem delimitado, Victor Hugo e José de Alencar aproveitaram as brechas para dizer que o ofício de escritor englobava, de alguma maneira, o trabalho de um historiador. Não seria um despropósito assim o considerar, mas certamente será um equívoco assim concluí-lo, na medida em que o romance, tal como foi se compondo como “gênero”, tornou-se “híbrido”, com pretensões variadas, que iriam da vontade de ser filosofia por um lado e história por outro, conforme a análise de Marthe Robert (2007). Não se trata somente, ou simplesmente, de ocupar um lugar ainda indeterminado da história como saber disciplinado, mas de uma disputa maior, na reconfiguração do conhecimento moderno. Disputa que é parte constitutiva dos compartimentos que se erguem: será componente da ficção opor-se à história, assim como será ingrediente da história fazer-se oponente da ficção.

Fielding ou Tolstói, tal como foram aqui citados, não apresentam, é claro, uma constância de posições da literatura a respeito da história, até porque os modos de existência da literatura e da história não apenas se modificaram, mas, também, tiveram suas condições de possibilidade compostas em outras bases. Se os tomo como referência, reportando-me ainda a Victor Hugo, apenas quero ressaltar que, em seu modo de se (re)afirmar diante de outras escritas, o romance foi apresentando comentários de autolegitimação por meio de críticas a outras maneiras de dar sentido ao passado.

Enquanto Fielding critica historiadores que não sabem narrar porque não conseguem separar, na linha cronológica, o principal do secundário, Hugo acusa aqueles que não valorizam os fatos cotidianos para o correto conhecimento sobre o pretérito, em uma posição que pode ser relacionada à preocupação de Tolstói com os aspectos mais biográficos e mais particulares. Se não são constâncias, e muito menos regras, não será exagero sugerir que esses pontos aqui destacados são “incômodos” constitutivos da escrita do romance. Ao fazer parte da já então heteróclita rede de “romancistas”, José de Alencar compartilhava, à sua maneira, sensibilidades afetadas com a divisão e a interação entre o fato e a ficção.

## A inconfessável necessidade do “outro”

No prefácio de um dos seus livros mais recentes, *The fiction of narrative*, Hayden White considera que “a historiografia científica – em seu modo tanto empirista, bem como de ‘grandes teorias’ – é em si uma ideologia que, ao excluir preocupações éticas de suas operações, produz apatia [...], em vez de uma vontade de ação”.<sup>1</sup> Por outro lado, White argumenta que “felizmente, o romance moderno, [...] manteve vivo o interesse na ‘história’, entendida não tanto como ‘o passado’, como, ao contrário, o espetáculo da autofabricação humana”.<sup>2</sup>

“Eu acho”, conclui Hayden White, “que no final eu retorno à visão de Aristóteles de que a história sem a poesia é inerte, assim como a poesia, sem a história, é insípida” (WHITE 2010, p. 11).<sup>3</sup> Assim como Hayden White, autores com perspectivas diferentes, como Paul Ricoeur (2012) ou François Hartog (2013), retornam a Aristóteles como uma espécie de ponto de referência ou, em certo modo, de partida. Assim, participam do debate contemporâneo sobre temas que podem ou não criar pares de opostos, como se deu, com mais estrondo, entre Hayden White (2006) e Ginzburg (2006) ou, menos alarde, na crítica de Roger Chartier (2011) contra Hayden White.

Sem entrar em detalhes sobre essa recorrência de Aristóteles, mas apenas ressaltando que são recorrências diferentes com o intuito de (des)qualificar (mais ou menos) a vinculação entre fato e ficção, acredito que não seria um despropósito vislumbrar aí uma espécie de mito do eterno retorno na fabricação do “outro”. Isso sem falar em Peter Gay no seu *Estilo na História*, com posição, em certo sentido, semelhante à de Hayden White, sobretudo na apropriação de Aristóteles para alterá-lo a favor de uma atenção que os historiadores deveriam dar aos recursos da escrita, mas numa trincheira que não gerou as reações exaltadas que o *Meta-história* provocou e ainda provoca. Ambos entendem a poética (no sentido de estilo ou narrativa) como parte da escrita da história, e não mais como algo à parte. Peter Gay, aliás, chega a ser irônico: “A cidadíssima observação de Aristóteles de que a poesia é mais verdadeira do que a história encontrou muitas repercussões; dentre os historiadores, Burckhardt foi apenas o mais famoso a dar-lhe seu humilde assentimento” (GAY 1990, p. 171).

É significativa, nesse sentido, a ausência de Aristóteles em Michel de Certeau. Para lidar com a configuração da escrita da história, inclusive ressaltando as implicações (quase sempre impositivas) da economia escriturária na fabricação do passado, Michel de Certeau não recorre à divisão entre ficção e história proposta por Aristóteles. Aristóteles, para Michel de Certeau, funcionava num regime de temporalidade com o qual a divisão entre passado e presente não apresentava o abismo que a modernidade iria abrir,

<sup>1</sup> No original: “...that scientific historiography – in its empiricist as well as in its ‘grand theoretical’ modes – is itself an ideology that, in excluding ethical concerns from its operations, produces apathy [...], rather than a will to action”.

<sup>2</sup> No original: “Fortunately, the modern novel, [...] has kept alive an interest in ‘history’ understood not so much as ‘the past’ as, rather, the spectacle of human self-making”.

<sup>3</sup> No original: “Which is to say, I guess, that in the end I come back to Aristotle’s insight that history without poetry is inert, just as poetry without history is vapid”.

portanto tratava de outras realidades que não poderiam ser traduzidas para a tensão moderna entre história e literatura. Se o romance nasce e cresce em oposição à retórica antiga, fazendo emergir a própria noção de "literatura" atualmente vulgarizada, o retorno a Aristóteles torna-se dispensável. É que, para o estudo sobre a "operação historiográfica", o caminho não é defendê-la aperfeiçoando-a, e sim fazê-la objeto historicamente situado, circunstanciado na formação da escrita da história na modernidade, que se proclama distante dos "antigos", na medida em que pode (e deve) estudá-los para superá-los.

Além disso, ou subjacente a isso, a ideia de "operação historiográfica" não propõe um método. Nesse sentido, não interessa defender ou acusar as alianças ou as querelas entre literatura e história, mas perceber como elas se usam para se fazer legítimas. Não está em pauta a avaliação da teoria da história a partir de uma epistemologia centrada na cientificidade linear da história, no sentido de fazer avançar o refinamento de instrumentos de pesquisa ou abordagens mais fundamentadas.

Na análise dos documentos e na escrita do texto histórico, há um "discurso técnico" que se autoriza a captar o real determinando os "erros característicos da ficção". Ou seja: estabelecendo "o gesto que separa os dois discursos – científico e de ficção –, a historiografia adquire seu crédito de uma relação com o real". Ergue-se, portanto, uma reciprocidade entre o fato e a fábula. "Essa determinação recíproca", explica Certeau, "implica uma dupla defasagem que consiste, por um lado, em fazer com que o real seja plausível ao demonstrar um erro e, ao mesmo tempo, em fazer crer no real pela denúncia do falso. Ela pressupõe, portanto, que o não falso deve ser real".

170

Assim, outrora, ao argumentar contra "falsos" deuses, fazia-se crer na existência de algo verdadeiro. Ao repetir-se, inclusive na historiografia contemporânea, o procedimento é simples: ao comprovar os erros, o discurso leva a considerar como real o que lhes é contrário. Apesar de ser logicamente ilegítimo, o procedimento funciona ["*marche*"] e "leva na conversa" ["*fait marcher*"]. Desde então, a ficção é transferida para o lado do irreal, enquanto o discurso tecnicamente armado para designar o erro está afetado pelo privilégio suplementar de representar o real; os debates entre "literatura" e história permitiriam facilmente ilustrar essa divisão (DE CERTEAU 2011, p. 46).

Não interessa a Michel de Certeau defender que a história deve ser mais literária, e muito menos que a literatura deve ser mais histórica. O que lhe incomoda é a política dos compartimentos, a credibilidade da fronteira entre o fato e a ficção. Fronteira que vai se erguendo e se movendo em sintonia com as partições sujeito/objeto, passado/presente e ciência/crença, ao sabor das relações de poder necessárias ao estabelecimento do "outro" no campo literário e no campo histórico.

Por um lado, Michel de Certeau faz menos epistemologia e mais arqueologia, tal como propôs Michel Foucault (2000). Por outro, faz menos arqueologia do saber ao confrontar-se com Foucault, exigindo dele clareza sobre a identificação do "lugar", e faz mais "epistemologia negativa", na medida em que a preocupação

com o "lugar", tão caro ao seu pensamento, não é simplesmente o ato de localizar, mas uma localidade que vai circunscrevendo dinâmicas subjacentes à fabricação do "outro" na escrita da história (BUARQUE 2007). Para Michel de Certeau, a expressão "não sem ti" é uma modalidade de existência sem a qual não se pode compreender a participação do morto na composição da escrita sobre o passado. O morto, vale sublinhar, é entendido como o "outro" do presente no qual a história é escrita (DE CERTEAU 2006, p. 218-219).

Diante das críticas de escritores do século XX aos textos de história, Hayden White (2001) propõe que os historiadores saiam da posição intermediária (e prejudicial) entre a arte e a ciência, e assumam que a história tem mais a ver (e a ganhar) se tornarem a história mais artística e menos científica, beneficiando-se assim da "ciência" que estuda os fenômenos narrativos. Pelo procedimento de Michel de Certeau, a questão não reside nesse movimento migratório da história para uma autocompreensão em termos literários (isso não significa que ele não seja, declaradamente, usuário da literatura em vários sentidos). O problema, para ele, não está na quebra da fronteira, mas nas (su)posições que se legitimam tanto pelas junções quanto pelas separações. Quando Michel de Certeau evoca a necessidade de uma "nova politização" (DE CERTEAU 2011, p. 63-64), está em pauta o trabalho com os modos pelos quais os lugares vão jogando com seus "outros", que podem ser lugares diferentes, lugares ambíguos ou, ainda, lugares não autorizados.

Se, para Michel de Certeau, a operação historiográfica se articula ao desdobramento de "outros", a escrita de José de Alencar é um "outro" que, por sua vez, reage a essa condição por vias mais ou menos específicas. Ser um "outro" da escrita da história não é a aceitação de uma imagem, e sim a luta pela delimitação de fronteiras de legitimidade do conhecimento, na medida em que as definições em torno das qualidades próprias do saber histórico ocorrem numa dinâmica que vai supondo a circunscrição de áreas desprovidas de tais qualidades.

Se na escrita da história o romance de Alencar é um "outro", no romance de Alencar o "outro" é a escrita da história. O que equivale a dizer: se a história se apresenta como relato sobre o real (contrapondo-se à falta de realidade da ficção), escritores como Alencar ou Victor Hugo invertem o jogo afirmando que a ficção pode gerar narrativas mais legítimas (em comparação com o trabalho dos historiadores).

Ao lado de outros romancistas, mas também ao seu modo, José de Alencar põe o romance para funcionar na medida em que participa de acordos e conflitos na delimitação de fronteiras do conhecimento, fazendo parte da convocação de características que seriam próprias da ficção. Uma dessas características é exatamente fazer da sua criação literária um conhecimento legítimo sobre o passado, seguindo recursos que foram se constituindo como uma espécie de tradição ou de um incômodo recorrente do romance moderno, na sua recusa da retórica antiga e na sua posição crítica em busca de autoridade para narrar a existência de coletividades ou individualidades – ora colocando-se ao lado da escrita da história, ora dizendo-se mais e melhor do que ela.

## Considerações finais

“Pobres, fracos, humilhados, depois dos tão formosos dias de poderio e de renome, que nos resta senão o passado?”. A inferência em forma de pergunta é de Alexandre Herculano no final do primeiro capítulo do romance *O bobo*, abrindo um apelo em torno da necessidade do conhecimento da história de Portugal como instrumento de contraposição à decadência e ao pessimismo:

Que todos aqueles a quem o engenho e o estudo habilitam para os graves e profundos trabalhos da história se dediquem a ela. No meio de uma nação decadente, mas rica de tradições, o mister de recordar o passado é uma espécie de magistratura moral, é uma espécie de sacerdócio. Exercitem-no os que podem e sabem; porque não o fazer é um crime. E a arte? Que a arte em todas as suas formas externas represente este nobre pensamento; que o drama, o poema, o romance sejam sempre o eco das eras poéticas da nossa terra (HERCULANO 1970, p. 13).

Não é com grande frequência que se pode encontrar considerações que colocam o romance e a história em condições mais ou menos semelhantes de legitimidade, sobretudo a partir do século XIX. Além do nacionalismo, outro aspecto que pode ser levado em conta para se interpretar a quase singularidade do apelo é a observância do “lugar” ocupado por Herculano, autor que se dedicou tanto ao romance quanto à história. Também relevante, nesse sentido, é pensar sobre a complexidade do “outro”: o Herculano romancista não é igual ao Herculano historiador.

172

Não será difícil encontrar, na sua escrita, considerações sobre o necessário e insubstituível trabalho da pesquisa rigorosa em “documentos e memórias” (HERCULANO s/d, p. 136). É por isso, por exemplo, que ele lamenta o pouco conhecimento que se tem sobre a história de Portugal referente à segunda metade do século XVI e escreve o texto “Pouca luz em muitas trevas”, para analisar “uma coleção de papéis vários, em grande parte originais, relativos ao período de domínio castelhano” (HERCULANO s/d, p. 143). Do ponto de vista metodológico, aqui se vê o mesmo historiador que se encontra na *História da origem e estabelecimento da inquisição em Portugal*, explicando, entre outras coisas, que a maior parte dos documentos utilizados foi redigida por aqueles que estão nos “variados enredos” do livro (HERCULANO 2002, p. 11). Trata-se, também, do mesmo Herculano autor da *História de Portugal*: na “Advertência da primeira edição”, ele não quer deixar dúvidas sobre a diferença entre o fato com o qual o historiador trabalha e a fábula das tradições. Referindo-se a intelectuais que escrevem sem rigor na pesquisa documental, Herculano avalia: “Eles tratam a história como uma questão de partido literário; eu apenas a considero como matéria de ciência” (HERCULANO 1980, p. 12).

Por outro lado, há o Herculano dos romances, das lendas e de outras “ficções”, autor que valoriza as tradições orais e é afeito às ironias: “[...] Coisa incrível, por certo, mas verdadeira como a própria verdade. Palavra de romancista”, ele escreve no romance *O bobo*, tentando estabelecer um diálogo com o leitor (HERCULANO 1970, p. 17).

Ao ser historiador e romancista, ora enfatizando a pesquisa documental, ora assumindo os recursos da ficção, Herculano tem seu "outro" como historiador e seu "outro" como romancista. E cada "outro" vincula-se mais à diferença e menos à contraposição. De José de Alencar, é mais adequado imaginar o contrário: a diferença entre romance e história apresenta-se marcada por hierarquias e tende ao gosto pela polêmica a esse respeito. Em José de Alencar, o "outro" se gera em um jogo mais belicoso.

Não se encontram em Alencar considerações que, apesar da disputa, busquem certo equilíbrio, como as que podem ser lidas no artigo "Velhice", publicado por Herculano em *O Panorama* (01/08/1840): "Novela ou história — qual destas duas coisas é mais verdadeira? Nenhuma [...]". Ou melhor: depende da novela e da história, porque "o noveleiro pode ser mais verídico do que o historiador" (apud. MENEZES 1997 p. 18). Ressalte-se o "pode ser". Alencar, como já foi visto, põe a sua ficção histórica como uma narrativa que já é superior diante da história dos historiadores.

Criador e criatura do nacionalismo no Brasil do século XIX, José de Alencar integrava o campo de letrados envolvidos com o trabalho de dar à nação um passado (NAXARA 2004). Sua fé, nesse sentido, pode ser recortada pelas especificidades da sua vida de intelectual que foi fazendo o seu "lugar" como romancista. Em um sentido mais amplo, levando-se em conta os modos pelos quais a escrita do romance e a escrita da história foram se modelando, ele pode ser compreendido como um intelectual que foi se fazendo autor na medida em que foi usando recursos disponíveis nas escritas autodenominadas de romance. A necessidade do "outro", tal como pensou Michel de Certeau, é indício desses recursos.

Se Michel de Certeau faz uma "epistemologia negativa", é viável acreditar que os estudos sobre a escrita da história podem levar em consideração o negativo escriturário: não apenas o que a escrita exclui ou esquece, e sim aquilo que a escrita expõe como não-escrita, tornando certa escrita acreditável. Investigar o crível, nesse sentido, não significa deter-se nele, analisando-o em suas contradições ou nos seus ocultamentos, mas tangenciá-lo pelo que o sustenta, ou seja, pelo incrível que o "outro" é obrigado a ser.

Para José de Alencar, incrível era a história, pelo menos em parte: sem a imaginação (que pode ser definida como uma apropriação peculiar da poética de Aristóteles), a história não tinha credibilidade para ser crível (o papel da história seria, então, fornecer a matéria-prima para a literatura?). O uso de notas nos romances é um dos indícios da legitimidade que ele procurava dar a si mesmo como pesquisador de história. Pelo rodapé do romance *O guarani*, por exemplo, desfilam citações de autores como Varnhagen, Gabriel Soares, Aires do Casal ou Silva Lisboa (ALENCAR 1977). Poder-se-ia perceber aí a presença de uma "dupla narrativa" (ABREU 2011), mas talvez seja mais adequado pensar na recorrência às notas como *parte da narrativa*. Assim como ocorre em *Iracema* ou em *Ubirajara*, as notas não apenas são complementos, mas também implementos, quer dizer, elas injetam na imagem literária o sumo histórico que lhe dá força para ser uma ficção de fato.

Também na segunda metade do século XIX, Capistrano de Abreu se fez autor, mas em outro “lugar”. Lugar que, para existir, precisava inverter a relação: incrível era a literatura, e seu papel, talvez, fosse estudar as reações socialmente compartilhadas, e não o passado. Se Alencar não era neófito no trato com os métodos de investigação dos historiadores, Capistrano dedicou-se aos estudos de literatura com afinco, como mostram suas cartas e seus artigos (BATISTA 2011). Sobre essa mistura de interesses, aliás, vale lembrar a cooperação entre ambos: quando ainda morava no Ceará, Capistrano fez uma pesquisa para Alencar: coletou versos da tradição oral narrando cenas de vaquejadas. Alencar usou a pesquisa no romance *O Sertanejo* e Capistrano no seu *Capítulos de História Colonial*, quando se refere à cultura do gado no sertão (RAMOS 2012). Se eles se fizeram semelhantes na pesquisa, o uso dela os mobilizou para campos em litígio. Fazia parte do jogo.

Escrevendo como romancista, Alencar mostra que é diferente dos historiadores e até pode ser melhor do que eles, sendo-lhe possível avaliá-los e corrigi-los. O “outro”, contudo, é mais ambíguo do que esse combate feito por ele para defender o lugar do romance. O “outro”, ao qual Michel de Certeau se refere, é também “escrita”, ou melhor, procedimentos nos quais a escrita se faz escrita da história, pressupondo, assim, as práticas da pesquisa documental. Alexandre Herculano, que produziu como historiador e também se fez romancista, é um caso, entre outros, que indica como o lugar não é tão somente sinônimo de autor ou instituição, mas também uma dinâmica feita no ato de escrever e publicar, além de romances, livros de história e textos de polêmica, depois reunidos nos *Opúsculos*.

174

Isso quer dizer que o jogo utilizava o “outro” na disputa pelas cercas das disciplinas, tal como pensou Michel de Certeau, mas também se fazia pela incorporação de procedimentos que, em princípio, não pertenceriam ao “lugar” no qual se autoproclama a escrita – questão que não pode ser desprezada, mas não foi meu objetivo aqui desenvolvê-la. Refiro-me, assim, à sugestão de Paul Ricoeur (2012) no sentido de se indagar sobre os entrecruzamentos entre história e ficção: como a divisão entre uma e outra supõe, também, uma troca não muito alardeada, mas amplamente praticada. Sob essa ótica, José de Alencar apareceria em outra figuração, diferente da que me propus a apresentar: romancista não como concorrente do historiador, mas na qualidade de intelectual atento aos procedimentos de uma disciplina cujos recursos o ajudam a fazer a sua ficção de fato. Se me reporto a isso nessas considerações finais, não é meu intuito senão voltar ao que foi exposto no início do artigo, para reiterar sua proposta de perceber a relação de Alencar com a escrita da história a partir de um recorte circunscrito a problemáticas lançadas por Michel de Certeau. Recorte que, longe de ser necessário, apresenta-se tão somente como uma possibilidade de indagação historiográfica.

### Referências bibliográficas

ABREU, Mirhiane Mendes de. **Ao pé da página**: a dupla narrativa em José de Alencar. Campinas: Mercado das Letras, 2011.

- ALENCAR, José de. **Sonhos d'ouro**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1953.
- \_\_\_\_\_. **O sertanejo**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1967.
- \_\_\_\_\_. **O gaúcho**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953.
- \_\_\_\_\_. **Romances ilustrados de José de Alencar** (Vol. 1: O guarani, Iracema, Ubirajara). Sétima Edição. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: INL, 1977.
- \_\_\_\_\_. O Rio de Janeiro – prólogo. In: FREIXEIRO, Fábio. **Alencar: os bastidores e a posteridade**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1981.
- \_\_\_\_\_. **Alfarrábios** – Crônicas dos Tempos Coloniais, I - O garatuja, II – O ermitão da glória, III – a alma do Lázaro. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1953.
- \_\_\_\_\_. **Iracema**. Fortaleza: Edições UFC, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Como e por que sou romancista**. São Paulo: Pontes, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Melhores crônicas**. Seleção e prefácio de João Roberto Faria. São Paulo: Global Editora, 2003.
- \_\_\_\_\_. **O nosso cancioneiro**. Campinas: Pontes, 1993.
- ARARIPE, Tristão de Alencar. **História da província do Ceará: desde os tempos primitivos até 1850**. 2ª ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1958.
- \_\_\_\_\_. Indicações sobre a história nacional. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Livro de fontes de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010, p. 211-264.
- BATISTA, Paula Virgínia Pinheiro. **Abraço através do Atlântico: cartas entre Capistrano de Abreu e João Lúcio de Azevedo**. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar, 2011.
- BUARQUE, Virgínia A. Castro. "A epistemologia 'negativa' de Michel de Certeau. **Revista Trajetos**, Fortaleza, n. 9/10, p. 231-248, 2007.
- CHARTIER, Roger. A verdade entre a ficção e a história. In: SALOMON, Marlon (org.). **História, verdade e tempo**. Chapecó: Argos, 2011.
- DE CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 1983.
- \_\_\_\_\_. **A cultura no plural**. Rio de Janeiro: Papyrus, 1997.
- \_\_\_\_\_. **La debilidad del creer**. Buenos Aires: Katz, 2006.
- \_\_\_\_\_. **História e psicanálise: entre ciência e ficção**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- FIELDING, Henry. **Tom Jones** (volumes I e II). São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.



- GRAFTON, Anthony. **As origens trágicas da erudição**: pequeno tratado sobre a nota de rodapé. Campinas: Papyrus, 1998.
- GAY, Peter. **O estilo na História**: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GINZBURG, Carlo. O extermínio dos judeus e o princípio da realidade. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A História escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006, p. 211-231.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. **História, ciência, saúde, Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, jul.-out., 2000.
- \_\_\_\_\_. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de. **Nação e cidadania no Império**: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- HARTOG, François. **Croire en l’histoire**. Paris: Flammarion, 2013.
- HERCULANO, Alexandre. **O bobo**. S/l: Clássicos Gamma, 1970.
- \_\_\_\_\_. **História da origem e estabelecimento da inquisição em Portugal**. Porto Alegre: Editora Pradense, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Opúsculos**. Tomo VI. Controvérsias e estudos históricos (tomo III). 5ª e. Lisboa: Livraria Bertrand, s/d.
- 176 \_\_\_\_\_ **História de Portugal**. Tomo I. Desde o começo da monarquia até ao fim do reinado de Afonso III. Lisboa: Ulmeiro, 1980.
- HUGO, Victor. **Os miseráveis**. São Paulo: Cosac Naify, 2002.
- MENEZES, Hugo Lenes. **Literatura, história e metalinguagem**: um olhar sobre a ficção de Alexandre Herculano. Dissertação em Teoria Literária. Campinas: Unicamp, Instituto de Estudos da Linguagem, 1997.
- NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica**: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.
- PELOGGIO, Marcelo. José de Alencar: um historiador à sua maneira. **Revista Alea**, v. 6, n. 1, jan.-jun. 2004.
- NOGUEIRA, Luiz Januário Lamartine. **Um ponto importante da História do Ceará**. Fortaleza: Tipografia Universal, 1897.
- RAMOS, Francisco Régis Lopes. **O fato e a fábula**: o Ceará na escrita da História. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012.
- RICOUER, Paul. **Tempo e narrativa** (Vol. 1: A intriga e a narrativa histórica). São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Tempo e narrativa** (Vol. 2: A configuração do tempo na narrativa de ficção). São Paulo: Martins Fontes, 2012.

- \_\_\_\_\_. **Tempo e narrativa** (Vol. 3: O tempo narrado). São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- ROBERT, Marthe. **Romance das origens, origens do romance**. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. Em busca de novos horizontes: reflexões sobre a cultura romântica. In: ARAUJO, Valdeci Lopes de *et. al.* **A dinâmica do historicismo**: revisitando a historiografia moderna. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.
- SCHWAMBORN, Ingrid. **O guarani era um tupi?** Sobre os romances indianistas O guarani, Iracema, Ubirajara de José de Alencar. Fortaleza: Casa de José de Alencar - UFC, 1998.
- TOLSTÓI, Liev. **Guerra e paz**. Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- VON MARTIUS, Karl Friederich Philipe. Como se deve escrever a história do Brasil. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). **Livro de fontes de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.
- WHITE, Hayden. **Meta-história**: a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Edusp, 1992.
- \_\_\_\_\_. O fardo da História. In: \_\_\_\_\_. **Trópicos do discurso**: Ensaio sobre a Crítica da Cultura. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2001.
- \_\_\_\_\_. Enredo e verdade na escrita da história. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A História escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006, p. 191-210.
- \_\_\_\_\_. **The fiction of narrative**: essays on history, literature and theory, 1957-2007. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2010.

# O que finda é o que fica: tradição em jogo, ensaio em xeque

What Ends is What Stays: Tradition at Stake, Essay Put in Check

---

## Eduardo Ferraz Felipe

ffeduerj@gmail.com

Professor

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rua São Francisco Xavier, 524, Maracanã

CEP 20550-013 - Rio de Janeiro - RJ

Brasil

---

## Resumo

Este ensaio ilumina a atenciosa meditação de Lezama Lima acerca da tradição latino-americana. A princípio, diferencia-se da tradução cultural de Alejo Carpentier. Em seguida, em sua análise de T.S. Eliot e de Ernst Robert Curtius, relaciona tradição e historicidade, ao mesmo tempo em que coloca em seu centro o problema da experiência histórica, por meio da figura retórica da *emulação*. Por fim, esse conjunto de argumentos examina a visão histórica pela poesia como sua questão central. Inspira, assim, outros recursos para a historiografia por meio de sua crítica ao historicismo e a ênfase no reconhecimento.

## Palavras-chave

Historicidade; Tradição; Ensaio.

178

## Abstract

This essay sheds light on Lezama Lima's careful assessment of the Latin American tradition. Firstly, it sets itself apart from Alejo Carpentier's cultural translation. Next, it relates tradition and historicity by analyzing T.S. Eliot and Ernst Robert Curtius, while it concentrates on the problem of historical experience by resorting to *emulation* as a rhetoric device. Last, but not least, these considerations assess the historical view by poetry as their central issue. They inspire, thus, other historiographical resources by means of their critique of historicism and their emphasis on recognition.

## Keywords

Historicity; Tradition; Essay.

---

Recebido em: 3/8/2014

Aprovado em: 11/11/2014

A escrita do ensaio que o leitor tem em mãos sugere certo vagar. O gênero híbrido a que normalmente é associado não deve ser tomado como linha de chegada, e sim ponto de partida para sugestões de invenção a partir de um nome consagrado a uma tipologia textual. Não se trata apenas da referência a uma matriz de gênero cujo vínculo entre conhecimento do mundo e de si, por meio do *mise en forme*, iniciou-se com Montaigne. Além da afirmativa consagrada, “os outros formam o homem; eu o relato” (MONTAIGNE 1965, III, p. 43),<sup>1</sup> opto por investigar sua condição de forma insubmissa perante instâncias normativas, seja a religião, seja a ciência. A perda da totalidade veio conjugada à limitação do conhecimento como potência de um sujeito fadado à incompletude em sua busca incessante por aprofundamento da sua condição.

A ênfase na experiência fez com que, desde o início, o ensaio almejasse experimentar a si mesmo sempre de novo, o que relega o conhecimento adquirido a uma posição secundária. Conhecimento prévio e autoridade são alvos comuns aos quais se direciona o ensaio. No âmbito da dimensão crítica e da investigação histórico-literária, a tarefa de construir a tradição se completou com uma inquietude por renová-la. Ante a isso, o ensaio se insere em um horizonte amplo em que as definições limitantes a que esteve destinado no século passado talvez já não possibilitem escolhas contemporâneas. Em *A expressão americana* (1957), a valorização da figura retórica da *emulação* desloca a discussão tão propalada das “belas letras” como descrição do ensaio para outro ancoradouro. Há aqui uma proposta destinada a elucidar os valores e prejuízos herdados da leitura dos clássicos para empreender uma apropriação mais genuína da tradição e proporcionar outra leitura do ensaio de Lezama Lima.<sup>2</sup> Desse modo, acredita-se que suas linhas deixem de estar reclusas à imediatez da definição de “*centauro de los géneros*”, conforme proposta por Alfonso Reyes ao ensaio, e possa estar ante os olhos a particularidade da sua forma escrita em relação ao passado.

Sem necessariamente tratá-la como um conceito (um agora, o termo; que demanda um futuro, a definição), a *emulação* endereça o problema da interpretação de textos, particularmente a questão da escrita e da leitura, ao território brumoso no qual se enfatiza a relação dialógica com o passado. A partir de uma textualidade própria, passa a estar em jogo, por meio de interrogações à tradição, a problematização dos critérios que presidem os limiares discursivos da história disciplinar, bem como a valorização da poesia enquanto parte possível do discurso histórico. Em suma, trata-se de toda a discussão acerca do uso da linguagem do historiador, em seu acontecer, e a criticidade da leitura que não pode ser reduzida à facticidade ou afirmação autoral acerca da “realidade” histórica.<sup>3</sup>

<sup>1</sup> No original: “Les autres forment l’homme: je le recite”.

<sup>2</sup> Cabe considerar que Lezama Lima não foi inserido em importante antologia da produção ensaística do século XX por John Skirius (SKIRIUS 1994), justamente por sua forma difícil.

<sup>3</sup> Aqui há uma ampla fortuna crítica destinada ao estudo do tema. Destaco o livro de Dominick LaCapra. *Rethinking Intellectual History. Texts, Contexts and Language*.

Em artigo recentemente traduzido para o português, Frank Ankersmit, ao analisar o desacordo entre a linguagem e o mundo, ponderou que a “linguagem histórica” é o recurso que temos (ANKERSMIT 2012, p. 61). O ensaio não é documento e nem reduz o texto a pretexto de uma leitura sem conexão ao que se apresenta ante os olhos. A escrita ensaística sugere o ato da leitura e o endereçamento para o futuro de uma escrita fincada na historicidade do historiador em seu presente. Se a questão da linguagem histórica permite conceber a “...inelutável verdade de que a história não é uma ciência e ela não produz conhecimento no sentido próprio da palavra” (ANKERSMIT 2012, p. 38), trata-se de conceber os dilemas envolvidos no tema da tradição como uma imagem diretriz. Não se aventa a contrapartida da autônoma determinação, mas o paradoxo que a vincula à autoridade insubmissa associada ao acontecer humano por meio do diálogo entre tradição e ensaio em um desejo permanente de reconhecer-se. Antes de um momento novo do que tem sido a relação humana com o passado, sugere-se a produtividade hermenêutica de um saber-se cômico das múltiplas vozes em que ressoa o passado no mistério humano. Cegos diante da luz, apenas vendo o iluminado, oferta-se a sugestão de que a consciência histórica em sua busca pelo objetivismo histórico apagou a contribuição da tradição em uma tarefa que nunca se cumpre por completo, a compreensão, e, por isso, cai e se levanta em tentativas infundas. Tudo isso sugere imensidão e enigma. Talvez por isso haja a admiração explícita de Lezama Lima por Herman Melville e o símbolo da baleia a sugerir infinito e procura sem nunca alcançar plenamente o almejado.

180

### **A fiação de Carpentier: o par tradição/tradução**

Os textos voltados à compreensão da tradição costumam analisá-la por meio do conceito de ruptura como caminho para o novo. O texto mais conhecido é “A tradição e a época moderna” de Hannah Arendt (ARENDR 2002). Ao buscar compreender a experiência totalitária, Arendt concebe a contemporaneidade como o ponto de chegada de um percurso que pôs por terra a tradição, a autoridade e a religião. A autora não encontrou no passado algo que pudesse sussurrar um fio com o presente desta experiência política.<sup>4</sup> A falência de uma concepção de mundo centrada no valor do futuro, em sua confiança no progresso técnico-científico, enfatizou uma experiência de tempo de desmedido valor do presente.<sup>5</sup>

A inquietação de Alejo Carpentier, presente no artigo “América ante a jovem literatura europeia” (1931) sugere os diversos modos como a tradição americana deve se reinventar para dar conta do presente. Considera que somente a ruptura com a Europa não daria conta da constituição de um novo horizonte para a América:

<sup>4</sup> Outros textos, porém, como é o caso de Peter Burke, ao analisar o conceito de decadência em Gibbon, entendem a tradição como limitadora das possibilidades expansivas do homem, especialmente pela diminuição do valor da experiência que a ela subjaz (BURKE 1992, p.176-195).

<sup>5</sup> Exemplo disso está em Eduardo Jardim que, em um diálogo ficcional, sugere que tanto Hannah Arendt quanto Octavio Paz enfatiza a ruptura com a tradição e a busca por novas referências epistemológicas (JARDIM 2007).

Não basta dizer “cortemos com a Europa” para começar a oferecer expressões genuinamente representativas da sensibilidade latino-americana. Toda arte necessita de uma *tradição de ofício*. Em arte, a *realização* tem tanta importância como a matéria prima de uma obra (CARPENTIER 1931, p. 52, grifos do autor).

Para Carpentier, a ausência da tradição demonstra a fragilização da América Latina ante o continente europeu e a preocupação com um determinado passado comum latino-americano. A tradição, em suas palavras, é uma ausência e uma inquirição, um horizonte a ser construído e a ser ressignificado. A demanda por uma tradição é intensa e reitera a necessidade de realização. A continuidade do artigo é sugestiva:

Por isso, é fundamental que os jovens da América conheçam a fundo os valores representativos da arte e da literatura moderna da Europa. Não para realizar um trabalho desprezível de *imitação* e escrever, como fazem muitos romancistas... por meio de *cópias* de modelos do além-mar, e sim para buscar chegar ao fundo das técnicas, por meio da análise, e descobrir métodos construtivos aptos a *traduzir* com maior força nossos pensamentos e nossas sensibilidades (CARPENTIER 1931, p. 53).

Ter controle das técnicas inauguradas pelas vanguardas parisienses é a condição para produzir algo próprio. Carpentier nega a imitação, mas propõe que a relação de contato com as técnicas europeias não seja deixada para trás. Trata-se de lapidar o alheio no âmbito da própria tradição. A imitação ou a cópia contrapõe-se à abertura feita pela *tradução*. Está posto assim um tema subjacente a todo o texto que o leitor tem em mãos: a engenhosidade que uma cultura não hegemônica elabora para se afirmar ante uma cultura hegemônica. Ao fim, o que se propõe é: o deslocamento da imitação implica na centralidade da tradução. Não se trata de fechamento ao forâneo, e sim de abertura cônica na periferia. Carpentier, ao citar o contato com Rivera, ilumina o cruzamento de muitos autores que já se dedicaram a pensar o âmbito do próprio e do externo: “Quando Diego Rivera, homem em que palpita a alma de um continente, nos diz: ‘Meu mestre, Picasso’” (CARPENTIER 1931, p. 56).

A tradução é um modo de percepção da América e de sua manifestação escrita peculiar, e é um tema eleito por Carpentier em sua ênfase na técnica. “Conhecer técnicas exemplares para tratar de adquirir uma habilidade paralela e mobilizar nossas energias em *traduzir* a América com a maior intensidade possível: tal haverá de ser sempre nosso credo pelos anos – mesmo que não disponhamos de uma *tradição de ofício*” (CARPENTIER 1931, p. 57, grifos do autor). A relação estabelecida entre a tradução e a tradição, particularmente produzidas por Carpentier, operam dentro de um rigor de estilo, enfatizado dentro de sua obra, mas que obedeciam, ainda, ao que de particular pudesse ser observável na América.<sup>6</sup>

<sup>6</sup> Essa é uma singularidade na fortuna crítica do autor. De um modo geral, valorizou-se seu vínculo com o surrealismo (BIRKENMAIER 2006, p. 25-87) ou sua relação com o quesito nacional (GONZALEZ ECHEVARRÍA 2009, p. 155-213).

A autossuficiência provém da capacidade de escolha – de selecionar ambiências, figuras e traços daquilo que já havia sido produzido alhures. A repulsa pela tradição, de algum modo, dialoga com o culto ao progresso. Nesses autores, há uma frequência de diálogo que designa uma dúvida, uma ambivalência, mais do que rejeição ou cópia pura e simples. A fertilidade desse argumento sugere a singularidade dos autores, sendo que, por tradição, não se deve entender apenas aquilo que ocorre no âmbito externo ao continente americano, mas também o vínculo apropriativo com a leitura de autores hispano-americanos, como José Martí, e um posicionamento político de se inserirem enquanto parte do Ocidente.

Essas indagações somente ganhariam forma por meio do contraponto ao ambiente decadente europeu, presente em seu artigo “El ocaso de Europa” (CARPENTIER 1941). Tanto Carpentier quanto Lezama Lima foram influenciados pelo cenário posterior à Segunda Guerra Mundial e as desconfianças frente ao continente que ameaçava ruir, o que explicita a historicidade da discussão. Ao mesmo tempo, a leitura enviesada da tradição desloca a centralidade de uma experiência de mundo ainda fortemente influenciada por um sujeito autocentrado para outras possibilidades de escrita e leituras em que se coloca em seu centro a retórica com o fito de compor um ensaio calcado no discurso histórico, tributário da tradição poética inglesa e da indagação filológica alemã de autores como Ernst Robert Curtius.

### **Lezama Lima e a questão da *emulação*: o par tradição/poesia**

182

Lezama Lima, em seu belo ensaio *La expresión americana* (1957), apresenta o passado por meio de uma elaboração particular, voltada a expor, de modo próprio, um conjunto de circunstâncias e problemas da experiência humana. Leitor voraz, utilizou o poema *Quatro quartetos* (1943) de T.S. Eliot para desenvolver a relação entre a tradição e a contemporaneidade, tendo como preocupação central a questão da articulação entre as temporalidades. Retirado da sua referência original com “East Coker”, Lezama Lima desloca e ancora suas indagações em outro lugar. Conforme sua particular citação de T.S.Eliot:

[...] e o que há por conquistar  
Pela força ou submissão, já foi descoberto  
Uma ou duas, ou várias vezes por homens que jamais/poderemos  
Emular – mas não há competição –  
Só há luta para recuperar o que foi perdido.  
E encontrado e outras vezes perdido: e agora, em condições  
Que não parecem propícias. Mas talvez sem ganhos ou perdas  
(LEZAMA LIMA 1988, p. 56).<sup>7</sup>

Um anseio inalcançável, uma perda irrecuperável, uma certeza inefável. A emulação não trata do lugar de encontro em uma figura perdida e imediatamente recuperada. Em outro diapasão, a apreensão dessa estratégia

<sup>7</sup> No original: “[...] And what there is to conquer/ By strength and submission, has already been discovered/ Once or twice, or several times, by men whom one cannot hope/ To emulate – but there is no competition – There is only the fight to recover what has been lost/ And found and lost again and again: and now, under conditions/ That seem unpropitious. But perhaps neither gain nor loss” (ELIOT 2004, p. 334).

retórica como distinta para a relação com a tradição europeia é incorporada dentro do discurso de Lezama, dando-lhe a feição de uma inovação caracterizada pela sutil beleza e potencial crítico de sua escrita. A leveza de suas palavras pode esconder a ambição da proposta: a tradição não é uma carga que a América incorpora. “Para nós, só há a tentativa. O resto não é de nossa conta” (LEZAMA LIMA 1988, p. 56). É herança, não legado, imersa em um coser e descozer eternos.

A beleza dos *Quatro quartetos* fala por si mesma em diversas estrofes. Cabe recortar a passagem inicial lida por Lezama Lima. “O tempo presente e o tempo passado/estão ambos talvez presentes no tempo futuro/E o tempo futuro contido no tempo passado/ Se todo o tempo é eternamente presente/ Todo o tempo é irredimível” (ELIOT 2004, p. 332).<sup>8</sup> A questão do tempo, cerne da experiência humana, explicita-se, em T.S. Eliot, não enquanto um modo de perceber a diferença, tão caro aos estudos antropológicos; pelo contrário, ele é a marca de um (re)conhecimento vocacionado a um instante de perfeita unidade e contemplação.

Há uma extensa e rica fortuna crítica que se debruçou sobre a obra de T.S. Eliot. Não cabe mencionar todos aqueles que, com cuidado e apreço, estiveram vocacionados, por um lado, a compreender traços de seu percurso biográfico e, por outro lado, dedicar-se à análise formal de sua construção poética.<sup>9</sup> Lúcido e lúdico, Lezama Lima incorpora partes daquilo que lhe foi sugerido pela forma poética de T.S. Eliot com especial atenção ao contraponto alegórico. A construção contrapontística, característica de uma poética do fragmento, marca poética de Eliot, foi explicitamente incluída nas produções poéticas posteriores de Lezama Lima, como, por exemplo, “Noite insular, jardins invisíveis”.

Toda a elaboração escrita de Lezama Lima está centrada na permanente relação entre analogia e correspondências como forma de reinventar relações de espaço e tempo. Indagação central da obra de T.S. Eliot, presente de modo latente em *Quatro quartetos*, o contraponto e as remissões analógicas são pistas para uma construção fragmentária que não se resolve em si mesma, mas que expressa um mistério impronunciável. A miscelânea de tempos e esse pendor ao inefável marcam a sua poesia ao mesmo tempo em que, ao ser incorporado por seus leitores, abrem espaços propícios ao que não será exatamente explicitado. Em (des)leituras possíveis, o que permanece é o que fenece em outra língua como um morto a ganhar vida após o embalsamento endereçado à eternidade.

Apesar de toda a obra ser importante para o escrito que o leitor tem em mãos, *Quatro Quartetos* explicita o equilíbrio entre silêncio e comunicabilidade cobijado por Lezama. Em sua apresentação, o poema está fundado na questão da temporalidade humana. Por vezes na leitura do processo histórico, por outras de uma experiência individual, Eliot busca, em meio à efemeridade das coisas, o instante em que as dissonâncias se anulam por meio do desenvolvimento escrito

<sup>8</sup> Em *Four Quartets*: “Time present and time past/ Are both perhaps present in time future/ And time future contained in time past/ If all time is eternally present/ All time is unredeemable” (ELIOT 2004, p. 332).

<sup>9</sup> Chiampi valoriza a questão da imagem para Lezama Lima (CHIAMPI 1998). Já Ingrid Robyn enfatizou a questão da herança vanguardista (ROBYN 2012).



da experiência do tempo complexo: “No ponto imóvel do mundo em movimento, nem a carne, nem a ausência da carne, nem de, nem para onde, no ponto imóvel lá está a dança. Mas nem parada, nem em movimento” (ELIOT 2004, p. 337). Há aqui uma via mística em que o movimento disfarça a eternidade contida na variação daquilo que se expressa como fluidez do tempo, jamais plenamente apreendida. A “dança” é o alvo jamais alcançado de modo pleno, mesmo ao ser encontrada, “nem parada nem em movimento”.

A epígrafe dos *Quatro quartetos*, fincada na transitoriedade de toda experiência humana é o texto estabelecido por H. Diels, *Die Fragmente der Vorsokratiker*, notabilizada pela afirmativa de Heráclito: “O caminho que sobe e o caminho que desce são um único e mesmo”. Há um fundamento místico, apreendido também por Lezama Lima, em que a busca reside em libertar o espírito humano de suas limitações temporais nas quais a ação contemplativa e a ação ativa são parte de uma atitude prática e problemática em relação ao problema do tempo. O poeta inglês pressupõe que existe uma profunda unidade por trás da explícita diversidade – a experiência humana, passível de ser surpreendida na pluralidade de tempos e espaços ao invocar o símbolo e a analogia. “Em meu princípio está meu fim. Uma após outras/ as casas se levantam e tombam, desmoronam, são ampliadas/ Removidas, destruídas, restauradas, ou em seu lugar/ surgem um campo aberto, uma usina ou um atalho” (ELIOT 2004, p. 349). Fim e princípio em um mesmo instante – a possibilidade permanente de ampliação da experiência humana sem demandar uma resposta divina.

184

Lezama Lima, leitor de Eliot, dá uma nova nota em sua reescrita, face a face com o autor norte-americano. Talvez a excessiva atenção dada à discussão do neobarroco, justificada devido ao impacto na obra do autor insular, tenha mascarado um pouco diferentes alternativas e questões aos seus estudos (CAMPOS 2002). A valorização da tradição, em sua leitura de Ernst Robert Curtius, e a forma poética, com sua predileção por T.S. Eliot, é parte central dessa tentativa de reler esse rico autor colocando em seu centro as indagações acerca da historicidade. Ao comentar, ainda, *Quatro quartetos*, afirma “...crê que os mestres antigos não podem ser superados, restando apenas a fruição de repetir, talvez, com novo acento” (LEZAMA LIMA 1988, p. 56).

Por via de sua leitura do ensaio de T.S. Eliot “Tradition and individual talent” (1919), Lezama concebe que toda escrita não deve esquecer o passado, o gesto fundador da leitura e a necessidade de pensar a usurpação constitutiva da tradição. O trecho que sugere a fina atenção de Lezama Lima reside em “As gerações não se formam na vontade de querer o diferente, que é a aparência, mas no ser da criação, de ente concorrente do que é verdadeiramente novo” (LEZAMA LIMA 1957, p. 163). Renovado pelo antigo, somente se dá enquanto novo, de novo. Sucintamente termina por distinguir, para Lezama Lima, a importância e o valor da novidade enquanto a forma e a utilização da linguagem dada pela incorporação seletiva do precedente.

## O que finda, o que fica

A figura retórica sugere um olhar enviesado da tradição. Olhos nos olhos, fica a pergunta: Qual a singularidade dos ensaios frente ao que havia sido proposto pela tradição europeia? A lida com a tradição, longe de ser um fardo, é uma fiação mergulhada no presente com o olhar enviesado ao futuro atento ao antecedente. Somente esse precedente maior, rival que não deixa nunca de estar próximo, uma espécie de alma forte que liberta e oprime, insere o escritor nessa tradição comum que o liberta da armadilha do solipsismo. Tributário da força precedente, a inventividade repousa no excesso ao pagamento das dívidas. A tudo isso, o nome tradição não acabrunha nem ancora o passado, mas o expande por veredas ainda não rascunhadas por um mundo sem destino prévio.

A destinação ainda está atrelada a um problema anterior: como a modernidade lidou com a herança que lhe foi recebida, sem o dilema da exemplaridade. Por modernidade entende-se, a partir de Habermas, o instante em que houve o nascimento da reflexão sobre ela, com Hegel, ao elevar o processo de separação dessa modernidade a um problema conceitual (HABERMAS 1988). A época moderna deixou para trás a capacidade pedagógica da História, tal como definida pelos marcos tradicionais da 'história mestra da vida' (KOSELLECK 1993). As condições materiais da vida não eram as únicas a se modificar, mas também a própria natureza humana, justamente pela conjunção entre progresso e perfectibilidade da razão que, a partir da modernidade, passaram a ser os referenciais seguros para o entendimento da mudança histórica. O descolamento entre horizonte de expectativas e experiências progressas legou ao espírito humano uma desconhecida insegurança, fruto do caráter dessemelhante entre os dois tempos. Na modernidade, sob esse processo de temporalização e singularização da história, houve a ruína dos pressupostos trans-históricos que eram o alicerce da tradicional 'história mestra da vida'. A perda de orientação do passado veio atrelada ao reconhecimento de que à tradição podem ser agregadas novas circunstâncias.

Se a *Aufklärung* colocou em oposição excludente autoridade e razão, o antigo passa a ser combatido e contraposto em sua prévia aceitação. Do contraste entre ambas as categorias, o resultado derivou para o preconceito a favor do novo como o perfil final da querela entre os opostos, ou seja, a soberba da razão em relação à autoridade. A compreensão romântica da tradição opõe-se ao princípio da *Aufklärung*; pois, contraposto à liberdade racional, o romantismo entende a tradição como uma naturalidade humana (CALINESCU 1987).

A legitimação da presunção da razão deriva do instante em que se entende a contraposição como produtora de preconceitos; contudo, ao deslocarmos a luz para uma produção de verdade, como faz Lezama Lima, a questão é outra. O enriquecimento da forma, não mais vinculado ao exercício de reconstrução do passado e submissão do presente, faz com que a autoridade se reinvente por meio da aproximação ao (re)conhecimento. Não se outorga autoridade ao precedente; adquire-se. Um aceno em direção à sobrevivência ante a volubilidade da vida, como Lezama Lima faz com T.S. Eliot.

Ao analisar de forma específica a tradição, dá encaminhamento à proposta:

Eis aí a prova mais decisiva, quando um esforçado da forma recebe *um estilo de grande tradição* e, longe de diminuí-lo, *devolve-o enriquecido*, símbolo de que este país alcançou a sua forma na arte da cidade (LEZAMA LIMA 1998, p. 104, grifo meu).

Creio que a passagem selecionada explicita o que se quer acentuar. O enriquecimento por meio da ação de reescrever, novamente, mas com o sentido mais elevado, tudo aquilo que se consegue apreender do cânon por meio de um estilo próprio. Repousa na ordem do reconhecimento, e não da epistemologia, a atribuição de um lugar, encarecido, a outro. Desestabilizar o cânon é reenviá-lo enriquecido, reformado, como uma contribuição ao prévio, sem que se entenda enquanto obediência cega ao comando. As belas linhas de *A expressão americana* (1957) estão vocacionadas a propor o desvínculo entre tradição e autoridade com o fito de abrir uma brecha para a presença da imaginação como apanágio da ambivalência de sua inscrição no mundo dos homens. A fiação daí derivada, em sua desmedida e riqueza, tem como produto o reconhecimento de um lugar e de uma proposta que se efetiva por meio da figura retórica da *emulação*. A produtividade dessa leitura abre o horizonte a algo novo, em se tratando do tempo e dos modos de fazer. Não se trata da antropofagia de Oswald de Andrade ou da tradução cultural de Alejo Carpentier, vinculadas à discussão cultural do início do século XX, mas do aprofundamento de uma questão gestada ao longo de todo esse século e que encontra seu recanto ao pensar somente após a Segunda Guerra Mundial, no instante em que a *América* ganha um sopro novo.

186

Em outro ensaio, dentro do conjunto de ensaios – que tangenciam a história, a memória, a literatura, a ficção e a Antropologia – este *modus* de escrita torna-se mais claro: “Crê romper com a tradição, quando a engrandece. Assim, quando acredita ter se separado do hispânico, *reencontra-se nele engrandecido*” (LEZAMA LIMA 1998, p. 113). Mais uma vez, uma pergunta capital: por que seria produtiva a presença da figura da emulação? Não se trata simplesmente de estilo, como uma *belle lettre* que gerasse um ensaio em um modelo híbrido entre literatura e história / entre ciência e literatura, já tão comentado por autores como Adorno e Lukács.<sup>10</sup> A leitura de T.S. Eliot por Lezama Lima é produtiva ao operar um deslocamento, tendo como centro a emulação, que o (des)associa da compreensão romântica acerca da tradição como contrapartida abstrata da autônoma determinação.

O discurso de Lezama Lima (1998, p. 113) indica: “Reformar dentro da ordenação prévia, não romper, mas retomar o *fi*o, isso é que é hispânico. Frei Sevandro o espuma e cresce...”. A valorização da tradição por Lezama e sua permanente intenção de dissociar tradição de obediência invalidam qualquer oposição incondicional entre razão e tradição. Antes, há uma crítica própria, que se volta de novo para a verdade da tradição e procura renová-la, ao encontrar o fio sem que tenha que sustentar o fardo em uma fiação

<sup>10</sup> Trata-se dos ensaios de ADORNO 2003; e LUKÁCS 1974, especialmente Cap. 1, 3 e 6.

cujo nome tradicionalismo não seria descabido. Se nas mudanças históricas a tradição como conservação está presente, ela não deve ser confundida com a ausência de sentido por não atrair a atenção sobre si. Em outro diapasão, conservação, inovação e destruição unem-se em uma conduta portadora da liberdade inerente à finitude humana.

A beleza da passagem possui o tom conclusivo, tanto para o ensaio quanto para tudo o que se refere ao modo de relacionamento com o passado: "Criador, em meio à tradição que desfalece, obriga-se à síntese de ruptura e secularidade..." e o escritor, tendo visões projetivas, articula-as ao pretérito imperfeito de sua condição humana: "a afastar-se da tradição que se resguarda para reencontrar a tradição que se expande. Joga e percorre destinos" (LEZAMA LIMA 1998, p. 113).

Em inúmeras passagens, os temas tornam-se recorrentes, impulsionados por uma tentativa permanente de incorporação e enriquecimento, e, em um grau mais profundo, uma abertura ao (re)conhecimento. Uma das passagens significativas e determinantes do conjunto de ensaios pode ser apreendida em

Esse centro temático tinha que surgir de uma nova formulação: que Picasso, na história da cultura plástica, havia entregado e tornado visíveis alguns segredos muito importantes, tais como elementos plásticos, astúcias de composição e o descobrimento, em sua plenitude da tradição verdadeiramente criadora na plástica. O que foi uma busca dolorosa em Cézanne, com bem poucos discípulos, em Picasso convertia-se num perene encontro, em venturas, afortunadas possibilidades (LEZAMA LIMA 1957, p. 158).

187

A imagem conhecida de Picasso e Cézanne sussurra algo: o fio de continuidade supera o fardo de tempos pretéritos. O afortunado encontro de Picasso com Cézanne é mais do que uma influência: é a tradição em si. Somente reconhecível por uma luz vindoura, sua aura de autenticidade recai em um presentificado instante quando o porvir, Picasso, abre a clareira ao seu precedente, Cézanne. A perenidade do encontro se dá na medida de um (re) conhecimento do outro em si, em um instante no qual o prévio já estivesse permanentemente na forma final. Estar imerso na tradição não significa em primeiro plano estar submetido a preconceitos e estar limitado em sua própria liberdade. A vereda aberta pela discussão acerca da tradição permite ao homem entender-se enquanto um estranho de si mesmo, cômico da tarefa histórica de habitar o finito que não pode ser apagado dos rastros humanos.

### **O ensaio, a ficção e a história a partir de Lezama Lima**

Nesse caminho de leitura, que não se reduz à análise, do texto de Lezama Lima, algumas questões se evidenciam, enquanto outras enturvecem. Em diversos momentos, como já havia exposto Irlemar Chiampi, Lezama direciona toda a sua crítica a um lugar preciso: o historicismo (CHIAMPI 1988). Não que o faça por meio de um permanente esquadrinha de ideias, desfazendo a colcha de retalhos da intriga de outros autores, como Hegel. O que se tem em mãos é outra coisa.

Leitor de Carpentier e das críticas acerca da particularidade cultural latino-americana, em princípios da década de 1930, Lezama Lima consegue fazer um deslocamento rico, por tudo aquilo que mostra, e por tudo aquilo que esconde. Se Carpentier ainda está preso aos quadros de uma incorporação cultural, em diálogo profundo com Oswald de Andrade e seu conceito de antropofagia, Lezama Lima entende a tradição e a relação geracional com outro acento. Ao recortar três grandes autores pertencentes às vanguardas históricas – Stravinsky, Picasso e James Joyce –, menciona que o *esprit nouveau* vanguardista assinalou sua inquietude por meio do modo como se utilizou do fio deixado por autores pretéritos. “Picasso era “outra coisa”, diversa da busca da sensação; Stravinsky era “outra coisa”, diversa do afã de encontrar a “cor orquestral”. Um Joyce era “outra coisa”, diversa da sátira moral de um Bernard Shaw” (LEZAMA LIMA 1957, p. 161). A reinvenção proposital das formas de escrita feita pela geração vanguardista, em seu afã de destacar a ruptura, não pode deixar para trás a dívida geracional. Lezama clama para que o fio e o fardo se equilibrem em uma escrita que incorpora o forâneo, o alheio, e constitui, de modo cômico, a tradição.

Ao perceber sutilmente a singularidade da dimensão inventiva em sua lida com o passado, por meio do ensaio, consegue tangenciar tanto aquilo que ataca o verídico, quanto aquilo que se supõe falso.

Na realidade, o que se sucedia em sua nova e verdadeira profundidade era mais difícil de ganhar e mostrar. Sobretudo porque era uma nova posição, desamparada de qualquer historicismo, não precisada por referências anteriores. Na minha opinião, devia-se ao surgimento de uma nova manifestação do homem em sua luta com a forma (LEZAMA LIMA 1957, p. 164).

188

O ataque ao historicismo é um ataque mais amplo, cujo alvo não pode ser completamente alcançado. Trata-se de um modo de compreender o tempo ao não ser mais entendido como o que separa, mas é a condição do acontecer em sua “nova e verdadeira profundidade”. O que se ganha e o que se perde, como em um jogo em que o praticante tem autoconsciência de seu posicionamento e de que tudo aquilo em que está imerso, não passa de uma ilusão que irá se desfazer diante de seus olhos. “Ganhar” e “mostrar” são difíceis ante a orfandade humana desprovida de um senso de certeza que a preceda. Novidade, nesse caso, não deixa de estar associada ao precedente nem à tradição, mas desloca um senso de real voltado ao legado que não foi “precisado”.

A pressuposição do historicismo de que era necessário ir em direção ao espírito de época, pensar suas características próprias e somente assim alcançar a objetividade histórica, limita as potencialidades humanas. Lezama Lima escolhe Herman Melville e Whitman como dois libertários do historicismo por meio da retomada da tradição do ocidente para um “recomeço” americano. Pensar com os conceitos e representações de uma determinada época é um objetivo ingênuo que limita a “nova manifestação do homem” em sua labuta diária. O tempo como fundamento, e não como abismo a ser transposto, desloca o historicismo para que a nova manifestação humana se erga em sua

“luta com a forma” (LEZAMA LIMA 1988, p. 56). O ensaísmo é um princípio que emerge na obra como movimento que a alma sem a intenção de atingir uma síntese.

Nesse sentido, Lezama Lima, em leitura enviesada, incorpora de Eliot apreciação destacável: “Eliot pretende... não aproximar-se de novos mitos... mas ao resguardo que oferecem esses mitos às obras contemporâneas, que lhes dão uma espécie de nobreza clássica” (LEZAMA LIMA 1988, p. 56). Contudo, do autor inglês também destoa: “Quisera que o nosso método se aproximasse antes dessa técnica da ‘ficção’, preconizada por Curtius, que do método mítico-crítico de Eliot” (LEZAMA LIMA 1988, p. 57). Trata-se da “fabulação criadora”, proposta por Curtius em que se coloca em cena o “antagonismo entre as gerações característico de todas as épocas agitadas” (CURTIUS 2013, p. 141). Ou, nas palavras de Lezama Lima, “tudo terá de ser reconstruído, invencionado de novo, e os velhos mitos, ao aparecerem de novo, nos oferecerão seus conjuros e seus enigmas com um rosto desconhecido” (LEZAMA LIMA 1988, p. 57).

Enquanto entes históricos, nosso comportamento com relação ao passado, confirmado em nossa cotidianidade, não pode ser visto de modo contraposto, pura e simplesmente, aos artefatos que criamos por meio da invenção. O que está em questão, no ordinário do mundo, não é o distanciamento nem a liberdade em relação ao recebido. Em meio a tradições, como estamos agora eu e você, não conseguimos perceber o estranho ou alheio, posto que algo próprio, intimidante e íntimo, exemplar ou postulável, abre-se a um reconhecer-se, no qual já não se divisa ou percebe.

O desarrimo do homem no mundo é o reduto de sua grandeza não definível de modo prévio por tudo aquilo que o antecede ou incorpora. “Era um tipo de criador que podia ser, ao terminar sua primeira formação, nutrido por toda contribuição da cultura antiga, que longe de fatigá-lo, exacerbava suas faculdades criadoras, fazendo-as terrivelmente surpreendentes” (LEZAMA LIMA 1957, p. 164). A distância temporal é nutriente de uma ação que re-vela, novamente põe o véu, sobre a objetividade histórica, em seu desejo permanente de encontro com algum pórtico plenamente seguro. Está preenchido pela seletividade consciente da tradição e da continuidade histórica, cuja iluminação é mostrada no transmitido. Não há padrões seguros dados pela distância temporal, posto que sempre se está enredado em um instante de velamento; pelo contrário, o que se percebe é a produtividade do acontecer. A ausência de segurança é dada pela conjunção entre a impotência do juízo e tudo aquilo que se recebe enquanto herança. Novo, novamente; a cultura antiga não pesa sobre os ombros. Deixa de ser o excesso, como areia jogada a um morto em um ritual fúnebre. Tendo em seu centro o (re) conhecimento, por meio da *emulação*, desloca-se a centralidade da seleção e se sugerem os impasses da percepção e do juízo. Talvez por isso o problema da mente seja tão importante para Lezama Lima em *Paradiso*.

A ênfase proposta por Lezama Lima para a figura da *emulação* o aproxima de uma abordagem historiográfica, deslocando-o de produções associadas ao estudo da cultura latino-americana, unicamente, e endereça seu nome à contemporaneidade daqueles em busca de novas formas de indagação do

ensaio em sua seletiva leitura da história em sua “queda na linguagem”.<sup>11</sup> Não se trata da emulação como poética, mas de uma leitura que a coloque em centro de novos sentidos para a história intelectual.<sup>12</sup> O retorno da emulação ao seu sentido originário, com Aristóteles, desloca o problema de uma história das ideias repousando a questão na dimensão dialógica e complementar dos textos com o passado. Se em *Retórica*, Aristóteles considera que o sentido da emulação está voltado para a apropriação seletiva, a outro patamar foi elevada. “Se a emulação consiste em certo mal-estar ocasionado pela presença manifesta de bens honoríficos e que se podem obter em disputa com quem é nosso igual...” (ARISTÓTELES 2005, p. 192). Por fim, de modo preciso a distingue da inveja: “razão pela qual a emulação é uma coisa boa e própria de pessoas de bem, ao passo que a inveja é desprezível e própria de gente vil. Já o belo ensaio de João César indica o caráter restritivo dos conceitos de influência, imitação e plágio por meio de sua proposta de uma poética da emulação em Machado de Assis.

190

O dilema de Lezama Lima, muitas vezes minado por abordagens vinculadas à análise culturalista, é com a consciência científica, posto que o princípio objetivador entende de modo imediato submissão e recepção e, por fim, descarta a tradição como potencialidade de um saber. A possibilidade aberta por Lezama Lima em sua citação da emulação desloca seu conjunto de preocupações da epistemologia, entendido pelos vínculos de uma análise orientada por meio da subserviência metodológica. Há um compartilhamento entre a tradição e o volúvel desejo de invenção: sentir-se *interpelado* pela tradição. A mediação da tradição permite a emergência de diversas vozes do passado em ressonância permanente no mundo em que estamos fincados. Ao comentar a tradição pindárica e o mito da queda do homem, Lezama associa as inovações musicais do século com os principais dilemas da relação com o passado e da crítica à consciência histórica:

Sua modernidade é legítima porque, ao explorar desde a sua raiz a fonte da sua tradição, proclama advertências as outras tradições decaídas ou impuras, servindo como suporte ou prova, pois uma tradição equivocada a expelle, da mesma maneira que um corpo são rejeita as incorporações fragmentárias ou danificadas (LEZAMA LIMA 1957, p. 181).

Trata-se, desde as primeiras páginas do ensaio *A expressão americana*, de um problema com a consciência histórica, tipicamente moderna, alicerçada no historicismo. Quando passa a considerar a legitimidade moderna, vocifera a revalorização da tradição para a compreensão e um modo de agir. Colocar-se na perspectiva da época estudada e pensar com conceitos e representações que lhe são próprias, sugere o “corpo são” que “rejeita as incorporações fragmentárias

<sup>11</sup> É importante notar que a figura da emulação encontra em David Hume destacável acolhimento: “a nobre emulação é fonte de toda excelência.” In: “Do surgimento e progresso das artes e ciências” (HUME 2008, p. 83-97).

<sup>12</sup> Alguns autores se dedicaram à emulação (LACAPRA 1989; CASTRO ROCHA 2013). Acredito que o argumento principal para Dominick LaCapra seja a sua importância para o reconhecimento como limite e possibilidade da hermenêutica. Já o belo ensaio de João César indica o caráter restritivo dos conceitos de influência, imitação e plágio por meio de sua proposta de uma poética da emulação em Machado de Assis.

ou danificadas". Se o tempo, nesse caso, não é uma estrada a percorrer, apresenta-se enquanto uma senda, repleta de continuidades e sementes no caminho, formando uma tradição que ilumina aquilo que faz a sua aparição. Se uma das características fundantes do ensaísmo, mais do que a tão propalada subjetividade, é o jeito particular com que se equilibra a hermenêutica e a apresentação textual, Lezama Lima mais sugere do que define.. Permite que as "tradições decaídas ou impuras" sejam retiradas do "corpo são". Em outras palavras, a valorização da autorreferencialidade que indaga o humano por meio de uma conjunção indissociável entre a aporia do ser histórico e saber histórico. Dessa forma, Lezama Lima cumpre a função de compreender seu historiar ao entender sua historicidade no presente.

Enfatiza-se, nesse texto, o limite da noção de conhecimento histórico. Como no poema "The Dry Salvages" de T.S. Eliot, lido com atenção por Lezama Lima, que versa: "Como já se disse/A experiência vivida e revivida no significado/ Não é a experiência de uma vida apenas/ Mas a de muitas gerações – não se esquecendo/ Algo que, provavelmente, será de todo inefável:/ Olhar para além da certeza/ Da História documentada" (ELIOT 2004, p. 371). Como todo o poema trata do tempo como um problema central, envolto em caminhos e descaminhos da experiência humana, trata-se da busca de um instante de pacificação, almejado, contudo nunca alcançado, em que uma forma plena possa ser alcançada "No momento em que não é de ação nem inação" (ELIOT 2004, p. 373).

Seu escrito é uma alegoria de um mundo em extravio, que possui uma herança, mas que a vive como um processo permanente de declinação – musical, caso o leitor me permita. Esse legado deve ser compreendido como um ponto de acolhimento e endereçamento de uma escrita que marca a indecidibilidade acerca da descontinuidade e continuidade de categorias como literatura, filosofia, história, artes, América, natureza e homem. Seu livro mais rico (confesso!) investe em uma linguagem ordinária que trabalha com remissões, e não decisões, que se efetivam em âmbito espacial, mas que expressam riqueza por meio de sua indeterminação literária. Nessa via, até mesmo o empirismo não deixa de se mostrar enquanto falácia do conhecimento. América, ou vida, não poderiam ser mais do que suscetíveis ao que se apresenta como intangível e inatingível pelo conhecimento herdado. O mundo é inabordável, como se o leitor fosse o primeiro ou o último dos homens – ante a Selva, o lago Walden, ou qualquer espanto contemporâneo. A indeterminação americana deixa a modernidade como quadro aberto e sugere que nossa vivência sem fundamento é um crepúsculo que se quer amanhecer.

Iluminar os vínculos entre Lezama Lima e sua indagação pela tradição possibilita inseri-lo dentro de um amplo manancial de escritores para os quais a potencialidade de sua escrita não se coaduna com uma narrativa acerca de questões culturais. A solidão individual, ou seja, o fundamento de sua leitura, não reside na transmissão de valores culturais ou de posicionamentos políticos vinculados ao engajamento ou afastamento, mas ganha interesse justamente porque transcende os limites culturais e amplia nossa percepção daquilo que nomeamos humano.



## Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor W. O Ensaio como Forma. In: \_\_\_\_\_. **Notas de literatura I**. São Paulo: Editora 34, 2003.
- ANKERSMIT, F.R. **History and Tropology**. Baltimore, 1994.
- \_\_\_\_\_. Historiografia e pós-modernismo. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 113-135, jan-jun. 2001.
- \_\_\_\_\_. O uso da linguagem na escrita da história In: \_\_\_\_\_. **A escrita da história**. A natureza da representação histórica. Londrina: EdUel, 2012. p. 33- 62.
- ARENDT, Hannah. A tradição e a época moderna. In: \_\_\_\_\_. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2002.
- ARISTÓTELES. **Arte poética. Retórica**. Tradução de Manuel Alexandre Júnior. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa/Imprensa Nacional, 2005. Disponível em: <http://www.obrasdearistoteles.net>.
- BIRKENMAIER, Anke. **Alejo Carpentier y la cultura del surrealismo en América Latina**. Madrid: Iberoamericana, 2006.
- BÜRGER, Peter. **Teoria da vanguarda**. Alto dos Moinhos: VEGA, 1993.
- CALINESCU, Matei. **Five Faces of Modernity: Modernism, Avant-Garde, Decadence, Kitsch, Postmodernism**. Durham: Duke University Press, 1987.
- CAMPOS, Haroldo. **O sequestro do barroco na formação da literatura brasileira: o caso Gregório de Matos**. São Paulo: Iluminuras, 2011.
- \_\_\_\_\_. Barroco, neobarroco e transbarroco. **Zunái - Revista de Poesia & Debates**. mar. 2002. Disponível em: [http://www.revistazunai.com/ensaios/haroldo\\_de\\_campos\\_transbarroco.htm](http://www.revistazunai.com/ensaios/haroldo_de_campos_transbarroco.htm). Acesso em: 20 abr. 2014.
- CARPENTIER, Alejo. "América ante la joven literatura europea" presente em Carteles. **La Habana**, 28 jun. 1931.
- \_\_\_\_\_. **El reino de este mundo**. Santiago de Chile: Ed. Obras, 1972 [1948].
- \_\_\_\_\_. **Los pasos perdidos**. Madrid: Cátedra, 1985 [1955].
- CURTIUS, Ernst Robert. **Literatura europeia e Idade Média latina**. Tradução de Teodoro Cabral. São Paulo: Edusp, 2013.
- CHIAMPÌ, Irlemar. A História tecida pela imagem. In: LIMA, Lezama. **A expressão americana**. São Paulo: Brasiliense, 1988 [1957].
- \_\_\_\_\_. **Barroco e a modernidade**. Ensaios sobre literatura latino-americana. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- ELIOT, T. S. Four Quartets. In: **Obra Completa**. Vol I – Poesia. Tradução, Introdução e notas Ivan Junqueira. São Paulo: Arx, 2004 [1936].

- \_\_\_\_\_. **Tradition and Individual Talent (1919)**. Londres: Faber & Faber, 1932.
- HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- HUME, David. Do surgimento e progresso das artes e ciências. In: \_\_\_\_\_. **A arte de escrever ensaio**. Tradução de Marcio Suzuki e Pedro Pimenta. São Paulo: Iluminuras, 2008.
- JARDIM, Eduardo. **A duas vozes. Hannah Arendt e Octavio Paz**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro pasado**: para una semántica de los tiempos históricos. Barcelona: Paidós, 1993.
- LACAPRA, Dominick. **History and Criticism**. Ithaca: Cornell University Press, 1982.
- \_\_\_\_\_. **Rethinking Intellectual History**: Texts, contexts, language. Ithaca: Cornell University Press, 1983.
- \_\_\_\_\_. **History, Politics and the Novel**. Ithaca: Cornell University Press, 1989.
- LEZAMA LIMA, José. **A expressão americana**. Tradução de Irlemar Chiampi. São Paulo: Brasiliense, 1988 [1957].
- \_\_\_\_\_. **Paradiso**. Brasiliense, 1987.
- LUKÁCS, Georges. **L'ame et les formes**. Paris: Gallimard, 1974.
- MONTAIGNE, Michel De. **Essais**. Paris: Gallimard, 1965. 3 vols.
- ROBYN, Ingrid. **Rostros del reverso**. José Lezama Lima en la encrucijada vanguardista. Austin: University of Texas Press, 2012.
- ROCHA, João Cezar de Castro. **Machado de Assis**: por uma poética da emulação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- RORTY, Richard. **The Linguistic Turn**: Recent essays in philosophical method. Chicago: University of Chicago Press, 1967.
- SKIRIUS, John. **El ensayo hispano-americano del siglo XX**. 3ª ed. México: Fondo de Cultura, 1994.

# Quem escreve sobre história do Brasil na Alemanha?

Who writes about Brazilian history in Germany?

---

## René E. Gertz

gertz@puccrs.br

Professor titular

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Av. Ipiranga, 6681

90619-900 - Porto Alegre - RS

Brasil

---

## Resumo

Após ter publicado, em 1995, um levantamento da produção sobre história do Brasil na Alemanha no período de 1980 a 1995, busco neste artigo retomar o tema, concentrando, agora, a atenção nos anos de 1995 a 2014. Como da vez anterior, esta é uma tentativa de avaliar o interesse de pesquisadores alemães pelo tema. Para tanto, fiz um arrolamento dos principais centros universitários que se dedicam a estudos sobre a América Latina, e busquei examinar que importância se atribui neles a temas da história brasileira, estabelecendo, na medida do possível, comparações com o interesse dedicado à história de outros países do subcontinente. Os dados mostraram que, apesar de um claro aumento de interesse em ao menos uma universidade, a situação não se modificou de forma substancial em relação ao período anterior. Mesmo assim, foi possível registrar algumas produções acadêmicas relevantes, cobrindo um leque diversificado de aspectos da história brasileira.

194

## Palavras-chave

Alemanha; História do Brasil; Historiografia alemã.

## Abstract

After undertaking in 1995 an analysis of the academic production about Brazilian history in Germany from 1980 to 1995, I intend in this article to resume work in the subject, with a focus on the period from 1995 to 2014. As before, this is an attempt to assess the interest of German researchers in this theme. The research listed the main university centers undertaking Latin-American studies and sought to examine what importance they attach to issues of the Brazilian history. As much as possible, comparisons were also made with the level of interest ascribed to the history of other countries of the subcontinent. The data shows that, despite an increase in the interest in at least one university, the situation has not changed much in comparison to the previous period. Still, it was possible to record some relevant academic productions covering a wide range of aspects of Brazilian history.

## Keywords

Germany; Brazilian history; German historiography.

---

Recebido em: 21/1/2015

Aprovado em: 13/3/2015

## História do Brasil na Alemanha

Em artigo de 1995, analisou-se a produção sobre história do Brasil na Alemanha, de 1980 a 1994 (GERTZ 1995).<sup>1</sup> Constatou-se que, enquanto temas brasileiros eram abordados por outras áreas das Ciências Humanas (Ciência Política, Economia, Sociologia) e da Literatura, a Ciência Histórica alemã mostrava maior interesse por outros países latino-americanos. Não foi possível descobrir os motivos, mas, talvez, o fato de que, na Alemanha, a língua espanhola esteja mais difundida que a portuguesa representasse um deles. Além disso, pode-se imaginar que se o Brasil é visto como país exótico na atualidade, outros países possuem uma história mais cativante – ainda que esse argumento seja, necessariamente, parcial, pois, se válido para o México (país com maior número de referências), Peru e América Central, não se aplica à Argentina e ao Chile, países aos quais também foi dedicado número significativo de estudos.

Levantamento publicado em 2012 por dois membros do Instituto Ibero-Americano de Berlim constatou que, na área de História, o México continua despertando o maior interesse nas pesquisas sobre a América Latina na Alemanha, seguido pela Argentina. Os números dos autores indicam que o Brasil estaria em terceiro lugar (seguido do Chile) (GÖBEL; BIRLE 2012, p. 26). Mesmo assim, admitem que recebe “muy poca atención en la investigación si tenemos en cuenta su tamaño y importancia” (GÖBEL; BIRLE 2012, p. 52).<sup>2</sup>

Em estada recente na Alemanha, fez-se uma tentativa de levantamento similar ao de 1995, agora sobre o período 1995 a 2014.<sup>3</sup> Com uma permanência mais breve que a anterior, não foi possível levantar dados para uma comparação sistemática entre a quantidade de trabalhos dedicados à história do Brasil e à de outros países latino-americanos.<sup>4</sup> Mas, na tentativa de localizar aquilo que foi escrito sobre o Brasil, tem-se a nítida impressão de que não ocorreu uma mudança radical, nos últimos 20 anos, na comparação com os 15 anos anteriores. De qualquer forma, naquilo que segue, se tentará dar uma ideia da produção historiográfica alemã sobre o Brasil. Para tanto, se fará referência aos principais centros universitários que se dedicam à América Latina, para uma brevíssima avaliação – sem qualquer pretensão de aprofundamento.

Pode-se antecipar uma constatação já feita no levantamento de 1995: estudos classificados como de história do Brasil não foram produzidos apenas em instituições universitárias de Ciências Humanas, mas também em lugares que têm pouco a ver com essa área. Referiu-se, por exemplo, um estudo histórico sobre doenças, hospitais, seguro-saúde na colônia Blumenau, em Santa Catarina, no século XIX, apresentado como tese de doutorado numa faculdade

<sup>1</sup> O texto está disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6157/3651>. Acessado em: 04 jan. 2015.

<sup>2</sup> Os autores sugerem que o interesse de pesquisadores alemães pelo México não deriva só de uma opção pessoal: “También como socios de cooperación son las instituciones mexicanas las que desempeñan con diferencia el papel más importante para los científicos alemanes” (GÖBEL; BIRLE 2012, p. 52-53).

<sup>3</sup> Essa estada ocorreu em 2014, como parte de um intercâmbio PROBRAL I (CAPES/DAAD), sob o tema “Circulação de saberes entre Brasil e Europa: atores e ideias desde a globalização oitocentista até o presente”, entre PUCRS e Universidade Livre de Berlim.

<sup>4</sup> Göbel e Birle (2012, p. 16-26) apresentam tabelas com vários indicadores. Este artigo, porém, foi desenvolvido de forma independente, sem a pretensão de confirmar ou refutar dados e opiniões dos dois autores.

de medicina (GERTZ 1995, p. 90).<sup>5</sup> Situações semelhantes ocorreram de 1995 a 2014. Além disso, mais uma vez, não é desprezível o número de trabalhos desenvolvidos por brasileiros, em universidades alemãs.

### **Os principais centros universitários que se dedicam à América Latina**

Uma das universidades alemãs em que estudos latino-americanos possuem longa tradição é a de Colônia, com uma cátedra para História Ibérica e Latino-Americana, desde 1961. Ali se fundou, em 1964, uma revista dedicada ao tema, o *Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas*, mais tarde rebatizada para *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas*. O departamento é, provavelmente, o maior da Alemanha, pois reúne quatro catedráticos. No entanto, nenhum deles apresenta produção que denote preocupação específica e continuada com a história brasileira.

Barbara Potthast se dedica, sobretudo, a estudos sobre família e gênero, na América Latina, mas suas referências são Argentina, Paraguai e América Central. Holger Meding produziu trabalhos importantes sobre influência nazista na Argentina, e mais recentemente volta-se para aspectos da história centro-americana. Michael Zeuske estuda a escravidão, mas com foco no Caribe. Por fim, o interesse principal da catedrática-júnior Stefanie Gänger é a história da Arqueologia e dos vestígios deixados pelas culturas pré-colombianas, sobretudo no mundo andino, e, mais recentemente, história das ciências. Entre os assistentes,<sup>6</sup> duas realizaram pesquisas sobre o Brasil, mas não se trata propriamente de história, e sim de temas contemporâneos, como a tese em preparação de Bea Wittger sobre "Cidadania e gênero no Brasil: mulheres na luta por espaço urbano para morar", ou o trabalho de Johanna Below (2013) sobre reforma agrária.

Ensinando História do Brasil desde 2001, trabalha nesse departamento a brasileira Débora Bendocchi Alves. Obteve seu doutorado pela Universidade de Colônia em 1999, com tese sobre a imagem do Brasil difundida pelo movimento de emigração, na Alemanha, no século XIX (ALVES 2000). Vem estudando emigração alemã para o Brasil, literatura de viagem, relações entre Alemanha e Brasil, a Amazônia. Antes dessa tese, Frank J. Nellissen apresentara, em 1996, estudo também sobre relações brasileiro-alemãs, no passado: a história da empresa mineradora alemã Mannesmann no Brasil; mas trata-se de tese de doutorado não defendida junto ao departamento de História Ibérica e Latino-Americana, mas, sim, na área de Ciências Econômicas (NELLISSSEN 1997).

Na década de 1990, o brasilianista Hans-Jürgen Prien ocupou a cátedra de que estamos tratando. Publicara trabalhos sobre o Brasil, em especial sobre história de igrejas e religiosidade. Assim, alguns brasileiros desenvolveram pesquisas sob sua orientação. Além da citada Débora Bendocchi Alves, Sérgio Ricardo da Mata (2002) apresentou tese sobre catolicismo popular em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX), e Sérgio Krieger Barreira (2009) analisou o partido político que apoiou o regime militar brasileiro – ARENA –, em tese de 2007.

<sup>5</sup> Tese de Heidemarie Bernstein, defendida na Universidade Técnica de Aachen, cujas indicações bibliográficas estão no artigo anterior (GERTZ 1995).

<sup>6</sup> *Wissenschaftliche Mitarbeiter*.

Sob orientação da sucessora de Prien, Barbara Potthast, Tim Wätzold (2011) apresentou, em 2010, tese intitulada *Do cozinheiro do imperador ao cozinheiro nacional. História da alimentação do império brasileiro: proclamação da 'cozinha brasileira' como parte do processo nacional de criação de uma identidade, no império brasileiro, 1822-1889*, entrementes disponível em português (WÄTZOLD 2012). Tendo como uma de suas fontes livros de culinária do Brasil imperial, aborda as tentativas de constituição de uma identidade nacional a partir "da cozinha". Esforços empreendidos para enfrentar as crises políticas e socioeconômicas que assolaram o império brasileiro, na segunda metade do século XIX, são, aqui, iluminados desde uma perspectiva pouco usual.

Outra universidade alemã com longa tradição de estudos sobre história latino-americana é a de Hamburgo. Aquilo que hoje é o Departamento de História Extraeuropeia<sup>7</sup> se compõe de quatro cátedras, uma delas dedicada à história da América Latina. No período aqui analisado, Horst Pietschmann (até 2005) e Ulrich Mücke (desde 2007) foram responsáveis por ela. Se, afora a coautoria num manual chamado *Pequena História do Brasil* (com Walter Bernecker e Rüdiger Zoller) (PIETSCHMANN; BERNECKER; ZOLLER 2000), o primeiro não produziu trabalhos dignos de nota sobre nosso país, o segundo o incluiu em estudos do pensamento conservador, mas numa análise conjunta com Península Ibérica e México (MÜCKE 2008). Entre os assistentes, cabe mencionar Jan Kunze, com uma tese a respeito dos movimentos de protesto de 1968 no Brasil e no México (KUNZE 2012).

Como na Universidade de Colônia, também na Universidade de Hamburgo, no decorrer dos últimos 20 anos, foram defendidas teses típicas de história do Brasil, sobre temas diversificados.<sup>8</sup> Em ordem cronológica, pode-se citar o trabalho de Edgar Helmut Köb, de 2002, sobre a cervejaria Brahma e o comércio de bebidas, nos primeiros 40 anos da República (KÖB 2005). No ano seguinte, veio a pesquisa de Regina Aggio sobre o "cinema novo" brasileiro e o projeto desenvolvimentista dos anos 1950/1960 (AGGIO 2005). Em 2004, foi concluído estudo de história econômica sobre o sistema bancário paulista de 1930 a 1988 (ROSCHMANN 2004). Inserida num amplo debate historiográfico brasileiro, está a tese apresentada em 2006 por Christian Hausser sobre as discussões em torno da evolução da sociedade brasileira nos primeiros três quartos do século XIX; na esteira do conceito de "civilização", o autor procura mostrar que o período não se caracterizou pelo arcaísmo, no confronto com o mundo "civilizado", nem pela tendência simples de copiar o modelo europeu (HAUSSER 2009). Por fim, o brasileiro Fernando Amado Aymoré defendeu, em 2007, tese sobre a ação catequética dos jesuítas no Brasil colonial (AYMORÉ 2009).

Nos protestos estudantis de 1968 na Europa, a América Latina exerceu papel não desprezível. O subcontinente era, então, palco do confronto entre "leste" e "oeste" (mísseis em Cuba, 1962), mas também um lugar do qual se esperavam irrupções revolucionárias (como a revolução cubana, ou a aventura

<sup>7</sup> *Außereuropäische Geschichte*.

<sup>8</sup> No levantamento anterior, foi citada a tese do brasileiro Jorge Luiz da Cunha sobre imigração alemã no Rio Grande do Sul, de 1994 (CUNHA 1995).

de Ernesto Guevara na Bolívia) (PIETSCHMANN 2000, p. 9-10). A criação do *Lateinamerika-Institut* – LAI, na Universidade Livre de Berlim (FUB), em 1970, provavelmente tenha a ver com essa avaliação (LIEHR 2007, p. 310). Esse “Instituto Central” não faz parte de uma unidade universitária de História, como em Colônia e Hamburgo, sendo multidisciplinar, abrigando desde áreas de estudo sobre populações pré-colombianas, passando por ensino de línguas românicas, para chegar a cátedras de Literatura, Sociologia, Ciência Política, Economia. Mas a História sempre teve sua cátedra específica dentro do LAI.

Porém, também aqui a história do Brasil não se desenvolveu muito, ao menos até o início do século XXI. Em lista apresentada num artigo do então catedrático de História Reinhard Liehr (2007), referente ao período de 1970 a 2005, entre os 46 trabalhos datados de 1995 a 2005, apenas quatro se referem ao Brasil. Um deles, porém, foi produzido por um cientista social brasileiro (sobre democratização recente) e uma economista alemã fez uma análise sobre o “Plano Real”. A rigor, apenas um – efetivamente produzido no LAI – pode ser classificado como estudo de História, sobre o discurso em torno da guerra de Canudos.<sup>9</sup>

Nos últimos dez 10 anos, esse quadro, no entanto, sofreu mudanças. Das 18 teses defendidas no LAI de 2010 a 2014, cinco se dedicaram ao Chile, quatro à Argentina, três à América Central.<sup>10</sup> O Brasil conseguiu empatar com o México – com duas teses sobre a história de cada um. Em 2012, Christina Peters analisou o futebol na formação da identidade brasileira, nos primeiros 40 anos da República (PETERS 2012), e Frederik Schulze, em 2014, investigou os discursos colonialistas alemães, tendo como referência a colonização com alemães no sul do Brasil (SCHULZE 2014).<sup>11</sup>

E dentre os 24 doutorandos matriculados no segundo semestre de 2014, quatro se concentram na história do Brasil, orientados pelo catedrático de História Latino-Americana do LAI, Stefan Rinke, e uma quinta faz uma comparação entre Brasil e Argentina. É um avanço, ainda que o tradicional “campeão” de interesse por parte dos historiadores alemães, o México, também esteja contemplado com cinco projetos, e ao Chile estejam dedicados quatro.<sup>12</sup>

A situação reflete um esforço para incrementar estudos sobre o Brasil. Nesse sentido, foi criado, em 2010, o “*Forschungszentrum Brasilien*”, o Centro

<sup>9</sup> Na ordem em que foram citados, trata-se dos seguintes autores/livros: COSTA 1997; FRITZ 2002; BARTELT 2003; este último também publicado no Brasil (BARTELT 2009). O livro de Assunção (2005) saiu 12 anos após ter deixado o LAI.

<sup>10</sup> Disponível em: [http://www.lai.fu-berlin.de/disziplinen/geschichte/promotion\\_und\\_postdoc/abgeschlossene\\_promotionen/index.html](http://www.lai.fu-berlin.de/disziplinen/geschichte/promotion_und_postdoc/abgeschlossene_promotionen/index.html). Acesso em: 27 dez. 2014.

<sup>11</sup> Schulze defendera, antes, dissertação de mestrado sobre “protestantismo e germanidade” no sul do Brasil (SCHULZE 2006).

<sup>12</sup> Naquilo que tange ao Brasil, os doutorandos e projetos são: Georg Fischer “Eisenberge’ und Experten: eine globale Wissensgeschichte der Erzvorkommen in Brasilien, 1876-1914”; Kevin Niebauer “Wie die grüne Hölle zum Regenwald wurde: Amazonien als Topos internationaler Umweltorganisationen, 1960-1985”; Igor Gak [brasileiro] “Nazi ‘soft power’. Análise sobre a dimensão cultural da política externa alemã para o Brasil (1933-1942)”; Eduardo Relly [brasileiro] “German immigration and the destruction of the *Urwald* in Southern Brazil: effects of forest (de)regulation property rights on the devastation (19th century)”. O projeto sobre Argentina/Brasil é de Leonie Herbers “Luftfahrtpioniere: die Anfänge der Luftfahrt in Lateinamerika als transnationale Phänomen – Argentinien und Brasilien im Vergleich, 1898-1930”. Disponível em: <http://www.lai.fu-berlin.de/brasil/forschung/dissertationen/index.html> e [http://www.lai.fu-berlin.de/disziplinen/geschichte/promotion\\_und\\_postdoc/promotionsprojekte/index.html](http://www.lai.fu-berlin.de/disziplinen/geschichte/promotion_und_postdoc/promotionsprojekte/index.html). Acesso em: 20 jan. 2015.

de Estudos Brasileiros, multidisciplinar, no qual alguns outros doutorandos desenvolvem teses sobre aspectos históricos do Brasil, sem que sejam orientados por professores da área de História.<sup>13</sup> Além disso, cabe citar a instalação, em 2012, da “*Gastdozentur* Sérgio Buarque de Holanda”, uma “docência de visitante”. Desde 2013, é catedrática-júnior a brasilianista Debora Gerstenberger, atualmente pesquisando sobre tecnologia e ditadura militar. Conclui-se, portanto, que a dedicação a temas da história do Brasil no LAI, no momento, está num crescendo.

Sem dúvida, nas universidades de Colônia, Hamburgo e na Livre de Berlim estão os principais centros de estudos sobre América Latina. Mas outras universidades alemãs também registram tradições para a área. Uma delas é a de Erlangen-Nürnberg, onde, na década de 1980, brasileiros e alemães desenvolveram teses sobre história brasileira.<sup>14</sup> Ali existe, atualmente, uma cátedra sobre “Ciência dedicada ao Exterior (Culturas de Línguas Românicas)”,<sup>15</sup> que de 1992 a 2014 foi ocupada por Walther Bernecker. Apesar de ele dedicar-se à história espanhola, portuguesa e latino-americana dos séculos XIX e XX, e apesar de ter publicado, com Horst Pietschmann e Rüdiger Zoller, o citado manual *Uma pequena história do Brasil*, as listas de suas publicações registram quase nada de específico sobre história brasileira. Rüdiger Zoller – abstraindo do manual – só dedicou textos menores à história do Brasil (ZOLLER 2009). Ultimamente, apenas um dos colaboradores, Sören Brinkmann, estudou a história da política estatal em relação à alimentação no Brasil, durante os primeiros 50 anos da República, em recente tese de livre-docência (BRINKMANN 2014b).<sup>16</sup> Antes desse estudo, o autor publicara textos menores sobre o tema (BRINKMANN 2013; 2014a).

Outro centro que merece referência é a jovem Universidade Católica de Eichstätt (fundada em 1980), que mantém uma cátedra de História da América Latina. Ela é ocupada, atualmente, por Thomas Fischer, em cujo currículo se encontra apenas um capítulo sobre o Brasil e a Liga das Nações (FISCHER 2013).<sup>17</sup> O administrador do Instituto Central de Estudos sobre a América Latina, Karl-Dieter Hoffmann, com formação em Ciência Política, relaciona uma publicação sobre a história do modelo de desenvolvimento brasileiro (HOFFMANN 1995), mas depois disso parece não ter-se interessado mais pelo Brasil. O colaborador científico<sup>18</sup> da cátedra, o colombiano Andrés Jiménez Ángel, também não registra estudos sobre a história do Brasil em seu currículo.

<sup>13</sup> Alguns exemplos: Jens Weigelt *Reforming development trajectories? Institutional change in forest tenure in the Brazilian Amazon* (tese 2011); Maria Backhouse *Grüne Landnahme. Fallstudie zur Expansion der Palmölproduktion in Amazonien (Pará/Brasilien)* (tese 2014); Airton Adelar Mueller “Lokales Regieren, Sozialkapital und Entwicklung im Süden von Brasilien” (projeto de tese em andamento, em 2014); Philipp Temme “Die Entwicklung der Bond-Märkte in Brasilien und Mexiko” (projeto de tese em andamento, em 2014). Disponível em: <http://www.lai.fu-berlin.de/brasil/forschung/dissertationen/index.html>. Acesso em: 27 dez. 2014.

<sup>14</sup> No arrolamento anterior, constavam as teses de Luiz do Nascimento [1983], Wolfgang Penkwitt [1983], Maria da Guia Santos [1984], Ana Maria Barros dos Santos [1985]. As indicações bibliográficas estão no artigo (GERTZ 1995).

<sup>15</sup> *Auslandswissenschaft (Romanischsprachige Kulturen)*.

<sup>16</sup> Denomina-se, aqui, “tese de livre-docência” aquilo que no sistema acadêmico alemão é chamado *Habilitationsschrift*, tipo de tese de pós-doutorado que habilita a assumir uma cátedra.

<sup>17</sup> Essa cátedra foi ocupada até 2006 por Hans-Joachim König, que publicou recentemente uma interessante *História do Brasil* (KÖNIG 2014).

<sup>18</sup> *Wissenschaftlicher Mitarbeiter*.



Essa tendência se reflete nos temas das 17 teses em andamento: a Colômbia está contemplada em quatro projetos, três se referem à Argentina, dois ao Peru, dois a temas gerais sobre a região. Ao lado de América Central, Chile, México (mais Alemanha e Espanha), o Brasil aparece em um único projeto – de uma doutoranda brasileira.<sup>19</sup> Uma exceção nesse quadro de aparente interesse restrito pela história do Brasil é a tese de livre-docência de Sven Schuster, de 2012. Schuster fez seu mestrado, seu doutorado e sua livre-docência em Eichstätt. Nesta última, analisou, a partir das grandes exposições nacionais brasileiras e da presença brasileira em exposições internacionais, os elementos “raça”, “progresso” e “civilização”, vistos como fundamentais para a constituição da nação. Metodologicamente, além da análise de “discursos” escritos, o autor recorreu a “discursos” imagéticos (SCHUSTER 2012).

Na Universidade de Erfurt, existia uma cátedra de História Latino-Americana e do Sudoeste Europeu<sup>20</sup>, ocupada por Peer Schmidt, desde 1999, e que foi extinta após sua morte, em 2009. O próprio Schmidt não fez estudos significativos sobre o Brasil, mas ao menos um de seus alunos, Sebastian Dorsch, mesmo tendo defendido, em 2008, tese sobre a história mexicana, publicou trabalhos sobre história brasileira (DORSCH 2007; 2013; 2014), e desde 2010 desenvolve projeto sob o título *Kulturelle Zeiträume einer atlantischen Metropole: São Paulo 1867-1930* (Espaços temporais culturais de uma metrópole atlântica: São Paulo 1867-1930).<sup>21</sup>

200

Na Universidade de Bielefeld, um dos mais destacados centros da autointitulada Ciência Social Histórica alemã, existe um departamento de História Ibérica e Latino-Americana,<sup>22</sup> mas registra pouca produção sobre o Brasil. Dos três pequenos textos de pessoas ligadas ao departamento, um não é “histórico”, e sim “sociológico”, essencialmente teórico, com referência ao Brasil no título, e nada mais (THIES; KALTMEIER 2008); um segundo tende para a Ciência Política, não para a História, pois, apesar de iniciar com uma análise comparativa entre Argentina e Brasil a respeito da ação social do Estado nos anos 1930, centra sua atenção nas tendências liberais das duas últimas décadas do século XX, e nas mudanças mais recentes (TITTOR; LEUTBOLD 2008); o texto mais antigo compara possibilidades de ascensão social de escravos libertos em Recife e em Havana, na segunda metade do século XIX (KEMMER 2005).

Na Universidade de Münster, existe uma cátedra de “História Extraeuropeia”,<sup>23</sup> mas a titular, Silke Hensel, tem publicado estudos sobre o México, e das demais pessoas do grupo ninguém apresenta publicações relevantes sobre o Brasil. Exceção é o referido Frederik Schulze, que passou a ser colaborador científico em 2014,<sup>24</sup> cuja formação se deu no LAI da Universidade Livre de Berlim, e que efetivamente produziu trabalhos sobre o Brasil.

<sup>19</sup> Disponível em: <http://www.ku.de/ggf/geschichte/geschlateinam/forschung/habilitationen-und-dissertationen/>. Acesso em: 30 dez. 2014.

<sup>20</sup> *Lateinamerikanische und Südwesteuropäische Geschichte*.

<sup>21</sup> Disponível em: <https://www.uni-erfurt.de/en/geschichte/dfgsaopaulo/faculty-and-staff/dr-sebastian-dorsch/ausfuehrlicher-lebenslauf/>. Acesso em: 1 jan. 2015.

<sup>22</sup> *Iberische und Lateinamerikanische Geschichte*.

<sup>23</sup> *Außereuropäische Geschichte*.

<sup>24</sup> *Wissenschaftlicher Mitarbeiter*.

Na Universidade de Leipzig, há um departamento de História Comparada, no qual pesquisadores se dedicam à História Ibero-Americana, mas nas publicações não se detecta interesse pelo Brasil, com uma exceção: em 2011 foi defendida a tese de Debora Gerstenberger, com o título „*Transfer et impera*“: *die Verlegung des portugiesischen Königshofes nach Brasilien: Polizei, Regierung in Zeiten der globalen Krise (1807-1821)*, sobre “a transferência da corte portuguesa para o Brasil: polícia, governo em tempos de crise global” (GERSTENBERGER 2013).

Além da de Leipzig, a Universidade de Rostock também se localiza no território que constituía a República Democrática Alemã, e era relativamente conhecida por estudos sobre a América Latina, incluindo a História, tendo sido feitas ali pesquisas sobre história brasileira (AHRENDT-VÖLSCHOW 2004; ALVES 2006, p. 162-163). Depois da “queda do muro”, ocorreram, porém, mudanças, e atualmente a preocupação com o subcontinente americano se restringe a um grupo de trabalho sobre política contemporânea.

Na Universidade de Bremen, há um grupo de trabalho sobre história da América Latina, mas as listas de publicações dos participantes mostra que não há nada de significativo que seja específico do Brasil. Da mesma forma, a cátedra de História da América Latina e do Caribe na Universidade de Hannover tem como foco a América Central. Entre as publicações dos participantes, apenas Ulrike Schmieder arrola sua tese de livre-docência – de 2002, na Universidade de Colônia –, sobre gênero e etnicidade a partir de relatos de viagem sobre México, Brasil e Cuba, nos séculos XVIII e XIX (SCHMIEDER 2004), e um artigo sobre a escravização de africanos no Brasil (SCHMIEDER 2003b).<sup>25</sup> Além disso, Mario Peters está trabalhando numa tese sobre *Segregação socioespacial e a influência de imaginações estereotípicas sobre políticas habitacionais urbanas no Brasil de aproximadamente 1920 a 1970*.<sup>26</sup>

Esse arrolamento de estudos da história brasileira na Alemanha pode abrigar injustiças, pois é possível que pesquisadores não inseridos em departamentos que se dedicam expressamente à América Latina estejam produzindo trabalhos relevantes, aqui não detectados. Há exemplos nesse sentido. Na Universidade de Munique, por exemplo, existe, desde 1949, um *Amerika-Institut*, que se dedica à América do Norte. Ali, a austríaca Ursula Prutsch leciona história cultural americana.<sup>27</sup> Ela se formou na Áustria, onde, em 1993, produziu uma tese sobre emigração austríaca para o Brasil (PRUTSCH 1996). E, desde então, publicou trabalhos sobre outros temas da história brasileira, entre eles uma história cultural (PRUTSCH 2013). Da mesma forma, trabalha no extremo-sul alemão – na Universidade de Constança – Nina Schneider, que se doutorou na Inglaterra, sob orientação de Matthias Röhrig Assunção – doutorado na Alemanha –, de cujas publicações seja aqui citada apenas a mais recente (SCHNEIDER 2014).

<sup>25</sup> Disponível em: [http://www.hist.uni-hannover.de/geschichte\\_lateinamerikas\\_hist.html](http://www.hist.uni-hannover.de/geschichte_lateinamerikas_hist.html). Acesso em: 4 jan. 2015.

<sup>26</sup> Disponível em: <http://www.hsozkult.de/hfn/conferencereport/id/tagungsberichte-4057>. Acesso em: 23 dez. 2014.

<sup>27</sup> Disponível em: <http://www.amerikanistik.uni-muenchen.de/personen/privatdozenten/prutsch/lebenslauf/index.html>. Acesso em: 3 jan. 2015.

Esses casos ilustram a possibilidade de que haja outros pesquisadores estudando aspectos de nossa história, no grande universo representado pelas universidades alemãs.<sup>28</sup>

### **Tentativa para definir tendências**

Nas referências bibliográficas que seguem há, no mínimo, 36 teses (doutorado e livre-docência) que se referem à história do Brasil.<sup>29</sup> Parte-se do pressuposto de que refletem dedicação profunda a um tema, e, portanto, constituem amostra representativa de pesquisas substanciais. Por falta de espaço, não é possível analisá-las de forma crítica, assim que se fará aqui uma simples tentativa de agrupá-las, com base no período histórico a que se dedicam.<sup>30</sup> Depois, se tentará verificar se é possível descobrir alguma “tendência” temática.<sup>31</sup>

Ao período colonial, foram dedicadas apenas três teses, todas sobre assuntos religiosos (AYMORÉ 2010; JAECKEL 2007; MATA 2002). O império está tematizado em seis, com preferência nítida por algum aspecto sobre a construção de uma identidade nacional. Christian Hausser (2009) analisou as discussões em torno do conceito de “civilização” para a configuração da nação brasileira. Sven Schuster (2012) utilizou materiais sobre exposições internacionais e nacionais para aferir a imagem que se pretendeu difundir a respeito do Brasil. Tim Wätzold (2011) recorreu à culinária imperial para mostrar sua instrumentalização na tentativa de definir a identidade nacional brasileira. E Georg Wink (2009) rastreou narrativas que, ao longo do tempo, procuraram definir uma “ideia” de Brasil.<sup>32</sup>

Apesar de aparentemente sem relação com “identidade”, a tese de Margrit Prussant (2008) se aproxima desse tema, pois, a partir de fotografias com vestígios da escravidão, localiza identidades tanto da população atingida quanto das elites brancas. Debora Gerstenberger (2013b) estudou efeitos da vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, sobre o desenvolvimento do país.

Além do fato de os dados apresentados por Prussant, Schuster e Wink “ultrapassarem” o período monárquico, há ao menos uma tese referente à República que também aborda a “identidade” – é a de Christina Peters (2012), que procura mostrar como o futebol foi instrumentalizado, nos primeiros 40 anos, para a construção de identidades. Mas, nas 13 teses que tematizam outros aspectos da história republicana, é mais difícil estabelecer alguma “tendência”. Quatro se dedicam à história econômica – duas delas a tradicionais empresas industriais (NELLISSSEN 1997; KÖB 2005), uma à história de bancos paulistas (ROSCHMANN 2004) e outra ao “Plano Real” (FRITZ 2002).

<sup>28</sup> Isso sem referir o fato de que há instituições não universitárias cuja produção deveria ser avaliada, como a do Instituto Ibero-Americano de Berlim.

<sup>29</sup> Apesar da tendência a um crescendo na dedicação ao Brasil no LAI/FUB, os números sobre o conjunto da produção alemã de teses apontam em direção menos otimista – na primeira metade dos 20 anos abrangidos por este levantamento foram produzidas 20, na segunda apenas 15.

<sup>30</sup> Quando um trabalho perpassa mais de um período, foi classificado pelo primeiro período abrangido.

<sup>31</sup> Pela brevidade da referência, o leitor não deve imaginar que o número de palavras ou frases dedicadas a determinado trabalho reflete a importância que lhe é atribuída.

<sup>32</sup> Neste último caso, a análise inicia com o Brasil colonial, e vai até a República. O trabalho foi classificado para o período imperial porque a “ideia” de nação brasileira, efetivamente, adquire sentido nesse período.

Entre as oito restantes, há significativa diversidade, indo desde política partidária (BARREIRA 2009), protestos (KUNZE 2012), passando por políticas administrativas sobre alimentação (BRINKMANN 2014b). Mas cinco das teses que se dedicam ao período republicano podem ser classificadas sob um viés cultural(ista) – incluem “cinema novo” (AGGIO 2005), “discursos sobre Canudos” (BARTELT 2003; 2009), arquitetura moderna (LEHMANN 2004), teorias pedagógicas (RIGGENMANN 2006), música de Villa-Lobos (ZACHER 2005).

Mas não há dúvida de que – ignorando a classificação cronológica – o binômio Brasil *versus* Alemanha é abordado em treze das teses (quatorze, se incluirmos a de Nellissen sobre a siderúrgica Mannesmann<sup>33</sup>), fato que representa mais de um terço. Oliveira (2005) aborda o tema ainda pouco explorado das relações entre os dois países imediatamente após a Segunda Guerra Mundial. A emigração de alemães para o Brasil e seus desdobramentos estão – sob variados ângulos – nos trabalhos de Alves (2000), Diel (2001), Doll (2002), Goldenbaum (2012), Neumann (2005), Schulze (2014b), Wolf (2010). Os efeitos do nazismo estão presentes nos estudos de Gaudig e Veit (1997), Isolan (2010), Moraes (2005), Müller (1997), Stanley (1996).

Resumindo em três frases a contribuição que este artigo pretendeu trazer, pode-se dizer que o *brasilianismo* nos estudos históricos na Alemanha não recebeu a mesma atenção que a história de alguns outros países latino-americanos. Mas, mesmo assim, há alguns trabalhos que merecem atenção – não só daqueles que dominam a língua alemã, pois alguns estão publicados em português. E a lista bibliográfica que segue pretende dar uma ideia da produção dos últimos 20 anos.

Uma tarefa para o futuro consiste em tentar avaliar se essa produção teve algum efeito sobre a escrita e a compreensão da história brasileira, seja dentro do Brasil, seja alhures. Além disso, representa desafio maior uma explicação para a tendência de uma maior atenção a outros países latino-americanos, em detrimento do Brasil, apesar de seu “tamanho e importância” – como escreveram dois analistas alemães, aqui citados. Por enquanto, só se pode levantar algumas hipóteses de caráter puramente especulativo: há uma maior tendência de domínio da língua espanhola que da portuguesa entre o público acadêmico alemão; a historiografia brasileira apresenta longa tradição de alinhamento com a historiografia francesa, fato do qual decorrem contatos mais escassos com historiadores alemães; tanto universidades quanto agências de fomento de alguns países hispano-americanos apresentam uma maior abertura para a tradição historiográfica alemã; nas demandas mais antigas e tradicionais de pesquisa histórica vindas do Brasil em relação à Alemanha estava muito presente o interesse pela e(i)migração, tema que, muitas vezes, esteve contaminado pela ideologia do “germanismo”, e que não é mais bem-vinda – eu próprio fui “vítima” de uma situação dessas: alguns anos atrás, um colega alemão me convidou para um evento sobre Lutero, pedindo que falasse sobre os luteranos

<sup>33</sup> Convém lembrar que a citada tese de Köb (2005) não se enquadra aqui, porque o fundador da Brahma era suíço (não alemão).

no Brasil; perguntou se eu estaria disposto a apresentar meu trabalho em um ou dois outros centros universitários de história latino-americana, com que poderia aliviar os gastos de seu evento; concordei, mas algum tempo depois me comunicou, muito constrangido, que a resposta que recebeu foi que se eu pudesse falar sobre um tema "brasileiro" teriam interesse em me ouvir, mas os luteranos no Brasil não eram exatamente um tema brasileiro. Repito: estas são conjecturas puramente especulativas, que, obviamente, precisariam ser aprofundadas para adquirir consistência.

### Referências bibliográficas

AGGIO, Regina. **Cinema Novo – ein kulturpolitisches Projekt in Brasilien**: Ursprünge des neuen brasilianischen Films im Kontext der Entwicklungspolitik zwischen 1956 und 1964. Remscheid: Gardez!-Verlag, 2005.

AHRENDT-VÖLSCHOW, Dörte. **Die Lateinamerikawissenschaften an der Universität Rostock von 1958 bis 1995**. Rostock: Universidade de Rostock, 2004.

ALVES, Débora Bendocchi. **Das Brasilienbild der deutschen Auswanderungsbewegung im 19. Jahrhundert**. Berlin: Wissenschaftlicher Verlag, 2000.

204

\_\_\_\_\_. Jürgen Hell e a produção historiográfica sobre o Brasil na ex-República Democrática Alemã. **Locus**, v. 12, n. 1, p. 161-179, 2006.

ASMUS, Sylvia; ECKL, Marlen (eds.). „... mehr vorwärts als rückwärts schauen...“/“... olhando mais para frente do que para trás...“: das deutschsprachige Exil in Brasilien 1933-1945/o exílio de língua alemã no Brasil 1933-1945. Berlin: Hentrich & Hentrich, 2013.

ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. **Capoeira**. The history of an Afro-Brazilian martial art. London: Routledge, 2005.

AYMORE, Fernando Amado. **Die Jesuiten im kolonialen Brasilien**: Katechese als Kulturpolitik und Gesellschaftsphänomen (1549-1760). Frankfurt: Peter Lang, 2009.

BADER, Wolfgang (ed.). **Deutsch-brasilianische Kulturbeziehungen**: bestandaufnahme, herausforderungen, perspektiven. Frankfurt: Vervuert, 2010.

BARREIRA, Sérgio Krieger. **Die ARENA**: zivile Regierungspartei unter Bedingungen der Militärherrschaft in Brasilien. Mettingen: Brasilienkunde-Verlag, 2009.

BARTELT, Dawid Danilo. **Nation gegen Hinterland**: der Krieg von Canudos in Brasilien: ein diskursives Ereignis. Stuttgart: Franz Steiner, 2003.

\_\_\_\_\_. **Sertão, república, nação**. São Paulo: EDUSP, 2009.

- BELOW, Johanna. **Zwischen Anspruch und Wirklichkeit**: die Gleichberechtigung von Frauen im brasilianischen Agrarreformprozess. Köln: Kompetenznetz Lateinamerika, 2013.
- BRINKMANN, Sören. Ernährungspolitik im Estado Novo: die „Milchrevolution“ von Rio de Janeiro. In: FISCHER, Georg; PETERS, Christina; RINKE, Stefan; SCHULZE, Frederik (eds.). **Brasilien in der Welt**: Region, Nation und Globalisierung 1870-1945. Frankfurt: Campus, 2013, p. 271-295.
- BRINKMANN, Sören. Leite e modernidade: ideologia e políticas de alimentação na era Vargas. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 21, n. 1, p. 263-280, 2014a.
- BRINKMANN, Sören. **Kampf den Volksvergiftern!** Lebensmittelkontrolle und Lebensmittelpolitik in Brasilien, 1890-1945. Tese (Livre-Docência em História). Zentralinstitut für Lateinamerikastudien, Universidade Católica de Eichstätt, Eichstätt, 2014b.
- COSTA, Sérgio. **Dimensionen der Demokratisierung**. Öffentlichkeit, Zivilgesellschaft und lokale Partizipation in Brasilien. Frankfurt: Vervuert, 1997.
- CUNHA, Jorge Luiz da. **Rio Grande do Sul und die deutsche Kolonisation**. Santa Cruz do Sul: Gráfica Léo Quatke da UNISC, 1995.
- DOLL, Johannes. **Geschichtstexte verstehen in einer anderen Sprache**: eine vergleichende Untersuchung der Leseleistung von Schülern aus deutsch-brasilianischen Begegnungsschulen und deutschen Gymnasien. Frankfurt: Peter Lang, 2002.
- DIEL, Paulo Fernando. **„Ein katholisches Volk, aber eine Herde ohne Hirte“**: der Anteil deutscher Orden und Kongregationen an der Bewahrung deutscher Kultur und an der Erneuerung der katholischen Kirche in Süd-Brasilien (1824-1935/38). Remscheid: Gardez!-Verlag, 2001.
- DORSCH, Sebastian. Die *Yankee City* São Paulo im verzeitlichten Atlantik: die Nerven- und Modernerkrankung Neurasthenie. In: FISCHER, Georg; PETERS, Christina; RINKE, Stefan; SCHULZE, Frederik (eds.). **Brasilien in der Welt**: Region, Nation und Globalisierung 1870-1945. Frankfurt: Campus, 2013, p. 296-319.
- \_\_\_\_\_. Os paulistanos, “ianques do sul”, e a “doença moderna”, a neurastenia, nas primeiras décadas do século XX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 21, n. 1, p. 169-180, 2014.
- \_\_\_\_\_; WAGNER, Michael. Gezähmter Dschungel – industrialisierte Agrarwirtschaft – romantizierter Landloser. Die Mystifizierung des Ländlichen in der deagrarisierten Gesellschaft Brasilien. **Geschichte und Gesellschaft**, ano 33, n. 4, p. 546-574, 2007.
- ECKL, Marlen; HARLES, Berhard (eds.). **„... auf brasilianischem Boden fand ich eine neue Heimat“**. Autobiographische Texte deutscher Flüchtlinge des Nationalsozialismus. Remscheid: Gardez!-Verlag, 2005.

- \_\_\_\_\_. **„Das Paradies ist überall verloren“**: das Brasilienbild von Flüchtlingen des Nationalsozialismus. Frankfurt: Vervuert, 2010.
- FISCHER, Georg. Imigrantes de língua alemã e as visões do paraíso da elite capixaba, 1847-1862. **Espaço Plural**, v. 9, n. 19, p. 59-66, 2008.
- \_\_\_\_\_; PETERS, Christina; SCHULZE, Frederik. Brasilien in der Globalgeschichte. In: FISCHER, Georg; PETERS, Christina; RINKE, Stefan; SCHULZE, Frederik (eds.). **Brasilien in der Welt**: Region, Nation und Globalisierung 1870-1945. Frankfurt: Campus, 2013, p. 9-50.
- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_; RINKE, Stefan; SCHULZE, Frederik (eds.). **Brasilien in der Welt**: Region, Nation und Globalisierung 1870-1945. Frankfurt: Campus, 2013.
- \_\_\_\_\_. Minério de ferro, geologia econômica e redes de *experts* entre Wisconsin e Minas Gerais, 1881-1914. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 21, n. 1, p. 247-262, 2014.
- \_\_\_\_\_. Das Staatsunternehmen als Expertenarena. Die Anfangsjahre der *Companhia Vale do Rio Doce*, 1942-1951. In: REUFELS, Delia González de; RINKE, Stefan (eds.). **Expert Knowledge in Latin American History**. Local, Transnational and Global Perspectives. Stuttgart: Heinz, 2014, p. 109-138.
- FISCHER, Thomas. Brasilien und der Völkerbund. In: RAASCH, Markus; HIRSCHMÜLLER, Tobias (eds.). **Von Freiheit, Solidarität und Subsidiarität – Staat und Gesellschaft der Moderne in Theorie und Praxis**. Berlin: Duncker & Humblot 2013, p. 245-279.
- FLESSEL, Sina. Die *Nikkei* in Brasilien. Identität und Wandel. In: FISCHER, Thomas; GOSEL, Daniel (eds.). **Migration in internationaler Perspektive**. München: Allitera, 2009, p. 274-301.
- FRITZ, Barbara. **Entwicklung durch wechselkurs-basierte Stabilisierung?** Der Fall Brasilien. Marburg: Metropolis, 2002.
- GAUDIG, Olaf; VEIT, Peter. **Der Widerschein des Nazismus**: das Bild des Nationalsozialismus in der deutschsprachigen Presse Argentiniens, Brasiliens und Chiles 1932-1945. Berlin: Wissenschaftlicher Verlag, 1997.
- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Hakenkreuz über Südamerika**: Ideologie, Politik, Militär. Berlin: Wissenschaftlicher Verlag, 2004.
- GERSTENBERGER, Debora. Gilberto de Mello Freyre (1900-1987). In: MIDDELL, Mathias; ENGEL, Ulf (eds.). **Theoretiker der Globalisierung**. Leipzig: Leipziger Universitätsverlag, 2010, p. 225-239.
- \_\_\_\_\_. Gilberto Freyre: Nationalhistoriker oder Vordenker der Globalgeschichte? In: FISCHER, Georg; PETERS, Christina; RINKE, Stefan; SCHULZE, Frederik (eds.). **Brasilien in der Welt**: Region, Nation und Globalisierung 1870-1945. Frankfurt: Campus, 2013a, p. 51-70.

- \_\_\_\_\_. **Gouvernementalität im Zeichen der globalen Krise**: der Transfer des portugiesischen Königshofes nach Brasilien. Köln: Böhlau, 2013b.
- \_\_\_\_\_. Gilberto Freyre: um teórico da globalização? **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 21, n. 1, p. 111-120, 2014.
- GERTZ, René E. A História do Brasil na Alemanha (1980-1994). **Anos 90**, v. 3, n. 4, p. 87-113, 1995.
- GÖBEL, Barbara; BIRLE, Peter. **Investigación sobre América Latina en Alemania en el ambito de las Ciencias Económicas, las Ciencias Sociales y las Humanidades**. Berlin: Ibero-Amerikanisches Institut, 2012.
- GOLDENBAUM, Jean. „**Neue Noten unter einem neuem Himmel**“: die in Brasilien eingewanderten deutschsprachigen Komponisten und deren Einfluss auf die brasilianische Musik. Tese (Doutorado em História). Philosophisch-Sozialwissenschaftliche Fakultät, Universidade de Augsburg, Augsburg, 2012.
- HAUSSER, Christian. **Auf dem Weg der Zivilisation**: Geschichte und Konzepte gesellschaftlicher Entwicklung in Brasilien (1808-1871). Stuttgart: Franz Steiner, 2009.
- HOFFMANN, Karl-Dieter. **Ökonomischer Fortschritt und soziale Marginalisierung**: die historische Genese des brasilianischen Wachstums- und Entwicklungsmodells. Eine Skizze. Augsburg: ISLA, 1995.
- ISOLAN, Flaviano Bugatti. **Filmabsatzgebiet Brasilien**: die Rezeption des deutschen Films in Brasilien in den 1920er und 30er Jahren. Tese (Doutorado em História). Zentrum für Antisemitismusforschung, Universidade Técnica de Berlim, Berlin, 2010.
- JAECKEL, Volker. **Von Alterität, Anthropophagie und Missionierung**: der Einfluss der Jesuiten auf die kulturelle Identität Brasiliens in der Kolonialzeit (1549-1711). Stuttgart: Ibidem, 2007.
- KEMMER, Jochen. „Farbige Aussteiger“ in der Sklavereigesellschaft – Recife und Santiago de Cuba (1850-1888). In: NITSCHACK, Horst (ed.). **Brasilien im amerikanischen Kontext**. Vom Kaiserreich zur Republik: Kultur, Gesellschaft, Politik. Frankfurt: TFM, 2005, p. 117-149.
- KÖB, Edgar Helmut. **Die Brahma-Brauerei und die Modernisierung des Getränkehandels in Rio de Janeiro 1888 bis 1930**. Stuttgart: Franz Steiner, 2005.
- KÖNIG, Hans-Joachim. **Geschichte Brasiliens**. Stuttgart: Reclam, 2014.
- KUNZE, Jan. **Die Protestbewegungen von 1968 in Mexiko und Brasilien**: zwischen lokalem Protest und globaler Revolte. Tese (Doutorado em História). Lateinamerika-Studien, Universidade de Hamburgo, Hamburg, 2012.
- LEHMANN, Steffen. **Der Weg Brasiliens in die Moderne**: eine Bewertung und



- Einordnung der modernen Architektur Brasiliens (1930-1955). Münster: LIT, 2004.
- LIEHR, Reinhard. Lateinamerika-Forschung am Lateinamerika-Institut der Freien Universität Berlin, 1979-2005. **Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas**, n. 44, p. 309-325, 2007.
- LIENHARD, Martin. Der Diskurs aufständischer Sklaven in Brasilien 1798-1938: Versuch einer „archäologischen“ Annäherung. **Comparativ** – Zeitschrift für Globalgeschichte und Vergleichende Gesellschaftsforschung, n. 2, p. 44-67, 2003.
- LORENZ, Stella. Processo de purificação: expectativas ligadas à imigração alemã para o Brasil (1880-1918). **Espaço Plural**, v. 9, n. 19, p. 29-37, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Das Eigene und das Fremde**: Zirkulationen und Verflechtungen zwischen eugenischen Vorstellungen in Brasilien und Deutschland zu Beginn des 20. Jahrhunderts. Berlin: desiguALdades, 2001.
- MAINKA, Peter Johann. **Roland und Rolândia im Nordosten von Paraná**: Gründugs- und Frühgeschichte einer deutschen Kolonie in Brasilien (1932-1944/45). São Paulo: Cultura Acadêmica/Instituto Martius-Staden, 2008.
- \_\_\_\_\_. O início da colonização do Brasil no contexto da expansão marítima portuguesa (1415-1549). In: TOLEDO, César de Alencar de; RIBAS, Maria Aparecida de Araújo Barreto; SKALINSKI Júnior, Oriomar (orgs.). **Origens da educação escolar no Brasil colonial** (I). Maringá: Editora da UEM, 2012, p. 17-88.
- MATA, Sérgio Ricardo da. **Catolicismo popular, espaço e protourbanização em Minas Gerais, Brasil**: séculos XVIII-XIX. Tese (Doutorado em História). Zentrum Lateinamerika, Universidade de Colônia, Köln, 2002.
- MORAES, Luís Edmundo de Souza. **Konflikt und Anerkennung**: die Ortsgruppe der NSDAP in Blumenau und Rio de Janeiro: Berlin: Metropol, 2005.
- MÜCKE, Ulrich. **Gegen Aufklärung und Revolution**. Die Entstehung konservativen Denkens in der iberischen Welt. Spanien, Portugal, Mexiko und Brasilien, 1770-1840. Köln: Böhlau, 2008.
- MÜLLER, Jürgen. **Nationalsozialismus in Lateinamerika**. Die Auslandsorganisation der NSDAP in Argentinien, Brasilien, Chile und Mexiko, 1931-1945. Stuttgart: Akademischer Verlag, 1997.
- NELLISSEN, Frank J. **Das Mannesmann-Engagement in Brasilien von 1892 bis 1995**: Evolutionspfade internationaler Unternehmertätigkeit aus wirtschaftshistorischer Sicht. München: C. H. Beck, 1997.
- NEUMANN, Gerson Roberto. **„Brasilien ist nicht weit von hier“**: die Thematik der deutschen Auswanderung nach Brasilien in der deutschen Literatur im 19. Jahrhundert (1800-1870). Frankfurt: Peter Lang, 2005.

NITSCHACK, Horst (ed.). **Brasilien im amerikanischen Kontext**. Vom Kaiserreich zur Republik: Kultur, Gesellschaft, Politik. Frankfurt: TFM, 2005.

OLIVEIRA, Ione. **Aussenpolitik und Wirtschaftsinteresse**: in den Beziehungen zwischen Brasilien und der Bundesrepublik Deutschland 1949-1966. Frankfurt: Peter Lang, 2005.

PETERS, Christina. „**O nome do paiz em jogo**“. Fussball und Identität in Brasilien aus transnationaler Perspektive, 1894-1930. Tese (Doutorado em História). Lateinamerika-Institut, Universidade Livre de Berlim, Berlin, 2012.

\_\_\_\_\_. Formação de relações regionais em um contexto global: a rivalidade futebolística entre Rio de Janeiro e São Paulo durante a Primeira República. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, v. 21, n. 1, p. 151-168, 2014.

PIETSCHMANN, Horst. La historia de América Latina como subdisciplina histórica. **Diálogo Científico**: Revista Semestral de Investigaciones Alemanas sobre Sociedad, Derecho y Economía, v. 9, n. 1/2, p. 9-43, 2000.

\_\_\_\_\_; BERNECKER, Walther; ZOLLER, Rüdiger. **Eine kleine Geschichte Brasiliens**. Frankfurt: Suhrkamp, 2000.

PRUSSANT, Margrit. **Bilder der Sklaverei**: Fotografien der afrikanischen Diaspora in Brasilien 1860-1920. Berlin: Reimer, 2008.

PRUTSCH, Ursula. **Das Geschäft mit der Hoffnung**: österreichische Auswanderung nach Brasilien, 1918-1938. Wien: Böhlau, 1996.

PRUTSCH, Ursula. El príncipe Rodolfo de Habsburgo posee tierra en el Brasil. Problemas que afronta la historia de la migración austro-hungara. In: OPATRNÝ, Josef (ed.). **Emigración centroeuropea a América Latina**. Praha: Universidade Carolina, 2001, p. 195-204.

\_\_\_\_\_. **Creating good neighbors?** Die Kultur- und Wirtschaftspolitik der USA in Lateinamerika, 1940-1946. Stuttgart: Franz Steiner, 2008, p. 134-332.

\_\_\_\_\_. Nelson A. Rockefeller's Office of Inter-American Affairs in Brazil. In: CRAMER, Gisela; PRUTSCH, Ursula (eds.). **iAméricas unidas!** Nelson A. Rockefeller's Office of Inter-American Affairs (1940-1946). Frankfurt: Vervuert, 2012, p. 249-282.

\_\_\_\_\_. **Brasilien**: eine Kulturgeschichte. Bielefeld: Transcript, 2013a.

\_\_\_\_\_. Von Indigenen, Europäern und Japanern: die Globalisierung Paranás im frühen 20. Jahrhundert. In: FISCHER, Georg; PETERS, Christina; RINKE, Stefan; SCHULZE, Frederik (eds.). **Brasilien in der Welt**: Region, Nation und Globalisierung 1870-1945. Frankfurt: Campus, 2013b, p. 139-163.

\_\_\_\_\_. Migrantes na periferia: indígenas, europeus e japoneses no Paraná durante as primeiras décadas do século XX. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, v. 21, n. 1, p. 218-236, 2014.

- RIGGENMANN, Konrad. **Escola Nova, escola ativa**: John Deweys Pädagogik am Beispiel ihrer Rezeption in Brasilien. Oldenburg: pfv, 2006.
- RINKE, Stefan. *Auslanddeutsche* no Brasil (1918-1933): nova emigração e mudança de identidades. **Espaço Plural**, v. 9, n. 19, p. 39-48, 2008.
- \_\_\_\_\_. Deutschland und Brasilien, 1871-1945: Beziehungen zwischen Räumen. In: FISCHER, Georg; PETERS, Christina; RINKE, Stefan; SCHULZE, Frederik (eds.). **Brasilien in der Welt**: Region, Nation und Globalisierung 1870-1945. Frankfurt: Campus, 2013, p. 243-270.
- \_\_\_\_\_; SCHULZE, Frederik. **Kleine Geschichte Brasiliens**. München: C. H. Beck, 2013.
- \_\_\_\_\_. Alemanha e Brasil, 1870-1945: uma relação entre espaços. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, v. 21, n. 1, p. 299-316, 2014.
- ROSCHMANN, Michael. **Die Entwicklung des Bankenzentrums São Paulos in den Jahren von 1930 bis 1988**. Hamburg: Tectum-Verlag, 2004.
- SCHMIEDER, Ulrike. Die Sklaverei von Afrikanern in Brasilien. **Comparativ – Zeitschrift für Globalgeschichte und Vergleichende Gesellschaftsforschung**, n. 2, p. 26-43, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Geschlecht und Ethnizität in Lateinamerika im Spiegel von Reiseberichten**: Mexiko, Brasilien und Kuba (1780-1880). Stuttgart: Akademischer Verlag, 2004.
- 210 SCHNEIDER, Nina. **Brazilian Propaganda**: legitimizing an authoritarian regime. Gainesville: University Press of Florida, 2014.
- SCHÖNARDIE, Paulo Alfredo. **Bäuerliche Landwirtschaft im Süden Brasiliens**: historische, theoretische und empirische Studie zu Ernährungssouveränität, Modernisierung, Wiederbelebung und Staatsfunktion. München: Oekom, 2013.
- SCHULZE, Frederik. **Protestantismus und Deutschtum in Rio Grande do Sul (Brasilien) am Beispiel des Inspektionsberichts von Martin Braunschweig (1864-1908)**. Dissertação (Mestrado em História). Lateinamerika-Institut, Universidade Livre de Berlim, Berlin, 2006.
- \_\_\_\_\_. O discurso protestante sobre a germanidade no Brasil: observações baseadas no periódico *Der deutsche Ansiedler* 1864-1908. **Espaço Plural**, v. 9, n. 19, p. 21-28, 2008.
- \_\_\_\_\_. A constituição global da nação brasileira: questões de imigração nos anos 1930 e 1940. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 21, n. 1, p. 237-246, 2014a.
- \_\_\_\_\_. **Auswanderung und gescheiterte Kolonialdiskurse**: Deutschtum in Südbrasilien (1824-1941). Tese (Doutorado em História). Lateinamerika-Institut, Universidade Livre de Berlim, Berlin, 2014b.
- SCHUSTER, Sven. **„Fortschrittlich, zivilisiert, weiss“**: Ausstellungskultur,

nationales Selbstbild und Rassediskurs in Brasilien, 1861-1929. Tese (Livre-Docência). Zentralinstitut für Lateinamerikastudien, Universidade Católica de Eichstätt, Eichstätt, 2012.

\_\_\_\_\_. Progreso, civilización y raza: historia patria y discurso racial en el Centenario de la Independencia en Brasil. In: SCHEUZGER, Stephan; SCHUSTER, Sven (eds.). **Los Centenarios de la Independencia. Representaciones de la historia patria entre continuidad y cambio**. Eichstätt: Zentralinstitut für Lateinamerika-Studien, 2013, p. 156-184.

\_\_\_\_\_. História, nação e raça no contexto da Exposição do Centenário em 1922. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, v. 21, n. 1, p. 121-134, 2014.

STANLEY, Ruth. **Rüstungsmodernisierung durch Wissenschaftsmigration?** Deutsche Rüstungsfachleute in Argentinien und Brasilien 1947-1963. Frankfurt: Vervuert, 1999.

THIES, Sebastian; KALTMEIER, Olaf. "Can the flap of a butterfly's wing in Brazil set off a tornado in Texas?". Transnationalization in the Americas and the field of identity politics. In: THIES, Sebastian; RAAB Josef (eds.). **E pluribus unum?** National and transnational identities in the Americas. Münster: LIT, 2008, p. 25-48.

TITTOR, Anne; LEUBOLT, Bernhard. Semi-periphere Sozialstaatlichkeit in Lateinamerika: Argentinien und Brasilien im historischen Vergleich. **JEP - Journal für Entwicklungspolitik**, v. 24, n. 2, p. 116-41, 2008.

WÄTZOLD, Tim. **Vom kaiserlichen Koch zum nationalen Koch:** Ernährungsgeschichte des brasilianischen Kaiserreichs. Mettingen: Brasilienkunde-Verlag, 2011a.

\_\_\_\_\_. Die Kochbücher des brasilianischen Kaiserreichs. Quellen zur nationalen Identität, materiellen Kultur und der Proklamierung der brasilianischen Küche 1840-1889. **Vierteljahresschrift für Sozial- und Wirtschaftsgeschichte**, v. 98, n. 4, p. 443-458, 2011b.

\_\_\_\_\_. **A proclamação da cozinha brasileira como parte do processo de formação da identidade nacional no império do Brasil (1822-1889)**. Belo Horizonte: TCS Editora, 2012.

\_\_\_\_\_. Europäische Ernährung in der Emigration. Das Beispiel Brasilien. In: LANGTHALER, Ernst; AMENDA, Lars (orgs.). **Kulinarische Heimat und Fremde Ernährung und Migration im 19. und 20. Jahrhundert**. Innsbruck: Studienverlag, 2013a, p. 5-55.

\_\_\_\_\_. Nachwort und Einordnung der Memoiren in den Kontext der brasilianischen und Migrationsgeschichte. In: KNIESTEDT, Friedrich. **Fuchsfeuerwild:** Erinnerungen eines anarchistischen Auswanderers nach Rio Grande do Sul. Hamburg: Barrikade, 2013b, p. 204-216.

- WINK, Georg. **Die Idee von Brasilien:** eine kulturwissenschaftliche Untersuchung der Erzählung Brasilien als vorgestellte Gemeinschaft im Kontrast zu Hispanoamerika. Frankfurt: Peter Lang, 2009.
- WOLFF, Martin. **Die Stellung der ethnischen Presse im Prozess der Identitätskonstruktion ihrer Leser:** eine inhaltsanalytische Untersuchung am Beispiel der Brasil-Post. Hamburg: Kovač, 2010.
- ZACHER, Gerd. **Die Gitarre im Schatten Heitor Villa-Lobos:** Aspekte ihrer Bedeutung für die brasilianische Nationalmusik und für die Internationalisierung der Musik im 20. Jahrhundert. Tese (Doutorado em História da Música). Department Lehrerbildung und Musikpädagogik, Universidade de Potsdam, Potsdam, 2005.
- ZOLLER, Rüdiger. Förderung, Quoten, Assimilierung: zur Einwanderungspolitik Brasiliens im 19. und 20. Jahrhundert. In: FISCHER, Thomas; GOSSEL, Daniel (eds.). **Migration in internationaler Perspektive.** München: Allitera, 2009, p. 121-142.

# Revolta e proclamação como molduras da história: escrita da história e olhares para a República entre os sócios do IHGB

Revolts and proclamation as historical frames: writing of history and visions of the Republic by the members of the IHGB

---

**Francisco Gouvea de Sousa**

chico\_gouvea@yahoo.com.br

Pesquisador

Programa Nacional de Pós-Doutorado

Universidade de Ouro Preto

Rua do Seminário, s/n - Centro

35420-000 - Mariana - MG

Brasil

---

## Resumo

Os olhares e vozes dos sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em relação à República de 1889 foram intensamente marcados por formas de ver o passado antes mobilizadas pela escrita da história. Enquanto alguns sócios experimentavam o retorno da *anarquia* regencial, outros se referiam ao 15 de novembro pela mesma moldura que deu forma à Independência, falando de uma *proclamação*. Para expor o quanto estas formas de compreensão do passado foram ativas na compreensão da vida política, este artigo percorre, num segundo momento, algumas memórias históricas escritas pelos mesmos sócios que experimentaram o 15 de novembro ainda no Segundo Reinado; para, ao final, demonstrar que a reaproximação entre Instituto Histórico e vida do governo não marcou apenas um envolvimento de letrados e conselheiros do Império com a República, mas também a permanência de um repertório de formas de ver o passado e, por ele, o presente.

213

## Palavras-chave

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB); República; Historiografia.

## Abstract

The views and voices of the members of the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) in relation to the Republic of 1889 were intensely marked by a repertoire that had already been mobilized by the writing of history. While some members experienced the return of the anarchy particular to the Regency period, others conceived the 15<sup>th</sup> of November by the same frame that had been used to comprehend the Independence, and referred to it as a *proclamation*. To address how these ways of understanding the past were active in the comprehension of politics, this article examines some historical memoirs written by the same literates who still experienced the 15<sup>th</sup> of November in the Second Reign. The article concludes that the involvement of the Historical Institute with the government was more than only a connection between scholars and counselors of the Empire with the Republic: it was also the permanence of a repertoire of ways of seeing the past and, through the past, also of ways of seeing the present.

## Keywords

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB); Republic; Historiography.

---

Recebido em: 8/9/2014

Aprovado em: 12/4/2015

Senhores! Imperioso dever do meu cargo me força a anunciar-vos que jamais nessa cadeira se assentará aquele que durante quarenta anos desempenhou verdadeiramente o título de protetor de nossa associação [...]. Das atas das sessões de nossos trabalhos e das nossas sessões magnas, celebradas na sua casa com todo esplendor e solenidade, consta, e constará sempre, o que foi o Imperador D. Pedro II para com o Instituto Histórico, que lhe retribui numerosos favores com a maior gratidão, por considerá-lo como seu primeiro aluno e por tê-lo sempre como seu desvelado protetor (SILVA 1889, p. 534).

As palavras de Joaquim Norberto, em sessão regular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), do qual era presidente em 1889, marcaram como a República foi vivida por uma parte dos letrados da cidade do Rio de Janeiro ao fim do oitocentos. Para eles, a República foi uma ausência, como a cadeira de D. Pedro II que permaneceria vazia até mesmo quando, alguns anos depois, o IHGB retomaria o contato com a vida do governo. Na sessão aniversária de 1894, conduzida pelo então presidente do IHGB e do Supremo Tribunal Federal Olegário Herculano de Aquino e Castro, Prudente de Moraes compareceu ao Instituto Histórico; porém, não se senta na cadeira do “Imediato Protetor do Instituto Histórico”.

214

O respeito pela imagem de D. Pedro II indica que na reaproximação do IHGB com a vida do governo ao longo dos governos civis republicanos, o Império era respeitado como um passado nacional. Por ele, letrados e conselheiros se aproximavam da República. Ao mesmo tempo, assumindo o Império como herança, conceitos e formas de compreensão da vida política, como as molduras *proclamação* e *revolta*, permaneceriam ativas. Antes desta reaproximação, porém, entre os anos de 1889 a 1894, a vida dos sócios do instituto foi intensa.

Não sem motivos. Ao longo de todo o Segundo Reinado, o IHGB viveu “sob a imediata proteção de sua Majestade Imperial” (GUIMARÃES 1995). Nesta relação próxima com D. Pedro II, os letrados tiveram como direção responder questões como qual o lugar do Brasil entre as *nações civilizadas* e que passado teria essa *nação*, produzindo uma “retórica da nacionalidade” (CEZAR 2006). Este *dever* teve longa duração no Instituto. Não é de se estranhar que os sócios lamentassem a perda de seu “primeiro aluno” e “desvelado protetor”. O que produzia mais ansiedade, porém, era o que se dava fora do IHGB nesses anos. Para além da *ausência*, o que os constrangia era o *desencontro*, a *conspiração*, o *ruído*.

Não foi este, entretanto, o único olhar para a República de 1889 entre os sócios do Instituto. Para outros, o 15 de novembro era o inverso da *conspiração*, e portanto aparecia como um acontecimento previsto e irresistível: era uma *proclamação*.<sup>1</sup> A revista do Instituto de 1890 já trazia, em uma biografia (SILVEIRA 1890), a imagem de um passado para a *proclamação* através de seus “dignos precursores”, no caso Libero Badaró e Tiradentes, personagem

<sup>1</sup> Embora estes sócios do IHGB não o explicitem, o argumento da inevitabilidade da República estava presente desde os anos 1880, nas vozes de personagens como Silva Jardim. O centenário da Revolução Francesa agia como uma referência poderosa para reforçar o lugar daquele ano na campanha republicana. Como se sabe, porém, estes republicanos mais afeitos à palavra da rua, ao discurso para muitos, não tiveram mais espaço na República do que tinham ao fim do Império.

que passava por ampla disputa até mesmo antes da República (SIMAS 1994). Se Joaquim Norberto não estava sozinho em seu constrangimento frente à República, Argemiro Silveira foi um dos sócios que reconheceu prontamente que a República teve “precursores”.

Os sócios do Instituto, assim, não experimentaram a República de 1889 de forma homogênea, tiveram compreensões contrastantes sobre o 15 de novembro, mobilizando palavras e climas distintos. Se este artigo lida com tais perspectivas divergentes investigando, para isso, uma parte menos frequentada da produção dos sócios do IHGB,<sup>2</sup> o interesse deste texto não se limita à compreensão e exposição destes. Pois, entre os olhares para a República e as escritas da história dos sócios do Instituto, é possível levantar uma indagação quanto às relações entre historiografia e vida política, sobre suas interseções e trocas.

Se *Proclamação* e *revolta* foram molduras que interferiram na compreensão da República, simultaneamente, orientaram formas de ver a vida política. Assim como uma moldura destaca a pintura de tudo o que a cerca, concentrando o olhar apenas em seu interior, um evento é como uma cena, ele depende de algo que lhe é exterior e pelo qual se destaca do passado assumindo uma identidade. *Proclamação* e *revolta*, enquanto molduras, não definem a ação que se desenrola na cena, mas suas margens e limites. Ao mesmo tempo, são heranças que permanecem na linguagem.

O argumento central deste texto, assim, é que os olhares para a República entre os sócios do IHGB foram orientados por referências que já haviam sido mobilizadas pela escrita da história. Por isso, as escritas da história anteriores à República também são objeto para este artigo.

Nessa direção, existe uma correspondência entre o olhar e a voz. A tessitura de uma voz é, nesse caso, próxima à capacidade de olhar. Tessitura é um conceito adequado na medida em que fala da extensão de uma voz, sua capacidade de variar em altura (do grave ao agudo). Do olhar à voz que comentava a República de 1889, formas a princípio próprias à escrita da história davam sentido ao presente.

É já um dado importante que estas formas, *revolta* ou *proclamação*, ocupavam lugares distintos. Para aqueles que viam o 15 de novembro como *desencontro*, a República era assunto nas sessões regulares. Os que viveram uma *proclamação*, porém, escreviam história. No primeiro caso, as falas das sessões eram repletas de passado, mas não ocorriam, enquanto discurso, como história, salvo algumas exceções. Deve-se adiantar também que não eram apenas os monarquistas que recuperariam o passado recente ao Império para dar forma aos acontecimentos da República de 1889. Ao falar sobre Canudos, um sócio favorável à República como Aristides Milton dizia:

---

<sup>2</sup> Se Lucia Guimarães e Ângela de Castro Gomes lidaram com a produção do IHGB na República, suas reflexões falam mais de uma segunda geração pós-proclamação e de um momento em que o Instituto já tinha retomado suas relações com a vida do Governo. Ainda assim, são referências importante para este artigo. A Dissertação de Hugo Hruby é uma referência que lida mais diretamente com o tempo sobre o qual este artigo discorre, assim como alguns artigos seus. De sua Dissertação, destaco especialmente a leitura atenta dos pareceres às obras submetidas à avaliação após a República. A partir deles, o autor trabalha as tensões não só internas à historiografia, mas também na relação entre escrita da história e contexto político.



A mesma tendência revolucionária que, desde 1822 até 1848, trouxeram pendente da sorte das armas o futuro do Império e, predominando ora aqui, ora acolá, celebrizara esse quarto de século por uma agitação constante e lutas fratricidas de pungitiva lembrança, havia ressurgido na plenitude de sua funesta energia para perturbar o regime, que em 1889, tinha sido inaugurado (MILTON 1900, p. 5).

O argumento específico desse texto é que não se deveria culpar a República pela *desordem*. Dizia Milton que nenhuma forma de governo era responsável pela *psicologia social do povo*. A causa de Canudos não era a República – como queriam os monarquistas contra quem Milton se contrapunha – mas o *povo*, liderado por um *insano extraordinário*. Mais do que esta intenção e contexto particular ao discurso de Milton, para este artigo a citação interessa como forma de mostrar como pelo olhar para o passado se estruturam molduras pelas quais se compreende e se age no presente. Essas formas de compreensão herdadas não nascem de reflexões conceituais propriamente. Aristides Milton não compara Canudos a um conceito específico de *desordem*, mas à impressão que as *regências* geram como um todo.

O olhar para o 15 de novembro que via uma *proclamação*, porém, traduzia-se em escrita da história. O presente, como *proclamação*, era compreendido enquanto narrativa. Estes letrados faziam parte de um cenário mais amplo, no qual “republicanos desejavam integrar o Brasil ao mundo americano, identificado com o regime republicano e com a modernidade” (LIPPI 1990, p. 23). O passado colonial se tornava um passado negativo a ser superado, ao mesmo tempo em que os *levantes* que se deram nele se tornavam referências fundamentais para expor uma disposição inata para a República na América. A América se tornava, como em “O movimento colonial na América”, de Tristão de Alencar Araripe, espaço de um processo irresistível. Aliás, Tristão de Alencar Araripe não só narrou um passado para a República de 1889, como integrou a vida dos primeiros governos.

As vozes e olhares para a República ganhavam forma, assim, entre comentários sobre o presente em *desencontro* e em escritas da história que narravam uma *proclamação*. De um lado ao outro, as formas de ver o passado compunham possibilidades de compreensão da vida política.

### **A República como anarquia**

As recepções da República entre os sócios do IHGB não compõem uma parte decisiva na vida da República como foram os debates vividos desde 1880 (MELLO 2007). Porém, nelas estão expressas formas que deram direção à vida política. De um lado, a República como *desencontro* (*entropia* diria um historiador recente);<sup>3</sup> do outro, como *inevitável*.

<sup>3</sup> A *invenção republicana* pode ser dividida em dois momentos. Num primeiro, Renato Lessa se dedica a comentar o que chama de *entropia*, a compreensão de que o início da República foi marcado pela dispersão de forças políticas sem resultado construtivo. Parte dessa impressão se forma por um argumento também caro a José Murilo de Carvalho em *A formação das almas*, de que os primeiros governos sofreram de uma ausência efetiva de projeto. Esta ausência, por sua vez, é confirmada pela não aversão ou crítica direta do Império. A presença de continuidades, ou falta de rupturas, permite falar de fragilidades da República. Porém,

Um dos olhares para o 15 de novembro se deu por uma moldura recorrente quando se fala de história oitocentista, a moldura da revolta. Se em 1889 algo novo acontecia, a forma era conhecida.

Senhores. - Achamo-nos em um campo neutro, onde não entra a política com as suas tergiversações e sutilezas. Lá fora esbraveja de noite e de dia o ruído dos interesses desencontrados e antagonistas; [...] o patriotismo, que é santo e nobre, encarado por prismas diversos. Aqui o silêncio de que medito; a paz e a serenidade de ânimo do que se afadiga por honrar o renome nacional, zelando o renome de seus filhos ilustres e arquivando os fatos memoráveis da história pátria (MELLO 1890, p. 561).

O relatório do secretário do IHGB não cumpria exatamente sua função de comentar a produção do ano que terminava, falava da vida do Instituto e, principalmente, do presente. Ele indica a tessitura da voz de parte dos sócios quando a República se dá, o *ruído de lá* contra o *silêncio de que medito*. Não implica uma ausência de divergências, mas um controle sobre como e onde elas se dão. “As controvérsias dos sábios, se às vezes se azedam, tal a humana fragilidade! não excitam prevenções, suspeitas, perseguições. Os sábios, como tais, não conspiram” (CORREIA 1897, p. 417). Esta mesma imagem do sócio Manuel Correa, “os sábios não conspiram”, já tinha aparecido algumas vezes desde o 15 de novembro. No parecer sobre a obra que narra o momento do *exílio* e pela qual Afonso Celso ingressaria no Instituto, era o próprio D. Pedro II quem falava:

E igualmente admirável mostra-se em muitas ocasiões, como quando, por exemplo, dilacerado o coração por ver-se expatriado, banido, declara que voltaria ao Brasil, contentíssimo e no mesmo instante em que o chamassem para prestar-lhe serviços; por uma conspiração, porém, nunca. “Conspirar – diz ele então – jamais. Não se coaduna com a minha índole, o meu caráter, os meus precedentes; seria a negação da minha vida inteira” (BLAKE 1892, p. 375).

Assim começa a aparecer o que interessa. A inquietação com o “ruído dos interesses desencontrados” não era uma postura vaga, mas decidida. Falavam pela defesa de uma relação unívoca com a *nação*, negavam os *partidos*, negavam “os prismas variados”. Para eles, o que ocorria “fora” do Instituto era a *conspiração*. Um argumento próprio da escrita da história mostrava sua natureza. A compreensão de que é necessário distanciamento do objeto dependia de não expor claramente qual a intenção e intencionalidade em se falar dele.

---

a ruptura na forma de governo não implicava, para os homens que a viveram, a necessidade de um conteúdo radicalmente distinto. Em seu discurso de 1890, na comemoração de um ano da Proclamação, Deodoro da Fonseca deixava claro que o passado não era *monarquia*, mas *nação*, especialmente no que tange às leis. Assim, a continuidade se dava pela compreensão de que a dicotomia *Monarquia* contra *República* não deve envolver o que é do âmbito do *nacional*. Nesse sentido, este artigo caminha em direção diferente daquela que inicia *A invenção republicana*, pois que reconhece que a permanência de formas e conteúdos próprios do Império era uma escolha ativa do projeto republicano em construção, na medida em que estes apareciam enquanto construtores e herdeiros. A segunda parte do livro, porém, dedicado mais diretamente ao governo e à vida política de Campos Sales nos parece uma referência que ainda deve ser mantida, especialmente por destacar que o conceito de *administração* dos governos civis era uma herança do Império. Não sem razão, Lessa apresenta Campos Sales como leitor de Visconde do Uruguai.

Intenção é o que se pretende com o gesto. No caso da fala de Teixeira de Mello, a intenção era separar *nação* da forma do governo. Era dizer que o passado recente de 1889 não era a *monarquia*, mas um passado *nacional*. A intencionalidade compreende o horizonte da ação, a tessitura da voz, o que se considera possível de ser dito. Nela não opera o que Gumbrecht chama de “motivo-para-que” (descrito aqui como intenção), mas um “motivo-por-que”. O que os sócios do Instituto tinham como possível de ser dito, nessa direção, tem relação direta com o passado que compõe a situação da fala. “[...] o nosso conceito de situação, inicialmente direcionado apenas para a situação comunicativa, é ampliado pelo seu passado” (GUMBRECHT 2003, p. 30). Por isso, não basta ouvir as vozes dos sócios enquanto circunscritas exclusivamente em uma sincronia, mas sim de *vê-las* pelo passado que lhes dá forma e sentido.

O “patriotismo encarado por prismas diversos” seria uma tópica reproduzida em diferentes momentos nas sessões de 1889 a 1894, e não só nelas. A voz na rua, a “imprensa que inflama”, a “revolta no sertão” – como a comparação direta de Canudos com as *revoltas* regenciais –, a “degola” no sul, os canhões da armada que interrompiam, em 1893, o funcionamento do Instituto para esses letrados, e não só para eles, os primeiros anos da República foram como uma reaparição dos ruídos próprios dos anos regências. Nos anos de 1870, parte destes sócios que experimentaram o 15 de novembro representaram ruídos de mesmo timbre em suas escritas da história e falas em sessões regulares. Era essa forma de representação que retornava.

218

Essa moldura – a *revolta* – não estava explícita nem em 1890, nem quando era mobilizada em 1870, muito menos ganhou vida por uma História Geral, mas por uma espécie de coleção de memórias históricas que se deu ao longo das publicações de 1870 a 1890. As regências, já adiante, estavam num passado indisponível à compreensão sistemática, algo distinto da Independência.

### **A revolta como moldura**

Talvez as memórias históricas sobre as regências sejam uma parte pouco estudada da produção do Instituto por serem, em sua maior parte, narrativas pontuais. É difícil atribuir a qualquer uma delas um destaque ou centralidade. O lugar que parecem ocupar é o de uma coleção e, como tal, são organizadas por alguns princípios: pelo clima das regências e pela revolta como moldura. Manuel Duarte Moreira de Azevedo foi dos sócios que mais escreveu memórias históricas sobre as regências.<sup>4</sup> Através da sua escrita vamos sintetizar traços principais de como, desde os anos de 1870, as regências apareciam.

No início, existe um tempo específico:

<sup>4</sup> Enquanto autores de memórias históricas de 1870 a 1889, Lúcia Guimarães destaca que: “Das 92 monografias impressas no período de 1838-1889, 37 foram escritas por ele. O que em termos percentuais corresponde a aproximadamente 40% daquele total. Fernandes Pinheiro Contribuiu com 15 textos, Moreira de Azevedo com 17, e Alencar Araripe com cinco, durante o período estudado” (GUIMARÃES 1995, p. 586). Entre os anos 1870 a 1890, o passado recente ao Segundo Reinado foi comentado por: Manuel Moreira de Azevedo, com onze artigos; Tristão de Alencar Araripe, com quatro artigos; Alves Sacramento Blake com dois artigos; cônego Fernandes Pinheiro e Pereira de Alencastre, com um artigo cada.

Em 7 de abril [de 1831] a nação quebrou os últimos anéis da corrente que parecia trazê-la ainda presa ao reino europeu; a monarquia nacionalizou-se, os estadistas brasileiros começaram a trabalhar, tendo só em vista os negócios do novo Império (AZEVEDO 1879, p. 5).

Se o elogio ao 7 de Abril mostra a posição particular de Azevedo entre as diferentes vozes dos sócios do Instituto – por vezes, Azevedo usava do elogio ao Império para lembrar dos gestos de *despotismo* de D. Pedro I –, o que se sucede a este dia é consenso no IHGB: Moreira de Azevedo narrava *motins, sedições e revoltas*. Assim, além da singularidade conferida ao dia 7 de Abril, essas memórias, embora tratassem de acontecimentos pontuais, compartilhavam um cenário, causas e atores. O tema, as regências, assim como as causas, eram homogêneas. A citação a seguir descreve basicamente as causas principais da *anarquia*.

Todos esses elementos, os *partidos exacerbados*, as *aspirações ilegais*, as *paixões violentas*, as *questões de nacionalidade* e a *insubordinação militar* lançaram em diversos pontos do Império a licença, e produziram comoções, sedições e lutas civis [grifos meus] (AZEVEDO 1871, p. 276).

Cada memória histórica lida com algumas dessas personagens. A imprensa, que “em vez de educar pervertia o povo” (AZEVEDO 1874, p. 180), assim como as “paixões violentas”, eram dos poucos elementos recorrentes.

As “questões de nacionalidade” produziam conflitos pelo antagonismo entre o desejo do retorno de D. Pedro I e o repúdio a esse desejo. Nas memórias nas quais essas *questões* são as personagens centrais, existe uma relação direta entre a dúvida sobre o que é a *nação* (por sua indefinição no momento) e as *lutas civis*. “Cada partido, cada facção tratava de exterminar a facção, o partido contrário; era luta de protestantes e católicos, da fogueira e do punhal” (AZEVEDO 1871, p. 277).

A necessidade de definir as linhas gerais da nação não era nada de novo, nem era uma preocupação exclusiva do Instituto em 1870. Certamente, era anterior. O que é necessário destacar é que construir a nação era separá-la da vida dos partidos. Mesmo quando a expectativa do regresso acaba com a morte de D. Pedro I, os partidos mantinham ativas as “aspirações ilegais”. A definição desta ilegalidade, porém, não era apenas a *lei* – que apresentava definições de *motim* e *sedição* incorporadas nessas memórias históricas. O que definia a *ilegalidade*, a *licença*, era a expansão dos debates políticos para além de certos limites. A voz do passado que se levantou contra a escravidão ao longo das regências, por exemplo, não seria voz. Não seria nem mesmo objeto ou personagem para a escrita da história.

Essa distinção entre *voz* e *ruído* não quer dizer que todos os sócios falassem uma mesma coisa, mas que partilhavam de uma mesma tessitura. *Nação* seria um consenso a ser disputado, e os sócios do Instituto disputaram, porém entre iguais e dentro de certos limites. A disputa política mais intensa, nesse sentido, não é entre a vitória ou a derrota de um projeto, mas sobre os limites do próprio jogo político.

Nestes, a ação militar seria sempre *insubordinação*. Fernandes Pinheiro falava também em uma memória histórica, de forma análoga a Moreira de Azevedo: “Ninguém mais do que nós reconhece e admira a sublime dedicação do soldado [...] desejamo-lo, porém, essencialmente passivo, e como o bastão na mão do cego” (PINHEIRO 1874, p. 342).

As regências, enquanto um passado nacional, compunham um repertório pelo qual era possível dar forma e, por ela, representar eventos marcados pelo *ruído*, pela *anarquia*. A produção de sentido, o efeito dessa representação, é um controle sobre o *ruído*, pois que ele permanece num local destacado, ao mesmo tempo em que já fica implícito que todo *ruído* não só pode como deve ser contido. É uma forma de falar do mundo sem se afetar por ele.

Essa forma de representação acaba tendo consequências sobre a compreensão da vida política, principalmente, na medida em que esta nem sempre é consequência de uma reflexão sistemática. Pelo contrário, se existe um *pensamento político brasileiro* (FAORO 2007) este está mais na *práxis* e nas heranças que o Brasil traz consigo do que numa *filosofia política* (algo que certamente não é exclusivo do Brasil). Aqui, a densidade ou não das heranças é irrelevante, pois que sua força não depende de sua vida interna, mas de sua capacidade de orientar a compreensão. Os *partidos exacerbados* – por pretenderem se dirigir abertamente à cidade –, a *imprensa que inflama* – também por se dirigir a um público amplo e por tomar *partido* –, a *turba*, a problematização aberta do que é ser *brasileiro* (o que Azevedo chamava de *questões de nacionalidade*), eram elementos que orientavam a compreensão da vida política, definiam os limites das disputas.

220

Há de se ter em vista que a cidade em que o Instituto estava teve sempre uma vida ativa. Especialmente de 1880 em diante, houve um amplo movimento na vida da cidade do Rio de Janeiro que tencionou a *paz* de que a vida das letras e dos governos pretendia gozar na capital. Essa tensão não era apenas causada pela *turba*. Para dar apenas um exemplo, um evento como os levantes contra o imposto do vintém de 1880 tiveram como início uma tensão interna na vida do governo entre a câmara municipal da capital, que se opunha ao imposto, e a administração do ministério de Afonso Celso (GRAHAM 2011). A distinção entre *voz* e *ruído* não operava apenas sobre as vozes da rua que não deixavam de cismar em falar, mas também no próprio interior da vida do governo. O conceito de *razão* – que neste caso não tem definição própria, mas por seu par antagônico, a *paixão* – impunha um desejo de “administração depreendida da política”, como diria uma voz no *Jornal do Comércio* em 3 de janeiro de 1878. Ao fim, a compreensão das regências como *revolta* opera por este antagonismo entre *administração* e *política*, onde o *político* se torna por definição negativo, aberto aos *prismas variados*, à *licença*, às *aspirações ilegais*; não é *voz*, é *ruído*. A *razão*, pelo contrário, era *administração* autônoma e autocentrada.

Se optamos por discutir essa moldura pontualmente, por meio da escrita da história de Moreira de Azevedo, e não por imersão sincrônica num universo mais amplo de vozes e fontes, isso se deve à aposta em um questionamento sobre como as formas de representação do passado, as molduras que conformam possibilidades de compreensão.

A força da *revolta* enquanto moldura aparece na própria reaproximação entre o Instituto Histórico e a vida do governo, quando as regências foram novamente referências intensas para a compreensão da vida política. Nos governos civis, os sócios começavam a falar mais abertamente sobre os recentes governos militares. Eram falas muitas vezes sem nomes, mas com direção clara. Novamente reafirmando a oposição “lá” e “aqui”, o então Presidente do IHGB dizia em 1895:

Hoje, corridos vão os tempos do predomínio da força sobre o direito; da violência sobre a justiça; da guerra, que só destrói e mortifica, sobre a paz que organiza, avigora e consolida os múltiplos elementos que constituem a grandeza e a prosperidade da nação (CASTRO 1895, p. 321).

Aquino e Castro, um ano depois de Prudente de Moraes ter comparecido à sessão aniversária do IHGB, seguia opondo a vitória pela *ciência* à vitória pela *força*, opondo sua posição e o governo atual ao passado recente da República da Espada. A assimetria “lá” e “aqui” mostrava que ao novo governo de Prudente de Moraes os sócios se dedicariam da mesma forma que se dedicaram um dia ao “protetor imediato”. Nesse momento, ficavam para trás os anos de dúvida intensa, inclusive sobre a continuidade do IHGB.

Quando a vida do governo se reaproxima do Instituto, os sócios começam a se referir ao passado recente, de 1889 a 1894, da mesma forma que Moreira de Azevedo se referia às regências: “era uma época de transição”. A República da Espada se convertia em um momento semelhante às regências, uma “convulsão de uma nação que levantava”. A questão “monarquia ou república” se tornava sem sentido. O Império passava a ser incorporado como passado nacional enquanto a República se tornava o presente e o futuro. Esse, porém, não foi o único olhar ou voz sobre a República de 1889. De outro lado estiveram sócios como Tristão Alencar Araripe e Aristides Milton, que justificaram a República como inevitável, como *proclamação*. O curioso, já adiante, é que esta recepção que de pronto defende a República perde a disputa. Na aproximação entre IHGB e governos civis, triunfa a escolha por retratar 1889 como desencontro, deixando para os governos civis a imagem de início da ordem republicana.

221

### **A República como proclamação**

Aqueles que saudaram 1889 percebiam e narravam um passado, dando sentido à República como consequência e conquista da *História*. Em “Três cidadãos beneméritos da República”, por exemplo, Tristão de Alencar afirmava: “O valor patriótico destes três egrégios cidadãos bem pode resumir-se nos seguintes rápidos conceitos: Manoel Deodoro proclamou a República; Benjamin Constant a doutrinou; Floriano Peixoto a consolidou” (ARARIPE 1897, p. 387). Mas até chegar a esse momento, diferentes memórias históricas foram indicando o caminho de ler a República como *inevitável*.

É o caso de *Movimento Colonial na América*, memória apresentada pelo mesmo Alencar Araripe em 1890 e que se organiza enquanto narrativa por uma forma específica. Nela, a História ganha movimento por uma *lei*: a *emancipação*.

O caminho, pelo qual a *lei* é percebida no *movimento colonial*, não era propriamente uma filosofia da história – embora a escrita pareça subentender uma – mas a exposição de *movimentos patrióticos*. Não existia uma teoria do progresso propriamente, mas *atos*. Assim, em Pernambuco, em 1710, Tupac no Peru de 1780, a “conjuração mineira”, a “insurreição das colônias espanholas”, todos apareciam como eventos que comprovavam o *movimento* anunciado: a “emancipação” como “destino fatal”. A escolha dos *atos* dava um sentido à história, o que não era exclusivo a esta memória.

Desde 1889, a República estava aberta a uma disputa por um novo calendário festivo (OLIVEIRA 1989). Nos limites das páginas da revista do Instituto, Francisco Muniz Tavares e José Domingues Codoceira participavam diretamente do debate que, de uma forma geral, envolvia uma disputa sobre que *eventos* poderiam expor um desejo inato pela República. Na celebração, era como se os *atos* por si garantissem sentido à história. Essa forma específica da celebração parecia, porém, transbordar. Codoceira sintetizava: “Era pela forma republicana que o organismo da nova nacionalidade se manifestava nas convulsões revolucionárias de 1789, 1817, 1822, 1824, 1831, 1835 e 1837” (CODOCEIRA 1890, p. 333). A data celebrada se expandia sobre o passado.

Mesmo no caso de escritas que pareciam romper com esta forma, como é o caso de “A República e a federação no Brasil”, de Aristides Milton, ela ainda se mantém. A comparação constante entre as *leis da natureza* e as *leis históricas*, que abre o texto, torna-se um meio de, a partir de certos *atos*, responder à questão: “Que sucessos nossa História, porventura, denuncia como antecedentes do movimento de que o marechal Deodoro da Fonseca foi feito chefe?” (MILTON 1897, p. 9). Novamente, a resposta remete ao passado colonial dando, nessa *memória*, forte ênfase no passado recente do Segundo Reinado. O específico da argumentação de Aristides Milton é a demonstração da presença das ideias de República e de Federação no passado nacional.

Essa forma que identifica um *instinto* pela celebração de uma data que ganha sentido por um conjunto de eventos que seriam como ensaios dela, por sua vez, já era disponível à escrita da história antes da República.

### **A proclamação como moldura**

As memórias históricas que narravam a primeira *proclamação* variavam entre narrativas pontuais e outras claramente construídas pelo singular coletivo “a História”. Moreira de Azevedo também participou destas escritas. Na memória histórica “O dia 9 de janeiro de 1822”, discute duas versões da resposta que D. Pedro I teria dirigido às cortes portuguesas que lhe exigiam o retorno a Portugal. Assim como outras memórias históricas – parece ser quase uma qualidade de um gênero próprio da escrita da história entre os sócios do Instituto – a narrativa lida com um caso pontual dentro de um cenário amplo. Esse cenário, comum às escritas sobre a Independência, era a intenção das cortes. Nas palavras de Azevedo: “Tratava Portugal da recolonização do Brasil; isto é, a terra de Santa Cruz devia voltar aos tempos de Thomé de Sousa” (AZEVEDO 1868, p. 35). Essa imagem seria repetida, com mais ou menos força, sempre que o tema fosse mobilizado.

Fernandes Pinheiro, por sua vez, identificava na Revolução Francesa o epicentro de um processo histórico experimentado pela *História* (PINHEIRO 1874), operando por um cenário inicial mais amplo. Se em sua forma inicial essa memória se assemelha em muito ao que, anos depois, seria uma história da *irresistível* Proclamação de 1889, o conteúdo da história contrastava diretamente, assim como a forma que a memória toma em sua maior parte.

O primeiro conteúdo era o “militarismo entre os ibéricos”, o que assume um sentido negativo – traço que o cônego via mais acentuado na “raça espanhola”. Em segundo, do cenário mais amplo instalado pela Revolução Francesa, a memória se encaminha para uma narrativa que tem um ritmo quase diário, como se fosse uma história política tecida por uma imersão no cotidiano. Desse ritmo, de conversas, textos e decisões narradas dia a dia, o “Prelúdio da Independência” se constrói: “Duas poderosíssimas parcialidades se disputavam a posse do poder: a portuguesa [...]. A outra parcialidade composta dos filhos do país” (PINHEIRO 1868, p. 362). Frente a estas *parcialidades*, a cooptação do príncipe se tornava fundamental, seja para evitar o *caudilhismo* que habitava a América espanhola, seja para evitar a *anarquia*. A questão, porém, ia mais longe. Sem o herdeiro, seriam apenas *parcialidades*. A aliança com o príncipe era fundamental para que a unidade fosse possível. Sem ele, os *prismas variados* seriam inevitáveis.

Se esta narrativa de eventos pontuais é comum às memórias históricas sobre as regências, a Independência era menos *ruído* – embora fosse, por exemplo, no risco dos excessos militares comentados por Fernandes Pinheiro – e mais *voz*. Assumiam o sentido de *voz* – inclusive enquanto uma fonte que narra fidedignamente o que se passa – as palavras que se dirigiam ao *bem comum* e à unidade. Aquela mesma oposição entre *razão* e *paixão* entrava em cena, só que agora a *razão* era personagem justamente quando as *parcialidades* (ou *partidos*) eram superadas.

Tristão de Alencar Araripe, com a intenção de discutir a quem cabia o título de *patriarca da independência*, assumia, por exemplo, a *voz* do Marques de Sapucaí não só como fonte história, mas também como sentido para a história:

Sabido é já que ninguém pode arrogar-se a glória, não digo só de ter feito, mas ter apresentado a declaração da emancipação política do Brasil: este ato operou-se tão aceleradamente e por tal unanimidade de votos de todos os Brasileiros que pode dizer-se com verdade que os fatos encaminharam os homens e não os homens os fatos (ARARIPE 1894, p. 169).

A *voz do varão distintíssimo* colocava a impossibilidade de eleger apenas um *patriarca* – o que tinha um sentido positivo para Araripe, pois o comando de um homem sobre a *nação* seria *tiranía* (o exemplo de *tirano* que o autor dá, nessa mesma memória, é Solano Lopes). Assim como em Moreira de Azevedo ou em Fernandes Pinheiro, a ideia da emancipação ia se formando na consciência dos *brasileiros* pela força das circunstâncias. A ação das cortes despertava o desejo pela emancipação e mesmo que diferentes personagens fossem constantemente citadas, D. Pedro I tem um papel fundamental. Ele é o



eixo que garante a unidade, que anula o risco. Também em uma narrativa sobre a primeira proclamação, diria um outro sócio, José Maria Peixoto:

Riam-se os pretensos filósofos, que nós diremos com Pascal: O povo honra as pessoas de grande nascimento [...] Os doutos as consideram não pelo mesmo pensamento que o povo, porém por um mais elevado – a organização social sem dúvida (PEIXOTO 1893, p. 14).

Se existia a necessidade de unidade, ou melhor, de univocidade, existia também a necessidade de passado.

Aconteceu que em caminho de Santos para S. Paulo Sua Alteza recebeu despachos do governo de Portugal e participação do que se passava nas cortes de Lisboa; [...] chamando o príncipe imediatamente a Portugal e anulando as medidas por ele tomadas em bem do país que governava; este fato vinha a ser assim causa ocasional da imediata proclamação da independência, que em verdade se prendia a *uma longa série de acontecimentos anteriores*; a independência era uma transformação preparada pelo progresso da sociedade, pela força da opinião e pela influência das ideias que se desenvolviam com o andar dos tempos, apresentando aos olhos do observador um resultado *previsto e necessário*. Enganar-se-ia quem pensasse que era obra do momento (CASTRO 1878, p. 267, grifos meus).

O peso dado à pressão exercida pelas cortes portuguesas podia variar. Na citação acima, extraída de uma *biografia* escrita por Aquino e Castro (futuro presidente do IHGB na República), por exemplo, era uma “causa ocasional”. A moldura também era definida por seu conteúdo, pelo “andar dos tempos”.

224

Vale, assim, sintetizar estas memórias históricas por duas imagens principais já expostas até aqui: 1) “o fato encaminha os homens”; 2) “a independência era uma transformação preparada pelo progresso da sociedade”. São imagens complementares. A primeira demonstra o quanto a compreensão do evento político se dava pela busca de destacar referências mais fortes do que as personagens da cena, como se a narrativa buscasse a *razão* – sempre no singular – que mobilizava as personagens. “Quando não existe domínio das pessoas, prevalece o domínio das ideias, o único eficaz e poderoso para decidir das revoluções ou reformas sociais. Foi o que sucedeu no Brasil de 1822” (ARARIPE 1894, p. 169).

A segunda imagem demonstra o quanto a escolha de quais  *fatos do passado* narrar produz efeitos. Pois a afirmação de que “a independência era uma transformação preparada pelo progresso da sociedade” só era possível pela presença no passado de eventos que se mostrassem como ensaios da Independência. Esta segunda imagem, mais discreta nas memórias históricas sobre a Independência, seria fundamental para narrar a República de 1889 como irresistível. Sendo assim, vale indicar como essas duas imagens, que deram forma a Independência como uma *proclamação*, foram apropriadas para ver e falar da República de 1889.

A primeira imagem indica um desafio fundamental para a República. Afinal, não bastava assumir que “os fatos encaminham os homens”, era necessário garantir uma “organização social sem dúvida”. Como isso se daria em um mundo avesso ao *privilégio* e ao *direito de nascença*?

Retomando a memória histórica “Os três beneméritos da República”, Alencar Araripe era claro:

[...] o ambiente do Brasil, vivendo nesse meio esplêndido e contemplando espetáculo tão majestoso, não pode receber impressões mesquinhas e deprimentes que toleram o regime do privilégio, onde o acidente fortuito do nascimento estabelece direito para um ente privilegiado governar cidadãos, *a quem só a razão e a capacidade devem dirigir* (ARARIPE 1897, p. 390, grifos meus).

Na dissolução da *ordem* garantida pela figura do Imperador, a aposta em um lugar para a *razão* se tornava ainda mais intensa. E a oposição entre *voz* e *ruído*, ainda mais necessária. A oposição entre *administração* (ou a *capacidade*) e *política* (ou os *partidos*), aliás, permaneceria nas vozes de Deodoro da Fonseca e de Campos Sales. Um dos efeitos da moldura *proclamação* é essa busca por univocidade e, ao mesmo tempo, por uma associação entre *ordem* e Estado.

A segunda imagem era igualmente relevante.

Sabemos que os ânimos aferrados a ideias monárquicas inculcam a crença de que a República de 15 de Novembro de 1889 foi um ato de surpresa para o espírito público, e de violência para a maioria da Nação. Semelhante opinião, porém, só poderia originar-se de falsa apreciação dos fatos da nossa história, ou da ignorância deles, no propósito de desacreditar a causa democrática recentemente triunfante. [...] Basta, porém, ligeiro exame retrospectivo dos acontecimentos da nossa história para reconhecer nessa revolução a consagração formal das aspirações nacionais, sempre reveladas e proclamadas desde os tempos coloniais. Éramos colônias e cedo começamos a lutar pela independência da Pátria e pela República (ARARIPE 1897, p. 399).

225

A República seria legitimada por “acontecimentos da nossa história”, inclusive alguns que antes diziam respeito à Independência. Com exceção de elogios à Revolução de 1817, que antes da República eram quase que exclusividade das falas de Alencar Araripe, alguns *fatos* eram próximos. Mais do que isso, a escolha de como narrar tinha uma importância tão intensa quanto a escolha de o que narrar.

### Considerações finais

Em 1890, ao se dirigir ao congresso em um discurso em que defendia a necessidade de moderação na (re)formulação da *constituição*, o presidente da República dizia: “grave é também o perigo das inovações” (FONSECA 1890, p. 7). Deodoro argumentava que a *lei* era resultado da depuração da história de um povo, não envolvia debates sobre as formas de governo. Um mesmo repertório aparece, o *direito* fazia parte da “trilogia sagrada” ao lado da *justiça* e *liberdade*. Sem ela, era a *anarquia*.

A mensagem ao Congresso não acontecia em uma situação ou data qualquer. Deodoro afirmava, em 15 de novembro de 1890, o triunfo da República.

Para vós, que acompanhastes a celebridade e precisão das evoluções republicanas nos últimos anos do império, que fostes também obreiros impulsionadores do movimento que desde os tempos coloniais teve precursores e mártires, não passou de certo indiferente a injustiça com que foi julgada a obra meritória e redentora de 15 de novembro na quase totalidade do velho mundo (FONSECA 1890, p. 5).

Ao discutir a legitimidade da República e a forma como esta era lida pelo “velho mundo”, Deodoro afirmava a República pelo passado, por seus “precursores e mártires”. Esse é o primeiro traço de semelhança entre o repertório em jogo no governo republicano e as escritas da história do IHGB. O argumento é muito próximo ao que Alencar Araripe usaria alguns anos depois em sua escrita dos “Beneméritos da República”. Deodoro compartilhava dessa tonalidade comum a alguns sócios do IHGB. Seguiu com a “inconfidência mineira” e a “revolução de 1817”, assim como Araripe ou Aristides Milton, associando a Independência à República sob o efeito da moldura *proclamação*.

Ao mesmo tempo, a República se afirmava como uma verdade americana. O “Velho Mundo” não a compreendia, mas na América, dizia Deodoro, a *democracia* era uma verdade. As escritas do IHGB que elogiavam e defendiam o 15 de novembro, muito semelhantes a esse discurso, parecem ter ouvido a fala do general. Não se trata, assim, de supor que a vida do governo assumia a escrita da história como referência. O caminho inverso também era possível, não só de argumentos, mas também de posturas. Frente ao que o passado afirma como *nação*, o homem se curvava.

226

Se a audiência era composta pelos “obreiros impulsionadores do movimento”, Deodoro defendia uma reescrita. O então presidente afirmava que não só as leis eram heranças, como foram graças a elas que a República conquistara estabilidade. Explicitava que fez uso dessas *leis* em seu governo para controlar a *anarquia*. As *revoltas* e *motins* que a República enfrentava, dizia o General Presidente, eram julgados por um *direito*, por *leis nacionais*. O *direito* conformava um vocabulário, inclusive presente nas escritas da história – especialmente sobre as regências – e, ao mesmo tempo, um *horizonte*. A construção se dava pela herança.

Novamente, assim como nas escritas do IHGB sobre as regências, a vida ativa da rua tinha um nome só, e, novamente, esse nome, *anarquia*, não era apenas da rua, mas também dos *partidos*.

No discurso de Deodoro, *partido* e *facção* apareciam como elementos distintos; mas que, sem certas precauções, todo *partido* poderia virar uma *facção* – assim como fizera Moreira de Azevedo ao falar dos partidos regenciais ou Fernandes Pinheiro se referindo às *parcialidades* que entravam em cena nos “prelúdios da Independência”. O que Deodoro afirmava à sua audiência é que existiam limites.

Nesta ordem de instituições os partidos políticos constituem a mais eficaz das garantias de estabilidade e de progresso; eles dilatam os domínios da liberdade e defendem a sociedade contra a tirania e as usurpações. *Convém, porém, não confundir os partidos com as facções*, nem substituir a missão que lhes é própria, humana e prática, pelas abstrações que acaso possam conduzir-nos à revolução ou à dissolução. *Demais, sob o regime que adotamos, os partidos ficam sem objetivo no dia em que proferem a sua sentença nas urnas*. Desempenhado o seu papel de soberania, todos são indistintamente operários do progresso e da civilização, visto que a aspiração do governo não depende mais nem das impaciências, nem das conspirações (FONSECA 1890, p. 9, grifos meus).

Essa é a definição básica da ação política que Deodoro defendia: o voto. Fora do voto, a ação deveria ser contida. Fora do voto, não se poderia mais se dirigir ao *bem de todos*, seria como agredir a *nação* por se movimentar por uma “abstração” ou causa *partidária*.

Não se está dizendo que não havia partidos na República e que estes não tomaram parte no jogo político. Porém, a cultura política que permeou os governos civis na “política dos governadores” não valorizava a vida dos partidos como uma possibilidade positiva de divergências. A pretensão de uma *administração racional* anulava justamente a necessidade de disputa. Campos Sales quando presidente dizia, de forma ainda mais enfática que Deodoro:

Aquele que é elevado pela vitória das urnas à suprema direção dos destinos do País não é, de certo, o chefe de um partido, representante de suas paixões e animado do ódio contra os vencidos; mas representa antes de tudo e acima de tudo um triunfo de princípios e ideias, uma sanção pedida à maioria da nação e outorgada por ela. Ele é, pois, o chefe legítimo do Estado (*apud* LESSA 1988, p. 90).

227

Existia uma autonomia do eleito pela “maioria da nação” em relação ao seu *partido*. Por sua vez, se para Deodoro o voto era a definição básica da ação política do cidadão, o voto permaneceria nos governos civis com esse mesmo sentido, e os *partidos*, de igual forma, ficavam sem função após as eleições. Ir além disso era correr o risco de se tornar uma *facção*.

O que se está destacando é que não é sem razão que os sócios do IHGB, por exemplo, iriam associar Canudos às *revoltas regenciais*: o horizonte ainda se mantinha. Na primeira década da República, apesar da diversidade dos jogos políticos (FREIRE 2006), mesmo que as intenções fossem por vezes contrastantes e distintas entre si, mesmo que estivessem em disputa diferentes projetos para a República, o que entrava em jogo também eram heranças.

Ao fim, a *proclamação*, enquanto moldura, parece ter sido mais ativa sobre aquilo que se queria ver como passado legítimo. Um evento fundamental, mas sobretudo acabado. Algo que não precisa ser revisto, muito menos revivido, a não ser enquanto celebração. A *revolta*, porém, aparentemente menos forte ou de menor presença, teria uma amplitude muito maior, compondo uma unidade na qual a vida da cidade ou dos *partidos* não era nada mais do que *ruído*.

As semelhanças ente escrita da história e vocabulário político não são fortuitas. Não implica dizer que o passado as defina, nem que a história tenha

um peso fundamental sobre a vida política. O caso talvez seja justamente de reconhecer que é um movimento de mão dupla, o que traz a pergunta: mas que vida política anima e perpassa nossas escritas da história?

### Referências bibliográficas

ARARIPE, Tristão de Alencar. Movimento colonial na América. **Revista do IHGB**, t. 56, p. 91-115, 1893.

\_\_\_\_\_. Patriarcas da Independência. **Revista do IHGB**, t. 57, p. 167-184, 1894.

\_\_\_\_\_. Três cidadãos beneméritos da República. **Revista do IHGB**, t. 60, p. 385-396, 1897.

AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. Declaração da maioria do Imperador em 1870. **Revista do IHGB**, t. 42, p. 5-37, 1879.

\_\_\_\_\_. Motim político de 17 de Abril de 1832 no Rio de Janeiro. **Revista do IHGB**, t. 38, p. 127-141, 1875.

\_\_\_\_\_. Os tiros no teatro: motim popular no Rio de Janeiro. **Revista do IHGB**, t. 36, p. 349-358, 1873.

\_\_\_\_\_. Sedição militar na Ilha das Cobras em 1831. **Revista do IHGB**, t. 34, p. 276-292, 1871.

228

\_\_\_\_\_. Sedição militar de julho de 1831 no Rio de Janeiro. **Revista do IHGB**, t. 37, p. 179-190, 1874.

BLAKE, Augusto Vitorino A. Sacramento. Parecer sobre Vultos e fatos. **Revista do IHGB**, t. 55, p. 375, 1892.

CASTRO, Olegário Herculano de Aquino e. Discurso do Presidente do Instituto: Sessão magna aniversária. **Revista do IHGB**, t. 58, p. 321, 1895.

\_\_\_\_\_. Biografia do Conselheiro Manoel Joaquim do Amaral Gurgel. **Revista do IHGB**, t. 41, p. 237-376, 1878.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CEZAR, Temístocles. A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos tupis. In: GUIMARÃES, Manoel Salgado. **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 29-41.

CODOCEIRA, José Domingues. Exposição de fatos históricos que comprovam a prioridade de Pernambuco na independência e liberdade nacional. **Revista do IHGB**, t. 53, p. 327-342, 1890.

CORREIA, Manuel Francisco. Discurso do Vice-Presidente. **Revista do IHGB**, t. 60, 1897.

FAORO, Raymundo. **A República inacabada**. São Paulo: Globo, 2007.

- FONSECA, Deodoro. **Mensagem dirigida ao congresso**. Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1890. Disponível em: [www.crl.edu/brazil/presidential](http://www.crl.edu/brazil/presidential).
- FREIRE, Américo. Ensaio sobre o governo da (Primeira) República Brasileira. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). **Democracia e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2006, p. 39-49.
- GRAHAM, Sandra. O motim do Vintém e a cultura política do Rio de Janeiro, 1880. In: DANTAS, Mônica Duarte (org.). **Revoltas, Motins, Revoluções**. São Paulo: Alameda, 2011, p. 485-506.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Pascoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial. **Revista do IHGB**, v. 156, n. 388, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Da Escola Palatina ao Silogeu**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.
- GOMES, Ângela de Castro. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. As funções da retórica parlamentar na Revolução Francesa. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
- HRUBY, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra**: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- LESSA, Renato. **A invenção Republicana**. São Paulo: Editora Vértice; Rio de Janeiro: Iuperj, 1988.
- MELLO, José Alexandre Teixeira de. Relatório. **Revista do IHGB**, t. 53, p. 561, 1890.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida**. Rio de Janeiro: Editora da FGV; Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.
- MILTON, Aristides Augusto. A República e a federação no Brasil. **Revista do IHGB**, t. 60, p. 5-33, 1897.
- \_\_\_\_\_. A campanha de Canudos. **Revista do IHGB**, t. 63, p. 5-147, 1900.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As Festas que a República Manda Guardar. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 172-189, 1989.
- \_\_\_\_\_. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Motins políticos e militares no Rio de Janeiro: prelúdios da Independência do Brasil. **Revista do IHGB**, t. 37, p. 341-366, 1874.
- PEIXOTO, José Maria Pinto. Duas palavras sobre D. Pedro I na época da Independência. **Revista do IHGB**, t. 56, p. 5-33, 1893.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. Discurso. **Revista do IHGB**, t. 52, p. 534, 1889.

SILVEIRA, Argemiro. Alguns apontamentos biográficos de Libero Badaró. **Revista do IHGB**, t. 53, p. 309-384, 1890.

SIMAS, Luiz Antônio. **O evangelho segundo os Jacobinos**: Floriano Peixoto e o mito do salvador da república brasileira. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

# História e integração regional: intelectuais, convênios e livros no Brasil e na Argentina nas primeiras décadas do século XX\*

History and regional integration: intellectuals, agreements and books in Brazil and Argentina in the first decades of the 20<sup>th</sup> century

---

**Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva**

anapaulabarcelos@gmail.com

Professora Adjunta

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rua General Silvestre Rocha, 87/205 - Icaraí

24220-170 - Niterói - RJ

Brasil

---

## Resumo

O artigo analisa a reinterpretação da história desenvolvida no Brasil e na Argentina nas primeiras décadas do século XX, especialmente a partir da atuação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e da Junta de Historia y Numismática Americana. Objetivamos pensar os projetos de integração regional resultantes desses diálogos, suas características ideológicas, a reaproximação com as antigas metrópoles e o papel político-pragmático então assumido pela história. O trabalho relaciona os campos da história intelectual, da história das ideias políticas e da história da historiografia, embasando-se em ampla pesquisa realizada em arquivos brasileiros e argentinos, nos quais foram reunidos, entre outros materiais, documentos diplomáticos, correspondências e anais de congressos de história. Concluímos pela existência de uma revisão conjunta do olhar sobre o passado que possibilitava a ruptura com o isolamento historicamente presente nas relações entre o Brasil e os países vizinhos. Há aqui uma reconstrução identitária e a busca de alternativas pacíficas diante dos conflitos europeus.

231

## Palavras-chave

Escrita da história; Intelectual; Identidade.

## Abstract

This article analyses the reinterpretation of history that emerged in Brazil and in Argentina in the first decades of the 20<sup>th</sup> century, especially starting with the activities of the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) and of the Junta de Historia y Numismática Americana. Its aim is to examine the regional integration projects resulting from these dialogues, their ideological characteristics, the rapprochement with the old colonial powers, and the pragmatic-political role assumed by history at the time. The work links the fields of intellectual history, history of political ideas, and history of historiography, based on an extensive research in Brazilian and Argentine archives, which gathered diplomatic documents, correspondences and the annals of history congresses, among other source materials. In conclusion, it affirms the existence of a joint reconsideration of the view about the past, which enabled a rupture with the historical isolation that existed in the relations between Brazil and its neighboring countries. Here, one finds the reconstruction of an identity and the search for peaceful alternatives in view of the European conflicts.

## Keywords

Writing of history; Intellectual; Identity.

---

Recebido em: 22/10/2014

Aprovado em: 1/6/2015

---

\* A pesquisa da qual resulta este artigo foi financiada com bolsa de doutorado da CAPES e realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Seus resultados na íntegra deram origem ao livro *Diálogos sobre a escrita da história: Brasil e Argentina (1910-1940)*, publicado pela FUNAG em 2011.



### **Integração, reconhecimento e tempo histórico: um breve panorama**

A releitura do passado desenvolvida dialogicamente por historiadores brasileiros e argentinos, sobretudo entre as décadas de 1910 e 1940, inseria-se em um amplo debate sobre integração regional estimulado pelos Ministérios das Relações Exteriores de ambos os países e por instituições históricas como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a Junta de Historia y Numismática Americana. Neste artigo, buscaremos analisar de forma sintética esta aproximação pela via do ensino e da pesquisa histórica na qual os historiadores se tornaram importantes agentes na ruptura com o isolamento interno e na construção de alternativas pacíficas na região. Ao final, apresentamos ainda o desenvolvimento de novos diálogos também com as antigas metrópoles, frutos de um interesse recíproco pela intensificação das relações políticas, intelectuais e culturais. A partir da reinterpretção do passado, foram elaborados projetos e empreendimentos que visavam à reciprocidade, cordialidade e solidariedade entre os países ibero-americanos. O intercâmbio de publicações, a assinatura de acordos internacionais, a organização de congressos de história da América e a revisão de textos de ensino de história são exemplos das ações que concretizaram estes objetivos. Assim, no período em questão, é possível visualizar um processo de intercâmbio sem precedentes na região, esvaziado no contexto do imperialismo norte-americano após a Segunda Grande Guerra e retomado, sobre novas bases políticas e ideológicas, apenas na década de 1990 com a assinatura do Tratado de Assunção que inaugurou o Mercosul.

232

A relevância deste debate torna-se ainda maior quando lembramos as desconfianças mútuas entre o Brasil e as repúblicas vizinhas ibero-americanas durante a formação de seus estados nacionais, ao longo do século XIX. Monárquico, escravista e com dimensões continentais, o Brasil, em especial no contexto do Segundo Reinado, buscava afirmação entre as novas nações investindo na construção e legitimação de uma hegemonia interna e externa. Este processo resultou em um forte antagonismo com os países vizinhos que se tornaram o Outro, os inimigos externos, a representação da forma republicana de governo e, conseqüentemente, a barbárie. Segundo Manoel Salgado Guimarães, esta definição fundamentada na oposição e no antagonismo, "trouxe conseqüências políticas visíveis, por exemplo, na formulação da política externa do Segundo Reinado e nos desdobramentos futuros da história da região" (GUIMARÃES 1988, p. 7). O isolamento é um destes desdobramentos. Como informa Ricardo Salles, a política externa imperial teve como principais pautas a questão do tráfico de escravos e a posição brasileira na região do Prata. Em relação à primeira, a postura foi defensiva, já quanto à segunda "a marca foi a afirmação militar crescente no sentido de garantir a hegemonia brasileira" (SALLES 1996, p. 71). A intervenção militar contra Juan Manuel Rosas em 1852 e a Guerra do Paraguai (1864-1870) ilustram esta política externa afirmativa. A aliança entre Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai não chegou a dissolver as rivalidades e desconfianças mútuas. O Brasil rejeitava a "barbárie" republicana, enquanto

seus vizinhos temiam a “planta exótica na América”, segundo metáfora corrente no século XIX, referente à monarquia e ao escravismo brasileiros.<sup>1</sup>

Proclamada a República brasileira (1889), a aproximação por diferentes vias era um importante passo na conquista de alteridade. Investimento que ganhou destaque principalmente a partir da década de 1910, com as comemorações dos centenários das independências hispano-americanas, os festejos pela mesma razão no Brasil em 1922 e a ocorrência das duas grandes guerras europeias de consequências mundiais (1914-1918; 1939-1945). Neste contexto, aos olhos de muitos europeus, e aos próprios olhos, o chamado Novo Mundo, alvo constante da (des)qualificação moral, política e ideológica, foi percebido como alternativa pacífica aos conflitos internacionais. Daí a busca pela integração regional.

Lembramos que a desqualificação externa e a autodesqualificação da Ibero-América – miscigenada, de passado colonial e escravista – foi em grande parte responsável pelo desconhecimento que a atinge ainda hoje, no início do século XXI. Falamos de um desconhecimento que leva muitos ibero-americanos a olharem e a conhecerem mais a Europa e os Estados Unidos do que seus próprios vizinhos da região. Marcada por uma forma de reconhecimento em sentido negativo, ao Nós caberia admirar os Outros e tentar ser aceito por eles ou, em última instância, ser como eles. Afinal, conforme lembra Tzvetan Todorov (1989), o reconhecimento e a legitimação do Nós dependem da avaliação do Outro. Isto traz implicações subjetivas e dificuldades na construção identitária ibero-americana. Todorov, em outro de seus trabalhos, destaca ainda ser o reconhecimento que garante, do ponto de vista subjetivo, a existência humana. O autor aponta duas etapas na busca por reconhecimento: a primeira seria o reconhecimento de nossa própria existência; a segunda, a confirmação do nosso valor. Dissociar estas etapas seria importante, já que elas provocam reações específicas: “podemos ser indiferentes à opinião dos outros, mas não conseguimos ficar insensíveis à falta de reconhecimento de nossa própria existência” (TODOROV 1996, p. 94). Integrar seria uma forma de fortalecer identidades, respeitando particularidades.

A escrita da história foi uma das alternativas na ruptura com o isolamento e a desqualificação e na conquista de reconhecimento e legitimidade pelos países ibero-americanos. Destacamos neste artigo uma proposta de reinterpretção histórica relacionada aos interesses das classes dominantes e desenvolvida no âmbito do IHGB no Brasil e da Junta de Historia y Numismática Americana na Argentina. Nestas instituições é elaborada uma concepção de história que põe em relação de reciprocidade necessidades presentes e objetivos futuros na ressignificação da história ibero-americana. Relação, segundo Reinhart Koselleck (2006), fundamental para se pensar a teoria da história, considerando-se a existência de um tempo histórico distinto do natural. Para ele, em meio a expectativas e prognósticos de futuro é possível que passado, presente e futuro se encontrem. Seguindo esta linha, investiga “a forma pela qual, em um determinado tempo presente, a dimensão temporal do passado entra em

<sup>1</sup> Ver no livro de Ricardo Salles o capítulo “A planta exótica: o projeto político imperial” (2013, p. 41-74).

relação de reciprocidade com a dimensão temporal do futuro” (KOSELLECK 2006, p. 15). Orientação teórica e metodológica que permeia nossa análise. Inseridas em uma forte relação com o poder político, especialmente na década de 1930, o IHGB e a Junta funcionaram como legitimadores de uma consciência nacional através da história. Esta ensinaria a ser brasileiro e argentino. Era preciso buscar no passado aspectos e interesses comuns que favorecessem a cordialidade e o pacifismo. A história, portanto, tornava-se importante aliada desta geração de intelectuais balanceados pelas transformações políticas ibero-americanas e pelos conflitos europeus.

Para os membros do IHGB e da Junta, a história ensinaria, forneceria exemplos e formaria as novas gerações. Para eles, no contexto de construção da modernidade no Brasil e na Argentina, a história seria a mestra da vida. Esta visão de história, nestes países de passado colonial ibérico, não teria sido dissolvida, ao contrário do que diz Koselleck ter ocorrido após a Revolução Francesa. Na visão destes homens, que viviam tempos de intensas mudanças políticas, o passado ensinaria através da experiência. Não poderia ser repetido, mas equilibraria o presente e o futuro, conferindo características moderadas e conservadoras à modernização vivida desde o final do século XIX no Brasil e na Argentina. A história mestra da vida convive com a modernidade e experimenta as tensões oriundas dos avanços das ideias iluministas e do contexto de desenvolvimento do positivismo na segunda metade do Oitocentos. A história, ao relacionar modernidade e tradição, refletia as ambivalências características deste processo.

234

### **Tradição x modernidade: a república brasileira, o IHGB e a Junta Americana**

A modernidade almejada no IHGB apresentava-se marcada pela tradição monárquica e católica brasileira, capaz de impedir que a euforia republicana apagasse a história até então construída no país. Fundado em 1838, com fortes vínculos monárquicos e financiado pelo Império, a partir de 1889 o Instituto teve suas atividades dificultadas pelo novo regime republicano. Lucia Guimarães (2007), que estuda o percurso do IHGB do final do Império ao período Vargas, quando ele contará novamente com a proteção direta do poder político, destaca o discurso de posse de Joaquim Nabuco em 1896. Nele, Nabuco identificava uma crise a ser superada nos estudos sobre a história pátria: o esquecimento ao qual o passado monárquico vinha sendo relegado em razão do novo contexto político. Nabuco e outros intelectuais monarquistas, como Max Fleiuss, Afonso Celso de Assis Figueiredo e Benjamin Franklin de Ramiz Galvão – a chamada “trindade do *Silogeu*” (GUIMARÃES 2007, p. 59)<sup>2</sup> –, viam-se em meio aos conflitos e ambivalências gerados pela adaptação (muitas vezes forçada) a este contexto.

Prestes a fechar as portas, a instituição precisou criar estratégias para fugir ao isolamento no qual se encontrava desde 1889. Entre outras medidas, Fleiuss, Afonso Celso e Ramiz Galvão o aproximaram do Ministério das Relações

<sup>2</sup> Os três representantes do IHGB tiveram atuação central na primeira metade do século XX, investindo na revitalização do Instituto no contexto republicano. Monarquistas e católicos, buscaram modernizá-lo sem perder os vínculos com o passado e a tradição.

Exteriores, em especial a partir do convite ao Barão do Rio Branco para que assumisse a presidência do Instituto em 1908 – função que exerceu até 1912, ano de sua morte. Segundo Lúcia Guimarães, este acontecimento foi decisivo para que o IHGB se reerguesse sem os privilégios concedidos pelo Imperador. O Barão esforçou-se em minimizar o afastamento do país em relação às repúblicas vizinhas herdado ainda do período monárquico, colocou o Brasil em posição de liderança nos assuntos ibero-americanos e buscou projetá-lo na comunidade internacional. A política diplomática do Barão intensificou o intercâmbio intelectual com instituições ibero-americanas. Com isto, muitos intelectuais e diplomatas da região passaram a compor o quadro de sócios do instituto. Orientação seguida por Fleiuss, Afonso Celso e Ramiz Galvão após sua morte. A nomeação do historiador argentino Ricardo Levene como sócio correspondente e representante do Primeiro Congresso de História da América, realizado no Rio de Janeiro em 1922, insere-se nesta política voltada para o ibero-americanismo.

Membro e presidente da Junta de Historia y Numismática Americana entre 1927 e 1931 e 1934 e 1938, Levene representava um campo historiográfico em transformação. A partir da década de 1920 desenvolveu-se na Argentina a Nova Escola Histórica, um movimento de renovação historiográfica baseado em uma visão nacionalista e americanista de história (DEVOTO 2006, p. 5-35). Ao mesmo tempo, destaca-se o investimento na comprovação empírica, na busca pela suposta verdade histórica e na criação da imagem do historiador profissional. Critérios metodológicos, segundo Alejandro Eujanian (2003), inspirados na leitura de Langlois e Seignobos e no historiador espanhol Rafael Altamira – este último de grande influência nesta geração e bastante próximo a Levene. Estes historiadores teriam a tarefa de formar a consciência nacional a partir da escrita e do ensino da história. Preocupação inserida em um contexto de construção da própria identidade em meio ao grande fluxo imigratório que atingia o país. Diante do número de estrangeiros não naturalizados e fiéis à língua e cultura de origem, o ensino da história pátria ganhava papel de destaque. Apesar dos diferentes tons conferidos a este debate por correntes ideológicas opostas, Lilia Bertoni (2007) afirma que, neste contexto, o ensino da história era uma forma de destacar o civismo, construir uma memória coletiva e consolidar a nação. O conhecimento histórico seria capaz de preservar os principais traços da nacionalidade e solucionar a vulnerabilidade da Argentina diante da imigração. Ao aglutinar o presente, o passado construiria o futuro.

Levene, bem como os demais historiadores da Nova Escola Histórica, nasceram neste contexto marcado pela imigração, sendo eles mesmos filhos de imigrantes. Assim, a escrita da história foi diretamente influenciada pelos efeitos da imigração na formação da identidade nacional argentina. A história era convocada devido ao seu poder de coesão. Daí a necessidade de reescrever a história pátria, partindo-se especialmente do período colonial, anterior à imigração e cerne da formação da nacionalidade. Para Levene, pensando, já em 1946, o papel do estudo e da escrita da história para as nações:

A história não é um saber teórico, um modo de evadir-se do presente, subtraindo-nos da ação, para admirar em atitude contemplativa uma paisagem luminosa do passado, épocas, fatos, homens mais gratos ao nosso espírito. O passado e sua precipitação histórica formam parte da realidade social e do drama do presente, mas não a história sem homens ou em abstrato, mas sim o acontecido, o que acontece em constante sucessão e superação, ajudando-nos a uma interpretação da nossa própria existência e considerando o histórico como uma dimensão fundamental da vida humana (LEVENE 1946, p. 18, tradução nossa).<sup>3</sup>

Assim, a história traria coesão, unidade e sentimento de nacionalidade a países marcados pela heterogeneidade cultural e social. Útil para o presente, “uma dimensão fundamental da vida humana”, ela seria ainda “expressão palpitante da vida de um povo, de sua unidade no espaço e de sua continuidade no tempo” (LEVENE 1946, p. 19, tradução nossa).<sup>4</sup>

Apesar do surgimento de um conjunto de ideias oposicionistas, como o revisionismo histórico (DONGHI 2006) nos anos 1930, a versão da história nacional desenvolvida pela Nova Escola Histórica e divulgada pela Junta de Historia y Numismática Americana seguiu predominante até converter-se em uma história oficial. Sua grande proximidade com o Estado garantiu protagonismo na produção desta história, além de permitir que, em 1938, por decreto do presidente Agustín Justo, a Junta se tornasse Academia Nacional de la Historia Argentina.

Ao chegar ao Rio de Janeiro em 1922, Levene encontrou também um campo historiográfico em fase de profissionalização, contexto muito próximo ao vivido por ele e seus pares argentinos envolvidos na Nova Escola Histórica. Angela de Castro Gomes lembra que no começo do século XX os historiadores apenas começavam a contar com alguma produção e com o respaldo do IHGB, que naquele momento se expandia pelo Brasil como forma de organizar um esforço coletivo em vista do estudo da história pátria. As próprias preocupações metodológicas dos historiadores brasileiros condiziam com aquelas que os argentinos buscavam implementar nos estudos históricos no país. De acordo com Angela, o historiador neste período era identificado a partir do “trabalho de pesquisa documental: de busca, classificação, divulgação e ‘aproveitamento’ do documento” (GOMES 1996, p. 122). Não era preciso necessariamente desenvolver textos originais. Divulgar trabalhos de autores considerados fundamentais e trazer documentos ao conhecimento público eram sim as tarefas mais importantes a serem desenvolvidas.

Não apenas a profissionalização e a preocupação teórica e metodológica com a verdade a partir da pesquisa empírica serviram como pontos de interseção entre os campos historiográficos brasileiro e argentino. Outras características contribuíram para este processo, tais como a formação da consciência nacional, os estudos de história pátria, as relações com o poder político, o retorno ao passado

<sup>3</sup> No original: “La Historia no es un saber teórico, un modo de evadir el presente, subtrayéndonos a la acción, para admirar en actitud contemplativa un paisaje luminoso del pasado, épocas, hechos, hombres más gratos a nuestro espíritu. El pasado y su precipitación histórica forman parte de la realidad social y del drama del presente, pero no la historia sin hombres o en abstracto, sino lo acaecido y lo que acaece en constante sucesión y superación, ayudándonos a una interpretación de nuestra propia existencia y considerando lo histórico como una dimensión fundamental de la vida humana”.

<sup>4</sup> No original: “La Historia es expresión palpitante de la vida de un pueblo, de su unidad en el espacio y de su continuidad en el tiempo”.

colonial, a releitura positiva das metrópoles ibéricas, os entrelaçamentos entre liberalismo e conservadorismo, as marcas de uma história ainda mestra da vida que auxiliaria na preservação da ordem e das hierarquias. Percebemos, portanto, uma série de aspectos que geraram afinidades entre indivíduos e instituições de modo a favorecer diálogos intelectuais em torno do pensamento histórico. Trata-se de um período de mudanças no campo historiográfico e de modernização das instituições históricas. Trata-se, ao mesmo tempo, de um contexto histórico e político de conflitos internos e externos no qual se experimentou a queda das antigas estruturas de poder oligárquicas, o surgimento de governos radicais, a crise do liberalismo e a ascensão das ideias nacionalistas; além da Primeira e da Segunda Guerras, da Guerra Civil Espanhola e dos governos fascistas na península Ibérica. A hesitação e a necessidade de adaptação foram comuns a muitos destes intelectuais, ora por serem liberais em conjunturas mais conservadoras, ora por serem monarquistas inseridos na República, ora por serem católicos em um período de laicização e radicalização política. Esta busca conjunta por um caminho a seguir diante das transformações da modernidade acabou envolvendo diretamente a própria integração regional entre Brasil e Argentina.

### **Empreendimentos conjuntos: revisões e traduções**

Os diálogos sobre a escrita da história entre Brasil e Argentina geraram uma série de empreendimentos conjuntos que aos poucos foram expandidos para o restante da Ibero-América. O princípio básico desta integração seria a propagação da união e do pacifismo para as gerações futuras. Afinal, esta união seria necessária para o fortalecimento do conhecimento aqui produzido, favoreceria o processo de obtenção de reconhecimento e legitimidade pelos países ibero-americanos e construiria uma alternativa pacífica diante das guerras europeias. Entre estes empreendimentos, destacamos o já citado Congresso de História da América realizado no Rio de Janeiro (1922), sua reedição em Buenos Aires (1937), e os projetos de Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia (1933) e das Bibliotecas de Autores Brasileiros traduzidos ao Castelhana (1937) e de Autores Argentinos traduzidos ao Português (1938). Estes últimos se prolongaram por toda a década de 1940 chegando ao início dos anos 1950, o que nos permite dizer que a aproximação entre Brasil e Argentina foi preocupação central para estas instituições e para a política externa destes países ao longo de pelo menos trinta anos na primeira metade do século XX. Partindo de historiadores e intelectuais brasileiros e argentinos, estes projetos integracionistas foram expandidos para outros países ibero-americanos e geraram frutos, mas foram praticamente apagados após a Segunda Grande Guerra, com o imperialismo norte-americano e as sucessivas ditaduras na região. Estes diálogos intelectuais alcançaram, assim, forte significado político. Aprofundar-se não apenas no estudo do próprio passado, mas também na trajetória do país vizinho, além de fortalecer a nacionalidade, integraria países com histórias próximas, mas que demandavam maior conhecimento mútuo. Não por acaso o desenvolvimento do próprio campo da história da América se insere neste contexto.

Os atores sociais envolvidos neste processo tinham clareza deste papel político integracionista da história. Para Max Fleiuss, em fala na qual se refere ao Congresso de História da América de 1922, a reunião de intelectuais para debater a história da América representava um “seguro elemento de êxito para a solidariedade intercontinental, de maior eficácia que a de quaisquer outros serviços de aproximação diplomática” (FLEIUSS 1928, p. 347). Ainda exaltando o evento afirma que “sob o ponto de vista do intercâmbio intelectual e da amizade recíproca entre as nações co-irmãs do Novo Mundo; vale por um tratado de comércio de ideias e cordialidade fraternal” (FLEIUSS 1928, p. 347). Como presidente da segunda edição do congresso, realizada em Buenos Aires, em 1937, ao recepcionar as delegações estrangeiras, Levene destacou sua função de defender e preservar “o patrimônio moral de sentimentos e ideais solidários dos povos irmãos da América” (LEVENE 1938, p. 13, tradução nossa).<sup>5</sup> Em carta a Fleiuss, no mesmo ano, afirmou tratar-se “de um momento de excepcional significado para a cultura da América” (LEVENE 1937, tradução nossa).<sup>6</sup>

Entre suas principais decisões estava a Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia que seguia uma tendência de renovação dos estudos históricos defendida por historiadores europeus após a Primeira Guerra. Desenvolvida inicialmente entre Brasil e Argentina, a partir de 1933, no contexto dos governos Getúlio Vargas no Brasil e Agustín Justo na Argentina, a Revisão propunha a análise dos livros e textos, didáticos ou não, referentes à história e à geografia brasileiras e argentinas com o objetivo de modificar e/ou apagar conteúdos que pudessem prejudicar a imagem do país vizinho. Deste modo, tendo como princípios básicos a generalidade, a solidariedade, o idealismo, a americanidade e a veracidade, a Revisão deveria eliminar resquícios de animosidade que pudessem atingir as futuras gerações responsáveis pelas relações diplomáticas na região. Nos anos posteriores à sua criação, foi expandida para outros países ibero-americanos como Paraguai, Uruguai, Chile, Bolívia, Peru, Colômbia e República Dominicana.

O texto oficial do convênio de revisão, publicado em 1936 pela Imprensa Nacional, registrava a necessidade de se desenvolver o pleno conhecimento do país vizinho para que as futuras gerações pudessem construir relações de amizade e trocas culturais. Assim, todos os pontos que estimulassem conflitos entre países americanos deveriam ser apagados ou reinterpretados. Consta no convênio:

A República dos Estados Unidos do Brasil e a República Argentina, animadas do desejo de ainda mais estreitar as relações de amizade que as unem, convencidas de que essa amizade mais se consolidará pelo perfeito conhecimento que tenham as novas gerações, tanto da geografia como da história de suas respectivas pátrias, expurgados os textos de ensino daqueles tópicos que recordem paixões de épocas pretéritas, quando ainda não se haviam perfeitamente consolidado os alicerces de suas nacionalidades [...] (BRASIL. Ministério das Relações Exteriores 1936).

<sup>5</sup> No original: “[...] el patrimonio moral de sentimientos e ideales solidarios de los pueblos hermanos de América”.

<sup>6</sup> No original: “[...] de un momento de excepcional significado para la cultura de América”.

Em entrevista datada de dezembro de 1933, Levene ressaltou a importância da revisão destacando a necessidade de “educar as jovens gerações no culto da própria pátria e no sentimento de amor e harmonia dos povos da América entre si” (LEVENE 1933, tradução nossa).<sup>7</sup> Defendia ainda ser preciso não condenar os conflitos anteriores e “destacar o valor transcendental do sentimento ibero-americano” (LEVENE 1933, tradução nossa).<sup>8</sup> Assim, a história contribuiria “para uma futura política de compreensão recíproca e de paz duradoura” (LEVENE 1933, tradução nossa).<sup>9</sup>

A preocupação com o alcance de objetivos políticos e a formação das futuras gerações era constante. Em 1944, ao comentar os empreendimentos integracionistas dos últimos anos, Levene afirmava estarem eles destinados “a irradiar uma influência fecunda na educação das novas gerações e na formação do critério de compreensão dos governantes e homens públicos” (LEVENE 1944, tradução nossa).<sup>10</sup> Referia-se não apenas à Revisão, mas às Bibliotecas de Autores Brasileiros traduzidos ao Castelhana e de Autores Argentinos traduzidos ao Português. Visitando o Brasil em 1936, a fim de acompanhar os trabalhos de revisão dos textos de ensino de história e geografia, Levene se empenhou em negociar a organização da Biblioteca de Autores Brasileiros traduzidos ao Castelhana que seria iniciada com financiamento do presidente Agustín Justo. Em retribuição, o Itamaraty propôs também investir na tradução de duas obras argentinas, quantidade ampliada nos anos seguintes. Concretizadas, respectivamente, a partir de 1937 e 1938, as bibliotecas argentina e brasileira traduziram ao longo de cerca de quinze anos autores como os argentinos Bartolomé Mitre, Juan Alberdi, Domingo Sarmiento e Rodolfo Rivarola, além do próprio Ricardo Levene; entre os brasileiros traduzidos destacamos Euclides da Cunha, Gilberto Freyre, Oliveira Vianna, Rui Barbosa, Pedro Calmon e Ronald de Carvalho (BARCELOS 2011, p. 266-302). Como vemos, prevaleciam autores relacionados aos campos da história, da literatura e do direito, ligados ao Itamaraty e vinculados direta ou indiretamente ao pensamento católico. O início do governo Perón na Argentina, o fim da chamada Era Vargas no Brasil e da Segunda Guerra arrefeceram os ânimos integracionistas e estes projetos não resistiram ao imperialismo norte-americano e aos posteriores governos ditatoriais.

### **A reaproximação com as antigas metrópoles**

Acreditamos ainda que, além de terem sido centrais na ruptura com o isolamento interno na Ibero-América, estes diálogos formaram parte de um processo de reaproximação com as antigas metrópoles, já que, após um período de conflitos pós-independência, as matrizes ibéricas se tornaram vetores de qualificação para países de passado colonial. Se Brasil e Argentina em conjunto propunham a releitura de suas histórias e o desenvolvimento da história da

<sup>7</sup> No original: “[...] educar a las jóvenes generaciones en el culto de la propia pátria y en el sentimiento de amor y armonía de los pueblos de América entre sí”.

<sup>8</sup> No original: “[...] el valor transcendental del sentimiento iberoamericano”.

<sup>9</sup> No original: “[...] para una futura política de comprensión recíproca y de paz duradera”.

<sup>10</sup> No original: “[...] a irradiar una influencia fecunda en la educación de las nuevas generaciones y en la formación del criterio de comprensión de los gobernantes y hombres públicos”.



América, esta releitura em si deveria conter um discurso positivo em relação às antigas metrópoles que atenuasse o sentido negativo do colonialismo. De um lado, este exercício interpretativo garantiria o reconhecimento daqueles que seriam fundamentais para suas existências. De outro, reaproximaria as matrizes europeias de modo a minimizar, ao menos em parte, suas características desqualificadoras. Afinal, os ibero-americanos também seriam europeus, ou melhor, descendentes de europeus, mesmo que mesclados a indígenas e africanos. Sua matriz principal seria europeia e católica. Neste sentido, o colonialismo não poderia mais ser visto exclusivamente como negativo ou predatório. Esta leitura tendia a afastar do olhar sobre o passado a perspectiva do conflito, da violência e da exploração. Embora não tenha sido hegemônica, exerceu importante papel entre historiadores que tinham como tarefa a elaboração de uma história oficial condizente com as necessidades do contexto das primeiras décadas do século XX. A ênfase no catolicismo ibérico seria também parte constitutiva desta identidade ibero-americana e serviria como forma de promover a unidade e combater a expansão do protestantismo norte-americano na região. Interpretação que interessou a intelectuais e políticos conservadores e liberais.

240

Deste modo, enquanto ao longo de boa parte do século XIX, mesmo com a visão positiva em relação à dinastia de Bragança já construída no IHGB desde 1838, foram vários os conflitos entre as antigas colônias e metrópoles diante dos riscos de recolonização e da necessidade de valorização dos aspectos constitutivos das novas nações, no início do século XX, o olhar sobre Portugal e Espanha foi transformado. Neste contexto, cabia legitimar as novas nações diante do Outro que será seu interlocutor e, conforme dissemos, é fundamental para sua própria existência subjetiva. Afinal, se o reconhecimento formal da independência já havia sido obtido, era preciso mais do que isto para ser aceito na esfera internacional. Era preciso validar o que aos olhos do Outro haveria de positivo e apagar ou amenizar as características mais constrangedoras, entre elas a miscigenação, já que o contexto teórico do período era de hegemonia do paradigma evolucionista. Aqui caberia retomar as matrizes europeias como forma de autoqualificação e de dizer que somos também europeus, parte deste conjunto, frutos da dita civilização europeia. Este processo fortaleceria os países ibero-americanos na mesma proporção que sua integração em si. Lembramos que nossa opção em utilizar as expressões Ibero-América ou América Ibérica (e não América Latina, que consideramos mais adequada para o contexto posterior à Segunda Guerra) condiz com este objetivo de reaproximação com a península Ibérica. Quando falamos em Ibero-América chamamos atenção para a formação católica destes países, vista de forma bastante simpática pelos historiadores que trabalhamos<sup>11</sup>. Ademais, destacamos neste ponto a influência de Richard Morse, pois a expressão realça “a herança ideológica e institucional que o Novo Mundo recebeu das nações que lhe deram origem” (MORSE 1988, p. 14).

<sup>11</sup> Há um amplo debate acerca do conceito de América Latina não abordado nas páginas deste artigo. Consideramos ser este um conceito em disputa e constantemente redefinido desde o século XIX até a atualidade. Suas leituras envolvem diferentes posições ideológicas e campos de conhecimento, como a diplomacia, a história e a literatura. Mas, não é nosso objetivo tratá-las aqui. Sobre o tema, entre outros trabalhos, ver: João Feres Júnior (2005); Gizlene Neder e Gisálio Cerqueira Filho (2010); e Patricia Funes (2006 e 2014), presentes nas referências bibliográficas.

Isto se dá, cabe ressaltar, em meio a um olhar elitista, excludente ou excessivamente apaziguador que interessava às classes dominantes brasileira e argentina. Assim, vemos propostas integracionistas que podem em alguns momentos soar progressistas, mas estão, na verdade, pautadas em princípios conservadores. São propostas relacionadas a uma ideologia dominante que visava apagar ou atenuar o passado colonial, a miscigenação, os afrodescendentes, índios e inúmeros imigrantes que compõem a formação social da Ibero-América. Propostas que visaram integrá-los, mas também excluí-los; enquadrá-los em padrões civilizacionais brancos e europeus; e que aplicaram aqui o olhar reprovador e homogeneizador europeu. De certo modo, apontamos para uma forma de integração por cima que frequentemente oprime mais do que liberta e aumenta a desqualificação, já que não reconhece as características mais pulsantes e os conflitos políticos, culturais e identitários da região. Consideramos a história, e os objetivos de elaboração de uma história oficial, como local privilegiado no qual estas perspectivas aparecem. Afinal, a partir dela apresentam-se leituras do passado condizentes com preocupações presentes e projetos de um futuro pacífico entre os países da América Ibérica em si e deles com suas antigas metrópoles. Pensar a teoria da história na América Ibérica significa, portanto, mais do que uma análise de conceitos e métodos de pesquisa histórica. Significa compreender os problemas concretos e subjetivos que a análise histórica representava para indivíduos oriundos de uma formação social miscigenada e marcada pelo passado colonial.

241

Acreditamos que quatro historiadores ganharam destaque neste processo de aproximação pela via da história: os já citados Max Fleiuss, secretário perpétuo do IHGB, e Ricardo Levene, presidente da Junta de Buenos Aires entre os anos de 1927 e 1931, 1934 e 1938; o crítico literário e historiador português Fidelino de Figueiredo e o também historiador e jurista espanhol Rafael Altamira.<sup>12</sup> Membros de importantes instituições históricas em seus países e correspondentes de outras estrangeiras, eles promoveram, através do contato pessoal e/ou da troca de publicações e correspondências, um importante diálogo sobre a escrita da história. São historiadores que representam a aproximação entre Brasil e Argentina e destes países com as antigas metrópoles, auxiliando-nos a pensar questões caras a sua geração: como estudar o passado colonial e seus aspectos positivos e negativos; como construir alternativas em vista da superação deste mesmo passado de dominação; como valorizar a história nacional sem romper por completo com as antigas metrópoles; como elaborar uma interpretação da história que trouxesse à tona uma cultura e ideias próprias, sem invalidar o passado colonial. Enfim, como equilibrar autonomia e busca de reconhecimento, rupturas e continuidades, mudanças e permanências.

<sup>12</sup> Lembramos que ao tratarmos de um campo ainda em fase de profissionalização, os historiadores tinham formação e atuação em diferentes áreas. Assim, podiam ser juristas, bacharéis em direito, médicos, literatos, poetas, jornalistas, críticos literários... Com inspiração em Angela de Castro Gomes (1996), estamos considerando como historiadores aqueles que produziam conhecimento histórico diferenciando-o da literatura e da filosofia, em geral baseado na pesquisa documental.

Em busca de dados que possibilitem a reflexão sobre estas questões, pensamos não apenas o diálogo de Fleiuss e Levene entre si,<sup>13</sup> mas também deles com estes interlocutores portugueses e espanhóis. Todos figuras representativas na defesa da retomada dos diálogos intelectuais entre antigas colônias e metrópoles; representativos de um movimento de circulação cultural e de ideias, tal como trabalhado por Carlo Ginzburg (1989, p. 5-93), que se dava entre dois lados do Atlântico. Movimento este que, inclusive, relativizou a relação centro/periferia, já que o interesse pela reaproximação era recíproco e representou um importante investimento na Península Ibérica desde o fim definitivo do seu mundo colonial com a independência de Cuba, Porto Rico e Filipinas em 1898. A derrota espanhola e o avanço norte-americano na região levaram a um conjunto de reflexões e ações práticas que tinham como objetivo a reaproximação entre ex-metrópoles e ex-colônias. Este processo gerou a nostalgia em relação ao passado conquistador do país e a percepção de que algo deveria ser feito a fim de inseri-lo em uma modernidade a qual não fora capaz de acompanhar. Em 1900, Rafael Altamira falava da necessidade de aproximação da Espanha com as antigas colônias em razão de interesses e características semelhantes:

[...] está posta [...] na ordem do dia a questão das relações entre a Espanha e suas antigas colônias, convertidas hoje em povos de admirável vitalidade substantiva, em nações e Estados de luminoso porvir no caminho da civilização.

Todo mundo está convencido da necessidade de estreitar estas relações, cuja razão se funda na existência de algo verdadeiramente essencial, comum a espanhóis e americanos, em quem [...] alenta um mesmo espírito, gerador de análogas qualidades úteis a desenvolver, defeitos semelhantes a corrigir e interesses idênticos a salvaguardar de estranhas absorções (ALTAMIRA 1900, tradução nossa).<sup>14</sup>

242

Para Altamira, os “povos” ibero-americanos teriam ainda um “luminoso porvir no caminho da civilização”. Seriam vistos por um prisma europeu que os (des)qualifica. Ao mesmo tempo, sua fala exemplifica a força da proposta de retomada das relações entre antigas colônias e metrópoles e sugere que este interesse era correspondido. O hispanismo fortalecido neste período teria a função de construir uma identidade comum à Espanha e suas antigas colônias, através da tradição, da história, da língua e da religião (católica, em oposição ao protestantismo norte-americano). José Luis Beired (2006) informa ser esta uma tentativa de reação à decadência espanhola e de busca de modernização em diferentes sentidos. Ainda segundo ele, no início do século XX, em especial

<sup>13</sup> Para uma análise da correspondência trocada entre Fleiuss e Levene como janela de reflexão para a análise do desenvolvimento do ibero-americanismo e da integração regional, ver outro artigo da autora intitulado “Max Fleiuss e Ricardo Levene: Diálogos sobre o ibero-americanismo e a escrita da história no Brasil e na Argentina”, publicado em 2012 na *Revista do IHGB*. As cartas, datadas sobretudo das décadas de 1920 a 1940, evidenciam o quanto o intercâmbio foi percebido por estes intelectuais como caminho de ruptura com o isolamento e o desconhecimento mútuo que atingiam os países ibero-americanos.

<sup>14</sup> No original: “[...] ponen [...] a la orden del día la cuestión de las relaciones entre España y sus antiguas colonias, convertidas hoy en pueblos de admirable vitalidad sustantiva, en naciones y Estados de luminoso porvenir en el camino de la civilización. Todo el mundo está convencido de la necesidad de estrechar estas relaciones, cuya razón se funda en la existencia de algo verdaderamente esencial, común a españoles y americanos, en quienes [...] alienta un mismo espíritu, generador de análogas cualidades útiles que desarrollar, defectos semejantes que corregir e intereses idénticos que salvar de extrañas absorciones.”

na década de 1910, estes objetivos foram instrumentalizados pelo Estado a fim de construir uma nova imagem da Espanha na América. Após os anos 1930, a ditadura franquista teria se servido destas ideias, tornando-as instrumento da extrema-direita.<sup>15</sup>

Os ecos deste interesse espanhol pela América também foram sentidos em Portugal, de modo que seu interesse pelo Brasil será aprofundado até o fim da ditadura salazarista na década de 1970, assim como ocorreu no governo do General Francisco Franco no país vizinho. Para ambas as ditaduras, ao informar seus objetivos nacionalistas, a ênfase no passado conquistador ibérico era bastante útil. Cabe destacar, mais uma vez, que este americanismo salazarista e franquista era, na verdade, uma releitura conservadora da perspectiva defendida por Fidelino e Altamira a partir, sobretudo, dos anos 1910. Fidelino foi ministro da Instrução Pública em Portugal (1914-1915) e duas vezes diretor da Biblioteca Nacional de Lisboa (1918-1919; 1927). Esteve exilado no Brasil entre 1938 e 1951, fugindo do governo de Antonio Salazar. Aqui dirigiu a cadeira de Literatura Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e manteve intensa rede de sociabilidade.<sup>16</sup> Bem antes disto já havia experimentado o exílio: após a instauração do Estado Novo em Portugal em 1926, exilou-se na Espanha, entre 1927 e 1929, por ter participado da oposição ao regime. Lá foi influenciado pelo hispanismo. Segundo Ricardo Rodríguez (2000), esta tendência já era marcante em seu pensamento desde 1913 quando foi estudar em Madrid, tomando contato com importantes figuras das inovações intelectuais e historiográficas espanholas.

Fidelino foi ainda considerado o mais importante representante português da geração de 1898<sup>17</sup>, sendo muito influenciado por Miguel de Unamuno. Buscava a construção da identidade portuguesa por meio de aspectos mais emocionais e espirituais e menos racionalistas, em uma crítica ao predomínio da razão a partir do século XVIII. Com divergências com Altamira, sobretudo quanto ao seu positivismo que tanto combatia, Fidelino manteve contato intelectual com ele; apresentavam afinidades baseadas no combate ao autoritarismo e na busca pela paz em um contexto de guerras e radicalização política. Embora conservadores em alguns pontos, eram intelectuais de caráter democrático que se opuseram às ditaduras europeias e à ascensão do nazi-fascismo, tanto que se exilaram no Brasil e no México, respectivamente, a partir da década de 1930. Altamira, inclusive, recusou-se a voltar à Espanha enquanto durasse o regime franquista, somente encerrado duas décadas após sua morte, em 1951.

<sup>15</sup> Neste período, surge o conceito de *hispanidad*, defendido pelo tradicionalismo católico. Seu principal idealizador foi o intelectual espanhol Ramiro de Maeztu.

<sup>16</sup> Entre os pares intelectuais brasileiros com os quais Fidelino de Figueiredo dialogou destacam-se Jonathas Serrano, Manuel Bandeira, Câmara Cascudo, Gilberto Freyre, Afrânio Peixoto e o Padre Leonel Franca. Lembramos também sua indicação como sócio do IHGB ainda em 1913 por Viveiros de Castro e para a Academia Brasileira de Letras, em 1942, por Alceu Amoroso Lima. Importantes lideranças católicas, portanto, compõem sua rede de sociabilidade. Um rico e instigante acervo que permite seu aprofundamento são as correspondências passivas de Fidelino depositadas na Biblioteca Florestan Fernandes na FFLCH/USP.

<sup>17</sup> Protagonizada por Unamuno, partia de referenciais estéticos, filosóficos e literários na tentativa de superar a crise moral, política e social espanhola após as independências de 1898. Apontava a existência de uma Espanha real, fracassada, bastante distinta daquela oficial, falsa e aparente. Eram marcados pela frustração e pelo pessimismo em relação aos rumos do país.

Retomamos aqui a fluida relação entre centro e periferia apontada por Carlo Ginzburg (1989). O território antes visto como a representação do atraso se tornou local de diálogo e acolhimento diante dos conflitos políticos da Europa na primeira metade do século XX. A própria posição das ex-colônias nas relações com Portugal e Espanha, portanto, é transformada, ganhando novo *status*. Evidentemente, não há uma ruptura com a perspectiva de desqualificação que as envolve, até porque ainda hoje se combate este olhar dos Outros e de si sobre si mesmo. Porém, ocorre aqui uma relativização dos papéis historicamente direcionados a Brasil e Argentina, de um lado, e a Portugal e Espanha, de outro. Se as relações de dominação e a desqualificação inseridas no diálogo entre antigas colônias e metrópoles não se dissolvem, as transformações históricas e sociais movimentam posições e alteram papéis, conferindo novos significados às relações sociais e humanas. Se brasileiros e argentinos, em busca de legitimidade, retomaram o contato com as antigas metrópoles, estas também olharam para o chamado Novo Mundo à procura de alternativas pacíficas para os conflitos políticos e sociais europeus após a crise da razão e do liberalismo econômico entre o final do século XIX e o início do XX. Assim, Fidelino e Altamira ilustram como a América desqualificada pelo colonialismo e pela miscigenação acabou se tornando uma alternativa para intelectuais portugueses e espanhóis insatisfeitos, inadaptados e/ou exilados. Neste contexto, eles propuseram uma revisão historiográfica em seus países que incluía a elaboração de novos olhares sobre as antigas colônias.

244

Vemos, portanto, que a integração pela via intelectual se dava em diferentes sentidos. Os diálogos sobre a escrita da história entre Brasil e Argentina inseriam-se em um processo de integração regional que incluía, simultaneamente, a reaproximação com as antigas metrópoles de forma a enfatizar as matrizes europeias e católicas. Interesse correspondido e alimentado por Portugal e Espanha em busca de modernização. Fleiuss, Levene, Fidelino e Altamira servem como janela de reflexão para um processo amplo que envolvia política e história na ruptura com o isolamento – ibérico e ibero-americano. Neste sentido, acreditamos que a temática aqui analisada ilustre o caráter político e pragmático assumido pela história no contexto de construção da modernidade. Da reinterpretação do passado dependeria a construção do futuro. Os empreendimentos conjuntos desenvolvidos por Brasil e Argentina entre as décadas de 1910 e 1940 apresentaram novos caminhos integracionistas, mesmo que a partir de uma vertente dominante, católica e liberal conservadora. O imperialismo e as ditaduras favoreceram seu esquecimento. Outras tentativas, amplas, de caráter oficial, empreendidas por governos e seus Ministérios das Relações Exteriores, só foram possíveis décadas depois – em um novo contexto, com orientações ideológicas e atores sociais distintos.

### Referências bibliográficas

ALTAMIRA, Rafael. Cuestiones nacionales – América y España. **El Liberal**, Madrid, 18 de abril de 1900.

- BARCELOS, Ana Paula. **Diálogos sobre a escrita da história**: Brasil e Argentina (1910-1940). Brasília: FUNAG, 2011.
- \_\_\_\_\_. Max Fleiuss e Ricardo Levene: diálogos sobre o ibero-americanismo e a escrita da história no Brasil e na Argentina. **Revista do IHGB**, n. 173, v. 454, p. 209-236, 2012.
- \_\_\_\_\_. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Junta de História e Numismática Americana: O papel integracionista da escrita da história (1910-1940). **Revista do IHGB**, n. 175, v. 462, p. 59-80, 2014.
- BEIRED, José Luis Bendicho. Hispanismo: um ideário em circulação entre a Península Ibérica e as Américas. In: ANAIS ELETRÔNICOS DO VII ENCONTRO INTERNACIONAL DA ANPHLAC, Campinas, 2006.
- BERTONI, Lilia Ana. **Patriotas, cosmopolitas y nacionalistas**: la construcción de la nacionalidad argentina a fines del siglo XIX. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Revisão dos Textos de Ensino de História e Geographia**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936. Convênio Brasil – Argentina para a revisão dos textos de ensino de história e geografia. (1933-1937).
- CATTARUZZA, Alejandro. **Historia de la Argentina, 1916-1955**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009.
- CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTORIA DA AMERICA** (1937). Tomo I. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1938, p. 13. Palabras de los miembros de la mesa organizadora del Congreso. Ricardo Levene, presidente del Congreso.
- DEVOTO, Fernando (org.). **La historiografía argentina en el siglo XX**. Buenos Aires: Editores de América Latina, 2006.
- DONGHI, Tulio Halperin. **El revisionismo histórico argentino como visión decadentista de la historia nacional**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2006.
- EUJANIAN, Alejandro. Método, objetividad y estilo en el proceso de institucionalización, 1910-1920. In: CATTARUZZA, Alejandro; EUJANIAN, Alejandro (orgs.). **Políticas de la historia**: Argentina 1860-1960. Buenos Aires: Alianza, 2003, p. 69-99.
- FERES JÚNIOR, João. **A história do conceito de 'Latin America' nos Estados Unidos**. Bauru/São Paulo: EDUSC, 2005.
- FLEIUSS, Max. **Páginas de História**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928.
- FUNES, Patricia. **Historia mínima de las ideas políticas en América Latina**. México: Turner, 2014.
- \_\_\_\_\_. **Salvar la nación**: Intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos. Buenos Aires: Prometeo, 2006.

- GINZBURG, Carlo. História da Arte Italiana. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo (orgs.). **A Micro-história e outros ensaios**. São Paulo: Bertrand Brasil/ Lisboa, Difel, 1989, p. 5-93.
- GOMES, Angela de Castro. **História e Historiadores**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- GOMES, Francisco José Silva. De súdito a cidadão: os católicos no Império e na República. In: HISTÓRIA E CIDADANIA. XIX SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH. 1997, Belo Horizonte. **Anais...** São Paulo: Anpuh, Humanitas, USP, 1998.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Da Escola Palatina ao Silogeu**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 1, Rio de Janeiro, p. 5-27, 1988.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.
- LEVENE, Ricardo. **La cultura histórica y el sentimiento de nacionalidad**. Buenos Aires/México: Espasa-Calpe Argentina, 1946.
- 246 \_\_\_\_\_. **La iniciativa argentina sobre la revisión de los textos y la enseñanza de la historia nacional y americana**. Buenos Aires, 1944. Texto datilografado, sem referência.
- \_\_\_\_\_. "Inicia América una política espiritual eficaz y necesaria". Entrevista com Ricardo Levene. s/n, 06 de dezembro de 1933. Arquivo pessoal de Ricardo Levene. Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros).
- \_\_\_\_\_. **[Carta]** 1938, Buenos Aires [para] Max Fleiuss. Acervo IHGB. 2 folhas.
- MORSE, Richard. **O Espelho de Próspero**: cultura e idéias nas Américas. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- NEDER, Gizlene Neder; CERQUEIRA FILHO, Gisálio. Sobre o conceito de América Latina: uma proposta para repercutir nos festejos do bicentenário. **Pilquen**, Sección Ciencias Sociales, Dossier Bicentenario, Año XII, n. 12, p. 1-7, 2010.
- RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. Traços intelectuais de Fidelino de Figueiredo. **Carta Mensal**, Confederação Nacional do Comércio, Rio de Janeiro, v. 45, n. 539, p. 36-63, 2000.
- SALLES, Ricardo. **Nostalgia imperial**: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

TODOROV, Tzvetan. **A vida em comum**: ensaio de antropologia geral. Campinas: Papyrus, 1996.

\_\_\_\_\_. **Nous et les autres**: la réflexion française sur la diversité humaine. Paris: Éditions du Seuil, 1989.

### **Acervo consultado**

Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros);  
Arquivo Histórico do Itamaraty; IHGB.



# Uma crítica ao essencialismo identitário: a historiografia da mineiridade na primeira metade do século XX

A critique of identity essentialism: the historiography of mineiridade in the first half of twentieth century

---

**Walderez Simões Costa Ramalho**

walderezramalho@gmail.com

Mestre

Universidade Federal de Minas Gerais

Rua Panamá, 144/301 - Sion

30320-120 - Belo Horizonte - MG

Brasil

---

## Resumo

A busca por uma identidade específica foi certamente um dos temas mais discutidos pela historiografia relativa a Minas Gerais. Este artigo pretende avaliar criticamente esse longo debate, focalizando os trabalhos de interpretação produzidos durante a primeira metade do século XX. Tais textos compreendiam a mineiridade como uma "essência", objetiva, fixa, definitiva, comum a todos os mineiros, numa concepção identitária que não abria espaço para as mudanças e diferenças. Trata-se, aqui, de propor uma leitura "não-essencialista" dessas interpretações, compreendendo a identidade cultural como um processo em permanente construção. Esse exercício crítico deve auxiliar na discussão de possíveis caminhos para projetar um espaço público mais aberto, democrático e inclusivo em Minas Gerais.

248

## Palavras-chave

Historiografia; Identidade; Representação.

## Abstract

The quest for an specific identity was certainly one of the most discussed topics by historiography relating to Minas Gerais. This article seeks to critically evaluate this long debate, focusing on the works of interpretation produced during the first half of the twentieth century. These texts understood the *mineiridade* as a fixed "essence", objective, definitive, common to all mineiros, in a conception of identity that would not open for changes and differences. It is here to propose a "non-essentialist" reading of these interpretations, understanding cultural identity as a process in permanent construction. This critical exercise should assist in discussion of possible ways to build a more open, democratic and inclusive public space in Minas Gerais.

## Keywords

Historiography; Identity; Representation.

---

Recebido em: 25/8/2014

Aprovado em: 14/1/2015

Durante o século XX uma numerosa e variada produção intelectual se dedicou à tarefa de explicar o “enigma mineiro”, isto é, definir as supostas características, costumes e valores comuns partilhados pelos habitantes de Minas Gerais num discurso coerente e unificado. Dessa produção resultou um complexo sistema de representação simbólica que forneceu uma imagem identitária para o Estado, a qual se disseminou no imaginário regional e nacional sob a denominação geral de *mineiridade*.<sup>1</sup> Em que pesem as recentes revisões críticas (ARRUDA 1990; DULCI 1984; SOUZA 2013), essa noção ainda se faz presente em numerosas publicações atuais, bem como nas produções artísticas e em campanhas eleitorais.

O objetivo central deste artigo é avaliar, através de um exercício de reinterpretação crítica, como o imaginário da mineiridade foi construído historicamente pelo pensamento social mineiro e brasileiro, privilegiando algumas “narrativas-mestras” que procuraram dizer aos mineiros quem eles são por meio da narração de sua história – uma operação que, aliás, nunca é politicamente neutra. Destacamos, neste estudo, dois momentos dessa “historiografia da mineiridade” – a Primeira República e o contexto de abertura política pós-Estado Novo –, quando o apelo à figura imaginária do “mineiro” se tornou mais recorrente. A análise será feita pela problematização dos principais conteúdos semânticos mobilizados pelos textos, bem como pela investigação da forma como eles articulam passado, presente e futuro, formulando sentidos e projetos unificadores para a história e identidade de Minas configuradas pela própria narrativa (HARTOG 2013; RICOEUR 2010).

Essa forma de colocar a questão já indica que o conceito de “identidade” é entendido aqui como processual, uma construção discursiva, historicamente condicionada. Não se trata, aliás, de verificar a veracidade ou falsidade das caracterizações já feitas sobre o mineiro, mas de compreender a força que o imaginário possui na confecção do real, isto é, seu poder de dar sentido e conformar práticas e valores sociais, políticos e culturais. Como já assinalou Castoriadis (1982), o imaginário não está em oposição à realidade (material), mas compõe com ela uma relação complexa, na qual um dinamiza e confere inteligibilidade ao outro. Essa relação é tão forte e imbricada que, conforme apontou o historiador Evaldo Cabral de Mello – aliás, um crítico da ideia de “pernambucanidade” ou de “brasilidade” –, “à força de reivindicarem um determinado caráter coletivo, nacional, regional ou de classe, as sociedades acabam por se convencer da sua realidade, passando a agir de acordo com tais modelos” (MELLO 2008, p. 208). O imaginário informa como as sociedades se representam no mundo, modelando as suas ações. Por isso, o estudo desse campo é tão relevante para o conhecimento histórico de uma sociedade quanto o modo de produção econômico ou as formas de organização política.

<sup>1</sup> A origem deste termo remonta a uma conferência proferida por Aires da Mata Machado Filho em 1937, na cidade de Diamantina, acerca do escritor Couto de Magalhães. Não conseguimos localizar o texto dessa conferência. Cf. MACHADO FILHO 1981; e RESENDE 1981, p. 92. No campo da historiografia, o termo foi amplamente difundido por Gilberto Freyre em outra conferência realizada na Faculdade de Direito de Belo Horizonte em 16 de julho de 1946. Cf. FREYRE 1964. Este texto será discutido mais adiante.

Essa perspectiva conceitual, entretanto, vai de encontro ao ponto de vista utilizado pelos intérpretes aqui analisados; estes compreendem o fenômeno da mineiridade nos termos do *essencialismo identitário*. Em linhas gerais, o essencialismo define a identidade de um grupo cultural pela ideia de “essência”, isto é, um conjunto de características físicas, psicológicas e sociais, o qual se manteria inalterável ao longo da história e formaria o “caráter coletivo” de um povo. Nesse sentido, a mineiridade seria algo já acabado, finalizado, não passível de movimento e, portanto, apto a ser descrito desde um ponto de vista externo e objetivo. Caberia ao intérprete fixar, por meio da observação direta e/ou pela análise das fontes históricas, os elementos psicossociais que constituiriam a “essência” comum que distinguiria os mineiros do restante do país. Haveria uma unidade profunda entre “os mineiros”, e o fluxo histórico-temporal é dominado pelo ponto de vista da continuidade. O discurso essencialista prescreve, assim, a manutenção das tradições “genuínas”, bem como a recusa das mudanças e das diferenças que poderiam ameaçar a integridade da união grupal (WOODWARD 2006; HOBBSAWM 1984; REIS 2006).

Do ponto de vista político, o essencialismo identitário permite a justificação do *status quo*, criando mecanismos de resistência às mudanças sociais (SILVA 2005). Alguns termos recorrentes na historiografia da mineiridade, como “caráter coletivo”, “tradição verdadeira”, “raça”, “espírito mineiro” e “herança histórica”, são utilizados para prescrever entre os contemporâneos a necessidade de conservar o passado, este sempre selecionado e arbitrariamente recortado de acordo com os interesses do enunciador.

250

Em contraposição a essa perspectiva, propomos uma releitura “não-essencialista” das narrativas históricas da mineiridade, considerando-as em seus respectivos contextos de produção, e destacando as principais temáticas que sustentam a mineiridade enquanto “sistema de representação simbólica” (HALL 2011). Trata-se, aqui, de compreender como esses textos contribuíram para a construção de certas “imagens de Minas” ainda vivas no imaginário regional e nacional. É preciso revisitar criticamente esses trabalhos, contextualizá-los, colocá-los em diálogo, problematizá-los. Reinterpretar esses diferentes “retratos” do passado pode servir como um passo importante na tarefa de construção de novas perspectivas para a cidadania em Minas e no Brasil.

### **A mineiridade na Primeira República**

É possível encontrar textos que versaram sobre o “caráter mineiro” desde as primeiras décadas do século XVIII, como o famoso *Discurso histórico e político sobre a sedição que nas Minas houve no ano de 1720*, atribuído ao governador Pedro de Almeida, conde de Assumar, e mais dois clérigos (DISCURSO 1994). No século XIX, a literatura dos viajantes, o estudo corográfico de Raimundo José da Cunha Matos (1981) e as memórias de Joaquim Felício dos Santos (1976) também contribuíram para a construção da “mitologia da mineiridade” (ARRUDA 1990).

Todavia, consideramos que o período da Primeira República no Brasil representou um marco na historiografia da mineiridade. O processo de descentralização política promovido pela Constituição de 1891 e pela “política

dos governadores” de Campos Sales (1898-1902) levou as antigas províncias – agora unidades da federação – a reorganizarem as suas histórias para, de um lado, justificar as suas respectivas importâncias para a formação da identidade nacional, e de outro, promover e legitimar a unidade interna (MEDEIROS; ARAUJO 2007, p. 29). No caso mineiro, esse processo se materializou tanto na criação de institutos voltados para a produção e circulação do conhecimento sobre a história regional – dentre os quais se destacam o *Arquivo Público Mineiro* (APM, 1895) e o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG, 1907) –, quanto na publicação de livros, artigos, opúsculos e conferências destinados a definir qual seria o “fundamento histórico” da identidade mineira.

A relação entre a adoção do federalismo e a renovação historiográfica foi notada pelos próprios intelectuais da época. Logo nas “Palavras preliminares” do primeiro volume da *Revista do Arquivo Público Mineiro*, o primeiro diretor do APM, José Pedro Xavier da Veiga, já afirmava:

Estabelecida com a República o regime federativo, isto é, descentralizada a vida nacional e despertos os Estados da velha apatia letárgica, já começam eles a prover sobre a necessidade, essencial à própria autonomia, de organizarem séria e sistematicamente os seus Arquivos, que ao tempo das antigas províncias eram, por via de regra, parcelados por diversas repartições, e parcelados a esmo, desdenhosa e desordenadamente, sem nenhuma metodização ou nexos (XAVIER DA VEIGA 1896, p. II).

A busca por uma unidade regional era, do ponto de vista das elites, fator crucial para o projeto de fortalecimento político do Estado, condição necessária para garantir o aporte de mais recursos e benefícios do governo (MARTINS FILHO 2009; WIRTH 1982). Isso era mais urgente se lembrarmos as profundas dissidências internas em Minas Gerais, havendo inclusive ameaças de separatismo no Sul do Estado (CASTRO 2010). Além da mudança da capital para Belo Horizonte, que deveria simbolizar a união entre as Minas e as Gerais – embora também tenha gerado constrangimentos políticos no seio da elite mineira – o estímulo à reescrita da história deveria funcionar como suporte para a criação de uma identidade unificada, a qual poderia simbolizar a integração regional e o novo momento histórico do Estado (BOMENY 1994).

O discurso de inauguração do IHGMG é um bom exemplo desse processo. O orador Diogo de Vasconcelos (1843-1927), importante historiador marianense e descendente de família tradicional em Minas, exalta as tradições regionais e define a função principal do instituto:

o povo mineiro, que por sua história peculiar caracterizasse desde seu advento, há dois séculos, diferenciando-se do seu destino, e formando já a maior casa de toda a América, sentia a falta de se lhe erigir a oficina central do pensamento, na qual se cuidam com esmero de fortificar a sua homogeneidade, e de unificar os seus elementos étnicos tradicionais. [...] Condensar essas qualidades ingêntas, aperfeiçoar a mentalidade, que nos foi transmitida, pelas circunstâncias especiosas da nossa origem, serão creio eu, o melhor e mais constante objeto de nossos estudos e escopo essencial deste Instituto, ereto em honra da história para farol inequívoco de nossos progressos (VASCONCELOS 1909, p. 213-214).

A história, para o orador, tem a função de fortalecer o sentimento de identidade entre os mineiros, compreendido na sua unicidade, como se pode notar pelo uso de expressões como “homogeneidade” e “qualidades ingênicas”. Ao mesmo tempo, o futuro é representado pela categoria do “progresso”, alinhado ao dever da história de “aperfeiçoar” a mentalidade coletiva forjada desde as origens de Minas. Nesse sentido, o progresso de Minas está condicionado à manutenção das tradições locais, constituídas por valorização do trabalho, obediência aos governos, defesa da ordem política e social, catolicismo fervoroso e apego à família. É esse espaço de experiência (KOSELLECK 2006) que deve ser preservado e cultivado entre os contemporâneos para garantir que a unidade e o progresso de Minas se consolidem no futuro. Num momento de experiência acelerada do tempo histórico, com mudanças na ordem política – em relação às quais Vasconcelos se posicionava contrariamente (SILVA 2010) –, seria necessário que as tradições mineiras continuassem vivas, de modo que a história servisse como “farol”, o guia seguro para o progresso dos mineiros. Essas considerações indicam a visão eminentemente conservadora da história de Minas Gerais presente no discurso de Vasconcelos.

252

O povo mineiro, à luz destes princípios, tem de considerar antes de tudo a sua origem privilegiada. [...] Descendente de generoso sangue paulista, congado com o da mais heroica e laboriosa de todas as Mães-Pátrias, conservou e conserva na língua da mais bela epopeia moderna, nos hábitos inalteráveis da economia, do trabalho e da honra, tão bem como na fé católica, a cujos surtos se devem o descortino dos continentes e dos mares, as condições seguras, os elementos conservadores e as energias políticas de sua perfectibilidade no caminho indefinido aberto a vida das gerações, que vão nos suceder (VASCONCELOS 1909, p. 214).

A contribuição de negros, índios e outros elementos étnicos na formação do “povo mineiro” ficam em segundo plano no discurso. Afinal, segundo Vasconcelos, os brancos (paulistas e portugueses) foram os grandes atores dessa formação, pois teriam introduzido os elementos civilizatórios na região – implantação da lei, do Estado e da religião católica – além de introduzir os hábitos mais “elevados” que permitiram o florescimento da “família mineira”. É essa tradição que deve ser valorizada e defendida pelos mineiros do presente e futuro.

Essas formulações sobre a identidade mineira se fazem presentes em outro autor desse período, o intelectual e político serrano Nelson Coelho de Sena (1873-1952). Vale destacar aqui o seu pronunciamento na cerimônia de inauguração da Academia Mineira de Letras (AML), em 13 de maio de 1909. Nesse discurso, Sena elabora previsões para o futuro do Estado, o que bem indica o horizonte de expectativas (KOSELLECK 2006) que desejava para os mineiros, constituído de intensa industrialização e urbanização, crescimento demográfico e desenvolvimento comercial. Porém, pergunta o orador, esse progresso material poderia significar o abandono da vida intelectual em Minas?

O excesso da atividade material entorpecerá as produções da inteligência nessa Pátria do futuro que viemos descortinando? O requinte do conforto, a intensa luta industrial, o progresso econômico, o triunfo definitivo da

era mercantil, no Brasil de amanhã, entibiarão as energias do cérebro nacional e farão apoucada a nossa cultura artística e literária? (SENA 2006, p. 73).

Embora não possa dar uma resposta definitiva para esse problema, Nelson de Sena propõe uma solução calcada na fé; em Deus, certamente, mas principalmente na esperança de que a juventude mineira ainda se disponha a lutar pela herança cultural de seus antepassados. Fé, sobretudo, na conservação das tradições mineiras, na “fidelidade” dos mineiros para com o seu passado e, nessa medida, para si mesmos.

Esperança de que, ainda em meio à áspera luta de uma era industrial, não sobram corações que amem a beleza e a bondade [...] e timbrem no propósito alevantado de não deixar perecer os ideais de uma raça meiga e sonhadora. Fé, Senhores, nesse poderoso instinto que leva os povos a conservarem as suas crenças mais sentidas e suas mais caras tradições (SENA 2006, p. 74).

Ainda que o discurso esteja construído sob o signo da dúvida, é evidente o apelo tradicionalista de Nelson de Sena. O futuro, que certamente será de progresso e transformações materiais, deverá ser erigido em função de (certas) tradições regionais, formando a articulação temporal contínua da identidade de Minas Gerais – uma característica do discurso essencialista. Sena faz referência a Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Santa Rita Durão, Bernardo de Vasconcelos, Teófilo Otoni, Joaquim Felício dos Santos, e muitos outros escritores dos séculos XVIII, XIX e XX, que seriam representantes de uma longa e rica tradição literária regional. Caberia aos mineiros do presente e futuro honrar esse “passado glorioso” e dar-lhe continuidade, para que o progresso material seja também acompanhado pelo progresso intelectual e moral. O essencialismo aparece aí não como certeza absoluta, mas uma “aposta otimista”. A continuidade da tradição – “inventada”, conforme ensinaram Ranger e Hobsbawm (1984) – é situada no discurso como a melhor garantia do futuro de progresso e evolução. Ainda que a sua leitura esteja aberta à modernização de Minas, ela só faz sentido na medida em que está submetida à preservação do passado.

Quanto à figura da proparlada “tradicional família mineira”, um autor que contribuiu para a sua consolidação no imaginário foi Francisco José de Oliveira Viana (1883-1951). Em seu texto *Minas do lume e do pão*, publicado pela primeira vez na *Revista do Brasil* em 1920, e mais tarde reunida na obra *Pequenos Estudos de Psicologia Social* (1ª edição de 1921), o autor, a partir de observações feitas durante uma viagem a algumas cidades mineiras, afirma que o principal traço distintivo do “espírito de Minas” é o apego ao lar e a obediência aos ditames da família (patriarcal). A família seria a base de todas as relações sociais vivenciadas em Minas. “Todas as particularidades que pude observar, como características da gente de Minas, tem a sua explicação primária neste irreduzível exclusivismo familiar do mineiro” (OLIVEIRA VIANA 1942, p. 34).

Essa centralidade da família levou à formação de características peculiares: hospitalidade, desconfiança, reserva com o estrangeiro, e forte restrição dos círculos de sociabilidade. Em relação ao último ponto, é interessante verificar que a centralidade da família tem como contrapartida o retraimento da dimensão pública da vida em Minas, que Oliveira Viana reitera diversas vezes ao longo do texto. Os mineiros, de acordo com o autor, não frequentam os jardins e praças das cidades, as multidões são surpreendentemente silenciosas, como se estivessem na nave de uma igreja. Em Belo Horizonte, “cidade moderníssima”, as suas ruas reclamam transeuntes, já que a população se fecha nas suas residências. O “povo mineiro”, fechado em suas relações familiares, ficaria ausente das esferas públicas da vida, entre as quais a política. Não se trata, aqui, de exigir do autor que escrevesse aquilo que não via nem poderia ver, já que a Primeira República não abria muito espaço para os direitos políticos nem trouxe expansão da cidadania no Brasil (CARVALHO 2013). Entretanto, é preciso assinalar que esse quadro não era visto por Oliveira Viana de modo crítico, ou como algo a ser lamentado, mas sim como um ideal a ser seguido por todos os brasileiros. Um corolário possível dessa posição seria, então, a desvalorização da participação popular na vida pública, restrita apenas aos altos círculos da elite.

Embora alguns defendessem a modernização do Estado e o rompimento com esse modo de vida, Oliveira Viana valorizava a continuidade da tradição, um valor mais forte entre os montanheseiros do que o cosmopolitismo desintegrador de outras regiões brasileiras. Isso era algo que deveria ser mantido de forma a preservar a identidade regional e, correlativamente, salvaguardar a identidade nacional frente a possíveis degenerações que o futuro, uma vez desligado do passado, poderia trazer. Esta era uma lição que os mineiros deveriam ensinar a todos os brasileiros.

254

Os mineiros, bem o sei, não se sentem muito lisonjeados quando enalteçemos o seu tradicionalismo: é como se os julgássemos atrasados ou rotineiros. Esquecem que – *a grandeza de um povo está na força de persistência dessas tradições familiares e domésticas, que são a expressão mais típica do seu caráter nacional*. Mantê-las tanto quanto possível dentro da fatalidade evolutiva da civilização – eis o ideal de um povo consciente da sua personalidade e orgulhoso do seu espírito (OLIVEIRA VIANA 1942, p. 52, grifos do autor).

Esta passagem sintetiza um ponto comum entre as fontes: o progresso de Minas, enquanto possibilidade de mudanças, é uma “fatalidade”, um destino inescapável. Entretanto, a tarefa dos contemporâneos é promover a permanência e manutenção das tradições que constituiriam a “essência” de Minas Gerais, condição básica para que o futuro não promova a “descaracterização”, tão temida pelos intérpretes essencialistas. Dois fatores interferem na elaboração desse discurso: primeiro, a visão de que a mineiridade é, ela própria, tradicionalista; segundo, a compreensão ambígua da experiência do tempo, em que o passado continua como fonte de autoridade sobre o futuro, por sua vez visualizado a partir da categoria do progresso.

## A mineiridade no final do Estado Novo

A despeito desse discurso conservador, Minas não estava alheia ao processo de modernização presente já nas primeiras décadas do século XX, o qual foi acentuado a partir da década de 1930. A industrialização ganhou força e passou a ser tomada como política de Estado – embora jamais tenha alcançado a primazia na estrutura econômica mineira. Os centros urbanos se ampliavam, e correntes modernistas se destacavam na cena literária. Em relação a Belo Horizonte, ressalte-se o período do “prefeito furacão”, Juscelino Kubitschek, que na década de 1940 promoveu obras e ações de cunho modernizante (CEDRO 2009). Uma delas foi a construção do complexo da Pampulha, com finalidades turísticas e de lazer, “enfrentando a resistência da velha Minas, encarnada, sobretudo, na figura do arcebispo dom Cabral” (CARVALHO 2008, p. 32).

Ao final do Estado Novo, a iminência da abertura do país para a democracia gerava incertezas, especialmente entre os intelectuais liberal-conservadores que, mais uma vez, apelavam à mineiridade “essencializada” para legitimar seus projetos de poder. Pelo menos dois fatores interferiram para que tal apropriação ganhasse força entre políticos e intelectuais desse período: por um lado, a ruptura do regime centralizador e ditatorial revigorou o tema da descentralização e do federalismo, consagrado pela Constituição de 1946, ainda que bastante matizado se comparado com a Primeira República (FERREIRA 2010); por outro lado, o próprio discurso da mineiridade enfatizava o aspecto do equilíbrio político e moral do “povo mineiro”, o que se encaixava perfeitamente para aqueles que advogavam uma mudança política sem rupturas profundas. O *topos* do equilíbrio, cuja tradução política se consagra na ideia de conciliação (DULCI 1984), foi um dos elementos centrais da historiografia da mineiridade desse período.

O próprio *Manifesto dos mineiros*, considerado um dos marcos iniciais da crise do Estado Novo e assinado por importantes lideranças políticas estaduais, já fazia referência à imagem da “família mineira”, unida em prol da democracia, mobilizando o argumento do equilíbrio como base para as exigências de abertura política preservando a ordem social. Esse aspecto é tão marcante que ele é utilizado, inclusive, para justificar o tom confessadamente “moderado” do *Manifesto*.

Dirigimo-nos, sobretudo, ao espírito lúcido e tranquilo dos nossos coestaduanos, à sua consciência firme e equilibrada, onde as paixões perdem a incandescência, se amortecem e deixam íntegro o inalterável senso de análise e julgamento. Este não é um documento subversivo; não visamos agitar nem pretendemos conduzir (SOUZA SOBRINHO 1973, p. 263).

A temática do equilíbrio aparece também na obra do historiador itabirano João Camillo de Oliveira Torres (1915-1973). Em *O Homem e a Montanha*, publicado em 1944, João Camillo investigou as consequências psicossociais da presença da montanha na formação do “caráter mineiro”. Partindo do princípio de que esse caráter é uno em sua origem, o autor faz uma síntese histórica de Minas Gerais, mesclando aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais. Oliveira Torres caracteriza Minas como uma “ilha cultural”, pois o relevo montanhoso teria auxiliado no isolamento da região em relação às



transformações ocorridas em outras áreas do país. Tal isolamento resultou na formação de uma “cultura em conserva”, intacta em suas linhas gerais, na qual o passado continua vivo no presente, podendo inclusive ser estudado *in loco* (TORRES 2011, p. 58-61). Ao longo dos anos, Minas teria se mantido “à margem do rebuliço geral e [conservou] a velha organização social nova e saudável como sempre” (TORRES 2011, p. 60).

Essa formação cultural tradicional, porém, começava a ser modificada com a chegada de novos meios de comunicação, especialmente a estrada de ferro, que “coloca no mesmo nível a mais distante aldeia e a grande cidade praieira, vizinha da Europa” (TORRES 2011, p. 60). A estrada de ferro reduz as distâncias e promove o intercâmbio cultural mais intenso. A modernização chegava a Minas pelos trilhos, vencendo o isolamento natural da montanha, e fomentando uma superação do passado pela chegada de novas ideias e modos de vida. Contudo, esse processo estava ainda muito incipiente, pois “em muitos dos mais antigos núcleos de povoação de Minas, a estrada de ferro é coisa recente ou não há. Vários são os lugares em que este fenômeno de conquista cultural é coisa de hoje” (TORRES 2011, p. 61). Seu livro, portanto, pretende fazer um estudo da cultura mineira tradicional – compreendida enquanto “essência” – antes que ela seja “descaracterizada” pela modernização via estrada de ferro.

Nessa “cultura em conserva”, a montanha aparece como elemento determinante. Ela impõe certos valores, práticas e formas de viver em comum, destacando-se a sobriedade, a moderação e a aversão aos extremismos.

## 256

O mineiro é silencioso, sóbrio e tradicionalista, é tolerante e comedido, sabe respeitar e exige respeito; reconhece uma ‘pessoa’ em todas as coisas e exige ser tratado como sendo ‘pessoa’ também. Sempre foi contra absolutismos e contra os extremismos: a realidade compõe-se de contrários que se equilibram (TORRES 2011, p. 206).

A utilização de aspectos geográficos para fundamentar certas afirmações acerca da história e da experiência do tempo entre os mineiros é um argumento recorrente no discurso essencialista (WOODWARD 2006). A montanha, fundamento sobre a qual teria se construído a civilização mineira – em desconsideração à realidade orográfica múltipla do Estado – determina certos traços de comportamento coletivo que representam a tendência ao equilíbrio político e moral, como vimos na citação acima.

Mas não foram apenas os intelectuais mineiros que buscaram definir a “essência” de Minas nesses termos. Alceu Amoroso Lima (1893-1983), intelectual carioca e uma das principais referências no círculo católico-conservador do período, publicou em 1945 o livro *Voz de Minas: ensaio de sociologia regional brasileira*, que acabou se tornando uma das interpretações mais influentes sobre a mineiridade. A voz de Minas, para Lima, é uníssona, não comporta variações internas, e se caracteriza pela supremacia do passado e das tradições regionais e nacionais sobre o impulso modernizador. Esse aspecto autorizaria Minas a desempenhar sua “missão” num Brasil inserido em contexto de grandes conturbações nacionais e internacionais.

Interessante notar que a primeira característica que o autor aponta no mineiro é o “centrismo”, em referência à ideia de equilíbrio, bom senso, ponderação, sobriedade, síntese nacional, qualidades que conformariam a vida psicológica, sociológica, cultural e espiritual dos mineiros, bem como seu papel de articulação e integração entre as diversas regiões brasileiras. A própria geografia de Minas, Estado “mediterrâneo” e “montanhoso”, são elementos que, segundo Amoroso Lima, conformaram um modo de vida específico na região, caracterizado pelo ritmo lento da vida, a dispersão demográfica, e a compreensão dos problemas nacionais para além de quaisquer bairrismos.

A esse respeito, é importante ressaltar as semelhanças entre as visões de Oliveira Torres e Amoroso Lima. Em *Voz de Minas*, a montanha também aparece como fator de isolamento do Estado, contribuindo para a consolidação da sua identidade “em conserva”. Ela se impõe perante a comunidade, induzindo uma série de traços mentais e sociais ligados à temática do equilíbrio: as serrarias “limitam o horizonte” e apresentam-se como um obstáculo a ser vencido todos os dias pela população, ao contrário de outras regiões, onde a terra se mostra fácil e dócil para o cultivo agrícola ou o próprio cotidiano. Por fim, ela sugere o espírito de segurança, durabilidade, lentidão, permanência, que distinguiria o mineiro dos demais brasileiros. Em outras palavras, os aspectos geográficos estão, novamente, alinhados ao sentido histórico da experiência do tempo em Minas.

A montanha comunica realmente aos seus habitantes o bom hábito de viver sem pressa, de andar com lentidão. O homem da montanha, habituado a subir ladeiras, anda compassadamente, sabe que não pode correr, [...] que tudo deve ser feito com calma (LIMA 1983, p. 45).

257

Esta citação nos remete à afirmação de Amoroso Lima segundo a qual a vida mineira se direciona à “intemporalidade”. Em outras palavras, os mineiros conceberiam a si próprios muito mais no plano da eternidade do que no tempo propriamente dito – este último compreendido como mudança ininterrupta, variabilidade, devir, descontinuidade, transformação, modernização. O texto faz referência constante ao ritmo lento da vida em Minas Gerais, à supremacia da permanência, da continuidade e da duração sobre a variabilidade. O “homem mineiro”, segundo Lima, “é o homem do passado. O passado não larga o mineiro, em toda a sua vida. É a sua força. É a sua estabilidade. É a sua dignidade” (LIMA 1983, p. 29). Essa prevalência do passado sobre o presente faz com que o mineiro seja acusado de rotineiro, anacrônico, contrário ao progresso e às mudanças sociais renovadoras. Esse risco é mesmo lembrado pelo autor, mas ele faz dessa característica um juízo bastante favorável:

A força que há na permanência, entretanto, é que sustenta o mundo. É a maior de todas as energias, pois não fosse a inclinação das essências voltarem a si mesmas [...] e tudo cairia no vácuo, tudo desapareceria no próprio momento de aparecer. *E a vida seria impossível*. Só é possível viver porque as coisas essenciais não mudam. A vida não é a mudança. A mudança é a morte. A vida é a imutabilidade. A vida é a conservação (LIMA 1983, p. 30, grifos do autor).

Fica muito clara nesta passagem a concepção essencialista que o autor utiliza em sua interpretação da mineiridade. O mineiro, muito mais “eterno” do que “moderno”, deve resistir às mudanças e manter as suas tradições como um antídoto às vicissitudes da vida moderna, a qual não encontraria nas montanhas de Minas ambiente favorável. Para Lima, não se trata de recusar totalmente a modernidade, ou de fazer de Minas Gerais um centro anacrônico de memória do passado, mas de afirmar a continuidade legítima e necessária das suas tradições para o fortalecimento da sua própria “natureza”.

Não se trata de manter Minas num bocal, conservada no seu atraso como um [sic] cobra em álcool ou como uma borboleta em naftalina. [...] *Trata-se de conservar as condições essenciais do verdadeiro progresso humano, que é manter a vida próxima das fontes naturais da sua origem.* [...] A guerra mundial de hoje, se tem algum sentido, só pode ser o de *um fenômeno de volta a condições mais naturais de existência*, no mundo de amanhã. E a missão dos povos como o mineiro é preservar em si e no seu modo de viver essas condições mais naturais de viver, embora aparentemente rotineiras e atrasadas (LIMA 1983, p. 53, grifos do autor).

Amoroso Lima postula uma “essência mineira”, uma identidade já finalizada e destinada a cumprir uma missão para o Brasil, resumida em três pontos principais: preservação, reforma e compensação. Com efeito, uma das características recorrentes do discurso essencialista da mineiridade é a postulação de uma missão a ser desempenhada pelos mineiros. Invariavelmente, essa missão está ligada à permanência de certas tradições, no sentido de combater as ameaças da modernização sem freios às quais os centros mais cosmopolitas do Brasil aderem mais facilmente.

258

Que Deus preserve sempre nos mineiros essa coragem de amar o que a civilização mundana cada dia mais reduz a nada. Tivesse eu forças para fechar as portas do Brasil a essa onda de corrupção doméstica que há meio século entra por todas elas e julgaria que nenhuma condição excederia em importância a essa, para conservar o Brasil brasileiro e fiel ao seu passado e à sua natureza. Minas é um dos baluartes dessa filosofia doméstica da vida, tão ameaçada e ao mesmo tempo tão representativa ainda do que somos no mundo, se quisermos *ser alguma coisa no mundo*, mais do que meros macaqueadores de costumes estranhos (LIMA 1983, p. 29-30, grifos do autor).

A recusa da mudança seria um dos elementos fundamentais da “filosofia mineira da vida”. Num período de transformações aceleradas, Amoroso Lima correu a fixar os valores do “verdadeiro mineirismo”, cada vez mais ameaçados por alguns “inimigos de Minas”, que queriam transformá-la para se adequar aos “grandes centros mundanos”. De acordo com esses entusiastas da modernização mineira, “para que Minas seja o que deve ser, deverá deixar de ser o que é. Essa a mentalidade, para mim, mais desastrosa que possa ameaçar este altiplano brasileiro... como temo a sua proliferação é que me apresso em dizer o que penso de Minas” (LIMA 1983, p. 52). Fica evidenciado aqui o sentido político desse “retrato” da mineiridade: reagir contra a “descaracterização” e preservar Minas como baluarte das tradições nacionais.

Finalizamos a nossa breve viagem pela historiografia da mineiridade com uma conferência de Gilberto Freyre (1900-1987), intitulada *Ordem, liberdade, mineiridade*, proferida em 1946 na Faculdade de Direito de Belo Horizonte. O sentido principal dessa conferência é incitar os mineiros a desempenhar sua missão histórica num momento em que o país vivenciava o processo de abertura democrática e trabalhava na elaboração de uma nova Constituição – Freyre era, aliás, um dos deputados constituintes pela UDN.

Vale registrar que, entre os textos aqui analisados, a conferência de Freyre é a primeira a utilizar explicitamente o termo “mineiridade”. E o seu significado está fundado na suposta harmonia entre os princípios da ordem social e da liberdade individual. O “espírito mineiro”, nas palavras do orador, se expressa por dois tipos de afirmações: “ao lado do desejo de estabilidade, o de liberdade; ao lado do desejo de ordenação da sociedade, a de libertação da pessoa de todas as formas de opressão da sua dignidade e de sua criatividade” (FREYRE 1965, p. 22). É a conciliação e o equilíbrio entre os dois princípios, à primeira vista conflitantes entre si, que constituem o sentido “essencial” de Minas Gerais, forjado desde as suas origens setecentistas e permanente ao longo de toda a sua história. Avesa aos extremismos, a mineiridade propõe a conciliação, a moderação, o equilíbrio entre ordem e liberdade, unidade e diversidade, pessoal e impessoal, local e universal.

É essa nota conciliatória que os mineiros devem propor ao Brasil como modelo de sua reconstrução democrática, de modo a situar o próprio país como alternativa à cisão extremista que o mundo ingressava com a Guerra Fria. No caso nacional, o autor assinala dois radicalismos que teriam avassalado a história recente: o comunismo-prestista, o qual propunha romper todas as amarras da ordem em nome da liberdade, e a ditadura policial, que na defesa da ordem sacrificava as liberdades individuais. Minas apareceria, nesse contexto, como a alternativa mais interessante para solucionar os dilemas nacionais: a conciliação entre o “grave senso da ordem” e a “liberdade ainda que tardia”.

Não vejo gente brasileira mais capaz que a de Minas de resolver antes politicamente que policialmente (aplausos) para o Brasil, problemas hoje tão nosso e já há anos de países tão política e tecnicamente mais adiantados que os da América do Sul, como o da conciliação da liberdade da pessoa com a ordem da sociedade (FREYRE 1965, p. 23).

A confiança que o orador deposita sobre os mineiros se fundamenta na permanência da conciliação entre liberdade (individual) e ordem (social), fator que distingue sua história e identidade. Mais uma vez, o horizonte de expectativas que não rompe com o espaço de experiência: a realização do futuro está condicionada à continuidade do passado que Freyre seleciona e apresenta aos seus interlocutores. Ao longo de toda a história nacional, as soluções moderadas e conciliatórias vieram das montanhas mineiras: a Inconfidência mineira (vista como uma revolução sem radicalismos); o “gabinete da conciliação” do Império, comandado por Honório Hermeto Carneiro Leão; o cientificismo aliado ao humanismo, representados por Carlos Chagas e Couto de Magalhães; etc. É à

sua própria tradição que os mineiros devem se manter fiéis para executarem a tarefa de reconstrução nacional segundo um modelo já “pós-liberal” e “pós-marxista”. Nessa tradição,

todo mineiro verdadeiramente típico é vigário: vigário a quem brasileiro nenhum de outra área deve ter a pretensão de ensinar o padre-nosso da relatividade. Relatividade política. Relatividade social. Relativismo sociológico. Mineiridade (FREYRE 1965, p. 26).

Como se pode notar, essa missão de reconstrução nacional defendida no discurso se enquadra nos termos do discurso essencialista. A mineiridade seria a expressão brasileira mais acabada da conciliação entre extremos, que pode ser definida na fórmula da “continuidade na mudança”. Trata-se da acomodação de interesses divergentes para fortalecer as elites já constituídas, de modo a evitar rupturas mais profundas e rejeitar o conflito como parte do processo histórico. Isso fica claro quando se nota que entre as liberdades citadas pelo autor, não aparece a defesa da participação popular nas decisões políticas.

A ordem, que para Freyre é necessariamente democrática, incluiria o respeito às liberdades individuais, mas em nenhum momento do discurso há uma defesa explícita da participação popular na tarefa da reconstrução nacional. Os mineiros que o orador incita para a ação não são do “povo”, isto é, a massa trabalhadora, mas as elites políticas e intelectuais do Estado, plateia para a qual ele discursa. Tampouco os exemplos que personificariam a “tradição mineira” lembrados em sua fala incluem membros do “povo”, mas os políticos, cientistas, escritores, etc. Freyre, assim como os demais autores acima analisados, apresenta *um* passado de Minas como sendo o passado dos mineiros, outro artifício retórico característico do essencialismo identitário.

260

### Conclusão

Certamente, seria possível estender esse levantamento com outros textos escritos na primeira metade do século XX.<sup>2</sup> No entanto, já dispomos de elementos suficientes para discutir o significado histórico e historiográfico do imaginário da mineiridade. Vamos reiterar alguns pontos comuns entre os autores e suas respectivas interpretações.

Em primeiro lugar, todos os intérpretes são provenientes de famílias tradicionais e defendiam ideias políticas conservadoras. Diogo de Vasconcelos ficou conhecido pelo forte traço católico de suas ideias, além de ter combatido o regime republicano e a transferência da capital para Belo Horizonte. Nelson de Sena, apesar de ser um liberal no que se referia à organização do Estado e à defesa da representação política, “era um republicano conservador; ou seja, julgava que a ordem deveria sempre ser preservada e que a mudança jamais deveria fazer-se por saltos radicais” (SILVA 2006, p. 39). Oliveira Viana, por sua vez, foi um dos grandes representantes do pensamento conservador das décadas de 1920 e 1930, e sua obra serviu de inspiração às forças reacionárias

<sup>2</sup> É o caso, por exemplo, de Latif (1938) e Lima Júnior (1943).

no Brasil (REIS 2006). João Camilo de Oliveira Torres, intelectual monarquista e católico, também era um historiador bastante afinado com o pensamento conservador (RODRIGUES 1988, p. 114). Alceu Amoroso Lima foi um dos representantes mais influentes da intelectualidade católico-conservadora brasileira, sendo inclusive presidente do Centro Dom Vital por quase quatro décadas. Gilberto Freyre era um defensor da herança colonial lusitana, mostrando-se nostálgico em relação a um passado perdido.

O conservadorismo "natural" atribuído aos mineiros, como foi demonstrado acima, era reforçado pelo ponto de vista conservador dos próprios autores. Nesse sentido, o segundo ponto comum entre os textos é a predominância de uma visão conservadora de mundo, que enfatizava o tradicionalismo e a marca do equilíbrio conciliador, temas estruturantes do imaginário da mineiridade. O "espírito de Minas", assim caracterizado, deveria ser preservado para auxiliar o Brasil em sua caminhada para o futuro sem romper os laços com o seu passado, de modo a impedir a completa "descaracterização" que um impulso sem freios para o progresso e a modernidade poderia ocasionar. Minas Gerais seria, então, símbolo da tradição, da mudança sem rupturas, o que foi muitas vezes traduzido no *topos* da conciliação política, como visto acima. Em contraposição aos centros modernizadores do país, Minas representaria a estabilidade, a permanência e a conservação da nacionalidade.

Em terceiro lugar, a perspectiva utilizada por esses autores se enquadra claramente nos termos do essencialismo identitário. Eles buscavam uma unidade abstrata entre os mineiros, atribuindo-lhes um passado comum, muitas vezes explicitada nas ideias de "caráter", "povo", "tradição", "alma/espírito mineiro", "mineiro médio", entre outros termos sempre precedidos de artigo definido singular. Nessa medida, muitas vezes componentes do universo sociocultural regional foram postas à margem desse discurso unitarista, como os negros e as mulheres. O "ser mineiro", que o essencialismo procurava definir o mais "objetivamente" possível, é de fato uma grande abstração. Além da enorme diversidade regional, havia (e ainda há) uma imensa desigualdade socioeconômica, ignoradas pela historiografia aqui analisada. A perspectiva essencialista encobria o conflito e a diferença como parte integrante da sociedade mineira, tornando-a imóvel, estanque, montada em cima de estereótipos. Neste ponto, o *topos* do equilíbrio desempenhou papel decisivo.

Finalmente, esses textos não eram escritos de modo gratuito. A historiografia da mineiridade ganhou força para responder às mudanças na estrutura política e social brasileira e mineira. Em situações de transição e construção de um novo arranjo político, o tema ganhava ainda mais relevo e significação. Os intérpretes designavam uma "missão" para Minas e conclamavam os seus leitores/ouvintes, enquadrados na figura imaginária do "ser mineiro", para a ação, sempre no sentido de evitar mudanças mais radicais na ordem política e social. Neste passo, o teor conservador do discurso essencialista adquiria novas dimensões, na medida em que limita, no plano do imaginário, o questionamento ao *status quo*, preservando a estabilidade das elites já constituídas.

O discurso essencialista vem sendo alvo de críticas contundentes por teóricos e estudiosos do tema da identidade cultural. O paradigma unitarista, que fundamentou o projeto moderno, vem perdendo espaço para a valorização das diversidades tanto externas quanto internas aos grupos culturais (HALL 2011; ROUANET 2009). A perspectiva da identidade como um "caráter coletivo" fixo e homogêneo é vista atualmente como um obstáculo para a expansão da cidadania, que deve ser baseada no respeito e na valorização das diferenças socioculturais (BAUMAN 2005). Isso porque, cada vez mais, "a preocupação obsessiva com as origens, que referendam um presente, cedeu lugar à busca de uma diversidade capaz de relativizar o atual, como estratégia de confronto com todas as formas de totalitarismo e de dogmatismo" (NEVES 1987, p. 25).

Os textos aqui analisados conformaram "retratos" de Minas Gerais pela fixação de uma memória coletiva única e definitiva, e contribuíram para a construção de certos estereótipos ainda presentes no imaginário regional e nacional. Porém, a historiografia das últimas quatro décadas vem promovendo uma ruptura com esse discurso histórico de construção da memória "oficial". É possível encontrar um grande número de trabalhos que, direta ou indiretamente, trazem para a historiografia memórias de grupos marginalizados, "desclassificados", há muito ignorados pelo discurso essencialista das identidades culturais, o que faz aflorar conflitos entre memórias emergentes e memórias estabelecidas. Soma-se a isso a fragmentação das identidades ocasionada pela pulverização de grupos de interesse, em detrimento dos referenciais mais tradicionais, como a família, a nação (e suas sub-regiões). No plano político, tal situação abre espaço para as demandas de grupos sociais não-hegemônicos, bem como um maior questionamento do poder constituído (POLLAK 1998; D'ALESSIO 1998).

262

A crítica à ideia de "caráter mineiro" já fora realizado por outros intérpretes, sobretudo a partir da década de 1980. A mineiridade, desde então, é compreendida ora como uma "ideologia da classe dominante" (DULCI 1984; STARLING 1986), ora como uma "mitologia" atuante no campo da política e da cultura (ARRUDA 1990), ora ainda como um discurso que deve ser redimensionado para abrigar as diferenças regionais do Estado (COSTA 2009). Discorrer mais detalhadamente sobre como se deu essa desconstrução é algo que escapa aos objetivos deste artigo. Nossa intenção aqui foi contribuir para tal desconstrução, concentrando nossa crítica num certo tipo de discurso (a historiografia), que ocupou lugar central para a construção do imaginário da mineiridade enquanto "essência".

### Referências bibliográficas

- ARRUDA, Maria A. do Nascimento. **Mitologia da mineiridade**: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BOMENY, Helena. **Guardiães da Razão**: modernistas mineiros. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

CARVALHO, José Murilo. Trajetórias republicanas. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 44, n. 2, p. 22-35, jul.-dez. 2008.

\_\_\_\_\_. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 17ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTRO, Pérola Maria Goldfeder e. Imprensa política e separatismo no sul de Minas/ Gerais, século XIX. **E-hum**, v. 3, n. 1, 2010.

CEDRO, Marcelo. **JK desperta BH**: a capital de Minas Gerais na trilha da modernização. São Paulo: Annablume, 2009.

COSTA, João Batista de Almeida. Minas Gerais na contemporaneidade: identidade fragmentada, a diversidade e as fronteiras regionais. **Cadernos da Escola do Legislativo**, v. 11, n. 16, p. 117-137, 2009.

D´ALESSIO, Márcia Mansur. Intervenções da memória na historiografia: identidades, subjetividades, fragmentos e poderes. **Projeto História**, v. 17, p. 269-280, 1998.

DIAS, Fernando Correia. Mineiridade: construção e significado atual. **Ciência e Trópico**, v. 13, n. 1, p. 73-89, 1985.

**DISCURSO histórico e político sobre a sedição que nas Minas houve no ano de 1720**. Estudo crítico, estabelecimento do texto e notas: Laura de Mello e Souza. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994. (Coleção Mineiriana. Série Clássicos).

263

DULCI, Otávio Soares. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. **Ciências Sociais hoje**, 1984.

FERREIRA, Jorge. Apresentação. **Tempo**, v. 14, n. 28, p. 11-18, 2010.

FREYRE, Gilberto. Ordem, liberdade, mineiridade. In: \_\_\_\_\_. **6 conferências em busca de um leitor**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, p. 22-40, 1965.

HALL Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: LP&A Editora, 2011.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.) **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: PUC-RJ; Ed. Contraponto, 2006.

LATIF, Miran de Barros. **As Minas Gerais**: a aventura portuguesa, a obra paulista, a capitania e a província. Rio de Janeiro: A Noite, 1938.



- LIMA, Alceu Amoroso. **Voz de Minas**: ensaio de sociologia regional brasileira. 3ª ed. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1983 [1945].
- LIMA JÚNIOR, Augusto de. **A capitania das Minas Gerais**: sua origem e formação. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1943 [1940].
- MACHADO FILHO, Aires da Mata. Prefácio. In: VASCONCELOS, Sylvio de. **Mineiridade**: ensaio de caracterização. 2ª ed. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1981.
- MARTINS FILHO, Amílcar Vianna. **O segredo de Minas**: a origem do estilo mineiro de fazer política (1889-1930). Belo Horizonte: Crisálida/ICAM, 2009.
- MATOS, Raimundo José da Cunha. **Corografia histórica da província de Minas Gerais**. 2 vol. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1981.
- MEDEIROS, Bruno Franco; ARAUJO, Valdei Lopes. A história de Minas como história do Brasil. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. 43, p. 22-37, 2007.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro veio**: o imaginário da restauração pernambucana. 3ª ed. São Paulo: Alameda, 2008.
- NEVES, Guilherme Pereira das. Da história como memória da nação à história como crítica da memória nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 22, p. 22-25, 1987.
- OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de. Minas do lume e do pão. In: \_\_\_\_\_. **Pequenos estudos de psicologia social**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942, p. 30-53
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1998.
- REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil 2**: de Calmon a Bomfim – a favor do Brasil: direita ou esquerda? Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- RESENDE, Otto Lara. Segredo de Minas. **Isto é**, p. 92-93, 14 de outubro de 1981.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Tradução de Cláudia Berliner. 3 Vol. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- RODRIGUES, José Honório. **História da História do Brasil**. Vol 2: A historiografia conservadora. São Paulo: Editora Nacional, 1988.
- ROUANET, Sérgio Paulo. Universalismo concreto e diversidade cultural. In: VIEIRA, Liszt (org.). **Identidade e globalização**: impasses e perspectivas da identidade e a diversidade cultural. Rio de Janeiro: Record, 2009, p.15-31
- SANTOS, Joaquim Felício dos. **Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio**: província de Minas Gerais. 4ª ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1976.

- SENA, Nelson Coelho de. O desenvolvimento de Minas Gerais e sua riqueza literária. In: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO: **Memória política de Minas Gerais: Nelson Coelho de Sena**. Belo Horizonte, 2006. Discurso de abertura da assembleia inaugural da Academia Mineira de Letras. Título atribuído pela Fundação João Pinheiro.
- SILVA, Mozart Linhares da. Identidade Cultural e alteridade: uma crítica ao essencialismo. In: V FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO E VIII SEMINÁRIO REGIONAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA: EDUCAÇÃO, MÍDIA E VALORES, Santa Cruz do Sul, 2005. **Anais...** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005, p. 200-212.
- SILVA, Rodrigo Machado. O Heródoto mineiro: da tradição monárquica à historiografia republicana. **Revista Temporalidades**, v. 1, n. 2, 2010.
- SILVA, Vera Alice Cardoso de. Estudo Crítico. In: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Memória política de Minas Gerais: Nelson Coelho de Sena**. Belo Horizonte, 2006. (Coleção Mineiriana Série Obras de Referência).
- STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Os senhores das gerais: Os Novos Inconfidentes e o Golpe de 1964**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1986.
- SOUZA, Ricardo Luiz de. **Identidades regionais: São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia**. Londrina: EDUEL, 2013.
- SOUZA SOBRINHO. **A importância de Minas na política nacional**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1973.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. **O homem e a montanha: introdução ao estudo das influências da situação geográfica para a formação do espírito mineiro**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011 (Série Alfarrábios) [1944].
- VASCONCELOS, Diogo L. A. P. de. Discurso de inauguração do IHGMG. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. 14, n. 1, p. 213-220, 1909.
- WIRTH, John D. **O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira**. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Thomas Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 6ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.
- XAVIER DA VEIGA, José Pedro. Palavras Preliminares. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. 1, n. 1, p. I-VI, 1896.

# Resenhas

review essays

# Entre precisão e rigor: a lupa de Luiz Cristiano de Andrade sobre a *História do Brasil* (1630) de Frei Vicente do Salvador

Between Precision and Accuracy: the magnifying glass of Luiz Cristiano de Andrade on *História do Brasil* (1630) by Frei Vicente do Salvador

ANDRADE, Luiz Cristiano de. *A Narrativa da Vontade de Deus: a História do Brasil de frei Vicente do Salvador*. Rio de Janeiro: FBN, 2014. 281p.

---

## Eduardo Sinkevisque

esinkevisque@hotmail.com

Doutor pesquisador

PNAP-R - Fundação Biblioteca Nacional

Av. Rio Branco, 219 - Centro

20040-009 - Rio de Janeiro - RJ

Brasil

---

## Palavras-chave

Historiografia; Ars historica; Catolicismo.

## Keywords

Historiography; Ars histórica; Catholicism.

267

---

Recebido em: 8/4/2015

Aprovado em: 29/5/2015

*A Narrativa da Vontade de Deus: a História do Brasil de frei Vicente do Salvador* (2014, 288p.), de Luiz Cristiano de Andrade, com apresentação de Marcus Venício T. Ribeiro, é daqueles livros em que os termos precisão e rigor podem ser aplicados. Fruto de uma dissertação de mestrado sob orientação de Andréa Daher (UFRJ/PPGHIS), defendida em 2004, o livro de Luiz Cristiano de Andrade analisa a *História do Brasil* (1630), de Frei Vicente do Salvador, tendo em vista não apenas as interpretações oitocentistas/novecentistas documentalista/positivista, mas principalmente o texto como gênero em sua forma e função. Como discurso demonstrativo-deliberativo, didático de estilo médio ou temperado.

No século XVII, história é, como dicionariza Rafael Bluteau, palavra derivada do grego *eido* ('vejo', que, no passado quer dizer 'sei'). "História é narração de cousas memoráveis, que tem acontecido em algum lugar, em certo tempo, & com certas pessoas, ou nações" (BLUTEAU 1712). Narrativa histórica, no século XVII, é subgênero do epidítico (ou demonstrativo) alto, com elementos do judiciário, que ajuizam o passado e do deliberativo, que aconselham os fazeres futuros contingentes.

Os meios palacianos e eclesiásticos, por onde a prosa de frei Vicente circulou, implicam a constituição de interlocutores para quem o sentido da história é providencial. Na base do discurso do frei, tem-se as coisas (*res*) presentes por meio do exemplo das passadas. Isso supõe metafísica teológico-político-retórica. Na metafísica de que frei Vicente participa, Deus é o fundamento transcendente do poder do Estado. A história participa da identidade absoluta indeterminada de Deus, cujo sentido providencial revela Sua vontade em coisas, homens e eventos. Experiência que revela o ditado transcendente no pacto de sujeição e alienação da comunidade aos "dois corpos do Rei", o corpo terreno e o transcendente (KANTOROWICZ 1998).

Os procedimentos de leitura propostos pelo autor possibilitam reconstruir o funcionamento do gênero histórico. Luiz Cristiano de Andrade empenha-se justamente com precisão e rigor na empreitada de, arqueologicamente, reconstruir o funcionamento do texto. Ao investir na leitura e enfrentar a narrativa seiscentista de frei Vicente do Salvador, Luiz Cristiano nos oferece a primeira legibilidade normativa da *História do Brasil* (1630). Isto é, o trabalho mostra os modelos retóricos, teológico-políticos da história; trata da política católica portuguesa do século XVII, da "neo-escolástica", do "aristotelismo-tomista", da sociedade de corte. Aspectos de suma importância para esse estudo, agora publicado pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Luiz Cristiano sabe e demonstra que, para o gênero histórico, a analogia é utilizada para permitir o encontro do humano com o divino na história. Analogia tem sentido tomista de participação que as criaturas têm em Deus enquanto Seus efeitos. Ela é estabelecida, escolasticamente, na relação entre o natural e o divino, e utilizada no discurso como base para o "ornato", entre conceitos engenhosos e os sinais divinos no mundo, entre as figuras da técnica discursiva (colhida principalmente em Aristóteles) e as da providência. Esse é o tipo de prova da historiografia estudada. As provas são análogos de Deus que, em

sentido tomista, levam à “verdade”. A “verdade” proposta por meio da narrativa da *História do Brasil* (1630) é forjada por tópicos teológico-político-retóricas providenciais, associadas à relação paternal de Deus para com o povo. Vontade de Deus associada à providência, como eleição. Razão para o livro se chamar *A narrativa da vontade de Deus*.

A obra de frei Vicente do Salvador fora encomendada por Manuel Severim de Faria, chantre da Sé de Évora, e permaneceu inédita até 1888 quando Capistrano de Abreu a editou, primeiro nos *Anais da Biblioteca Nacional* (vol. 13), segundo em uma edição crítica (1918). A *História do Brasil* (1630) tem como principais matérias, dispostas em cinco livros, descrição das gentes, árvores, animais e os modos como fora governado o Estado do Brasil e por quais governantes até 1627. Para além da descrição da terra, frei Vicente se ocupa das capitânicas hereditárias, e de narrar as ações, sempre gloriosas, de seus governantes. Destaca-se, entre as matérias da *História do Brasil* (1630), a narrativa das ocupações holandesas no Estado do Brasil e sua interpretação providencial construtora do herege invasor.

Para frei Vicente do Salvador, como para letrados luso-brasileiros do século XVII, a guerra com holandeses foi gerada por meio do pecado. Como castigo ao pecado, o império português, ao menos parte dele, é ameaçado, invadido, ocupado, saqueado.

O livro de Luiz Cristiano de Andrade divide-se em três capítulos acrescidos de Introdução, Conclusão, ilustrações, Bibliografia (atualizada) e Anexo. O Anexo seleciona documentação relativa à edição da *História do Brasil* (1630) nos *Anais da Biblioteca Nacional*.

269

O primeiro capítulo ocupa-se da fortuna crítica do texto, com destaque para a leitura de Capistrano de Abreu. Ou seja, expõe e desconstrói a visão nacionalista que atribui a frei Vicente do Salvador o lugar de primeiro historiador brasileiro, autor de um texto que é documento da nacionalidade. Nos dizeres de Luiz Cristiano de Andrade:

[...] do mesmo modo, no Brasil, o funcionamento específico da historiografia oitocentista resultaria em uma leitura anacrônica dos papéis coloniais, entendida ao longo do século XX. Essa leitura, ainda hoje [é] professada frequentemente [...]. O tratamento conferido pelo historiador cearense à *História do Brasil* foi considerado exemplar e inquestionável pelos especialistas que o sucederam [...] (ANDRADE 2014, p. 68).

O autor, neste sentido, toma Capistrano como problema historiográfico, “à medida que as noções românticas de nação e documento, aplicadas para compreensão do período colonial brasileiro” foram repetidas incansavelmente. (ANDRADE 2014, p. 68). Com isso Luiz Cristiano, desfaz mitos e anacronismos. Desnaturaliza, assim, a prática letrada que estuda.

O segundo capítulo trata dos preceitos da história, suas leis segundo Manuel Severim de Faria, dos *Discursos Vários Políticos* (1624), como *verdade, clareza e juízo*. O texto de Manuel Severim de Faria funciona para frei Vicente, e no livro de Andrade, como um “metatexto” (um comentário prescritivo) da dedicatória que

frei Vicente faz a chantre da Sé de Évora. *Clareza*, qualidade de estilo, é traço de João de Barros, que frei Vicente emula. *Verdade* e *juízo* são categorias próprias do gênero histórico, em sua longuíssima duração, atualizadas nos textos.

O terceiro capítulo analisa a *História do Brasil*, utilizando decorosamente categorias teológico-político-retóricas de sua invenção tais quais: livre-arbítrio, graça, discórdia, concórdia, dissimulação honesta, bem-comum, guerra justa, prudência, razão de Estado.

Luiz Cristiano de Andrade faz crítica do documento. Não toma a narrativa da história como um dado ou evidência, mas reconstrói sua *forma mentis*. Ocupa-se das principais matérias da história e de sua interpretação segundo sentidos do século XVII. Como espelho de príncipes a história seiscentista, demonstrada por Andrade, atualiza as tópicas, as categorias mencionadas anteriormente, para ensino e deleite.

A dissertação, em livro, ganhou ilustrações do acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Pertinentes, as imagens concorrem para historiar o trabalho. São imagens como: retrato de São Francisco de Assis (lembre-se de que frei Vicente do Salvador era franciscano), reprodução da folha de rosto do manuscrito da *História do Brasil* (1630), reprodução de mapas, entre outras.

Se fosse escolher uma lupa para aplicar sobre a *História do Brasil* (1630), escolheria, certamente, a lupa de Luiz Cristiano de Andrade. Ela evidencia um sentido verossímil para a construção, circulação e recepção da história no século XVII luso-brasileiro, em particular a história de frei Vicente do Salvador. Despsicologiza, desmoraliza e desnacionaliza o objeto "colonial".

Assim como para frei Vicente do Salvador escrever história era batalhar, na chave letras e armas, para quem analisa uma das práticas letradas seiscentistas, a história, é necessário ser preciso e rigoroso. Isso o autor de *A Narrativa da Vontade de Deus: A História do Brasil de frei Vicente do Salvador* demonstra ser em sua dissertação agora em livro.

270

### Referências bibliográficas

ANDRADE, Luiz Cristiano de. **A Narrativa da Vontade de Deus**: a História do Brasil de frei Vicente do Salvador. Rio de Janeiro: FBN, 2014.

BLUTEAU, Rafael. **Vocabulário português e latino (...)**. Colégio das Artes da Companhia de Jesus: Coimbra, 1712. T. 4, p. 39-40.

KANTOROWICZ, Ernst H. **Os dois corpos do rei**: um estudo sobre teologia política medieval. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

## O peso do cientificismo

The weight of scientificism

MAIA, Carlos Alvarez. *História das ciências: uma história de historiadores ausentes. Precondições para o aparecimento dos sciences studies*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. 306p.

---

### Helena Miranda Mollo

hmollo@bol.com.br

Professora adjunta

Universidade Federal de Ouro Preto

Rua do Seminário, s/n - Centro

35400-000 - Mariana - MG

Brasil

---

### Palavras-chave

História das ciências; Historicidade; História das ideias.

### Keywords

History of Sciences; Historicity; History of ideas.

271

---

Recebido em: 24/4/2015

Aprovado em: 8/8/2015



A obra *História das ciências: uma história de historiadores ausentes*. Precondições para o aparecimento dos *sciences studies*, lançada em 2013, vem preencher uma lacuna sobre a historiografia das ciências, principalmente no Brasil, onde vemos tal discussão ocupar espaços muito específicos, quase exclusivamente em ainda poucas dissertações e teses.

Carlos Alvarez Maia apresenta uma consistente pesquisa sobre a jamais tranquila relação entre as formas de compreensão da ciência e sua historiografia, como se pode ver na provocação que faz sobre o tema: “a história das ciências guardava mais proximidade com a filosofia da ciência e com a ciência historiada do que com a história propriamente dita” (MAIA 2013, p. 23).

Historiar essa ausência é trilhar um caminho tortuosíssimo. Durante o século XX – e assim o autor escolhe abrir sua carta de intenções –, a atividade científica acostumou-se a várias lentes: filosofia da ciência, sociologia da ciência, antropologia, que inauguraram, esses dois últimos, um novo campo disciplinar, os *science studies*. Misturada ou tímida, a história parece não representar uma forma narrativa que dê conta da ciência, suas escolhas, seu universo.

C. A. Maia escolhe olhar um enredo longo, uma rede complexa de atores, lugares e disputas para analisar como e por que a história e os historiadores mantêm ou são mantidos a certa distância, quando se trata da ciência. Identifica-se, no livro, a elaboração de uma genealogia do problema, que, de uma forma surpreendente, propicia profícuas discussões, como aquela sobre a história da historiografia como um campo de aproximação com a história das ciências. Mesmo profícuas, a discussão é marcada por inúmeras fraturas entre a perspectiva da historicidade e a compreensão e elaboração do(s) lugar(es) da ciência.

Após uma forte retração durante a primeira metade do século XX, o crescimento da história das ciências, a partir da sua segunda metade, exhibe novos contornos deste campo. Pode-se identificar, nesse período, a busca de saídas para a polêmica sobre as formas internalista e externalista de narrativa da ciência. O conhecido trabalho de Thomas Kuhn, espécie de ícone do questionamento das esferas *i/e*, recebe, nesse trabalho de Maia, um olhar que o coloca no contexto pós-guerra, momento em que afloram questões importantes, como a discussão sobre a tradição das *duas culturas* – as humanidades e a ciência – e sobretudo como podem ser elaborados pontos de reflexão comuns a partir das duas expressões.<sup>1</sup> O problema, importante para os rumos da discussão *i/e*, segundo Maia, é colocado a partir da década de 1950, por Charles Snow e James Connant, mas os possíveis caminhos para a superação desse problema tardariam ainda a surgir.

<sup>1</sup> O termo de Charles Snow – *duas culturas* – aparece em sua conferência proferida em Cambridge em 1959 (publicada em livro no mesmo ano, e reeditada em 1963). O impacto das idéias de Snow foi intenso ao provocar os intelectuais das duas tradições, salientando-lhes a ignorância ‘recíproca’ em relação às formas de concepção e condução de suas pesquisas. Em 1995, quando foi lançada a tradução, no Brasil, de *As duas culturas e uma segunda leitura: uma versão ampliada das Duas culturas e a Revolução científica* (tradução de Geraldo Gerson de Souza e Renato Rezende Neto) embora conhecidas suas idéias, veio contribuir para o debate sobre o papel das diferentes culturas na história do conhecimento. É do ano seguinte, 1996, a publicação de *As três culturas*, de Wolf Lepenies, sobre o lugar da Sociologia na organização do conhecimento, a partir do século XIX.

Essa questão é tratada no *História de historiadores ausentes* como parte de uma outra, um outro matiz, como uma certa indefinição ou mesmo alguns desequilíbrios na construção do mundo por parte da ciência. E seu desdobramento, no livro, passa por outras indagações, entre eles, como ela promoveu a sua própria história e por quais transformações passou?

Frente a esses e outros mais desafios, Carlos Alvarez Maia organiza sua reflexão em oito capítulos: 1. A história mantém-se afastada da ciência; 2. Uma outra história das ciências; 3. Cientificismo *versus* historicismo; 4. Mannheim e Gramsci abandonados; 5. Domesticação da história das ciências; 6. Mannheim e Fleck derrotados, Merton vitorioso; 7. Agentes domesticadores da história das ciências: a comunidade científica e a corporação da *big-business science*; 8. A comunidade e a corporação da *big-business science*.

Identifica-se logo a apresentação de um limite: de que forma a história como campo de investigação deixou de lidar com as ciências enquanto seus possíveis objetos? O movimento é, sem dúvida, de mão dupla, e, para C. A. Maia, o "distanciamento disciplinar da história das ciências do continente História ocorreu graças a uma contaminação sofrida por sua proximidade com as ciências historiadas" (MAIA 2013, p. 28). Para o autor, o cientificismo seria, então, o responsável por esse movimento, visto que fez da ciência um território apartado do mundo social, e seu desdobramento, o esvaziamento da historicidade da prática científica, provocando a essencialização.

Outras questões emergem, a partir da ideia central. O caminho da essencialização, entretanto, parece indicar a impossibilidade de a ciência histórica fornecer, satisfatoriamente, uma interpretação dos fatos científicos. O modelo criticado no livro *História das ciências: uma história...* revela-se uma prática de inspiração na *história mestra da vida*. Através da leitura de Morazé (MORAZÉ 1967), o autor destaca a história das ciências identificada com o registro de "spots epistemológicos de filósofos e cientistas-historiadores [...] destacado de seu contexto e apresentado na ribalta acadêmica sem as nuances que lhe dariam textura sociológica, profundidade temporal e perspectivas históricas" (MAIA 2013, p. 38). Maia destaca como importante a década de 1970, em que se distingue uma discussão sobre a história e a história das ciências e suas aproximações. Em 1975, a *Revista Annales* consagra um número, *Histoire et Sciences* ao debate, e pode-se ver, em perspectiva mais ampla, a preocupação com os fundamentos da ciência história através da obra *Faire de l'Histoire*, que no Brasil foi traduzida com o título *História: Novos objetos, Novos problemas, Novas abordagens*. Jacques Le Goff e Krzysztof Pomian promoveram um debate bastante profícuo e Pomian, em especial, defendia que a história da historiografia como esforço cronológico tinha ali seu termo; interessava, naquele momento, o debate sobre a elaboração entre o conhecimento, ideologias e as "exigências da escrita" (MAIA 2013, p. 53). Com a preocupação voltada para as ferramentas cognitivas, era, então, possível pensar as ligações entre a "história do conhecimento e a dos diferentes usos que dele se faz" (MAIA 2013, p. 54).

O cientificismo como força organizadora fez impregnar nas ciências históricas o paradigma das ciências naturais, fazendo com que seus mitos, muitos deles de origem, criassem impedimentos mútuos:

Em linhas gerais, o distanciamento disciplinar da história das ciências do continente História ocorreu graças a uma contaminação sofrida por sua proximidade com as ciências historiadas. E esse contágio propagado pelas ciências naturais contamina também a disciplina história, porém produzindo um movimento em direção oposta. Se, por um lado, a história das ciências aproxima-se das ciências e incorpora seus mitos, por outro, a história afasta-se dessas ciências, e o faz incorporando também os mesmos mitos (MAIA 2013, p. 12).

Ainda na primeira parte do livro, o autor destaca um outro ponto de desdobramento do problema da historicidade: o corte entre forma e conteúdo; forma social e conteúdo cognitivo. A historicidade do conhecimento seria negada para ser afirmada a existência de um conhecimento. O livro indica que a força cientificista em feição neopositivista, estabelecida pelos cientistas e filósofos do Círculo de Viena, recebeu forte crítica no início do século XX, pela sociologia mannheimiana, que propunha o enraizamento do saber na historicidade. Em outras palavras, o processo de conhecimento desvincula-se de uma "lógica interna" como única forma de compreensão e elaboração de uma narrativa sobre a ciência. Mannheim estabelecia assim a *teoria da determinação social do conhecimento* (ÁVILA 2013, p. 41). Nessa fina tessitura de uma nova rede de significados, a teoria mannheimiana parecia realizar um corte na validade do cientificismo, mas a polêmica logo foi instaurada, a partir da crítica ao valor desse conhecimento visto à luz dos "fatores sociais e históricos". Como se estabeleceria, então, a verdade no conhecimento a partir dessa especificidade? Para Mannheim, a verdade se estabelece historicamente (ÁVILA 2013; MAIA 2013), e recusa uma espécie de presentismo que se instituiu no tratamento da narrativa historiográfica da ciência.

274

Os autores ligados ao Círculo de Viena, fortíssimos opositores da sociologia do conhecimento de Mannheim, seguiam uma concepção antimetafísica e eram conhecidos por uma visão científica do mundo, reforçando a importância para o conhecimento do caráter de verificação que a ciência possuía. O padrão epistemológico das ciências naturais foi renovado e restabelecido, indo de encontro ao defendido pela sociologia do conhecimento, de que as ciências históricas do homem "necessitam de uma outra base que expresse o caráter processual [...] e dinâmico em lugar do substancialismo, isto é, as ciências humanas necessitam de uma ontologia social dinâmica" (MAIA 2013, p. 95).

O II Congresso de História da Ciência, realizado em Londres em 1931, comumente visto como fundamental para marcar a disputa sobre a relação história e ciência, é deslocado pelo autor para uma outra circunstância, que giraria em torno do crescimento ou avanço da teoria mannheimiana sobre o lugar da ciência. Não se trataria, contudo, de uma disputa entre internalistas e externalistas, pouco significativa, já que estranhamente tratam a historicidade do processo cognitivo com distanciamento, mas a vitória, se assim podemos tratar, de uma perspectiva de ciência defendida pelo empirismo lógico, na feição neopositivista. A purificação da ciência configura-se no conhecimento reduzido a termos lingüísticos e o conhecimento empírico teria uma base relativa ao

diretamente dado; intensifica-se, assim, a saída do tempo e da história dessa forma de compreensão da ciência, e, dessa forma, almeja-se chegar ao conhecimento absoluto, por uma filosofia da linguagem (ÁVILA 2012; MAIA 2013; McGUIRRE; TUCHANSKA 2013).

À primeira vista, a outra ideia central do livro parece uma contradição em relação ao propósito do estudo, mas o que se viu acontecer foi a institucionalização da dicotomia p no periódico *Erkenntnis* (dirigido pela parceria entre Reichenbach e Carnap), expressão do Círculo de Viena e onde, em 1930, *Ideologia e utopia*, de Mannheim, é fortemente combatido. Entre as principais questões da publicação do autor húngaro encontra-se talvez a mais polêmica: sujeito e objeto partilham o contexto social e assim a sociologia do conhecimento não pode desprezar essa condição. Alijar os atos de suas motivações provoca a perda do significado do campo das humanidades. A presença de pontos importantes da reflexão de Ludwig Fleck também nota-se em seu *Ideologia*, como o 'estilo de pensamento', que exerce "sobre o pensamento do indivíduo uma coerção, converte-se na percepção imediata das formas correspondentes, de tal modo que qualquer observação científica será uma função do estilo de pensamento" (MAIA 2013, p. 215).

O papel da dupla Reichenbach/Carnap é fundamental para a longevidade das ideias do Círculo, e a obra *A estrutura lógica do mundo. Ensaio de uma teoria da constituição dos conceitos*, de Carnap (1928), de certa forma, antecipa, segundo C. A. Maia, a teoria avançada por seu parceiro, logo depois, sobre o "contexto de descoberta" e "contexto de justificação" de uma teoria científica. De acordo com a formulação do autor, esse momento é de profunda tensão; na sociologização de Reichenbach: "desvincula-se a gênese histórica das teorias de sua validade" (MAIA 2013, p. 120). Mannheim e Fleck são lançados juntos ao ostracismo.

Antes do resgate de Mannheim pelo programa Forte, na década de 1970, seu amargo caminho não se restringiu à Alemanha. Quando era preparada uma tradução de sua obra para publicação nos Estados Unidos – onde o autor objetivava estabelecer-se academicamente –, com acréscimos e cuidadosa explicação sobre o debate em terras germânicas, a pesada crítica antecipa sua publicação, através da resenha de Alexander Von Schelting na *American Sociology Review*. Outros autores, da mesma forma, empenharam-se na difusão negativa de Mannheim em solo norte-americano, como, por exemplo, Robert Merton, que perto do fim dos anos 1930 publica no periódico *Isis* um perfil bastante próximo ao que Schelting havia circulado. Entre os pontos destacados, um emerge como espécie de força motriz do "hiato historiográfico", como se vê na formulação de C. A. Maia sobre a relação entre ciência e historicidade e também sobre o papel da dicotomia posta por Reinchebach. O resultado indica a apropriação da sociologia mannheimiana, forçando-a a um plano secundário em relação à construção neopositivista.

Mencionou-se a presença de Ludwig Fleck nesse jogo de afastamento da historicidade das questões da ciência. Mesmo resgatado por Khun, o autor polonês permaneceu ainda bem pouco conhecido por décadas, e sua significativa teoria da ciência mereceu apenas uma pequena referência de Reichenbach. *A gênese e desenvolvimento de um fato científico* coloca em questão justamente os limites

do cientificismo, e registra o fato em construção, ligando-o à temporalidade; os outros pilares de sua teoria são igualmente provocativos: “fato e realidade como produções semiológicas, discursivas, do estilo de pensamento” (MAIA 2013, p. 212); os conceitos que se mostram articulados: estilo e coletivo de pensamento (MAIA 2013, p. 212).

Pode-se afirmar que a trama que envolve as questões narrativas da ciência guarda, entre os anos 1930 e 1960, um espectro vasto de leituras, apropriações e refutações do pensamento de Mannheim, que se mesclam à teoria marxista, principalmente no que tange à leitura althusseriana das idéias de Gramsci (em especial sua discussão sobre o cientificismo).

O complexo enredo de autores e lugares presentes no livro – e aqui, por uma economia da resenha, opta-se por não seguir cada um desses pontos – mostra-se medular na leitura, que abre uma espécie de caixa de Pandora sobre a discussão *i/e* na construção dos estudos sobre ciência. Como ilustração da dinâmica do texto, e, ao mesmo tempo, instigando sua leitura, podemos destacar tres autores. Thomas Khun, afamado por dar uma espécie de solução à querela, é visto sob uma outra lente, e é, certamente, mais um tema central do livro: “[Kuhn] optou pelo termo paradigma, por refletir a ideia de uníssono teórico, um consenso típico das ciências naturais, em contraste com as ciências sociais, marcadas pelo desacordo interno de opiniões” (MAIA 2013, p. 181).

276

Bernard Barber, o segundo autor dessa ilustração, é considerado um pioneiro da complementaridade entre os fatores interno e externo. Seu *Science and the social order* é apontado por Steven Shapin como um expoente dessa forma de compreender a ciência. Outro autor que merece destaque, juntamente com Barber e Kuhn, é James Connant, pelo papel que teve na organização das ‘questões da ciência’: seu ensino, difusão e gestão (MAIA 2013, p. 174 *et passim*) nos anos Pós-Guerra. O sucesso dessa política inaugurou uma nova linhagem historiográfica com as provocadoras conferências realizadas em 1946, intituladas *On understanding Science*. Khun seria fortemente influenciado pela proposta dos esquemas conceituais de Connant, que pensava o acúmulo da ciência não como algo intrinsecamente puro, mas pelas condições que concorreram para certas mutações ou quais explicariam sua permanência. Essa apresentação um tanto panorâmica objetiva destacar que o lugar ocupado por Thomas Khun, para Carlos Maia, foi o de fazer a história das ciências um campo guiado pela política para a ciência defendida pelos Estados Unidos após a Segunda Guerra.

O público leitor ganha um estudo vigoroso que fornece, além do contexto de ‘acontecimento das ideias’ entre 1920 e 1970, uma discussão profícua para pensar como a historicidade habita a história das ciências. Por fim, o livro de Maia está longe de ser um texto ‘apaziguador’; ao contrário, traz a reflexão de como um campo de conhecimento é construído politicamente. A crítica ao processo de domesticação da história das ciências, se aqui se pode arriscar, é o fio condutor do livro, e o enredo é elaborado a partir dessa postura do autor: necessária e bem-vinda.

**Referências bibliográficas**

- ÁVILA, Gabriel da Costa. Como conferir historicidade à ciência? Um retorno às contribuições de Ludwick Fleck e Karl Mannheim. In: MOLLO, Helena Miranda (org). **Biografia e história das ciências**: debates com a história da historiografia. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012. Disponível em: <http://www.nehm.ufop.br/images/professors/6/publications/221/221.pdf>.
- MAIA, Carlos Alvarez. **História das ciências**: uma história de historiadores ausentes. Precondições para o aparecimento dos *sciences studies*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.
- McGUIRE, James E.; TUCHANSKA, Barbara. Da ciência descontextualizada à ciência no contexto social e histórico. **Revista Brasileira de História da Ciência/Sociedade Brasileira de História da Ciência**, v. 6, n. 2, 2013.
- VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. Historiografia e história da ciência. **Escritos - Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa**, ano 1, n. 1, 2007. Disponível em: [http://www.casaruibarbosa.gov.br/interna.php?ID\\_S=346&ID\\_M=2064](http://www.casaruibarbosa.gov.br/interna.php?ID_S=346&ID_M=2064).

## Historias provinciales e “historia nacional” en Argentina

Provincial histories and “national history” in Argentina

MICHELETTI, María Gabriela. *Historiadores e historias escritas en entre siglos: ociabilidades y representaciones del pasado santafesino, 1881-1907*. Buenos Aires: Lumiere, 2013. 273 p.

---

### Tomás Sansón Corbo

slbt@hotmail.com

Docente efectivo

Universidad de la República

Arenal Grande, 1518/302

Montevideo

Uruguay

---

### Palabras claves

Historias provinciales; Historiografía argentina; Historiografía de Santa Fe.

### Keywords

Provincial Histories; Argentinian historiography; Santa Fe’s historiography.

278

---

Recibido en: 29/5/2015

Aceptado en: 17/6/2015

En Argentina han sido frecuentes y diversas las revisiones sobre las interpretaciones del pasado. Desde las tempranas contribuciones de Rómulo Carbia (CARBIA 1925), hasta los recientes ensayos críticos de Fernando Devoto y Nora Pagano (DEVOTO-PAGANO 2009), los cultores de *Clío* han llegado a ciertos consensos relacionados con la historia de la historiografía nacional. Uno de los más perdurables ha sido el de atribuir al período comprendido entre fines del siglo XIX y comienzos del XX, el carácter de etapa de transición entre los relatos canónicos de Bartolomé Mitre y Vicente Fidel López y la emergencia de la *Nueva Escuela Histórica*. Tulio Halperin lo expuso de manera contundente: durante las “tres décadas que van del coronamiento de la organización nacional al Centenario” no surgió “una tradición historiográfica capaz de reemplazar a la creada por Mitre” (HALPERIN 1996, p. 45, 55). Tal proposición asocia de manera indisoluble la articulación de los relatos sobre la historia nacional con interpretaciones de matriz predominantemente porteñas.

Indagatorias recientes problematizaron tal perspectiva al *descubrir* nuevas territorialidades historiográficas a partir de las cuales es posible ampliar el foco de observación y calibrar mejor las escalas analíticas. Estudios realizados por María Gabriela Quiñonez, María Silvia Leoni, Liliana Brezzo, Eduardo Escudero, Eugenia Molina y Pablo Buchbinder, entre otros, permiten superar la tradicional visión porteña, hemipléjica y monocorde. Exhuman un repertorio de obras y autores que en diversos espacios provinciales coadyuvaron a crear representaciones del pasado conducentes a consolidar las identidades locales, a brindar interpretaciones alternativas a las hegemónicas (sobre cuestiones tales como la colonia, la revolución y los caudillos) y a identificar la contribución de los recursos y elementos regionales en la construcción de la historia nacional argentina.

En esta línea analítica se inscribe el libro de María Gabriela Micheletti, *Historiadores e historias escritas en entresiglos. Sociabilidades y representaciones del pasado santafesino, 1881-1907*.

La autora expone los resultados de una investigación, realizada en el marco del Consejo Nacional de Investigaciones Científica y Técnicas (CONICET), sobre el problema de la configuración de los relatos históricos provinciales y las modalidades de interacción y complementariedad establecidas entre éstos y los discursos construidos en Buenos Aires. Explora la producción historiográfica de Santa Fe entre 1881 y 1907 (contextualizada en el marco de la emergencia de diversos relatos sobre el pasado de las provincias argentinas) y la presenta en contrapunto con las *historias nacionales* de matriz bonaerense.

En la “Introducción”, Micheletti explicita los criterios teórico-metodológicos que sustentan la investigación, establece la pertinencia del tema y define los objetivos del trabajo. Aborda el problema desde una perspectiva actualizada y cuestionadora. Trasciende el análisis de la producción escrita e incluye modalidades alternativas de reconstrucción del pretérito: iniciativas conmemorativas, circulación de saberes a través de la prensa y de revistas culturales, vínculos entre poder político y práctica historiográfica, enseñanza de la historia y los insumos que la vehiculizaron (manuales).



La obra está organizada en tres partes en las que: a) ensaya una caracterización de la reflexión decimonónica sobre el pasado santafesino y presenta "el hito inicial de la historiografía erudita": la "aparición de la *Historia de López* (1881), de Ramón Lassaga" (MICHELETTI 2013, p. 18) (primera parte, "Erudición, caudillismo y reivindicación provincial", capítulos I a IV); b) analiza las estrategias de sociabilidad creadas por los historiadores provinciales para encauzar de manera más efectiva sus investigaciones (segunda parte, "Sociabilidades y actuación institucional", capítulos V, VI); y c) examina las imágenes creadas por los autores en torno a la provincia, principales enclaves urbanos y sus recursos (tercera parte, "Visiones de la Nación, de la provincia y de la ciudad", caps. VII a IX).

Se plantea una periodización para el "largo siglo XIX historiográfico de Santa Fe" articulada en dos fases, una memorialística y testimonial (iniciada a comienzos de la centuria y finalizada en la década de 1880) y otra de carácter erudita y vindicativa (desde los '80 hasta la primera década del siglo XX).

La autora presenta una interesante galería de intelectuales que abordaron los estudios sobre el pasado en la etapa preprofesional. Se trata de Ramón Lassaga, Manuel Cervera, Gabriel Carrasco, David Peña, Estanislao Zeballos, Floriano Zapata, Domingo Silva, Carlos Aldao y Pedro Alcácer.

280

Corresponde a Ramón Lassaga (1858-1921), con la *Historia de López* (1881), un sitial pionero. Micheletti refiere la obra en clave diacrónica (gestación, realización y recepción) y sincrónica (contexto y posibilidades de producción). Ensayo una radiografía teórico-metodológica del libro que le permite desglosar, entre la "escalas de grises", los marcadores epistémicos y heurísticos (Micheletti 2013, p. 74, 80) que pautan un modo particular de concebir el pretérito e informan las cadencias de su movimiento. Este procedimiento la habilita, además, a visualizar las fuentes matrices del pensamiento de Lassaga, las que vincula con "el clima de ideas positivistas y en la confianza en el progreso indefinido" (MICHELETTI 2013, p. 73).

La vindicación de Estanislao López es considerada como una operación historiográfica relacionada con los cambios políticos que se estaban procesando en Santa Fe y se la explica en función de los proyectos y visiones de país de quienes detentaban el poder. El centenario del natalicio del caudillo (1886) coincidió con el acceso al gobierno provincial de José Gálvez. La conmemoración fue percibida por el elenco gobernante como una posibilidad de destacar el rol que desempeñaba Santa Fe en el contexto de una Argentina plenamente adherida al modelo agroexportador. Celebrar a López implicaba proyectar al pasado el origen del progreso presente y legitimar el proyecto del galvismo. El libro de Lassaga cumplió un rol fundamental en cuanto referencia letrada para los diversos homenajes y actividades realizados en torno al personaje.

A través de frecuentes y breves pinceladas prosopográficas se revela la fisonomía de los intelectuales que practicaron la indagatoria del pretérito. El estudio de las redes vinculares (familiares, profesionales y políticas) permite comprender las modalidades de sociabilidad que contribuyeron en la configuración del campo disciplinario. Resultan particularmente ilustrativas las valoraciones

sobre los fundadores y núcleos de redacción establecidos en torno a dos revistas culturales que dieron cabida en sus páginas a producciones históricas: la *Revista Argentina* –fundada y dirigida por David Peña- y *Vida Intelectual* –creada por Ramón Lassaga y dirigida por éste junto a Julio A. Busaniche y Ramón J. Doldán.

Micheletti revisa exhaustivamente los artículos históricos publicados en las revistas citadas. Establece un inventario de tópicos temáticos y cronológicos que, a modo de indagatoria estratigráfica, revela las capas constitutivas del discurso sobre el pasado provincial y las visiones sobre el mismo.

La prospectiva analítica aplicada por los historiadores provinciales puede vincularse con la practicada por el propio Mitre. Es posible apreciarlo en la revalorización del período colonial santafesino y en el esfuerzo por filiar en él una serie de condiciones naturales y sociales que prohicieron sentimientos libertarios y democráticos. De modo similar, se destaca en la gesta independentista la acción del coronel José Ma. Aguirre -a imagen y semejanza de San Martín y Belgrano-, figura consular del panteón patriótico-provincial.

Las diferencias más ostensibles con la tradición liberal se aprecian en la interpretación de la figura del caudillo, quien “es visto como el resultado de una espontánea forma democrática de gobierno implementada por los pueblos del interior antes de que se alcanzara la organización constitucional definitiva” (MICHELETTI 2013, p. 145).

Resulta significativo el examen del proceso de integración de algunos letrados santafesinos a la Junta de Historia y Numismática Americana. Micheletti identifica en este fenómeno una alternativa efectiva que tuvieron los contemporáneos para subsanar la carencia local de instituciones “específicas dedicadas al cultivo de la historia” (MICHELETTI 2013, p. 151). Refiere los itinerarios, acción y compromiso institucional de Gabriel Carrasco, Estanislao Zeballos, José Ma. De Iriondo, Ramón Lassaga y David Peña. La incorporación a esa institución de carácter nacional les permitía prestigiarse y legitimarse. Es particularmente interesante la peripecia de Peña, debido a su posicionamiento revisionista sobre Juan Facundo Quiroga.

En la parte final del libro se revisan algunas de las estrategias por las cuales “el intelectual al servicio de un modelo de nación puede valerse del pasado, con el objetivo de instalar en el imaginario social determinadas representaciones de la realidad que respondan a ese modelo” (MICHELETTI 2013, p. 181-182). Repasa las visiones esbozadas por los investigadores locales sobre la nación, la provincia y las ciudades en el contexto del proyecto de país agroexportador y las implicancias de la enseñanza de la historia nacional a través del prisma regional.

En las últimas décadas, la Historia de la Historiografía se transformó es un campo en permanente renovación y expansión. Así lo demuestra la abundante producción bibliográfica, la existencia de redes que congregan a especialistas de diversas partes del mundo y la frecuente realización de eventos académicos.

El libro de Micheletti se inscribe en esa dinámica. Es un trabajo de análisis historiográfico moderno, incluye poliédricamente las variables que explican la generación de los discursos históricos: autores, contextos de producción, valoración crítica de las obras, recepción y significación de las mismas. La

focalización cronológica ("entresiglos") y geográfica (Santa Fe) le permite detenerse en una estación estratégica del camino que transitó la historiografía argentina hacia la configuración de su campo disciplinario. Brinda un repertorio de autores, obras, temas y personajes que contribuyeron a la construcción la identidad local santafesina y coadyuvaron a la de la nacionalidad argentina. Esclarece las estrategias utilizadas por los letrados locales para construir el panteón local incorporando la figura de los caudillos quienes, lejos de la imagen bárbara fundada por la tradición liberal, se constituyeron en paradigmas de virtudes cívicas (patriotismo, libertad, democracia).

En suma, la indagatoria de Micheletti sobre las "sociabilidades y representaciones del pasado santafesino entre 1881-1907", contiene un prolijo inventario de sus agentes (Historiadores) y del contexto de sus producciones ("historias escritas"). Obra imprescindible para el conocimiento, desde una perspectiva alternativa, de los "treinta años en busca de un rumbo" evocados por Halperín en referencia a la historiografía argentina de "entresiglos".

### **Referencias bibliográficas**

CARBIA, Rómulo. **Historia de la historiografía argentina**. La Plata: Coni, 1925.

\_\_\_\_\_. **Historia crítica de la historiografía argentina. Desde sus orígenes en el siglo XVI (edición definitiva)**. Buenos Aires: Imprenta y Casa Editora Coni, 1940.

DEVOTO, Fernando; PAGANO, Nora. **Historia de la historiografía argentina**. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

HALPERIN, Tulio. **Ensayos de historiografía**. Buenos Aires: Ediciones El Cielo por Asalto, 1996.

## O Global como nova era da História

The Global as a new period for History

VENGOA, Hugo Fazio. *El mundo global: una historia*. Bogotá: Ediciones Uniandes, 2013. 135 p.

---

### Alexandre Luis Moreli Rocha

alexandre.moreli@fgv.br

Professor adjunto

Fundação Getulio Vargas

Praia de Botafogo, 190, 14º andar

22250-900 - Rio de Janeiro - RJ

Brasil

---

### Palavras-chave

História Global; Conceito de história; Contemporaneidade.

### Keywords

Global History; Concept of History; Contemporaneity.

Ao avançar sobre as últimas páginas da primeira obra programática sobre história global produzida na América Latina,<sup>1</sup> Hugo Fazio Vengoa lembra que “uma grande confusão” ainda reina sobre o tema (VENGOA 2013, p. 113). O professor da Universidad de los Andes, na Colômbia, consciente de que aqueles “que se identificam com essa história não escrevem sobre as mesmas coisas, não utilizam os mesmos argumentos e interagem com diferentes disciplinas” (VENGOA 2013, p. 113), procura oferecer um debate epistemológico, além de seu próprio entendimento do que tem sido a construção de narrativas históricas nos últimos cinquenta anos.

Sem necessariamente remar contra a maré de trabalhos que têm assumido quase que passivamente uma suposta “virada global” das Ciências Humanas, Vengoa recusa uma adesão sem questionamentos.<sup>2</sup> Apesar de lembrar os ensinamentos de Fernand Braudel de que a história é filha de seu tempo e de que, portanto, as mudanças profundas no “panorama mundial” das últimas décadas fazem com que a disciplina não possa permanecer a mesma, Vengoa ressalta que a consciência e o domínio dos novos processos sociais tornam-se vitais, pois as transformações que as ciências sociais viveram “nas últimas décadas transgrediram inúmeras vezes seus principais enfoques e categorias” (VENGOA 2013, p. xii).

Descrita pelo autor como uma “parada no caminho” (VENGOA 2013, p. ix), a obra aparece assumidamente marcada pela sua trajetória pessoal. Para além de ter sido educado entre os anos 1970 e 1980, nos dois lados da “cortina de ferro” e no chamado Terceiro Mundo, dando-lhe uma perspectiva privilegiada e global do que fora a Guerra Fria, Vengoa diz ter sempre sido atraído por conexões e meta-narrativas ou, em suas próprias palavras, “por temas próprios a um planeta do tamanho de Júpiter, [...] por questões enormes” (VENGOA 2013, p. x). A obra, assim, retoma a definição do global consolidada desde os anos 1990 pelo grupo liderado por Bruce Mazlish (MAZLISH; BUULTJENS 1993), mas a sobrepõe, defendendo que as mudanças provocadas pelo novo processo de globalização, a partir do que chama de “ano-acontecimento” de 1968, teriam, mais do que apresentado ao historiador novos temas com que trabalhar, inaugurado um novo presente (VENGOA 2013, p. 8).

Mesmo que se leve em consideração as perspectivas lançadas por Mazlish, de que a história global lidaria com a genealogia e com o desenvolvimento da globalização contemporânea através de marcos como a exploração do espaço, os novos sistemas de comunicação, a ameaça nuclear, os problemas ambientais e as companhias multinacionais, por exemplo, para além do abandono do eurocentrismo e de unidades de análise baseadas no Estado Nação,<sup>3</sup> Vengoa

<sup>1</sup> Importante assinalar, entretanto, reflexões como as de Maria Ligia Coelho Prado sobre o assunto (PRADO 2012).

<sup>2</sup> No início de 2014, o professor Marc-William Palen, da University of Exeter, fez um simples exercício com motores de busca disponíveis on-line e, apesar de localizar trabalhos evocando o tema desde os anos 1960, identificou uma explosão de títulos a partir de meados da década de 1990 (PALEN 2014). Para além da “global” e da “transnacional”, ainda precariamente definidas, alguns debates começam a evocar até mesmo perspectivas “trans-globais” (BERGLUND 2014).

<sup>3</sup> Mazlish tem reformado esse entendimento no intuito de reafirmar a especificidade da globalização contemporânea ao chamá-la de Nova História Global e de enfatizar seus aspectos únicos de sinergia, sincronidade e holismo (MAZLISH 2006, p. 3).

insiste em defender ter o mundo entrado, desde 1968, em uma nova era devido a mudanças em todos os seus processos sociais. A história global fundamentar-se-ia, assim, na globalização, mas iria além. Tratar-se-ia de um esforço de redefinição do que seria o presente vivido pela humanidade, por “cidadãos do planeta”, mas também da concepção de mundo como categoria “histórica” ou “social” e, até certo ponto, de uma militância pela criação de uma consciência cosmopolita global (VENGOA 2013, p. xiv-xv, 8).

Enquanto desenvolve tais argumentos, o livro torna-se leitura interessante por quatro razões. A primeira, como já mencionado, por se tratar de uma obra gestada no chamado sul global, ou seja, geográfica e intelectualmente longe do eixo norte atlântico, que tem monopolizado as discussões em torno da história global nas últimas décadas, contribuindo para eliminar a dicotomia entre o norte e o sul acadêmicos.

A segunda identifica-se com o que Vengoa adianta já nas primeiras linhas da Introdução. Trata-se da redação de uma obra de balanço e reflexão, típica da pena de historiadores estabelecidos, mas formados sob influência de escolas de pensamento (como o marxismo ou a *area studies*) que enfrentam grandes questionamentos teórico-metodológicos quanto ao trato de seus objetos de estudo. O testemunho do autor alinha-se, nessa perspectiva, com outros que a disciplina histórica conhece hoje, como os de Bruce Mazlish ou Akira Iriye, ou conheceu no passado, como os de Marc Bloch e Pierre Renouvin no entre guerras, ou de Edward Thompson e Eric Hobsbawm, após a Segunda Guerra. Todos se assemelham pelo questionamento epistemológico sobre suas disciplinas e pela busca de uma nova escrita da história.

A terceira razão por destacar que a relativização das questões espaço-temporais não somente revela conexões antes desmerecidas ou esquecidas, mas coloca em choque, ou diálogo, diferentes tradições historiográficas pretendendo rumar em direção ao “global”, mas partindo de realidades teórico-metodológicas as mais diversas. O historiador brasileiro, por exemplo, agora não somente deve entender a construção do trabalhismo varguista sob pressão ou influência direta de acontecimentos ocorridos a milhares de quilômetros de distância da nossa costa (FORTES 2014), mas também se preocupar em entender como as narrativas históricas eram ou são construídas nesses distantes locais, a fim de melhor dimensionar sua influência não somente sobre a realidade brasileira mas, sobre a contemporaneidade global.

Finalmente, por tratar-se de uma obra programática, mesmo se classificada pelo autor como “ensaio investigativo exploratório” (VENGOA 2013, p. xvii). Como mencionado, o livro pretende definir contornos de um fenômeno que tem influenciado cada vez mais a escrita da história. Nesse processo, um dos principais destaques é a rejeição ou relativização do eurocentrismo. O fim do processo de descolonização na década de 1970 teria exigido um novo olhar dos cientistas sociais sobre dinâmicas e conexões que teriam nascido ou sido resgatadas do esquecimento provocado por forças que visavam à manutenção de relações assimétricas entre metrópoles e territórios colonizados no mundo. Entre vários efeitos, esse fenômeno provoca a revalorização das meta-narrativas ou,

como o autor coloca, “a historia global da contemporaneidade” (VENGOA 2013, p. xi). Assim, seria afastada a definição de historia global como a historia da globalização, o que poderia restringir tanto seus propósitos como a compreensão de novos fenômenos que a humanidade experimenta nas últimas décadas.

A obra traz também uma interessante análise da forma como os historiadores, ao menos muitos manuais escolares, constroem imagens de representação do tempo, muitas vezes definindo-o como palco da evolução natural dos acontecimentos. Sofre, assim, dura crítica a presunção de existência “de um tempo social uniforme e indivisível, pressupondo que a cronologia constitui uma progressão neutra e imparcial”, tudo isso de forma artificial, sem a ressalva de que se trata apenas de um recurso do qual os historiadores lançam mão em suas análises (VENGOA 2013, p. 83-84). Seria preciso lembrar, ressalta o autor, que, nas diferentes sociedades, existem diferentes ritmos de tempo ou de durações dependendo das dinâmicas sociais às quais se referem (VENGOA 2013, p. 90).

Metodologicamente, para essa nova história, quando não a define somente como novo olhar sobre os fenômenos sociais, Vengoa adota a mesma perspectiva de historiadores como Sanjay Subramanyam, que pregam a história global muito mais como síntese do que como resultado de trabalhos empíricos. Nesse sentido, o autor cita Bartolomé Yun Casalilla para afirmar que “a história global desloca o laboratório do historiador do arquivo para a biblioteca” (VENGOA 2013, p. xviii). O livro, porém, não propõe uma síntese da mencionada contemporaneidade global, mas discute seus elementos componentes. O autor promete seguir adiante, aprofundando sua reflexão sobre os novos marcos de compreensão em obras futuras, como já o fez no recém lançado *Los setenta convulsionam el mundo. Irrumpe el presente histórico* (2014).

*El mundo global* trata-se, então, de uma grande obra introdutória de uma série anunciada de sete livros, que pretendem estudar o presente histórico e reforçar o entendimento do autor de que teriam sido as últimas décadas a criar uma era sem precedentes. Como afirma Vengoa, o novo presente “inicia-se no final da década de sessenta e se prolonga até a atualidade mais imediata” (VENGOA 2013, p. xix).

Ainda que introdutória de uma série, a obra estimula no leitor diversas interrogações desde seus primeiros parágrafos sem, entretanto, oferecer respostas claras. Nesse sentido, por exemplo, e questionando o cerne da argumentação do autor de que o mundo global não se resumiria a um mundo que experimenta a globalização, restam diversas dúvidas quanto aos princípios a serem utilizados pelos historiadores para traçar contornos precisos em seus objetivos de estudo quando pretendem lançar mão da história global. Quando evita defini-la como inovação temática, ou quando defende uma revolução espaço-temporal alterando fundamentalmente e tornando sincrônicas as relações humanas ou, finalmente, quando descarta o Estado Nação como unidade de análise, Vengoa não apresenta àquele historiador curioso em trabalhar com tal reflexão alternativas metodológicas precisas para trazer foco e viabilidade às suas pesquisas.

Outro desafio lançado ao leitor refere-se à busca de Vengoa pela construção de dinâmicas definidoras de uma contemporaneidade de alcance planetário, e não exclusivamente europeu. Quais processos seriam, então, “efetivamente mundiais” e definidores do tempo presente? De fato, em diversos trechos da obra, a centralidade e a matriz europeias parecem não ser negadas. Nesse sentido, a escolha de 1968 como “ano-acontecimento” e como portador de um panorama de reforma da modernidade parece ser um dos mais importantes exemplos (VENGOA 2013, p. 8). As referências a velhas tradições da teoria social do velho continente são também resgatadas quando Vengoa elege o capitalismo como patrocinador da “matriz da globalidade” (VENGOA 2013, p. 39), ou as revoluções burguesas de finais do século XVIII e início do XIX como criadoras das condições “fundamentais para a consolidação das tendências globalizantes” (VENGOA 2013, p. 54). Apesar de sua crítica aos pensadores europeus da sociologia moderna, como Giddens, e de suas ressalvas em afirmar que a modernidade da qual fala não é eurocentrada e nem “se encontra associada com nenhum momento histórico específico nem com nenhuma experiência social em particular” (VENGOA 2013, p. 43-60, 70-72), Vengoa vai desde a eleição do tempo dos “modernos meios de transporte e de comunicação” de finais do século XIX e início do XX como ambiente da “primeira existência real da globalização”, até, literalmente, o reconhecimento da modernidade como possuidora de “um importante componente ocidental e capitalista” (VENGOA 2013, p. 39, 55).

A trama lançada por Hugo Fazio Vengoa será desenvolvida nas reflexões que seguirão *El mundo global*. A espera dos leitores deverá, então, ser recompensada com uma compreensão mais profunda da utilização de 1968 como início de um tempo em que os indivíduos passam a compartilhar um horizonte espaço-temporal sincrônico. Deverão, então, ser expostas de maneira mais consistente as categorias de análise que substituem o entendimento do mundo a partir de um pensamento linear da modernidade e de enfoques unidimensionais da modernização. Deverá surgir, por fim, a defesa (ou definição) de história global não como história da globalização, mas como emergência do local frente à queda das unidades de análise coincidentes com as fronteiras políticas do Estado Nação.

O papel da “localização”, como define o autor (VENGOA 2013, p. 29), parece ser fundamental nas reflexões sobre como será possível para os historiadores criar meta-narrativas sem se perder na micro-história e sem que a dicotomia tenha o monopólio da dialética entre o local e o global. Se a globalização, como lembra Henrietta Moore (MOORE 2004, p. 71-72), não teve como resultado a homogeneização, mas, ao contrário, por exatamente se alimentar das diferenças, testemunhou culturas locais e diversos modos de vida acomodarem, resistirem ou mesmo alterarem esses novos fenômenos em benefício próprio, deverão ser, então, examinadas as divergências entre a descrição dos fundamentos que moldam as identidades locais e uma suposta história universal, que as transcenderia a fim de concentrar-se nos processos.



### Referências bibliográficas

- BERGLUND, Jeff. Sleuthing the Origins of "Global History". **New Global History Forum 2014**. Disponível em: <http://toynbeeprize.chnm.org/?p=1543>. Acesso em: 19 abr. 2015.
- FORTES, Alexandre. Os impactos da Segunda Guerra Mundial e a regulação das relações de trabalho no Brasil. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, 2014. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/66177>. Acesso em: 19 abr. 2015.
- MAZLISH, Bruce; BUULTJENS, Ralph. **Conceptualizing Global History**. Boulder: Westview Press, 1993
- MOORE, Henrietta L. Global Anxieties. Concept-Metaphors and Pre-Theoretical Commitments in Anthropology. **Anthropological Theory**, v. 4, n. 1, p. 71-88, 2004.
- PALEN, Marc-William. **Call for Papers for the Inaugural Issue JOURNAL OF GLOBAL INDIGENEITY**. H-Amstdy 2014. Disponível em: <https://networks.h-net.org/node/2602/discussions/40664/cfp-announcing-journal-global-indigeneity>. Acesso em: 19 abr. 2015.
- PRADO, Maria Ligia Coelho. América Latina: historia comparada, historias conectadas, historia transnacional. **Anuário**, Universidad Nacional de Rosario, v. 24, p. 9-22, 2013.
- 288 VENGOA, Hugo Fazio. La historia global y su conveniencia para el estudio del pasado y del presente. **Historia Critica**, edição especial, p. 300-319, novembro 2009.
- VENGOA, Hugo Fazio. **Los setenta convulsionam el mundo**. Irrumpe el presente histórico. Bogotá: Universidade de los Andes, Facultad de Ciencias Sociales, Ediciones Uniandes, 2014.

## Os arquitetos da história global: trajetórias de pesquisa

The architects of global history: paths of research

BENTLEY, Jerry H.; CURTIS, Kenneth R. (ed.). *Architects of World History: Researching the Global Past*. West Sussex: Wiley Blackwell, 2014. 242 p.

---

**João Júlio Gomes dos Santos Júnior\***

jjjhst@gmail.com

Pós-doutorando

Universidade Federal de Pelotas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154, sala 119 - Centro

96010-770 - Pelotas - RS

Brasil

---

### Palavras-chave

História Global; Historiografia do século XX; Narrativa historiográfica.

### Keywords

Global History; 20<sup>th</sup> century historiography; Historical narrative .

289

---

Recebido em: 17/6/2015

Aprovado em: 6/8/2015

---

\* Bolsista de pós-doutorado CAPES/PNPD.

Considere, por um momento, um hipotético arquiteto. A primeira tarefa do arquiteto seria criar uma imagem mental de um prédio que se quer construir. Quando mais criativo e original for o projeto mais sucesso terá a obra. Evidentemente, para que o projeto idealizado seja exequível, são necessários conhecimentos de engenharia, noções dos materiais e até mesmo alguma habilidade como pedreiro para conseguir erguer uma parede sólida da maneira pensada inicialmente. A qualidade das técnicas e dos materiais empregados, entre eles os próprios tijolos, também influenciará o resultado final do empreendimento.

Imagine agora que os tijolos são fatos históricos. De acordo com texto introdutório de Kenneth R. Curtis, professor da California State University e um dos organizadores da obra *Architects of World History*, os historiadores podem ser comparados a pedreiros treinados na arte de misturar materiais de evidências históricas em sólidas paredes narrativas. Além disso, os melhores historiadores são aqueles que se aproximam da tarefa dos arquitetos, que são capazes de conceber suas narrativas históricas baseadas em argumentações com estilo e forma criativa.

Entretanto, ainda seguindo a metáfora do historiador arquiteto, Curtis destaca uma frase de Kenneth Pomeranz que ajuda a compreender a típica abordagem de um historiador comprometido com a *World History*: “eu suspeito que a world history não será encontrada nas casas que algum de nós construiu [...] mas sim na vizinhança criada por sua justaposição” (POMERANZ *apud* CURTIS 2014, p. 6, tradução minha).<sup>1</sup>

290

O segundo organizador do livro é Jerry H. Bentley, uma homenagem póstuma ao professor da University of Hawai'i, falecido em julho de 2012, que é considerado um dos precursores e uma referência em *World History*. Jerry Bentley foi um dos fundadores da World History Association e também o editor chefe do respeitado *Journal of World History*, com sede na University of Hawaii desde 1990. Essa revista acadêmica é, junto com o *Journal of Global History* com sede na Cambridge University, um dos principais meios de divulgação de pesquisas vinculadas a essa abordagem histórica.

Para além das atividades relacionadas à pesquisa e à extensão, Bentley também se preocupou com a questão do ensino na ótica da história global. Em 2000 ele lançou, em coautoria com Hebert F. Ziegler, a obra *Tradition and Encounters: A Global Perspective on the Past*, um livro didático de dois volumes que coloca em prática as ideias da World History e que já está em sua quinta edição.

Um dos objetivos de *Architects of World History: Researching the Global Past* é divulgar algumas das temáticas mais consolidadas em história global. Para tanto, onze historiadores profissionais, com destacada trajetória acadêmica, foram convidados para produzir capítulos em suas respectivas áreas de pesquisa. Essa obra poderia ser considerada apenas mais uma entre outras iniciativas similares que visam a mapear o vasto campo da história global/mundial.

<sup>1</sup> No original: “I suspect that world history is not so much to be found in the houses any one of us has built”, writes Kenneth Pomeranz, “as in the neighborhood created by their juxtaposition”.

O próprio Jerry Bentley (2011), por exemplo, organizou uma obra com esse propósito. O livro *The Oxford Handbook of World History* traz 31 capítulos escritos por pesquisadores destacados (quatro dos quais também possuem capítulos em *Architects of World History*) e oferece um rico panorama historiográfico sobre conceitos, temas, processos e regiões em uma perspectiva global. Outra referência similar é o *Companion to World History*, editado por Douglas Northrop (2012) e publicado pela Wiley-Blackwell, a mesma editora de *Architects of World History*. Nessa obra são 33 capítulos escritos por diferentes autores (três dos quais também possuem capítulos em *Architects of World History*) e que também ajudam a mapear o assunto.

De que maneira, portanto, a obra organizada por Kenneth Curtis e Jerry Bentley se distingue das demais? Colocando a pergunta de outra forma, o que o livro *Architects of World History* traz de novidade historiográfica para compreensão da história global/mundial?

Parece-nos que o mérito reside mais no formato do que no conteúdo propriamente dito. Ao invés de ser um livro em que cada historiador apresenta a sua pesquisa de forma aprofundada em capítulos que quase não dialogam entre si, a obra é, na verdade, um conjunto de reflexões sobre como cada autor se tornou um historiador global (*World Historian*).

Essa estratégia permite que o leitor acompanhe os passos acadêmicos de autores como J. R. McNeill, atualmente professor da Georgetown University e referência internacional sobre história ambiental. Por mais que, às vezes, nós imaginemos que o sucesso acadêmico está relacionado a uma vida inteira dedicada à mesma temática de pesquisa, este não foi o caso de J. R. McNeill. Em seu capítulo intitulado "En route to World Environmental History", ele relata que começou a carreira pesquisando sobre os financiamentos ferroviários na Grã-Bretanha do século XIX e acabou desenvolvendo suas pesquisas em história ambiental. O percurso foi tortuoso e cheio de dúvidas, como, por exemplo, um longo período de desemprego logo após a defesa de sua dissertação de mestrado, quando chegou a candidatar-se para mais cem diferentes posições como professor universitário sem ser contratado por ninguém, chegando bem próximo de desistir da carreira acadêmica.

Já no capítulo "Gender Intersections", Merry E. Wiesner-Hanks, professora da Universidade de Wisconsin-Milwaukee, conta como sua pesquisa sobre o trabalho feminino em Nuremberg no século XVI desencadeou, pelas oportunidades e conjunturas históricas, uma pesquisa sobre gênero em uma perspectiva global. O ponto forte do texto é o constante diálogo que a autora faz com a própria história dos movimentos por direitos das mulheres, dos homossexuais e o amadurecimento do conceito de gênero na década de 1980.

Também podemos acompanhar a fascinante trajetória da australiana Kerry Ward, professora da Rice University e especialista em migrações e história da África, no capítulo "Africa in the World: from National Histories to Global Connections". O seu engajamento e interesse em comparar a experiência sul-africana com outras realidades remonta à época em que estudou na University of Cape Town durante o processo de lutas sociais que clamava pelo fim do regime de Apartheid na África do Sul.

Os capítulos demonstram, igualmente, os esforços de cada profissional na progressiva construção de suas carreiras acadêmicas voltadas para uma dimensão global/mundial. Entre esses esforços está, certamente, o aprendizado linguístico. Autores como Kenneth Pommeranz, professor da University of Chicago e ex-presidente da American History Association, e Dominic Sachsenmaier, atualmente professor da Jacobs University em Bremen/Alemanha, tiveram que aprender mandarim e até mesmo chinês clássico para dominar temáticas como a História econômica do Leste Asiático e as trocas culturais e religiosas entre Confucionismo e Cristianismo, respectivamente nos capítulos “No Great Divergence? Reaching World History Through East Asian Studies”<sup>2</sup> e “Cultural and Religious Exchanges”.<sup>3</sup>

A professora da New York University, Lauren Benton, mostra no capítulo “Law and World History” o caminho percorrido por ela para se consolidar como uma referência sobre cultura jurídica e legalidades interimperiais. O texto é claro ao defender que a história global/mundial não é uma visão teórica, mas sim uma perspectiva analítica. Além disso, a autora compartilha até mesmo os receios que ela tinha de não ser levada a sério por colegas céticos em relação à história global.

O livro também conta com um capítulo escrito por David Christian, professor que passou maior parte da sua carreira entre a Macquarie University, em Sidney, e na San Diego State University. Por formação, Christian é um historiador especialista na história da Rússia e da União Soviética, porém, por questões de interesse pessoal em explicações macro-históricas, suas pesquisas são em um campo correlato com a World History conhecido como Big History (como o título do capítulo).

292

A Big History é uma modalidade histórica baseada na interdisciplinaridade entre História, Geologia, Astronomia, Antropologia, Biologia, Cosmologia e outras áreas que visa explicar a história do universo desde o Big Bang até os dias de hoje. O autor explica que o universo tem 13.8 bilhões de anos, e que a Big History intersecta-se, dessa forma, com a história humana no planeta Terra. David Christian também é o presidente fundador da International Big History Association.

O último capítulo do livro é um texto incompleto de autoria de Jerry H. Bentley, que foi publicado junto com uma complementação feita pela sua colega de departamento na University of Hawai’i, Karen Louise Jolly. O texto intitulado “In Search of a Global Cultural History” aborda a própria trajetória de Bentley como historiador da Renascença preocupado com as conexões entre os credos, valores, ideias e a vida prática das pessoas.

O foco do livro recai, portanto, mais sobre a trajetória dos autores, as oportunidades de emprego, os convites para publicações, do que no conteúdo de seus trabalhos – mesmo que em todos os capítulos existam alguns *insights* das suas respectivas pesquisas. Entretanto, Há também outro elemento fundamental que distingue esse projeto editorial de outros similares.

<sup>2</sup> Alguns desdobramentos historiográficos, sobretudo em Portugal, oriundos da tese de Kenneth Pommeranz, no livro *The Great Divergence*, podem ser acompanhadas em: CURTO; DOMINGOS; JERÓNIMO 2014.

<sup>3</sup> Vale destacar que o autor não consegue encontrar elementos para diferenciação que alguns autores fazem entre a *World History* e a *Global History*. Para uma visão contrária, ver: FICKER 2014.

Todos os capítulos são marcados por referências historiográficas que influenciaram os autores em suas trajetórias de pesquisa. É muito salutar ver que os intelectuais comprometidos com a abordagem mundial/global reconhecem e valorizam as obras de diversos historiadores, sociólogos, cientistas políticos, antropólogos e geógrafos que os precederam. Dessa forma, os capítulos são permeados por conhecidas referências historiográficas, tais como Fernand Braudel, Immanuel Wallerstein, Eric Wolf, Emmanuel Le Roy Ladurie, Joan Scott, Charles Tilly, Steven Topik, Sanjay Subrahmanyam, Georg Iggers, E. P. Thompson, Carlo Ginzburg, Eric Hobsbawm, Andre G. Frank, Barrington Moore e muitos outros.

A relevância dessas citações vai muito além da simples expressão de erudição. Ao demonstrar quais intelectuais foram importantes ao longo da sua formação, os autores de *Architects of World History* estabelecem vínculos que demonstram que a abordagem global/mundial não é uma novidade acadêmica surgida do nada e que despreza as tradições historiográficas.<sup>4</sup> Ao contrário, a inovação encontra-se na maneira que determinadas temáticas são analisadas; nas diferentes estratégias narrativas empregadas; na ênfase existente na comparação, conexão, interligação, trocas, intercâmbios e influências entre objetos; nos cuidados metodológicos; enfim, na vontade de superar as abordagens ocidentalistas e evitar a naturalização do Estado-Nação como eixo analítico e explicativo.

Evidentemente, todas essas questões requerem uma sólida formação acadêmica, além de habilidades técnicas e estilísticas que, de certa forma, nos aproximam da metáfora do historiador arquiteto. Se, em um primeiro momento, a tarefa parece ser intangível, a leitura de *Architects of World History* nos ajuda a perceber que por mais árduo que possa parecer, o caminho pode oferecer diversos benefícios advindos da ampliação dos objetos de pesquisa.

### Referências bibliográficas

BENTLEY, Jerry H. (ed.). **The Oxford Handbook of World History**. New York: Oxford University Press, 2011.

\_\_\_\_\_; CURTIS, Kenneth R. (ed.). **Architects of World History: researching the Global Past**. West Sussex, UK: Wiley Blackwell, 2014.

\_\_\_\_\_; ZIEGLER, Herbert F (ed.). **Traditions and Encounters: a global perspective on the past**. 5<sup>th</sup> edition. Boston, MA: McGraw-Hill, 2011 [2v].

CURTO, Diogo Ramada; DOMINGOS, Nuno; JERÓNIMO, Miguel Bandeira. A Europa e a Ásia: histórias e historiografias comparadas. **História e Historiografia**, n. 15, p. 148-167, 2014.

<sup>4</sup> Há quem critique a história global por considerar que não há inovação nenhuma em suas abordagens. Ver, por exemplo: MARQUESE; PIMENTA 2015.

FICKER, Sandra Kuntz. Mundial, transnacional, global: Un ejercicio de clarificación conceptual de los estudios globales. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos** [*En ligne*], Débats, mis en ligne le 27 mars 2014.

MARQUESE, Rafael; PIMENTA, João Paulo. Tradições de História Global na América Latina e Caribe. **História e Historiografia**, n. 17, p. 30-49, 2015.

NORTHROP, Douglas (ed.). **A Companion of World History**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012.

# Texto e documento historiográfico

historiographical text  
and document



# Johan Huizinga: humanismo e teoria da história nas sombras do amanhã

Johan Huizinga: Humanism and Theory of History in the Shadows of Tomorrow

---

## **Michel Kors**

mikelkors@hotmail.com

Doutor

Radboud Universiteit Nijmegen

Rua Muzambinho 355/402 - Bairro Anchieta

30310-280 - Belo Horizonte - MG

Brasil

## **Sérgio da Mata**

sdmata@ichs.ufop.br

Professor adjunto

Universidade Federal de Ouro Preto

Rua do Seminário, s/n

35420-000 - Mariana - MG

Brasil

---

296

## Palavras-chave

Johan Huizinga; Teoria da História; Humanismo.

## Keywords

Johān Huizinga; Theory of History; Humanism.

---

Recebido em: 25/3/2015

Aprovado em: 17/7/2015

O historiador holandês Johan Huizinga (1872-1945) foi, sem dúvida, uma figura singular na paisagem intelectual de sua época. Obras como *O outono da Idade Média*, *Homo ludens* e *Nas sombras do amanhã* continuam a desafiar as gerações de pesquisadores mais jovens. Sua influência como historiador da cultura e das mentalidades *avant la lettre* foi e continua grande, sendo Huizinga considerado um dos fundadores da nova historiografia das décadas de 1920-1930. Seu campo de atuação e investigação era radicalmente vasto, mesmo para os padrões de hoje: Huizinga inicia sua carreira acadêmica em 1903 como *lecturer* de literatura indiana antiga na Universidade de Amsterdam. Só posteriormente passou a dedicar-se, como historiador, ao estudo da Idade Média, da historiografia, da teoria e crítica da cultura.

De uma maneira geral, pode-se dizer que em sua obra distinguem-se pelo menos cinco importantes – e sempre reeditados – estudos de história cultural: *O outono da Idade Média* (1919), *Erasmus* (1924), *Nas sombras do amanhã* (1935), *Homo ludens* (1939) e *Civilização holandesa do século XVII: um esboço* (1941). Com a exceção do livro de 1941, os demais têm tradução para o português. A recente e luxuosa edição brasileira de *O outono da Idade Média*, traduzida diretamente do holandês, mostra de forma impressionante como Huizinga continua lido e apreciado no Brasil (cf. FALBEL 2011). *Homo ludens* foi publicado em Lisboa no ano de 2003, enquanto a versão brasileira, feita a partir da alemã, já se encontra na sétima edição.

No Brasil, tem-se verificado um crescente interesse pela obra desse autor (AUBERT 2011a; AUBERT 2011b; DAMAS 2008; 2010; 2013; GASTALDO; HELAL 2013). De forma geral, porém, os trabalhos se concentram principalmente em duas obras: *Outono da Idade Média* e *Homo ludens*. Seus outros trabalhos costumam ser estudados sem um confronto direto com os textos originais. Como observou, há não muito tempo, o historiador e economista João Antônio de Paula, “o silêncio que recobre [...] o restante da obra de Huizinga é desses episódios de injustificável amnésia, que também marcam a vida cultural, por vezes” (PAULA 2005, p. 144-145).

Graças a inúmeros estudos realizadas nos últimos anos (LEM 1997; STRUPP 2000; OTTERSPEER 2006; 2009; KRUMM 2011; VOOGD 2013), o enorme legado científico de Huizinga tem sido investigado de maneira cada vez mais sistemática, graças à edição crítica de sua correspondência pessoal e à organização de seu arquivo pessoal (HUIZINGA 1989-91; LEM 1998, respectivamente). Suas obras completas (HUIZINGA 1948-53), no entanto, continuam representando um poço inesgotável para os pesquisadores da História da Historiografia. Nesse sentido, gostaríamos de apresentar ao leitor brasileiro a tradução para o português de um curto ensaio do autor publicado em alemão no ano de 1936: “Gibt es Verwandlung?” (HUIZINGA 1948-53, VII, p, 207-210). Antes de comentá-lo, porém, passemos em revista alguns outros textos que ele escreveu naquele ano.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Huizinga publicou quatro resenhas críticas em 1936, as quais, porém, não vamos discutir aqui.

## Pensar o humanismo em 1936

No ano de 1936, foi celebrado o quarto centenário do falecimento do teólogo, filósofo e filólogo Erasmus van Rotterdam (1466-1536).<sup>2</sup> Doze anos antes, Huizinga tinha publicado o seu livro sobre Erasmus, considerado uma das suas obras-primas (HUIZINGA 1948-53, VI, p. 3-194). A relação de Huizinga com o legado do grande humanista holandês era mais ou menos complicada, como ele testemunhou em *O meu caminho para a História*, de 27 de dezembro de 1943:

Por ocasião de minha biografia de Erasmus muitos pensaram: agora ele se revelou claramente! Mas eu sempre considerei essa opinião totalmente equivocada. Por maior que seja minha admiração por Erasmus, tanto menor é minha simpatia por ele.<sup>3</sup> Depois de concluir o livro, eu o esqueci deliberadamente. Lembro-me de uma conversa com um colega alemão em janeiro de 1932, o qual era da opinião de que o livro sobre Erasmus me seria mais caro que *O outono da Idade Média*. "Você se bateu muito com esse trabalho", disse ele ao fim. Eu refleti um pouco e, sorrindo, discordei (HUIZINGA 1948-53, I, p. 41).

Apesar desse ponto de vista crítico, a repercussão da publicação da biografia sobre Erasmus resultou em uma consequência, no mínimo, curiosa: uma demanda de produção de mais artigos e palestras sobre o humanista holandês. Cinco das oito publicações de Huizinga em 1936 foram dedicadas a Erasmus, e todas poderiam ser definidas como "textos de circunstância".

298

*Ce qu'Érasme ne comprenait pas*, texto francês<sup>4</sup> de apenas cinco páginas, analisa sumariamente as opiniões do humanista relativamente ao tema "guerra e paz" (HUIZINGA 1948-53, VI, p. 247-251). O texto foi encomendado pela redação da revista *Grotius, Annuaire international pour 1936*, por ocasião do quarto centenário do falecimento de Erasmus. O ponto de partida é uma anedota (possivelmente apócrifa) do teólogo luterano Philipp Melanchthon sobre uma querela entre Erasmus e o Papa Julius II – o papa belicoso, que Erasmus odiou – acerca do tema controverso supracitado: "O Papa, porém, teria se contentado em advertir docemente a que não escrevesse sobre os negócios reais. 'Vós não entendeis de tais coisas' – lhe teria dito –, *tu talia non intelligis*" (HUIZINGA 1948-53, VI, p. 247).

E Huizinga comenta ao fim:

*Tu talia non intelligis*. É a resposta que sempre dão os espíritos pura e estreitamente políticos aos que ousam, apesar de tudo, esperar uma política dirigida para um fim mais elevado que o interesse particular de um desses minúsculos organismos cósmicos a que chamamos de Estados (HUIZINGA 1948-53, VI, p. 251).

Mas terá sido sua admiração por Erasmus maior do que ele próprio admitia?

<sup>2</sup> Sobre as comemorações e a posição de Huizinga a respeito, cf. Weis (2008, p. 44-47; p. 49-50).

<sup>3</sup> No original: "Zoo groot als mijn bewondering voor Erasmus is, zoo gering mijn sympathie".

<sup>4</sup> Huizinga, fluente em francês, alemão e inglês, dominava também italiano, espanhol e português, além de ler latim, grego, hebraico, sânscrito, norueguês antigo e árabe.

“Erasmus über Vaterland und Nationen”, contribuição em alemão ao livro comemorativo *Gedenkschrift zum 400. Todestag des Erasmus von Rotterdam*, trata do nacionalismo e cosmopolitismo no pensamento de Erasmus. Este foi, acima de tudo, um cosmopolita, como mostra Huizinga conjugando, de forma impressionante, diversos textos sobre o assunto. Embora Erasmus não abnegasse a sua pátria nem estivesse completamente isento de preconceitos em relação a outras nações, persistiu em seu cosmopolitismo filosófico: “A manifestação desse forte sentimento nacional”, escreve Huizinga, “foi totalmente rejeitada por Erasmus enquanto preconceito” (HUIZINGA 1948-53, VI, p. 252).

Sabe-se que Huizinga foi um adversário apaixonado do nacional-socialismo, o que se manifesta especialmente em seu livro de 1935 *Nas sombras do amanhã: diagnóstico da enfermidade espiritual do nosso tempo* (HUIZINGA 1948-53, VII, p. 313-428). Um exemplo famoso: em 1933 Huizinga foi eleito reitor da Universidade de Leiden, e colocou salas de aula à disposição para uma conferência da *International Student Association*, até se inteirar de que o chefe da delegação alemã de estudantes era Johann von Leers, autor do panfleto antisemita *Forderung der Stunde: Juden raus!* (“A exigência do momento presente: fora com os judeus!”). Depois de Von Leers admitir a Huizinga que era o autor do panfleto, foi expulso do campus universitário pelo reitor, dando início a um verdadeiro escândalo diplomático e acadêmico. Como se sabe, a Holanda manteve-se neutra durante a Primeira Guerra Mundial e continuou assim até a invasão alemã em maio de 1940 (cf. OTTERPSEER 2006, p. 35; 1984). Para Huizinga, o ofício de historiador implicava sempre uma tomada de posição no presente. Daí sua conclusão no texto sobre o cosmopolitismo de Erasmus:

299

Em necessária oposição ao nacionalismo extremado cujos frutos venenosos colhemos hoje, move-se novamente o espírito em meio a incontáveis pessoas por todo o mundo, as quais, sem abdicar das próprias tradições e pátria, dizem como Erasmus: *Cives inter se sunt ac symmystae, quicumque studiis iisdem initiati sunt* [Estes são cidadãos e iniciados entre si, que foram educados nos mesmos estudos] (HUIZINGA 1948-53, VI, p. 267).

O exemplo de Erasmus serviu, para Huizinga, como inspiração e como guia em sua resistência ao *Zeitgeist* do entre-guerras. Sua biografia sobre o humanista termina com um elogio do “espírito erasmiano” que marcara os magistrados holandeses nos primórdios da República. Nenhuma outra aristocracia, salvo talvez a de Veneza, afirma Huizinga, “governou um estado tão duradouramente, tão bem e com tão pouca aplicação da violência”. A ênfase erasmiana no princípio da responsabilidade social teria ainda garantido à Holanda uma história “muito menos sangrenta e cruel do que a de qualquer um de seus vizinhos” (HUIZINGA 1948-53, VI, p. 184). Assim, não surpreende que o entusiasmo crescente pela guerra e pela violência, que havia tomado de assalto boa parte da intelectualidade de seu tempo (de Filippo Marinetti a Carl Schmitt), teve no historiador holandês um de seus mais destacados críticos.<sup>5</sup>

<sup>5</sup> A rápida e quase entusiástica recepção da teoria política de Carl Schmitt na década de 1930 – em artigo publicado em 1935, Sérgio Buarque de Holanda (1989, p. 300-301) presta homenagem ao “sábio professor de Bonn” cuja

Em *Erasmus' maatstaf der dwaasheid* ("Os critérios da loucura em Erasmus") discurso pronunciado durante o congresso sobre Erasmus em Rotterdam, ainda no ano de 1936, Huizinga (1948-53, VI, p. 220-34) discute a atualidade do pensamento do humanista, considerando, porém, seu intelectualismo como um obstáculo para a leitura e apreciação do século XX. Seria o caso, por exemplo, do tratado *Enchiridion militis Christiani* ("O manual do cavaleiro cristão", de 1501-1504), – uma obra de imensa popularidade à época de sua publicação, mas que para Huizinga se tornara insuportável.

Para Huizinga somente o "Elogio da Loucura" (1509) – obra-prima de Erasmus, profundamente marcada por um sentimento anti-intelectualista, e na qual a loucura é a personagem principal – ainda estaria em condições de agradar ao leitor moderno. Nesse livro é a loucura quem fala e tudo que ela diz é loucura, mas no delírio há muita sabedoria também, e esse paradoxo é talvez o que constitui o fascínio ainda hoje suscitado por esta obra. A mudança brusca vem ao fim do livro, quando a personagem principal fala da loucura paulínia: "mas as coisas loucas, segundo o mundo, escolheu-as Deus para confundir os sábios" (I Cor. 1, 27), e, assim, o delírio se transforma em sabedoria cristã.

Uma reflexão sobre os aspectos literários na obra de Erasmus encontra-se em *De schrijver der Colloquia* ("O autor das Colloquia") (HUIZINGA 1948-53, VI, p. 235-46), na qual Huizinga analisa as *Familiarum colloquiorum formulae*, uma compilação de lições para a conversação latina avançada. Erasmus começou a dar aulas particulares de latim quando estudou em Paris, durante a década de 1490. Em 1518 foi publicada, sem sua autorização, uma transcrição de suas aulas, cheia de erros e de corrupções, de modo que Erasmus decidiu refazer o trabalho – naquele tempo a única possibilidade para obter o que se poderia chamar de 'direitos autorais'. Depois de ampliada com novos diálogos, o livro teria onze edições entre 1522 e 1533.

Seu texto mais breve – são apenas 400 palavras – sobre Erasmus é a introdução a uma tradução holandesa de cartas do humanista, e que não se encontra na edição das obras completas de Huizinga.<sup>6</sup> Huizinga recomenda a leitura destas cartas como textos que, por sua vivacidade, ainda poderiam cativar os leitores modernos.

"Humanisme ou humanités?" (HUIZINGA 1948-53, VII, p. 429-32), apresenta a transcrição de uma discussão realizada sob patrocínio do *Institut International de Coopération Intellectuelle*, precursor da atual UNESCO, e do qual Huizinga foi membro eleito. O Instituto publicou as contribuições dos participantes no volume *Entretiens: Vers un nouvel humanisme*.<sup>7</sup> "Rumo a um

fórmula amigo-inimigo "tornou-se justamente famosa" – contrasta com as duras críticas de Huizinga ao jurista alemão no capítulo XII de *Nas sombras do amanhã*, e, sobretudo, em *Homo ludens*: "Não conheço exemplo mais triste e mais completo de insulto à razão humana que a bárbara e patética ilusão de Schmitt a respeito do princípio do 'amigo ou inimigo', pois o que é sério não é a guerra, e sim a paz. [...] Só superando essa primária relação amigo-inimigo, a humanidade atingirá uma dignidade superior" (HUIZINGA 1996, p. 232-233).

<sup>6</sup> Agradecemos Prof. Geert Claassens, da Universidade de Lovain, pelo envio de uma cópia escaneada do texto original. Dados bibliográficos: *Erasmus in den spiegel van zijn brieven*. Een keuze uit de brieven van Erasmus. O. Noordenbos & T. Van Leeuwen [trad.], J. Huizinga [introd.]. Rotterdam: Brusse's uitgeversmaatschappij, 1936, i.c. p. XI-XII.

<sup>7</sup> Os editores de Huizinga 1948-53 afirmam (VII, p. 429) que o livro foi publicado em 1936, mas o ano correto deve ser 1937. Os "entretiens" atuais datam, sim, de 1936 (Budapeste, 8-11 de junho de 1936). Fonte:

novo humanismo” é o tema sobre o qual Huizinga nos apresenta suas reflexões. Para ele, ambos os conceitos, “humanisme” e “humanité”, são demasiado ambíguos e deveriam ser substituídos por noções mais claras. Certamente se pode falar de um ideal de um “homme civilisé moderne”, e Huizinga enfatiza a importância do legado greco-romano e do cristianismo, particularmente numa época que já conheceu a dominância mas também a insuficiência das ciências exatas. Mesmo numa época, diz ele, “que reconheceu a insuficiência de um racionalismo puro, a suprema importância dos saberes não-exatos” permanece intocada. Conquanto seja preservado “tudo aquilo que se relaciona com a vida humana fora do domínio puramente biológico: vida social, história, poesia, religião, arte, etc...” (HUIZINGA 1948-53, VII, p. 432) o legado do humanismo se mantém atual.<sup>8</sup>

Observa-se, em quase todas as contribuições supracitadas, que Huizinga, particularmente na década 1930, não foi apenas um historiador da cultura, mas tornou-se aos poucos um crítico da cultura (cf. WESSELING 2002; DAMAS 2008), crítica essa de que *Nas sombras de amanhã* representa – ainda hoje em dia – um testemunho impressionante. Até seu falecimento em 1945, no exílio interno imposto pelos ocupantes nazistas, Huizinga continuava lutando contra as doutrinas extremistas, viessem elas da esquerda ou da direita.

### O anti-presentismo em Huizinga

“Gibt es Verwandlung?” foi publicado no jornal *Berliner Tageblatt* em 31 de maio de 1936. Até então, esse diário era o único na Alemanha que não estava obrigado a publicar propaganda nazista. O ministro de propaganda, Joseph Goebbels, consentiu nisso para que houvesse um jornal que pudesse ser considerado, no exterior, um diário alemão independente. O chefe de redação era o renomado jornalista Paul Scheffer, que ocupou seu cargo de 1º de abril de 1934 até sua renúncia em 31 dezembro de 1936. Um detalhe surpreendente: os proprietários deste jornal eram judeus (REGNERY 1976, p. 24-25). Mantendo uma linha editorial que os alemães ainda hoje costumam caracterizar como liberal de esquerda, esse diário era considerado um dos mais importantes jornais do país e mesmo do continente. Sua equipe de colaboradores incluía nomes como Joseph Roth, Thomas Mann, Heinrich Mann, Ernst Troeltsch, Hans Delbrück, Robert Musil e Stefan Zweig (WEHLER 2003, p. 478).

Em 1936 a redação do *Berliner Tageblatt* solicitou a vários historiadores, entre eles Huizinga, que respondessem à questão “Como o presente se torna passado?”. Sendo o erudito holandês um antinazista de longa data, como já vimos, não resta dúvida de que somente o *Berliner Tageblatt* poderia publicar um texto de um renomado opositor do regime.

301

Catálogo virtual da Biblioteca Real de Haia, Holanda, consultado em 9 out. 2014.

<sup>8</sup> A despeito dos críticos – verdadeira legião – o humanismo tende a recuperar relevância quando se acirram os *clashes of civilizations*. Foi assim à época de Huizinga, e continua a sê-lo hoje. Para uma reavaliação e recuperação do sentido do humanismo nos estudos históricos, ver os artigos de Rüsen (2008) e Schmidt-Glitzner (2010).

É provável que Huizinga tivesse se interessado imediatamente pelo assunto, uma vez que ele, como Jacob Burckhardt, via a História como uma série de metamorfoses e não como uma evolução linear. Por exemplo, na opinião de Huizinga, tanto o Renascimento quanto a República Holandesa eram épocas culturais ainda fortemente ancoradas na Idade Média.<sup>9</sup> “A metamorfose da História” é o tema central de sua contribuição. Mais que uma série de transformações, a História é um acúmulo de experiências (passadas), e constantemente presentificadas pela ação dos historiadores. Para ele o mais essencial de nossa relação com o tempo não assenta no presente, e sim no passado: “Tudo o que aconteceu já é passado no instante em que pode ser observado” (HUIZINGA 1948-53, VII, p. 207). Mas o acontecido não constitui por si só a História, que é sempre um produto intelectual: “A história só existe à medida em que um ser humano ou uma sociedade passa a observar determinados eventos” (HUIZINGA 1948-53, VII, p. 207).

Nessa curta apresentação não tivemos a intenção de esmiuçar todas as implicações teóricas e práticas desta densa peça literária produzida pelo historiador holandês, tarefa que preferimos deixar a cargo do leitor. Mas não poderíamos deixar de sublinhar que Huizinga expressou reiteradas vezes sua preocupação quanto à “hipertrofia de presente” que, segundo intérpretes como François Hartog (HARTOG 2014, p. 147), caracterizaria a nossa época. Depois de uma longa viagem aos Estados Unidos, Huizinga publicou em 1927 um livro sobre suas experiências naquele país. Diagnosticando o precoce presentismo dos norte-americanos, ele constata o que chama de “atitude antimetafísica” ali predominante, bem como o desprezo *yankee* pela perspectiva histórica. A formulação mais famosa, quase arquetípica, desse presentismo fora elaborada pelo barão da indústria automobilística Henry Ford:

Que nos importa o que eles fizeram 500 ou 1.000 anos atrás? [...] Isso não significa nada para mim. A história é mais ou menos uma enganação. É tradição. Nós não queremos tradição. Queremos viver no presente e a única história que vale alguma coisa é a história que fazemos hoje (FORD, 1916, p. 10).

Para Huizinga trata-se aqui das duas faces de uma mesma moeda. Onde quer que a metafísica seja seriamente posta em dúvida, o interesse pelo passado perde aos poucos sua razão de ser. O passado é desontologizado, e assim transformado numa mera sombra do presente.

Huizinga defende o ponto de vista oposto: “tudo o que é real já é passado”, pois “só o passado é real”.

Quem insiste em acreditar que o passado da humanidade não encerra nenhum valor verdadeiro para a vida, mas apenas, e quando muito, a utilidade de uma advertência ou de um ensinamento para o porvir – pois o passado já não pode voltar a atuar de maneira real –, tem de estar

<sup>9</sup> No seu último livro, Le Goff (2014) insiste na importância das continuidades entre Idade Média e Renascença.

também disposto a rejeitar sua própria vida até o presente, e inclusive, até seu último instante, como destituídos de valor. [...] Mas reflexões como essa não se adequam ao espírito norte-americano (HUIZINGA 1948-1953, V, p. 481-2).

Por que razão? Huizinga argumenta – e tal argumento, que nada tem de ingênuo, mais tarde encontraria sua fundamentação nas obras de pensadores influentes (FREYER 1965, p. 204-215; HENRICH 2009, p. 83-117; SPAEMANN 2010, p. 35-53) – que

A atitude espiritual antimetafísica implica necessariamente uma atitude anti-histórica. O espírito norte-americano é fundamentalmente a-histórico, apesar de ser dotado de uma ciência histórica florescente e magnificamente organizada. Não pode ser autêntica uma história que só quer descobrir, no desenvolvimento da humanidade, a teodiceia do progresso ou o espelho do presente (HUIZINGA 1948-53, V, p. 484).

### Referências bibliográficas

AUBERT, Eduardo Henrik. História em trajes de brocado. Forma, tempo e processo em Johan Huizinga e Herbert Grundmann. **Signum**, v. 12, n. 1, p. 1-37, 2011.

\_\_\_\_\_. Planos ontológicos e processualidade em 'O Outono da Idade Média'. **Revista USP**, v. 90, p. 218-229, 2011.

DAMAS, Naiara. **A Europa em Jogo**: as críticas de Johan Huizinga à cultura de seu tempo (1926-1945). Rio de Janeiro: 2008. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro].

\_\_\_\_\_. A morfologia histórica de Johan Huizinga e o caráter pragmático do passado. **História da Historiografia**, n. 4, p. 234-254, 2010.

\_\_\_\_\_. **As formas da História**: Johan Huizinga e a História da Cultura como Morfologia. Tese (Doutorado em História Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

FALBEL, Nachman. Resenha de 'O outono da Idade Média'. **Politeia: História e Sociedade**, v. 11, n. 1, p. 261-266, 2011.

FREYER, Hans. **Teoria da época atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

FORD, Henry. Fight to disarm his life's work, Henry Ford vows. **The Chicago Daily Tribune**, p. 10, 25 mai. 1916.

GASTALDO, Édison; HELAL, Ronaldo. Homo ludens e o futebol-espectáculo. **Revista Colombiana de Sociología**, v. 36, n. 1, p. 111-122, 2013.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**. Presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HENRICH, Dieter. O que é metafísica? O que é modernidade? Doze teses contra Jürgen Habermas. **Cadernos de Filosofia Alemã**, n. 14, p. 83-117, 2009.



- HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Estado totalitário. In: BARBOSA, Francisco de Assis (org.) **Raízes de Sérgio Buarque de Holanda**. Rio de Janeiro: Rocco, 1989, p. 298-301.
- HUIZINGA, Johan. **Briefwisseling**. I: 1894-1924; II: 1925-1933; III: 1934-1945. Utrecht: Veen, 1989-91.
- \_\_\_\_\_. **Homo ludens**. O jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Verzamelde Werken**. Haarlem: Tjeenk Willink & Zoon, 1948-53.
- \_\_\_\_\_. Wie wird Gegenwart Vergangenheit? In: \_\_\_\_\_. **Geschichte und Kultur**. Gesammelte Aufsätze. Stuttgart: Alfred Kröner, 1954, p. 119-125.
- JOLLES, André. **Einfache Formen**. Tübingen: Max Niemeyer, 1974.
- KRUMM, Christian. **Johan Huizinga, Deutschland und die Deutschen**. Begegnung und Auseinandersetzung mit dem Nachbarn. Münster, 2011.
- LE GOFF, Jacques. **Faut-il vraiment découper l'histoire en tranches?** Paris: Éditions du Seuil, 2014.
- LEM, Anton van der. **Het eeuwige verbeeld in een afgehaald bed**. Huizinga en de Nederlandse beschaving. Amsterdam: Wereldbibliotheek, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Inventaris van het archief van Johan Huizinga: Bibliografie 1897-1997**. Leiden: Universiteitsbibliotheek Leiden, 1998.
- OTTERSPEER, Willem. **De hand van Huizinga**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Huizinga voor de afgrond**: het incident-Von Leers aan de Leidseuniversiteit in 1933. Utrecht: HES, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Orde en Trouw. Over Huizinga**. Amsterdam: Bezige Bij, 2006.
- PAULA, João Antonio de. Lembrar Huizinga. **Revista Nova Economia**, v. 15, n. 1, p. 141-148, 2005.
- REGNERY, Henry. At the Eye of the Storm: A Remembrance of Paul Scheffer. **Modern Age**, v. 20, n. 1, p. 20-27, 1976.
- RÜSEN, Jörn. Humanism in response to the Holocaust – destruction or innovation? **Postcolonial Studies**, v. 11, n. 2, p. 191-200, 2008.
- SCHMIDT-GLINTZER, Helwig. Chancen für einem globalen Humanismus im Kampf der Kulturen. In: RÜSEN, Jörn (hrsg.) **Perspektiven der Humanität**: Menschsein im Diskurs der Disziplinen. Bielefeld: Transcript, 2010.
- SPAEMANN, Robert. **Das unsterbliche Gerücht**. Stuttgart: Klett-Cotta, 2010.
- STRUPP, Christoph. **Johan Huizinga**. Geschichtswissenschaft als Kulturgeschichte. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2000.

- VOOGD, Christophe Nicolaas de. **Le miroir de la France**: Johan Huizinga et les historiens français. Tese (Doutorado). Universidade de Leiden, Holanda 2013.
- WEHLER, Hans-Ulrich. **Deutsche Gesellschaftsgeschichte 1914-1949**. München: C. H. Beck, 2003.
- WEIS, Monique. La paix selon Érasme au XXe siècle. À propos des commémorations de 1936. **Le Figuier**, v. 2, p. 39-51, 2008. Disponível em: <https://dipot.ulb.ac.be/dspace/bitstream/2013/98931/1/articlefiguier-2-weis.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2015.
- WESSELING, Hendrik Lodewijk. From cultural historian to cultural critic: Johan Huizinga and the spirit of the 1930s. **European Review**, v. 10, n. 4, p. 485-499, 2002.

## Existe uma metamorfose da História? Resposta à pergunta: como o presente se torna passado? (Berliner Tageblatt, 31 de maio de 1936)\*

“Is there a metamorphosis of history? An answer to the question: how does the present become past? (Berliner Tageblatt, May 31<sup>st</sup>, 1936)

---

Johan Huizinga

---

306

Este tema faz com que se acumulem as perguntas: como, quando, o quê? E em cada aspecto toca nas bases mais profundas da ontologia e de qualquer conhecimento filosófico. Antes de abordar o “como?”, a questão do “o quê?” deveria ser solucionada. Em quê se tornará a história? Não um acontecimento, não uma época, não um período enquanto tais. Milhares de eventos jamais se tornam história, eles repousam, embora talvez ainda possam ser conhecidos, num vago esquecimento sob as profundezas do histórico. A história só existe à medida em que um ser humano ou uma sociedade passa a observar determinados eventos. Tudo o que aconteceu já é passado no instante em que pode ser observado. Se a “distância” já se constituiu, depende do observador. Eu posso perceber minha véspera como história e minha infância como presente. A fronteira entre história e presente radica no olhar do momento, ou, melhor dizendo, não há fronteira alguma. Não existe o agora, só passado e futuro, e a essência do que supomos ser o hoje assenta em sua historicidade.

Existe uma metamorfose da história? Para que isso ocorra, é necessário que já exista algo dotado de uma essência. Porém, o presente só adquire sua essência histórica, e que é única, no processo de elaboração formal (*Formgebung*) que se realiza por intermédio do observador.<sup>1</sup> Esta elaboração formal não se dá ininterruptamente e por si mesma. Onde faltam observadores capazes de ver e pensar historicamente, os destinos de um povo não adquirem forma alguma.

Pode a história assumir formas falsas? – Sim, infelizmente. – Existe uma forma identificável e inteiramente verdadeira da história? – Para nós, seres humanos tolos e cegos, não. – Deve-se, então, num despreocupado relativismo,

---

\* Posteriormente publicado em: HUIZINGA, Johan. Wie wird Gegenwart Vergangenheit? In: \_\_\_\_\_. *Geschichte und Kultur*. Gesammelte Aufsätze. Stuttgart: Alfred Kröner, 1954, p. 119-125. Tradução: Michel Kors e Sérgio da Mata.

<sup>1</sup> Nota dos tradutores: Sobre o conceito de *Formgebung*, ver a tese de doutoramento de DAMAS, Naira. *As formas da História: Johan Huizinga e a História da Cultura como Morfologia*. Tese (Doutorado em História Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013, 73-84. Huizinga reconheceu publicamente o quanto devia ao historiador e crítico literário André Jolles, cujo estudo *Formas simples* dizia conhecer desde antes de sua publicação. Nesta obra, Jolles emprega o conceito de *Formbestimmung*, análogo ao de Huizinga. Cf.: JOLLES, André. *Einfache Formen*. Tübingen: Max Niemeyer, 1974, p. 6-9.

duvidar da verdade histórica? – Não, o indivíduo faz seus juízos e tem sua consciência, e isso é o suficiente para a consciência pessoal da verdade.

O que gera a necessidade espiritual de se conferir uma forma histórica às coisas? – Que coisas? – As coisas que nos dizem respeito. – E que coisas nos dizem respeito?...

Aqui a resposta vacila. Pois nenhum conceito, por geral que seja, diz o suficiente para expressar a abrangência e a profundidade do anseio pelo conhecimento histórico: nem povo, nem Estado, nem espírito, nem cultura, nem o mundo, nem a humanidade. O conhecimento histórico é uma necessidade vital, e como tal escapa a uma motivação exata.

Caso se quisesse limitar um tema que é, talvez, demasiado amplo, à questão: sob quais condições um passado histórico pode ser observado e tido como fechado? – então se mostraria mais uma vez que a delimitação temporal não faz sentido. Tais condições residem apenas na clareza do espírito e na serenidade do discernimento do observador. Apesar de toda sua intensidade, é somente no momento em que o olhar tenta abarcar com absoluta precisão o próximo e o longínquo, para, contudo, meramente tangenciar a ambos na vastidão do infinito, é que surge a história.

Assim, caso o esforço de rememoração de um feito histórico esteja tensionado entre as exigências de um sistema de forças preexistente, as necessidades da hora e as correspondentes visões de futuro de seus heróis, no decorrer dessas constatações as relações temporais dos acontecimentos históricos passam por um curioso deslocamento. Mas a tese inicial se mantém: o presente, visto do ponto de vista puramente temporal, torna-se passado num piscar de olhos. A chance é empregada ou desperdiçada. Com isso se justifica o historiador. Sua pena só é capaz de oferecer uma ideia geral do que já aconteceu. Mesmo ante o presente o historiador tem a ver com o passado. Mas o próprio passado se transforma quão mais profundamente o encaramos, e mais evidente se torna, para o historiador, o caráter convencionalmente romanesco que lhe é atribuído. Aquilo a que se deve chamar de passado, em comparação com o presente imediato, é, em sua parte mais fundamental, mero presente. Pois do ponto de vista do calendário, toda a Alemanha, todo povo, Estado, Império e inclusive suas mais recentes manifestações pertencem igualmente ao passado. Tal como, por exemplo, o nosso próprio eu, por meio do qual nos identificamos já que carregamos nosso nome conosco. Igualmente, entretanto, tais criações e inclusive nossa personalidade emergem da maneira mais clara e visível no puro presente, a saber: como forças e formas vivas. Isto é: os próprios sujeitos históricos participam da modalidade específica de atemporalidade da vida histórica. Não se trata daquela já muito discutida atemporalidade filosófica dos valores e verdades atemporalmente válidos, mas da superação do tempo da individualidade e da duração históricas: toda a força viva de um povo, toda configuração e forma de suas obras mais elevadas surgem a partir do que há de passado no presente e no futuro. Um povo não é algo que pertença ao hoje ou ao ontem. Em sua trajetória ele não se mantém

intocado pelo seu destino, mas permanece o mesmo em meio a todas as transformações por que passa seu presente, vitorioso no confronto com o fluxo do tempo como um pico coberto por neves eternas, acima do qual os verões se sucedem. Tudo o que acontece, repetimos, acontece nele. Nesse sentido, tudo o que tem duração, embora seu aparecimento tenha ficado para trás, é presente vivo. É realidade por excelência, uma vez que produz efeitos. Não apenas repousa eternamente como o passado, mas enquanto se mantém força viva permanece e se preserva no ser.

Mas o passado não mantém essa notável e íntima relação apenas com o presente. Ainda mais peculiar é a sua relação com o futuro. A razão não repousa apenas na tão discutida subjetividade das concepções históricas. Não, a linha do passado revela-se ainda mais paradoxal, apesar de já estabelecida, uma vez que não independe do futuro. É difícil selecionar exemplos. O esquecido é desbotado, e o atual complicado. Nós os vemos como mera ficção.

Se admitirmos que um estado tampão seja estabelecido por um tratado de paz entre certas potências, e que este estado já fora uma vez anexado por seus vizinhos, não obstante ele preserva a orgulhosa memória nacional de seus antigos tempos de liberdade. Caso esta restauração dure séculos então pode chegar o instante em que, graças a uma certa proporção dos períodos, as épocas de servidão são tomadas como meros episódios. Mas caso num espaço de tempo relativamente curto este estado-tampão seja submetido aos colossos que o cercam, então sua restauração outrora ocorrida se torna um episódio que não desperta qualquer atenção. Aquilo que de mais objetivo parecia existir no passado, a curvatura da vida, é precisamente o que aqui se revela como uma função do futuro. Formas se dissolvem em formas mais abrangentes.

308

Assim poderiam ser respondidas as perguntas acima colocadas. Eu respeito sua sequência. Nada acontece mais rapidamente do que o naufrágio do presente e do atual no passado e no "ontem".

Torna-se história, num sentido forte, somente um evento decisivo para o destino de uma coletividade. Certamente, contudo, o histórico pode ter ainda três sentidos distintos. "Meramente histórico" é o evento superficial. Então torna-se história o que foi decidido, no sentido de não ser mais questionado. O ocorrido não é mais um tema, mas a base, o fundamento, o trampolim de novas decisões. Finalmente, torna-se histórico o grande feito que permanece não apenas na memória mas que ainda é uma realidade, ao menos enquanto produz efeitos, mesmo que ocorrido há séculos. Aqui foi a história quem "decidiu", a saber: sobre um destino. As ações que não se transformam em destino são colocadas na balança e consideradas leves demais.<sup>2</sup> São rapidamente esquecidas. A memória histórica salta facilmente por sobre épocas inteiras. É aqui que se acham os "eventos diários" dos quais permanece apenas a "história do presente", não como aquilo que ocorreu na véspera mas como algo ainda "vivo". A "distância temporal" do olhar

<sup>2</sup> Nota dos tradutores: Huizinga remete aqui a uma passagem do profeta Daniel (5, 27): "foste pesado na balança e considerado leve demais". Trata-se de uma expressão relativamente comum em holandês, e que o autor apenas transpôs ao idioma alemão (*sind gewogen und zu leicht gefunden*).

histórico é apenas um alívio superficial para uma atividade que configura a verdadeira virtude do historiador: avaliar os acontecimentos de acordo com sua importância e com a capacidade de que dispõem, no longo prazo, de produzir novas formas de vida. Tal força se manifesta como duração em meio a todas as transmutações das circunstâncias. Nos povos, como nas árvores. Quanto maior a quantidade daquilo que, nestas como naqueles, se conserva e desenvolve de maneira viva, tanto mais numerosas as porções de presente a emergir no futuro.

# Entrevista

Interview

# História(s) e Teoria da história: entrevista com Reinhart Koselleck\*

History(ies) and Theory of history: Interview With Reinhart Koselleck

---

## Carsten Dutt

cdutt@nd.edu

Assistant Professor

University of Notre Dame

O'Shaughnessy Hall, 318

46556 - Notre Dame - Indiana

Estados Unidos da América

---

## Palavras-chave

História dos conceitos; Filosofia da história; Teoria da história.

## Keywords

History of concepts; Philosophy of history; Theory of history.

311

---

Enviado em: 30/1/2015

Autor convidado

---

\* Tradução feita a partir do original: KOSELLECK, Reinhart; DUTT, Carsten. Geschichte(n) und Historik. In: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. *Erfahrene Geschichte*. Zwei Gespräche, Universitätsverlag, Heidelberg, 2013. Carsten Dutt desempenha o papel do que indaga. Na tradução, distinguirei *Historie* e *Historik* como, respectivamente, *historiografia* (i.e., a história dos historiadores) e *teoria da história*. Tradução de Luiz Costa Lima, professor emérito PUC-Rio, revisão de Johannes Kretschmer.



1. Carsten Dutt: *Jacob Taubes, certa vez o chamou de "guerrilheiro" das histórias no plural contra a história, no singular (TAUBES 1973, p. 493). Esta característica se relaciona a um elemento polêmico, que se encontra em muitos de seus trabalhos, desde Crítica e Crise a seu confronto com a moderna filosofia da história. Contra o conhecimento especulativo do curso temporal e as determinações universais de meta com as quais se instala o paradigma histórico-filosófico da "história", no coletivo singular, o senhor lembra das múltiplas trilhas, da heterogeneidade e divergência dos acontecimentos tematizados pela historiografia, por outro lado, mas, sem articular o foco nas histórias na história, com uma enfática posição narrativista, que explicaria ser o relato a única forma legítima de apresentação da história. Minha primeira pergunta é como o senhor hoje retrospectivamente encara sua crítica à filosofia da história?*

**Reinhart Koselleck:** Pois bem, a dificuldade oriunda da filosofia da história consiste em que os sistemas idealistas hipostasiaram todos os esboços da história geral em uma meta hipotética ou procuraram prová-la. Esta reivindicação de totalidade, traduzida em termos políticos, é totalitária, com a consequência conhecida, especialmente no marxismo, que representa um efeito desta filosofia idealista da história. Pode-se ao contrário introduzir teoricamente a pluralidade de histórias e, segundo penso, corretamente. Por certo, com a reserva de que a pluralidade das histórias particulares – que sempre podem ser aporéticas e mutuamente se excluir, e não permitem alguma interpretação abrangente, mas, sim, contradições, que, justamente as multiplicam – que essa pluralidade a que aponta, a partir do século XX, toda a história e cuja conceitualidade histórico-filosoficamente revestida tenho eu por certo criticado. Deve-se abordar esse conjunto de pluralidades das histórias como um problema moderno, especialmente do século XX e do século em curso. De fato, é um problema aberto – não resolúvel pelas teleologias da história, como tampouco pelas narratividades – em que medida essa generalidade e articulada, empiricamente efetivada pelas técnicas da comunicação, da informação, da circulação, terá efeitos na estrutura política da multiplicidade de histórias.

312

2. CD: *Segundo uma formulação inesquecível, o senhor tem repetido de maneiras diversas que, depois do fracasso da filosofia da história (Geschichtsphilosophie), a tarefa central para a teoria da história (Historik) consiste em explicar "as condições das histórias" (Geschichten) possíveis (KOSELLECK 2000, p. 99). Se vejo corretamente, esta abordagem, apesar do empréstimo decisivo feito à linguagem da filosofia transcendental, orienta-se com determinação pela teoria do objeto (e não propriamente a partir da teoria do conhecimento, como antes com Droysen ou a partir da teoria da representação, como hoje, por exemplo, em Ricoeur). Para o senhor, trata-se de desenvolver categorias, que ajudem a entender por que as histórias, em geral ocorrem, e como podem transcorrer. O senhor tem mantido este programa em diversos escritos, a começar, nos anos de 1960, com a elaboração das estruturas formais do tempo, cujo espectro deve registrar as formas possíveis de transcurso. A partir da década de 80,*

*o projeto então se deslocou com nitidez crescente rumo ao reconhecimento de relações fundamentalmente antropológicas das histórias. Especialmente em confronto com a análise da existência (Daseinsanalyse) heideggeriana, mas também com o modelo teórico da hermenêutica filosófica de seu professor, Hans Georg Gadamer, o senhor tem projetado oposições elementares de uma antropologia, que, para isso, explica que a criatura conflitiva, o homem, sempre volta a se enredar nas histórias (Geschichten). Desejaria que o senhor mais uma vez falasse deste tema, antes de na discussão de alguns problemas e de questões de detalhe.*

**RK:** O conceito da antropologia como conceito de base para as histórias possíveis é, na verdade, mais a descrição de um programa do que já seu resultado empírico. Pois mesmo as categorias antropológicas formais que desenvolvi sempre necessitam de confirmação empírica para que possam ser convertidas em uma teoria da história. Com essa prévia limitação à pesquisa concreta, quero por certo apontar para o fato de que algumas determinações estáveis e formais são inerentes à natureza humana, que se manifesta, de modos bastante diversos, nas histórias individuais. Isso vale desde as *Histórias* de Heródoto até às histórias modernas do terror, que, como, nos dias de hoje, devemos voltar a ver, podem ter repercussões globais. Que categorias formais são elas? São, fundamentalmente, três oposições, que posteriormente reencontrei em Goethe, sem que delas antes soubesse: *antes – depois, interno – externo, sobre – sob*. São categorias bastante formais, sem as quais, no entanto, nenhuma história (*Geschichte*) é pensável. Quando se leva isso a sério, destas categorias podem-se derivar formas de conflito – conflitos porque determinações de diferença temporal e social são necessariamente produzidas por essas refrações estruturais. Ou seja, quando tenho uma teoria do conflito, que sempre é produtiva, tenho em vista a mecha de problemas possíveis, os primeiros sintomas geradores de conflitos. E o mais importante parece-me ser que as histórias não terminam *eo ipso* harmonicamente, como sempre reiteraram os filósofos da história, i.e., que as histórias teriam estruturas diacrônicas diacronicamente capazes de cumprimento, senão que diacronicamente vemos que sempre se abrem novos conflitos, de nível alto ou profundo. A segunda determinação permanente ocorre naturalmente fora dos chamados pares opositivos, na determinação diferencial entre linguagem e história não verbal, que, na verdade, pode ser sempre questionada pela reflexão hermenêutica fundamental da filosofia de Gadamer; segunda determinação que sempre pode revisada pois tudo que o homem pensa e faz é verbalmente condicionado. Mas a questão que não me parece possível é se esta determinação é suficiente para se derivar todas as histórias (*Geschichten*) e a história (*Geschichte*), *in toto*, como um evento verbal. Por isso a determinação diferencial entre linguagem e história permanece um diagnóstico que diferencia cada teoria da história (*Historik*) de todo tipo de hermenêutica.

313

3. *CD: Em Wahrheit und Methode, Gadamer chama, de fato, a historiografia (Historie) de "uma espécie de filologia em geral". Isso me parece uma formulação*

*bastante problemática, pois, de fato, ignora que a relação do historiador quanto às realidades do texto, que lhe servem de material para suas pesquisas, é bem diversa da relação do filólogo quanto à poesia (assim como da do jurista quanto ao texto do direito em vigência ou do teólogo com a verdade revelada). Para o historiador, o texto transmitido pela tradição não é precisamente a instância final. Os textos serão indagados pelo historiador a propósito de algo que é por eles documentado, de que, possivelmente, são apenas o testemunho deformado.*

**RK:** De fato, o fenômeno básico em todo o trabalho com a história (*Geschichte*) consiste em que os textos são, na verdade, necessários para serem compreendidos, para que sejam recontados ou ditos de novo ou reescritos. Sem textos, não posso realizar história alguma; mas eles não são a instância derradeira, pois texto algum já oferece aquilo a que visa a história. Fonte alguma, como se lhe define, basta para originar a história a que remete. Cada história exprime ora mais, ora menos do que pode dizer a fonte. Isso já é válido para as estruturas de evento das histórias (*Geschichten*), que, em eventos bem narrados, se aproximam, com frequência, dos eventos factuais, mas nunca são redutíveis a uma determinação deles. Isso ainda vale para decursos de longo prazo, que não se fundam em uma única fonte e cujas fontes precisam ser reconstruídas, para que longos transcursos possam ser inseridos, por exemplo, estatisticamente, por séries de fontes com um padrão de cunho temporal que tematiza a diacronia, que, enquanto tal, não se encontra em fonte alguma. Daí que seja sempre, caso assim se queira, um procedimento transcendental que as condições de histórias (*Geschichten*) possíveis derivem dos textos, sem que fonte alguma possa explicar a história (*Geschichte*).

314

*4. CD: Ainda sobre a relação da teoria da história (Historik) com a antropologia. Um empreendimento que visa a condições antropológicas e, neste sentido, metahistóricas, de histórias possíveis (ao homem), não deveria ter em conta apenas os potenciais de conflito, como as relações sobre – sob, dentro – fora, etc, potenciais que são fixados pela condition humaine, e, nesta medida, não podem ser estruturalmente suprimidos? Tal empreendimento não deveria ter em vista também a faculdade humana de solução de conflito e, neste contexto, tratar da adequação da razão como monopólio dos homens? Podemos não só nos matar e vencer uns aos outros como também nos unir, exercer a justiça e, até, como Hannah Arendt tão expressivamente lembrou, em sua antropologia política, perdoar. No senhor, estranhamente, estes aspectos passam a segundo plano. Há uma passagem nos Zeitchchiten em que é claramente dito: "Em si mesma, a história (Geschichte) é irracional. No melhor dos casos, racional é sua análise". Não se poderia objetar: tudo isso é insípido, ou seja, reflexo negativo do entusiasmo histórico-filosófico? Não é possível encontrar um lucro de racionalidade, não é possível analisar processos de aprendizagem na história, em suas condições e em seus componentes, e trazer à baila no sentido de um fortalecimento, historicamente refletido, destes processos?*

**RK:** Naturalmente, tem sentido descobrir a razão na história como postulado ou como programa político, pois seria absurdo afirmar que os homens, envolvidos nas histórias (*Geschichten*) e capazes de eliminar uns aos outros, seriam *a priori* irracionais. O apelo à razão pertence por certo ao programa mínimo de cada política. A questão é apenas se, na história (*Geschichte*), a razão também aparece, se diferentes unidades de ação, com suas próprias projeções racionais, sem que possam se comunicar, engendram novos conflitos. Um conflito chega ao fim quando um novo conflito começa. Assim os próprios conflitos não se solucionam definitivamente, senão que propriamente apenas se dissolvem noutros conflitos estruturados. Essa é a experiência que até agora a história geral (*gesammte Geschichte*) oferece, a qual, naturalmente, se pode interpretar racionalmente, sem que daí se deduza que esta série de conflitos por si produza uma razão melhor. Pode-se, sem dúvida, esperar por isso, intentar-se tal meta, politicamente esperá-lo, mas não com uma antropologia da história que definisse essa transformação da razão como automática (*Selbstläufer*). O risco está em que, pela suposta razão da história, nos subtraíssemos da responsabilidade. Foi isso que tentei mostrar em minha tese de doutorado com a aporia do Iluminismo (KOSELLECK 1973).<sup>1</sup>

Vale, de resto, o análogo com outro monopólio humano: com a moral. Minha hipótese consiste em que a dimensão moral de todos os campos de ação sempre está presente nos planos político, econômico, também no religioso e no teológico, sem que a dimensão moral represente o modelo ou instância final dos processos decisórios. Ou seja, tanto quanto o imoral é produzido, por exemplo, na história política ou na militar ou mesmo na história do terror, tanto mais forte é o modo deficiente das implicações morais. Contudo este modo deficiente de ausência moral pode ser mostrado. Nesta medida, a apreciação negativa da falha moral é necessária para a falha do que sucede. Por isso, ainda que não se possa concluir que a história seja o tribunal do mundo e o que salda a falha moral, seja no além, seja mesmo nesta história, conforme esta interpretação otimista e, afinal, terrorista do mundo, segundo a qual tudo que sucede já é o cumprimento do direito e da moral – mesmo que esta posição não seja aceitável, permanece a instância negativa da falha moral e das causas das mesmas, sem as quais, por certo, não se pode julgar nenhuma ação política. Assim talvez seja extremo dizer que a moral significa o controle negativo do que de fato sucedeu. Mas o fato sucedido nunca é *eo ipso* moral.

5. CD: Não há dúvidas quanto ao potencial analítico-tipológico e exploratório até agora oferecidos pelos pares opositivos "fora – dentro, sobre – sob, antes – depois" das categorias de sua historiografia (Historik), enquanto esquemas multiplamente executáveis de relações de potencial histórico-geradoras, a possibilitarem comparações, assim como a tornarem visíveis diferenças entre histórias (*Geschichten*). *Semper idem, sempre alter. Em que, contudo, as categorias contribuem para a reconstrução de histórias particulares e sequências*

<sup>1</sup> Tradução brasileira: KOSELLECK, 1999. A primeira edição alemã foi publicada em 1959, Freiburg-Munique, Alber.

*de histórias particulares, para o conhecimento de sua formação, de seu transcurso e de suas consequências? Em cada caso, não de se produzir esclarecimentos, de alcance maior e mais profundo, bem como muito específicos, não dedutíveis da trama de suas determinações opositivas elementares.*

**RK:** Por certo, como tal, o conceito de reconstrução relaciona-se com o que se define por histórias, que possam ser demonstradas a partir delas mesmas. Deste modo, o conceito aludido não produz uma construção, mas, sim, apenas uma reconstrução; no fundo, portanto, apenas uma interpretação do que de fato sucedeu. Isso é possível quanto aos conjuntos de eventos, nos quais o homem em ação ou grupos humanos efetuam ações empiricamente imagináveis, passíveis de serem reconstruídas. Daí decorre, por exemplo, a simplicidade da história diplomática ou também da história política, cuja reconstrução, neste sentido, é possível, pois os agentes, suas ações e omissões, e os motivos dos quais elas dependem, podem se tornar visíveis. Ao contrário, os verdadeiros conflitos que transcorrem por longo tempo e, assim, se estendem por gerações de agentes, que não têm qualquer fonte, como já disse, concernem menos a uma reconstrução do que a um esboço de história possível, cuja plausibilidade será construída pelas evidências na conexão de fontes, concebida pelo historiador. Na verdade, esta não é uma invenção da história, mas uma descoberta; e a descoberta relaciona-se a conexões que necessitam de uma antecipação teórica. Por exemplo, se se analisam os constantes conflitos geracionais ou se se observam as relações de produção e as forças de produção, no sentido de Marx, por séculos, para que se veja quando se tornou possível um salto qualitativo, por exemplo, através da tecnização da produção. Há assim muita pesquisa de longo prazo, que não emerge de eventos isolados, mas que condiciona o evento particular.

316

Neste contexto, é particularmente importante uma indicação de meu posicionamento: o muito empregado conceito de duração, a *longue durée* de Braudel, tão usado entre nossos colegas, induz a um grande equívoco. Pois a duração não é nada estática. O estático se encontra em todas as partes da natureza, enquanto padrões não humanos, na história da natureza por milhões de anos ou por centenas de milhares, permanecem constantes ou mudam apenas muito lentamente, como, por exemplo, no período glacial. Mas os modos de ação, encarados a curto ou médio prazo, não são definíveis como duradouros, no sentido de serem estados constantes. Ou melhor, cada duração implica repetição, i.e., em cada evento particular estão contidos inúmeros modos de conduta, mentalidades, projetos subjetivos, regulamentações institucionais, etc, todas dependentes de que se repetem. Na repetição, há naturalmente uma ação e um evento, mas é um evento não legível por sua singularidade, senão em função do que se repete no evento e em sua singularidade. É muito difícil estabelecer percentualmente, mas, em termos grosseiros, diria que todos os eventos contêm mais do que 50% de todos os eventos contêm estruturas de repetição, que reviverão e se consumarão *in actu*. O conceito de duração é assim de todo modo também um modo de ação, que é sempre singular, mas inclui repetições na soma das singularidades, que, de sua parte, dificilmente são

averiguadas a partir das fontes, pois estas se relacionam tipicamente com os eventos singulares. Isso exige uma antecipação teórica, que, pelo que sei, não foi até hoje pensada na prática, na empiria da pesquisa, por história (*Historie*) alguma, aliás, muito menos por mim.

No meu livro sobre a Prússia (KOSELLECK 1967), procurei investigar as estruturas de repetição do direito, atuantes por um século, para daí mostrar o que, ainda assim, mudava nas condições sociais do direito. Por essa razão se originavam conflitos, embora o direito permanecesse o mesmo. Os conflitos surgiam, pois as relações sociais, que incidem em questões de direito, se modificavam e tais conflitos eram, em consequência, explicáveis apenas pelas estruturas de repetição, que permanecem idênticas a si mesmas, fazendo com que, tendo em conta os casos de que tinham de tratar, se produzissem quase injustiças.

À primeira vista, parece que a singularidade oferece uma história mais efetiva, à medida que intervém no curso particular do dia a dia e que os agentes políticos investidos da capacidade decisória serão diariamente postos diante de novas alternativas, de que derivam discussões, conflitos e suas soluções. Mas nestas singularidades encaixa-se uma quantidade de padrões de repetição, que, falando cronologicamente, remontam a séculos ou meio século e configuram as condições de singularidade possível. Se cada uma delas fosse singular, criar-se-ia um oco; se tudo fosse novo, não se saberia de modo algum onde se poderia agir. E isso nos conduziria à pergunta sobre que de fato se repete para que se possibilite a unicidade? De quantas pressões de repetição ou estruturas de repetição se precisa – se for o caso de precisarmos – para podermos ser inovadores? Esta é a pergunta central, teoricamente central, que emerge de todas as situações políticas.

Pense por exemplo na história de unificação da Alemanha de Bismarck, muito tratada do ponto de vista ideológico-crítico. Do ponto de vista estrutural, tratava-se aqui de uma fundação constitucional de cunho monárquico, em defesa do povo alemão; assim a constituição foi então definida e nela estavam contidos os padrões federativos baseados na aliança entre os príncipes. Isso não é idêntico ao componente democrático que Bismarck introduziu pelo direito ao sufrágio universal, o que, com a fundação da Alemanha unificada, o fazia bastante moderno. Mas, mesmo em vista da federação de príncipes, restaurava um modelo de ação, que, na história alemã, remetia à metade de um milênio, mediada por experiências sempre novas: pelas dificuldades das federações, o império era tanto minado, como preservado. As duas grandes instituições judiciais do Sacro-Império Romano-Germânico (A Câmara do tribunal do império e o Conselho áulico), por um lado, e as intervenções constantes dos estados vizinhos, por outro, provocavam a preocupação com a manutenção de uma estrutura federativa interna sempre em perigo. Bismarck também utilizava um instrumental, que, presente na história alemã, não encontrava similar em qualquer outro país da Europa – pense na união aduaneira, dentro da federação. São estruturas de repetição que exprimem as condições de liberdade de ação possíveis, surpreendentemente empregadas, de maneira poderosa, por Bismarck. Em 1848, a unificação fracassou, provavelmente pelo excesso de identificação

nacional. Ninguém queria levar a cabo um modelo federal sob a pressão da hegemonia da Prússia e da Áustria, sem a qual nada acontecia. Mas Bismarck usou o conhecimento desta revolução; por assim dizer, ele implementou a solução mínima de uma hegemonia da Prússia sobre o plano federal, que então, no curso do reinado de Guilherme II, mudou muito rapidamente.

São intuições que se deve operacionalizar para introduzi-las, metodicamente, na ciência da história. Aí se produziu pouco, e eu também, penso, produzi muito pouco nesta área.

*6. CD: A pesquisa da história torna visíveis as mudanças de estrutura de longo prazo e, por assim dizer, insidiosas; processos que ultrapassam muitas gerações; capacita talvez tornar evidente algo que não fora registrado pelos próprios contemporâneos e que não podia ser conscientemente experimentada. A este respeito, há uma experiência da história dependente da ciência: a aquisição do método de interpretação profissional da história. O senhor se ocupou em diversos trabalhos com a história (Geschichte) da história (Historie). O que o senhor achou é, no todo, evidentemente uma história do progresso: da acumulação de instrumentos que possibilitam novas fontes de experiência e contribuem para a produção do conhecimento, que, de sua parte, é então acumulado, dispõe-se na memória da ciência institucionalizada. Mas também chama a atenção para as perdas, particularmente no que concerne às possibilidades de representação da consciência investigadora.*

318

**RK:** Por certo, o progresso científico mostra-se naturalmente no contexto de critérios racionais, que há na exegese das fontes, no aceso metódico e na preparação das fontes – a começar na arqueologia até às exegeses textuais e nas realizadas pelos especialistas mediáticos de agora. Dentro destas condições contextuais, há critérios que permitem controles racionais e assim impelem a um processo de conhecimento irreversível – não obstante as condições deste processo. Se, com Thomas Kuhn, se tematizam as revoluções nas ciências (KUHN 1962), pode-se apenas dizer que, apesar de todas as singularidades e criações geracionais e mudanças paradigmáticas, há demonstrações que permanecem cumulativamente legíveis. Seria ruim se assim não fosse. Pois, do contrário, nos exporíamos a nós mesmos como prova da mais absoluta tolice. Mas, por outro lado, há perdas a considerar, não compensadas e consistentes com estes progressos do conhecimento. Diria que são antes relações assimétricas. Há um cálculo de perdas que escapa do controle racional da ciência, que está em sua retaguarda, transversalmente estendido. O exemplo clássico é a invenção (no discurso historiográfico) da fala, por Tucídides, que continuou sendo imitada até o século XVIII. O próprio Ranke intercalou a fala em suas narrativas, que, no entanto, derivava diretamente das fontes. Assim, ao contrário de Tucídides, não produzia uma fala inventiva. A fala inventada por Tucídides, no entanto, tem a grande vantagem de poder afirmar, quase poeticamente, porém em menos páginas do que cada fala realmente observada, na situação política de confronto. Deste modo, Tucídides teoricamente é capaz de reservar à fala encargos reservados

aos pensamentos já pensados e aos pensamentos falados, que de outro modo não se tornariam visíveis. Esta é uma realização estética que, neste sentido, leva vantagem sobre uma fala reconstruída ou redatada, por apresentar melhor as condições teóricas da fala possível do que teria sido possível sem as falas inventadas. Pode-se assim dizer que isso provoca uma perda, pois a imaginação é suplantada; que, com o recurso da fala inventada por Tucídides se ofereciam formulações teóricas superiores para a ciência da história.

*7. CD: Talvez se pudesse dizer que este déficit é equilibrado na modernidade por uma espécie de divisão de tarefas entre a ciência da história, que renuncia a esta e outras estratégias ficcionais, e a prosa literária, que delas se apropria. Poder-se-ia considerá-lo como uma relação complementar. Muitos romances significativos – desde o Guerra e paz, de Tolstoi até Os dias do ano, de Uwe Johnson – são por certo apreciáveis como obras de escrita da história, mesmo se, naturalmente, enquanto tais não sejam obras que se submetem às limitações das técnicas de descrição, à "disciplina da verdade" da historiografia (Historie).*

**RK:** Pode-se, por certo, dizer que são complementares. Mas esta não é uma situação de equilíbrio senão que, por assim dizer, de assimetrias mútuas, que então se tornam evidentes. Sem dúvida, o processamento literário de experiências historiográficas e históricas, é não só esteticamente mais fascinante de ler do que a maioria dos textos históricos como tem a grande vantagem de, por exemplo, reduzir simbolicamente a formação de conflito em situações que permitem ser ditas em poucas páginas, em vez de em metros da edição das fontes. Por isso, a história contada é muito mais próxima do ponto de vista do romancista, do *epos* do que a edição crítica das fontes. Cada história contada leva a um campo em que a imagem é necessária para produzir um mínimo de consistência, um mínimo de força simbólica expressiva ou um mínimo de sentido, sem os quais os relatos seriam impossíveis. Por exemplo, *Die Verlobung in St. Domingo (O Noivado em Santo Domingo)*, de Heinrich von Kleist é uma estória de amor em cuja formulação simbólica de conflito está contida toda a Revolução Francesa. O mesmo vale para o *Billy Bud*, de Melville. Cerca de 100 páginas bastam para mostrar simbolicamente todos os conflitos da Revolução Francesa e o embate travado entre a França e a Inglaterra. Há, de fato, muitas realizações poéticas, que, também como historiador, eu valorizo em grau mais alto do que uma coleção de fontes estatisticamente manejável, a qual fornece outro modo de acesso. O aprofundamento, que é uma parte muito importante da solução humana de experiências não se deveria atribuir sem mais nem menos à pura ficção; deve-se antes admitir muitos poetas formularam experiências históricas de tal modo que a plausibilidade e o conhecimento real daí provêm. Penso também nos romances de Faulkner, diante do pano de fundo da guerra civil americana. O perspectivismo, a multiplicidade das camadas da experiência que reciprocamente se excluem são, por certo, um de seus grandes temas. Ou seja, as experiências em cada ocasião provocadas e fraturadas são combinadas, em seus romances, de um modo que se pode acompanhar como conflitos insolúveis nascem e se distendem.



8 CD: Desde o *Metahistory* (WHITE 1973), de Hayden White, discute-se intensamente sobre a dimensão poética da historiografia liberada e não só das descrições de um gênero como o romance. Em conexão com as formas arquetípicas de modelagem narrativa do mundo, de Northrop Frye, White desenvolve uma poética da escrita da história, que também descobre as formas arquetípicas de modelagem narrativa do mundo – romance, comédia, tragédia e sátira – nas descrições de obras de histórias, estritamente ligadas a fontes. Como, em suma, o senhor avalia a discussão da narratividade e da poeticidade, ainda em curso, na teoria da ciência da história?

320

**RK:** Eu mesmo editei White, para torná-lo acessível ao público alemão (WHITE 1986).<sup>2</sup> E o critico, apesar da amizade que mantenho com o autor. White desenvolveu um acesso justificado, que tematiza o status verbal da narrativa da história e a escrita da história. Nesta medida, lança a história na vizinhança de gêneros, que também são trabalhados na teoria da literatura (*Literaturwissenschaft*), na história da literatura ou na história da retórica. É um tanto controvertido tratar as categorias da retórica como conceitos de gênero, mas este é um problema secundário. A questão principal está em que White falha no que diz respeito à ciência da história. Esta constrói para si mesma em uma instância de controle da exegese de fontes, sobre cujas barreiras metódicas ela sempre deve saltar, para que se identifique como ciência. White não consegue ver que esta instância de controle da exegese das fontes só depende do homem. Por isso sua análise é inspiradora, excitante, mas de curto alcance quanto à diferença entre escrita da história e ciência da história. Com suas categorias, White não pode alcançá-la. Essa é uma grande desvantagem. E a moda, que hoje volta a descobrir a narratividade, também é, no fundo, uma reação contra uma escrita da história sociologizante, extremamente analítica, e talvez mesmo contra a sociologia. Mas não quero tratar disso agora. A problemática, deste modo, falha porque os critérios científicos imanentes não podem ser metodicamente superados por complementação narrativa, por dissolução ou por superação. Devemos assim manter os critérios científicos imanentes, com os quais, naturalmente, não determinamos como o historiador depois escreve. Como se manifesta o modo de escrita do historiador é, em última análise, articulado à sua própria capacidade artística de se exprimir. Isso evidentemente o põe nas proximidades da literatura. Duvido, contudo, se daí deve-se inferir a consequência de que a narratividade possa ser uma base de identificação. Creio que os que se dedicam à escrita da história se superestimem como grupo quando supõem poder, por suas narrativas, cultivar ou estabelecer identidades políticas, o que, de certa maneira, é uma esperança idealista de muitos narrativistas.

9. CD: O senhor, portanto, não é partidário da tese desenvolvida por Hermann Lübke – também certamente vista por ele com a reserva de ser uma concepção

<sup>2</sup> Tradução de: WHITE, 1982.

*parcial – da função da história como de apresentação da identidade (LÜBBE 1979, p. 277-292).*

**RK:** É por certo uma supervalorização que tem a ver com o fato de se afirmar que, no século XIX, a escrita da história ocupava um lugar que lhe concedia uma posição quase equivalente à da teologia; que depois, com a crescente diferenciação entre ciência política, sociologia, etc, ela perdeu status e, acima de tudo, a necessidade de manter-se na atualidade, status que só artificialmente era repostado. De resto, justamente por isso minha crítica aponta para a escola francesa dos *Annales*, que, encarada sob esta perspectiva, representa uma escrita da história puramente autística. Por isso Braudel começa por definir a revolução francesa como o ponto terminal da *longue durée*, a fim de escapar das complexas dificuldades, que, desde então, se apossaram da história francesa. Ou seja, a *longue durée* foi, com respeito à identificação francesa, um postulado idealista. O mesmo vale para o fundador atual da identificação. Os lugares da memória, de Pierre Nora, (1984-1992) são apenas francesas e os conflitos que, nos lugares franceses da memória, estão implicados com a Alemanha, a Grã-Bretanha, a Itália ou a Espanha, não são considerados a partir de perspectivas contrárias. Mas a ciência da história tem o dever de procurar expor os conflitos em suas diversas maneiras e não de buscar a identidade. Aí está a incrível vantagem da ciência da história, como evidentemente também da escrita da história, se nela a ciência se manifesta, pois que ela precisa ser lida contra a trilha em que as verdades, que não se fundam por identidade, se confundem com o conhecimento.

321

*10 CD: Alegações de relevância externas à ciência, por exemplo, conceitos de atualidade politicamente definidos, são equivocadas. Análises contemporâneas não são "mais importantes" do que a pesquisa puramente de tempos passados.*

**RK:** Concederia que as análises contemporâneas têm sempre a oportunidade de despertar no leitor normal uma curiosidade maior do que, por exemplo, temas aparentemente muito distantes dele; mas isso não é válido do ponto de vista da teoria da ciência e tampouco deveria sê-lo do ponto de vista da ciência política. O senhor tem plena razão. Do ponto de vista da teoria da ciência, o argumento de que aproximar-se da contemporaneidade significaria alcançar alta atualidade e grande relevância é fraco. Ao contrário, a relevância e a atualidade consistem em que se mapeiam as zonas de conflito, situadas além, das áreas de conflito individuais e de articulações pessoais, as quais sempre reaparecem. Em consequência, posso aprender mais a partir de Tucídides do que, por exemplo, de uma biografia qualquer de Helmut Kohl. As estranhas histórias passadas podem ser muito mais relevantes para o conhecimento do que a visualização instrumentalizada da história. Justamente agora, quando as oposições religiosas a crescer em escala mundial, é de se perguntar se o conhecimento das histórias de Maomé ou das suras não é mais importante para a política presente do que saber do curso diário das ações terroristas.

De fato, a distância é talvez aí mais atual do que a proximidade. Uma vez que se compreenda isso, pode-se deixar de engolir a simples alternativa “atual” ou “antiguidade”. Na história, tudo propriamente se relaciona entre si e qual perspectiva deve ser produzida para produzir conhecimento é por certo uma arte que devia caracterizar o historiador.

A vantagem da ciência da história de todo modo consiste em que ela, de fato, dispõe, como Goethe sabia, de um par de milhares de anos. Por isso ela habilita a encarar a atualidade pré-definida como um curso estreito, e compreender, em determinadas circunstâncias, como politicamente arriscado agir a partir da situação atual, Atualizações preparadas depressa fenecem. Também as identidades estabelecidas constantemente são de vida curta e sem fôlego. Tão curta como o que se compreendia, no século XIX, por “um povo alemão”, então invocado como duradouro; tão curta como hoje é a “comunidade europeia”, que aparece como identitariamente fundada. É natural que se pode agir politicamente nesta direção; pode-se também produzir argumentos históricos, mas a solução não é encontrada quando se funciona ou instrumentaliza a história. A história escapa de toda institucionalização. Ela sempre se vinga como um poder que se contém mais em si do que podem ditar as propostas de identificação.

322

11. CD: *Em um ensaio que se tornou famoso, que antes apareceu no livro em homenagem a Karl Löwith, o senhor investigou a perda moderna de valor do tópos historia magistra vitae, sua “dissolução no horizonte da movimentada história dos tempos modernos” (KOSELLECK 1967, p. 196-219).<sup>3</sup> O senhor concorda que eu ache que o ponto principal ou um dos pontos principais de sua “guerrilha” por uma historiografia (Historik) tematizadora de estruturas de repetição naturais, antropologicamente estabelecidas e historicamente contingentes, como condições de histórias possíveis, consiste na reabilitação daquele tópos? Quando estruturas de repetição se deixam identificar, então também podem ser desenvolvidos prognósticos que, talvez, não permitam derivar acontecimentos separados, mas que permitem dizer o que pode ser o caso e qual, provavelmente, será ele.*

**RK:** O senhor está certo, o *topos historia magistra vitae* deixou de ser evidente, depois da Revolução Francesa, no século XIX, porque toda a história foi progressivamente compreendida como única. É este o axioma do chamado historicismo. Cada época relaciona-se diretamente com Deus e, assim, é sempre singular. Esta singularidade evita que eu aprenda com um caso que aconteceu no passado, por ser ele singular. Na realidade, esta teoria da singularidade do historicismo é um produto da acelerada sociedade industrial e revolucionária, que eliminou o estado estamental e precipitou o estado de igualdade democrática, analisado por Tocqueville. No entanto, quanto mais a singularidade se adiciona ao horizonte da industrialização moderna, tanto mais

<sup>3</sup> Republicado em KOSELLECK, 1989, p. 18-86.

se enfatiza que as condições possibilitadoras daquela singularidade se repetem com força. Nesta medida, a ideia da *historia magistra vitae* volta em um plano teoricamente diferente. Não podemos pressupor singularidades, não sabemos o que o presidente Bush fará no futuro. Mas conhecemos os parâmetros dentro dos quais os americanos efetuarão agora, por exemplo, sua luta contra o terrorismo. As categorias e os diagnósticos com que os americanos operam naturalmente contêm elementos de repetição de sua visão política global de mundo, que, por certo, tem o aspecto prototípico de liberdade democrática, com o custo subsequente de repercutir noutras zonas do globo de maneira menos prototípica.

O que distingue a modernidade, convertida em conceito, é uma *aceleração* que não esteve presente nos objetivos naturais da humanidade. Desta maneira, a partir do século XVIII, a história se distingue fundamentalmente de toda a história passada, pois as próprias metas estruturais mudam mais rapidamente do que era antes possível. Isso começa com a força do motor a vapor e então passa para os aceleradores químicos, eletrônicos e atômicos, que modificaram por completo a rede geral de tráfego, as comunicações, de tal modo que podemos percorrer todo o globo em 24 horas, não de modo utópico senão factual, da mesma forma, as ocorrências em cada ponto do globo estão, ao mesmo tempo, presentes em todos os receptores de notícias. Ou seja, torna-se evidente uma lei, uma regularidade que, de resto, Henry Adams já formulava em 1904: "A lei da aceleração" (ADAMS 1918, p. 489-499). Daí decorre que os aceleradores técnicos mudaram toda a estrutura da sociedade, os poderes econômicos e também a estrutura política de decisão. Já não podemos aguardar decisões passivamente; devemos antevê-las, para que que mantenhamos a capacidade de ação. Deve-se agora agir com mais rapidez, e, igualmente, com base nas possibilidades de repetição, prever a longo prazo, para que, atualmente se possa agir. Os acontecimentos e as notícias sobre eles convergem cada vez mais. Voltamos a vivê-lo agora com o ataque do terror em Nova York. O acontecimento foi temporalmente idêntico às imagens que vimos. Não há mais diferença entre o acontecimento, a exposição e a interpretação política, senão que estas últimas hão de ser teoricamente antevistas, para que possam influir nos acontecimentos. Nesta medida, toda a estrutura de ação foi modificada pela aceleração da rede de notícias e de circulação, o que também vale no campo militar. Mas antecipar significa prever, o que implica um mínimo de estruturas de repetição. Se isso falha, nada se deixa antecipar. Ou seja: o que agora deve ser antecipado é a preparação de repetições possíveis, para que, em suma, se ganhe alguma ascendência sobre o que sucede.

Nesta medida, *historia magistra vitae* sim, mas não no sentido de repetição de acontecimentos solitários senão de um prognóstico que meça o espaço possível de acontecimentos.

## Referências bibliográficas

- ADAMS, Henry. A law of acceleration. In: \_\_\_\_\_. **The Education of Henry Adams: an autobiography**. Boston e New York: Houghton Mifflin, 1918, p. 489-499.
- KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês**, tradução de Luciana Villas-Boas. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Historia Magistra Vitae. Über die Auflösung des Topos im Horizont neuzeitlich bewegter Geschichte*. In : BRAUN, Hermann; RIEDEL, Mardred (orgs.). **Natur und Geschichte**. Karl Löwith zum 70. Geburtstag. Stuttgart, 1967, p. 196-219.
- \_\_\_\_\_. *Historik und Hermeneutik*. In: \_\_\_\_\_. **Zeichichten: Studien zur Historik**. Frankfurt am Main, 2000, p. 97-118.
- \_\_\_\_\_. **Kritik und Krise: Eine Studie zur Pathogenese der bürgerlichen Welt**. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1973.
- \_\_\_\_\_. **Preußen zwischen Reform und Revolution: Allgemeines Landrecht, Verwaltung und soziale Bewegung zwischen 1791 und 1848**. Stuttgart, 1967.
- \_\_\_\_\_. **Vergangene Zukunft: Zur Semantik geschichtlicher Zeiten**. Frankfurt am Main, 1989.
- 324 \_\_\_\_\_.; DUTT, Carsten. *Geschichte(n) und Historik*. In: **Erfahrene Geschichte**. Zwei Gespräche, Universitätsverlag, Heidelberg, 2013.
- KUHN, Thomas S. **The Structure of scientific revolutions**. Chicago: The University of Chicago Press, 1962.
- LÜBBE, Hermann. *Zur Identitätspräsentationsfunktion der Historie*. In: MARQUARD, Odo; STIERLE Karlheinz (orgs.). **Identität**. (= Poetik und Hermeneutik VIII). Munique, 1979, p. 277-292.
- NORA, Pierre (org.). **Les Lieux de mémoire**. 7 vols. Paris, 1984-1992.
- TAUBES, Jacob. *Geschichtsphilosophie und Historik. Bemerkungen zu Kosellecks Programm einer neuen Historik*. In: KOSELLECK, Reinhart; STEMPEL, Wolf-Dieter (orgs.). **Geschichte – Ereignis und Erzählung**. Munique, 1973, p. 490-499.
- WHITE, Hayden. **Auch Klio dichtet oder die Fiktion des Faktischen**. (= Sprache und Geschichte, vol. 10). Stuttgart, 1986.
- \_\_\_\_\_. **Metahistory: The historical imagination in nineteenth-century Europe**. Baltimore-Londres: The Johns Hopkins University Press, 1973.
- \_\_\_\_\_. **Tropics of discourse: essays in cultural criticism**, Baltimore e Londres. The Johns Hopkins University Press: 1982.

# Pareceristas deste número

reviewers of this issue

## Pareceristas deste número

---

Adriana Romeiro (UFMG)  
André de Melo Araújo (USP)  
Arthur Lima de Avila (UFRGS)  
Bruno Omar Souza (PUC-Rio)  
Caio César Boschi (PUC Minas)  
Carolina Andrea Piazzzi Dietz (Universidad Nacional de Rosario)  
Christina Helena M. Barboza (MAST)  
Claudia Maria Ribeiro Viscardi (UFJF)  
Cláudia Mauch (UFRGS)  
Daniel Brauer (UBA – Universidad de Buenos Aires)  
Daniel Tourinho Peres (UFBA)  
Douglas Attila Marcelino (UFMG)  
Fabio Duarte Joly (UFOP)  
Fabio Muruci dos Santos (UFES)  
Felipe Charbel Teixeira (UFRJ)  
Fernando Catroga (Universidade de Coimbra)  
Gerson Roani (UFV)  
Giselle Martins Venâncio (UFF)  
Ho Yeh Chia (USP)  
Igor Guedes Ramos (UNESP)  
326 Irina Podgorny (Universidad Nacional de La Plata)  
Jefferson Cano (UNICAMP)  
João Couvaneiro (Escola Superior de Educação Jean Piaget/Almada)  
José Antonio Vasconcelos (USP)  
José Fernández Veja (CONICET - Universidad de Buenos Aires)  
Juliana Bastos Marques (UNIRIO)  
Julio Cesar Bentivoglio (UFES)  
Marco Antonio Silveira (UFOP)  
María Gabriela Quiñonez (Universidad Nacional del Nordeste)  
Maria Rita Almeida Toledo (UNIFESP)  
Mariana Canavese (UBA – Universidad de Buenos Aires)  
Martha Rodriguez (UBA - Universidad de Buenos Aires)  
Mateus Fávoro Reis (UFOP)  
Maurício Barreto Alvarez Parada (PUC-Rio)  
Naiara Santos Damas Ribeiro (UFRJ)  
Nicolás Lavagnino (Universidad Nacional de San Martín)  
Pedro Meira Monteiro (Princeton University)  
Pedro Spinola Pereira Caldas (UNIRIO)  
Renato Amado Peixoto (UFRN)  
Roberto Pittaluga (UNLPam – Universidad nacional de La Pampa)  
Rodrigo Machado da Silva (UFOP)  
Rodrigo Turin (UNIRIO)  
Sérgio Ricardo da Mata (UFOP)

Silvia del Luján Di Sanza (UNSAM - Universidad Nacional de San Martín)

Stella Maris Scatena Franco Vilaradaga (USP)

Thiago Lima Nicodemo (UERJ)

Tiago C. P. dos Reis Miranda (Universidade de Évora)



# Normas de publicação

editorial guidelines

1) As colaborações poderão ser feitas sob as seguintes formas:

1.1. Artigo inédito e original (entre 28.000 e 54.000 caracteres com espaço, incluindo as notas e as referências bibliográficas).

1.2. Resenha de livro (máximo de 18.000 caracteres com espaço). As resenhas devem ter título, seguido pela referência bibliográfica completa da obra. Caso seja necessário, a bibliografia deve vir ao final da resenha, e as notas devem seguir os padrões editoriais da revista. Recomenda-se que as resenhas de livro escrito por um só autor apresentem uma avaliação crítica do trabalho à luz da literatura previamente existente sobre o tema.

1.3. Textos e documentos historiográficos. Os documentos devem ser antecidos por um pequeno texto de apresentação, escrito pelo autor da submissão. O conjunto (apresentação + documento) não deve ultrapassar os 80.000 caracteres com espaço. Recomenda-se entrar em contato com os editores antes de preparar a submissão.

1.4. Entrevistas. Devem contar com um texto introdutório acerca do entrevistado. O conjunto (apresentação + entrevista) deve conter de 27.000 a 54.000 caracteres com espaços. Recomenda-se entrar em contato com os editores antes de preparar a submissão.

2) A revista aceita três tipos de resenha:

2.1. Resenha resumo: texto que se limita a resumir ou descrever o conteúdo de um livro, sem qualquer crítica ou julgamento de valor, sem a preocupação de relacionar a obra resenhada a outras do mesmo gênero. Objetivo principal é informar o leitor e divulgar a obra.

2.2. Resenha crítica: além de resumir a obra, faz uma avaliação da mesma, apontando aspectos positivos e negativos, além de procurar situá-la em relação a outras do gênero ou que tratam do mesmo tema. Trata-se de um texto de opinião, também conhecido como *recensão crítica*. O objetivo da resenha crítica não é apenas informar o leitor sobre a obra, mas guiar o leitor no conjunto da produção historiográfica sobre um dado assunto, indicando parâmetros para o estudo de um tema, ao situar a obra em relação aos estudos e apontar suas contribuições e lacunas. Exige que o resenhista tenha conhecimentos da área e erudição suficiente para poder situar a obra em um contexto de estudos.

2.3. Resenha temática: trata de vários textos que tenham um assunto comum; é uma espécie de balanço bibliográfico sobre um tema. Tem caráter necessariamente crítico, pois demanda análise e opinião sobre os estudos tratados. Assim como no caso da resenha crítica de uma obra, a resenha temática também tem por objetivo guiar os leitores no conjunto dos estudos sobre um dado tema.

3) Os artigos devem conter, no início, resumo (de 700 a 1.050 caracteres com espaço) e três palavras-chave, ambos seguidos de traduções para língua inglesa.

4) Recomenda-se que os autores dividam os artigos em seções, que devem consistir em títulos explicativos, em negrito e com maiúscula apenas no início

(ou, se nele houver, substantivo próprio). Em hipótese alguma será aceita a divisão de seções por algarismo.

5) Serão aceitas resenhas de livros que tenham sido publicados, no máximo, há três anos ou então títulos há muito esgotados e com reedição recente. Recebemos, excepcionalmente, resenhas de obras publicadas em anos anteriores, desde que haja justificativa, considerando a relevância do livro e a atualidade das questões que aborda.

6) A contribuição deve ser original e inédita, não estar sendo avaliada por outra publicação e não ter indicação de autoria. Os autores devem excluir todas as informações do arquivo que possam identificá-los como tal.

7) Quando houver financiamento da pesquisa, o autor deve indicar, em nota de rodapé ligada ao título da contribuição, a instituição financiadora.

8) As resenhas, os textos e documentos historiográficos e as entrevistas deverão conter três palavras-chave em português e em inglês, assim como os respectivos títulos nos dois idiomas.

9) As citações em língua estrangeira devem ser traduzidas. O original constará em nota de rodapé, com a informação sobre a autoria da tradução.

330

10) Todos os artigos, inclusive os submetidos para publicação em dossiê, serão analisados por, pelo menos, dois membros do Conselho Consultivo ou assessores *ad hoc*, que podem, mediante consideração da temática abordada, seu tratamento, clareza da redação e concordância com as normas da revista, recusar a publicação ou sugerir modificações. Os pareceres têm caráter sigiloso. Ao Conselho Editorial fica reservado o direito de publicar ou não os textos enviados de acordo com a pertinência em relação à programação dos temas da revista.

11) Os artigos, resenhas, entrevistas e textos e documentos historiográficos passarão por uma pré-seleção do Conselho Editorial que avaliará sua pertinência com relação à temática do periódico. Uma vez aprovados na pré-seleção, serão encaminhados para pareceristas.

12) As resenhas, entrevistas, e textos e documentos historiográficos serão avaliados por um membro do Conselho Editorial ou Consultivo, que levará em conta os critérios de pertinência temática do material apresentado com relação à linha editorial do periódico e a qualidade e consistência do texto da resenha, entrevista ou texto e documento historiográfico.

13) As palavras-chave devem ser preferencialmente retiradas do banco de palavras-chave elaborado pelos editores da revista. Caso o autor considere recomendável inserir uma palavra-chave que não esteja contida no referido

banco, deve expressamente pedir sua inclusão no sistema de busca. A solicitação será avaliada pelos editores.

14) As colaborações devem ser enviadas em Times New Roman, corpo 12, espaçamento 1,5 e com margens de 3 cm. As citações com mais de três linhas devem ser destacadas do texto, sem aspas, compondo parágrafo com recuo, à direita, de 1,5 cm, corpo 11 e espaçamento simples.

15) Todos os textos deverão ser apresentados após revisão ortográfica e gramatical. A revista publica contribuições em português, espanhol, inglês, francês e italiano.

16) As notas de rodapé devem ser apenas de caráter explicativo. As referências devem vir em corpo de texto tendo o seguinte formato: (ABREU 2005, p. 36).

17) A referência à textos clássicos também deve ser feita no corpo do texto, com indicações do nome do autor, da primeira palavra do título da obra (em itálico) e da seção e/ou as linhas citadas, tal como nos seguintes exemplos: Aristóteles, *Poética* VII; Tucídides, *História* IV, 49. A referência completa à obra citada deve aparecer ao final do texto, na lista da bibliografia utilizada.

18) As referências bibliográficas, listadas em ordem alfabética, devem estar no final do texto e seguirem os modelos abaixo:

331

#### Livro

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.

#### Capítulo de livro

CASSIRER, Ernst. A linguagem. Introdução e exposição do problema. In: \_\_\_\_\_. **A filosofia das formas simbólicas**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 9-74.

#### Coletânea

CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (orgs.). **Representações**: contribuições a um debate transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000.

#### Artigos em periódico

RIGOLOT, François. The Renaissance Crisis of Exemplarity. **Journal of the History of Ideas**, v. 59, n. 4, p. 557-563, 1998.

#### Texto disponível na internet

HEGEL, Georg W. F. **Filosofia da História**. 2ª edição. Brasília: Editora UnB, 1995. Disponível em: <http://gutenberg.spiegel.de/buch/1657/1>. Acesso em: 20 set. 2013.

Artigo publicado em anais eletrônicos

ARAÚJO, Rodrigo Cardoso Soares de. O polêmico Corsário, um pasquim da Corte Imperial (1880-1883). In: **SEMINÁRIO DIMENSÕES DA POLÍTICA NA HISTÓRIA: ESTADO, NAÇÃO, IMPÉRIO, I**, 2007, Juiz de Fora. Anais... Juiz de Fora: Clio Edições, 2007, p. 500-501.

Tese acadêmica

RIBEIRO, Tatiana O. **A apódexis herodotiana**: um modo de dizer o passado. Tese (Doutorado em Letras Clássicas). Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

Artigo de jornal

GLEISER, Marcelo. Newton, Einstein e Deus. **Folha de S.Paulo**, 13 jun. 2010. Ilustrada, p. A23.

Pede-se os autores que indiquem, nas referências bibliográficas, a primeira edição de livros com várias reedições, seguindo o padrão: CROCE, Benedetto. Teoria e storia della storiografia. Bari: Laterza, 1973 [1913].

19) Desde o seu terceiro número, a revista **História da Historiografia** adotou a nova ortografia estabelecida no Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Recomenda-se aos colaboradores a adoção da nova ortografia nos materiais enviados para avaliação e publicação na revista.

332

20) O envio de manuscritos implica a cessão de direitos autorais e de publicação à **História da Historiografia**, que não se compromete com a devolução das colaborações recebidas. Os textos publicados na revista não podem ser republicados em outros meios e/ou formatos sem a autorização expressa dos editores. Os dados, conceitos e opiniões apresentados nos trabalhos, bem como a exatidão das referências documentais e bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores.

21) Todas as colaborações devem ser enviadas exclusivamente pelo site da revista: <http://www.historiadahistoriografia.com.br>.

# Diretrizes para autores

[guidelines for authors](#)

## 1) Sugestões para a elaboração de resumo:

O resumo é um breve sumário do artigo. Ele não deve ser uma introdução do texto, mas uma descrição completa e sintética do conteúdo do artigo, indicando os objetivos e os aspectos centrais do argumento, a forma de abordagem do tema e as conclusões e/ou hipóteses do estudo. As informações devem ser expostas em um parágrafo, com narrativa contendo introdução (tema central do estudo e objetivos), meio (forma de abordagem do tema e fontes utilizadas) e fim (conclusões ou hipóteses principais).

### *1.1. Detalhamento das partes do resumo:*

**Introdução:** a parte inicial do resumo deve fornecer uma introdução ao tema ou problema do estudo. Ela deve identificar a questão central do trabalho. É preciso dizer em poucas palavras sobre o que é o artigo. A introdução deve ser seguida pelos objetivos (gerais e específicos) do estudo, sendo possível eliminar a introdução e expor os objetivos no início de forma mais direta.

**Meio:** apresenta de forma clara as questões, os objetivos, os argumentos centrais e a forma de abordagem do tema.

**Fim:** indica a conclusão principal do estudo ou a hipótese (quando houver).

### *1.2. O resumo deve poder responder às seguintes questões:*

334

Do que o texto trata?

Quais os objetivos?

Como o estudo foi conduzido?

Quais foram os resultados ou as conclusões da pesquisa?

Lembramos aos autores que o resumo é o primeiro contato do leitor com o estudo e pode ser o único elemento recuperado nas bases de dados científicos sobre um determinado tema. Além disso, se o resumo for bem escrito poderá auxiliar os avaliadores do artigo, esclarecendo possíveis dúvidas sobre os objetivos e conclusões do autor. Também poderá atrair leitores para o texto.

## 2) Sobre as palavras-chave

As palavras-chave devem comunicar os conceitos e/ou categoriais centrais do estudo. A seleção criteriosa das palavras-chave facilitará a recuperação das pesquisas, uma vez que tais palavras são utilizadas na indexação e busca de estudos nas bases de dados científicos.